

CLÁUDIO RENNÓ VILLELA

LÊNIN: ESTADO, DIREITO E TRANSIÇÃO
Atualidades e Limites das Teorias e do Pensamento
de Vladimir Ilitch Uliyanov
(Versão Corrigida)

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Associado Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2023

CLÁUDIO RENNÓ VILLELA

LÊNIN: ESTADO, DIREITO E TRANSIÇÃO
Atualidades e Limites das Teorias e do Pensamento
de Vladimir Ilitch Uliyanov
(Versão Corrigida)

Tese de Doutorado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação da Prof. Associado Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2023

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

VILLELA, CLÁUDIO RENNÓ

LÊNIN: ESTADO, DIREITO E TRANSIÇÃO - Atualidades e Limites das Teorias e do Pensamento de Vladimir Ilitch Uliyanov / CLÁUDIO RENNÓ VILLELA; Orientador Prof. Alysson Leandro Barbate Mascaro - São Paulo, 2023.

36

Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Lênin. 2. Pachukanis. 3. Estado. 4. Direito. 5. Transição I. Mascaro, Alysson Leandro Barbate, orient. II. Título.

Nome: VILLELA, Cláudio Rennó

Título: LÊNIN: ESTADO, DIREITO E TRANSIÇÃO

Atualidades e Limites das Teorias e do Pensamento

de Vladimir Ilitch Uliyanov

Tese de Doutorado apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração de filosofia e Teoria Geral do Direito, sob orientação do Professor Doutor Alysson Leandro Barbate Mascaro, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

 Janus

Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 2139 - 308142 - 3 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Cláudio Rennó Villela no Programa: Direito, do(a) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024, no(a) realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Cláudio Rennó Villela, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"LÊNIN: ESTADO, DIREITO E TRANSIÇÃO Atualidades e Limites das Teorias e do Pensamento de Vladimir Ilitch Uliyanov"

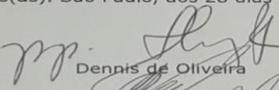
Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

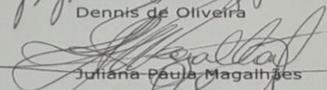
Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Alysson Leandro Barbate Mascaro	Presidente	FD - USP	Não Votante
Dennis de Oliveira	Titular	ECA - USP	<u>APROVADO</u>
Camilo Onoda Luiz Caldas	Titular	USJT - Externo	<u>APROVADO</u>
Juliana Paula Magalhães	Titular	Externo	<u>APROVADO</u>
Victor Vicente Barau	Titular	UNISA - Externo	<u>APROVADO</u>
Luiz Felipe Brandão Osório	Titular	UFRRJ - Externo	<u>APROVADO</u>

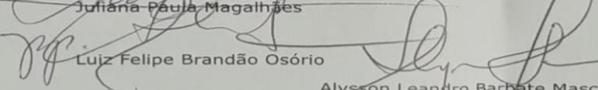
Resultado Final: APROVADO

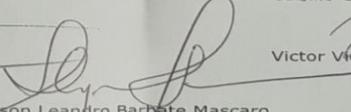
Parecer da Comissão Julgadora *

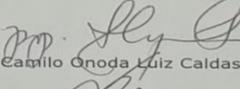
Eu, _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2024.

 Dennis de Oliveira

 Juliana Paula Magalhães

 Luiz Felipe Brandão Osório

 Alysson Leandro Barbate Mascaro
Presidente da Comissão Julgadora

 Camilo Onoda Luiz Caldas

 Victor Vicente Barau

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em _____ e, portanto, o(a) aluno(a) _____ jus ao título de Doutor em Direito obtido no Programa Direito - Área de concentração: Filosofia e Teoria Geral do Direito.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Dedico esta tese à Paulo Agüena, conhecido como “Catatau”, ou “Cata”, dirigente da *Resistência*, falecido em 05 de dezembro de 2022, aos 60 anos. Nascido em Catanduva (SP), de uma família de origem japonesa, Catatau se uniu ao movimento estudantil quando ingressou na Universidade Federal de São Carlos, no início dos anos 1980, quando conheceu a Convergência Socialista, da qual se tornou um dos principais dirigentes. Atuou no movimento estudantil e movimento operário, além de ter morado na Argentina nos anos 2000, onde teve uma importante experiência internacional. Foi perseguido pela ditadura militar e teve sua anistia política reconhecida em 2013. Em 1994 foi um dos fundadores do PSTU. Em 2016, passou a construir o MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista), cuja fusão com a NOS (Nova Organização Socialista) daria, mais tarde, origem à *Resistência*, corrente interna do PSOL. Catatau me ensinou, no início dos anos 90, a não ter certezas absolutas, a ter dúvidas positivas, a encontrar respostas, a testá-las e confrontá-las com a realidade, e a novas dúvidas e novas respostas; plantou em meu coração a semente do pensamento crítico marxista revolucionário, que algum tempo depois, ainda que de forma muito mediada, culminou nesta tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador Prof. Dr. Alysso Leandro Mascaro, pela oportunidade de retorno à Universidade, à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, 15 anos depois, pelo reencontro, pela orientação desde a construção do tema e do projeto até as conformações e aparamento das arestas, à imensa ampliação dos horizontes.

Agradeço aos professores das disciplinas que cursei ao longo desta jornada, nas quais muito aprendi e reaprendi, Denis Oliveira, Ângelo Segrillo, Ricardo Musse, Silvio Almeida, Luís Fernando Massonetto, Thiago Trindade de Aguiar, Larissa Bombardi, Everaldo de Oliveira Andrade, Lorena Barberia, Glauco Arbix, Ester Sabino, Eugênio Bucci e Renato Janine Ribeiro. Bem como aos mestres que estiveram em minha banca de qualificação, Juliana Paula Magalhães e Camilo Onoda Caldas; aos colegas “de orientador”, cujas reuniões muito me elucidaram, Adriano Camargo Santos, Daniel Fabre, Jhonathan Erkert, Luiz Felipe Osório, Marcos Alcir, Walter Andrade, Alessandra Devulsky, Pedro Davoglio, Luiz Sibahi, Camila Reimberg, Priscila Alencastre, Thaís Hoshika, Thiago Khüll e Victor Barau, Letícia Garducci, Lucas Fogaça, Thaís Hoshika, José Damião, Priscila Alencastre, Antônio Galvão, Pedro Mendes, Rômulo Cassi e Marcelo Grillo.

Agradeço aos colegas do tempo da graduação em Direito, cujo exemplo e incentivo me animaram para a trilha da pesquisa acadêmica, Dimitri Brand Abreu e Vinícius Casalino. Agradeço também aos colegas do grupo de leitura de Hegel, Maria Helena Rauta Ramos, Claus Matsushigue, Maria José Antunes Silva, Tadeu Valadares, Susi Mota e Rosa Belo.

Agradeço em especial à minha mãe, “Dona” Ildamar Rennó, que mais muitas vezes me salvou e ao meu pai “Seu” José Cláudio, por todo apoio; às minhas irmãs Eliana e Érica, pelo apoio e carinho; aos meus cunhados Luís e Júnior, aos meus sobrinhos queridos, Pedro, Gustavo, Helena e Priscila; à minha ex-companheira e amiga Cristiane Santos, ao nosso filho Gabriel Rennó, pelas críticas ácidas, sinceras e necessárias; à minha companheira de jornada Gabriela Moraes, pelo apoio e pela paciência, aos meus enteados José Daniel e Marina Garcia, pela paciência comigo e pela alegria.

Agradeço também aos e às camaradas de longa data com os quais dei os primeiros passos no marxismo-revolucionário, José Creton, Genilda Souza, Paulo Pasin, Ary Blinder, Renato Bento, Herbert Claros, Patrícia Pena, Joaquim Aristeu (*in memoriam*), entre tantos outros; e aos novos camaradas que me animam a continuar nesta jornada, Renata Belzunces, Jéssica Marques, Pedro Cursio, Pierre Fernandes, Manuela Moraes, Marina Sassi, Alexandre Barbosa, entre tantos outros mais; aos companheiros/as de luta do Banhado, “Seu” David, Renato, Cacilda, Maíra, Cleidi, Suelen Verônica e demais, por me possibilitarem aplicar a teoria à prática. E, por fim, mas não menos importantes aos trabalhadores da gráfica que, imprimiram e encadernaram esta Tese: Matheus Gonçalves Ribeiro Viana, David Campos Nascimento e Rogério Campos Mendonça.

RESUMO

VILLELA, Cláudio Rennó. *LÊNIN: ESTADO, DIREITO E TRANSIÇÃO Atualidades e Limites das Teorias e do Pensamento de Vladimir Ilitch Uliyanov*. 2022. xxx f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O objeto desta de tese é o debate contemporâneo sobre a atualidade da obra teórica de Lênin e sua centralidade para a elaboração da crítica e do programa socialista neste Século XXI, visto, portanto, sob o prisma de uma análise marxista, mais especificamente por uma ótica pachukaniana e do novo marxismo, i.e., pela perspectiva da forma-mercadoria combinada com a busca de elementos na obra teórica Lênin no sentido da superação das formas e conteúdos sociais capitalistas. Passando pelos principais debates e embates teóricos contemporâneos e posteriores a Lênin, notadamente na Segunda e Terceira Internacionais e com Kautsky, Trotsky, Stalin, Gramsci, Mao, Althusser, entre outros, sobre os temas centrais desta pesquisa, Estado, Direito e Transição, e correlatos, como imperialismo, nação, tomada do poder, democracia etc. Trata-se, portanto, de se olhar tanto para os conceitos e ideias originais de Lênin, mas principalmente para as possibilidades atuais de sua validade e aplicações; de forma cruzada com outros autores já clássicos e importantes do campo do marxismo, confrontados com pensadores contemporâneos em destaque. Dada a necessidade de restrição do tema, ficarão secundarizados na presente investigação um balanço histórico das ações políticas de Lênin. Secundarizados, não obstante, não significa dizer, ausentes, uma vez que os atos e fatos históricos, biográficos e circunstanciais, são indissociáveis e inseparáveis da obra teórica do autor a ser investigado e das teses a serem elaboradas e defendidas. Secundarizado, portanto, significa dizer apenas que não é o centro de nossa investigação e de nossa tese, mas ainda assim um suporte importante para a compreensão das ideias e da obra teórica de Lênin e sua atualidade. Assim, o recorte proposto acaba tendo uma feição predominantemente didática, mas de modo algum nega a inteireza do fenômeno histórico estudado. Pois, ao investigar o legado teórico de Lênin, esta tese deve forçosamente levar em conta o desenvolvimento da elaboração das suas ideias dentro das circunstâncias históricas e, ao mesmo tempo, como construção histórica dos conceitos.

Palavras-chave: Lênin. Pachukanis. Estado. Direito. Transição.

ABSTRACT

VILLELA, Cláudio Rennó. *LENIN: STATE, LAW AND TRANSITION Updates and Limits of Theories and Thought by Vladimir Ilyich Uliyanov*. 2022. xxx f. Thesis (Doctorate) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

The object of this thesis is the contemporary debate about the relevance of Lenin's theoretical work and its centrality for the elaboration of the critique and the socialist program in this 21st century, seen, therefore, from the prism of a Marxist analysis, more specifically from a perspective Pachukaniana and the new Marxism, i.e., from the perspective of the commodity-form combined with the search for elements in Lenin's theoretical work in the sense of overcoming capitalist social forms and contents. Going through the main debates and theoretical clashes contemporary and after Lenin, notably in the Second and Third Internationals and with Kautsky, Trotsky, Stalin, Gramsci, Mao, Althusser, among others, on the central themes of this research, State, Law and Transition, and correlates such as imperialism, nation, seizure of power, democracy, etc. It is therefore a matter of looking not only at Lenin's original concepts and ideas, but mainly at the current possibilities of their validity and applications; crosswise with other already classic and important authors in the field of Marxism, confronted with prominent contemporary thinkers. Given the need to restrict the theme, a historical balance of Lenin's political actions will be secondary to the present investigation. Secondary, however, does not mean absent, since the historical, biographical and circumstantial acts and facts are inseparable and inseparable from the theoretical work of the author to be investigated and the theses to be elaborated and defended. Secondary, therefore, just means that it is not the center of our investigation and our thesis, but still an important support for the understanding of Lenin's ideas and theoretical work and its actuality. Thus, the proposed cut ends up having a predominantly didactic feature, but in no way denies the entirety of the historical phenomenon studied. For, when investigating Lenin's theoretical legacy, this thesis must necessarily take into account the development of the elaboration of his ideas within historical circumstances and, at the same time, as a historical construction of concepts.

Keywords: Lenin. Pachukanis. State. Law. Transition.

RIEPILOGO

VILLELA, Cláudio Rennó. *LENIN: STATO, LEGGE E TRANSIZIONE Aggiornamenti e limiti di teorie e pensiero di Vladimir Ilyich Uliyanov*. 2022. xxx f. Tesi (Dottorato) - Facoltà di Diritto, Università di São Paulo, São Paulo, 2023.

Oggetto di questa tesi è il dibattito contemporaneo sulla rilevanza del lavoro teorico di Lenin e la sua centralità per l'elaborazione della critica e del programma socialista in questo XXI secolo, visto, quindi, dal prisma di un'analisi marxista, più precisamente da una prospettiva pachukaniana e il nuovo marxismo, cioè dalla prospettiva della forma-merce combinata con la ricerca di elementi nell'opera teorica di Lenin nel senso del superamento delle forme e dei contenuti sociali capitalisti. Ripercorrendo i principali dibattiti e scontri teorici contemporanei e dopo Lenin, in particolare nella Seconda e Terza Internazionale e con Kautsky, Trotsky, Stalin, Gramsci, Mao, Althusser, tra gli altri, sui temi centrali di questa ricerca, Stato, diritto e transizione e correlati come imperialismo, nazione, presa del potere, democrazia, ecc. Si tratta quindi di guardare non solo ai concetti e alle idee originali di Lenin, ma soprattutto alle possibilità attuali della loro validità e applicazione; incrociato con altri autori già classici e importanti nel campo del marxismo, confrontandosi con eminenti pensatori contemporanei. Data la necessità di restringere il tema, un equilibrio storico dell'azione politica di Lenin sarà secondario a questa indagine. Secondario, tuttavia, non significa assente, poiché gli atti e i fatti storici, biografici e circostanziali sono inseparabili e inseparabili dall'opera teorica dell'autore da indagare e dalle tesi da elaborare e difendere. Secondario, quindi, significa solo che non è il centro della nostra indagine e della nostra tesi, ma pur sempre un importante supporto per la comprensione delle idee e del lavoro teorico di Lenin e della sua attualità. Il taglio proposto finisce quindi per avere un carattere prevalentemente didattico, ma non smentisce in alcun modo la totalità del fenomeno storico studiato. Infatti, nell'indagare l'eredità teorica di Lenin, questa tesi deve necessariamente tener conto dello sviluppo dell'elaborazione delle sue idee all'interno di circostanze storiche e, allo stesso tempo, come costruzione storica di concetti.

Parole chiave: Lenin. Pachukanis. Stato. Diritto. Transizione.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA E MÉTODOS	22
PRIMEIRA PARTE – ATUALIDADES	33
CAPÍTULO 1 – DE ULIANOV A LÊNIN	33
1.1 – O Ator	33
1.2 – O Elenco	40
1.3 – O Enredo	42
1.4 – Os Contextos	47
1.5 – Os Textos	52
1.6 – Os Roteiros	66
CAPÍTULO 2 – CONCEITOS CENTRAIS	72
2.1 – Dimensões	72
2.2 – A evolução do conceito de Estado na obra e no pensamento de Lênin	73
2.2.1 – Uma periodização de suas obras	73
2.3 – As primeiras conceituações de Estado por Lênin	76
2.4 – O início de um aprofundamento da conceituação de Estado	79
2.5 – Uma primeira inflexão no pensamento de Lênin	82
2.6 – Um problema de tradução: reflexo ou imagem	86
2.7 – Diferenças entre as teorias do conhecimento do reflexo e da imagem	89
2.7.1 – Breve discussão sobre as diferentes teorias do conhecimento	89
2.8 – Transição entre fenomenologia e dialética	94
2.9 – Construção e efetivação da dialética do conhecimento	95
2.10 – Breve menção ao método dialético-materialista de Marx	101
2.11 – Teoria do conhecimento <i>do reflexo e da imagem</i> em Lênin	104
2.12 – <i>Materialismo e Empiriocriticismo</i> e Estado	106
CAPÍTULO 3 – A MATURAÇÃO DOS CONCEITOS	111
3.1 – O amadurecimento da conceituação de Estado	111
3.2 – A questão nacional e o Estado	114
3.2.1 – O debate de Lênin com Rosa Luxemburgo	114
3.2.2 – As posições de Lênin no debate sobre a questão nacional e o Estado	117
3.3 – <i>Cadernos sobre a dialética de Hegel</i> : o Sujeito Político e o Estado	122
3.4 – O impacto da guerra e da capitulação da socialdemocracia	123
3.5 – O início dos <i>Cadernos sobre a dialética de Hegel</i>	126
3.6 – Os <i>Cadernos Filosóficos</i> e a refundação e reconstrução do marxismo	128
3.7 – Avanços, novas descobertas, mas não ruptura.	134
3.8 – Os <i>Cadernos</i> , Lênin, Herzen, Lefebvre, Žižek e as <i>reversões</i>	142
3.9 – Os <i>Cadernos Filosóficos</i> e o método original de Lênin	157
CAPÍTULO 4 – POSIÇÕES	162
4.1 – Conceitos Preliminares	162
4.2 – Primeiras posições sobre o pensamento de Lênin	164
4.2.1 – Unidade ou Coerência?	164
4.2.2 – Consciência e Partido	169
4.3 – Segundas posições sobre o pensamento de Lênin (e de Marx)	174
4.3.1 – Ontologia ou Mediação	174
4.3.2 – Forma-social <i>versus</i> Ontologia	180
4.4 – Terceiras posições sobre o pensamento de Lênin	189
4.4.1 – Classes, Estado, Direito e Transição	189
4.4.2 – Estado, Direito e Transição, forma-jurídica e forma-política	198
4.5 – Imediato, mediação, forma e conteúdo	206

SEGUNDA PARTE – LIMITES OU CONCEITOS INCOMPLETOS	214
CAPÍTULO 5 – Sobre o que ele não conseguiu alcançar	214
5.1 – A chave de leitura	214
5.2 – Consciência e Ideologia	215
5.2.1 – Consciência	215
5.2.2 – A crítica da Ideologia	220
5.2.3 – Ideologia: a contribuição política de Gramsci	225
5.2.4 – Ideologia: a crítica epistemológica de Althusser	237
CAPÍTULO 6 – A CRÍTICA DO DIREITO	244
6.1 – Perspectiva da crítica	244
6.2 – A crítica do Direito como crítica da Ideologia Jurídica	246
6.3 – Desvendando a forma do Direito	251
6.4 – Crítica da Subjetividade de Jurídica	261
6.5 – Da Crítica da Subjetividade de Jurídica à Crítica da Subjetividade Política	269
CAPÍTULO 7 – A CRÍTICA LENINIANA DO ESTADO	281
7.1 – O Desenvolvimento teórico-conceitual de Estado em Lênin	281
7.2 – Desvendado a forma do Estado em Lênin	289
7.3 – A lógica subjacente da forma-política e do sujeito-político	299
7.4 – A aplicação da nova teoria à nova realidade: as <i>Cartas de Longe</i>	310
7.5 – O contexto imediato das <i>Teses de abril</i>	318
7.6 – O texto mediado das <i>Teses de Abril: “Alea jacta est”</i>	324
7.7 – Os contextos internos e externos de <i>O Estado a Revolução</i>	333
7.8 – Os textos locutórios, ilocutórios e perlocutórios de <i>O Estado a Revolução</i>	339
7.9 – O debate lógico, filosófico, teórico-político e estratégico por trás da tática	348
CAPÍTULO 8 – TRANSIÇÕES CONCRETAS E ABSTRATAS, OBJETIVAS E SUBJETIVAS	351
8.1 – Limites teóricos objetivos e incompletude de Lênin	351
8.2 – Novas mudanças e ampliação do conceito de Estado em Lênin	360
8.3 – A Guerra Civil, a NEP e a ampliação do Estado em Lênin	372
8.4 – NEP, capitalismo de Estado, Cooperativas e Transição em Lênin	378
8.5 – Pachukanis, Gramsci e Althusser como complementares a Lênin	383
8.6 – Lênin e a <i>Forma-Política</i>	393
8.7 – O encontro do acaso com a forma e com os sujeitos na transição	399
CONCLUSÃO OU MANIFESTO POR UMA TEORIA DA SUBJETIVIDADE POLÍTICA	408
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	411

INTRODUÇÃO

“Repetir Lênin não significa que devemos repetir o que ele alcançou, e sim o que ele não conseguiu alcançar.”, i.e., o avanço teórico e programático para a superação das formas e conteúdos sociais capitalistas. Slavoj Žizek¹, em *13 experimentos sobre Lênin*², resume bem o problema do objeto desta proposta de pesquisa: o debate contemporâneo sobre a atualidade da obra teórica de Lênin e sua centralidade para a elaboração da crítica e do programa socialista neste Século XXI.

Trata-se, portanto, de se olhar tanto para os conceitos e ideias originais de Lênin, mas principalmente para as possibilidades atuais de sua validade e aplicações; de forma cruzada com outros autores já clássicos e importantes do campo do marxismo, confrontados com pensadores contemporâneos em destaque.

Apontar a atualidade e os limites, sem mistificações de quaisquer tipos, da obra teórica de Lênin é fundamental para uma pesquisa que se pretenda séria, criteriosa e científica, pois o próprio marxismo, como método, tão caro a Lênin, é mais que uma teoria, é uma ferramenta de leitura, de interpretação e de ação; é, pois, um programa para a emancipação humana.

Dada a necessidade de restrição do tema, ficarão secundarizados na presente investigação um balanço histórico das ações políticas de Lênin. Secundarizados, não obstante, não significa dizer, ausentes, uma vez que os atos e fatos históricos, biográficos e circunstanciais, são indissociáveis e inseparáveis da obra teórica do autor a ser investigado e das teses a serem elaboradas e defendidas. Secundarizado, portanto, significa dizer apenas que não é o centro de nossa investigação e de nossas teses, mas ainda assim um suporte importante para a compreensão das ideias e da obra teórica de Lênin e sua atualidade.

Assim, o recorte proposto acaba tendo uma feição predominantemente didática, mas de modo algum nega a inteireza do fenômeno histórico estudado. Ao investigarmos o legado teórico de Lênin, objeto desta pesquisa, este projeto forçosamente deve levar em conta o desenvolvimento da elaboração das suas ideias dentro das circunstâncias históricas.

¹ Slavoj Žizek é um filósofo, sociólogo, teórico crítico e cientista social esloveno. professor da European Graduate Schoole pesquisador sênior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana, professor visitante em várias universidades estadunidenses, entre as quais estão a Universidade de Columbia, Princeton, a New School for Social Research, de Nova Iorque, e a Universidade de Michigan.

² ŽIŽEK, Slavoj. *13 опытов о Ленине/ 13 опытов о Liénine*. (em tradução livre nossa “*13 experimentos sobre Lênin*”). Moscou. Ad Marginem. 2003. Pág. 252-253.

Ao mesmo tempo, como construção histórica dos conceitos, conforme se verá de modo mais profundo no item destinado à metodologia, é muito comum ter como premissa a idealização e até uma mistificação da figura histórica de Lênin, e, somente após esse “culto à personalidade”, proceder com uma “análise” de suas ideias como categorias conceituais. Erro este que pretendemos não incorrer, nem de forma apologética, nem pejorativa.

Apontar a atualidade e os limites, sem mistificações de quaisquer tipos, da obra teórica de Lênin é fundamental para uma pesquisa que se pretenda séria. Tentar desvendar seu legado, sua atualidade e seus limites, nesta perspectiva, é, pois, tentar contribuir para esta emancipação. Emancipar a crítica, ainda que construtiva, do culto cego.

Todavia, não pretendemos apenas repetir o que já foi dito por biógrafos da figura de Lênin, por mais ímpar que possa ainda ser, nem tampouco as conclusões sobre os estudos de suas obras, por mais importantes que sejam para nossa tese.

Desde esta terceira década do século XXI, propomos nesta tese uma chave de leitura da obra de Lênin a partir da crítica marxista da forma-mercadoria, i.e., a partir das contribuições singulares de Evguiéni B. Pachukanis cujos métodos de construção do concreto nas ciências abstratas, da ligação entre ideologia e direito [e estado], entre relação e norma, mercadoria e sujeito, direito e Estado, demonstram as categorias econômicas abordadas por Marx também são aplicáveis à ciência jurídica e à ciência política e à crítica do Estado, cruzadas com as elaborações, na busca eventuais convergências ou divergências, no sentido de mais que desvendar o conteúdo de classe das formas jurídicas e políticas, par explica porque este conteúdo assumiu tais formas.

Pois, desde a década de 60 do século XX, na Europa, o pensamento de Pachukanis foi resgatado do ostracismo pelas correntes marxistas críticas ao dogmatismo soviético stalinista, passando a ser fundamental para os debates atuais sobre a forma jurídica e a forma política.

Assim, fazer uma leitura crítica e original da obra teórica de Lênin sob o prisma da teoria da derivação do Estado, com base em Pachukanis, passando por Antonio Negri, Nicos Poulantzas, Umberto Cerroni, Joachim Hirsch, Márcio Naves, Celso Kashiura Jr e Camilo Caldas, até chegar à teoria da forma-política estatal de Alysson Mascaro é o desafio que nos colocamos.

Pois, assim como Lênin sempre teve em mente a dimensão ampliada da reprodução do capital como geradora das classes sociais e da luta de classes da compra e venda da força de trabalho enquanto mercadoria como um conflito imanente; não a simples oposição de interesses entre capital e trabalho na produção, mas sim a relação de classes como um todo complexo e

dinâmico, tanto na produção como na reprodução global, a combinação da relação de exploração na produção e na circulação geral do capital em geral e não apenas como uma partes isoladas do processo; nós também devemos levar em conta a noção de totalidade concreta, tão caras a Marx e a Lênin.

Se para Pachukanis, o sujeito de direito, ou forma-jurídica subjetiva, é o átomo do direito, em suas palavras: “*Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples e indivisível, que não pode mais ser decomposto*”³, além de ser uma condição *sine qua non* para a circulação da mercadoria, e, portanto, para a realização completa do capital; para Lênin, olhando para o Estado como forma-política também derivada da forma-mercadoria, é possível inferir na existência de um “sujeito-político”, de uma “subjetividade-política” ou ainda de uma “forma-política-subjetiva”?

Para tanto precisaremos investigar a fundo o conteúdo e as especificidade das relações políticas sob o capitalismo, das relações de poder (político, social, econômico, cultural e ideológico) para encontrarmos, ou não, uma teoria do sujeito-político em Lênin, que possa se encaixar nas teorias atuais da forma-política.

Parafraseando Pachukanis para indagar: toda relação política também é uma relação entre sujeitos? Há um ou mais sujeitos políticos que seriam elementos indivisíveis, que não podem ser decompostos, divididos, átomos das relações políticas? O que Lênin nos tem a dizer? Ou, o que temos a defender, lendo Lênin, e seus comentadores, quase cem anos após a sua morte, sob os prismas da derivação?

Nossa hipótese inicial é que sim, que há uma teoria do sujeito-político em Lênin e que, sim, o sujeito-político é parte fundamental da forma-política. Para tanto, pretendemos elencar e apresentar as principais ideias e teorias elaboradas ou aperfeiçoadas por Lênin que fizeram e ainda fazem parte de um debate sobre os nossos temas centrais Estado, Direito Transição.

Em 2017 a editora Boitempo publicou o livro *Reconstruindo Lênin*⁴, do intelectual húngaro Tamás Krausz, que no seu capítulo 5, sobre *O Estado e a Revolução*, este autor afirma:

No programa revolucionário de liquidar o Estado como entidade política, a eliminação do “Estado parasita” era condição política da “libertação econômica do trabalho”. Para Lênin, Estado e liberdade poderiam ser interpretados como noções diametralmente opostas.⁵

³ PACHUKANIS, Evguéni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Boitempo. São Paulo. 2017. Pág. 117.

⁴ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio e Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017.

⁵ Idem. Pág. 270.

O autor húngaro esclarece ainda que Lênin tinha plena consciência das contradições:

Da mesma maneira que ele [Lênin] havia descrito o Estado do período transicional como “Estado burguês” sem burguesia, ele [Lênin] falava de um capitalismo de Estado sem burguesia passando a coexistir como consequência da NEP⁶, desde que (e juntamente com outros desenvolvimentos) “os empreendimentos do Estado sejam em grande parte colocados em uma base capitalista, comercial.”⁷

Tamás Krausz prossegue: “Isto era um “recuo” real em relação ao socialismo teórico, na medida em que uma orientação baseada em necessidades foi substituída pela lucratividade como preocupação central.”⁸. Ou seja, para Lênin, a NEP era para ser provisória e transitória, “um passo atrás” para permitir “dois passos à frente”, que seria a implementação da economia planificada e o prosseguimento da superação das formas (e conteúdo) sociais capitalistas.

Ainda nas palavras de Tamás Krausz “A chave para a abordagem de Lênin em relação ao socialismo é, portanto, fornecida por seu “socialismo cooperativo”, como uma “mediação da transição”, que pode ser rastreado a raízes teóricas anteriores a outubro de 1917.

As contradições não resolvidas entre as teorias e as práticas de Lênin, dos conceitos nas “Teses de Abril” e em “O Estado e a Revolução” e escritos posteriores, o Comunismo de Guerra (acionamento militar da produção e distribuição) o recuo tático da NEP⁹, não tiveram tempo para serem resolvidas nem no plano prático nem no plano teórico, nosso objeto.

Mas isto não quer dizer que mais de cem anos depois do início deste processo, avançarmos nas elaborações que ajudem no avanço da superação dessas contradições. Para isso é necessária uma leitura atenta das minúcias na pesquisa aqui proposta.

Um dos desafios que se nos faz nesta jornada é tentar estabelecer uma certa epistemologia da obra teórica de Lênin. Mas tampouco é pequena tal tarefa. Pois teremos de estabelecer dois cortes epistemológicos diferentes: um, primeiro, horizontal, cronológico, diacrônico; e outro vertical, temático, sincrônico.

⁶ Em março de 1921, o governo de soviético anunciou a “Nova Política Econômica” NEP, esse novo plano recuava com as ações centralizadoras e permitia que práticas capitalistas fossem empregadas, para dar “um passo para trás, para depois dar dois à frente”.

⁷ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio e Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 495.

⁸ Idem.

⁹ BERTELLI, Antônio Roberto. *A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. Org., tradução e introdução. Coleção Bases. v. 52. São Paulo. Global Editora. 1987.

Para a primeira secção nos basearemos na obra de Tamás Krausz, “*Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*”, publicada no Brasil pela editora Boitempo em 2017, mas com outro enfoque, que explicaremos mais à frente. Estabelecendo uma periodização de sua obra, combinada com as mudanças quantitativas e qualitativas.

Para o segundo corte, buscaremos as definições e conceituações de Lênin em diferentes áreas do conhecimento, como economia (desenvolvimento do capitalismo, crise, superação, transição), sociologia (classes sociais e luta de classes) ciência política (teoria do partido, Estado, reforma, revolução), filosofia (método, lógica, teoria da ação), jurídica (Direito, leis, normas) e cultura (ideologia, consciência, ciência). Com centro nos temas e conceitos de Estado e Direito, por motivos de recorte metodológico.

Uma hipótese inicial que nos aparece diante deste quadro mais geral da obra e da vida de Lênin é que a sua grande arte foi a combinação dialética de táticas aparentemente contraditórias, mas que deveriam levar à uma síntese lógica e prática coerente com a teoria e o programa marxistas, com a estratégia da revolução proletária, com a construção do socialismo e do comunismo.

Este traço fundamental que se mantém singularizado, a lógica analítico-prática; i.e., uma lógica intrínseca que combina análises, caracterizações, políticas mais gerais com o programa geral e este com análises de situações específicas e programas particulares, com ações concretas, diretas e indiretas, mediações das transições, um “pragmatismo-programático”, um “taticismo” permanente e coerente, sem esquecer em nenhum momento sequer a estratégia maior, um saber ser tático-estratégico, sem nunca ser oportunista ou casuísta, em sentido político e teórico.

A partir das definições originais de Lênin, retomaremos os debates travados com Kautsky, Bernstein, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Bukharin e Stalin; a influência da obra de Lênin no pensamento de Antonio Gramsci; um debate transversal com Piotr Stutchka, Evguiéni Pachukanis sobre o caráter do Estado e do Direito; bem como o resgate dos debates em Louis Althusser entre outros.

Para então confrontarmos nossas conclusões com alguns autores e debates presentes acerca da atualidade e validade das posições teóricas e políticas de Lênin, principalmente em relação ao Estado e ao Direito; desde o “eurocomunismo” e o “neo-reformismo” dos dias atuais, até os chamados “marxismo-cultural”, “culturalismos” e “identitarismos”.

Tentaremos percorrer nosso caminho sem cair na armadilha das “correntes tradicionais do marxismo” que não escaparam do “culto à personalidade” de Lênin, culto este decorre do

limite imposto por uma concepção parcial. Uma parcialidade simples, que opera com o princípio personificação. Para o culto à personalidade se consolidar, a tese da determinação da dinâmica política apenas pela ação de determinados personagens históricos foi central.

Algumas pistas para os nossos problemas. Talvez o grande problema de estudar a obra teórica de Lênin seja desvencilhar sua rica elaboração de sua biografia política, como um exercício de abstração didático, isto é, ciente de que a realidade não foi assim, mas para avançar no sentido da compreensão dos problemas de leitura deste “personagem”, encontrar as perguntas certas e começar a respondê-las.

Pois, considerarmos que a sociedade capitalista não é só uma soma de relações ocasionais, mas como a própria constituição das subjetividades, a posição dos indivíduos, grupos, classes, a ideologia, os valores, a cultura, e, em especial, o tipo de interação produtiva, tudo isso operando mediante formas sociais estabelecidas, podemos superar e ultrapassar os dogmas do culto à personalidade e nos aprofundarmos nas ideias e conceitos deixados por Lênin. Pois, mesmo a subjetividade de Lênin se apresenta enredada em um mundo com formas dadas, lastreada em seu tempo e espaço, mediada pelas estruturas sociais daquele tempo e espaço. Assim como nossa leitura é mediada pelas estruturas e envoltas pelas formas, estruturalmente as mesmas, mas conjunturalmente “atuais”.

A obra teórica de Lênin é o centro dessa pesquisa, mas é será necessário compreender a relação da sua teoria com a sua vida. Uma relação permanente e dialética, portanto, muitas vezes contraditória, entre sua teoria e sua prática, mas priorizando a primeira, que é seu maior legado e secundarizando a segunda, que em muito ficou no tempo passado, mas a relação entre ambas e o resultado na teoria é o objetivo central e a principal questão a ser analisada. Ou seja, teremos que escavar a teoria da prática, e arrancar a teoria, por abstração, sem esquecer a origem e os contextos das quais cada conceito foi elaborado.

Chegamos assim ao ponto nodal, o conceito chave da teoria na produção intelectual de Lênin e sua relação com o presente histórico. Estabelecer uma junção necessária entre o legado teórico de Lênin e os problemas deste primeiro quarto do século XXI seria um bom começo para nossa pesquisa. Para tanto é preciso separar a obra teórica de Lênin em dois planos. O diacrônico e o sincrônico. O primeiro, histórico, evolutivo e o segundo, conceitual, teórico, propriamente dito.

Pensar uma crítica marxista-revolucionária da obra teórica de Lênin, até agora, tem sido tarefa inglória, pois, nas palavras de Žižek e Krausz, a exaltação de sua personalidade tem

apenas repetido o que ele já havia alcançado. Para honrar sua memória e seu legado devemos, pelo menos tentar chegar aonde ele não conseguiu alcançar.

Assim como há um indissolúvel e necessário nexos entre indivíduo e história, somente é possível entender as variadas doses de interação no bojo do processo através de suas conclusões teóricas. Em sua obra teórica e em suas práticas políticas, são um todo de contradições (da realidade e da teoria) e sínteses da sua subjetividade. Este indivíduo e sua obra se perpassam e se imbricam o tempo todo, sem possibilidade de negação parcial entre si. Assim, a partir da sua obra, construir uma crítica, e da crítica, assim como ele, não perder a esperança em mundo com justo.

Por que essa busca na obra de Lênin? Poderíamos dizer por que ele é o sétimo autor mais traduzido do mundo, de acordo com o *Index Translationum*, órgão da UNESCO que reúne estatísticas de tradução¹⁰. Entre os autores de língua russa, ele é o primeiro em traduções em escala mundial, seguido de Dostoiévski, Tolstói, Tchekhov; quatro posições atrás de Shakespeare, seis acima de Alexandre Dumas, a quatorze de Oscar Wilde, à frente mesmo até de Karl Marx, Goethe e Tolkien, entre tantos outros.

Ainda que o ranking de traduções não seja por si só uma justificativa significativa o suficiente para a escolha e importância do autor e do tema, e, de fato, em si não é, apesar de ser o autor russo mais traduzido no mundo, nossa pesquisa não trata de traduções, nem de língua ou literatura russa, este elemento, reflete apenas mais um “sintoma” da importância do autor.

Outro sinal de notoriedade do autor e dos temas é o fato de que já há cinco anos do centenário da revolução de outubro de 1917, várias editoras (re)lançaram diversos livros sobre aquela Revolução e seu principal dirigente. A editora Boitempo, importante *publisher* de obras marxistas e afins, lançou mais de vinte títulos comemorativos ao centenário, além de toda uma coleção dedicada ao autor na *Arsenal Lênin*. E mesmo outras editoras não especializadas em livros políticos, publicaram algumas biografias e historiografias. Assim, as ideias e a vida de Lênin continuam a despertar interesse quase cem anos após a sua morte. Mas mesmo antes de entrar para a história Lênin já era reconhecido por seus pares, como, Rosa Luxemburgo observou, segundo Clara Zetkin, em uma palestra:

Rosa Luxemburgo, que possuía um olho de artista para o que é característico, apontou-me Lênin e observou: “Dê uma boa olhada nele. Aquele é Lênin. Veja a cabeça obstinada e teimosa. Uma cabeça de verdadeiro camponês russo, com alguns suaves traços asiáticos. Aquele

¹⁰ In: <https://www.unesco.org/xtrans/bsstatexp.aspx?crit1L=5&nTyp=min&topN=50>, acessado em 03 jun. 2022.

homem tentará derrubar montanhas. Talvez seja esmagado por elas. Mas nunca se renderá”.¹¹ (tradução nossa).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o nome Lênin teve reconhecimento na Europa como o de um dos mais importantes intelectuais e dirigentes políticos do movimento antiguerra. Suas ideias obtiveram eco para muito além da Rússia.

As formulações de Lênin sobre desenvolvimento capitalista na Rússia e em geral, sobre a questão nacional, a autodeterminação dos povos, o desenvolvimento desigual, sua teoria do imperialismo, sua teoria do partido e da organização, além de seus estudos filosóficos a respeito da dialética de Marx, são objetos de importantes debates em universidades e revistas especializadas até os dias atuais. Lênin sempre procurava elaborar em termos do ponto de vista histórico e imediato de classe, sobre as contradições de classes.

Pouco antes de morte, sua esposa Nadeja leu para ele um folheto de Trotsky, no qual o também intelectual e dirigente de origem ucraniana, comparava a sua importância à de Marx.

O livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899) é o seu texto mais relevante sobre história econômica russa, é sua única obra histórica elaborada desde um prisma científico rigoroso. Esta obra teve uma centralidade única na formação e consolidação do pensamento teórico e político de Lênin. Nesta obra, Lênin, ao contrário de outros pensamentos vulgares, percebia que a troca de mercadorias no modo de produção, reprodução e acumulação capitalista era um sistema particular, dentro da economia, que, por sua vez, determinava historicamente as demais relações sociais, não sendo mais possível, pois, outras alternativas idealistas que não a revolução e a superação dessa formação social baseada em relações antagônicas.

[...] não era antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. [...] que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. [...] é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, [...] é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente.¹²

¹¹ ZETKIN, Clara. *Reminiscences of Lenin*. Londres. Modern Books. 1929. Pág. 7. In: KRÚPSKAIA, Nadiéjda, *Reminiscences of Lenin*. Trad. Bernard Isaacs. Nova York. International Publishers. 1970.

¹² LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2ª ed. São Paulo. Nova Cultural. 1985. Pág. 113.

Antonio Gramsci talvez tenha sido o primeiro a perceber a relevância filosófica de Lênin no sentido de perceber a diferença entre o desenvolvimento russo e o “ocidental” e as consequências teórica e programáticas em consequência desse desenvolvimento desigual.¹³

Muitas biografias de Lênin, sejam contrárias, reacionária, ou mesmo as apologéticas, fazem retratos artificiais e superficiais de sua obra e de seu legado teórico, e não conseguem perceber a importância da metodologia marxista tanto na elaboração das teorias, quanto dos seus programas decorrentes, como guias para as ações práticas desta ciência social aplicada, por ele desenvolvida ao extremo na maior experiência histórica do seu e de nosso tempo.

Lênin foi o primeiro intelectual sério a aplicar a metodologia de Marx no pensamento e na ação socialistas¹⁴. O artigo de Lênin sobre Marx para Dicionário enciclopédico Granat¹⁵ destaca sua especial atenção ao do método dialético¹⁶.

As anotações de Lênin sobre sua leitura de Hegel demonstram sua atenção especial para com o terceiro tema geral de nossa pesquisa, a questão das “transições” do “geral para o individual” e do “individual para o geral”, além de reflexões mais profundas sobre as correlações entre “forma e conteúdo” - já antecipando Pachukanis - “método e ciência”, “percepção e realidade”, “teoria e prática”.

Lênin examina ainda a importância e a relevância prática da dialética por mais de um ponto de vista, por exemplo:

Não é possível compreender plenamente “O Capital” de Marx e particularmente o seu I capítulo sem ter estudado a fundo e sem ter compreendido toda a Lógica de Hegel. Por conseguinte, meio século depois nenhum marxista compreendeu de Marx!!¹⁷

Em *O Estado e a revolução*, Lênin desenterrou algumas das ideias esquecidas de Marx, para poder elaborar, do ponto de vista teórico, a dinâmica e as caracterizações de perspectivas futuras, imediatas e mediadas, do processo em curso e acelerado de 1917. Nesta obra Lênin examina a relação entre o Estado e as classes sociais, e o projeto para a destruição definitiva do Estado, enquanto “ente” apartado da sociedade, entre outros temas tão atuais quanto à época.

¹³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 v. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1999-2002.

¹⁴ HARDING, Neil. *Leninism*. Durham-NC. Duke University Press. 1996. Pág. 14.

¹⁵ Dicionário Enciclopédico Granat. 58 v. Org. Aleksandr e Ignáti Granat. Moscou. 1910-1948.

¹⁶ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa. Edições "Avante!". 1977. Tomo 1. Pág. 3-27.

¹⁷ LÊNINE, V. I. *Conspecto do livro de Hegel “Ciência da Lógica”*. In: LÊNINE, V. I. *Obras Escolhidas*. Vol. 6 (Cadernos Filosóficos). Lisboa e Moscou. Editorial Avante e Ed. Progresso. 1989.

Lênin foi muito crítico com os esquerdistas na questão do Tratado de Brest-Litovsk, e em 1920 dedicou sua consideração mais dura em *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*.

Lênin sublinha a ruptura de continuidade entre o conflito “econômico” imediato e o conflito político mediado, recusa mais explicitamente ainda “confundir o problema das classes e o dos partidos”, o conteúdo social e sua expressão política. De fato, a luta de classe *não se reduz ao conflito do operário contra um patrão*, “mas contra a classe capitalista inteira”.

Do alto desta terceira década do século XXI, sabemos que, pelo menos desde Robert Kurz, que aquele modelo de planejamento capitalista de estado, significa outra forma de exploração. Lênin já sabia e já dizia isto muito antes de Kurz.

Como dissemos antes, desde *O colapso da modernização*¹⁸ está claro que aquele modelo de planejamento capitalista de estado, significou apenas outra forma de escravidão assalariada e de exploração, também capitalista, como Lênin já dizia isto muito antes.

Lênin insiste sempre que a classe revolucionária, para cumprir suas tarefas, deve saber se apropriar de todas as formas e de todos os aspectos, sem a menor exceção, da atividade social; a classe revolucionária deve estar pronta para substituir rápida e bruscamente uma forma pela outra¹⁹.

Assim, compreender Lenin é tentar entender a possibilidade de os sujeitos, econômicos, sociais e políticos, interferirem na realidade, para a superação definitiva das formas e conteúdos sociais especificamente capitalistas, como a forma mercadoria e suas derivadas. Por isso todo filósofo do Direito e do Estado, com o mínimo de honestidade intelectual e curiosidade teórica e científica, não pode diminuir o significado e a importância da obra e do pensamento de Lênin.

¹⁸ KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992.

¹⁹ BENSAD, Daniel, marxista francês falecido em 2010, professor de Filosofia na Universidade de Paris VIII, militante do NPA; autor de “*Marxismo, Modernidade e Utopia*”, Editora Xamã, São Paulo, 2000; dissertação de mestrado sobre “*A noção de crise revolucionária em Lênin*” sob a orientação de Henri Lefebvre, em 1967-1968.

METODOLOGIA E MÉTODOS

A palavra método vem da origem grega *methodos*, composta de: *meta*, através de, por meio, e de *hodos*, via, caminho. Servir-se de um método é, antes de tudo, tentar ordenar o trajeto através do qual se possa alcançar os objetivos projetados. O caminho para chegar a um fim. O método científico é um conjunto de regras básicas para desenvolver uma experiência a fim de produzir novos conhecimentos, bem como corrigir e integrar conhecimentos pré-existentes.

Na maioria das disciplinas científicas o método consiste em juntar evidências observáveis, empíricas (ou seja, baseadas apenas na experiência) e mensuráveis e as analisar com o uso da lógica. Para muitos autores o método científico nada mais é do que a lógica aplicada à ciência. Os procedimentos variam de uma área da ciência para outra (as disciplinas científicas), diferenciadas por seus distintos objetos de estudo, consegue-se determinar certos elementos que diferenciam um método científico de outros métodos (filosófico, matemático etc.).

Como metodologia para o desenvolvimento desta Tese de doutorado, valemo-nos de uma leitura coordenada dos principais textos indicados na bibliografia, bem como de fichamentos das tais obras. Eventuais reportagens que surgirem durante a construção da pesquisa poderão ser encaixadas, caso haja conveniência.

Uma primeira chave metodológica para a compreensão da atualidade do pensamento de Lênin para o Estudo e entendimento do Estado, do Direito e da Transição está dentro do paradigma teórico do próprio Lênin, em sua leitura e aplicação particulares do marxismo, podemos entender seus estímulos, suas motivações, e a formação de seu pensamento dentro desse conjunto de ideias. A obra teórica de Lênin está intrinsecamente ligada aos objetivos de mudanças sociais e não pode analisada criticamente sem que se leve em conta essa estratégia maior, da qual Lênin nunca se desvinculou.

Nesse sentido, estão no cerne da obra intelectual de Lênin, para a superação das formas e conteúdos sociais capitalistas, i.e, a libertação definitiva da humanidade, não como ente abstrato, mas como civilização concreta.

Além dos próprios seres humanos enquanto classes sociais, o proletariado especificamente como única classe social que pode levar a cabo o projeto histórico de sua emancipação e, por conseguinte, do conjunto da sua espécie, sua consciência, seu ponto de vista, de suas frações, seus conflitos, políticos e de interesses materiais, internos, seus movimentos e suas dinâmicas.

Ou seja, não se trata de uma visão “de fora” da obra de Lênin, de seu contexto histórico e de seu legado; muito menos se trata de um novo tipo de culto à personalidade ou de iconodulia tardia. Muito antes pelo contrário, até mesmo por respeito à memória e ao legado de Lênin, que sempre foi muito crítico com seus pares, das primeiras horas aos últimos momentos, e ao mesmo tempo muito leal, fraterno e respeitoso, nossa pesquisa e seus resultados precisam, igualmente não perder o horizonte da crítica, ainda que o mais construtiva possível.

Seguindo esta toada, nos debates contemporâneos a Lênin e nos posteriores a ele, deveremos também colocar em destaque os pontos de vistas dos extratos sociais e de suas posições em relação ao Estado, desde fora dos diferentes aparatos e dos postos ocupados, quando de dentro, da forma política estatal.

Ainda a respeito do enfoque metodológico, do alto desta terceira década do século XXI não podemos nos dar ao luxo de sermos objetivistas, i.e., desconsiderarmos os fatores subjetivos, ainda mais quando se trata da análise-crítica do sujeito central da nossa pesquisa e também dos demais sujeitos simultâneos e posteriores a Lênin. Mas, não se trata de forma alguma de cairmos num psicologismo superficial e vulgar, sob pena de incorremos na aberração metodológica e política do culto à personalidade, seja como idolatria ou iconoclastia. Trata-se sim apenas de entendermos a formação e as mudanças no pensamento de Lênin nas diferentes fases de sua vida e obra, ainda que não seja uma tarefa pequena.

Entretanto, ressaltamos que não pretendemos nos debruçar sobre o objeto nos moldes idealistas tradicionais. Alternativamente, temos a intenção de pensá-los sob o prisma da totalidade estruturada. Somente assim será possível estudar o tema cientificamente, captando-se seu movimento interno, o que significa problematizar a origem, o destino, as finalidades e as contradições dos conceitos em tela.

Para tanto, vamos recorrer ao método materialista histórico e dialético, o cerne do pensamento crítico. É pelo materialismo histórico e dialético que se enxerga além da aparência, que se verifica o que está oculto ao olhar simplesmente analítico, incapaz de contemplar o dinamismo do real. Conforme a síntese de Michel Miaille acerca do potencial científico do pensamento crítico (e dialético):

Assim funciona o que eu chamo pensamento crítico: ele merece este qualificativo neste sentido em que, suscitando o que não é visível, para explicar o visível, ele se recusa a crer e a dizer que a realidade se limita ao visível. Ele sabe que a realidade está em movimento, quer dizer, que qualquer coisa para ser apreendida e analisada tem de o ser no seu movimento interno; não se pode, pois, abusivamente reduzir o real a

uma das suas manifestações, a uma das suas fases. Vê-se que o campo se abre assim à análise a partir do momento em que ela tome este caminho. E, especialmente, nas ciências que se propõem fazer o estudo dos homens que vivem em sociedade. Com efeito, o pensamento crítico torna-se então a lógica de uma teoria científica. (...) Um pensamento crítico já não pode contentar-se em descrever dado acontecimento social, tal e qual ele se oferece à observação: ele não pode deixar de o reinserir na totalidade do passado e do futuro da sociedade que o produziu²⁰.

E é pelo imperativo de se privilegiar o real e concreto, em detrimento das abstrações típicas das concepções idealistas, que defendemos como Filosofia do Direito o pensamento que mantém os pés no chão. Não se pode pensar o direito e sua filosofia independentemente de um conjunto geral de relações sociais pelas quais as sociedades se organizam e produzem sua existência material.

Logo, partimos do pressuposto de que a dialética deve caminhar de mãos dadas com o materialismo histórico, invertendo-se com isso o esquema hegeliano original, também idealista. Se em Hegel “a dialética está de cabeça para baixo”, é preciso “pô-la de cabeça para cima, a fim de se descobrir a substância racional dentro do invólucro místico”²¹.

Em poucas palavras, sustentamos que o estudo também da Filosofia do Direito deve se dar segundo as indicações de Marx, tal como consta “A Ideologia Alemã”:

Essa “visão de vida”, mesmo a visão estrábica dos filósofos, naturalmente só podia ser determinada por sua vida real. Daí se segue, certamente, que o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto ou indireto, e que as diferentes gerações de indivíduos que entram em relações uns com os outros possuem uma conexão entre si, que a existência física das últimas gerações depende da existência de suas predecessoras, que essas últimas gerações, recebendo das anteriores as forças produtivas e as formas de intercâmbio que foram acumuladas, são por elas determinadas em suas próprias relações mútuas. Em poucas palavras, é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim é determinada por ela.²²

²⁰ MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao Direito*. Trad. Ana Prata. Lisboa. Estampa. 2007. Pág. 22-23.

²¹ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro I. 26ª ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. Pág. 29.

²² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. Pág. 422.

Em nosso caso, não somente os precedentes, mas, sobretudo, os contemporâneos e os posteriores a Lênin até os mais atuais. Mas voltando à chave metodológica, dentro do paradigma teórico do próprio Lênin, para a compreensão e reconstrução conceitual de seu pensamento político e jurídico, desde sua leitura e aplicação particulares do marxismo, mas para além de seus estímulos, suas motivações e da formação de seu pensamento dentro desses textos e contextos, vinculados aos objetivos imediatos e estratégia mediada, não podemos proceder, em nossa pesquisa, reconstrução conceitual e produção de novos conceitos, de forma meramente protocolar ou procedimental, com uma pauta formal de métodos.

O método que nos propomos não pode ser apenas de reflexões metodológicas vazias ou de discussões metodológicas em termos processualísticos puramente abstratos, sob pena de não atingirmos os objetivos propostos. Não podemos circunscrever o pensamento e as teorias de Lênin, enquanto nosso objeto, apenas formalmente, se o queremos ver como um pensamento crítico vivo e atual, útil para os problemas reais e teóricos de nosso tempo.

Mas sim, precisamos, do trato teórico de nosso objeto, já teórico com relação ao objeto, procurar permitir que saiam as categorias lógicas que nos permitirão a reconstrução conceitual do objeto em movimento, histórico e presente.

Essa reconstrução conceitual em si, das teorias e do pensamento de Lênin, que será nosso método preferencial, dentro da metodologia como um todo.

Este método preferencial de reconstrução conceitual, muito mais que um conjunto de procedimentos protocolares, se propõe como uma perspectiva, um ponto de vista e um ponto de partida, para nos permitir, enquanto sujeitos desta pesquisa, apreender tanto a historicidade quanto a atualidade e o caráter de totalidade do nosso objeto, que, por sua vez, é produto do pensamento de outro sujeito.

A reconstrução conceitual, como método, é fundamental para percebermos, através das determinações históricas, económicas, sociais, políticas e culturais, um sistema de mediações, que por sua vez permitem a expressão, a expressão das contradições, agora sim de forma lógica, inteligível, compreensível e explicável.

Pois, se ficássemos apenas na observação e explicação das determinações do pensamento de Lênin, ficaríamos presos a uma sucessão arbitrária de conceitos vazios; sem entrarmos nas causas estruturais do pensamento leniniano não alcançaríamos a forma interior de suas teorias.

Se a citação da *Introdução à Crítica da Economia Política*, “o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”²³, para além das determinações

²³ Marx, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo. Abril Cultural. 1982. Pág. 14.

simples, pra uma compreensão mais atual do pensamento leniniano precisamos recorrer à construção conceitual de Louis Althusser de “sobredeterminação”, menos do que o conceito em si, mas mais como uma ferramenta de pesquisa, de extração de novos conceitos e de compreensão das contradições e mediações da e na obra de Lênin.

O conceito de sobredeterminação foi usado primeiro por Freud como um termo para descrever a representação dos pensamentos oníricos em imagens privilegiadas pela condensação de um número de pensamentos em uma única imagem, ou pela transferência de energia psíquica de um pensamento particularmente potente para imagens aparentemente triviais, exatamente como Lênin fez em “Paz, Pão e Terra”, depois das *Teses de Abril* e de *O Estado e a Revolução*.

Althusser elabora o conceito de sobredeterminação para descrever os efeitos das contradições em cada prática que constituem a formação social como um todo e se volta sobre cada prática e cada contradição, definindo um padrão de dominação e subordinação, antagonismo e não-antagonismo das contradições na estrutura com dominante em um dado momento histórico, como a reflexão de suas condições de existência nela mesma, dentro do todo complexo, isto é, das outras contradições no todo complexo, em outras palavras, seu desenvolvimento desigual.

Assim, para utilizarmos a o conceito de sobredeterminação como uma ferramenta de pesquisa, de extração de novos conceitos e de compreensão das contradições e mediações do pensamento leniniano, precisaremos descrever as mediações e contradições teóricas e práticas na formação de seu pensamento como um todo, a partir dos principais momentos e das principais obras, em busca de um padrão de elaboração, a partir das condições objetivas e subjetivas nos diferentes momentos e situações, no todo complexo de sua obra e de sua vida, i. é, do desenvolvimento desigual de seu pensamento e de sua obra teórica.

Buscamos, nesta tese, uma singularidade que perpassasse todos os espaços da produção do pensamento de Lênin, elementos de saturação conceitual nas suas principais obras e teorias nelas contidas, não só com os momentos e contextos circunscritos, mas com as causas estruturais dos problemas da época que ainda persistem em nossos dias, como as contradições internas e externas do Estado, do Direito e da transição e seus sistemas de mediações que as expõe e nos permite desvendá-las, soprar as névoas e retirar suas máscaras, “ideológicas” ou não, para, por sua vez, através da teoria, libertar os conteúdos de suas formas sociais que os aprisionam e os limitam aos estreitos horizontes do capitalismo decadente.

Não pretendemos resumir o pensamento inteiro de Lênin ao método, mas procuramos esclarecer o seu método particular de análise e intervenção. Lênin não trabalha com como categorias fixas, imutáveis, eternas ou já formadas; ao contrário, ele estuda as relações sociais em seus vários níveis, e busca explicações de como estas relações se produzem, isto é, seu movimento histórico. Lênin não toma estas relações como princípios, categorias, pensamentos abstratos, mas sim como vida ativa e atuante dos homens; assim como Marx, Lênin via o movimento social ligado ao movimento político e o movimento político simultâneo ao movimento social.

A partir da abstração Lênin procura enquadrar os elementos da realidade estudados em categorias lógicas, busca o caráter distintivo dos diferentes movimentos, para chegar ao movimento abstrato, formal, à lógica do movimento e sua substância que as explica e implica no movimento da coisa estudada. Os elementos conflitantes na realidade constituem o movimento dialético, os contrários se movem, se equilibram, se neutralizam, da fusão de ideias contraditórias, Lênin forma novas teorias. Desse trabalho nascem grupos de teorias, que, por sua vez, seguem o mesmo movimento histórico, assim, das categorias simples nasce o grupo, do movimento dos grupos nasce a série, e das séries nasce o sistema de categorias lógicas, de contradições e de mediações, que buscamos em sua obra teórica e no conjunto de seu pensamento. Enfim, Lênin jamais se coloca acima dos elementos concretos ou abstratos, ele sabe sempre ser parte de um ou de outro, tanto na teoria como na prática dela derivada.

Seguindo a chave metodológica leniniana, determinando os traços de seu pensamento e buscando as determinações e suas mediações pelas quais é possível aferir a atualidade de seu pensamento e de suas teorias em diferentes instâncias de importância e aplicabilidade mais ou menos atuais. A caça dessas mediações no pensamento leniniano, a busca por um sistema dessas mediações, que nos permita apreender as contradições da realidade e da teoria como expressões daquelas, mais que um caminho e um final a encontrar, é um “como pisar sobre as pedras” e como encontrar “os cristais” para lapidá-los depois.

Para tanto, por maior que seja nossa admiração e respeito pelo autor em tela, implícita e explícita na escolha e justificativa do tema, não podemos nem por um segundo cair em desvios “políticos” e metodológicos como seguidismo ou apologia. Seguidismo é uma conduta, criticada pelo próprio Lênin muitas vezes, que se trata de seguir, ou concordar com suas ideias e posições, a priori, sem questionar nem criticar nada; e, apologia seria fazer uma defesa igualmente cega ante os ataques de todos os tipos, políticos e filosóficos, sofridos por Lênin e

por sua obra, apesar de a imensa maioria de infundada e injusta; apenas não se trata de nosso papel nesta Tese.

Para atingirmos os objetivos que nos propomos precisamos realizar uma “escavação arqueológica”, e como tal, além da prospecção, identificação, separação, escolha do instrumental e, por fim, uma análise criteriosa dos maiores aos menores elementos/conceitos da teoria e do pensamento, seus decaimentos e permanências e as consequentes caracterizações dos processos até nossos dias. Mas como nossos objetos não são ossos nem vasos ou jóias nossas ferramentas também que ser outras.

Para a leitura dos textos recortados, por necessidade de circunscrição, primeiro faremos uma leitura estrutural, ou imanente, menos atenta à biografia de Lênin e mais atento à história interna, em busca de uma lógica interna em suas obras, textos, artigos, de um encadeamento interno dos conceitos; mesmo que para isso seja necessário, momentaneamente, abstrair o caráter fragmentado e inacabado do conjunto da obra e buscar um sistema de suas principais ideias.

Nesta toada de leitura estrutural de e para uma filosofia do pensamento leniniano processamos retirar do texto seu contexto, isto é, elementos da vida do autor. A ferramenta inicial de leitura imanente, interna aos textos, nos será especialmente útil para reconstruirmos uma arquitetura conceitual, um tempo lógico dos argumentos de Lênin, dentro de um encadeamento dos conceitos nos textos, em busca de uma verdade filosófica ou lógica em seu pensamento como um todo, desde suas diferentes fases e níveis.

Todavia, apesar de nosso tema ser a atualidade e os limites do pensamento leniniano, especificamente para com o Estado, o Direito e a transição, muitas vezes termos que nos valer de métodos sociológicos e históricos de leitura dos textos propostos, com toda prudência necessária, é claro, avaliar as fontes e sua ordem cronológica, cruzadas com os diferentes momentos e demandas, analisando os diferentes diálogos implícitos e explícitos nos textos; isto é, ao invés de reconstruir e trilhar um “caminho suave”, vamos entrar em labirintos com diferentes saídas e possibilidades. Apesar de ser mais arriscado este método pode nos dar também novas possibilidades e descobertas, para além do que discutido até agora.

Para não nos perdermos nos labirintos da história, das ideias e da história das ideias, no apropriaremos temporariamente de uma filologia das obras e da vida de Lênin, separando seus textos por temas, verificando eventuais mudanças de posições conceituais e políticas, deslocamentos temáticos e o desenvolvimento conceitual, linear e ou desigual.

Metodologia e método, como dissemos acima, reiteramos, são diferentes abordagens de seleção de conceitos mobilizados. Método é mais relativo às ferramentas e técnicas de pesquisa, enquanto metodologia é mais um “prisma geral” de observação, por exemplo, e não por acaso, o materialismo histórico e dialético é a nossa metodologia preferencial em geral e em particular para esta empreitada, sobretudo pela sua eficácia para análise das relações sociais envolvidas, tanto na obra e na vida do autor como nos temas em seu e em nosso tempo.

Dentre os diferentes métodos e ferramentas disponíveis pensamos que uma filologia do pensamento leniniano pode nos ser particularmente útil tanto na busca dos conceitos elaborados pelo autor como para construção de conceitos em nossa tese, a partir de uma pesquisa mais empírica sobre o pensamento de Lênin em si como objeto de nossa pesquisa.

Considerando esses dois tipos básicos de estudos das ideias de um determinado autor, sobre as teorias contidas nas obras do autor e sobre o pensamento do autor, há uma diferença sutil de método entre a leitura estrutural ou imanente, que busca um encadeamento lógico dos conceitos por ele produzidos que secundariza a sua biografia e vida prática e suas preferências políticas, na reconstrução de um “tempo lógico” encadeado na busca da verdade lógica da teoria ou das teorias deste autor; e a leitura filológica que prioriza as ideias como um pensamento em seu conjunto, não como teorias separadas mesmo que encadeadas logicamente.

A leitura filológica busca mais um “tempo histórico” em seus contextos específicos, que o “tempo lógico”, a procura dos debates, das polêmicas, dos conflitos, crises, contradições factuais e teóricas decorrentes, a relação com os adversários e inimigos teóricos e políticos e os desdobramentos destes debates e embates.

Para tanto a biografia do autor e a história dos textos analisados envolvem tanto a pesquisa teórica como a pesquisa empírica, i. e., a busca tanto do movimento lógico interno como externo do pensamento em questão.

A filologia enquanto método de pesquisa parte da análise de documentos, análise do discurso textual, não apenas como revisão bibliográfica, mas mais como um mapeamento de problemas e hipóteses sobre o pensamento estudado. E mesmo a revisão da bibliografia não se trata apenas da leitura e fichamento dos textos, mas sim a compreensão do discurso em seu contexto, em seus conflitos, contra quem e a favor de que estava escrevendo Lênin em cada momento específico.

Pensamos assim que a filologia como ferramenta de pesquisa nos pode ser particularmente útil sobretudo para evitar que caiamos no lugar muito comum da mera apologia das ideias leninianas desconectadas de seus contextos, transformando-as em leis máximas, em

“imperativos categóricos”, lendo seus escritos como doutrina absoluta e que qualquer eventual crítica, por mais construtiva que se seja, fosse assim tomada como “heresia”, ou pior, como “apostasia”.

Isto porque também o pensamento de Lênin por mais que tenha uma certa unidade e continuidade, lógica inclusive, verificamos que sua vasta obra – ele era um missivista incansável – sofre com as necessidades contingenciais dos diferentes momentos de sua vida, ou seja, não há um sistema de lógica, nos termos de John Stuart Mill²⁴, nas obras de Lênin, mas talvez haja um no conjunto de seu pensamento, hipótese que buscaremos.

Apesar de certa unidade e continuidade, insistimos, há também alguma fragmentação e descontinuidade na sua produção intelectual, bem como há momentos de mudanças de linha, de desenvolvimento de suas elaborações e até de rupturas com o produzido anteriormente por ele, como veremos mais adiante no desenvolvimento de nossa tese.

Isto porque ele escreveu em diferentes contextos e situações, diante de distintas demandas, com resultados teóricos (e práticos) também diversos, especificamente, em nossa tese, sobre os temas Estado, Direito e transição, por exemplo.

Assim, buscamos nesta tese um enriquecimento do conhecimento da obra deste pensador e realizador, através do refino dos seus conceitos, i.e., não apenas mais uma colagem de citações para construção de mosaicos (pré) intencionais, mas para a busca da direção que estava caminhando e para qual norte estavam apontando seus textos, como mapas e bússola.

Assim, pensamos que não devemos buscar, a priori, um pensamento sistematizado, completamente coerente, mas sim, teorias em processos de construção, i.e., não um “manual da revolução” pronto e acabado.

Devemos tomar muito cuidado com edições e traduções ruins e mesmo com as “histórias” prontas de seu pensamento, apesar de nosso recorte se aproximar muito mais de uma elaboração crítico-temática, e, esta é uma contradição interna de nossa tese, mas não uma contradição em termos, e sim uma contradição da realidade, para a qual buscaremos a sua compreensão e superação no seu próprio curso.

Dentro destas margens, muitas vezes contra a corrente assim como o movimento de seu pensamento, em processos de construções, desde seus afluentes, evitando as pedras do culto à personalidade, sem fugir das corredeiras de uma desmistificação dessa figura emblemática, indo

²⁴ MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. In: Stuart Mill. Os Pensadores. São Paulo. Ed. Abril. 1978.

a uma “mundanização” de sua obra e de seu pensamento, justamente para trazê-lo de volta à terra e ao tempo presentes na pungência de suas possibilidades atuais e ainda futuras.

Buscamos, sim, novos resultados teóricos e conceituais, das ideias circunscritas à época e locais, as que melhores resistiram ao tempo são as que mais nos interessam, tanto pelo método estrutural, mas sem retirar dos textos os elementos que lhes são externos, nem da vida de nosso autor central, nem dos contextos de cada momento, mas mergulhando nos temas para reconstruir sua arquitetura conceitual, seu tempo lógico interno, os encadeamentos de conceitos nos textos, as suas verdades contidas e incontidas.

E, ao mesmo tempo, para uma nova história de seu pensamento, as informações externas aos textos, a relação entre o autor e o contexto de escrita de cada parte de sua obra, a análise de suas principais biografias, contrapostas aos contextos histórico-políticos, como as lutas internas nos partidos e nas internacionais em diferentes momentos, das quais ele participou, ora como coadjuvante, ora como protagonista.

Essas duas linhas metodológicas de pesquisa em paralelos que se encontram e se cruzam muitas vezes antes do finito e o desfazimento dos nós inevitáveis no curso de seu fiar se fazem necessárias para a busca de uma totalidade concreta obra-autor-pensamento-tempo, tempo passado, tempo presente, tempo futuro.

Por uma questão de limitação, não poderemos usar plenamente o recurso da prosopografia, apesar de Lênin estar sempre elaborando e dialogando com grupos maiores ou menores; nem tampouco o método de análise de redes de relacionamentos diretos e indiretos do autor, contemporâneos e posteriores a ele, e suas conexões com nossos temas centrais, sob pena de (não) produzirmos uma enciclopédia e não uma tese, por mais abrangente que seja. Mas vamos ter que resvalar nesses dois recursos metodológicos, ainda que muito transversalmente.

Para uma leitura pachukaniana da obra e do pensamento de Lênin neste primeiro quarto do século XXI, para uma Filosofia do Direito e do Estado, para uma ciência política crítica e construtiva, pensamos que os métodos dos próprios Pachukanis e Lênin, sejam centrais.

O papel da abstração e o grau das abstrações são fundamentais para uma crítica da obra e do pensamento de Lênin. Tomar a obra de Lênin por seu conjunto, por uma suposta totalidade, como fez Lukács²⁵ poderia torná-la vazia se deixássemos de lado as diferentes partes e fases

²⁵ LUKÁCS, György. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012. (Título original em alemão: *Lenin: Stud über den Zusammenhang seiner Gedanken*, de 1924. Vale destacar que “Zusammenhang”, em tradução livre do alemão para o português também pode significar “contexto”, “nexo”, “relação” e “coerência”; esta última a tradução escolhida de outras traduções.)

que a compõe. Por sua vez, teorias fundamentais como a do imperialismo, desenvolvimento, de organização, democracia etc. perderiam o sentido numa totalidade abstrata a priori. A busca de categorias lógico-filosóficas mais simples na obra de Lênin e, portanto, fundantes, de seu pensamento é um pressuposto para a análise das partes mais destacadas para a busca de uma totalidade concreta, ainda que, neste caso, uma totalidade duplamente de pensamento; nem abstrata-vazia, ou caótica e difusa, mas um conjunto a partir de suas determinações e relações, em seus diferentes contextos e disputas com indivíduos e grupos.

Apesar de Lênin não ter criado um “sistema filosófico” ou uma “teoria integral podemos inferir que há uma elaboração filosófica em Lênin e trazê-la de volta ao debate contemporâneo da teoria crítica, sem “fetiches” de um *Lenin filósofo* único e original, sob o risco de incorreremos novamente no “culto à personalidade” que tanto pretendemos criticar.

A visão de um Lênin apenas como um homem de ação, de um dirigente político e pragmático, não como um intelectual que merece ser estudado, é o erro oposto, pois desde seus primeiros escritos já são críticos dos debates sobre economia e desenvolvimento capitalista, em oposição aos populistas e aos “marxistas-legais”. Suas críticas ao marxismo vulgar desde 1893 a 1899 já são consistentes, teórica e metodológica, às ideologias políticas e à economia-política russas²⁶.

O método de Lênin, dedutivo-indutivo-marxista, partia da teoria geral marxista, passava por uma análise criteriosa e rigorosa da realidade presente e histórica, sem se perder “no caminho” definia prognósticos, levando em conta as mediações reais e necessárias para alcançar os objetivos, dos mínimos aos máximos. O método dialético-prático de Lênin rompeu com uma postura passiva apenas especulativa da realidade, estabelecendo elementos mediadores entre a teoria e a prática diante dos antagonismos sociais frente à teoria, o programa e a ação organizada da fração mais avançada da classe social com potencial transformador.

²⁶ LENIN, Vladimir. I. *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo. Ed. Alfa-Omega. 1986. Pág. 47 a 73.

PRIMEIRA PARTE – ATUALIDADES

CAPÍTULO 1 – DE ULIANOV A LÊNIN

1.1 - O Ator

A evidência do nome de Lênin cuja obra teórica é o centro de nossa pesquisa já indica a necessidade e a importância do tema em seu significado, além dos motivos que justificam a realização do estudo. Explica no que consiste a justificativa e mostra a relevância de situar o tema num contexto teórico-prático, fomenta expor as dificuldades encontradas e a necessidade de se continuar produzindo conhecimento, enfatizando que o pesquisador precisa indicar que existem lacunas na área e deixar claro que seu estudo tentará preencher essa falta no conhecimento.

Pois, assim como as posições teórico-programáticas de Karl Marx e Friedrich Engels e de seus adeptos eram minoria na 1ª Internacional (AIT Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864 a 1878)²⁷, também as posições teóricas e políticas de Vladimir Lênin e Karl Liebknecht, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo²⁸ e o que sobrou de marxistas revolucionários não passavam de “quatro carros” na Internacional Socialista (2ª Internacional, 1889 – 1914) quando se reuniram na Conferência de Zimmerwald em setembro de 1915²⁹. Em geral as posições e opiniões mais radicais e contundentes tendem a ser minoritárias, por suas inovações, e consequências teóricas e práticas, muitas vezes incompreendidas.

Lênin, desde as *Teses de Abril* defendeu a passagem da revolução democrático-burguesa (capitalista) para a revolução socialista, como início da superação das formas-sociais capitalistas. Lênin via e entendia as mediações necessárias para a transição, como na tese “8” onde esclarece:

Não é tarefa imediata a implementação do Socialismo, mas somente iniciar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos pelos Sovietes de deputados operários”. Bem como tese “9”, letra (b) “Modificação do Programa do Partido, principalmente”, item (2) “Sobre a posição perante o Estado e nossa reivindicação de um “Estado-Comuna””³⁰

²⁷ COGGIOLA, Osvaldo. *A primeira internacional operária e a comuna de Paris*. Revista *Aurora*, ano V número 8 - agosto de 2011. ISSN: 1982-8004. In: www.marilia.unesp.br/aurora, acessado em 20 out. 2022.

²⁸ Marxistas revolucionários russo e alemães respectivamente.

²⁹ BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Trad. Fernando Ferrone. São Paulo. Sundermann. 2007. Pág. 30.

³⁰ LÊNIN, Vladimir I. *Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução*. In: *Obras Completas*. 5ª ed. Tomo 31. Petrogrado. Panfleto de 07/04/1917. Lisboa e Moscou. Editorial Avante e Ed. Progresso. Pág. 113-118.

Vladimir Ilitch Ulianov, vulgo e doravante apenas Lênin, já antecipava o problema central que iria desenvolver em *O Estado e a Revolução*. Nesta obra Lênin é assertivo em explicar que a superação do conteúdo das relações sociais e de suas formas (Estado, salário etc.) é o objetivo maior da revolução, é, em suma, a essência da revolução:

Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática. [...] A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível através da "extinção".³¹

Em “As tarefas fundamentais da ditadura do proletariado na Rússia”³² no item 5º), Lênin reafirma que “a tarefa do poder soviético...é continuar firmemente a substituir o comércio por uma distribuição dos produtos planificada e organizada...”. Isto é, começar a substituir a forma-mercadoria. E, na mesma página da citada obra e edição acima, no item 6º), Lênin avança sobre outra forma-social: “É preciso suprimir a moeda (forma-dinheiro) logo nos primeiros tempos da passagem do capitalismo para o comunismo [socialismo].”, “para a supressão da moeda, que será substituída, em primeiro lugar, por cadernetas [...] que dão direito a diversos produtos, etc.”. Numa clara referência a Marx, em Crítica ao Programa de Gotha.

Em 2017 a editora Boitempo publicou o livro *Reconstruindo Lênin*³³, do intelectual húngaro Tamás Krausz, que no seu capítulo 5, sobre *O Estado e a Revolução*, este autor afirma:

No programa revolucionário de liquidar o Estado como entidade política, a eliminação do “Estado parasita” era condição política da “libertação econômica do trabalho”. Para Lênin, Estado e liberdade poderiam ser interpretados como noções diametralmente opostas.³⁴

³¹ LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. Trad. Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo. Boitempo. 2017.

³² LENIN, Vladimir I. Oeuvres. Paris/Moscú. Éditions Sociales. 1962. Março/agosto 1919. Pág. 101 -114. *Apud*: FERNANDES, Florestan (org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais. Lênin, Política*. Vol. 5. São Paulo. Ática. 1978. Pág. 162.

³³ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017.

³⁴ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 270.

Este autor húngaro esclarece ainda que Lênin tinha plena consciência das contradições:

Da mesma maneira que ele [Lênin] havia descrito o Estado do período transicional como “Estado burguês” sem burguesia, ele [Lênin] falava de um capitalismo de Estado sem burguesia passando a coexistir como consequência da NEP³⁵, desde que (e juntamente com outros desenvolvimentos) “os empreendimentos do Estado sejam em grande parte colocados em uma base capitalista, comercial.”³⁶

Tamás Krausz Prossegue: “Isto era um “recuo” real em relação ao socialismo teórico, na medida em que uma orientação baseada em necessidades foi substituída pela lucratividade como preocupação central.”³⁷. Ou seja, para Lênin, a NEP era para ser provisória e transitória, “um passo atrás” apenas para permitir os “dois passos à frente”, que seria a implementação da economia planificada e o prosseguimento da superação das formas (e conteúdos) sociais capitalistas.

Ainda nas palavras de Tamás “A chave para a abordagem de Lênin em relação ao socialismo é, portanto, fornecida por seu “socialismo cooperativo”, como uma “mediação da transição”, que pode ser rastreado a raízes teóricas anteriores a outubro de 1917. As contradições não resolvidas entre as teorias e as práticas de Lênin, dos conceitos nas *Teses de Abril* e em *O Estado e a Revolução* e escritos posteriores, o *Comunismo de Guerra* (racionamento militar da produção e distribuição) o recuo tático da NEP³⁸, não tiveram tempo para serem resolvidas nem no plano teórico muito menos no prático pelo líder russo. Mas isto não quer dizer não possamos nós, do alto de nosso tempo, mais de cem anos depois do início deste processo, avançarmos nas elaborações que ajudem no avanço da superação dessas contradições.

Pois, como diz Tamás Krausz na obra citada acima “A obra e a vida de Lênin confirmam que o marxismo, tanto como teoria quanto como prática política, lida diretamente de ir além do capital.”³⁹.

³⁵ Em março de 1921, o governo de soviético anunciou a “Nova Política Econômica”, conhecida pela sigla NEP. Em suma, esse novo plano recuava com as ações centralizadoras do comunismo de guerra e permitia que algumas práticas do sistema capitalista ainda fossem empregadas. Dessa forma, pretendia-se dar “um passo para trás, para depois dar dois à frente” para reaquecer a economia através do capitalismo e, logo em seguida, ampliar o conjunto de ações socialistas.

³⁶ KRAUSZ, Tamás. *Op. Cit.* p. 495.

³⁷ KRAUSZ, Tamás. *Idem.*

³⁸ BERTELLI, Antônio Roberto. *A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. Coleção Bases. Vol. 52. Org., trad. e introd. A. Roberto Bertelli. São Paulo. Global Editora. 1987.

³⁹ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 546.

Eis uma primeira pista para nossa investigação: Lênin não era um “reformista”, nem um “estatista”, não era um defensor da manutenção do Estado indefinidamente, pois sabia ser o Estado-burguês uma forma-política do capital, mesmo que ainda não nesses termos exatos.

Ao contrário de Lênin, um certo “marxismo-oficial” posterior e em seu nome, elaborou uma a “nova teoria do Estado”, segundo a qual o Estado não mais definharia e por fim pereceria, mas, ao contrário do prescrito por Marx, engels, Lênin e tantos outros “marxistas-originais”, o Estado cresceria infinitamente até toda a sociedade ser Estado.

Doutrina esta promulgada na Constituição Soviética de 1936. O “marxismo-oficial” pós-Lênin aventurou-se por esse sendeiro perigoso não por inclinação natural, mas por necessidade. Pachukanis⁴⁰, foi removido e executado, por ter defendido as idéias dos marxistas originais sobre o fato de que o socialismo implica o gradual perecimento do Estado. Essa teoria não poderia ser aceita pelo “marxismo-oficial” pós-Lênin.

A consolidação desse “marxismo-oficial”, atravessa até hoje o debate jus filosófico, do começo ao fim, cuja “visão” para aquém das questões políticas, o ponto de vista “científico” é pobre, o, forjada num caldo “marxista” dogmático, remete muito facilmente ao ponto de vista tradicional de um positivismo bastante elementar.

O ponto de partida daquele “marxismo-oficial” foi a aceitação integral da versão de um “materialismo dialético e histórico”, simplificado e ausente de toda a problemática filosófica e científica e resumido a poucas citações de Marx dedicadas ao Direito e ao Estado, numa “teoria completa”.

Esse “marxismo-oficial” atacou frontalmente o “marxismo-original” de Marx, Engels e Lênin, negando do caráter normativo e estatal do direito, deduzindo prontamente desta “crítica teórica” uma acusação política de “traição” para com o poder soviético.

Esse suposto ordenamento normativo representaria a “vontade da classe operária traduzida em lei”, e, por isso, seria um conjunto orgânico de regras de conduta destinadas à construção da “nova sociedade”.

Daí, segundo o “marxismo-oficial pós-Lênin”, o caráter original, peculiar, do direito socialista soviético, que se apresentava como um “direito de tipo novo”, para o qual não valeria as críticas de Marx à mediação jurídica. E aqui temos a definição que Vichinsky⁴¹ apresenta para o direito:

⁴⁰ Evguiéni Bronislávovitch Pachukanis, (Staritsa, 1891 — Moscou, 1937) foi um jurista soviético, membro do Partido Bolchevique, ainda hoje considerado o mais proeminente teórico marxista no campo do direito.

⁴¹ Andrei Vyshinsky nasceu em Odessa em 1883, de uma família católica polonesa, que mais tarde se mudou para Baku, tornou-se um menchevique em 1903 e participou ativamente da Revolução Russa de 1905, permaneceu

O direito é um conjunto de regras da conduta humana estabelecidas pelo poder estatal, como poder da classe que domina a sociedade, e também dos costumes e das regras de convivência sancionadas pelo poder estatal e exercidas coercitivamente com auxílio do aparelho estatal, a fim de tutelar, consolidar e desenvolver as relações e o ordenamento vantajosos e favoráveis à classe dominante.⁴²

Esse “marxismo-oficial” “soviético” pós-Lênin consolidou uma visão de reforço do direito e do Estado, pela qual se propunha utilizar o aparelho estatal e o aparelho jurídico como instrumentos de consolidação do socialismo, onde a lógica intrínseca voltou a ser a do positivismo. Isto é, esse “marxismo-oficial” pós-Lênin é, neste aspecto central, o da teoria do Estado e do consequente programa para sua superação, não só diferente, mas é o oposto do “marxismo-original” de Lênin, de Marx, de Engels, de Pachukanis, entre outros.

Para este “marxismo-oficial” pós-Lênin o Estado e o Direito não eram [e ainda não são] nem parte de uma teoria nem de um programa decorrente, do poder das massas, após uma revolução proletária, após a tomada do Estado, o poder da classe trabalhadora, para avançar de tal modo, que em algum momento que a máquina estatal é subsumida por organizações sociais novas, libertas, horizontais, que possam dar conta de uma forma-política socialista, que não será aquela entremeada pelo Estado, acima de classes que já não mais existem.

Pois, caso essa teoria e programa do “marxismo-original” até-Lênin pudesse ser alcançado o Estado seria extinto e com ele também seriam extintas as bases sociais e materiais do “marxismo-oficial” pós-Lênin; uma contradição da realidade à qual predominou o “instinto de sobrevivência”, ante razão dialética para a plena vivência.

Assim, para Lênin há uma negativa clara da possibilidade de transição ao socialismo com a manutenção das formas sociais capitalistas, que se não superadas mantêm a produção atomizada, o trabalho humano abstrato, o império do valor, e tudo o mais que o socialismo precisa ultrapassar para superar o “estreito horizonte” da sociedade burguesa.

Em outras palavras, se para Pachukanis e Lênin, a emancipação da forma jurídica é entendida como a contraface da forma mercantil, i.e., da superação da forma-mercadoria, não bastando apenas mudar os nomes das estruturas econômicas, sociais, políticas e jurídicas de “burguesas” para “proletárias”, numa clara tentativa de falsificação infantil da realidade, mas,

um menchevique ativo, deu muitos discursos apaixonados e incendiários e se envolveu no governo da cidade. Em 1917, como um funcionário menor, ele assinou uma ordem para prender Vladimir Lênin, acordo com a decisão do Governo Provisório Russo, mas a Revolução de Outubro rapidamente interveio, e os escritórios que ordenaram a prisão foram dissolvidos. Após 1918, ele se aproximou de Stalin. Faleceu em 1954, em Nova York, EUA.

⁴² CERRONI, Umberto. *O pensamento jurídico soviético*. Trad. Maria de Lurdes Sá Nogueira. Póvoa de Varzim. Publicações Europa-América. 1976. Pág. 77.

sim, pelo perecimento dos momentos jurídico e político nas relações humanas, decorrentes da forma-mercadoria, como matriz inicial do processo capitalista, cuja superação deveria, portanto, ser o momento inicial de um processo de conformação socialista.

Ou ainda, se o sujeito de direito não aliena somente mercadorias produzidas pelo trabalho, mas aliena, sobretudo, a si próprio como mercadoria – sua força de trabalho, sendo simultaneamente sujeito e objeto de direito, assim também o sujeito-político começa a alienar seu poder político no mesmo exato momento que vende sua força de trabalho, seu tempo, seu direito, em suma, seu poder - cuja raiz material está na produção da vida - ao capital, cujo sujeito passivo pode ser tanto o burguês como o Estado proprietário de capital, com sua burocracia intrínseca.

Seguindo nesta lógica, se o trabalho, ou o trabalhador, em si, se torna objeto do processo de e para a realização do capital, e, a burguesia ou o Estado, ambos enquanto proprietários de parcelas de capital, são sujeitos passivos desse capital nesse processo, i.e., o capital é o sujeito ativo “autônomo” de todo o processo, a burocracia do Estado, enquanto agentes políticos diretos (ou indiretos, nos casos de “Estado burguês sem burguesia”, nos termos de Lênin) dos momentos políticos do processo como um todo e também enquanto sujeitos de direito, a burocracia não é sequer sujeito-passivo do processo como é a burguesia, é também objeto da forma-política estatal.

Pois, diferente do trabalhador direto das diferentes produções sociais de valores, das quais são “objetos-ativos”, a burocracia, que também aliena sua força de trabalho ao “empregador” Estado, é por sua vez, “objeto-passivo” dessa forma-política do capital, que ao ser proprietário de parcela de capital, por maior que seja essa parcela, também é sujeito-passivo do capital.

Isso talvez explique a necessidade das burocracias de Estados-burgueses sem burguesia da utilização de métodos de coerção tão ou mais brutais que os da burguesia para o exercício da sua dominação e controle político dos processos sociais de produção, reprodução e acumulação de valor.

A debilidade estrutural da burocracia de Estado-burguês-sem-burguesia em não ser nem sujeito-passivo do capital, nem “objeto-ativo” da produção de mais-valor, em ser apenas “objeto-passivo” da forma-política estatal, provavelmente implica em um retrocesso nas relações de produção, cuja primazia advertida por Althusser mais uma vez se comprova, no qual a subjetividade jurídica, crucial para a circulação e realização do capital, resta prejudicada, explicando mais uma vez, agora por outro prisma, por mais um elemento, a crise e colapso dos Estados-burgueses sem burguesia, com a ex-URSS e outros.

Isto porque se o trabalho ou o trabalhador produtor direto de valor não pode vender sua força de trabalho “livremente” no mercado, nem tampouco pode consumir “livremente” as mercadorias por ele produzidas, que por sua vez não também podem circular “livremente”, sejam elas fuzis AK-47, Mig-29, T-80, petróleo, gás, carvão, trigo etc., não há, portanto, circulação de capital, e sem plena circulação, como bem explicado por Marx, bem entendido por Pachukanis e Lênin, com suas implicações jurídicas e políticas, não pode haver, por conseguinte, a plena realização do capital, cujo processo como um todo entra em crise e consequente colapso, como de fato ocorreu.

Ou seja, se o trabalhador, produtor direto de valor, não é, ou não poder ser, um sujeito de direito pleno, i.e., vender “livremente” sua força de trabalho no mercado, e, a mercadoria por ele produzida, também não pode circular de acordo com as “leis da oferta e da demanda”, que Marx reconhece, mas critica a superficialidade *dos sicofantas e Sancho Pança dos lugares-comuns*⁴³, nem pode haver concorrência entre os capitais concretos, diferenciados pela função específica e pela modalidade de apropriação do mais-valor, não se cria capital. “Cria-se” apenas mais e mais crises, além das já intrínsecas ao capital.

Mas, para além de uma tentativa de aplicação do “prisma” de Pachukanis a uma leitura de Lênin, i.e., do concreto ao abstrato, se por um exercício de conjectura, utilizarmos as ferramentas teóricas de Lênin para uma leitura de Pachukanis, i.e., do abstrato ao concreto, talvez possamos ajudar a avançar onde Lênin não conseguiu, p.ex., num entendimento mais acabado dos sujeitos de direito e dos sujeitos políticos, da relações entre estes dois sujeitos, ou entre estes dois “momentos” da subjetividade capitalista e suas relações com as demais formas sociais especificamente capitalistas, no sentido da sua crítica teórica e da sua superação prática.

⁴³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. p. 870.

1. 2 – O Elenco

Elencar e apresentar as principais ideias e teorias elaboradas ou aperfeiçoadas por Lênin que ainda fazem parte de um debate contemporâneo sobre os temas centrais Estado, Direito Transição não são tarefas fáceis. Em 2017 a editora Boitempo publicou o livro “Reconstruindo Lênin”⁴⁴, do intelectual húngaro Tamás Krausz, que no seu capítulo 5, sobre O Estado e a Revolução, este autor afirma:

No programa revolucionário de liquidar o Estado como entidade política, a eliminação do “Estado parasita” era condição política da “libertação econômica do trabalho”. Para Lênin, Estado e liberdade poderiam ser interpretados como noções diametralmente opostas.⁴⁵

Tamás Krausz, no entanto, defende que Lênin tinha noção das contradições.

Se considerarmos a sociedade capitalista não é só uma soma de relações ocasionais, mas como a própria constituição das subjetividades, a posição dos indivíduos, grupos, classes, a ideologia, os valores, a cultura, e, em especial, o tipo de interação produtiva, tudo isso operando mediante formas sociais estabelecidas, podemos superar e ultrapassar os dogmas do culto à personalidade e nos aprofundarmos nas ideias e conceitos deixados por Lênin. Pois mesmo a subjetividade de Lênin se apresenta enredada em um mundo com formas dadas, lastreada em seu tempo e espaço, mediada pelas estruturas sociais deste tempo.

A obra teórica de Lênin será o centro de nossa pesquisa. Daí será necessário compreender a sua relação necessária sua vida. Uma relação permanente e dialética, portanto, muitas vezes contraditória, entre sua teoria e sua prática, mas priorizando a primeira, que é seu legado e secundarizando a segunda, que em muito ficou no tempo passado, mas a relação entre ambas e o resultado na teoria é o objetivo central e a principal questão a ser analisada na cândida pesquisa postulada. Chegamos assim ao ponto nodal, o conceito chave da teoria na produção intelectual de Lênin e sua relação com o presente histórico.

Estabelecer uma junção necessária entre o legado teórico de Lênin e os problemas deste primeiro quarto do século XXI seria um bom começo para nossa pesquisa. Para tanto é preciso separar a obra teórica de Lênin em dois planos. O diacrônico e o sincrônico.

O primeiro, histórico, evolutivo e o segundo, conceitual, teórico, propriamente dito. Pensar uma crítica marxista-revolucionária da obra teórica de Lênin, até agora, tem sido tarefa

⁴⁴ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017.

⁴⁵ Idem. Pág. 270.

inglória, pois, nas palavras de Zizeck e Krausz, a exaltação de sua personalidade tem apenas repetido o que ele já havia alcançado. Para honrar sua memória e seu legado devemos, pelo menos tentar chegar onde ele não conseguiu alcançar.

Assim como há um indissolúvel e necessário nexos entre indivíduo e história. Somente é possível entender as variadas doses de interação no bojo do processo através de suas conclusões teóricas. Em sua obra teórica e em suas práticas políticas, são um todo de contradições (da realidade e da teoria) e sínteses da sua subjetividade.

Este indivíduo e sua obra se perpassam e se imbricam o tempo todo, sem possibilidade de negação parcial entre si. Mas a partir da sua obra, construir uma crítica, e da crítica, assim como Lênin, não perder a esperança; e desta ir às lutas, teóricas e práticas, e, nelas construir e alcançar o justo.

1.3 – O Enredo

Podemos dizer, como hipótese inicial, que há, ao menos, duas grandes atualidades sobre a obra teórica de Lênin.

Uma primeira atualidade nos debates contemporâneos neste século XXI, que se dá em termos políticos, onde tanto o nome de Lênin, como conceitos caros a este pensador (e dirigente) russo são citados por figura politicamente proeminentes do nosso tempo.

Tanto que Vladimir Putin, presidente da Rússia (por ironia da História) desde o final do século passado, em seu discurso de 21 de fevereiro de 2022⁴⁶, onde, de fato, anuncia a invasão da Ucrânia por tropas russas, o “atual líder” russo cita Lênin ou “leninismo” nada mesmo que onze vezes, e, não por acaso, o contrapõe às ideias de Stalin, citadas outras seis vezes na mesma fala. Neste libelo de Putin trata de temas caros ao seu antecessor secular, como nacionalidades, autodeterminação, independência nacional, legalidade, Direito, Estado etc.

Outra citação recente de outra figura de destaque destes nossos tempos, foi a de Olaf Scholz⁴⁷, dois meses depois de seu colega russo, o atual Chanceler da República Federal da Alemanha, não se refere diretamente a Lênin, mas a um conceito que lhe foi e é central em sua obra teórica, o tema do imperialismo, pois, segundo Scholz, a “guerra de Putin é imperialista”. Ainda que Scholz não seja exatamente da mesma “escola” de Lênin, a guerra da Ucrânia em si, e suas diferentes leituras recolocam o conceito de imperialismo, central a Lênin, novamente em debate político e teórico.

Uma segunda atualidade é justamente o debate intelectual acerca da obra teórica de Lênin. Os diferentes legados de Lênin estão presentes e maior ou menor medida desde pelo menos a vitória da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, quando seu nome e suas obras políticas e teóricas se tornaram conhecidos e reconhecidas no mundo todo. Dos primeiros anos da revolução até sua morte, em janeiro de 1924, da consolidação da então União Soviética à derrota da revolução europeia, passando pela crise capitalista de 1929 e a decorrente recessão na década de 1930, dos períodos anterior, durante e pós segunda guerra mundial.

Mas, das crises capitalistas da década de 1970, quando o pensamento do jusfilósofo russo Evguiéni Pachukanis foi resgatado do ostracismo por Antonio Negri⁴⁸, uma renovada visão sobre a obra de Lênin se abre com a possibilidade de uma leitura crítica categorial, com base no método de Marx em O Capital, passando ao largo de dogmas estéreis e de cultos obscuros

⁴⁶ In: <https://disparada.com.br/integra-discurso-de-vladimir-putin-sobre-a-ucrania/>, acessado em 27 mai. 2022.

⁴⁷ In: <https://www.dw.com/pt-br/guerra-de-putin-%C3%A9-imperialista-afirma-olaf-scholz/a-61919138>, acessado em 27 mai. 2022.

⁴⁸ Antonio Negri (Pádua, Itália, 1933) é um filósofo, político, marxista, acadêmico e militante político italiano.

à personalidade, para enfim, poder-se entrar na crítica mais profunda das relações entre as formas e conteúdos estruturais e levam à diferentes formações sociais.

Mas, desde a distorção intelectual da obra teórica de Lênin, por uma doutrina oficial de Estado, usada como justificativa (i)moral para as mais diferentes atrocidades, dos anos 1930 até a crise visível da União Soviética e do Leste Europeu, da década de 1980, e seu final colapso em 1991, no decorrer dos anos seguintes, debaixo de uma imensa propaganda pró capitalista, culminada com uma grave crise “ideológica” na esquerda em todo o mundo, o pensamento de Lênin, ficou, pelos períodos seguintes, digamos, “fora da moda” acadêmica.

Mas nada como uma boa crise estrutural do capitalismo, como as quebras dos bancos estadunidenses em 2008 e a consequente recessão mundial na década seguinte para a volta à baila de pensamentos que possam explicar as raízes mais profundas que levam aos sintomas expostos nas bolsas de valores e nos demais mercados de capitais, e, é claro, apontar alternativas radicais de superação das crises intrínsecas.

Assim, assistimos nos últimos 15 anos uma nova gama de publicações, reedições, teses, artigos, livros, de pensadores marxistas, em especial de e sobre Lênin. De Slavoj Žižek⁴⁹ a Tamás Krausz⁵⁰, com debates sobre uma metodologia original leniniana, até biografias mais ou menos críticas ou romanceadas como a de Catherine Merridale⁵¹, ou mais criteriosas como as de Moniz Bandeira⁵² e de Antonio Carlos, Anderson Deo e Marcos Del Roio, organizadores de *Lenin: teoria e prática revolucionária*⁵³, entre outras.

Muitas outras obras sobre a vida e o pensamento de Lênin foram escritas e publicadas e algumas merecerão nossa atenção, mais a frente, mas por ora tomaremos por base o livro do pensador húngaro Tamás Krausz, *Reconstruindo Lênin, uma biografia intelectual*, publicado pela primeira vez em 2015, pela Monthly Review (EUA), em 2015, *Reconstruindo Lênin* chegou ao Brasil através da Boitempo no ano do centenário da Revolução Russa.

Cruzado ainda com a uma das principais biografias de Lênin, escrita por Neil Harding, *Lênin Uma Biografia*, (em tradução livre) além de *Lênin - Pensamento Político, volumes 1 e 2*

⁴⁹ Slavoj Žižek (Eslovênia, 1949) é um filósofo esloveno, é professor do Instituto de Sociologia e Filosofia da Universidade de Ljubljana e diretor internacional da Birkbeck, Universidade de Londres.

⁵⁰ Tamás Krausz (Hungria, 1948) é professor de história russa da Eötvös Loránd University of Sciences, de Budapeste

⁵¹ Catherine Anne Merridale (Inglaterra, 1959) é uma escritora e historiadora britânica com um interesse especial na história russa.

⁵² Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, (Salvador, 1935 — Heidelberg, 2017) foi um professor universitário, cientista político e historiador brasileiro, especialista em política exterior do Brasil e suas relações internacionais.

⁵³ DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; DEL ROIO, Marcos, (org.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2015.

(também em tradução livre), do mesmo autor; e contextualizados a partir de Eric Hobsbawm, tanto em *Tempos Interessantes, Era dos Impérios e Era dos Extremos*, entre outros.

Todavia, o centro desta Tese não é a vida política muito menos a vida pessoal de Lênin. Não se trata de um balanço político, apesar das suas grandes realizações. Não que não importem. Importam, e muito. Apenas não é o recorte a que nos propusemos diante do tema escolhido. Até porque, a figura histórica de Lênin, apesar de ter seu lugar na História, sobretudo do Século XX, viveu pouco tempo, faleceu antes de completar 54 anos, ainda menos após a tomada do poder na Rússia e do início da União Soviética, apenas seis anos.

Mas, sobretudo, porque resumir a obra teórica de Lênin às medidas práticas tomadas por ele em vida, seria um grave erro metodológico para o que se propõe essa pesquisa, ou mais ainda, do que foi feito em seu nome, após a sua morte.

Para efeito de comparação, se Marx e Engels elaboraram todo um novo arcabouço teórico e metodológico, trazendo à luz novos conhecimentos e novas teorias, como uma espécie de “ciência de base” específica, Lênin teve seu foco na aplicação concreta daqueles novos postulados, na solução de problemas práticos, mas foi muito além disso, foi obrigado a produzir novas teorias para resolver novos problemas teóricos e relativos à sua aplicação, pois todos os problemas práticos, nesta área, se ligam, sem exceção aos problemas da teoria mais geral, que o levou a elaborar, revisar e ampliar, numa “ciência social aplicada” própria.

A relação entre as ideias econômicas, sociais, jurídicas e políticas de Lênin, suas teorias, e suas recomendações políticas, estratégicas e táticas é inseparável. Não se trata de tentar cortar a realidade com uma tesourinha de cortar unhas, longe disso, o reconhecimento dessa indissociação é fundamental para demarcar com clareza apenas o ponto de vista que desejamos priorizar, justamente a atualidade e limites de sua obra teórica para o estudo presente do Estado, do Direito e da Transição.

Para tanto pretendemos fazer uma “escavação” em busca não só dos contornos superficiais, mas sim da gênese do pensamento de Lênin.

Neil Harding, em *Lênin - Pensamento Político*⁵⁴, nos volumes 1 e 2 (em tradução livre) divide o pensamento político do teórico e dirigente russo em três períodos: pré-1914 (Vol. 1), teoricamente dominado por *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que dirigiu a estratégia e a tática de Lenin para a revolução democrática; 1914 a 1917, teoricamente dominado pelo *Imperialismo - Estágio Superior do Capitalismo e Estado e a Revolução*, que

⁵⁴ HARDING, Neil. *Lenin's Political Thought: Theory and Practice in the Democratic and Socialist Revolutions*. New York. Humanities Press. 1983.

dirigiu a estratégia e a tática de Lenin para a revolução socialista; e 1917 a 1924, dominado por eventos que minam as projeções teóricas de Lenin e que forçam Lenin como líder político.

Já Michael Löwy em *Da Grande Lógica de Hegel à Estação Finlandesa de Petrogrado*⁵⁵ propõe um Lênin pré-dialético e outro dialético; esta mudança no pensamento Lênin, segundo o pensador franco-brasileiro deveu-se à capitulação da direção da II Internacional na Primeira Grande Guerra Mundial em agosto de 1914, e a busca de Lênin por um entendimento mais profundo das causas deste processo que o levou a um estudo mais sistemático ainda de Hegel, em particular da Ciência da Lógica⁵⁶.

Para um estudo mais aprofundado da formação do pensamento de Lênin precisamos acrescentar alguns elementos. Pois uma primeira fase importante para entendermos a gênese teórica de Ulianov é a da sua infância e adolescência, de 1870, seu nascimento, até 1887; i.e., os primeiros anos da formação de sua personalidade e suas primeiras leituras filosóficas, políticas e marxistas, até a mortes de seu pai, por hemorragia cerebral em 1886, e no mesmo ano a prisão de seu irmão Alexander e de sua irmã Anna⁵⁷ e a posterior execução do primeiro em 1887, por envolvimento num plano que não se realizou para matar o Czar.

Isto porque, o jovem Lênin, que os irmãos chamavam carinhosamente de Volodya, diminutivo de Vladimir, lia muito, obras como *O prisioneiro do Cáucaso*, *A fonte de Baktchisarai* e *Os ciganos* de Pushkin; *O herói de nosso tempo* de Lermontov; *Almas Mortas* de Gogol, *Pais e Filhos* de Ivan Turgueniev; *O livro negro de Arda* de Nekrasova, *A História de uma Cidade* e *A família Golovlyov* de Saltykov-Shchedrin; *Guerra e Paz* e *Anna Karenina* de Leon Tolstoy entre tantos outros grandes escritores russos, passaram pelas mãos de Volodya, refletiram em seus olhos e em sua forma de pensar, elaborar e agir. Lênin recebeu uma medalha de ouro por um desempenho excepcional no Ginásio de Simbirski⁵⁸, onde estudou dos nove aos dezessete anos⁵⁹. Antes, porém, com quinze anos Lênin, através de seu irmão Alexander, teve contato com O Capital de Marx, ainda que não tivesse lido naquele momento, já o marcou para estudos posteriores.

⁵⁵ LÖWY, Michael. *Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado*. In: LÖWY, M. Método dialético e teoria política. São Paulo/Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.

⁵⁶ HEGEL, Georg W. F. *Ciência da lógica 1. A Doutrina do Ser*. Trad. Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis: Vozes, 2016. *Ciência da lógica 3. A Doutrina do Conceito*. Trad. Christian G. Iber e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis: Vozes, 2018.

⁵⁷In:https://www-rbth-com.translate.google/history/332293-vladimir-lenin-older-sister-anna-ulyanova?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op,sc. Acessado em 11 jun. 2022.

⁵⁸ FISCHER, Louis, *The Life of Lenin*. Londres. Weidenfeld and Nicolson. 1964. Pág. 18.

⁵⁹ SERVICE, Robert. *Lenin: A Biography*. Londres. Macmillan. 2000. Pág. 61.

Também neste período Lênin, ou ainda Volodya, começou a ler obras de inspiração revolucionária como *Carta a Gogól* de Belinsky, *Passado e pensamentos* e *Quem é o culpado?* de Aleksánder Herzen; *Raio de Luz no Mundo das Trevas* de Dobrolyubova; *Oposição satânica à salvação* de Pisareva; com especial destaque para o livro *O que fazer?* de Nikolai Tchernichevski, que teria inspirado o ímpeto revolucionário em Lênin e toda uma geração e jovens russos do século XIX, e até mesmo Marx teria aprendido russo para ler este livro.

O que fazer? é um romance político-filosófico, que envolveu a apropriação e a transmissão de questões filosóficas, crítico-literárias e políticas circulantes no complexo e dinâmico ambiente literário russo de meados do século XIX, é um romance político-filosófico, traduzindo em uma trama literária os ensinamentos filosóficos de Feuerbach e de Rousseau, assim como alguns princípios da ética utilitarista, além de fazer uma precoce defesa da emancipação feminina, onde três jovens, amigos e amantes, que juntos se dedicam à revolução, contra a tirania da moralidade e da sociedade da época para serem livres, enfim, incendiou paixões revolucionárias.

O que fazer? de Tchernichevski talvez tenha mudado o rumo futuro da história russa e mundial, se não tivesse influenciado Volodya, e sem Lênin não teria havido a Revolução de Outubro de 1917 e a União Soviética, que marcou o século XX, nem tampouco nós estaríamos discutindo a atualidade e os limites deste seu leitor.

1.4 – Os Contextos

Fazemos esse aparente longo destaque para antes de prosseguir com elementos iniciais da biografia para demarcar, ainda que muito brevemente, o contexto histórico e geográfico no qual se inseria o processo de formação do pensamento de Lênin, para depois prosseguirmos numa periodização nossa de sua obra teórica.

O processo histórico, de longo termo, das três revoluções russas do início do século XX, se inicia muito antes, com o processo de modernização acelerada da Rússia, como parte do processo de avanço da revolução industrial e do capitalismo europeu⁶⁰.

A início do processo de formação do Estado Nacional russo⁶¹ data do século IX, com consolidação territorial até meados do século XVIII, conformando-se o Império Russo de 1721 a 1917. Desde a fundação da nova Capital do Império, São Petersburgo, em 1703, com Pedro, “O Grande”, primeiro Imperador de “toda a Rússia”; até Catarina, “a Grande”, (1729 – 1796), Czarina de 1762 em diante, nascida princesa alemã, deu um golpe de Estado contra o Czar Pedro III, morto seis meses depois. Catarina, que desejava ser reconhecida como uma soberana “iluminista” iniciou uma “europeização” da Rússia como reflexo inicial da ascensão de uma burguesia européia sob impacto da Revolução Francesa de 1789⁶².

Em 1724, Pedro, o Grande⁶³ fundou o que viria a ser a Universidade de São Petersburgo e a Universidade de Moscou em 1755. Mas foi Catarina que iniciou remodelação da educação russa desde 1766, com a entrada de crianças para serem educadas, o currículo escolar foi alargado para incluir ciências, filosofia, ética, história e direito internacional; em 1786, foi promulgado o Estatuto Nacional da Educação, criou uma rede de liceus e escolas primárias nas capitais das províncias, públicas e gratuitas para todas as classes sociais livres, exceto os servos; cerca de 62 mil alunos foram educados em 549 escolas até 1796, relativamente pouco para o tamanho da Rússia e de sua população à época, mas ainda assim um feito considerável para um país atrasado e periférico no século XVIII, e, que permitiu a formação de toda uma *intelligentsia* russa do século seguinte, na literatura, música, poesia, teatro, dança, dramaturgia, artes plásticas, ciências da natureza, filosofia, política, entre os quais destacam-se Aleksandr Púchkin, Lev Tolstói, Fiódor Dostoiévski, Nikolái Gógol, Ivan Turguêniev, Mikhaíl Lêrmontov, Antôn Tchêkhov, Maksim Górkí, Aleksandr Blok, Vladímir Maiakóvski, Serguêi

⁶⁰ SEGRILLO, Angelo (Org.); DOMINGUES, Camilo; FERRARO JR, Vicente Giaccaglini. *Rússia, Ontem e Hoje Ensaio de Pesquisadores do LEA Sobre a História da Rússia*. 1ª Ed. São Paulo. FFLCH/USP. 2016.

⁶¹ SEGRILLO, Angelo. *Historiografia da revolução russa: antigas e novas abordagens*. In: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6535/4734>, acessado em 11 jun. 2022.

⁶² FREEZE, Gregory L. *História da Rússia*. Edições 70. Rio de Janeiro. 2017.

⁶³ ANDERSON, M. S. *Peter the Great*. New York. Routledge. 1978.

Iessênin, Ivan Krilóv, Aleksandr Ostróvski, Vassíli Jukóvski, Ivan Gontcharóv, Nikolái Leskóv, Nikolái Nekrásov, Mikhaíl Saltikóv-Chedrín, Fiódor Tiútchev, Afanási Fet, Zinaída Guíppiis, Aleksandr Herzen, Fiódor Sologúb e um longo etc

Depois de Pedro⁶⁴ e Catarina, ao final do século XVIII e início do XIX a Rússia, graças aos feitos de seus antecessores, gozava de muito prestígio, principalmente depois de derrotar Napoleão⁶⁵, ainda que com uma combinação de táticas de guerra de guerrilhas e “terra arrasada”, immortalizada por Tolstói em *Guerra e Paz*⁶⁶, mas ainda era um país atrasado e semifeudal, predominantemente agrário, onde o regime de trabalho da servidão/nobreza ainda era legalizado, com a imensa maioria da população analfabeta, com muitas contradições e entraves ao desenvolvimento.

Aquele processo de “modernização” do século XVIII, com a expansão da educação, levou à uma formação de uma “elite” intelectual na Rússia no início do século seguinte. Assim, o debate principal nesta nascente intelectualidade russa era sobre qual seria o principal bloqueio ao pleno desenvolvimento nacional.

Foi com a derrota na Guerra da Criméia de 1853 a 1856, que Rússia percebeu o quanto seu atraso na revolução industrial, adiantada na França, Inglaterra e aliados dos otomanos (atual Turquia), na qual os russos tiveram mais de 300 mil baixas entre mortos e feridos e foram forçados a assinar o Tratado de Paris de 1856; combinada com a rejeição cada vez maior ao regime de terror e autocrático de Nicolau I⁶⁷, com sua morte em 1855, seu filho e herdeiro do trono Alexandre II, que reinou de até 1881, iniciou reformas nos sistemas jurídicos e agrícolas da Rússia, primeiro moderadas, depois um pouco mais profunda, acabando com o regime legal de servidão feudal entre os camponeses e os “nobres” proprietários de terra em 1861, apenas nove anos antes do nascimento de Lênin.

Essa reforma antifeudal de 1861 de Alexandre II permitiu a libertação de 22,5 milhões de camponeses servos, mas preserva a propriedade dos latifúndios nas mãos da nobreza ainda feudal, que os camponeses tinham que arrendar para nelas trabalhar, e assim ficavam impagavelmente endividados, criando novas contradições sociais, tão ou mais agudas que as anteriores.

⁶⁴ PAVLENKO, N. I. Pedro I, Biografia. Coleção: A vida de pessoas notáveis. Moscou. Molodaya Gvardiya (Jovem Guarda). 1975.

⁶⁵ CATE, Curtis. *Russia 1812: The Duel Between Napoleon and Alexander*. Londres, Random House, 2004.; CAULAINCOURT, General de - *Mémoires*. Paris. Librairie Plon, 1933, 2 v.; CLAUSEWITZ, Carl von - *A campanha da Rússia de 1812*. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Martins Fontes. 1994; Clausewitz, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Martins Fontes. 2010.

⁶⁶ TOLSTÓI, Leon. *Guerra e Paz*. TRAD. Rubens Figueiredo. São Paulo. CosacNaify. 2011.

⁶⁷ HOBBSAWM, Eric. *A Era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

Combinadamente foi estabelecida uma autonomia local coma criação dos “zemstva”, espécies de conselhos comunais responsáveis pela administração e estatísticas.

Essa “libertação” da servidão permitiu, por sua vez, o início de um processo de industrialização da Rússia, com fornecimento de mão-de-obra do campo para as cidades e financiamento externo, principalmente da Inglaterra e França e a instalação uma rede ferroviária interligando distantes regiões do Império, processo este que Lênin discutira em seu *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1899.

A industrialização ocorreu basicamente na região de duas grandes cidades, São Petersburgo e Moscou. Com a rápida urbanização e industrialização da segunda metade do século XIX, a abolição da servidão e uma migração para as cidades, muitos dos antigos camponeses se transformaram em operários nas indústrias, mas a imensa maioria continuou nas misérias do campo.

Os operários das indústrias por sua vez constituíam uma emergente classe social que também se encontravam em condições extremas de exploração, com péssimos salários, nenhuma legislação trabalhista, falta de segurança e uma carga horária diária de 12 a 16 horas. Mais uma vez novas contradições sociopolíticas e jurídicas surgiram.

As péssimas condições de vida, tanto dos camponeses quanto dos operários, ocasionaram uma crescente insatisfação com o czarismo e influenciou a difusão de pensamentos radicais como o anarquismo de Bakunin e marxismo nos meios urbanos. Surgia, então, a disseminação das ideias socialistas e a articulação de manifestações e greves entre os proletariados russos.

Nesse conturbado contexto histórico, de atrasos feudais *versus* “modernizações” e reformas capitalistas, conflitos, guerras e revoltas, surge o personagem central dessa nossa narrativa; numa família de camada média próspera em Simbirsk (atual Uliánovsk, renomeada em homenagem a Lênin), a 22 de abril de 1870 do calendário gregoriano; filho de um professor, Iliá Nikoláievitch Ulianov⁶⁸ que nasceu em uma família urbana, de classe média empobrecida. O avô paterno de Lênin, Nikolai Vassílievitch Uliánin (mais tarde Ulianov), fora servo, liberto da servidão foi trabalhar na cidade, instalou-se, aprendeu o ofício de alfaiate e foi aceito na categoria de cidadão de classe média em 1808. O pai de Lênin se formou com medalha de prata na escola secundária e se formou Faculdade de Matemática e Física da Universidade de Kazan, foi professor e promovido a inspetor das escolas públicas em 1869, um ano antes de Lênin nascer.

⁶⁸ G. N. Gólikov (org.), *Ленин: биографическая хроника/Liénin: biografitcheskaia khrónika*. 12 v. [Lênin: crônica biográfica] Moscou. Izdatelstvo Politícheskoi Literature. 1970-1982.

Ainda na primeira infância, seu pai lhe ensinou a jogar xadrez⁶⁹, o que Lênin praticou por toda a sua curta vida⁷⁰, e que provavelmente o tenha ajudado a desenvolver seu aguçado senso tático-estratégico⁷¹.

A mãe de Lênin, Maria Aleksándrovna, teve um papel importante na formação de Lênin. Ela dedicava sempre atenção especial ao seu Volodya, que se destacava precocemente, aos cinco anos ele sabia ler e escrever, o iniciara em nos idiomas francês e alemão, encucando nele o gosto pelos livros, estudos e à cultura. Ela era neta de avô alemão, médico judeu convertido ao cristianismo e avó sueca, luterana filha de suecos e alemães. A mãe de Lênin foi educada em casa, estudou literatura alemã, francesa e inglesa e literatura russa e ocidental. Em 1863 se formou professora primária.

A mãe de Lênin era luterana, apesar raramente ir à igreja, mas carregava consigo uma personalidade forte, enérgica, ativa, com forte inclinação por justiça; além ser portadora de uma disciplina pessoal sistemática de tipo “luterana” também era muito disciplinadora com os filhos, sem precisar ser autoritária nem violenta, bastando-lhe a argumentação.

Alguns autores conferem a essa característica “luterana” sua mãe os traços de personalidade altamente disciplinada e organizada de Lênin. Sua irmã mais velha, Maria, sempre destacou a importância da família na formação da personalidade de Lênin, como a sua lendária pontualidade, citadas em todas as biografias.

Um dos traços familiares de Vladimir Ilitch era sua grande precisão e pontualidade, bem como uma estrita frugalidade, de modo geral e particularmente no que dizia respeito às despesas pessoais. É provável que tenha herdado essas características da mãe, com quem se parecia em vários aspectos do caráter. Nossa mãe era alemã pela linhagem materna, e todos esses atributos estavam muito presentes nela.⁷²

Apesar de Lênin ter poucos traços alemães, ele era “preciso e infernalmente organizado”, essa tradição disciplinar germânica, vinda do lado materno, enraizada na personalidade de

⁶⁹ SHENK, D. *O jogo imortal: o que o xadrez nos revela sobre a guerra, a arte, a ciência e o cérebro humano*. Trad. Roberto Franco. Rio de Janeiro. Zahar. 2007.

⁷⁰ DAUVERGNE, P. *O caso do xadrez como ferramenta para desenvolver a mente de nossas crianças*. In: FILGUTH, Rubens (Org.). *A importância do xadrez*. Porto Alegre. Artmed. 2007.

⁷¹ VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo. Icone. 1998.

⁷² VÓLSKI, Nikolai Valentínov, *Encounters with Lenin*. Trad. Paul Rosta e Brian Pearce. Londres e Oxford. University Press. 1968. Pág. 131-2.

Lênin, que detestava trabalhos malfeitos⁷³. Esse traço de “disciplina” desempenhou um papel além das características de sua personalidade, i.e., sua incansável produção intelectual.

Talvez a herança “luterana” de sua mãe, combinada com o exemplo e a dinâmica de seu pai, tenha influenciado a formação do pensamento singular de Lênin para além de ser “preciso e infernalmente organizado”⁷⁴. Isto porque Martinho Lutero, monge agostiniano e teólogo alemão, figura central da Reforma Protestante iniciada com suas 95 teses de 31 de outubro 1517, pouco menos de 400 anos antes da insurreição de 25 outubro (7 de novembro no calendário gregoriano) de 1917, deixando de lado suas declarações ocasionais sobre Aristóteles e o aristotelismo medieval, ou tomismos, para percebermos que a fundamentação filosófica de Lutero e o luteranismo (claramente em Philip Melanchthon⁷⁵) eram, de fato, de matriz aristotélica, quanto à lógica, ao método de pensamento e aos pressupostos, ainda que divergente na doutrina, sobretudo da ética⁷⁶.

Essa característica “luterano-aristotélica” subjacente no pensamento de Lênin, combinada com os outros elementos de sua formação, é expressa em seu realismo meticuloso e seu “pragmatismo” finalista, isto, sua capacidade de elaborar táticas nos menores detalhes, sem nunca perder de vista a estratégia.

Esse traço de personalidade e forma de pensamento em Lênin é particularmente importante para o diferenciarmos das formações e personalidades de Trotsky e Stalin, por exemplo, que podem parecer como diametralmente opostas, e até o são em muitos pontos, mas ambos, com origens de formação de pensamento em tipos diferentes de “idealismos platônicos”, o primeiro no judaísmo⁷⁷ ucraniano⁷⁸ e o segundo na igreja ortodoxa⁷⁹ russa/georgiana⁸⁰, da qual chegou a ser seminarista. A predominância do “ser” aristotélico em Lênin em oposição a um “dever ser” idealista-platônico nos outros dois é uma primeira singularidade destacada no pensamento lenineano.

⁷³ Aleksandr A. Maisurian, *Drugói Liénin* [Um Lênin diferente]. Moscou. Vagrius. 2006. Pág. 79.

⁷⁴ MAISURIAN, Aleksandr A. *Drugói Liénin*, op. cit. Pág. 79

⁷⁵ MELANCHTHON, Philip. *Orations on Philosophy and Education*. Cambridge. University Press. 1999.

⁷⁶ GONZÁLES, Justo L. *A era dos altos ideais*. São Paulo. Vida Nova. 1981. Vol. 4. *A era dos dogmas e das dúvidas*. 2ª ed. São Paulo. Vida Nova. 1990.

⁷⁷ ALY, Omar F. *As cosmogonias de platão, aristóteles e judaica comentadas por Maimônides no guia dos perplexos*. In: file:///C:/Users/55129/Desktop/2106-6766-1-PB.pdf, acessado em 13 jun. 2022.

⁷⁸ MORAES, Dax. *O logos em Filon de Alexandria: a fronteira entre o pensamento grego e o pensamento cristão nas origens da teologia bíblica*. Natal, RN. EDUFRRN. 2017.

⁷⁹ Bulgakov, S. *The Orthodox Church*. Crestwood. Nova York. St. Vladimir's Seminary Press. 1988.

⁸⁰ ZANDER, Leo. *Deus e o mundo (Filo e Teologia do Padre Bulgakov)*. Paris. 1948.

1.5 – Os Textos

Como vimos acima, Harding divide o pensamento político⁸¹ de Lênin em três períodos, pré 1914, de 1914 a 1917 e de 1917 a 1924. Propomos, nesta tese, uma nova periodização, em sete fases menores, para efeitos didáticos e biográficos, como a seguir.

De 1887 a 1893, quando de sua entrada na Universidade de Kazan, com o início de suas atividades e organização políticas ainda estudantis, por isso foi expulso da faculdade, mas conseguiu completar sua formação em Direito estudando em casa. Neste período teve contato com o Marxismo, leu pela primeira vez *O Capital* de Marx. Em 1889 Lênin leu e traduziu para o Russo o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels e adere ao marxismo, como corrente político-filosófica. Em 1890 Lênin faz os exames externos na Universidade de São Petersburgo, onde obteve o diploma de com honras de primeira classe. Em seguida, enquanto trabalhava como assistente jurídico, com base nas obras Gueorgui Plekhanov⁸², coletou dados sobre a sociedade russa, usando-os para apoiar uma interpretação marxista do desenvolvimento social e contra as reivindicações dos narodniks (populistas), que levariam ao seu primeiro livro de impacto teórico *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* publicado em 1899.

De 1893 a 1900, Lênin muda-se para São Petersburgo, também trabalhou como assistente de um advogado, continua sendo membro ativo de uma célula marxista social-democrata, funda grupos operários marxistas. Em 1894 começa seu relacionamento afetivo com Nadeja Krupskaya, que a esta época era professora e militante marxista.

Neste período Lênin escreve e publica *Sobre a assim chamadas questão dos mercados, Quem são os "Amigos do Povo" e como Lutam Contra os Social-Democratas?*, *Uma caracterização do romantismo econômico*, *Uma nota sobre a questão da teoria do mercado*; *Uma vez mais sobre a teoria da realização e Resposta ao sr. P. Nejdánov*, *Resenha do livro de Karl Kautsky: Bernstein e o programa social-democrata. Uma anticrítica*, e os artigos os artigos *Aos operários e operárias da Fábrica de Thorton*; *O que estão pensando nossos ministros?*; *Projeto e explicação do programa do partido social-democrata*; *Ao governo czarista*; *Comunicado em nome dos Velhos aos membros da Liga de Luta pela Emancipação da Classe Operária de São Petesburgo* e *Carta a Alexandra Chebotariévoi. Um protesto pelos social-democratas russos*; *A propósito da Profession de Foi*; *Uma tendência retrógrada na*

⁸¹ HARDING, Neil. *Lenin's Political Thought: Theory and Practice in the Democratic and Socialist Revolutions*, New York. Humanities Press. 1983.

⁸² Georgi Valentinovitch Plekhanov (Rússia, 1856 —Finlândia, 1918) foi um revolucionário, filósofo e teórico, considerado o fundador do marxismo russo.

social-democracia russa; Como o Iskra quase foi extinto e Cartas a Potréssov, entre outros escritos, publicados em 2020 pela Lavrapalavra Editorial⁸³.

Neste período, Lênin viajou para Suíça para conhecer pessoalmente Gueorgui Plekhanov e Pavel Akselrod, fundadores e principais dirigentes do grupo político de emigrados russos Emancipação do Trabalho, sediado naquele país. Em seguida foi a Paris, onde conheceu o genro de Marx, Paul Lafargue, e pesquisar sobre a Comuna de Paris de 1871. Depois foi para Berlim, onde estudou por seis semanas na *Staatsbibliothek* (Biblioteca do Estado, de Berlim) e conheceu o marxista Wilhelm Liebknecht.

Voltou à Rússia cheio de livros marxistas, todos ilegais em sua terra, viajou para várias cidades distribuindo panfletos aos trabalhadores em greve. Como fazia parte da redação do do periódico *Rabochee delo* ("Causa dos Trabalhadores"), foi preso junto com outros 40 militantes em São Petersburgo e acusados de sedição.

Lênin recusou um advogado e a pagar fiança, negou as acusações, mas ficou preso por um ano antes da sentença. Aproveitou esse tempo para estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a migração de camponeses para as cidades e a formação de um jovem proletariado. Em fevereiro de 1897 foi condenado sem julgamento a três anos de exílio na Sibéria oriental. Mas antes de ir ao exílio interno reuniu-se com os social-democratas, que fundaram Liga de Luta pela Emancipação da Classe Operária, seu primeiro grupo político, formalmente. Em maio de 1898, Nadeja juntou-se a ele no exílio, sendo presa em agosto de 1896 por organizar uma greve, alegando que ela e Lênin estavam noivos, casaram-se em julho de 1898, juntos traduziram literatura socialista inglesa para o russo.

Lendo de longe os debates entre os alemães, reformistas e revolucionários, Bernstein e Luxemburgo, respectivamente, Lênin, em apoiou aos revolucionários e escreveu *Um Protesto dos Social-Democratas Russos*; também terminou *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

1900 a 1905. Em 1900, ao voltar da Sibéria, Lênin mudou-se para Pskov, uma cidade perto da fronteira com a Estônia, onde fundou o jornal *Iskra* ("Faísca"), órgão do partido marxista russo, que agora se autodenominava Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que havia sido fundado formalmente em 1898.

Em dezembro de 1901, Vladimir Ulianov passou a usar o nome "Lênin", mesmo ano que se mudou para Munique, na Alemanha. Em 1902, sob a alcunha pela qual ainda é lembrado, publicou *Que Fazer?* onde elabora sua teoria sobre a organização da vanguarda do proletariado

⁸³ LÊNIN, V. I. *Escritos de Juventude*. Vol. 1 e 2. São Paulo. Lavrapalavra. 2020.

em um partido democraticamente centralizado e de revolucionários profissionais, para poder conduzir o proletariado à revolução. Em 1903 publicou o panfleto *Aos Pobres do Campo*. Em 1902 Lênin mudou-se novamente, desta vez para Londres onde conheceu Leon Trotsky. Em julho de 1903, foi realizado em Londres o II Congresso do POSDR, que foi, de fato, o primeiro congresso partidário, que se dividiu bolcheviques, maioria, em russo, liderados por Lênin, e em mencheviques, minoria, em russo, liderados por Martov. Em 1904 Lênin publica *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*.

O ensaio geral da revolução se deu em 1905. Em janeiro daquele ano uma manifestação contra a fome, causada entre outros motivos por uma guerra da Rússia com o Japão iniciada um ano antes, manifestação esta de cerca de 3 mil pessoas, liderada pelo padre ortodoxo George Gabon, a guarnição do Palácio de Inverso do Czar Nicolau II, disparou contra os manifestantes, com mais 900 mortos, o dia ficou conhecido como Domingo Sangrento e provocou uma onda de manifestações que levou à Revolução de 1905. Os acontecimentos e as posições diante de tal situação separou mais ainda bolcheviques de mencheviques, embora ambos os grupos tenham participado do 3º Congresso do POSDR, também realizado em Londres, em abril de 1905. Lenin escreveu *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, argumentou que a burguesia liberal da Rússia seria saciada por uma transição à uma monarquia constitucional e, assim, frearia o processo. Lênin defendeu que o proletariado teria de construir uma aliança com o campesinato para derrubar o regime czarista e estabelecer a "ditadura democrática revolucionária provisória do proletariado e do campesinato".

De 1905 a 1914, após a resposta à Revolução de 1905, o czar Nicolau II aceitou uma série de reformas liberais o que permitiu que Lenin voltasse a São Petersburgo.

Mas em 1907, o regime czarista reprimiu novamente a oposição, dissolveu a Assembleia Legislativa da Rússia, chamada de Segunda Duma, e ordenando a prisão dos revolucionários fazendo com que Lênin fugisse para a Finlândia e depois à Suíça.

Em 1908 Lenin se mudou novamente, desta vez para Paris e em seguida para Londres, onde escreveu *Materialismo e Empiriocriticismo*, publicado no ano seguinte, onde discorre sobre a diferença real entre o materialismo dialético marxista e o idealismo subjetivo, o qual, em última instância, sempre leva a alguma forma de visão religiosa do mundo. Segundo Lênin:

O materialismo toma a natureza como o primário e o espírito como o secundário, coloca em primeiro lugar o ser e em segundo o pensamento. O idealismo faz o contrário. Engels põe em relevo a importância desta distinção fundamental dos “dois grandes campos” em que se dividem os filósofos das “diferentes escolas” do idealismo e do materialismo,

acusando diretamente de “confucionismo” os que empregam noutro sentido os termos idealismo e materialismo.⁸⁴

E prossegue um mais adiante:

[...] só então podemos obter um quadro do mundo que corresponda verdadeiramente as ciências da natureza e ao materialismo. A saber: 1) o mundo físico existe independentemente da consciência do homem e existia muito antes do homem, antes de qualquer “experiência dos homens”; 2) o psíquico, a consciência etc., é o produto superior da matéria (isto é, do físico), é um produto desse fragmento particularmente complexo de matéria que se chama cérebro humano.⁸⁵

Assim, a teoria do conhecimento em Lênin, nesta obra, o materialismo dialético parte da proposição de que o mundo objetivo existe independentemente do sujeito, em uma unidade dialética; de que a consciência não é uma “parede”, mas uma ponte que os conecta. O próprio sujeito é também um objeto, na medida em que os humanos estão sujeitos às leis da natureza e da sociedade.

Mas, por meio de sua atividade subjetiva, i.e., dos sujeitos, os humanos podem interagir e o fazem com o mundo objetivo que os cerca, modificando profundamente não apenas a natureza, mas também a sociedade. Assim, sujeito e objeto reagem constantemente uns aos outros como resultado da prática socioeconômica da humanidade, que homens e mulheres transformaram constantemente seu ambiente e, portanto, transformaram-se a si mesmos e à sociedade.

Para os críticos que ainda atribuem a Lênin a pecha de ser partidário da teoria do conhecimento da “tábula rasa” de Platão, Alexandre de Afrodísias⁸⁶, ou John Locke⁸⁷, que por sua vez poderia levar o russo a características de um “utilitarismo” inglês, escocês ou irlandês, a lá Hume⁸⁸ e Berkeley⁸⁹, p.ex., e por conseguinte, a um oportunismo taticista sem estratégia, a um empirismo cético ou pragmatismo oportunista, o próprio responde:

⁸⁴ LÊNIN, V. I. *Materialismo e empiriocriticismo. Notas Críticas sobre uma filosofia reacionária*. Moscou e Lisboa. Ed. Progresso e Ed. Avante. 1982. Pág. 75.

⁸⁵ Idem, p. 173.

⁸⁶ Alexandre de Afrodísias, (Grécia, 198–209 d.C) foi um filósofo peripatético e comentador de Aristóteles.

⁸⁷ LOCKE, John. *Ensaio acerca do Entendimento Humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo. Nova Cultural. 1999.

⁸⁸ David Hume (1711 – 1776) foi um filósofo, historiador e ensaísta britânico nascido na Escócia, empirista e cético-filosófico.

⁸⁹ George Berkeley (1685-1753), foi um filósofo idealista irlandês cuja principal contribuição foi o avanço de uma teoria que ele chamou de "imaterialismo".

Quem quer que lei a com um pouco de atenção o *Anti-Diihring* e o *Ludwig Feuerbach* encontrará dezenas de exemplos, quando Engels fala das coisas e das suas imagens no cérebro humano, na nossa consciência, pensamento etc. Engels não diz que as sensações ou representações são “símbolos” das coisas, porque o materialismo consequente deve por aqui “imagens”, reproduções ou reflexos no lugar de “símbolo”, como mostraremos em pormenor no lugar devido.⁹⁰

Ou seja, Lênin era adepto de uma teoria do conhecimento da “imagem” (*bild*, em alemão), muito mais complexa e avançada para seu tempo que a da tábula rasa, como acusado.

Desta teoria do conhecimento em Lênin, onde o mundo objetivo existe independentemente do sujeito, em uma unidade dialética e que a consciência não é uma “parede”, mas uma ponte, para a atividade dos sujeitos modificar a natureza e a sociedade, homens e mulheres transformarem seu ambiente e, portanto, transformarem a si mesmos e a sociedade.

Em agosto de 1910, Lenin participou do Oitavo Congresso da Segunda Internacional — um encontro internacional de socialistas — em Copenhague, Dinamarca, como o representante do POSDR. Em seguida voltou para a França, permanecendo em Paris até 1912, quando se mudou para a Cracóvia, hoje parte da Polônia, até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, quando se mudaram para Berna e depois Zurique, ambas na Suíça.

Dentro deste período, Lênin também participou dos debates na II Internacional, atuando junto ao grupo de Rosa Luxemburgo e outros derrotaram politicamente os revisionistas dirigidos por Bernstein⁹¹.

Já no congresso da socialdemocracia alemã, realizado em Dresden, em 1903, acompanhado com atenção por Lênin, foi aprovada uma resolução que dizia:

O Congresso condena terminantemente os esforços revisionistas para mudar a linha tática que se mostrou bem sucedida no passado e que deriva da ideia de luta de classes, substituindo a política da tomada do poder ao derrotar nossos inimigos, por uma política de concessões para a ordem atual [...] Essas táticas revisionistas inevitavelmente mudariam o caráter do nosso partido [...] de um movimento que luta para suplantando a sociedade burguesa o mais rápido possível rumo a uma sociedade socialista, para se transformar num grupo satisfeito em reformar a sociedade burguesa. O Congresso declara: [...] que o partido socialdemocrata não pode lutar por uma quota de poder dentro do

⁹⁰ LÊNIN, V. I. *Materialismo e empiriocriticismo. Notas Críticas sobre uma filosofia reacionária*. Moscou e Lisboa. Ed. Progresso e Ed. Avante. 1982. Pág. 31,

⁹¹ Eduard Bernstein, (Berlim, 1850 — Berlim, 1932) foi um político e teórico político alemão. Foi o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da socialdemocracia.

governo da sociedade burguesa. Além disso, o Congresso condena todos os esforços para reconciliar os antagonismos atuais e crescentes entre as classes, para facilitar a cooperação com os partidos burgueses.⁹²

O debate na Segunda Internacional, foi centralmente entre reforma ou revolução. Em seu conteúdo as posições em disputa no seio desta segunda tentativa de união e organização internacional dos trabalhadores, expressava de um lado a defesa da manutenção da propriedade privada dos meios de produção, e do Estado na sua forma parlamentar, pelos reformistas, ou seja, pela manutenção da forma-mercadoria, da forma-valor, da forma-política-estatal e das demais formas e conteúdos sociais capitalistas, ainda que o debate não aparecesse nestes termos.

E, de outro lado, no qual Lênin se encontrava, seguiam defendendo a revolução contra os reformistas, expressava o posicionamento pelo fim da propriedade privada dos meios de produção, pela tomada do poder do Estado pela classe trabalhadora, como meio transitório para a extinção do próprio Estado, isto é, os revolucionários se posicionavam pela superação das formas e conteúdos sociais capitalistas, ainda que não o debate não fosse feito nestes termos.

Com vitórias cada vez maiores dos sociais democratas tanto em reivindicações sociais e trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho e as melhorias nas condições de vida, bem como, as conquistas e liberdades de democráticas, o direito de organização e participação, combinadamente, levaram a um grande crescimento eleitoral dos partidos socialdemocratas, e com isso as posições reformistas e gradualistas, no interior Segunda Internacional, também cresceram proporcionalmente aos avanços sociais e políticos.

Estes debates “encarnavam” principalmente em Karl Kautsky⁹³, que no final do século XIX e início do século XX era um dos principais teóricos e o principal dirigente da Segunda Internacional, nas posições revolucionárias, e em Eduard Bernstein, outro importante dirigente desde a fundação do SPD, nas posições reformistas.

Para Bernstein, a derrubada do capitalismo se daria por suas crises sucessivas, cíclicas, até seu colapso final. Enquanto para Kautsky, o processo de superação do capitalismo tinha que ser pelo poder crescente do proletariado, com a acumulação de forças na luta de classes, numa combinação de luta política com luta econômica.

⁹² *A falência da segunda internacional*. Apócrifo. In: <https://litci.org/pt/teoria/1914-a-falencia-da-segunda-internacional/>. Acesso em 03 jan. 2019.

⁹³ Karl Johann Kautsky (Praga, 1854 — Amsterdã, 1938) foi um filósofo tcheco-austriaco, jornalista e teórico marxista e um dos fundadores da Segunda Internacional.

Kautsky continuava defendendo o programa de Erfurt, que defendia que a luta da classe operária contra a exploração capitalista seria, necessariamente, uma luta política, e que a classe operária não poderia entrar no combate económico, nem desenvolver sua organização económica, sem conquistar direitos políticos, como ao de organização em sindicatos e em partidos.

Bernstein e seus partidários, por sua vez, questionavam essa relação entre as táticas, desqualificando-a por serem dirigidas ao Estado as reivindicações de direitos políticos. A que Kautsky respondia que não havia outra entidade a que pudesse ser dirigidas as reivindicações de direitos e liberdades políticas se não ao Estado e seus organismos, ao Governo e ao Parlamento.

Pois, segundo Kautsky,

“a forma mais elevada da luta de classes, a que dá o seu carácter a todas as demais, não a luta entre organizações económicas isoladas e sim a luta sustentada pela coletividade do proletariado para a conquista da mais poderosa das organizações sociais, o Estado; é a luta política. Esta é a que decide tudo.”⁹⁴

Desde a revolução de 1905⁹⁵ na Rússia, as correntes revolucionárias da Segunda Internacional prevaleceram nos debates inicialmente, mas com a derrota deste processo no oriente da Europa, os reformistas e gradualistas cresceram e isolaram os revolucionários, se recuperando dos golpes recebidos no debate.

Durante o processo da primeira revolução russa, as reivindicações dos trabalhadores, tanto da Rússia como na Polónia dominada pela primeira, foram primeiro económicas, com greves em várias cidades, mas em seguida, devido à dura repressão, as reivindicações se tornaram políticas, contra o despotismo do czarismo. As greves com carácter político estenderam-se a vários setores do proletariado, como ferroviários e telegrafistas, inclusive setores das Forças Armadas, como os marinheiros do Kronstadt⁹⁶.

A influência da Segunda Internacional cresceu com a Revolução Russa de 1905, evidenciando as possibilidades revolucionárias, mas com a derrota da tomada do Poder do

⁹⁴ KAUTSKY, Karl. *La doctrina socialista. Bernstein y la socialdemocracia alemana*. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1899/la-doctrina-socialista.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

⁹⁵ Revolução Russa de 1905 foi um movimento espontâneo, antigovernamental, que se espalhou por todo o Império Russo, inicialmente sem liderança, direção, controle ou objetivos muito precisos.

⁹⁶ Kronstadt é uma cidade russa na ilha de Kotlin no golfo da Finlândia, há cerca de 30 quilómetros a ocidente de São Petersburgo, desde a época czarista, era uma guarnição da marinha imperial russa.

estado, combinada com as vitórias parciais de conquistas democráticas, favoreceu internamente as tendências reformistas, em detrimento das posições revolucionárias.

Rosa Luxemburgo⁹⁷, dizia que:

Do mesmo modo, tentou, com êxito, explicar a relação entre o programa mínimo e o máximo e assinalou que Bernstein, com o seu gradualismo, não estava a escolher "um caminho mais calmo, seguro e lento em direção à *mesma meta*, e sim a uma meta *diferente* [...] pois não se encaminham [suas reformas graduais] para a realização da ordem *socialista* e sim para a reforma da *capitalista*. "⁹⁸

Com relação ao debate sobre a combinação de programa mínimo, mais econômico e de máximo, mais político, em cada momento e conjuntura específica, Rosa Luxemburgo concordava mais com Lênin, na crítica aos que se opunham a programas mínimos, entre outras razões porque essa posição os levava ao isolamento, chamava-os de sectários e esquerdistas. Rosa Luxemburgo sempre vinculava a necessidade a luta quotidiana "pelos exigências mínimas com a conquista revolucionária do poder: de outra maneira, a primeira se converteria para todas as finalidades práticas num fim em si mesmo e a segunda se divorciaria inteiramente da realidade"⁹⁹.

Entre 1906 e 1914, a Segunda Internacional foi se transformando sua teoria, seu programa e sua prática em reformista, i. e., o programa mínimo, formado apenas por reivindicações econômicas e imediatas, foi se convertendo, de fato, no programa dos partidos, e o programa máximo, baseado na luta revolucionária, passou a ser usado apenas nos discursos dos atos de Primeiro de Maio.

Os debates no Partido Social-Democrata Alemã, o maior e mais importante da Segunda Internacional, e em toda esta organização, pode ser sintetizado no fato de as organizações de trabalhadores terem crescido quase automaticamente, mas a 'meta final', isto é, a estratégia revolucionária do proletariado, de tomada do poder do Estado, das mãos da burguesia, transitoriamente, esteve separada do movimento em si próprio e manteve uma existência puramente acadêmica.

⁹⁷ Rosa Luxemburgo, (Polônia, 1871 — Berlim, 1919), foi uma filósofa e economista marxista polaco-alemã.

⁹⁸ GERAS, Norman. *Actualidad del pensamiento de Rosa Luxemburgo*. México, Ed. Era, 1976. p. 88. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 21 dez. 2018. (itálico no original).

⁹⁹ GERAS, Norman. *Actualidad del pensamiento de Rosa Luxemburgo*. México, Ed. Era, 1976. p. 88. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 21 dez. 2018. (tradução nossa).

Daí a conhecida frase de Bernstein, para quem “O movimento é tudo, a meta final nada”¹⁰⁰, mais precisamente, a proposição de Bernstein foi a seguinte: “No meu conceito, o que se chama fim último do socialismo não é nada, pois o importante é o movimento”¹⁰¹. “O fim último do socialismo”, isto é, a estratégia anterior, de tomada do poder do Estado, transitoriamente para a superação das formas e conteúdos sociais capitalistas, havia sido abandonada pelos reformistas da Segunda Internacional. A sua nova “estratégia” era a manutenção do Estado capitalista, da propriedade privada, isto é, das formas e conteúdos sociais capitalistas. No decorrer do debate Kautsky foi qualificado como centrista por Rosa Luxemburgo e o “kautskismo” foi sinônimo de centrismo até a Primeira Guerra Mundial. Lênin, nestes debates, tendia a ficar ao lado de Kautsky.

Em outubro de 1912, Montenegro declarou guerra contra a Turquia. O perigo de um conflito mundial estava claro. A Segunda Internacional marcou um congresso extraordinário na Basileia, para 24 e 25 de novembro. Foi aprovado por unanimidade um manifesto que chamava a enfrentar a guerra imperialista. Os partidos da Segunda Internacional puseram em prática o primeiro mandamento do Manifesto de Basileia. Se a guerra ameaça estalar [...] vamos desenvolver todos os esforços com o objetivo de prevenir por todos os meios que se considerem efetivos.¹⁰²

De 1914 a 1917. Em 29 de julho de 1914 as tropas austríacas entravam em Belgrado, e foram organizadas imensas manifestações contra a guerra, na Alemanha, Áustria, Itália, França e Bélgica.¹⁰³ A Segunda Internacional e seus partidos estavam diante o segundo ponto do Manifesto da Basileia: “utilizar com todas as forças a crise econômica causada pela guerra, para sublevar as massas e precipitar assim a queda do domínio de classe capitalista”, como uma “prova de fogo” contra o imperialismo de seus próprios países. A Segunda Internacional, entretanto, não foi capaz o suficiente, a maioria dos seus dirigentes de todos os partidos terminou votando a favor dos créditos de guerra¹⁰⁴. Somente dois partidos não votaram a favor de seus próprios governos, o sérvio invadido pela Áustria e o russo de Lênin. Na Alemanha, o único deputado socialdemocrata que votou contra os créditos de guerra e que chamou os

¹⁰⁰ BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionista. (Las premisas del socialismo y la tareas de la socialdemocracia)*. Barcelona. Editorial Fontamara. Pág. 128. (tradução nossa).

¹⁰¹ BERNSTEIN, Eduard. *op. cit.* Pág. 158. (tradução nossa).

¹⁰² Manifesto sobre a guerra aprovado no Congresso socialista internacional extraordinário realizado em Basileia (Suíça), de novembro de 1912. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/manifesto_basileia.htm. Acesso em: 04/12/18.

¹⁰³ HOBBSAWM, Eric J., et. al. *História do Marxismo*. V. II: O marxismo na época da segunda Internacional. Trad. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

¹⁰⁴ Votações nos parlamentos dos países envolvidos a favor da guerra de uns contra os outros, contrários à resolução do Congresso de Basileia.

operários e soldados a voltarem as armas contra seus próprios governos foi Karl Liebknecht¹⁰⁵. Assim morria a Segunda Internacional. Lênin, entretanto, se negou a acreditar que o partido de Kautsky, cofundado por Engels, tinha votado a favor dos créditos de guerra no Reichstag (parlamento alemão), chegou a dizer que era propaganda chauvinista.

Mas a Segunda Internacional não havia sido em vão, em setembro de 1915 se realizou, em Zimmerwald¹⁰⁶, na Suíça, uma conferência internacional dos setores que estavam contra a política assumida pela maioria da II Internacional frente a primeira guerra mundial. Participaram 44 delegados, que tentavam reatar o fio histórico iniciado desde a Primeira Internacional.

Os participantes em Zimmerwald eram socialistas, internacionalistas e contrários à guerra, mas tinham diferenças, pois alguns propunham que as organizações socialistas atuassem como mediadoras do conflito enquanto exigissem a paz em todo os países, e os outros defendiam a ideia de que a guerra abria possibilidades para uma revolução que, se se levasse a cabo ainda que fosse primeiro num só país poderia se estender a outros países. A palavra de ordem proposta por Lênin, era a transformação da guerra imperialista em guerra civil, apoiada pelos espartaquistas¹⁰⁷ da Alemanha, de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Em julho de 1916, a mãe de Lênin faleceu, ele não pôde comparecer ao funeral. A morte de sua mãe o afetou profundamente, e ele ficou deprimido, combinado com a crise da II Internacional, temia morrer antes de ver a revolução proletária. Passou grande parte desse tempo lendo Hegel, Feuerbach e Aristóteles, Kant, Clausewitz e Plekhanov, para entender melhor Marx e a realidade. Isso mudou sua interpretação do marxismo; enquanto acreditava que as políticas poderiam ser desenvolvidas com base em princípios científicos predeterminados, concluiu que a única prova para saber se a política estava correta era a sua prática.

Segundo Löwy¹⁰⁸, dessa crise, surgiu um Lênin mais dialético, a sua busca por um entendimento mais profundo das causas deste processo que o levou a um estudo ainda mais

¹⁰⁵ Karl Liebknecht (1871 — 15 de janeiro de 1919) foi um político e dirigente socialista alemão, sequestrado e morto junto com Rosa Luxemburgo.

¹⁰⁶ A Conferência Internacional Socialista em Zimmerwald foi uma reunião do movimento internacional socialista, realizada na pequena aldeia da Suíça, em setembro de 1915.

¹⁰⁷ A Liga Espartaquista foi uma organização socialista, marxista, revolucionária, anti-imperialista e antimilitarista atuante na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial.

¹⁰⁸ LÖWY, Michael. *Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado*. In: LÖWY, M. *Método dialético e teoria política*. São Paulo/Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.

sistemático de Hegel, em particular da Ciência da Lógica¹⁰⁹, do qual derivou sua elaboração do conceito radical de subjetividade como co-determinante do processo histórico.

A Rússia fazia o papel de “bucha de canhão” da Entente (França e Inglaterra) na frente oriental da I Guerra, mais de quatro milhões de soldados russos foram mortos até 1916, as condições de vida da população caíram devido aos gastos excessivos da guerra, havia fome e miséria.¹¹⁰

Os alemães pulverizaram a força de invasão russa na batalha de Tannenberg, no primeiro mês da guerra, com a ajuda dos austríacos, empurraram a Rússia para fora da Polônia. A Rússia tentava uma ação defensiva contra o avanço alemão, mas estava cada vez mais desestabilizada pela guerra.

Em janeiro e fevereiro de 1917 a escassez de alimentos e combustíveis na capital leva a greves contínuas e protestos contra a guerra e a autocracia, por melhores condições de vida. A 23 de fevereiro (8 de março), no dia internacional da mulher, milhares marcham nas ruas de Petrogrado (O Czar havia “russificado o nome da capital em 1914), greves eclodiam, a manifestação a marcha dá início a uma greve geral. começa a segunda revolução russa, a monarquia será derrubada; os soviets serão formados novamente. Em 27 de fevereiro (12 de março no calendário gregoriano) o Czar Nicolau II dissolve a Duma (parlamento) e ordena que os tumultos sejam reprimidos, mas a Duma permanece reunida, no Palácio de Táurida, o soviete de deputados operários de Petrogrado é formado, sob influência dos mencheviques e dos Socialistas Revolucionários; seu presidente é o menchevique Tchkeidze, seus representantes são Kerenski e o menchevique Skóbolev. Em 28 de fevereiro (13 de março) o Comitê Provisório da Duma anuncia que assumirá o poder, os ministros do governo Czarista são removidos. 2 de março (15 de março), em seu trem especial, na estação ferroviária de Pskov, o Czar Nicolau II recebe os representantes da Duma e a pedido deles, abdica em favor do Grão-Duque Miguel, o governo provisório é formado, liderado pelo príncipe *Kadet* Lvov, Kerenski será o novo ministro da Justiça. Esse evento marca o início do “duplo poder” do governo burguês com o soviete de Petrogrado, ainda com maioria de mencheviques e SR’s. O Grão-Duque Miguel abdica no mesmo dia. Em 4 de março (17 de março): em Kiev, é formada a separatista

¹⁰⁹ HEGEL, Georg W. F. *Ciência da lógica 1. A Doutrina do Ser*. Trad. Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis. Vozes. 2016. *Ciência da lógica 3. A Doutrina do Conceito*. Trad. Christian G. Iber e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis. Vozes. 2018.

¹¹⁰ MOSIER, John. *The Myth of the Great War*. New York. Perennial. 2002.

Assembleia Nacional Ucraniana, os membros são sociais-democratas ucranianos cujo líder é o escritor Volodimir Vinnitchenko¹¹¹.

Em 8 de março (21 de março) de 1917, Nicolau Romanov é mantido em prisão domiciliar.

Em 4 de abril (17 de abril) Lênin chega a Petrogrado, de volta do exílio suíço e define as possibilidades e as tarefas da revolução proletária nas *Teses de abril*.

Aqui começa uma nova fase em seu pensamento que vai até sua morte, em 1924.

Chegando à Estação Finlândia de Petrogrado, Lênin fez um discurso aos partidários bolcheviques condenando o Governo Provisório e apelando novamente para uma revolução proletária continental na Europa. Condenou publicamente os mencheviques e os social-revolucionários por apoiarem o Governo Provisório, denunciando-os como traidores do socialismo. Considerando que o governo provisório era tão imperialista quanto o regime czarista, defendeu a paz imediata com a Alemanha e a Áustria-Hungria, a nacionalização da indústria e dos bancos, a expropriação de terras, e o governo dos soviets, tudo com a intenção de estabelecer um governo proletário e o desenvolvimento de uma sociedade socialista. As manifestações de julho de 17 em Petrogrado foram reprimidas e o governo ordenou a prisão de Lenin, assinada pelo então secretário de Kerenski, Andrei Vichínski, futuro procurador-geral da URSS em 1935. Lênin foge, Trotsky é preso. Lênin recomeça *O Estado e a Revolução*.

Em agosto de 17, em um congresso clandestino os bolcheviques fazem planos para a insurreição armada e uma revolução proletária, com a nacionalização das terras e a saída unilateral da 1ª Guerra Mundial. Leon Trotsky, Lunatchárski, Ioffe, Riazanov, Urítski e Iurienev entram para partido bolchevique. Ainda em agosto de 1917 o general monarquista Kornílov Comandante das Forças Armadas, exige a eliminação dos soviets e sua influência sobre o Exército, em seguida exige que o governo Kerenski renuncie, mas suas forças em avanço contra Petrogrado são impedidas pelos operários sob direção dos bolcheviques e Kornílov é preso. Ao final de agosto os bolcheviques são maioria no Soviete de Petrogrado e Trotsky é eleito seu presidente.

Em setembro de 1917, Lênin publica *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, em que argumentava que o imperialismo¹¹² era um produto do capitalismo monopolista, à medida que os capitalistas procuravam aumentar seus lucros estendendo-se a novos territórios onde os salários eram mais baixos e as matérias-primas mais baratas. Ainda em setembro a maioria do soviete de Moscou também é bolchevique.

¹¹¹ VINNITCHENKO, Volodimir. *Ao sopro dos ventos, dos ventos furiosos. In: Os russos: antigos e modernos*. Trad. Álvaro Moreyra. Coleção Contos do Mundo. Rio de Janeiro. Lettura. 1944

¹¹² OSÓRIO, Luiz Felipe B. *Imperialismo, estado e relações internacionais*. São Paulo. Ed. Ideias & Letras. 2018.

No começo outubro é formado o Comitê Militar do Soviete de Petrogrado, presidido por Trotsky; no Comitê Central Bolchevique, dez votos a favor da proposta de Lênin de tomar o poder, Zinoviev e Kamenev são contra e divulgam publicamente sua posição.

Em 24 de outubro, o governo provisório tenta prender os líderes bolcheviques, Lênin defende que o Comitê Central deve começar imediatamente a insurreição armada, à noite, os soldados da Guarda Vermelha ocupam prédios-chave da capital.

Em 25 de outubro de 1917 já nas primeiras horas da manhã, tropas do Comitê Revolucionário Militar ocupam mais pontos chave, como agências de correio, telégrafo, estações ferroviárias e o banco estatal, às 10h25, o Comitê Revolucionário Militar, liderado por Leon Trotsky, proclama a queda do governo provisório. A Guarda Vermelha ocupa o porto e a sede da Marinha, à noite inicia-se do cerco do Palácio de Inverno, sede do governo provisório, que não se rendeu. Antes, do meio-dia Kerenski já havia deixado Petrogrado

Com a noite é instalado II Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de Toda a Rússia se reúne em Smolni, Lênin anuncia que os soviets têm em mãos o poder de governo, mencheviques e SR's abandonam o congresso de maioria bolchevique.

Em 26 de outubro (8 de novembro) a Guarda Vermelha toma o Palácio de Inverno, os membros do governo provisório são presos, Kerenski fugiu. O Congresso dos Sovietes aprova decretos sobre paz e reforma agrária. O primeiro governo soviético é criado: o Conselho do Comissariado do Povo (CCP). O presidente é Vladimir Ulianov Lênin. Lunatchárski é eleito comissário para a Educação; Trotsky, Chanceler; Stálin, comissário para as Questões de Nacionalidade; entre outros.

De outubro de 1917 a maio de 1922, quando de seu primeiro AVC, Lênin teve seu tempo quase todo dominado por eventos cotidianos da administração do Estado, da condução da Revolução, desde a paz em separado com a Alemanha, pela direção do Partido, dissolução da Assembléia Constituinte, Guerra Civil, comunismo de guerra, invasão estrangeira, nacionalização dos bancos, da indústria e das terras, NEP fundação da III Internacional, derrota da revolução no estante da Europa e longo etc., tudo isso além de ter sofrido um atentado em setembro de 1918, que deixou duas balas alojadas em seu corpo, o que, provavelmente contribuiu para o agravamento de sua saúde.

Ainda assim, ele encontrou tempo e energias para deixar outras obras teóricas, entre livros, artigos, teses e resoluções de importância e relevo para nossa pesquisa, como *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, as resoluções e teses dos quatro primeiros congressos da III Internacional, *A economia política na época da ditadura do proletariado*,

Sobre o significado do materialismo militante, Sobre o monopólio do comércio exterior e Esquerdismo, doença infantil do comunismo, além das últimas cartas e os diários das secretárias.

Ou seja, mesmo super atarefado e cheios de problemas menores e urgentes, ferido, doente e debilitado, tendo que ser um líder político, prejudicando seus estudos e elaborações mais aprofundadas, não deixou de correlacionar as tarefas cotidianas específicas e concretas com a estratégia socialista e comunista mais gerais e abstratas, deixando um grande legado teórico, não só fundamental para a compreensão mais profunda, estrutural, da realidade, em todas as suas dimensões, neste século XXI, mas, sobretudo, imprescindível para a elaboração de uma teoria e programa que permita a intervenção sobre a realidade, uma vez compreendida.

Se Marx, em *A ideologia alemã*, na sua décima primeira tese sobre Feuerbach, sentencia “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*”¹¹³, é Lênin quem melhor a entende e quem desenvolve toda uma teoria e programa para sua aplicação. Infelizmente, sua vida e sua obra foram interrompidas muito precocemente. Cabe a nós, quase 100 anos depois, tentarmos avançar onde Lênin conseguiu.

¹¹³ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. Pág. 539.

1.6 – Os Roteiros

Em nossa investigação temos o encontro de questões relativas às táticas e à estratégia na concepção de Lênin, que até sua morte foi a maior referência na Terceira Internacional. Percebemos de antemão que não havia um sinal igual arbitrário entre as posições de Lênin sobre o Estado, como se ele o definisse apenas como instrumento da classe dominante, nem tampouco a teoria política de Lênin era um marxismo oficial do Estado soviético, e, menos ainda uma contraposição à definição do conceito de Estado como derivação da forma mercadoria.

Pois, o próprio Lênin em “Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os socialdemocratas?”, de 1898, escreve que “como na fundação da igualdade civil, liberdade de contrato e princípios similares do Estado de Direito, aí reside a relação entre produtores de mercadorias”¹¹⁴.

Nessa toada, pretendemos investigar se para Lênin, a forma política estatal, o Estado, através da forma jurídica da igualdade entre os sujeitos de direito, sejam exploradores ou explorados, é derivada da forma-mercadoria, e, por sua, vez usada pela burguesia como arma na luta de classes, como se essa igualdade fosse absoluta, para a submissão consentida do proletariado. Se para Lênin as formas sociais não eram apenas manipulação, mas sim formas materiais derivadas das relações sociais concretas.

Se para Lênin a igualdade jurídica não implica em igualdade política, nem tampouco em igualdade uma igualdade universal humana, abstrata, isto é, sem classes, castas ou estamentos.

Isto porque Lênin, em *O Estado e Revolução*¹¹⁵, no capítulo “As condições econômicas do fenecimento do Estado”, se refere claramente à *Crítica do Programa de Gotha*, ao afirmar que mesmo na fase inferior do comunismo, ou na fase socialista, com o fim da propriedade privada dos meios de produção, e o advento da sua propriedade social, cada indivíduo faz uma parte do trabalho socialmente necessário e recebe da sociedade, organizada no Estado transitório, uma quantidade de produtos equivalente ao seu trabalho, descontado uma parte destinada ao conjunto da sociedade.

¹¹⁴ LENIN, Vladimir I. *Quem são os “amigos” do povo e como lutam contra os socialdemocratas*. Moscou, Progreso, 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/Lenin/works/1894/friends/01.htm#v01zz99h-131-GUESS>. Acesso em: 21 dez. 2018.

¹¹⁵ LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a Revolução*. Trad. Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo. Boitempo. 2017.

Ou seja, se para Lênin, ainda há, na transição, uma igualdade jurídica e um Estado capitalista, ainda que sem burguesia, isto é, o direito igual ainda é um direito burguês, e que como todo direito, pressupõe uma desigualdade, se todo direito consiste na aplicação de uma regra única à pessoas diferentes, não iguais, logo se direito igual é a violação da igualdade e da justiça.

Se, segundo Lênin, na primeira fase do comunismo, isto é, no socialismo, ainda não há igualdade plena, material e imaterial, e, portanto, também ainda não há justiça, pois ainda haveria diferenças de acumulação desigual individual de riqueza, e, portanto, desigualdade.

Ou ainda, segundo a obra teórica de Lênin, mesmo que muito próxima de uma prática cotidiana, se no socialismo, “apenas” com o fim da propriedade privada dos meios de produção e como isso o fim da exploração do homem pelo homem, mas persistente ainda como uma herança do passado capitalista, ainda haveria uma distribuição desigual dos bens para o consumo, de acordo com o trabalho desigual e não conforme as necessidades, fossem do corpo ou espírito. Se por isso, entre outros motivos, persistiriam o Estado e o Direito, ainda burgueses, apesar de já não mais haver burguesia. Se o fim da propriedade privada, a economia planificada e o monopólio do comércio exterior, não seriam, portanto, para Lênin, os objetivos finais, mas apenas os primeiros passos e, ao mesmo tempo, condições *sine qua non* para os passos seguintes.

Queremos tentar descobrir se para Lênin tanto o Estado como o Direito, ou a forma-política e a forma-jurídica, ainda permanecem, mas já com outro conteúdo social relacional e na função da regulação da produção, circulação e distribuição dos bens, não mais como mercadorias, isto é, sem valores de troca, ou seja, já abolida forma-mercadoria, mas sim como valores de uso, tanto para os produtos do trabalho, como para o trabalho que os produz.

Se por esses motivos ainda deve existir um Estado e um Direito, que têm medida de padrão equivalentes para trabalhos e distribuições diferentes. Se, o Estado e o Direito, enquanto formas sociais relacionais, apenas começam a morrer quando as desigualdades materiais e sociais, herdadas do capitalismo, são totalmente superadas e se assim poder-se-á superar as formas de Estado e de Direito, pois não haveria mais a necessidade de se adotar padrões iguais, leis do Estado, p.ex., para realidades diferentes que não mais existiriam, começando assim o reino da plena liberdade.

Vamos verificar se em Lênin sua teoria e seu programa preveem a extinção do Estado, por seus fundamentos mais profundos, desde seus “átomos”; se em Lênin, o Estado e o Direito são “proletários”, ou se são burgueses ainda que sem burguesia, porque servem à finalidade da

“fiscalização rigorosa do trabalho fornecido e do consumo” na medida de sua equivalência geral, isto é, do valor de troca da forma-mercadoria.

Se este Estado, ainda burguês, sem burguesia, deve ser administrado diretamente pela classe trabalhadora e não por “funcionários” ou uma por “burocracia estatal” apartada dos trabalhadores, de uma instância social terceira em relação à classe ou às classes sociais. Se, por isso, poder político de fato devia ser exercido pelos organismos dirigentes da base social, isto é, os “soviets de operários camponeses e soldados”, e não por uma “superestrutura” distante, seja o “soviete supremo” ou o “Politburo”.

Nossa pesquisa propõe investigar na obra teórica de Lênin as diferenças entre Socialismo e Comunismo, como mediações necessárias para a transição ao invés da destruição imediata do Estado, e, contra a manutenção e a ampliação desse mesmo Estado. Se, há na obra de Lênin, principalmente na sua teoria do Estado governado pelo proletariado como transição política para a superação não só das classes sociais, mas também a superação de todas as formas sociais capitalistas, incluindo a forma-política estatal, ou o próprio Estado. As diferenças e mediações entre socialismo e comunismo na teoria e programa de Lênin”, relativos à manutenção provisória do Estado.

Vamos discutir se em Lênin, ao Estado, na fase socialista, conservar a propriedade social dos meios de produção e a igualdade do trabalho e da distribuição, faz com que haja uma, ainda não total, mas importante, mudança no conteúdo social, de classe, deste Estado e, conseqüentemente, na forma do Estado, por ser e aparecer como diretamente controlado pelos trabalhadores, e não mais não-ser mas ainda aparecer como uma forma de um poder público impessoal, separado da sociedade, como aparece o Estado burguês no capitalismo, sob a burguesia, propriamente dito.

Estamos propondo investigar a fundo se mesmo nos escritos esparsos Lênin o que dá a característica de classe Estado é sua forma, ou se mesmo pequenas mudanças em seu conteúdo social, de classe, se, p.ex., um partido ou movimento da classe trabalhadora tomasse esse Estado e mantivesse sua forma, estaria assim mantendo a sua forma social relacional, e, portanto, seu conteúdo profundo (econômico) capitalista e burguês. Se, as diferenças entre as formas de exploração feudal, capitalista e socialista, e as formas derivadas da sociedade mercantil no Estado, até que ponto são claras em Lênin, ou obscuras, ou ainda obscurantizadas, posteriormente em seu nome.

Pretendemos investigar se, para Lênin, o Estado, nos momentos de tensão social e política, onde os equilíbrios conferidos pelas formas sociais são desfeitos e a burguesia não

mais busca um reequilíbrio no poder acima das classes, mas ao contrário, usa diretamente o Estado com máxima força na luta de classes contra o proletariado. Ou ainda se em Lênin, se a especificidade da forma moderna do Estado é advento da sua autonomia relativa, como distante das classes e da luta de classes, é exatamente isso: relativa. Isto é, se a classe de seu conteúdo social é relativa à situação de equilíbrio ou desequilíbrio, à crise ou à estabilidade.

Lênin elaborou uma crítica do Estado como a mesma profundidade que Marx elaborou a crítica da economia política, não prescindindo de toda contribuição em mais de setenta anos antes dele, não tomou apenas as categorias abstratas simples do primeiro livro de *O Capital*, nem tampouco desprezou os elementos concretos da sociedade e sua combinação com as formas sociais abstratas, mas não menos reais.

Lênin não desprezava as relações entre os elementos concretos e os abstratos nem na teoria, nem no programa. Ele percebia a forma política estatal refletida na igualdade formal jurídica em abstrato como reflexos da igualdade da troca da forma-mercadoria, e que esta forma-política aparentemente neutra do Estado é expressão invertida de seu conteúdo de classe burgueses, e, estes são os fundamentos, ou as “fundações”, do pensamento de Lênin com relação ao Estado e ao Direito.

Neste sentido, nas palavras de Rosa de Luxemburgo, pretendemos que nossa crítica construtiva ao legado teórico de Lênin seja um fermento de recomposição, que ajude o “bolo” do marxismo revolucionário, enquanto campo teórico e prático, a crescer e a ser digno de seus fundadores:

Qualquer crítica que contribua para tornar mais vigorosa e consciente nossa luta de classe para a realização de nosso objetivo final merece nosso agradecimento. Mas uma crítica que procure retroceder nosso movimento, fazê-lo abandonar a luta de classe e o objetivo final - uma tal crítica, longe de ser um fator de progresso, só seria um fermento de decomposição.¹¹⁶

Os marxistas que vieram depois de Lênin, deixaram pistas, consolidaram ideias e abriram novos continentes, e suas obras se converteram em força material. Além de um retorno a a Lênin, precisamos aprofundar o conteúdo de nossa pesquisa sobre a relação entre sociedade, Estado e Direito e a superação das formas e conteúdos sociais capitalistas. Para tal recorreremos

¹¹⁶ LUXEMBURGO, Rosa. *Liberdade de Crítica*. Edição publicada em 1899 no Jornal Leipziger Volkszeitung. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1899/mes/critica.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018. (tradução nossa).

a intelectuais militantes que avançaram significativamente neste campo. A roda não foi reinventada, mas o eixo abaixo do centro de gravidade foi reposicionado.

Um retorno à leitura particular de Lênin das obras de Marx e Engels; a influência de Hegel a Kautsky sobre seu pensamento; os debates com Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Stalin, Zinoviev, Kamenev, Bukarin; a sua influência no pensamento de Antonio Gramsci e de Mao Tse Tung (Mao Zedong); um debate transversal com Piotr Stutchka, Evguiéni Pachukanis sobre o caráter do Estado e do Direito; o resgate dos debates em Galvano Della Volpe e Lucio Colletti, Umberto Cerroni; Louis Althusser, Étienne Balibar e outros althusserianos; todos deixaram grandes contribuições e inovações para nossa prospecção, que aqui tomamos como marcos referenciais nos quais nos apoiaremos para irmos às raízes dos problemas que nos propomos a discutir. Pois, se em

‘O Estado e a Revolução’ revela o fundamental da filosofia política e jurídica de Lênin, mas não sua totalidade. O conjunto do pensamento de Lênin tratou-se de uma obra em movimento, escrita no calor das necessidades políticas revolucionárias e em razão desses objetivos. Em muitos momentos, o pensamento de Lênin torna-se mesmo contraditório consigo próprio, dadas as tantas marchas da revolução russa, que liderava. No entanto, o fundamental em Lênin mantém-se singularizado: a identificação, tal qual em Marx e Engels, do Estado e do direito como instrumentos institucionais do capitalismo, a serem extintos com ele, e a necessidade de superação revolucionária em busca da construção do socialismo, sem hesitações.¹¹⁷

A elaboração de uma ou mais teses nesse campo requer que não se tenha uma visão isolada ou parcial; exige que se compreenda as condições, a marcha e os resultados do movimento histórico em que se está inserido; e demanda, portanto, a assimilação e o desenvolvimento de abrangentes conhecimentos científicos e a solução de intrincados problemas epistemológicos e ontológicos. Essas tarefas teóricas superam as possibilidades de uma consciência espontânea. Marx e Engels no Manifesto Comunista dizem que:

[...] nos períodos em que a luta de classes se aproxima de seu desenlace, o processo de desintegração da classe dominante e de toda a velha sociedade adquire um caráter tão violento e tão patente que uma pequena fração dessa classe a renega e adere à classe revolucionária", especialmente o "setor dos ideólogos burgueses que se elevaram teoricamente à compreensão do conjunto do movimento histórico."¹¹⁸

¹¹⁷ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2014. Pág. 466.

¹¹⁸ MARX, K. e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. 1ª ed. 1998, 5ª reimpressão. Trad. Álvaro Pina. São Paulo. Boitempo. 2007. Pág. 49.

Vinculando seus destinos à classe proletária, esses intelectuais a ajudam a forjar uma teoria e um programa. Não podemos fazer isso "de fora", nem "por cima" do movimento prático do proletariado. Lênin sublinhava a ruptura de continuidade entre o conflito "econômico" imediato e o conflito político mediado, recusava mais explicitamente ainda "confundir o problema das classes e o dos partidos", o conteúdo social e sua expressão política. Para Lênin a luta de classe não se reduzia ao conflito do operário contra um patrão, "mas contra a classe capitalista inteira" (Lênin. Oeuvres V, p. 408).

Lênin tratava de delimitar antes de unir e "de utilizar todas as manifestações de descontentamento e de trabalhar até os menores elementos de um protesto, mesmo embrionário", de conceber a luta política como "muito mais ampla e complexa que a luta dos operários contra o patronato e o governo" (idem, p. 440/463).

Para Lênin, a classe revolucionária, para cumprir suas tarefas, "deve saber se apropriar de todas as formas e de todos os aspectos, sem a menor exceção, da atividade social; a classe revolucionária deve estar pronta para substituir rápida e bruscamente uma forma pela outra" (Lênin, Oeuvres XXXI, p 92)¹¹⁹.

¹¹⁹ Daniel Bensaid, marxista francês falecido em 12 de janeiro de 2010, era professor de Filosofia na Universidade de Paris VIII (Vincennes, Saint-Denis) e destacado militante do NPA francês; fonte: "Marxismo, Modernidade e Utopia", Editora Xamã, São Paulo, 2000), fez dissertação de mestrado sobre "A noção de crise revolucionária em Lênin" sob a orientação de Henri Lefebvre, em 1967-1968 na Universidade de Paris X (Nanterre).

CAPÍTULO 2 – CONCEITOS CENTRAIS

2.1 - Dimensões

Para efeito de método de apresentação dividimos nossa leitura da obra de Lênin em três dimensões, para além das sete fases sua vida descritas acima, a saber: a obra em si, seus conceitos mais imediatos; a essência de seus conceitos principais, em particular as de Estado, Direito e transição, e os mais correlatos a estes, isto é, para além da aparência desses conceitos, a relação estrutural entre suas formas e conteúdos, que são os elementos que podem permanecer; e, por fim, justamente os conceitos estruturantes válidos atualmente.

Essa divisão conceitual da sua obra, como a discussão anterior sobre as leituras anteriores, é apenas uma antecipação. A confirmação ou negação das hipóteses iniciais só pode ser resultado do exame criterioso do seu pensamento, porque para provar, pela lógica, é necessário mostrar como o objeto se faz por si mesmo válido, verdadeiro e atual.

A relação que essas três dimensões acima, do pensamento de Lênin, têm entre elas, são que os conceitos que porventura permaneçam válidos, não são fixos nem isolados em si mesmos. Para podermos ultrapassar a aparência imediata precisamos chegar à essência mediada, porque para superarmos as formas sociais temos que entender e superar a mediação com seus conteúdos.

Assim como no decorrer dessa escrita/leitura verificaremos que muitas de suas ideias ficaram datadas e, portanto, não são mais válidas. Outras, parcialmente atuais, parte fixadas no seu tempo. Para tanto a verificação lógica, consiste em ver se tais conceitos podem ser mediações entre a realidade atual, seu entendimento e as ações para sua superação positiva.

Uma relação concreta dos conceitos de Lênin nessas três dimensões lógicas só pode ser comprovada na medida em que separemos que não é mais válido e atual, em suas diferenças e especificidades, do que ainda é válido e atual neste mundo finito, como resultado desse processo de conhecimento.

As determinações dos conceitos, isoladamente considerados, são justamente as diferenças com as outros conceitos sobre os mesmos temas de outros autores, contemporâneos e posteriores a Lênin, e sua passagem, manutenção ou transformação no tempo. As determinações progressivas desses conceitos, tanto sua externalização quanto um desdobrar-se em si mesmos, nos levam a aprofundar em cada um. A explicação de cada conceito, cada um em sua esfera e todos como partes de uma totalidade da realidade e da teoria, segue o sentido da suprassunção do imediato das formas sociais capitalistas.

2.2. – A evolução do conceito de Estado na obra e no pensamento de Lênin

2.2.1 – Uma periodização de suas obras

A conceituação de Estado no pensamento de Lênin passa por claras evoluções e mudanças ao longo de sua vasta obra. Mais uma vez somos obrigados a periodizar sua obra, para fins didáticos desta apresentação. Diferente da nossa primeira classificação, que se referia mais à vida de Lênin, sua formação, como um todo, aqui nos dedicamos mais especificamente aos seus escritos, tanto os mais teóricos, mais abstratos, como os mais políticos, mais concretos.

Neste sentido, dividimos sua obra em cinco fases: do seu primeiro escrito, uma homenagem a *Friedrich Engels*, quando da morte desta referência teórica e política, em 1895, a *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, de 1905, como uma primeira fase.

Uma segunda fase que vai justamente da derrota da revolução russa de 1905 (a 1907, como processo), que começa com um debate com posições surgidas da derrota desta primeira tentativa de revolução com a obra *Materialismo e Empirocriticismo. Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária*, de 1909, cuja escrita se iniciara um ano antes, até os *Cadernos sobre a dialética de Hegel*, de 1914, quando volta a estudar este filósofo alemão, ano do início da Primeira Guerra Mundial.

Uma terceira fase de sua obra se inicia com o *Prefácio “O Imperialismo e a Economia Mundial”*, de N. Bukharin, em 1915, já no meio da primeira grande guerra, e vai até *A catástrofe que nos Ameaça e como combatê-la* de setembro de 1917, véspera da Revolução de Outubro.

Uma quarta fase, de *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético* de abril de 1918, ano em que no final do mês de agosto sofre um grave atentado logo após discursar para operários em uma fábrica em Moscou, por uma militante do Partido Social Revolucionário, opositora dos bolcheviques, a ucraniana Fana Kaplan, e vai até o texto *Sobre o Imposto em Espécie (O Significado da Nova Política e as Suas Condições)* de abril de 1921, o período de maior atividade política e administrativa à frente do nascente Estado soviético, sendo que desde a segunda metade de 1921 Lênin começa a ficar gravemente doente, com hiperacusia, insônia, e fortes enxaquecas. As doenças dele poderiam ter sido causadas pela oxidação do metal das balas que foram alojadas em seu corpo da tentativa de assassinato de 1918, em abril de 1922 ele foi submetido a uma operação cirúrgica para removê-las¹²⁰.

¹²⁰ FISCHER, Louis. *The Life of Lenin*. Londres. Weidenfeld and Nicolson. 1964. Pág. 598 e 599.

E, por fim, uma quinta fase, após os ataques que o debilitaram e o incapacitaram, de *Projeto de Decisão do Politburo do Comitê Central do PCR(b) sobre a Tática da Frente Única - Observações sobre as Teses da Frente Única* de dezembro de 1921. Em maio de 1922, Lenin sofreu seu primeiro acidente vascular cerebral, perdendo temporariamente sua capacidade de falar e ficando com seu lado direito paralisado¹²¹.

Em outubro de 1922 retornou à Moscou, mas em dezembro sofreu o segundo derrame. Em janeiro de 1923 ditou às secretárias seus *Últimos Escritos (Testamento Político) & Diário Das Secretárias* e último texto também do início de 1923, *É Melhor Menos, mas Melhor*. Em março de 1923, Lenin sofre o terceiro acidente vascular cerebral e perde a capacidade de fala¹²², teve paralisia parcial do lado direito do corpo e afasia. Não escreveu mais nada significativo que se saiba. Morreu em 21 de janeiro de 1924. Até hoje seu corpo jaz no Mausoléu na Praça Vermelha em Moscou, ao contrário de se sua obra teórica e de seu pensamento que seguem sendo publicados em novas e revisadas edições e estudados mundo afora.

As obras teóricas e políticas principais que destacamos na primeira fase são *Friedrich Engels*, de 1895; *Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto*, de 1896; *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1898; *Que Fazer?* de 1902; e *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* de 1905.

Da segunda fase *Materialismo e Empirocriticismo. Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária* de 1909, *Greve Económica e Greve Política* de 1912, *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo* de 1913, *A Classe Operária e a Questão Nacional* também de 1913, *O Que Não se Deve Imitar do Movimento Operário Alemão* de 1914, *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação* de 1914, e *Cadernos sobre a dialética de Hegel* de 1914.

Da terceira fase *Prefácio "O Imperialismo e a Economia Mundial"* de N. Bukharin, de 1915, *O Oportunismo e a Falência da II Internacional* de 1916, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* de 1916, *Cartas de Longe*, de 1917, *Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução* de abril de 1917, *Sobre a Dualidade de Poderes* de Abril de 1917, *O Estado e a Revolução*, 1917, *O Marxismo e a Insurreição* de setembro de 1917, e *A Catástrofe que nos Ameaça e como combatê-la* de setembro de 1917.

Da quarta fase *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético* de abril de 1918, *Seis Teses acerca das Tarefas Imediatas do Poder Soviético* de maio de 1918, *Teses sobre a Situação Política Atual* de maio de 1918, *Acerca do Infantilismo "de Esquerda" e do Espírito Pequeno-*

¹²¹ FISCHER, Louis. *The Life of Lenin*. Londres. Weidenfeld and Nicolson. 1964. Pág. 600.

¹²² FISCHER, Louis. *The Life of Lenin*. Londres. Weidenfeld and Nicolson. 1964. Pág. 671.

Burguês de maio de 1918, *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, novembro de 1918, *Sobre as Tarefas dos Sindicatos*, janeiro de 1919, *A III Internacional, Comunista* de março de 1919, *O que é o Poder Soviético?*, março de 1919, *Sobre o Estado – Conferência na Universidade Sverdlov* de julho de 1919, *O Estado*, julho de 1919, *A Economia e a Política na Época da Ditadura do Proletariado* de outubro de 1919, *As Eleições para a Assembleia Constituinte e a Ditadura do Proletariado* de dezembro de 1919, *Da destruição de um Regime Secular à criação de um Novo Regime* de abril de 1920, *Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo* de junho de 1920, *VIII Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia* de dezembro de 1920, *Sobre o Plano Económico Único* de fevereiro de 1921.

E, por fim da quinta e última fase de sua obra, *Projeto de Decisão do Politburo do Comitê Central do PCR(b) sobre a Tática da Frente Única - Observações sobre as Teses da Frente Única* de dezembro de 1921; *Papel e as Tarefas dos Sindicatos nas Condições da NEP*, Resolução do CC do PC(b) da Rússia, de janeiro de 1922; *A Respeito do Problema das Nacionalidades ou sobre a “Autonomização”* de dezembro de 1922; *Carta ao Congresso* (Testamento Político de Lenin), dezembro de 1922 e janeiro de 1923; *Como devemos reorganizar a Inspeção Operária e Camponesa* (Proposta ao XII Congresso do Partido), de janeiro de 1923; *Páginas do Diário*, janeiro de 1923; *Sobre a Nossa Revolução* (A Propósito das Notas de N. Sukhánov), janeiro de 1923; *Sobre a Cooperação*, janeiro de 1923; e, *É Melhor Menos, mas Melhor* de março de 1923.

2.3. – As primeiras conceituações de Estado por Lênin

Em seus primeiros escritos a conceituação de Estado por Lênin era ainda bastante superficial e esquemática. Em seu primeiro texto publicado, *Friedrich Engels*¹²³, um ensaio de 1895 em homenagem ao amigo e parceiro de Marx, a definição inicial leniniana toca a superfície do problema ao dizer que

E este estado de coisas continuará enquanto não tiverem desaparecido as bases da luta de classes e do domínio de classe: a propriedade privada e a produção social anárquica. Os interesses do proletariado exigem a destruição destas bases, contra as quais deve, pois, ser orientada a luta de classe consciente dos operários organizados. E toda a luta de classe é uma luta política.¹²⁴

Mas mesmo aí, Lênin já começa a se aprofundar nas questões mais complexas, ao ver as contradições filosóficas no interior e no desenvolvimento histórico dos conceitos:

Engels tornou-se seu discípulo [de Hegel]. Embora Hegel fosse, por seu lado, um admirador do Estado prussiano absolutista, ao serviço do qual se encontrava na qualidade de professor na Universidade de Berlim, a sua *doutrina* era revolucionária. A fé de Hegel na razão humana e nos seus direitos e o princípio fundamental da filosofia hegeliana segundo o qual o mundo é teatro de um processo permanente de mudança e desenvolvimento conduziram os discípulos do filósofo berlinense, que não queriam acomodar-se à realidade, à ideia de que a luta contra a realidade, a luta contra a iniquidade existente e o mal reinante, também procede da lei universal do desenvolvimento perpétuo.¹²⁵

Lênin partia, sim, da superfície do problema, teórico ou político, colocado, mas sempre procurava se aprofundar, como na passagem abaixo sobre a relação dos intelectuais com as classes sociais:

Os senhores Bauer qualificavam desdenhosamente o proletariado de massa desprovida de espírito crítico. Marx e Engels opuseram-se categoricamente a esta tendência absurda e nefasta. Em nome da verdadeira personalidade humana, do operário espezinhado pelas

¹²³ LÊNIN, Vladimir Ilich. Primeira edição: em 1896, na compilação *Rabótnik* n.º 1 e 2. Fonte: Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso – Moscovo. Tradução: Edições "Avante!" com base nas *Obras Completas* de V. I. Lênin, 5.ª ed. em russo, t. 2, p. 1-14. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1895/mes/engels.htm>, acessado em 06 dez. 2023.

¹²⁴ LÊNIN, Vladimir Ilich. *Friedrich Engels*. O. Escolhidas. Volume 1. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1986 P. 28.

¹²⁵ Idem. Pág. 29.

classes dominantes e pelo Estado, Marx e Engels exigiam não uma atitude contemplativa, mas a luta por uma melhor ordem social. Era, evidentemente, no proletariado que eles viam a força capaz de travar esta luta e diretamente interessada em fazê-la triunfar.¹²⁶

Esta visão ainda relativamente superficial persiste no ano seguinte em *Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto*. Segundo Lênin, neste texto:

E os donos de fábrica veem que só podem salvar seus interesses mediante a ação comum de toda a classe patronal e ganhando influência sobre o poder do Estado.” (...) “E os operários convencem-se de que também eles necessitam da união, da ação conjunta de toda a classe — da classe operária — para o que é indispensável conquistar influência sobre o poder do Estado.”

“E, nessa lei, a proteção dos interesses do patrão é referendada pelo poder do Estado.” (...) “O operário já não tem diante de si a injustiça de um funcionário qualquer, e sim a injustiça do próprio poder do Estado, que toma para si a defesa de toda a classe capitalista e promulga leis obrigatórias para todos em benefício dessa classe.¹²⁷

Nestas linhas percebe-se ainda uma caracterização do Estado como uma relação direta, quase mecânica, entre a classe dominante, fosse a burguesia, fosse o proletariado, ainda como projeto.

(...) é necessário que o poder político, isto é, o poder da direção do Estado, passe das mãos do governo que está sob a influência dos capitalistas e dos latifundiários, ou das mãos do governo formado diretamente por representantes eleitos dos capitalistas, para as mãos da classe operária.¹²⁸

¹²⁶ LÊNIN, Vladimir Ilich. Friedrich Engels. O. Escolhidas. Volume 1. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1986 P. 31.

¹²⁷ LÊNIN, Vladimir Ilich. Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto. Escrito na prisão em 1895/1896. Publicado pela primeira vez em 1924. Obras, Vol. 2. Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro. 1961. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1896/mes/projeto.htm>. Pág. 12-30.

¹²⁸ LÊNIN, Vladimir Ilich. Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto. Escrito na prisão em 1895/1896. Obras Escolhidas, Vol. 2. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro. 1961. Págs. 79-93.

Mas mesmo aí já aparece pela primeira vez uma mediação, lógica, teórica, política e prática, que revolucionaria a teoria da organização sociopolítica de até então “(...) *a missão do partido que representa os interesses dos operários.*”¹²⁹

Mesmo em 1901, em *Anarquismo e Socialismo*, em polêmica contra os anarquistas, Lênin ainda conceituava Estado de uma maneira um tanto abstrata, e o “*papel histórico e universal do proletariado*” um tanto quanto genérico e, em certa medida, bastante idealista, trazendo as categorias hegelianas para suas análises políticas:

A tese fundamental do bakuninismo é a negação de qualquer Estado, incluindo a ditadura do proletariado, e a incompreensão do papel histórico universal do proletariado.¹³⁰

Em 1903, no texto *A Era das Reformas*, Lênin começa a ver algumas contradições nas determinações até então aparentes nas relações entre Estado, classes sociais, regime político, governo, e, pela primeira vez começa a aparecer os elementos Direito e leis:

A lei, diga-se entre parênteses, não menciona absolutamente a representação dos operários nas fábricas do Estado: nas fábricas particulares os representantes dos operários podem tornar-se, nas mãos da polícia, novos agentes, novos lacaios dos fabricantes; quanto às fábricas do Estado, sempre há número suficiente de agentes e lacaios!¹³¹

Ainda neste mesmo texto, Lênin começa a ver as contradições nas representações das classes sociais dentro do Estado ainda burguês, iniciando uma caracterização do Estado não mais tão mecânica; num processo de elaboração de idas e vindas, entre teoria e política para a ação, em confronto com a realidade de seu tempo:

Mas a classe operária russa, valendo-se dessa fenda, adquirirá novas forças para a luta, derrubará todos os muros do maldito cárcere russo e conquistará a livre representação de classe num Estado democrático burguês.¹³²

¹²⁹ LÊNIN, Vladimir Ilich. Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto. Escrito na prisão em 1895/1896. Obras Escolhidas, Vol. 2. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro. 1961. Pág. 95-102.

¹³⁰ LÊNIN, Vladimir Ilich. Anarquismo e Socialismo. In: Escolhidas em seis tomos. Ed. Avante! Trad. Ed. Avante. Lisboa/Moscou. 1986. Pág. 36-37.

¹³¹ LÊNIN, Vladimir Ilich. Obras Escolhidas, Vol. 6. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda. Rio de Janeiro. 1961.. Pág. 140-146.

¹³² Idem.

2.4 – O início de um aprofundamento da conceituação de Estado

É em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1898, também escrito na prisão na Sibéria, às margens do rio Lena, que lhe daria a alcunha para a vida toda, sua primeira grande obra de fôlego, com o subtítulo *O processo de formação do mercado interior para a grande indústria*, que a análise do regime econômico e social e da estrutura de classes sociais, cruzados com as intervenções políticas destas mesmas classes sociais e seus reflexos no Estado e na economia, dá um salto a um nível teórico de abstração muito mais elevado.

A contradição fundamental entre uma economia pré-capitalista em uma época já dominada pelo capital no conjunto da Europa e na Rússia inclusive, ainda que em seu centro político e econômico Petrogrado e Moscou, salta para a condição de determinação fundamental para a situação de instabilidade social e política e a abertura da possibilidade histórica de uma revolução, neste momento, ainda democrática, em seu pensamento político.

A leitura econômica de Lênin dede esta obra já não era economicista, isto é, unilateral ou parcial, antes pelo contrário, como ele mesmo a define:

O objeto da Economia Política não é simplesmente a “produção”, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção.¹³³

Assim como já antevia uma relação mais complexa entre economia e política, que puramente mecânica, quando afirmava que

[...] mas, primeiramente, pelo fato de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida, que ultrapassa os limites de um Estado.¹³⁴

Quanto mais se aprofunda nos problemas concretos, mais Lênin relaciona os problemas econômicos aos políticos, sempre mediados pelas questões sociais, como na passagem a seguir:

O capitalismo amplia e aprofunda em gigantescas proporções, entre a população rural, as contradições sem as quais não pode existir esse modo de produção. Apesar disso, dada a sua significação histórica, o capitalismo agrário é, na Rússia, uma forma progressista notável. Em primeiro lugar, do antigo agricultor, que era ou um “senhor feudal” ou

¹³³ LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - O processo de formação do mercado interior para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto. Revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. In: Os economistas. São Paulo. Nova Cultural. 1988. Pág. 29

¹³⁴ Idem. Pág. 30.

um camponês patriarcal dependente, o capitalismo faz um industrial semelhante a todos os padrões da sociedade moderna. Antes do capitalismo, a agricultura, na Rússia, era um assunto dos senhores, engenhosidade senhorial para uns, e obrigação, corvéia, para os outros. Por isso, ela não se livrara da rotina secular que, necessariamente implicava um agricultor desligado do que se passava no mundo exterior a sua aldeia — como o atesta o sistema de pagamento em trabalho, esse vestígio do passado que subsiste ainda na economia moderna. O capitalismo rompeu, pela primeira vez, com o caráter restrito de classe da posse da terra, transformando esta em mercadoria. O produto do agricultor foi posto à venda, submetido a controle público, primeiro no mercado local, depois no mercado nacional e, finalmente, no mercado internacional; assim se liquidou definitivamente o isolamento do agricultor embrutecido com relação a todo o resto do mundo.¹³⁵

Interessante notar que nesta obra de mais fôlego, que Lênin busca estabelecer o tempo todo as relações entre a economia e o Estado através das suas determinações materiais, bem como o retorno das ações políticas e administrativas do Estado para com a economia; de como as contradições próprias do capitalismo empurram o campesinato, no caso analisado, para uma necessidade de entendimento e participação política e de luta pelo poder político, pelo Estado.

Em *Que fazer?* de 1902, segue o processo de aprofundamento da conceituação do Estado de forma mais ampliada desde o ponto de vista de um projeto para a sua tomada pela classe social oprimida até então por este Estado, como diz em:

A social-democracia representa a classe operária não só na sua relação com um dado grupo de padrões, mas também nas suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada.¹³⁶

Neste sentido, da tomada do poder pelo proletariado, as relações sociopolíticas das classes com o Estado ficam num nível de abstração e generalização da totalidade, mas uma totalidade concreta, do conjunto das relações, das classes entre si, das classes com o Estado e do Estado com as classes sociais. Ou seja, as relações políticas, são antes relações econômicas com a

¹³⁵ LÊNIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - O processo de formação do mercado interior para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. Revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. In: Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Pág. 203

¹³⁶ LÊNIN, Vladimir Ilich. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Tradução das Edições Avante! Tomo I, *Obras escolhidas* de Vladimir Ilitch Lênin. (Lisboa, 1977, p. 79-214), com base na versão compilada no sexto tomo da quinta edição soviética das *Obras completas* (Moscou, Издательство Политической Литературы/Издательство Политической Литературы, 1963, p. 1-192). São Paulo. Boitempo. 2020. Pág. 70.

“administração” da economia, mediadas pelas classes sociais. Assim como as relações das classes sociais com o Estado, são por sua vez mediadas pela economia, como descreve em:

A consciência política de classe pode ser levada ao operário *somente a partir de fora*, ou seja, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. O único campo em que se pode obter esse conhecimento é no campo das relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, no campo das inter-relações entre *todas* as classes.¹³⁷ (grifos no original).

Assim como em *As duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática*, de 1905, que é último livro da primeira fase de seu pensamento, em nossa periodização, Lênin prossegue com as análises e caracterizações do Estado desde o ponto de partida para a tomada de seu poder e manutenção desse poder tomado ante a possibilidade de reação da classe agora desalojada, bem como nas alianças de classe para a relação com este poder tomado, com o Estado, em particular do proletariado urbano com o campesinato, que a esta altura era a imensa maioria da população russa, e também para a relação com os Estados de outros países, em particular da Europa. Mas, apesar de entrar em temas estratégicos para a tomada do Estado por uma ou duas classes sociais, ainda não entra a fundo nas contradições mais importantes internas ao próprio Estado, como podemos observar:

Pois a possibilidade de manter o poder na Rússia deve ser condicionada pela composição das forças sociais da própria Rússia, pelas condições da revolução democrática que atualmente está a processar-se entre nós. Pois a vitória do proletariado na Europa (e do alargamento da revolução à Europa até à vitória do proletariado há ainda uma certa distância) provocará uma luta contrarrevolucionária desesperada da burguesia russa; e a resolução dos neo-iskristas não diz uma só palavra sobre esta força contrarrevolucionária, cuja importância foi devidamente apreciada na resolução do III congresso do POSDR. Se, na luta pela república e pela democracia, não pudéssemos apoiar-nos nos camponeses além do proletariado, «manter o poder» seria então uma causa perdida. E se não é uma causa perdida, se a «vitória decisiva da revolução sobre o tsarismo» abre uma tal possibilidade, devemos então apontá-la, apelar ativamente para a transformação da possibilidade em realidade, dar palavras de ordem práticas não só **para o caso** de a revolução se alargar à Europa, mas também **para** que isto se realize. Nos seguidistas da social-democracia a referência aos «estritos limites históricos da revolução russa» esconde apenas a concepção estreita das tarefas desta revolução democrática e do papel dirigente do proletariado nesta revolução! (grifos no original).¹³⁸

¹³⁷ LÊNIN, Vladimir Ilich. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Tradução das Edições Avante! São Paulo. Boitempo. 2020. Pág. 88.

¹³⁸ LÊNIN, Vladimir Ilich. *As duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática*. Tradução Editorial Avante. Lisboa. 1977. Pág. 40.

2.5 – Uma primeira inflexão no pensamento de Lênin

Antes de prosseguirmos com o processo de conceituação de Estado por Lênin, daremos um passo atrás para vermos qual teoria do conhecimento ele advogava, para termos uma noção geral melhor de seus conceitos políticos-jurídicos. Outra razão para esse breve desvio em nossa rota se deve à necessidade de darmos uma atenção especial ao debate sobre a questão da relação sujeito-objeto na sua teoria do conhecimento, pois esta predefinição terá importância crucial quando formos discutir os temas sujeito de direito e sujeito político. Com a derrota da revolução russa de 1905 apareceu em debate na intelectualidade russa várias explicações para o fracasso político e social. Como o próprio Lênin descreveu em dois anos depois:

Em outubro de 1905, o ascenso revolucionário na Rússia chegou ao apogeu. Expulsando do caminho a Duma¹³⁹ de Bulíguine¹⁴⁰, o proletariado chamou largas massas populares à luta direta contra a autocracia. Neste mês de outubro de 1907, pelo contrário, vivemos manifestamente um período de declínio extremo da luta aberta das massas. Mas este período de declínio, que vem desde a derrota de dezembro de 1905, não foi marcado apenas pela difusão das ilusões constitucionais, mas também pela sua falência total. A terceira Duma, convocada depois da dissolução das duas primeiras e do golpe de Estado de 3 de junho, pôs um fim evidente ao período de fé na coabitação pacífica entre a autocracia e a representação popular, e inaugurou uma era nova no desenvolvimento da revolução.¹⁴¹

E prossegue:

A viragem no desenvolvimento da luta produz-se com a derrota da insurreição de dezembro. Passo a passo, a contrarrevolução passou ao ataque à medida que se enfraquecia a luta das massas.¹⁴²

Dessa derrota, da discussão do seu balanço político, a busca por explicações e os debates, principalmente no interior da fração bolchevique da social-democracia russa, é que o modelo leniniano de ação ganha um novo patamar teórico.

¹³⁹ Parlamento russo, assembléia, câmara baixa ou câmara única. *In*: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/duma/>, acessado em 15 fev. 2023.

¹⁴⁰ Alexandr Grigórievitch Bulíguine, Homem de Estado da Rússia tsarista, grande latifundiário. Desde janeiro de 1905, ministro do Interior. Desde fevereiro de 1905, por encargo do czar, dirigiu a preparação dum projeto de lei sobre a convocação da Duma de Estado Consultiva com o fim de debilitar o crescente ascenso revolucionário no país. A Duma de Bulíguine não foi convocada, e foi varrida pela revolução de 1905-1907.

¹⁴¹ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Proletari* n° 17, 20 de outubro de 1907. Fonte da Presente Tradução: Lenine, Oeuvres, tomo 13, pp. 116-125. Éditions du Progrès, Moscovo, 1973. Tradução para o português: José André Lôpez Gonçalves. *In*: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1907/10/20.htm>, acessado em 07 jan. 2023.

¹⁴² Idem.

Depois da elaboração de *Que fazer?*¹⁴³, que posteriormente seria combinada à sua teoria do imperialismo, Lênin elabora a maior e mais importante inovação do marxismo, esculpindo uma virada na história política do século XX e na história do pensamento político e jurídico.

Todavia a indagação original de Lênin, cujas respostas levaram a um sistema teórico-prático, foi esquecida, ou interrompida por uma fórmula linear de um “marxismo-leninismo” oficial de Estado, dificultando um senso crítico para este e outros problemas. Dificuldades essas que buscamos enfrentar.

A partir dos fundamentos do materialismo dialético de Engels, Lênin foi muito além de uma simples defesa da ortodoxia, ele ancorou uma visão do Estado e da Revolução em um substrato epistemológico alicerçado em sua teoria do conhecimento. A *teoria do reflexo* orientada pela lei de transformação da quantidade em qualidade conserva a condição essencial de auto-movimento no processo dialético entre as verdades relativas e absolutas.

A partir dessa base epistemológica, Lenin definiu sua própria teoria de poder e de Estado, segundo a qual a transformação da sociedade passa pela identificação na luta política suas próprias contradições dialéticas. Armado da verdade relativa - das condições históricas presentes e objetivas, externas aos sujeitos, mas apreendida por eles – seria possível para a vanguarda atuar como catalisadora dessas contradições, acumulando forças até que atingisse massa crítica e produzisse uma mudança qualitativa no sistema, superando assim a contradição dialética em uma nova forma sistêmica.

Do debate sobre que tática política seguir após a derrota de 1905-1907 se desenvolveu todo um debate de concepção de partido, de visão de mundo, de epistemologia, que por sua vez fundavam a superfície das diferenças de que medidas práticas tomar no dia a dia.

O distanciamento entre Lênin e Bogdanov tem origem na avaliação da situação política depois da dissolução da segunda Duma, em setembro de 1907. A controvérsia vertia sobre a participação nas eleições para a terceira Duma e sobre a utilização de sua tribuna para a propaganda do socialismo - essa era a tese de Lênin ou a concentração das forças para uma nova insurreição revolucionária e o boicote das eleições para a Duma, expressão de um regime pseudoconstitucional, incapaz de oferecer qualquer possibilidade de ação ao bolchevismo revolucionário, segundo a tese de Bogdanov.¹⁴⁴

¹⁴³ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Trad. Edições Avante! Lisboa, Moscou. Revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. Coleção *Arsenal Lênin*. São Paulo. Boitempo. 2020.

¹⁴⁴ HOBBSAWM, Eric J. (et al.) *História do marxismo*. III: *O marxismo na época da Segunda Internacional*. Segunda parte. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984. Pág. 192.

Bogdanov¹⁴⁵, Lunatchárski¹⁴⁶ e Alexinski¹⁴⁷, defenderam uma tática de boicote à segunda Duma, que teve boa aceitação nos operários, que não foram votar nas eleições para se prepararem para uma possível luta armada. Mas, com a não vinda de uma revolução, a abstenção eleitoral perdeu sentido.

Ernst Mach¹⁴⁸ (pronuncia-se “Máqui”) e Richard Avenarius¹⁴⁹ propuseram uma renovação do marxismo, combinando-o com as ciências naturais e a filosofia da ciência, e inserindo o marxismo na gnosiologia dos empiriocriticistas, defendiam a posição de que o conhecimento tem base exclusivamente na experiência humana.

Assim, Lênin escreveu *Materialismo e Empiriocriticismo*¹⁵⁰ neste contexto de derrota da revolução russa de 1905 e de debate contra o que via como um revisionismo negativo do marxismo. Este livro teve o papel importante de manter as posições filosóficas e políticas da fração bolchevique da social-democracia russa alinhadas ao marxismo original.

Em *Materialismo e Empiriocriticismo*, que tem como subtítulo *Observações críticas sobre uma filosofia reacionária*, Lênin defende que as posições de Bogdanov eram contrárias a um pensamento e a uma política revolucionária que comprometia a força das ações dos sujeitos políticos da vanguarda organizados no partido.

Bogdanov defendia uma educação das massas para o advento de uma “consciência de classe socialista” e não apenas palavras de ordem para as lutas contingentes, por meio de propaganda, escolas do partido, para capacitar operários como dirigentes políticos em oposição a um “privilégio” teórico dos “intelectuais”, além formação em luta armada e técnicas militares, numa preparação para uma revolução que poderia acontecer a qualquer momento.

Em *Materialismo e Empiriocriticismo* Lênin propõe definições dos conceitos de matéria e de dialética, de determinação filosófica e critérios para a definição sobre o conteúdo de verdade de um conhecimento que serão fundamentais para seu pensamento e sua obra teórica.

Lênin faz uma reelaboração do materialismo dialético nesta obra em um contexto histórico em que as ciências naturais estão em estágios diferentes da época de Engels, que escrevera *A*

¹⁴⁵ Bogdánov, pseudônimo de Aleksandr Aleksandrovitch Malinovski, 1873 a 1928, foi um filósofo, economista, médico, escritor e revolucionário bolchevique russo.

¹⁴⁶ Anatoli Vassilievitch Lunacharsky, 1875 a 1933, foi um dramaturgo, crítico literário e político soviético, membro do Partido Comunista da URSS e da facção bolchevique durante a Revolução Russa de outubro de 1917. Ele foi responsável pelas políticas públicas revolucionárias para a Educação.

¹⁴⁷ Grigory Alekseyevich Aleksinsky, 1879 a 1967, foi um marxista, social-democrata e bolchevique russo, eleito para a Segunda Duma em 1907.

¹⁴⁸ Ernst Mach, 1838 a 1916, físico e matemático austríaco, desenvolveu também atividades na fisiologia e na filosofia.

¹⁴⁹Richard Heinrich Ludwig Avenarius, 1843 a 1896, filósofo alemão, fundador do criticismo empírico.

¹⁵⁰ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Materialismo e Empiriocriticismo - Notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa. Editorial Estampa. 1971.

*Dialética da Natureza*¹⁵¹, de 1883, que até então era a referência básica para os debates relativos às teorias do conhecimento nos campos marxistas e próximos. O pensamento filosófico de Lênin delineado nesta obra em polêmica teórica tem um sentido político estratégico, relativo ao programa mais geral do marxismo, e tático, para as tarefas mais imediatas da vanguarda do proletariado organizada no partido.

¹⁵¹ ENGELS, Friedrich. *A Dialética da natureza*; prólogo de J.B.S. Haldane. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

2.6 – Um problema de tradução: reflexo ou imagem

Mais uma vez, antes de prosseguirmos precisamos nos ater a um aparente detalhe, mas que terá consequências importantes a seguir. Há um sério problema de tradução e de interpretação acerca de qual teoria do conhecimento Lênin era partidário. As traduções, geralmente, inclusive as “oficiais” feitas pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou, para diversos idiomas, como inglês, o francês, espanhol, português etc. traduzem os termos Lênin par a teoria do conhecimento como “teoria do reflexo”, o que enseja várias críticas ao pensamento filosófico, epistemológico e político de Lênin.

Essas “críticas” e comentários, com base nessa tradução muitas vezes reduzem a teoria do conhecimento abraçada por Lênin a elementos da teoria da “tábula rasa”.

O conceito de tábula rasa foi primeiro utilizado por Aristóteles em oposição a Platão, como uma metáfora, para indicar que a consciência humana é desprovida de qualquer conhecimento inato, prévio, como uma folha em branco, a ser preenchida. Este conceito defende a tese da tese epistemológica que fundamenta o justamente o empirismo, ora combatido por Lênin. O argumento da tábula rasa foi usado pelo filósofo inglês John Locke¹⁵², considerado como o protagonista do empirismo. Locke detalhou a tese da tábula rasa em seu livro *Ensaio acerca do Entendimento Humano*¹⁵³, de 1690, segundo a qual as pessoas nascem sem conhecimento algum, a mente é uma "folha em branco", e todo o processo do conhecer, do saber e do agir é aprendido através da experiência, assim como os empiriocriticistas, combatidos por Lênin.

Mas ao verificarmos o original de *Materialismo e Empirocriticismo*¹⁵⁴, já no primeiro capítulo, “A teoria do conhecimento do empiriocriticismo e o materialismo dialético”, no item 1, 1. “Sensações e complexos de sensações”, em russo temos:

Например, материалист Фридрих Энгельс – небезызвестный сотрудник Маркса и основоположник марксизма – постоянно и без исключения говорит в своих сочинениях о вещах и об их мысленных изображениях или отображениях (Gedanken-Abbilder), причем само собою ясно, что эти мысленные изображения возникают не иначе, как из ощущений.¹⁵⁵

¹⁵² Filósofo inglês, 1632 a 1704, liberal, fundador do empirismo como corrente filosófica e epistemológica. In: <https://www.fflch.usp.br/36580>, acessado em 21 fev. 2023.

¹⁵³ LOCKE, John. *Ensaio acerca do Entendimento Humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo. Nova Cultural. 1999.

¹⁵⁴ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *МАТЕРИАЛИЗМ И ЭМПИРИОКРИТИЦИЗМ - критические заметки об одной реакционной философии*. Издательство политической литературы. Editora de literatura política, 1984. In: <http://www.psylib.ukrweb.net/books/lenin01/txt01.htm>, acessado em 21 fev. 2023.

¹⁵⁵ “Por exemplo, o materialista Friedrich Engels, notório colaborador de Marx e fundador do marxismo, fala constante e sem exceção em seus escritos sobre as coisas e sobre suas imagens ou imagens mentais (Gedanken-

Observe-se que no texto original em russo, Lênin grafa entre parênteses em alemão “Gedanken-Abbilder”, que em tradução livre significa “pensamento-imagem”, ou “imagens mentais”.

E Lênin prossegue no capítulo 2 de *Materialismo e Empiriocriticismo*, “A teoria do conhecimento do empiriocriticismo e o materialismo dialético” item 1, “A coisa em si”, ou V. Chernov refuta Engels”:

Engels. "L. Feuerbach" etc., 4-е нем. изд., S. 15. Русск. пер. женеvское изд. 1905 г., стр. 12-13. Г.В.Чернов переводит Spiegelbild – "зеркальное отражение", обвиняя Плеханова в том, что он передает теорию Энгельса "в значительно ослабленном виде"; говорит-де по-русски просто об "отражении", не о "зеркальном". Это – придирка; Spiegelbild употребляется по-немецки и просто в смысле Abbild (отражение, отображение, образ. Ped.).¹⁵⁶

Que em tradução livre podemos grafar como:

“Engels em "L. Feuerbach" etc., 4º alemão. ed., S. 15. Russo. por. Genebra ed. 1905, pp. 12-13. GV. Chernov traduz *Spiegelbild* - "imagem espelhada", acusando Plekhanov de transmitir a teoria de Engels "de uma forma significativamente enfraquecida"; ele diz em russo simplesmente sobre "reflexão", não sobre "espelho". Esta é uma corruptela de *Spiegelbild* é usado em alemão e simplesmente no sentido de Abbild (reflexão, reflexão, imagem).”

Ou seja, o próprio Lênin discute as implicações das diferentes traduções de *Spiegelbild* do alemão para o russo. Sendo que, como dissemos acima, Lênin dominava o idioma germânico, tendo sido alfabetizado simultaneamente em russo e em alemão por sua mãe, luterana sueca, de origem alemã.

Ainda no capítulo 2, no item 2, “Sobre "trans Censur", ou V. Bazarov e o "processamento" de Engels”, onde Lênin, no original russo escreve:

Да и для читателя, но знающего по-немецки, но с капелькой внимания читающего Энгельса, совершенно ясно, не может не быть ясно, что Энгельс все время, на протяжении всего своего

Abbilder “pensamento-imagem”), e nem é preciso dizer que essas as imagens não surgem de outro modo senão dos sentimentos.” (tradução nossa).

¹⁵⁶ LÊNIN, Vladimir Ilitch. МАТЕРИАЛИЗМ И ЭМПИРИОКРИТИЦИЗМ - критические заметки об одной реакционной философии. Издательство политической литературы. Editora de literatura política, 1984. In: <http://www.psylib.ukrweb.net/books/lenin01/txt01.htm>, acessado em 21 fev. 2023.

рассуждения трактует "чувственное представление" как *образ* (*Abbild*) вне нас существующей действительности, что, следовательно, слово "совпадать" можно употребить по-русски исключительно в смысле соответствия, согласованности и т.п. Приписать Энгельсу мысль, что "чувственное представление *и есть* вне нас существующая действительность", это – такой перл махистского извращения, подсовыванья агностицизма и идеализма под материализм, что Базарова нельзя не признать побившим все рекорды!¹⁵⁷

Que em tradução livre podemos ter:

E para um leitor que sabe alemão, mas que lê Engels com um mínimo de atenção, é absolutamente claro, não pode deixar de ser claro que Engels o tempo todo, ao longo de todo o seu raciocínio, interpreta a "representação sensorial" como uma imagem (**Abbild**) existindo fora de nós. realidade, que, conseqüentemente, a palavra "coincidir" pode ser usada em russo exclusivamente no sentido de correspondência, consistência etc. Atribuir a Engels a ideia de que "a representação sensorial é a realidade existente fora de nós" é uma tal pérola da perversão machista, deslizando o agnosticismo e o idealismo para o materialismo, que Bazárov não pode deixar de ser reconhecido como tendo quebrado todos os recordes!¹⁵⁸ (grifo e negrito nosso).

Mais uma vez Lênin se refere à teoria do conhecimento com o termo em russo “*образ*” e o reforça em alemão entre parênteses “*Abbild*”, ambos traduzimos como “imagem” para o português.

Destacamos que esta diferença entre as traduções e o original russo de *Materialismo e Empirio criticismo*, nestas e em muitas outras passagens, com a palavra-conceito em alemão, no original russo, *bild* ou *Abbild*, que em português traduzimos por “imagem”, não foi encontrada por nós em nenhuma literatura em nossa vasta pesquisa bibliográfica, exposta ao final nas Referências; o que pode nos permitir, sem nenhuma falsa modéstia, desfazer uma confusão conceitual devido à imprecisão das traduções, repetimos, na maior parte da vezes, oficiais do Estado Soviético pós-Lênin, mas também de muitos intelectuais que traduziram suas obras direto do russo sem levar em conta este “detalhe”.

¹⁵⁷ LÊNIN, Vladimir Ilitch. МАТЕРИАЛИЗМ И ЭМПИРИОКРИТИЦИЗМ - критические заметки об одной реакционной философии. Издательство политической литературы. Editora de literatura política, 1984. In: <http://www.psylib.ukrweb.net/books/lenin01/txt01.htm>, acessado em 21 fev. 2023.

¹⁵⁸ LÊNIN, Vladimir Ilitch. МАТЕРИАЛИЗМ И ЭМПИРИОКРИТИЦИЗМ - критические заметки об одной реакционной философии. Издательство политической литературы. Editora de literatura política, 1984. In: <http://www.psylib.ukrweb.net/books/lenin01/txt01.htm>, acessado em 21 fev. 2023.

2.7 – Diferenças entre as teorias do conhecimento do reflexo e da imagem

2.7.1 – Breve discussão sobre as diferentes teorias do conhecimento

As diferentes teorias do conhecimento compõem uma área de estudo da filosofia (e psicologia), a Epistemologia, que discute como é possível ao ser humano chegar ao conhecimento.

Desde os primeiros filósofos pré-socráticos, há dois mil e trezentos anos, há um movimento de compreensão racional do mundo, um afastamento do pensamento mitológico e uma aproximação do conhecimento racional. Isso despertou em Platão a busca do conhecimento verdadeiro, que dá início às teorias do conhecimento. Mais recentemente as teorias do conhecimento dividem-se em diferentes vertentes como o racionalismo, o empirismo, o criticismo e a fenomenologia, além da psicologia e pela filosofia da ciência.

Bogdanov faz uma primeira confusão entre gnosiologia e epistemologia; enquanto a primeira se ocupa do conhecimento individual, ou psicológico, na qual ele busca as explicações para as causas da derrota na revolução russa de 1905, que seria devido à uma “não-consciência” ou “não-conhecimento” dos indivíduos da necessidade da revolução; daí sua teoria “empiricriticista” seu “programa” pedagógico para “reeducar” as massas (do proletariado), com todos seus indivíduos, no sentido de muni-los de informações e saberes até que adquirissem tal “conhecimento” ou “consciência”. Enquanto epistemologia trata do conhecimento científico e este é o objeto de Lênin em *Materialismo e Empiricriticismo*.

Por uma questão de necessidade de recorte saltamos o desenvolvimento epistemológico clássico, para a modernidade até o racionalismo de Descartes, que defendia que toda a possibilidade de conhecimento certo e indubitável advinha do raciocínio puro, baseando-se no princípio de que haveria um método para organizar o conhecimento, sintetizado em seu *Discurso do Método*¹⁵⁹, de 1637. Partidário que era do conhecimento racional ser inato ao ser humano, à moda de Platão, mas para esse conhecimento “inato” se transformar em uma filosofia necessitaria, de um método baseado em evidências, na análise dessas evidências, na resolução dos problemas simples e complexos e, na revisão criteriosa dos dados e conclusões deste processo de conhecimento. Também por conta de nossas limitações, somos obrigados a abstrair os ricos contextos destes debates filosófico-epistemológicos, que certamente interferiram nas elaborações dos personagens destacados, como as revoluções inglesas de 1649 e de 1689 e a

¹⁵⁹ DESCARTES, René. *Discurso do Método*. 2ª Edição. Tradução Maria Ermantina Galvão. Revisão Mônica Stahel. São Paulo. Martins Fontes. 2001.

Revolução Francesa de 1789 e seus processos históricos-jurídicos-políticos, p.ex., eventos cujas consequências, teóricas e práticas, ainda ecoam nos presentes dias.

Em oposição a um certo platonismo do racionalismo descartiano os pensadores ingleses Francis Bacon¹⁶⁰ e John Locke¹⁶¹ e o escocês David Hume¹⁶² fundam os pilares do empirismo moderno, buscando em Aristóteles as bases segundo as quais o conhecimento humano advém da experiência prática sensorial, por meio dos sentidos e das intuições.

Esta será uma das bases epistemológicas e gnosiológicas do empiriocriticismo de Bogdanov, criticado por Lênin.

A outra parte, complementar, das ideias de Bogdanov, entre outros, é justamente o chamado “criticismo”, que como base o pensamento do filósofo positivista, prussiano-alemão, Immanuel Kant¹⁶³, principalmente em sua obra *Crítica da Razão Pura*¹⁶⁴, publicado pela primeira vez em 1781.

Podemos resumir, muito apressadamente, por motivos do recorte desta tese, o “criticismo” como uma filosofia que nega os pensamentos e dados que não tenham seus fundamentos analisados criticamente.

Todavia, ao contrário de Bogdanov e outros, o “criticismo” de Kant combate o racionalismo de Descartes e o empirismo de Bacon, Locke e Hume, ao colocar as relações entre sujeitos e objetos no cerne da questão epistemológica, que aquelas doutrinas ou teorias do conhecimento imediatamente anteriores na tradição europeia desprezavam o papel ativo dos sujeitos no processo de aquisição e, agora, produção, do conhecimento.

Pois ao colocar a questão do sujeito de conhecimento no centro da relação de aquisição/produção, Kant inicia uma revolução epistemológica reestabelecendo a relação entre intuição e entendimento e as experiências com a compreensão de seus resultados e a reinterpretação racional do mundo.

Em Kant o sujeito é o centro do processo de aquisição/produção do conhecimento, enquanto o objeto é apenas o fenômeno, a aparência, ou a forma na razão do sujeito.

¹⁶⁰ Francis Bacon, 1561 a 1626, pensador político inglês, filho de um jurista e lorde, foi procurador-geral, fiscal, guarda do selo, chanceler da coroa britânica e Barão.

¹⁶¹ John Locke, 1632 a 1704, filósofo inglês, fundador do Empirismo.

¹⁶² David Hume, 1711 a 1776, historiador, economista e filósofo escocês, fundador da escola cética ou agnóstica de filosofia, e do Empirismo, cujo princípio básico é evitar toda hipótese não comprovável.

¹⁶³ Immanuel Kant, nasceu em 1724, em Königsberg, então parte do Reino da Prússia, hoje Kaliningrado, parte da Federação Russa, morreu na mesma cidade em 1804.

¹⁶⁴ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa. Editora do Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, baseada na edição crítica de Raymund Schmidt, confrontada com a edição da Academia de Berlim e com a edição de Ernst Cassirer. 2001.

Como o próprio Kant defende:

Em relação ao objeto de todos os nossos conhecimentos da razão, alguns filósofos foram simplesmente sensualistas, outros simplesmente intelectualistas. Epicuro pode ser chamado o filósofo mais eminente da sensibilidade, Platão do intelectual. (...) Em relação à origem dos conhecimentos puros da razão, o problema é o de saber se estes se derivam da experiência ou se, independentemente dela, têm a sua fonte na razão. Aristóteles pode considerar-se o chefe dos empiristas e Platão o dos noologistas¹⁶⁵. Locke, que nos tempos modernos seguiu o primeiro, e Leibniz¹⁶⁶, que seguiu o segundo (embora se afastasse bastante do seu sistema místico), não puderam, nesta controvérsia, chegar ainda a nenhuma solução. Epicuro, por seu lado, procedeu, pelo menos, muito mais consequentemente de acordo com o seu sistema sensualista (pois nunca ultrapassou nos seus raciocínios o limite da experiência) do que Aristóteles e Locke (principalmente do que este último) o qual, depois de ter derivado da experiência todos os conceitos e princípios (...) (...) pela simples medida visual do que pelos trâmites da matemática. É simples misologia¹⁶⁷ arvorada em princípio e, o que há de mais absurdo, o abandono de todos os meios técnicos, tão elogiados como sendo o verdadeiro método de alargar os conhecimentos (...) Seguem a razão comum, sem se vangloriarem da sua ignorância, como um método que deve conter o segredo de tirar a verdade do poço profundo de Demócrito. A sua divisa é o *Quod sapio, satis est mihi; non ergo curo, esse quod Arcesilas¹⁶⁸ aerumnosique Solones¹⁶⁹*¹⁷⁰ com a qual podem viver contentes e dignos de aplauso, sem se preocuparem com a ciência e sem lhe perturbarem as obras (...) ¹⁷² (notas internas nossas).

Infelizmente não podemos nos aprofundar neste autor sob pena de perdemos mais ainda o foco de nossa investigação. O que nos chama a atenção aqui é que Bogdanov e os empiriocriticistas tentam justamente unir o “criticismo” de Kant com o “empirismo” de Hume num amálgama logicamente impossível; e ainda tentam fazer uma fusão deste amálgama

¹⁶⁵ Ciência ou conjunto de ciências que estuda o espírito humano, no sentido de secundarizar a realidade material.

¹⁶⁶ Gottfried Wilhelm Leibniz, 1646 a 1716, polímata e filósofo alemão, central na história da matemática e da filosofia.

¹⁶⁷ Ódio, aversão à lógica, ao raciocínio lógico, ao discurso lógico, à razão, à arte do raciocínio.

¹⁶⁸ Arcesilau, ou Arcesilas, 316 a 241 AEC, filósofo grego, helênico, fundador do “ceticismo”, corrente de duvidava dos sentidos para descobrir a verdade do mundo.

¹⁶⁹ Sólon, 638 a 558 AEC, foi um estadista, legislador e poeta grego antigo, principal redator da “constituição” de Atenas, revisor das leis draconianas para um sistema penal de correção e reparação dos erros e crimes.

¹⁷⁰ Do latim, em tradução livre, *O que eu sei é suficiente para mim, não me importa, então, que Arcesilas e Sólon estejam sofrendo.*

¹⁷¹ Trecho da Sátira III de Aulo Pérsio Flaco, dramaturgo e poeta satírico romano (34 a 62 EC).

¹⁷² KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa. Ed. Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, confrontada com a edição da Academia de Berlim e com a edição de Ernst Cassirer. 2001. Pág. 963.

sofístico com o marxismo de sua época num bi-fusão que mais se parece com uma difusão superficial impraticável, pois o método crítico kantiano representa uma limitação rebaixadora das pretensões da razão que denuncia qualquer possibilidade de “salto” ou afirmação que pretenda transcender os limites do homem ou da própria razão, ante as condições imediatas, postas e seus fenômenos. Nada mais oposto ao marxismo.

Outra vertente epistemológica, em diálogo transversal com o debate sobre a teoria do conhecimento entre Lênin e Bogdanov é a Fenomenologia de Husserl¹⁷³, que é basicamente uma descrição da estrutura específica do fenômeno, do fluxo imanente de vivências que constitui a consciência e, como estrutura da consciência enquanto consciência, ou seja, como condição de possibilidade do conhecimento, na medida em que ela, enquanto consciência transcendental, constitui as significações e na medida em que conhecer é pura e simplesmente apreender, em nível empírico, ou constituir, na esfera transcendental, os significados e significantes naturais e espirituais.

Em Husserl, para entender a dimensão e a profundidade da consciência é necessário um método, o da redução fenomenológica, que tematiza a consciência pura, coloca o mundo “entre parênteses” para fazer uma redução eidética, em busca da essência, através da compreensão do *a priori* como essência, pressupondo que já existe uma oposição entre sujeito e objeto, que por sua vez é superada para a análise dos dados formadores da consciência, que é sempre intencional, sempre de algo, e que caminha para algo, almeja algo, uma consciência dinâmica, oposta à estática kantiana. Em suma, uma teoria do conhecimento do movimento, movimento do mundo, movimento do sujeito, do objeto e da própria consciência.¹⁷⁴ Movimento epistemológico este muito semelhante ao de Bogdanov com sua “Tectologia”, ou “tektologia”, isto, sua “ciência organizacional universal” para, segundo ele, ir além das ciências especializadas, tanto para a resolução de problemas, quanto ao questionamento do mundo, que tinha a intenção de conectar todas as ciências e criar uma linguagem comum entre a matemática e a filosofia, por exemplo, através da linguagem organizacional.

A capacidade de aquisição de conhecimento, ou cognição, é central na Tectologia de Bogdanov, que dizia que o conhecimento era um fenômeno social, e não apenas epistemológico, e que a compreensão da dinâmica interna das relações sociais, ou das lutas de classes era próxima ao entendimento do processo de aquisição de conhecimento, assim, existência social

¹⁷³ Edmund Gustav Albrecht Husserl, 1859 a 1938, foi um filósofo e matemático tcheco-alemão fundador da escola da fenomenologia.

¹⁷⁴ HUSSERL, E. *A Idéia da Fenomenologia*, Lisboa: Edições 70. 1986.

e consciência social seriam as mesmas, mas em dois níveis distintos, o nível técnico e o organizacional.¹⁷⁵

Bogdanov elaborou um tipo de metaciência que tentava abranger o universo e a experiência humana numa única compreensão racional complexa e existencial e sistêmica.

Esta metaciência de Bogdanov é justamente o meio para se atingir os fins de Husserl, essa “organização” do conhecimento como mediação para a possibilidade do conhecimento, a “linguagem” única ou unificada como uma forma de consciência transcendental, onde a relação sujeito-objeto fica secundarizada ante a “pedagogia” da linguagem universal, pois já é pressuposta, portanto desnecessária sua construção tanto teórica quanto prática; não só pressuposta, como superada pelos “formadores da consciência”. Ou seja, os novos “pedagogos” tectológicos são os únicos sujeitos possíveis e todos os outros são todos objetos deste processo ideal de formação de uma consciência ideal. Daí a queda ao final num “novo” idealismo.

Estranhamente, Bogdanov e os demais empiriocriticistas não aproveitaram de Husserl a noção de consciência em movimento, a algo, a um sentido. Talvez porque o sentido estático seja essa formação de consciência como um fim em si mesmo e para si mesmo. Talvez por isso não tenham sido capazes de verem e criticarem empiricamente a si enquanto sujeitos em sua relação com os objetos. Ou seja, seu método ou sua filosofia não se aplica aos seus criadores, aos construtores de deus, e, por fim, também não aos seus objetos, ou criaturas, reais ou imaginárias.

¹⁷⁵ BOGDANOV, Alexander. *Empiriomonism: Essays in Philosophy*. Books 1–3. Edited and translated by David G. Rowley. Leiden; Boston. Brill. 2020.

2.8 – Transição entre fenomenologia e dialética

Uma transição entre a fenomenologia e a dialética do conhecimento em Hegel¹⁷⁶, inicialmente na *Fenomenologia do Espírito*¹⁷⁷, onde a pergunta é “*O que é conhecer?*”, perpassando pelas diferentes teorias do conhecimento através da história das ideias, mediada pela sua crítica à concepção kantiana, busca reconstruir os conceitos epistemológicos de verdade e justificação, através da negação determinada, enquanto processo de aquisição e de justificação do conhecimento, anticética, em sua especificidade.

Para Hegel, a separação das epistemologias anteriores entre o conhecimento e a coisa em si, ou entre o sujeito e o objeto, eram um entrave ao conhecimento, que não seria possível sem o ato concreto, em si, de conhecer, isto é, neste processo não pode haver o “a priori”, a separação forçada do sujeito de conhecimento e o objeto a ser conhecido.

Hegel inova ao afirmar que o processo de conhecimento é histórico, e mutável, um processo de erros e acertos, onde as contradições são parte deste processo. Sendo que as contradições não eram aceitas nos sistemas filosóficos-epistemológicos anteriores. Isto vai ter depois uma grande importância no pensamento político de Lênin, principalmente no aspecto indutivo da lógica, isto é, nas práticas, nas ações, onde as possibilidades de contradições nas ações serão incorporadas ao seu “sistema de pensamento-ação”, com as sínteses, positivas ou negativas.

O conceito de Hegel de negação determinada se refere à construção dos objetos por meio das experiências das consciências dos sujeitos, por isso não podem se separar, nem “a priori” nem “a posteriori”, pois é nesta relação entre sujeito do conhecimento e objeto em sendo conhecido, no desenvolvimento entre as duas partes fundantes do processo, por isso dialético, neste movimento contínuo de negação e de superação, a partir padrões de medidas e em comparação com outros objetos que se pode e se deve conhecer a verdade absoluta, conforme a relação entre o conhecimento e o “ser”, ou seja, não é subjetiva, mas um dado da realidade objetiva.

A dialética hegeliana é o meio para o conhecimento da verdade e da sua justificação, como síntese das experiências da consciência do sujeito, como resultado das negações das experiências anteriores, sua construção é simultânea à sua justificação. Assim como em Lênin a construção das ações também será simultânea às suas justificações. Se em Hegel a consciência é resultado do processo histórico anterior, em Lênin, o conhecimento será resultado do futuro.

¹⁷⁶ Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770 a 1831, filósofo prussiano, “pai” da dialética moderna.

¹⁷⁷ HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

2.9 – Construção e efetivação da dialética do conhecimento

Para Hegel conhecer é o processo dinâmico de identificação e diferenciação entre o sujeito e o objeto. É na *Ciência da Lógica*¹⁷⁸ que o processo de conhecer é descrito como atividade real, com intenção do sujeito. Nesta *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* a relação recíproca entre o conhecimento e as atividades é demonstrada; lógica, natureza e espírito estão interrelacionados, e são dialeticamente suprassumidos uns nos outros, assim, a compreensão de uma só possível e necessária na compreensão mútua. Assim, em Hegel uma teoria do conhecimento é simultaneamente efetivação da prática e da própria teoria.

Hegel, como idealista, defende a primazia do sujeito ante o objeto, que a sua existência ou essência depende da atividade do sujeito. Mas Hegel é um idealista dialético, isto é, também tem um lado realista. Se em Kant o sujeito não acessa o objeto, pois este é apenas aparência na mente do sujeito, a coisa-em-si e o fenômeno são opostos, numa relação dualista, ou binária; já em Hegel, o sujeito determina o objeto, e o objeto não foge da ação do sujeito. O objeto não é um limite intransponível para o sujeito, pois o sujeito busca o conhecimento do objeto. O sujeito examina as formas de consciência para apreender o objeto segundo sua forma predominante. Sujeito e objeto são estruturas complexas e interdependentes. O sujeito elabora o conceito, faz o juízo, infere no objeto que tem sua contraparte na correlação entre ambos os polos.

Para Hegel, o objeto é dinâmico e não estático como em Kant. Por isso Kant não alcança o objeto, porque está conformado pelo processo de vir a ser permanente. Para o sujeito alcançar o objeto também precisa estar em um movimento dinâmico de vir a ser, em um processo ao mesmo tempo desigual e sincrônico dos polos, sempre em constante transformação. Tais mudanças permanentes implicam na negação do estado anterior, pois, caso contrário não poderiam se efetivar.

Em a *Ciência da Lógica* Hegel demonstra que as derivações do objeto se opõem a um conceito estático, que para se efetivar precisa de uma ruptura e de uma superação positiva de sua condição imediata, para a compreensão e realização da condição mediada pelo sujeito. Se em Kant, sujeito e objeto são excludentes, em Hegel há a superação dessa exclusão para possibilitar o conhecimento pleno o objeto, no conceito, o interior do sujeito e o exterior do objeto são superados. Assim, a relação dinâmica entre sujeito e objeto, ao contrário da visão estática de Kant, o sujeito é objeto e objeto é sujeito, superando a falsa dicotomia, negando a exterioridade e a imediaticidade, o conceito se torna o fim do processo de conhecimento, a

¹⁷⁸ HEGEL, Georg W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compendio*. Volume I: *A Ciência da Lógica* (1830). traduzido por Paulo Meneses com a colaboração do Pe. José Machado. Loyola. São Paulo. 1995.

existência real do objeto pode ser alcançada, o que o que é exterior ao sujeito ainda permanece no sujeito, o conhecimento e o objeto se realizam pela relação entre eles.

Para Hegel, o objeto é alcançado pela ação do sujeito, por isso o ser do sujeito é condicionado pelo ser do objeto, que não é apenas uma projeção do sujeito, mas uma realidade em si que o sujeito alcança, enquanto também é um ser em si que se reconhece e se determina no para si de seu outro, isto é, na relação com o objeto. O conceito é dado pelo sujeito, mas o objeto não é apenas aparência. A dialética do conhecimento de Hegel está em seu método de busca da compreensão plena do objeto.

Em Hegel o método vem do objeto, não é o objeto que surge do método. O método de Hegel é o caminho para a manifestação plena do objeto no conhecimento do sujeito. E o objeto do método é justamente a capacidade de conhecimento, onde a totalidade é pensada e efetivada, onde a contradição é superada e o limite transposto. Assim, o conhecimento do objeto é possível e até necessário, mas deriva daí uma teoria do conhecimento.

Em *Ciência da Lógica* o tema do conhecimento é tratado ao lado do conceito de vida, porque o conhecimento não nasce de forma isolada, tem seu interesse e sua motivação no que é vivido, porque é a elevação da vida à sua plenitude; o afastamento da natureza não é a sua destruição ou esquecimento, é justamente trazer sua compreensão para a consciência, é a união do sujeito e do objeto, pois o sujeito ao conhecer o objeto o determina e é determinado por ele.

O conhecimento e o reconhecimento são ao mesmo tempo sujeito e objeto. Se o objeto é uma realidade em si, o sujeito a traz para si, se tornando objeto para a ação do sujeito, da intenção do sujeito, da determinação do sujeito, que conhece algo e se reconhece no autoconhecimento de um objeto que objetiva o sujeito. Assim, uma teoria do conhecimento, dialética, em Hegel é a relação entre a interioridade e a exterioridade, tanto do sujeito como do objeto e vice-versa.

A teoria do conhecimento, dialética de Hegel, pode assim ser chamada de “reflexiva”, pois se dá em dois momentos: um, onde o objeto é determinado e, outro, onde é elevado à categoria de conceito, que pode se expressar na experiência e se completa na vontade do sujeito. O que faz do sujeito de conhecimento de Hegel, não é apenas um observador contemplativo, passivo, mas é um ator ativo, que quer conhecer e agir segundo seus interesses. Assim, o conhecimento em Hegel é a relação sujeito-objeto.

E esta relação se no mundo, por isso é preciso conhecê-la no mundo, que não é compreendido apenas racionalmente, mas é compreendido por ser parte da racionalidade, por

isso o sujeito não se afasta do objeto e o objeto não é um apêndice do sujeito, ambos estão no mundo e dele não saem.

O que explica porque o conceito não é um fim em si mesmo, para se realizar, se efetivar, necessita reconhecer e incorporar as contradições da realidade, do mundo que se encontra. O caminho que o conceito realiza para sua efetivação é a saída de si até o retorno a si. É justamente pelo método de exposição hegeliano que o conceito conhece e reconhece sua posição e suas possibilidades, o conceito é a base de toda determinação. Segundo este método não existe acaso, mas sim escolhas, opções, que se efetivam a partir do que foi escolhido, da opção feita.

Hegel defende que o conceito é o saber absoluto, assim, sua teoria do conhecimento é a fusão *a quente* do sujeito e do objeto, para tal é necessário retirar do objeto toda sua exterioridade justamente para desfazer o falso e superficial afastamento do sujeito do objeto. Este processo de superação dessa dicotomia e a construção desse saber absoluto não se encerra no sujeito, mas prossegue até a construção do conceito, superando positivamente as etapas da definição, da divisão e dos procedimentos analíticos e sintéticos.

O objeto se delinea ao ser contraposto às suas múltiplas determinações relacionais constitutivas, inclusive as subjetivas, escolhidas segundo os interesses dos sujeitos. O descobrimento da essência do objeto pelo sujeito obedece à finalidade desta descoberta que é atribuída ao objeto, no processo de realização desse fim e de sua conformação, em sua unidade, em sua essência, descritas no conceito.

A teoria do conhecimento positivista tem como ponto de partida um conceito já pré-determinado que separa arbitrariamente a essência do objeto de suas contingências; mas essência e contingência podem não se amalgamar, assim como a essência do pensamento de Lênin e as contingências de suas ações, que muitas vezes parecem, e outras de fato são, contraditórias, mas não uma contradição de termos, mas sim, contradições da realidade, que justamente a dialética hegeliana pode incorporar à lógica, entender, explicar e superar positivamente.

Para não repetirmos os erros metodológicos positivistas não podemos tomar o pensamento de Lênin como já posto, já conhecido sob o risco de cairmos em mais um desconhecido, porque os resultados serão derivados da referência metodológica escolhida. Assim, na escolha do objeto e a escolha do método, uma dupla escolha prévia à pesquisa, ao estudo, que se mantém durante o percurso vai permitir chegar à verdade, positiva ou negativa. Mas isto só é possível se levarmos em conta toda a diversidade dos elementos e manifestações do objeto, em relação a si mesmo e ao mundo que o cerca, realizando um procedimento

metodológico aglutinador e organizador de informações e caracterizações da dinâmica do processo de formação e interação do objeto.

Mas para muito além da definição, divisão, análise e síntese, que no máximo podem alcançar a uma visão das partes isoladas, é preciso que o objeto seja construído pelo sujeito, de forma reduzida. Assim, a metodologia para realizar essa redução passa a ser a ferramenta intelectual primordial do sujeito em sua busca pela verdade. Pois, segundo Hegel, o objeto é resultado da ação do sujeito, um outro absoluto com relação ao sujeito.

Mas a construção (de uma imagem mental) supera, por sua vez a mera formalidade descritiva da organização do objeto e do mundo, à moda de Bogdanov, para poder mostrar as relações [dialéticas] entre as partes então divididas do objeto. Mas ainda não é revelada a essência do objeto, pois tanto a construção como a demonstração evidenciam apenas o exterior do objeto, sua determinação externa.

Para uma teoria do conhecimento em Hegel, podemos dizer que para superar essa camada externa, para libertarmos do sujeito da forma que o aprisiona e, ao mesmo tempo, o objeto do interior do sujeito, precisamos ir além da exposição do objeto para a realização da ideia. Em Hegel, apenas no próprio pensar, em Marx e em Lênin, na vida real.

Assim temos que em Hegel, uma teoria do conhecimento parte da oposição dos polos da universalidade do conceito de um lado e da realidade efetiva de outro; a comparação do conceito com a realidade efetiva permite o conhecimento da essência do objeto, porque permite conhecer a vida em seu conjunto, múltipla e exterior por um lado e única e interior de outro; como motor inicial do processo dialético de conhecimento enquanto processo de conformação da relação conceitual-formal *versus* realidade objetiva, em que sujeito e objeto se encontram e se combinam para o conhecimento.

Mas para que o sujeito possa conhecer plenamente o objeto, a experiência, para Hegel, também é necessária e primordial, pois o conceito só efetivado quando entra na realidade objetiva quando acessada pelo próprio sujeito, não de forma isolada, mas como uma derivação da realidade, segundo as possibilidades e capacidades deste sujeito, que por sua vez pode e deve ser questionada por outros sujeitos, assim, uma verdade, se real, pode ser descoberta através deste processo de experiência real.

Para superar o caráter unilateral dos procedimentos meramente formais que tomam a parte pelo todo é que Hegel constrói a estrutura lógica dialética moderna para permitir a interação entre o conhecimento e a ação. A superação deste caráter unilateral se dá em Hegel justamente pelo conceito de Justiça, que é o ponto alto conhecimento e da ação simultaneamente, que têm

suas raízes na estrutura lógica pois derivam da subjetividade em sua relação com a realidade objetiva, onde o conhecimento é a adaptação do sujeito ao objeto e a ação é a conformação do objeto ao sujeito, através da vontade de conhecer e de agir do sujeito.

Assim, o sujeito de conhecimento em Hegel é um sujeito de vontade, vontade esta que também é de ação, proposta e efetivada. Para tanto o sujeito tem o dever, segundo Hegel, conhecer, não somente o objeto em si, mas para si, isto é, saber o que é Justo para poder agir, como determinação histórica para a ação, para o que fazer; pois só após saber o que é Justa é que o sujeito pode agir de acordo com o que foi pensado, conhecido e conceituado. Isto porque tanto a realidade em geral como a natureza em particular, não ficam inertes antes as ações feitas pelo sujeito, de todas as ações derivam consequências e reações devido às multiplicidades de situações, interesses em jogo, condições etc.

A necessidade entendida pelo conhecimento e a vontade de se efetivar a ação julgada necessária são mediadas pela realidade do mundo, que entram em contradição com a autonomia da vontade e com a identidade do sujeito. Tal contradição só pode ser superada pela medida de que e como fazer.

O projeto filosófico de uma teoria do conhecimento-ação de Hegel era a superação da dicotomia entre sujeito e objeto na relação entre saber e ação, através da vontade do sujeito sobre a realidade objetiva, que por sua vez não se encerra no que é pensado pelo sujeito, mas também existe em si e para si.

Entre o conhecimento e a ação, na relação com o objeto, ou com a realidade objetiva, há a mediação feita pelo sujeito, que constrói o objeto e o incorpora. A transformação do objeto é ao mesmo tempo a mudança do sujeito, por exemplo, quando a forma jurídica capitalista foi alcançada, seu objeto, a troca de mercadorias foi transformada e seus sujeitos de trocas foram alçados ao posto de sujeitos de direitos, algo que não existia antes. Assim, o mundo objetivo das relações sociais e históricas, em Hegel, é resultado da ação dos sujeitos, que se reconhecem nessa relação.

Assim, uma teoria do conhecimento/reconhecimento, em Hegel, é justamente **a teoria do reflexo**, onde o sujeito se conhece e se reconhece através da atividade reflexiva de conhecer o seu objeto.

Através da atividade reflexiva é possível ultrapassar finalmente os estreitos limites da aparência e chegar à essência tanto do objeto quanto do próprio sujeito nesta relação múltipla. Nela, as posições subjetivas e objetivas são ainda decorrentes da vontade do sujeito, de acordo com seus interesses e metas.

Esse conhecimento a partir dos interesses do sujeito aponta o que ele deseja, como almeja e para quê ansia. A ideia de Justiça permite entender a ação decorrente da vontade e o conhecimento orienta essa ação. A ideia de Justiça não parte da vontade, mas a vontade parte da ideia de Justiça.

A vontade livre do sujeito está na raiz da ideia de Justiça, onde o sujeito revela ao objeto seu desejo, seu projeto, seu programa, para construir um mundo a partir da vontade do sujeito, através do processo de conhecimento e do conhecimento como um processo, não natural, mas sim histórico e social, que para se efetivar precisa do sujeito que se conhece e que conhece o objeto para poder realizar o devir.

Por fim, uma teoria do conhecimento em Hegel é mais uma prática do conhecimento, porque o que só se conhece o que é, além de pesando, realizado.

2.10 – Breve menção ao método dialético-materialista de Marx

Por limitação de recorte de nosso tema e de objetivo de nossa tese, traçaremos apenas breves menções sobre o método dialético em Marx, até mesmo porque o próprio autor deixou para depois e nunca realizou mais este projeto, entre tantos outros, de escrever um pequeno ensaio para explicar ao “leitor comum o núcleo racional do método dialético que Hegel descobriu, mas também mistificou”¹⁷⁹. Nesta carta para Engels, de janeiro de 1858, ele escreve:

No *método* de elaboração me ajudou bastante o fato de que, *by mere accident* [por mero acidente], Freiligrath¹⁸⁰ encontrou alguns volumes da obra de Hegel que pertenceram antes a Bakunin e me enviou-os como presente, e eu folheei novamente a sua *Lógica*.¹⁸¹ (grifos no original).

Na mesma carta Marx prossegue:

Se alguma vez voltar a ter tempo para esse tipo de trabalho, me proporcionarei o grande prazer de fazer acessível, em dois ou três textos impressos, aos homens que têm um sentido comum, o fundo racional do método que Hegel descobriu e ao mesmo tempo mistificou.¹⁸²

Tal é a importância desta carta para nossa pesquisa que o próprio Lênin a destaca em suas anotações de leitura¹⁸³ da correspondência entre e Marx e Engels.

Depois de dez anos Marx reafirma sua vontade em uma carta a Joseph Dietzger¹⁸⁴ em março de 1968 em que diz “*Quando retirar de cima de mim, a carga econômica, escreverei uma Dialética. As verdadeiras leis da dialética já se encontram em Hegel, ainda que de forma mística. É necessário livrá-las dessa forma...*”.

Todavia, devemos destacar que a referência de Marx à Dialética é mais que um simples detalhe em relação à expressão de Hegel. Marx estabelece a diferença entre a realidade e o conceito, que ele chama primeiro de *Rohentwurf* (rascunho em tradução livre) da “imagem contraposta abstrata” e depois de “espelhamento ideal”.

¹⁷⁹ Carta de Marx para Engels, janeiro de 1858. MECW, v. 40, p. 248.

¹⁸⁰ Ferdinand Freiligrath, Alemanha, 1810 a 1876, foi um poeta e tradutor alemão, primeiramente romântico, depois socialista e revolucionário. Fez parte do movimento Jovem Alemanha e da Liga dos Comunistas

¹⁸¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Briefe”. In: *MEW*, v. 29, p. 260.

¹⁸² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Briefwechsel* Januar 1858 bis August 1859. Berlin: Akademie Verlag, 2003 (MEGA 2, 111/9). Em tradução livre.

¹⁸³ LÊNIN, Vladimir I. Anotaciones a la correspondência entre Marx e Engels, 1844-1883. Montevideu/Barcelona. Ediciones Pueblos Unidos. Grijalbo. 1976.

¹⁸⁴ Joseph Dietzgen, 1828 a 1888, filósofo operário alemão, imigrou para os EUA em 1884.

Aqui vemos em Marx também a questão epistemológica da ideia de reflexo, onde a realidade objetiva é alcançada na mente pelo método. Tal questão epistemológica em Marx fica mais clara no Capítulo 8 do Livro III de O Capital onde Marx explica que

Numa investigação geral, pressupõe-se sempre que as relações reais correspondam a seu conceito ou, o que é o mesmo, que as relações reais só se apresentam na medida em que expressam seu próprio tipo geral.¹⁸⁵

Em uma teoria do conhecimento do reflexo em Marx a relação aparece como se estivesse invertida, em comparação a Hegel, onde a ideia é relativa ao seu próprio conceito, mas em Marx, a realidade tem uma lógica objetiva própria, que pode ou não corresponder ao seu conceito. Marx vai aos poucos mudando seus termos, de “tipo geral” como uma transição para “média ideal”. Ou seja, Marx vai construindo seu método ao mesmo tempo que demonstra o resultado de suas pesquisas, como na segunda edição do Livro I de O Capital, no Capítulo 3, O Dinheiro ou a circulação de mercadorias, item 3 Dinheiro, letra c) O dinheiro mundial, onde ele retoma o retorno da realidade ao conceito:

No comércio mundial, as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Por isso, sua figura de valor autônoma as confronta, aqui, como dinheiro mundial. Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*. Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito.¹⁸⁶ (itálico no original).

Tanto que no Posfácio à segunda edição do Livro I de O Capital Marx afirma que

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de *O capital*, os enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar

¹⁸⁵ MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. O Processo de Produção do Capital. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo. São Paulo. 2017. Pág. 183.

¹⁸⁶ MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III. O Processo Global da Produção Capitalista. Edição de Friedrich Engels. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo. São Paulo. 2013. Pág. 284.

Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. [...] Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária.¹⁸⁷

Para tentarmos estabelecer uma relação não-idealista entre o método de Marx, a dialética de Hegel e a forma e aplicação de ambos por Lênin, precisamos antes ver a crítica metodológica de Marx a Hegel no *Grundrisse*

O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.¹⁸⁸

Como vemos pelas próprias palavras de Marx, seu método de conhecimento do objeto não é o da exposição da coisa por si mesma, mas uma forma de apresentação de uma crítica a uma ciência social tal, e através da crítica alcançar uma determinada realidade objetiva cujas determinações mais importantes e as contradições, não da teoria, mas da realidade, que também não são manifestações da razão por si mesma, mas sim resultados de um árduo trabalho de pesquisa e de entendimento, apreensão e superação positiva, teórica, dos problemas encontrados; constituindo assim uma crítica tal que posso alcançar não só o objeto em si, mas desvendar sua essência, isto é, suas determinações e contradições mais profundas, suas raízes.

¹⁸⁷ MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I. *O Processo de Produção do Capital*. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo. São Paulo. 2017. Pág. 90.

¹⁸⁸ MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução: Mario Duayer; supervisão editorial e apresentação Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 48.

2.11 – Teorias do conhecimento *do reflexo e da imagem* em Lênin

Muito grosso modo a “teoria do conhecimento do reflexo” tenta explicar a gênese do conhecimento e seus reflexos na mente humana para possibilitar o conhecimento da realidade objetiva, bem como a relação permanente da materialidade objetiva do mundo exterior e com a subjetividade objetiva e objetivada pelo movimento de captura do pensamento. Assim, no processo do conhecimento da realidade, os sujeitos de conhecimento captam o mundo objetivo por meio do reflexo da realidade através de um processo de abstrações e generalizações que vão permitir cada vez mais uma "captura" mais adequada da realidade

Já a relação entre imagem e realidade é mais complexa e permite representar um objeto e sua ausência ao mesmo tempo, mesmo quando o objeto ou sua representação é o conhecimento ou da ação humana.

Desde os primórdios da filosofia ocidental, Platão, em *A República*¹⁸⁹, ao Livro IV, no diálogo de Sócrates com Glauco diz:

[...] obterás, no mundo visível, segundo a sua claridade ou obscuridade relativa, uma secção, a das imagens. Chamo imagens, em primeiro lugar, às sombras; seguidamente, aos reflexos nas águas, e àqueles que se formam em todos os corpos compactos, lisos e brilhantes, e a tudo o mais que for do mesmo género [...].¹⁹⁰

As imagens são formadas por uma seleção de parte da realidade, uma seleção de elementos principais, determinantes e uma estrutura que organiza esses elementos. A relação entre imagem e realidade permite representar o objeto, o sujeito e suas ausências por meio da mobilização do logos, do ethos e pathos na sua construção.

A teoria do conhecimento da imagem busca construir uma relação entre o conteúdo físico da imagem e o seu significado e entre esse mesmo conteúdo físico e a sua semelhança ou diferença com a realidade exterior para a qual se remete. Muito sinteticamente podemos dizer que uma *teoria do conhecimento do reflexo* seria algo mais passivo e descritivo, enquanto *a da imagem* é mais ativa e construtiva.

Muitos autores argumentam que Lênin em *Materialismo e Empiriocriticismo* reproduz uma visão simplista da teoria do conhecimento, como se a “consciência” fosse um xerox da

¹⁸⁹ PLATÃO, *República*. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

¹⁹⁰ Idem, pág. 311.

realidade objetiva; que Lênin teria estabelecido uma dialética mecânica e determinista de foram até mesmo vulgar. Não poderiam estar mais errados.

O que esses autores, em particular Merleau-Ponty, em *Aventuras da Dialética*¹⁹¹, Herbert Marcuse, em *Marxismo Soviético*¹⁹² e Adorno, em *Dialética Negativa*¹⁹³, entre outros, não perceberam em *Materialismo e Empiriocriticismo* é que Lênin não estava elaborando um tratado de epistemologia e sim travando uma polêmica com Bogdanov principalmente, sobre visão de mundo e daí decorrente de concepção de partido, de Estado e de revolução.

Outros autores ainda parecem ter incorporados as críticas de supostos mecanicismos e determinismos em *Materialismo e Empiriocriticismo*, tendo transformado sua leitura em uma espécie de “cânone” de uma “marxismo-leninismo” oficial do Estado, e os incorporando, como a uma assunção perversa do negativo, como Stalin em *Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*¹⁹⁴ e Tiukhtin em *On the process of reflecting reality in cognition. Soviet Studies in Philosophy*¹⁹⁵ (*Sobre o processo de refletir a realidade na cognição. Estudos soviéticos em filosofia*, em tradução livre nossa), que desaguaram no Diamat¹⁹⁶ soviético que mais parecia uma Tiamat¹⁹⁷ sumeriana ou babilônica.

Isto porque, tanto os que negam o que não foi dito, quanto os que assumem o infundado, alguns talvez por não terem familiaridade com o idioma germânico, no qual Lênin fora também alfabetizado não perceberam a sutil, mas importante, escrita em alemão no original russo, como dissemos acima, de *Materialismo e Empiriocriticismo* onde em várias passagens Lênin destaca “Gedanken-Abbilder”, em tradução livre “pensamento-imagem”, ou “imagens mentais”, ou o termo em russo “*о́браз*” e o reforça em alemão entre parênteses “*Abbild*”, ambos traduzidos como “imagem” para o português. Este “pequeno detalhe” de leitura e interpretação poderia ser o suficiente para desmontar as críticas de mecanicismo e determinismo em *Materialismo e Empiriocriticismo*, mas para não sermos acusados de simplismo, aprofundemo-nos.

¹⁹¹ MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da Dialética*. São Paulo. Martins Fontes. 2006.

¹⁹² MARCUSE, Herbert. *Marxismo soviético*. Trad. Carlos Weber. Rio de Janeiro. Editora Saga. 1969.

¹⁹³ ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Trad. M. A. Casanova, E. Soares Neves da Silva. Rio de Janeiro. Zahar. 2009.

¹⁹⁴ STÁLIN, Joseph. *Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*. 2014. In: <http://www.histsocialismo.com/docs/MatDialecticoHist%C3%B3rico.pdf>, acessado em 20 mar. 2023.

¹⁹⁵ TIUKHTIN, V. *On the process of reflecting reality in cognition*. *Soviet Studies in Philosophy*, 1962

¹⁹⁶ BOCHENSKI J. M. *Soviet Russian Dialectical Materialism - (Diamat)* Trad. Nicolas Sollohub. Dortrecht. Ridel. 1963.

¹⁹⁷ Mitologia da Suméria, Epopeia de Gilgamesh, Tiamat [...]. Books LLC. Wiki Series. 2011.

2.12 – *Materialismo e Empirio criticismo e Estado*

Uma das características mais relevantes no conjunto da obra e no pensamento de Lênin, especificamente em uma teoria sua do Estado e da Revolução, é o seu esforço permanente em relacionar os princípios gerais do marxismo, isto é, do método científico dialético materialista, à realidade concreta que está analisando e sobre a qual está atuando. Lênin, em sua obra, não aceita proposições genéricas acerca do modo de produção e divagações sobre revolução, pelo contrário, ele se propôs a elaborar uma teoria e um programa para a transformação social radical em base à realidade concreta de cada formação-social específica. Neste sentido *Materialismo e Empirio criticismo* é ao mesmo tempo uma base metodológica para as suas elaborações teóricas e de programa, e uma mediação lógico-política entre a teoria marxista mais geral sua aplicação a uma formação-social em particular.

Em *Materialismo e Empirio criticismo* Lênin polemiza centralmente com Bogdanov, mas colateralmente também com outros revisionistas, como Bernstein. Isto porque Lênin, ao relacionar a teoria mais geral às particularidades de cada local e momento histórico, percebia como erros metodológicos levavam a erros políticos, como o reformismo, já antevendo a capitulação da II Internacional ao imperialismo europeu.

Para Lênin as generalizações abstratas levavam a esquemas apriorísticos ao estilo de Kant, portanto, antimarxistas, que conduziam as elaborações às lógicas lineares de desenvolvimento histórico em direção a um socialismo ideal. Estes erros metodológicos, que desprezavam a realidade concreta tal como se colocava, agora ao estilo Hegel, não podia estabelecer bases teóricas para uma transição efetiva a um socialismo científico.

Como vimos acima, a obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*¹⁹⁸, de dez anos antes de *Materialismo e Empirio criticismo*, cujo subtítulo é *O processo de formação do mercado interior para a grande indústria*, é justamente esse esforço de Lênin de relacionar os princípios teóricos mais gerais do marxismo à realidade específica da Rússia através da análise minuciosa de dados estatísticos e econômicos, mas combinados, simultaneamente com a caracterização da dinâmica das classes sociais, como a abstenção da burguesia nacional russa em assumir um papel de dirigente política do conjunto da sociedade e daí a possibilidade real de o proletariado russo adquirir uma hegemonia política nacional efetiva.

¹⁹⁸ LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - O processo de formação do mercado interior para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto. Revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. In: Os economistas. São Paulo. Nova Cultural. 1988

Através de uma análise comparativa entre *Materialismo e Empirio criticismo* e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, apesar do hiato temporal e ordem inversa, podemos ter um primeiro relance de um método científico original de Lênin para estabelecer as bases teóricas para uma ciência social aplicada a partir da teoria geral marxista.

No livro de economia-política aplicada Lênin percebe que as relações de produção eminentemente capitalistas estão se consolidando cada vez mais na Rússia da época com a contradição insolúvel de as instituições de Estado ainda serem de tipo feudais e da imensa maioria da população ainda estar presa a relações sociais e econômicas pré-capitalistas, como os resquícios da servidão feudal, ainda não totalmente superados; e de ao mesmo tempo ter a Rússia as maiores fábricas da Europa, com dez a 15 mil operários, enquanto as maiores plantas fabris da Inglaterra e da França terem no máximo mil a mil e quinhentos operários.

Lênin percebeu, já no final século XIX que o “centro de gravidade” econômico e político da sociedade russa de então havia se deslocado do campo para as grandes cidades, Petrogrado e Moscou principalmente, isto é, que as determinações e contradições fundamentais eram já do capitalismo e, portanto, de sua superação e não mais de um “feudalismo” atrasado e sua eventual passagem a um capitalismo pleno.

Esse entendimento de Lênin só foi possível através da aplicação à realidade russa dos princípios gerais da dialética materialista de Marx e Engels, sem a qual não poderia ver os movimentos do *processo de formação do mercado interior para a grande indústria*, não poderia precisar as dinâmicas econômicas e políticas deste processo histórico específico, nem tampouco extrair as determinações e contradições fundamentais, que por sua vez lhe permitiram construir, a partir dessas reflexões, uma imagem (mental) de um todo concreto da realidade material que lhe cercava, traduzida na obra de 1898.

A contradição fundamental que Lênin observou naquela e em outras obras do período foi que, diferentemente dos países ocidentais onde as suas burguesias nacionais haviam assumido papéis de dirigentes políticas de toda a sociedade, na Rússia havia um acordo entre a jovem burguesia nacional e a velha nobreza feudal, onde a primeira se satisfazia em dirigir a economia com seus lucros e aos parasitas aristocráticos da autocracia czarista cabia a direção política do Estado. Uma contradição, econômica e política, que se tornaria cada vez mais aguda, que não poderia permanecer *ad eterno* e, provavelmente levaria a uma explosão social, que poderia por sua vez se tornar uma revolução social, a depender da ação dos sujeitos políticos sobre este processo desigual e contraditório.

O desenvolvimento do capitalismo na Rússia é um exemplo do método da ciência social aplicada de Lênin expresso em *Materialismo e Empiriocriticismo*, ainda que extemporaneamente. Isto porque, a partir das determinações e contradições fundamentais Lênin consegue elaborar sínteses teórico-políticas como a atribuição ao proletariado urbano à função dirigente de “classe geral”, propondo, desde lá, a formação de um bloco social revolucionário mais amplo do que apenas pela classe operária. Para tanto, confrontado à contradição de o proletariado urbano ser apenas 5% da população e o campesinato cerca de 90%, uma nova síntese é desenvolvida no sentido de um programa agrário ser um dos eixos centrais do programa geral, para permitir que proletariado urbano se tonasse a “classe geral” isto é, a classe social dirigente da imensa massa amorfa de camponeses sem-terra, e então, da sociedade em geral.

Como pudemos ver até aqui nos escritos da primeira e segunda fases de sua obra (item 2.2.1.1) sua visão da relação entre Estado e revolução já está plenamente formada, como demonstra sua tese de que o proletariado urbano precisa manter sua independência política de classe justamente para se construir como classe dirigente em oposição, mesmo aos setores anti-czaristas da burguesia nacional, que poderia ter a aparência de “progressiva”, mas cujo conteúdo social e político era reacionário devido ao seu acordo estrutural econômico-político com a nobreza feudal que a amarrava e limitava historicamente.

O método de uma ciência social aplicada desenvolvido por Lênin lhe permitia ver e entender a realidade concreta o mais próximo de como era de fato e não como se gostaria que fosse, como faziam alguns “românticos”, “idealistas” ou reducionistas e simplistas. Essa “análise concreta da realidade concreta” permitia a Lênin não somente um entendimento mais preciso do objeto, mas, sobretudo alcançar uma sintonia fina para intervenção do sujeito sobre essa realidade objetiva.

Assim, as reivindicações e ações por liberdades democráticas, por uma república, em oposição ao autoritarismo da monarquia czarista eram táticas fundamentais e tarefas presentes, mas também eram tarefas transitórias, isto é, mediações políticas, com relação à estratégia mais geral da revolução socialista não perdida de vista.

Essa capacidade de discernimento de fases ou etapas de um processo histórico futuro decorrente de seu método original não queria dizer de forma alguma que a estratégia da revolução socialista seria colocada apenas para um futuro inalcançável, ou para saudações efusivas em dias de festas, muito pelo contrário, para seu encurtamento, para trazer a tarefa concreta da revolução para o mais próximo possível, para não cair em fugas fantasiosas ou

negações infantis da realidade objetiva, ante-salas de derrotas, decepções, frustrações, desencanto, desesperança e, por fim, numa aceitação conformista de uma realidade que não era a sua ideal.

Seu método lhe permitiu apreender que a burguesia nacional russa da época não podia construir uma hegemonia política sobre as demais classes sociais devido às condições de seu “contrato” econômico-político com a nobreza feudal que a colocava como sujeito social economicamente ativa, mas politicamente passiva, e pelo seu medo do nascente proletariado russo, com o qual não podia se aliar sob pena de ser rapidamente ultrapassada. A síntese teórico-política para essa contradição sociopolítica se dá na defesa da unidade do proletariado com a burguesia aparentemente progressista nas tarefas democráticas, contra o absolutismo do Estado czarista, mas ao mesmo tempo, preservando sua independência política e lutando pela hegemonia do conjunto das classes sociais em luta. Como ele diz num texto de 1905¹⁹⁹:

Segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence a quem se bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo; pertence àquele a cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando-lhe qualquer inseqüência.²⁰⁰

Lênin, em *Materialismo e Empiriocriticismo* trava uma batalha teórico-política sobre o posicionamento mais geral do partido ante os processos de revolução, tanto das revoluções de caráter burguês, como da de caráter proletário, e, sobretudo, no movimento dialético, isto é, desigual e contraditório, de passagem de uma para outra; em suma no método de compreender e aplicar o marxismo, a lógica dialética materialista.

Para o método de Lênin não é possível aceitar simetrias automáticas entre as bases sociais, as classes, e as suas derivações teórico-políticas, como: para a burguesia estaria automaticamente colocada a democracia (burguesa, formal, representativa) e para o proletariado estaria mecanicamente colocado o socialismo, em ambos os casos, como teorias e doutrinas políticas. O generalismo superficial e o determinismo mecânico não viam, justamente as contradições da realidade objetiva, nem tampouco seu desenvolvimento dinâmico ante as ações dos sujeitos.

¹⁹⁹ LÊNIN. Vladimir I. Obras Completas. Tomo 9. Júlio de 1905 a março de 1905. *Democracia Operária e Democracia Burguesa*. Moscou. Ed. Progresso. 1982. Pág. 190.

²⁰⁰ GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1978. Pág. 11. (Il concetto di egemonia in Gramsci, Nove lezioni di Luciano gruppi. Editori Riuniti/Istituto Gramsci. Roma. 1972)

Se a Revolução de 1905 colocou sobre a mesa abertamente o debate da autonomia política do proletariado e de suas organizações, *Materialismo e Empiriocriticismo*, de 1908-9, coloca, como debate sobre o balanço histórico daquela revolução, a questão do método e da aplicação do método, tanto para a análise realidade objetiva, quanto para a intervenção dos sujeitos sobre esta realidade e sua transformação, para a disputa dos rumos políticos dos processos em curso. Como já havia feito em *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática*²⁰¹, escrito e publicado no calor daquele processo, cuja análise tem como síntese das muitas contradições, objetivas e subjetivas, uma indução lógica para a transformação da revolução-democrática em revolução-socialista.

Até então o Estado era conceituado por Lênin em sua dimensão mais clássica, isto é, sob o prisma das classes sociais em luta, a serviço de qual classe estaria o Estado e o seu monopólio sobre a força organizada. O Estado czarista estava evidentemente em função dos privilégios da nobreza feudal parasitária, mas também já estava em função da proteção ao direito à propriedade privada dos meios de produção e acumulação de riqueza. Ou seja, elementos mais externos do Estado.

Após a revolução russa de 1905, seu balanço e os debates decorrentes, como em *Materialismo e Empiriocriticismo*, Lênin começa a conceituar o Estado em dimensões mais profundas, não só pelas relações mais aparentes de classes-Estado-Direito, mas também das relações de classes entre si, isto é, alianças de classes, proletariado e campesinato centralmente e as contradições desses acordos explícitos ou implícitos.

Como o fenômeno russo da época é que naquele Estado, por traz da autocracia czarista não tinha uma outra classe social que cumprisse a função política de dirigente “cultural” do conjunto das massas. A análise do acordo implícito entre a burguesia russa de então e a nobreza feudal em que a primeira exerceria o papel de dirigente econômica, satisfeita com seus lucros e a segunda o de direção política, com seus privilégios, direção política esta fragilizada desde o banho de sangue de janeiro de 1905 na manifestação por pão dirigida pelo padre Gabão²⁰², permitiu a Lênin ver as contradições sócio-políticas em processo dinâmico, suas consequências e possíveis perspectivas, como também combinar a intervenção direta do sujeito político neste processo em andamento, isto é, o conteúdo sócio-dinâmico do Estado.

²⁰¹ LÊNIN, Vladimir Ilich. As duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática. Tradução Editorial Avante. Lisboa. 1977.

²⁰² Domingo Sangrento foi um massacre que aconteceu em 22 de janeiro de 1905 na cidade de São Petersburgo, no Império Russo, onde manifestantes marcharam pacificamente até o Palácio de Inverno para apresentar uma petição ao czar por pão, mas foram baleados pela Guarda Imperial Russa.

CAPÍTULO 3 – A MATURAÇÃO DOS CONCEITOS

3.1 - O amadurecimento da conceituação de Estado

Em *Greve Económica e Greve Política* de 1912, Lênin apenas menciona a relação entre um setor ou outro em greve que avança de seu caráter econômico, isto, de reivindicações como salário ou jornada de trabalho, em relação ao seu empregador diretamente, p.ex., para um caráter de greve política, quando um grande setor do proletariado, como mineiros, ou alguns setores em conjunto, reivindicam direitos ou benefícios para todos os trabalhadores, como uma lei limitação da jornada de trabalho em todo o país, perante o Estado.

Mas no breve texto *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, publicado em março de 1913 no terceiro número da revista *Prosveschenie*²⁰³, Lênin faz um exercício didático para uma apresentação e divulgação mais simples e reduzida do pensamento de Marx (e de Engels) às novas gerações de militantes e de ativistas, onde dá mais ênfase ao que tem de mais original no marxismo. Lênin defende que a filosofia alemã, a economia-política inglesa e o socialismo francês são as três fontes e partes constituintes do marxismo. O texto é um panfleto feito para os operários e demais trabalhadores.

As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo tem três partes, uma a cada fonte. A primeira parte ressalta a evolução científica de Marx em relação à filosofia materialista do século XIX; a segunda parte trata do trabalho de Marx dedicado à economia-política, principalmente em *O Capital*; e a terceira parte trata da experiência e das conclusões Marx com base nos processos revolucionários da Europa, em particular da França.

Lênin sintetiza as posições filosóficas de Marx no materialismo, como um método filosófico científico, avesso às superstições e contrário às credices; na dialética, como o mais importante enriquecimento filosófico alemão para explicar o movimento e a transformação e em relação ao próprio conhecimento. Na segunda parte, Lênin diz que

Marx traçou o desenvolvimento do capitalismo desde os primeiros germes da economia mercantil, desde a troca simples, até às suas formas superiores, até à grande produção.²⁰⁴

²⁰³ *Prosveschenie* (A Instrução), (também pode ser traduzido do russo para o português como Educação, Iluminação ou ainda Esclarecimento), uma revista teórica bolchevique legal, teve sua aparição entre dezembro de 1911 e junho de 1914. Esta revista foi dirigida diretamente por Lenin, de Paris e posteriormente de Cracóvia e Poronin, na qual publicou um cem número de artigos. *Prosveschenie* foi fechada pela polícia czarista na antevéspera da primeira grande guerra imperialista.

²⁰⁴ LÊNIN, Vladimir. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. (Revista *Prosvetchnié* nº 3, março de 1913). In: *Obras Escolhidas em seis tomos*. Lisboa, Moscou. Ed. "Avante!". 1977. Pág. 37.

Lênin ilustra como Marx, como base da teoria do valor-trabalho, explica as relações entre o valor de uma mercadoria e a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e chega à teoria da mais-valia, ou mais-valor, como uma melhor tradução, como ‘pedra angular’ de sua teoria econômica.

Lênin chama a atenção para o fato de os economistas ingleses terem percebido apenas as relações entre objetos, a troca de mercadorias umas pelas outras, ao que Marx enxergou mais fundo viu a relação entre pessoas, entre seres-humanos, de carne e ossos. Num movimento semelhante entre os pré-socráticos que se preocupavam com a cosmologia, do que as coisas, ou “*physis*” eram feitas, se de água, fogo, terra, ar ou átomos enquanto Sócrates e os seus discípulos deram atenção à antropologia, aos fenômenos sociais, ao home, à moral, à razão, à verdade.

Na terceira parte Lênin destaca a crítica de Marx à queda dos regimes feudais, ao advento da “liberdade”, de ser explorado e oprimido; à crítica aos socialismos utópicos; a crítica política e a análise das lutas de classes.

Lênin sabia que as ideias de Marx (e Engels) tinham uma grande capacidade de atingir os corações e as mentes dos trabalhadores e da juventude, por isso se esforçava na sua divulgação e na formação política e teórica de uma vanguarda

Interessante notar que Lênin, em que pese a polêmica com Bogdanov em *Materialismo e Empiriocriticismo* pudesse levar o leitor desatento a ter uma interpretação equivocada de um objetivismo antididático, em *As três fontes (...)* tem uma clara preocupação educacional, de formação teórica do proletariado, de sua vanguarda, de libertação dos preconceitos, de aprendizado teórico e prático e de têmpera de suas forças. Não é por acaso no nome da Revista bolchevique.

No artigo *A Classe Operária e a Questão Nacional* de 1913, Lênin apenas relaciona a questão nacional ao conceito de Estado.

É necessária a plena democracia, defendida pela classe operária, para que as diferentes nações convivam ou se separem (quando isso mais lhes convenha) livre e pacificamente, formando diferentes Estados. Nada de privilégios para nenhuma nação, para nenhum idioma!²⁰⁵

²⁰⁵ LÊNIN, Vladimir I. *A Classe Operária e a Questão Nacional*. Obras Completas, tomo XIX. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda. Rio de Janeiro. 1961. pág. 71. (*Pravda*, n.º 106, 10 de maio de 1913) (*Jornal Pravda*, traduzido por *A Verdade*, era publicado desde 1905 por um grupo de mencheviques ucranianos. foi dirigido por Trotsky a partir de outubro de 1908, era chamado de *Pravda vienense*; partir de abril de 1912 os bolcheviques começaram a publicar em Petersburgo um jornal legal com o mesmo nome.

Em 1914, com dois fenômenos correndo em paralelo, por um lado a iminência de uma grande guerra entre os impérios em crises e em disputas coloniais e imperialistas e por outro lado uma crise cada vez maior na II Internacional, ou Internacional Socialista que travava um duro debate contra um revisionismo de cunho reformista, ou contrarrevolucionário, encabeçado principalmente por Eduard Bernstein²⁰⁶ desde o início do século XX, mas que se acirrava quanto mais se agudizava a crise interimperialista.

Em abril de 1914 Lênin publicou na *Prosveschenie* n° 4 um artigo intitulado *O Que Não se Deve Imitar do Movimento Operário Alemão*²⁰⁷, criticando um relatório de uma viagem aos EUA de um dirigente sindical e político alemão, Karl Legien²⁰⁸ que, segundo Lênin, revelava duas tendências do movimento operário mundial e alemão, além do revisionismo teórico, o oportunismo político, no sentido de capitular à burguesia.

Ainda em 1914, Lênin publicou uma longa série de artigos sobre o tema da “autodeterminação nacional” na mesma revista *Prosveschenie*. A questão nacional corta transversalmente o tema do Estado e do Direito em Lênin, porque o direito de nações a terem o seu Estado, ou ainda a independência política de Estados nacionais coloniais ou semicoloniais são temas diretamente relacionados. Os artigos de 1914, os mais longos até então, discutiam a questão da autodeterminação nacional em si e em relação ao imperialismo. Lênin estava respondendo às posições de Rosa Luxemburgo.

Porque entre os anos de 1908 e 1909 Rosa Luxemburgo publicou um conjunto de artigos políticos e teóricos sobre a questão nacional e a autonomia, nos números 6-10, 12 e 14-15 da revista *Przegląd socialdemokratyczny* (“Panorama Social-Democrata” em tradução nossa), uma revista de teoria do SDKPiL (*Socjaldemokracja Królestwa Polskiego i Litwy* (Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia em Cracóvia, em tradução nossa).

Estes artigos foram ordenados em: 1) O Direito dos Povos à Autodeterminação; 2) O Estado Nacional e o Proletariado; 3) Federação, Centralização, Particularismo; 4) A Centralização e a Autonomia; 5) A Nacionalidade e a Autonomia; 6) A Autonomia do Reino da Polônia.

²⁰⁶ Eduard Bernstein, (Berlim, 1850 a 1932) foi um político e teórico alemão. Foi o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da socialdemocracia.

²⁰⁷ LÊNIN, Vladimir I. *O Que Não se Deve Imitar do Movimento Operário Alemão*. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Obras Completas, tomo XX, págs. 231/235.

²⁰⁸ Dirigente da ala oportunista do movimento sindical alemão. Nos anos da primeira guerra mundial (1914-1918) manteve uma posição social-chauvinista, isto é, nacionalista, a favor da burguesia do seu país, contra os trabalhadores do próprio e das demais nações envolvidas.

3.2 – A questão nacional e o Estado

3.2.1 – O debate com Rosa Luxemburgo

Rosa Luxemburgo, nos artigos acima, reunidos em *A Questão Nacional e a Autonomia*²⁰⁹, em geral, ela está negando, do ponto de vista marxista, a ideia de “vontade geral” (da nação) de Rousseau, expressa centralmente em *Do Contrato Social*, onde diz que

Conclui-se do precedente que a vontade geral é sempre certa e tende sempre à utilidade pública; donde não se segue, contudo, que as deliberações do povo tenham sempre a mesma exatidão. Deseja-se sempre o próprio bem, mas nem sempre se sabe onde ele próprio está. Jamais se corrompe o povo, mas frequentemente o enganam e só então ele parece desejar o que é mau.²¹⁰

Para Rousseau a “vontade geral” (da nação) seria então, uma a racionalização da vontade humana, exercida na política, como um contrato político entre as partes envolvidas, mas não partes isoladas, como indivíduos, mas como partes abstratas, expressas num dever moral igualmente abstrato, mas de conhecimento de todos, ou seja, não como a obediência cega às leis, mas como emanção da vontade dos sujeitos políticos envolvidos, não por uma troca de mercadorias concretas, mas por uma relação abstrata, moral e todos em geral, e não de cada um em particular.

Rosa Luxemburgo propõe um contraponto marxista à noção de “vontade geral” de Rousseau, de uma “vontade” que não é “geral”, mas sim de classe, isto é, os interesses de classe antagônicos dentro de uma mesma nação; ao mesmo tempo que destaca que nação e nacionalidade são dois conceitos diferentes, que no direito vão se expressar em *jus soli* e *jus sanguinis*.

Rosa Luxemburgo demonstra como a ascensão do capitalismo levou à formação do Estado nacional e este, concomitante com seu mercado interno mantém o capitalismo; e que a necessidade expansão permanente do capitalismo faz com que haja “concorrência” entre os Estados nacionais e aqueles que prevalecem se impõe sobre os demais.

A partir dessas contradições, próprias da expansão, concorrência e prevalência, como gênese do imperialismo, Rosa Luxemburgo, caracteriza as dinâmicas dos processos na Polônia e na Rússia, três e quatro depois da revolução de 1905 e dez e nove anos antes das revoluções

²⁰⁹ LUXEMBURGO, Rosa. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Trad. Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte. Oficina de Livros. 1988.

²¹⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo. Nova Cultural. 2000. Pág. 91.

de 1917, mesmo com a onda reacionária que se seguiu em ambos os países, ela previu corretamente, que fruto daquelas contradições mais gerais, a força revolucionária das massas iria emanar novamente.

Mas Rosa Luxemburgo criticava duramente a ideia de federalismo, que caracterizava como reacionária e pequeno-burguesa, contrária aos interesses de classe do proletariado.

Rosa Luxemburgo defende nestes artigos uma autonomia local como uma forma de democracia contraposta à uma centralização autoritária, mas apenas para temas mais administrativos específicos da localidade, sem se desvincular do poder central, que, segundo ela, deveria continuar no comando das questões mais gerais, ou seja, Rosa defendia uma autonomia relativa, mas não uma independência total. Para ela não deveria haver contradição entre autonomia relativa local e centralização nacional, poderia e deveria haver um equilíbrio.

Rosa analisa os elementos contraditórios do desenvolvimento do capitalismo internamente e entre os países, sendo que o proletariado deveria se apoiar nos pontos progressivos da modernização capitalista, mesmo que em convergência momentânea com interesses de uma burguesia nacional.

Rosa Luxemburgo defende que a autonomia relativa local deve funcionar como contrapeso democrático a uma centralização autoritária, mas que essa noção de autonomia nacional não deve ser uma regra fixa a ser exercida em todos os casos, sob o risco de aumentar a opressão de uma nacionalidade maior sobre outras menores, que se deveria respeitar as características nacionais culturais, como idioma, alfabeto, religião etc.

Rosa insiste que as instituições burguesas por excelência da democracia parlamentar representativa são, de fato, instrumentos políticos de dominação da classe burguesa sobre o proletariado, e que a autonomia nacional ou regional também pode ser utilizada pela burguesia como tal. Para tal contradição política Rosa defende que a autonomia regional ou nacional deve ser acompanhada de instituições de democracia participativa direta do proletariado, combinado com táticas de participação nas eleições e nos parlamentos nacionais, sempre segundo seus interesses de classe, sejam os mais imediatos, como salários, alimentos e outros, ou os mais mediados, como fortalecimento da democracia, ainda burguesa, para fortalecer a organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos.

Em suma, o que Rosa Luxemburgo nos parece defender sobre a questão nacional e a autonomia é um equilíbrio dinâmico entre centralização capitalista modernizadora, contra as pressões ainda feudais nos países de capitalismo atrasado, e a autonomia relativa local, regional

e nacional. “Nacional” aqui se refere mais a nacionalidade enquanto cultura própria, idioma, religião etc. Autonomia contraposta à uma centralização opressiva, burguesa ou feudal.

Rosa defende assim que, portanto, que não deve haver uma regra fixa para todos os casos, mas que se analise cada situação específica, de acordo com as posições históricas e imediatas do proletariado, frente à burguesia e à nobreza feudal ainda remanescente, locais.

Mas as leituras do pensamento de Rosa Luxemburgo, tanto da época como ainda os atuais é de que ela teria argumentado contra o direito à autodeterminação dos povos em geral e do polonês em particular.

3.2.2 – As posições de Lênin no debate sobre a questão nacional e o Estado

Diante de 193 grupos étnicos distintos, com a etnia russa sendo cerca de 45% da população, no início do século XX²¹¹, com mais de 100 idiomas reconhecidos, combinados com uma brutal repressão política e cultural do czarismo contra as minorias étnicas, culturais e religiosas, em particular contra os judeus²¹², o tema das nacionalidades, nações e seus Estados era central na situação russa e europeia da época, e no pensamento de Lênin, por consequência.

Lênin escreveu vários artigos em diferentes momentos sobre o tema, sempre distinguindo os conceitos de nação, nacionalidade, Estado e a relação da economia diretamente com o Estado, como algo muito próximo do conceito de forma-política. O conceito de Estado-Nação ainda não tinha sido construído à sua época.

Desde 1902 e 1903, no processo de elaboração do programa do POSDR, Partido Operário Social-Democrata da Rússia, Lênin escreveu *A Questão Nacional em Nosso Programa*²¹³. O tema do debate é o direito à autodeterminação das nações, o “ponto 9” do programa do POSDR, que levaria à polêmica de anos entre Lênin e Rosa.

Lênin defendia uma república democrática constitucional que preconizasse a garantia ao “reconhecimento do direito à autodeterminação a todas as nações para formar um Estado”, enquanto Rosa defendia que o partido do proletariado deveria defender e promover a autodeterminação da sua classe em cada nacionalidade, ao invés da autodeterminação de povos ou das nações. Ao que Lênin responde:

Será que o reconhecimento do *direito* das nações à autodeterminação realmente implica em *apoio* a qualquer demanda de toda nação à autodeterminação? Afinal, o fato de que reconhecemos o *direito* de todos os cidadãos de livremente se associarem não obriga a nós, social-democratas, *apoiar* a formação de toda nova associação. Nem nos impede de fazer campanha contra a formação de alguma associação específica como um passo errado e impensado.²¹⁴

²¹¹ Hoje a Rússia é uma República Federal com 83 divisões autônomas: 46 *oblasts*, províncias, com um governador; 21 repúblicas, com um presidente como chefe de Estado e um primeiro-ministro como chefe de Governo; 9 são *krais*, territórios; 4 são *oblasts* autônomos, regiões autônomas com um governador; 2 são cidades federais, Moscou e São Petersburgo, ambas administradas por prefeitos; 1 é província autônoma, *Oblast* autônomo Judaico, administrado por um governador, que não tem um território específico, apenas a nacionalidade. Fonte: Embaixada da Fed. da Rússia no Brasil, em 15/12/2022.

²¹² Revista Morashá. Edição 53 - Junho de 2006. Instituto Morashá de Cultura. In: <http://www.morasha.com.br/comunidades-da-diaspora-1/a-russia-czarista-e-os-judeus.html>.

²¹³ LENIN, Vladimir. *The National Question in Our Programme*. In: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou. Progress Publishers. 1960-1970. 45 vols. Vol. 06. Pág. 454 a 463.

²¹⁴ LENIN, Vladimir I. *The National Question in Our Programme*. In: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. Moscou. Progress Publishers. 1960-1970. 45 vols. Vol. 06. Pág. 453.

A posição de Lenin, no debate com Rosa Luxemburgo é que, para ele a defesa do *direito* das nações à autodeterminação, não é sinal de igual que o partido do proletariado tenha que defender mecanicamente todos os casos particulares, até porque em cada caso pode ter, e com muito provavelmente terá, as suas contradições próprias.

Para as contradições específicas, de cada caso particular, Lênin diz que o programa do partido social-democrata deve ser de posições gerais e abstratas, de igualdade, liberdade e autonomia, para o caso das nacionalidades. Mas que num caso particular de direito à educação escolar num idioma próprio, como o armênio, por exemplo, Lênin, em *Mais uma Vez sobre a Segregação das Escolas de Acordo com a Nacionalidade*²¹⁵, defende que toda nacionalidade tem *direito* a ter escolas em suas línguas, que isto é uma liberdade, mas que segregar escolas por nacionalidades, seria uma obrigação, ou uma proibição, que vai contra a liberdade defendida no programa. Neste caso, de segregação, o partido deveria ser contrário.

Ao mesmo tempo que defende bandeiras gerais e abstratas, Lênin, no debate sobre a questão das nacionalidades e seus Estados, faz a distinção concreta entre o nacionalismo de grandes nações, opressoras e de pequenas nações, oprimidas; ao contrário de Rosa Luxemburgo, que prioriza a contradição de classe local às contradições nas relações internacional.

Lênin faz essa diferenciação e hierarquização principalmente em *O Direito das Nações à Autodeterminação*²¹⁶, de abril e maio de 1914, vésperas do início da 1ª Guerra Mundial (julho de 1914)²¹⁷, onde caracteriza como dois fenômenos sociopolíticos distintos e desiguais o nacionalismo de grandes nações opressoras e o de pequenas nações oprimidas, com sérias inflexões e consequências na realidade objetiva e na teoria, principalmente na relação do proletariado das nações oprimidas, com sua burguesia, contra um inimigo comum e maior, sobretudo na época imperialista.

Mas Lênin, ao mesmo tempo que defende que o proletariado de nações oprimidas pode e deve fazer acordos provisórios, ou táticos, com setores democráticos ou liberais de sua burguesia nacional na luta comum anticolonial, também insiste que os trabalhadores devem

²¹⁵ LENIN, Vladimir I. Once More on the Segregation of the Schools According to Nationality. *In: LENIN, V.I. Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1960-1970q. 45 vols. Vol. 19. Pág. 550. Publicado em dez. de 1913.

²¹⁶ LENIN, Vladimir I. *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação*. Obras Escolhidas em Três Tomos. 3ª Edição. Tomo I. Editora Alfa-Ômega. São Paulo. 1986. Páginas 509 a 553.

²¹⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Primeira Grande Guerra – O confronto de imperialismo*. Editora Atual. São Paulo. 2002.

manter sua independência política e sua estratégia socialista. Pois, o que é unidade na luta pela libertação nacional se tornará enfrente com os antes aliados na luta pela libertação social.

A crítica de Lênin à Rosa é, em primeiro lugar, metodológica. Para Lênin, Rosa se apega a modelos históricos imóveis ao não ver as mudanças nas relações internacionais, sobretudo, as consequências do papel do imperialismo sobre as nações e nacionalidade não-imperialistas e sobre os povos em suas localidades e culturas, e a capacidade dessas populações com identidade nacional comum de se adaptarem a essa nova correlação de forças em escala global nos processos de suas lutas por emancipação nacional e social.

Lênin vê esses dois momentos, libertação nacional, autonomia política, construção de um Estado nacional; e, libertação social, emancipação política, tomada do poder deste Estado nacional e a construção de uma sociedade socialista; como partes de um mesmo processo histórico e político. Ao contrário de Rosa, que ao ver dois processos separados e desconexos, caracterizava a dinâmica do primeiro como provavelmente regressiva, isto é, que não levava ao socialismo e sim à mais uma nação capitalista ao lado das demais. O que Lênin estava tentando argumentar era justamente que este projeto nacional-burguês não era mais possível sob o jugo do imperialismo, mas sua tese somente estaria completa com a obra de 1916 e publicado em 1917, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*²¹⁸.

Interessante notar que “ста́дия” em cirílico, ou “stádiya”²¹⁹, ambos do russo, cuja pronúncia é algo como “estádia” pode ser traduzido para o português por “estágio”, ou por “etapa”, até mesmo por “fase”, como vemos em muitas traduções brasileiras desta obra. Mas veremos as implicações das traduções e dos seus sentidos, no item dedicado à esta obra. Por ora, voltemos à polêmica entre Rosa e Lênin.

Em *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação* Lênin define claramente que autodeterminação é a formação de um Estado independente, mesmo para as nações onde o capitalismo ainda está em processo inicial, como a contraparte do processo econômico. Isto é, para haver economia capitalista é necessário um Estado burguês.

Lênin distingue dois processos desiguais, um dos países que em as suas burguesias já dirigiram processos revolucionários vitoriosos e, portanto, já realizaram tarefas democráticas do capitalismo, como a reforma agrária, o direito ao voto e à representação parlamentar, por um lado; e os países que ainda estavam passando por processos de revoluções burguesas-democráticas, como a Rússia naquele momento.

²¹⁸ LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. Coleção Arsenal Lênin. Boitempo. São Paulo. 2021.

²¹⁹ In: <https://en.wiktionary.org/wiki/%D1%81%D1%82%D0%B0%D0%B4%D0%B8%D1%8F>, em 12/04/2023.

Ou seja, para Lênin, a análise concreta deve levar em consideração cada caso específico, mas sempre partindo das condições mais gerais em que cada situação se encontra; não se pode considerar de forma abstrata em caso concreto, nem se pode deixar de lado as abstrações mais gerais da análise, sob pena de se perder o todo concreto de vista, tanto da análise, quanto da caracterização do processo, de sua dinâmica interna e externa, e, assim, de se errar na teoria enquanto guia para a ação, isto é, enquanto programa.

Mesmo que, para Lênin, uma teoria e um programa sejam, no caso das nacionalidades, um princípio geral à autodeterminação dos povos e que os casos particulares precisam ser vistos um a um. Lênin é tão categórico na defesa do princípio geral à autodeterminação dos povos que defende até mesmo o direito à secessão como regra geral.

Lênin constrói um conjunto conceitual de nação, nacionalidade, nacionalismo, autodeterminação, autonomia, Estado e federação, onde todos se interrelacionam; onde federação e autonomia podem estar contidos no conceito de autodeterminação; pois se algum povo assim decidir, autonomamente, pode fazer, através de seu Estado, um acordo de federação com o Estado de outro povo, se este também autonomamente assim o quiser; Lênin diferencia o Direito à Federação, da Federação em si, pois esta é, segundo ele, um contrato entre duas partes; por esse mesmo motivo, o federalismo não deve ser uma defesa da teoria marxista para a ação política; assim como o “direito” à autonomia igualmente não se confunde com a autonomia em si, que deve ser segundo ele, um princípio geral e universal de um Estado democrático, ainda mais de um Estado onde possam haver diferentes nacionalidades em seu interior

Ao contrário de Rosa, Lênin não entende que com o advento de uma sociedade socialista a questão nacional estaria automaticamente superada, nem tampouco o fenômeno do nacionalismo como típico do capitalismo seria “naturalmente” ultrapassado. Lênin critica essa visão maximalista no programa, de Rosa, como um “economicismo”, segundo o qual apenas a socialização dos meios de produção seria a solução das contradições políticas e culturais.

Lênin premunia que o nacionalismo das nações oprimidas poderia ter um papel progressivo tanto na época do capitalismo-imperialista como possivelmente também num período de construção de sociedades socialistas, pois, a autodeterminação, como parte do eixo democrático da teoria e do programa socialista, poderia e deveria levar a uma união voluntária das nações na construção de um mundo socialista, como aliás, foi o princípio ordenador da futura construção da, hoje extinta, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Lênin olhava para os tabuleiros das lutas de classes, econômicas, sociais, políticas e culturais, os internos a cada nação e os externos, num grande tabuleiro mundial, com as “mesas” se intercalando. Deste ponto de vista amplo e ao mesmo tempo detalhado, ele percebia um potencial revolucionário nos processos anticoloniais ao se enfrentarem com o maior inimigo que era a burguesia das grandes nações opressoras.

Rosa e outros, ao não tomarem o elemento mais geral da análise, ou a contradição central que é o embate entre burguesias de nações opressoras e burguesias de nações oprimidas, as igualam e levam em conta apenas uma luta de classes abstrata transportada de forma mecânicas para todos os tabuleiros, locais, regionais, pequenas nações oprimidas, grandes nações opressoras e assim elaboram uma teoria e uma orientação para a ação contrafactual e prejudicial à estratégia da revolução socialista, ao deixar a bandeira da libertação nacional e seu potencial nas mãos de burgueses locais e os trabalhadores desarmados teórica e politicamente neste campo da batalha.

Nos parece que uma camada mais profunda da diferença entre Rosa e Lênin neste debate é sobretudo metodológica. Lênin faz sua análise e caracterização partindo dos elementos mais gerais, passa pelas mediações, até os dados mais particulares, procura as determinações e contradições fundamentais para poder reconstruir o todo concreto de pensamento. Enquanto Rosa não parece levar primeiro em conta o elemento mais particular, neste debate o conflito entre a burguesia e o proletariado locais, para depois generalizar sua caracterização. Apesar de Rosa não defender uma regra fixa para todos os casos, sua posição aparece como contra a autodeterminação das nações por ser maximalista, isto é, somente uma revolução geral resolveria todas as contradições, até as particulares, que, assim, ficam sem respostas; não há construção de uma estratégia de ações concatenadas, com táticas específicas para determinados problemas.

Lênin, ao contrário, era lógico-dialético na análise dedutiva, do geral ao particular, e na ação, ou na proposta de ação, lógico-indutiva, do particular para o geral, em todos os temas centrais para os processos revolucionários gerais e particulares, e, neste debate sobre a questão nacional e a autodeterminação mais ainda.

3.3 – Os Cadernos sobre a dialética de Hegel, o Sujeito Político e o Estado

Lênin, em *Cadernos Filosóficos*²²⁰, mais especificamente em *Conspecto do livro de Hegel “Ciência da Lógica”* sentença:

Não é possível compreender completamente *O Capital*, de Marx sobretudo o Capítulo 1, sem ter estudado a fundo e sem ter compreendido toda a Lógica de Hegel. Por consequência, meio século depois, nenhum marxista compreendeu de Marx!!²²¹

Parafraseando Lênin poderíamos dizer que *não é possível compreender completamente a obra e o pensamento de Lênin, sobretudo seus escritos após 1914, sem ter estudado a fundo e sem ter compreendido a Lógica de Hegel, e, por consequência, um século depois, nenhum marxista (ou “leninista”) o compreendeu plenamente.*

A leitura de Hegel por Lênin para além de suas atenções a temas particulares, como o das “transições” do “geral para o individual” e do “individual para o geral”, e das reflexões sobre as correlações entre “forma e conteúdo” - já antecipando Pachukanis - “método e ciência”, “percepção e realidade”, “teoria e prática”, nos permite aferir a construção de um método particular e inovador de compreensão da totalidade sociopolítica e de intervenção para a modificação desta realidade como um todo.

Tão importante quanto ler e entender Hegel a fundo é tentar compreender como Lênin leu e interpretou Hegel, e mais ainda, como Lênin, a partir das leituras e releituras de Hegel inovou no campo do marxismo (revolucionário).

A Primeira Guerra Mundial não foi apenas uma um conjunto de massacres em uma escala industrial numa disputa interimperialista, após quase um século, desde a derrota de Napoleão em 1815, e de momentos marcantes nas jornadas de 1848, da guerra franco-prussiana de 1870 e da Comuna de Paris de 1871, mas sem uma grande guerra interna na Europa; foi também em sobretudo para a obra de nosso autor central, o colapso do movimento operário europeu organizado na II Internacional.

²²⁰ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 191.

²²¹ LÊNIN, Vladimir, I. *Conspecto do livro de Hegel “Ciência da Lógica”*. In: LÊNINE, V. I. *Obras Escolhidas*. Vol. 6 (Cadernos Filosóficos). Lisboa/Moscov: Editorial Avante/progresso, 1989.

3.4 – O impacto da guerra e da capitulação da socialdemocracia

O sentimento geral no que havia sobrado de esquerda revolucionária europeia era do “fim da civilização” na carnificina das trincheiras, de vitória da barbárie capitalista e de destruição da alternativa socialista.

O colapso da II Internacional, sua impotência ante o conflito imperialista e sua capitulação às burguesias nacionais trouxe à superfície as raízes do “centrismo” e do reformismo, desde as bases sociais acomodadas até os compromissos de seus dirigentes com a ordem social e política dos países centrais, inclusive em suas disputas interimperialista, jogando os trabalhadores de cada país, uns contra os outros, para lutarem e morrerem inutilmente, para si, mas por suas burguesias.

A Primeira Guerra Mundial começou oficialmente em 28 de julho de 1914²²², um mês depois do assassinato do Arquiduque da Áustria, em Sarajevo (Bósnia) a declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia, embora as tensões interimperialista tenham se iniciado desde a ascensão de Guilherme II ao posto de Imperador da recém unificada Alemanha em 1890, da formação da Tríplice Aliança em 1894 entre Inglaterra, França e Rússia e a Tríplice Entente em 1907²²³ como os mesmos atores nacionais.

No dia seguinte à declaração de guerra, em 29 de julho de 1914, o Bureau Socialista Internacional, órgão dirigente da II Internacional se reuniu em Bruxelas, para discutir a questão e decidiu convocar um congresso extraordinário para 9 de agosto.

Mas em 3 de agosto de 1914 os dirigentes da social-democracia alemã se encontraram para deliberar sobre a posição dos parlamentares sociais-democratas para a votação sobre os créditos de guerra. Em 4 de agosto de 1914 os parlamentares do Partido Operário Social-Democrata Alemão votaram a favor dos créditos de guerra, tomando o lado da burguesia alemã contra o proletariado dos outros países, e, de certa forma, contra os trabalhadores de seu próprio país, pois seriam mandados à guerra para morrer²²⁴.

Mas não foi só, os sindicatos e as centrais sindicais dirigidos pelo SPD deixaram de organizar greves operárias, deixaram de fazer oposição ao governo, num movimento denominado “Burgfrieden”²²⁵, trégua, ou burgo da paz, literalmente, em alemão, se bem que poderia ser traduzido para o bom português por “amigo do burguês”.

²²² MACMILLA, Margaret. *A Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Ed. Globo. 2014.

²²³ GILBERT, Martin. *A Primeira Guerra Mundial*. Leya - Casa da Palavra. São Paulo. 2017.

²²⁴ LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo. Ed. UNESP. 1995.

²²⁵ THORPE, Wayne. *Keeping the Faith: The German Syndicalists in the First World War*. Central European History. 2000.

Na votação de novos créditos de guerra, em 02 de dezembro de 1914, Karl Liebknecht foi o único membro dentre os 111 deputados do SPD no parlamento alemão a votar contra²²⁶, e assim justificou seu voto²²⁷ e aqui merece nossa homenagem:

Justifico o meu voto sobre a proposta de hoje do seguinte modo: esta guerra, que nenhum dos povos envolvidos queria para si, não eclodiu para o bem-estar dos alemães ou de qualquer outro povo. Trata-se de uma guerra imperialista, uma guerra pela dominação capitalista do mercado mundial, pela dominação política de importantes territórios para o capital industrial e bancário. [...] Trata-se de uma operação bonapartista para a desmoralização e destruição do crescente movimento operário. [...] A guerra não é uma guerra defensiva alemã. [...] Uma paz célere, e de forma alguma humilhante, uma paz sem conquistas, deve ser exigida; todos os esforços para alcançá-la são legítimos. Somente o fortalecimento simultâneo e contínuo dos movimentos por tal paz em todos os países beligerantes pode pôr fim à matança sangrenta antes do aniquilamento completo de todos os povos envolvidos. Somente uma paz cultivada com base na solidariedade internacional da classe trabalhadora e na liberdade de todos os povos pode ser segura. Isso vale para o proletariado de todos os países ainda em guerra, realizar um trabalho socialista pela paz. [...] Não voto a favor de nada além do que possa aliviar a dura sorte de nossos irmãos no campo, os feridos e enfermos, por quem eu nutro a mais sincera compaixão; aqui, também, nenhuma requisição vai ser o suficiente para mim. Contudo, em protesto contra a guerra, seus responsáveis e dirigentes, contra a política capitalista que a provocou, contra os objetivos capitalistas que ela persegue, contra os planos de anexação, contra a quebra da neutralidade belga e luxemburguesa, contra a ditadura militar, contra o descaso social e político de que ainda hoje são culpados o governo e as classes dominantes, recuso os créditos de guerra solicitados²²⁸.

Em 1914, Rosa Luxemburgo escrevia da prisão sob o codinome de Junius, a quem também rendemos nossos protestos:

O espetáculo terminou. Há muito tempo que os intelectuais alemães, esses “lêmures vacilantes”, ao primeiro assobio voltaram às suas tocas. A alegria ruidosa das moças correndo ao longo das plataformas já não acompanha os trens de reservistas, que deixaram de saudar o povo, debruçando-se das janelas dos vagões, com um sorriso alegre nos lábios. Silenciosos, de pasta na mão, caminham rapidamente pelas ruas onde uma multidão carrancuda se entrega aos seus afazeres cotidianos. [...]

²²⁶ ARTHIER, Denis. *A Esquerda Alemã (1918-1921). “Doença Infantil” ou Revolução?* Porto. Afrontamento. 1975.

²²⁷ LIEBKNECHT, Karl. *Berner Tagwacht* (“O Relógio de Berna”, em tradução livre nossa). In: <https://www.marxists.org/espanol/liebnecht/1914/diciembre/02.htm>, acessado em 19 mai. 2023.

²²⁸ HAFFNER, Sebastian. *A Revolução alemã 1918/1919*. Tradução Bianca Tavorari. Revisão técnica Isabel Loureiro. 1ª Edição. Expressão Popular. São Paulo. 2018.

A loucura só acabará e o espectro sangrento do inferno só desaparecerá quando os trabalhadores na Alemanha e na França, na Inglaterra e na Rússia finalmente acordarem de sua embriaguez, se derem fraternalmente as mãos e encobrirem o coro bestial dos fomentadores da guerra e o grito rouco das hienas capitalistas com o antigo e poderoso grito de guerra do trabalho: proletários de todos os países, uni-vos!²²⁹

Em setembro de 1914, quando mostraram a Lênin o exemplar do *Vorwärts* (Avanços, em tradução nossa), jornal da social-democracia alemã), quase um mês depois da capitulação do mês anterior, ele não acreditou; “É uma adulteração do estado-maior alemão!” exclamou²³⁰.

Tudo isto para demonstrar como a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a capitulação da Segunda Internacional à guerra, às burguesias nacionais e, em última instância, ao imperialismo, afetou profundamente Lênin, como o deixou frustrado e em crise profunda, levando-o a voltar a estudar, principalmente Hegel, para entender e, quem sabe, superar a sua crise e ajudar a humanidade contra a barbárie capitalista.

²²⁹ LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. In: Rosa Luxemburgo, Textos escolhidos, vol. 2 (1914-1918). São Paulo, Editora UNESP, 2011, p. 141. LOUREIRO, Isabel Maria (Org.). *Rosa Luxemburgo textos escolhidos*. 1ª edição Editora Expressão Popular. São Paulo. 2009. Pág. 77.

²³⁰ LÖWY, Michael. *Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado*. In: LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria e política*. Ed. Paz e Terra. 1985.

3.5 – O início dos *Cadernos sobre a dialética de Hegel*

Em *Cadernos sobre a dialética de Hegel*²³¹, de 1914, quando volta a estudar o filósofo prussiano, logo no início da Primeira Guerra Mundial, Lênin, na esteira da tarefa de Marx, de tirar “a dialética [...] de cabeça para baixo”, para “pô-la de cabeça para cima, a fim de se descobrir a substância racional dentro do invólucro místico²³²”, além de atualizar e aprofundar seu entendimento e aplicação da lógica-dialética, precisa colocar de “cabeça para cima” e “descobrir a substância racional dentro do invólucro místico” da teoria como guia para a ação política, isto é, desenvolver toda uma nova lógica indutiva dialético-materialista, para a compreensão e modificação da realidade complexa.

Não concordamos com Michael Löwy, em *Da Grande Lógica de Hegel à Estação Finlândia de Petrogrado*²³³, que defende que houve um Lênin pré-dialético e outro dialético em 1914. Mas concordamos que a busca de Lênin por um entendimento mais profundo das causas e das consequências dos processos que levaram à primeira guerra mundial, ao chauvinismo nas massas proletárias e à capitulação da II Internacional às burguesias nacionais de cada um dos países envolvidos, levou Lênin a um estudo mais sistemático de Hegel, em particular da *Ciência da Lógica*²³⁴.

Segundo Löwy²³⁵, das crises, sociais e políticas, e do estudo mais profundo e sistemático de Hegel, surgiu um Lênin mais dialético, do qual derivou sua elaboração do conceito radical de subjetividade como co-determinante do processo histórico.

Lênin leu e releu também Feuerbach, Aristóteles, Kant, Clausewitz e Plekhanov, tudo para entender melhor a obra de Marx e a nova realidade que se abria. Essas novas releituras mudaram sua interpretação do marxismo; enquanto acreditava que as políticas poderiam ser desenvolvidas com base em princípios científicos predeterminados, concluiu que a única prova para saber se a teoria política estava correta era a sua prática.

²³¹ LÊNIN, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Trad. de José Paulo Neto. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2021.

²³² MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro I. 26ª ed. Trad. port. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. p. 29.

²³³ LÖWY, Michael. *Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado*. In: LÖWY, M. Método dialético e teoria política. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²³⁴ HEGEL, Georg W. F. *Ciência da lógica 1. A Doutrina do Ser*. Trad. Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis: Vozes, 2016. *Ciência da lógica 3. A Doutrina do Conceito*. Trad. Christian G. Iber e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores: Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis: Vozes, 2018.

²³⁵ LÖWY, Michael. Idem.

Lênin aprofunda seus estudos em questões mais complexas, ao ver as contradições filosóficas no interior e no desenvolvimento histórico dos conceitos, como já fazia desde 1896, em:

Engels tornou-se seu discípulo [de Hegel]. Embora Hegel fosse, por seu lado, um admirador do Estado prussiano absolutista, ao serviço do qual se encontrava na qualidade de professor na Universidade de Berlim, a sua *doutrina* era revolucionária. A fé de Hegel na razão humana e nos seus direitos e o princípio fundamental da filosofia hegeliana segundo o qual o mundo é teatro de um processo permanente de mudança e desenvolvimento conduziram os discípulos do filósofo berlinense, que não queriam acomodar-se à realidade, à ideia de que a luta contra a realidade, a luta contra a iniquidade existente e o mal reinante, também procede da lei universal do desenvolvimento perpétuo.²³⁶

Desde esta época Lênin já via as generalizações abstratas como esquemas apriorísticos ao estilo de Kant, portanto, antimarxistas, que conduziam a elaborações de lógicas lineares de desenvolvimento histórico em direção ao um socialismo ideal. Estes erros metodológicos, que desprezavam a realidade concreta tal como se colocava, agora ao estilo Hegel, não podia estabelecer bases teóricas para uma transição efetiva a um socialismo científico.

Lênin prossegue com os estudos e escritos, em seu exílio em Berna, na Suíça, até 1916, quando sua mãe falece e ele não pôde ir ao funeral. A morte de sua mãe o afetou mais ainda, e ele ficou deprimido, e combinado com a guerra e crise da II Internacional, temia morrer antes de ver a revolução proletária.

O que estava acontecendo não tinha precedentes, nem históricos, nem teóricos. Era necessária uma nova teoria que explicasse a realidade e um novo programa como guia para mudá-la. O “horror” do colapso da Segunda Internacional foi a coisa mais difícil de tudo para ele suportar, porque a guerra (burguesa) era esperada, mas a traição, não.

²³⁶ LÊNIN, Vladimir Ilich. Primeira edição: em 1896, na compilação *Rabótnik* n.º 1 e 2. Fonte: Obras Escolhidas em Três Tomos. Lisboa, Moscou. Edições Progresso. 1977. Tradução: Edições "Avante!" In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1895/mes/engels.htm>, acessado em 06 dez. 2023. Pág. 29.

3.6 – Os *Cadernos Filosóficos*: a refundação e reconstrução do marxismo

Neste contexto de crise e horrores Lenin se retirou para a solidão da biblioteca de Berna para mergulhar na sua releitura de Hegel. Os isolamentos político e geográfico de Lênin, de minoria no movimento operário internacional e de exílio contribuíram, ou permitiram, o retorno aos estudos em busca de novas respostas.

Esses momentos de solidão na vida de Lênin não eram uma novidade, ele teve uma vida cheia de longos exílios e de luta permanente contra a corrente; e reaparece nos momentos mais decisivos, do início de a Primeira Guerra Mundial até abril de 1917. Um ano de leitura dita filosófica, principalmente dedicado a Hegel, após agosto de 1914; um grande acervo sobre o imperialismo (mais de oitocentas páginas de notas); e um esforço teórico de conceituação do Estado, que chegou ao “Caderno Azul” e a redação de *O Estado e a Revolução*, incompleta.

Mas esta solidão não era um retiro “espiritual”, ou umas férias, e sim um recarregar as energias para colocar-se mais uma vez em ação; um afastamento pessoal temporário para reler e repensar as condições para a ação; para reanalisar a realidade e rescrever as linhas de intervenção sobre ela, para reconstruir os parâmetros teóricos, não como dogmas, mas como “guia para a ação”. Diante das tragédias, um retorno aos fundamentos, para uma refundação do marxismo-revolucionário e sua reconstrução futura.

Como disse Neil Harding em *Lenin's Political Thought - Theory and practice in the democratic and socialist revolutions* (“*O pensamento político de Lênin - Teoria e prática no revoluções democrática e socialista*”, em tradução livre):

Perhaps the most puzzling and inexplicable period of Lenin's life, from the standpoint of those exponents of the 'basic position' who would have us believe that he was pre-eminently an instinctive practical politician, are his activities during the turbulent months following the downfall of the autocracy in February 1917. According to their accounts, we should have expected Lenin to have been exclusively concerned with the immediate tactical concern of maximising his own power and that of the Bolsheviks. We might have expected him therefore to have gone along with what was clearly the majority view of his party in Russia, that the Bolsheviks should themselves participate in the horse trading that was going on, secure an alliance with the Mensheviks and the left S.R.s in order to become a central force in a new coalition Provisional Government. Lenin would have none of this. Instead of devoting his time to political wheeler-dealing to achieve immediate tactical advantage to his party in Russia, he concentrated his energies on an almost academic, exhaustive study of Marx and Engels on the question of the state with a view to outlining the long-term strategic objectives of the global socialist revolution.²³⁷

²³⁷ HARDING, Neil. *Lenin's Political Thought - Theory and practice in the democratic and socialist revolutions*. Londres. The MacMillan Press LTD. 1981. Página 83.

O que em tradução livre nossa seria algo como:

Talvez o período mais intrigante e inexplicável da vida de Lênin, do ponto de vista daqueles expoentes da "posição básica" que nos fazem acreditar que ele era um político prático e instintivo, são suas atividades durante os meses turbulentos que se seguiram à queda da autocracia em fevereiro de 1917. De acordo com seus relatos, deveríamos esperar que Lenin estivesse preocupado exclusivamente com a preocupação tática imediata de maximizar seu próprio poder e o dos bolcheviques. Poderíamos esperar que ele, portanto, concordasse com o que era claramente a opinião da maioria de seu partido na Rússia, de que os bolcheviques deveriam participar do comércio de cavalos que estava acontecendo, garantir uma aliança com os mencheviques e os SR's de esquerda a fim de para se tornar uma força central em um novo governo provisório de coalizão. Lenin não aceitaria nada disso. Em vez de dedicar seu tempo a negociações políticas para obter vantagens táticas imediatas para seu partido na Rússia, ele concentrou suas energias em um estudo quase acadêmico e exaustivo de Marx e Engels [e Hegel] sobre a questão do Estado, com o objetivo de delinear a longa objetivos estratégicos de longo prazo da revolução socialista global.

Como dissemos acima, não foi um “retiro espiritual”, ou uma “confusão com a natureza”, mas um recolhimento necessário aos estudos mais profundos para o entendimento desde as raízes dos problemas mais complexos, das suas causas e, destas, para a ação até as copas mais altas.

Também não era uma “crise” pessoal, subjetiva de Lênin. Havia uma situação objetiva com elementos concretos muito contrários a um projeto social por meio de uma revolução proletária. Uma guerra mundial, sem precedentes, com matanças em escala industrial nunca antes vistas. E, o pior, a Segunda Internacional, fundada por Engels em 1889, um instrumento para a construção do futuro socialista da humanidade, que apenas dois anos antes havia publicado um Manifesto contra guerra que todos sabiam iminente, conclamando “*Ao mundo capitalista da exploração e do assassinato em massa, oponha-se assim ao mundo proletário da paz e da fraternidade dos povos!*”²³⁸, havia capitulado. Como algo tão grande e tão forte poderia se transformar no seu contrário?

²³⁸ Manifesto do Congresso Socialista Internacional da Basileia. In: https://www.marxists-org./history/international/social-democracy/1912/basel-manifesto.htm?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc, acessado em 02 jun. 2023.

Em dezembro de 1914 Lenin publica um ensaio²³⁹, com a guerra em curso, para demonstrar a capitulação teórica política da IIª Internacional. Kautsky, seu principal dirigente, é o melhor exemplo, mas não é o único; toda uma geração de líderes e intelectuais, que levou anos para ser construída, refletindo os sentimentos, pensamentos, interesses e ideologias de suas bases sociais de sustentação, de seus liderados, foi perdida, para o chauvinismo. Ao contrário dos que mudaram de lado na luta de classes Lênin tinha muito claro que significava e o que podia vir a significar a que depois ficou conhecida como Primeira Guerra Mundial:

o único conteúdo real, o significado e o sentido da guerra presente é anexar terras e subjugar outras nações, arruinar a nação concorrente, saquear suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas de Rússia, Alemanha, Inglaterra e demais países, desunir e confundir os operários com propaganda nacionalista e exterminar a sua vanguarda para debilitar o movimento revolucionário do proletariado.²⁴⁰

Lênin não focou no que havia acontecido e no que estava acontecendo, ao precisar o conteúdo e dinâmica do processo tinha como horizonte o que podia e devia vir-a-ser, “*compreender suas causas para poder criar um novo agrupamento socialista, mais sólido, dos operários de todos os países*”²⁴¹, em ruptura com o oportunismo não perdeu de vista a revolução socialista mundial do horizonte político e teórico:

[...] os socialdemocratas revolucionários utilizarão os hábitos de organização e os vínculos da classe operária para criar formas ilegais de luta -em consonância com a época de crise – pelo socialismo e unir estreitamente os operários de todos os países e não com a burguesia chovinista de seu próprio país. A Internacional proletária não pereceu e nem perecerá. As massas operárias criarão a nova Internacional por cima de todos os obstáculos.²⁴²

Para tanto, tal mudança não podia ser apenas de nome ou de aparato de organização, era necessário uma nova teoria e programa que guiasse os passos à revolução sem desvios pelo caminho, uma atualização e renovação da teoria para a elaboração de um novo programa para a reconstrução das organizações nacionais e internacional.

²³⁹ LÊNIN, Vladimir, I. *Chovinismo muerto y socialismo vivo: como reconstituir la Internacional*. In Obras [completas] Tomo V (1913 – 1916). Moscou. Edicion Progreso. 1973. Pág. 91 a 94.

²⁴⁰ LÊNIN, Vladimir, I. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. Obras escogidas en doce tomos. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976. P. 161.

²⁴¹ Idem. Pág. 165.

²⁴² LÊNIN, Vladimir, I. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. Obras escogidas en doce tomos. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976. Pág. 168.

Esta mudança na teoria, a partir da observação criteriosa da realidade, estava implicando em uma mudança na estratégia da revolução na Rússia, onde a agora “revolução democrática” estaria umbilicalmente ligada à revolução socialista europeia e para tanto uma nova Internacional era imprescindível.

[...] na Rússia, devido o maior atraso do país, que não levou ainda a cabo a sua revolução burguesa, as tarefas da socialdemocracia devem ser ainda os três requisitos fundamentais da transformação democrática consecutiva: república democrática (com plena igualdade de direitos e autodeterminação de todas as nações), confisco das terras dos latifundiários e jornada de oito horas.²⁴³

Lênin não ficou apenas na denúncia da “traição” dos dirigentes dos partidos nacionais da Segunda Internacional, que haviam optado pelas burguesias de cada país, contra o Manifesto do Congresso da Basileia de 1912, que denunciou, dois anos antes, o caráter imperialista da guerra por vir, e chamou a mobilização de massas para transformar a guerra entre países capitalistas em guerra civil interna em cada país, para transformar a barbárie da guerra em revolução socialista, em superação do capitalismo.

Lênin havia percebido que se algo positivo, como a Segunda Internacional, pôde se transformar em algo negativo, como a guerra, pela inação, então talvez, algo negativo, como a própria guerra, também poderia ser transformado no seu contrário, a revolução democrática e socialista, pela ação dirigida por uma teoria organizada. Pois, para que haja uma revolução é necessário

a capacidade da classe revolucionária de levar a cabo ações revolucionárias de massa suficientemente fortes para romper (ou quebrar) o velho governo, que nunca, nem mesmo em épocas de crise “cairá” se não se lhe “fizer cair”²⁴⁴

Segundo a análise de Lênin, uma aristocracia da classe operária, uma burocracia sindical e partidária passou a ter interesses próprios mais próximos da pequena burguesia que da classe trabalhadora, levando esta nova camada social e política à capitulação ao nacionalismo de cada país e ao imperialismo, como seus projetos, abandonando o socialismo e a revolução.

²⁴³ LÊNIN, Vladimir, I. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. Obras escogidas en doce tomos. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976. Pág. 167.

²⁴⁴ LÊNIN, Vladimir, I. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. Obras escogidas en doce tomos. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976. Pág. 227.

Assim, a ruptura de Lênin foi objetiva e subjetiva, isto é, um afastamento político das organizações e dirigentes que romperam com o marxismo; e teórica, no sentido de ser necessário mais que uma atualização, uma renovação da teoria para ser a base de um novo começo.

Podemos perceber pela escala dessas novas reflexões leninianas que seus estudos mais aprofundados da lógica de Hegel o levaram a novas conclusões e a novas elaborações, traçando um caminho teórico gradativo de acordo com as mudanças objetivas na realidade. Ao contrário de Michael Löwy não vemos uma ruptura epistemológica mais sim uma evolução gradual, com base na observação da realidade objetiva, que mudava rapidamente, através do método dialético-materialista próprio de Lênin.

Ou seja, para ter uma análise que selecionasse os elementos centrais da conjuntura, as determinações e contradições mais importantes, e, simultaneamente elaborar propostas de intervenção sobre a realidade mais complexa que antes, foi necessário para Lênin atualizar e reconstituir a teoria marxista (revolucionária) não como dogma, mas como “guia para a ação” – como ele dizia -, voltando aos alicerces da teoria, para uma refundação original do marxismo, como instrumento de diagnóstico, prognóstico e intervenção social e política.

A volta de Lênin aos textos de Marx, Engels e Hegel, combinado com um trabalho árduo de renovação teórica, cruzada pela análise minuciosa da realidade com a guerra e a destruição da Segunda Internacional como instrumento de transformação social, nos permite entender sua grande elaboração teórica e o caráter refundador do marxismo, com o advento da Primeira Guerra Mundial e a capitulação da social-democracia ao imperialismo.

A antiga “ortodoxia” marxista da Segunda Internacional estava em dezenas de cacos pelo chão da história. Uma “autocrítica” dessa ortodoxia era condição necessária para novas elaborações que respondessem e “corrigissem” a realidade, não como um mosaico com os pedaços do velho “espelho”, mas como uma nova reflexão, não apenas para a construção de uma imagem do presente, mas, sobretudo para o projeto de futuro.

Por antiga “ortodoxia” marxista da Segunda Internacional entenda-se que a sua teoria e o seu programa preconizavam que para os países de capitalismo atrasado a “tarefa histórica” colocada era “revolução democrática” e que para os países de capitalismo avançado estaria colocada já a tarefa da revolução socialista. Lênin estava a meio caminho de chegar à conclusões que levariam a uma mudança na estratégia da revolução na Rússia, onde as tarefas da “revolução democrática”, como liberdades políticas e sindicais, reforma agrária, limitação da jornada de trabalho, democracia representativa e outras, poderiam estar diretamente ligadas

às tarefas da revolução socialista, como socialização dos meios de produção, revolução agrária, democracia participativa (através dos “soviets” ou conselhos), economia planificada, monopólio do comércio exterior, até a superação das formas sociais capitalistas, como a forma-dinheiro, por exemplo, ainda que não nesses termos. Esta mudança na estratégia da revolução era uma grande “heresia” para a “ortodoxia” da Segunda Internacional. Mas, ousadia, não lhe faltava, ao contrário. As crises, econômica, política e militar, tornavam seu desfecho imprevisível, para todos os lados envolvidos e podiam se tornar as bases para um novo começo, para uma nova teoria, para uma refundação do marxismo-revolucionário. Mas apenas Lênin, dentre tantos outros dirigentes e quadros deste campo teórico, foi o único que retornou a Hegel para compreender e elaborar. Por quê?

3.7 – Avanços, novas descobertas, mas não ruptura

A leitura de Hegel feita por Lênin no início da primeira guerra mundial antecipa a temática de Pachukanis sobre as relações entre formas e conteúdos, no sentido da dinâmica das transformações sociais e políticas, no caso, como uma situação reacionária de barbárie capitalista super destrutiva, poderia se transformar numa revolução socialista.

Para Lênin, assim como para Marx, a dialética está intimamente relacionada ao materialismo histórico, invertendo-se o esquema hegeliano original, pois em Hegel “*a dialética está de cabeça para baixo*”, é preciso “*pô-la de cabeça para cima, a fim de se descobrir a substância racional dentro do invólucro místico*”²⁴⁵.

Assim, da crise da primeira grande guerra e da capitulação da Segunda Internacional, Lênin busca em Hegel um entendimento mais profundo das causas e possíveis consequências desse processo, em particular das possibilidades da subjetividade como co-determinante do processo histórico, pois em Hegel e em Marx, a negação da negação depende de ação, e, portanto, de sujeitos, positivos, atuantes, para em ação conflituosa, para realizar a superação da contradição.

Lênin avança sobre o entendimento das contradições e determinações mais complexas tanto filosóficas, quanto diretamente ligadas à realidade. Para Lênin, a filosofia de Hegel era revolucionária pela sua fé na razão e ação humanas no mundo real, que, para o qual é, um teatro em processo permanente de mudança, no qual não se pode acomodar-se à realidade, a ideia da luta contra a realidade objetiva, pelos sujeitos reais com seus projetos sociais e políticos, pressupõe compromissos filosóficos, éticos, morais e políticos desses sujeitos²⁴⁶ conflagrados.

Assim entendemos por que apenas Lênin, dentre tantos outros intelectuais e dirigentes do marxismo-revolucionário, retornou a Hegel; porque somente com o método dialético, invertido era possível compreender as transformações passadas, presentes e futuras, mais complexas, e propor sínteses práticas através da ação dos sujeitos sociais e políticos.

A negação do método dialético invertido, isto é, materialista, ainda que pretendesse – corretamente, em nosso ver - negar o idealismo e a metafísica das leituras lukacsianas e afins, acabou por negar o realismo-científico e a sua capacidade de mudar a realidade.

Isto porque tanto em Hegel quanto em Marx e em Lênin, a negação da negação, isto é, a superação positiva (Aufheben ou Aufhebung), depende de ação, e, portanto, de sujeitos, positivos, atuantes, para, em ação conflituosa, para realizar a superação das contradições.

²⁴⁵ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro I. 26ª ed. Trad. port. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. pág. 29.

²⁴⁶ Idem. Pág. 29.

No método dialético hegeliano, invertido por Marx e aprofundado por Lênin, o conflito, ainda lógico, entre o “nada” e o “ser” só pode ser resolvido pelo momento-conceito do “vir-a-ser”, categoria superior e mais complexa, que engloba o “nada” e o “ser”, ou seja, incorpora aspectos suprassumidos do movimento de transição do "nada" para o "ser"²⁴⁷.

No caso do retorno de Lênin a Hegel temos o “nada de revolução”, enquanto da primeira grande guerra, para o que poderia o “ser” da revolução, o “vir-a-ser” da transição de uma situação à outra precisaria de uma teoria [subjéctiva] que explicasse a realidade e de um programa dela decorrente que guiasse a acção dos sujeitos, encarnados em organizações políticas e sociais que aplicassem as linhas gerais e medidas práticas.

Isto é, não bastava negar a guerra num pacifismo vazio de conteúdo, era necessário declarar guerra à guerra, negar a negação, transformar a guerra interimperialista em guerra civil em cada país, a vitória do proletariado e a união dos países socialistas contra os capitalistas para não haver mais guerras, por exemplo.

Negar a guerra seria a primeira negação, declarar guerra à guerra, a negação da negação; i.e., a vitória do proletariado na guerra civil interna em cada país, a tomada do poder político, a mudança do carácter de classe de cada Estado nacional e o início imediato da desconstrução do Estado como “sociedade política” apartada da “sociedade civil”, com as tarefas administrativas e políticas sendo cada vez mais assumidas pelas comunidades locais em seus conselhos, as tarefas comuns das regiões por conselhos regionais e assim sucessivamente, num processo contínuo de superação do Estado enquanto forma-política capitalista, concomitante com a superação das demais formas relacionais eminentemente capitalistas, seria o “vir-a-ser”, a transição do capitalismo ao socialismo.

A busca conceitual de Lênin em Hegel tinha o claro propósito de esclarecer conceitos e ideias que estavam muito confusos naquele momento – mais ainda nos dias hoje. Seus resultados teóricos, baseados nos dados materiais da história e verificados criteriosamente contra ela, decorrentes do método dialético-materialista, permanecem resistentes. Pelo menos para não nos perdermos em especulações fúteis, sem conexões entre teoria, realidade e prática, sem propósitos claros.

Ao contrário, Lênin retomou a leitura e os estudos da lógica de Hegel para tirar conclusões profundas sobre a dupla falência da Segunda Internacional, tanto por ter sido impotente para evitar a eclosão da guerra anunciada, como por ter capitulado à mesma.

²⁴⁷ GAUTHIER, Yvon. Structures et mouvement dialectique dans la Phénoménologie de l'Esprit de Hegel. Par Pierre-Jean Labarrière. Aubier-Montaigne. Collection Analyse et Raisons. Paris. 1968. Nº 316. p. 738–740.

Essa leitura combina uma busca combinada entre a lógica abstrata e a lógica dos fatos e atos políticos do momento com o claro propósito de superação positiva das contradições.

Como Lênin escreveu entre agosto e setembro de 1914

O mais penoso para um socialista não são os horrores da guerra — nós somos sempre pela “*santa guerra di tutti gli oppressi per la conquista delle loro patrie!*”²⁴⁸ — mas os horrores da traição dos chefes do socialismo atual, os horrores da falência da atual Internacional.²⁴⁹

Essa dor se transformou em motivação para a acritica à traição da social-democracia e para a autocrítica de não ter percebido o processo de adaptação aos regimes pré-democrático burgueses dos “chefes” socialistas da Segunda Internacional. Processo este que já vinha sendo denunciado por Rosa Luxemburgo²⁵⁰ muito antes do início da guerra e da capitulação das direções das seções nacionais da Segunda Internacional, como ela escreveu no folheto *Junius* da prisão

Se o revisionismo se limitasse à previsão de uma evolução do capitalismo muito mais lenta do que é normal atribuir-lhe, poder-se-ia unicamente inferir um espaçamento da conquista do poder pelo proletariado, o que na prática resultaria simplesmente num abrandamento da luta. Mas não se trata disso. O que Bernstein põe em causa não é a rapidez dessa evolução, mas a evolução do capitalismo em si mesma e, por consequência, a passagem ao socialismo.²⁵¹

Mas a própria Rosa²⁵² deu algumas pistas para a superação positiva das contradições subjetivas e objetivas que atormentavam Lênin, ainda que ele não as tivesse visto a tempo:

O proletariado moderno comporta-se de outra maneira perante as provas da história. Seus erros são tão gigantescos quanto suas tarefas. Não existe nenhum esquema prévio, válido de uma vez por todas, nenhum guia infalível que lhe mostre o caminho a percorrer. A experiência histórica é sua única mestra. O espinhoso caminho de sua autolibertação está pavimentado não só de sofrimentos sem fim, como também de erros sem conta. O proletariado atingirá o objetivo de sua

²⁴⁸ Em italiano no original e tradução nossa para “*guerra santa de todos os oprimidos pela conquista de suas pátrias*”

²⁴⁹ LÊNIN, Vladimir, I. A Guerra Europeia e o Socialismo Internacional. Obras Escolhidas em seis tomos. Lisboa e Moscou. Edições “Avante!”, Edições Progresso. 1984. Tomo 2. pág. 167 a 170.

²⁵⁰ LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1975.

²⁵¹ LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução*. São Paulo. Global Editores. 1986. Pág. 28.

²⁵² LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa. Presença. 1974.

viagem – sua libertação – se souber aprender com os próprios erros. Para o movimento proletário, a autocrítica, uma autocrítica impiedosa, severa, que vá à raiz das coisas, é o ar e a luz sem os quais ele não pode viver. A queda do proletariado socialista na presente guerra mundial não tem precedentes, é uma desgraça para a humanidade. Mas o socialismo só estaria perdido se o proletariado internacional não quisesse medir a profundidade de sua queda e não quisesse aprender com ela²⁵³

A releitura de Hegel por Lênin, de *A Ciência da Lógica* mais especificamente, com 158 notas de agosto a dezembro de 1914²⁵⁴, precisa ser compreendida pelo prisma do encontro de diferentes estruturas desigualmente desenvolvidas e na unidade destas diversidades²⁵⁵.

O que levou Lênin do trauma de agosto de 1914 à *Lógica* de Hegel, nos termos de Michael Löwy²⁵⁶? A raiz da impotência e da capitulação da Segunda Internacional estaria na incapacidade de seus dirigentes de compreender a dialética hegeliana? Ou na insuficiência do próprio Lênin de não ter visto o processo de mudança e de adaptação da Segunda Internacional, por não ter sido “dialético” o suficiente?

Esse retorno de Lênin a Hegel não é em nada por acaso. É parte de uma crítica ao “marxismo ortodoxo” da Segunda Internacional, principalmente à sua ala “direita” encabeçada por Bernstein, mas também por Plekhanov, fundador do marxismo na Rússia, que negava a dialética e acabavam caindo num híbrido de positivismo e marxismo.

Mesmo Engels, no afã da divulgação do marxismo e no debate com os positivistas já tinha resvalado num certo evolucionismo determinista principalmente em *Dialética da Natureza*²⁵⁷ e

²⁵³ LOUREIRO, Isabel. (Org.) Rosa Luxemburgo. Textos Escolhidos. Trad. e apresentação Isabel Loureiro. 1ª Edição. São Paulo. Expressão Popular. 2009. Pág. 82.

²⁵⁴ ANDERSON, Kevin B. *Lenin, Hegel and Western Marxism a Critical Study*. Chicago. University of Illinois Press. 1995. Pág. 109.

²⁵⁵ Kevin B. Anderson é um dos principais pesquisadores marxistas dos Estados Unidos, lecionando as disciplinas de Sociologia, Ciência Política e Estudos Feministas da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. A sua intervenção não se restringe ao trabalho acadêmico. Com forte atuação política nas lutas de movimentos sociais por justiça social. É autor de inúmeras obras, dentre as quais *Lenin, Hegel, and Western Marxism: A Critical Study* (University of Illinois Press, 1995); *Marx nas margens: Nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. (Boitempo, 2019) e *Hegel, Marxism, and its critics through a lens of race, class, gender, and colonialism* (Daraja Press, 2020). Em parceria com o professor Peter Hudis, Anderson editou a obra *The Rosa Luxemburg Reader* (Monthly Review Press, 2004), bem como o livro que reúne um conjunto de escritos da filósofa Raya Dunayevskaya (1910-1987), em edição intitulada *The Power of Negativity: Selected Writings on the dialectic in Hegel and Marx* (Lexington Books, 2002).

²⁵⁶ LÖWY, Michael. *Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado*. In: LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria e política*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. Cap. IX.

²⁵⁷ ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2020.

*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*²⁵⁸, no qual foi seguido por Mehring, Plekhanov e Kautsky, mas sobretudo por Bernstein, com posições neokantianas.

O debate da Segunda Internacional, no final do século XIX e início do XX, contra posições ainda medievais e outras ufanistas do capitalismo, tanto os liberais quanto os conservadores; numa conjuntura intelectual marcada pela crença no progresso, na ciência e da civilização europeia colonizadora, por um lado e num obscurantismo feudal que defendia a volta aos antigos regimes monárquicos absolutistas, por outro; a social democracia que procurava afirmar seu espaço e difundir suas posições, inevitavelmente caía em armadilhas retóricas, por assim dizer, pois não podia argumentar contra o progresso, ainda que capitalista, sob pena de fazer coro, ainda que aparente, ao “regresso” à idade das trevas.

Num certo sentido, o marxismo defendia, sim, um “progresso” da humanidade, mas não o “progresso capitalista”, e sim, a superação socialista deste modo de produção, reprodução e acumulação. Mas, no debate contra os retrocessos aparecia ao lado dos que defendiam os avanços, que de fato eram “progressistas”. Assim, alguma confusão de argumentos era, em certa medida compreensível e inevitável. Mas não a confusão metodológica, entre marxismo e positivismo, que infelizmente ocorreu.

É justamente contra essa “confusão metodológica” que se levanta Lênin no seu retorno a Hegel, o que já havia iniciado em *Materialismo e Empiriocriticismo* após a derrota da Revolução Russa de 1905, agora, após as derrotas do início da guerra interimperialista e da capitulação da socialdemocracia, antes que surgissem novos “construtores de deus”, e para preservar posições marxistas-revolucionárias e as perspectivas da revolução socialista, se fazia necessário novamente.

Mas se em *Materialismo e Empiriocriticismo*, em 1908, Lênin recorre a Plekhanov (e, indiretamente, a Feuerbach e a Kautsky) como parâmetro intelectual contra os revisionismos de Bogdanov e outros, menos de uma década depois ele teve que recorrer ao Hegel invertido contra as posições evolucionistas e deterministas que levaram a Segunda Internacional a apoiar suas burguesias nacionais pelo “progresso capitalista”

Esse “acerto de contas” de Lênin contra os fundamentos filosóficos e teóricos que levaram às tragédias já mencionadas o faz resolver as diferenças contra os teóricos que a fundamentaram.

²⁵⁸ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2019. ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9ª Edição. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1984.

Se Plekhanov serviu de paradigma em 1908, agora, em 1914, é o primeiro alvo:

Plekhanov escreveu sobre filosofia (dialética), provavelmente, umas mil páginas [...] Entre elas, *sobre* a grande Lógica, a **propósito** dela, de *sua* ideia (ou seja, da dialética como ciência filosófica **propriamente dita**) nil!! [nada] (grifos no original).²⁵⁹

Lênin diz que seu “mestre” Plekhanov tratou Hegel e a dialética na forma de um artigo de enciclopédia em menos de uma página, com duas ou três citações de Marx, ao contrário do “discípulo” que considera

A dialética é ainda a teoria do conhecimento (de Hegel) e do marxismo; foi a esse “aspecto” da coisa (isso não é um “aspecto” da coisa, mas a *essência* da coisa) que não deu atenção Plekhanov, sem falar de outros marxistas.²⁶⁰

A segunda luta de Lênin nessa nova leitura de Hegel é a de uma intervenção filosófica. Se em 1908 o combate foi público e aberto, agora, 1914 é o início de uma luta filosófica mais interior, mais pessoal. Para os combates públicos Lênin reservou seus artigos mais políticos, com temas mais imediatos contra a guerra e de crítica à capitulação da Segunda Internacional, como o manifesto *A Guerra e a Social-Democracia Russa*²⁶¹, de setembro de 1914, ou *Sobre o Derrotismo Durante a Guerra Imperialista*²⁶², de julho de 1915, ou ainda *Sobre as duas linhas da revolução*, de novembro de 1915²⁶³.

O centro da crise teórica e filosófica estava no projeto de sujeito revolucionário, assim a luta de classes na filosofia (em termos althusserianos) assumia o centro da atenção de Lênin, pois estava em xeque a relação entre teoria e prática política, prática esta realizada pelos sujeitos de acordo com a teoria que os orienta na forma de um programa. A prática política da social-democracia afetou toda a ortodoxia teórica de até então.

Esta ortodoxia da Segunda Internacional, que era encarnada principalmente por Kautsky e Plekhanov, de tão “reta” quebrou na votação favorável aos créditos de guerra. Para superar a

²⁵⁹ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 283.

²⁶⁰ Idem. Pág. 335.

²⁶¹ LÊNIN, Vladimir, I. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa. Edições Avante!. 1977.

²⁶² LÊNIN, Vladimir, I. *In*: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/trotsky/04.htm#i2>, acessado em 21 jun. 2023.

²⁶³ LÊNIN, Vladimir, I. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro. Editorial Vitória. 1966.

crise teórico-filosófica aberta era necessário, então, atacar de frente a raiz lógica, evolucionista e determinista, neokantiana e semipositivistas, da Segunda Internacional²⁶⁴.

A escolha de Lênin pelo reestudo de Hegel se deveu ao seu entendimento de que o centro do problema não estava nas questões políticas ou históricas. Estas eram sintomas do problema. A raiz podia ser encontrada na lógica, no método dialético, no sistema de Hegel, contra o método, a sua falta, do evolucionismo determinista que levou a Segunda Internacional ao abismo da guerra.

A primeira superação que Lênin teve que enfrentar foi contra a falsa dicotomia entre idealismo e materialismo, como se fossem dois campos opostos do pensamento, cada um representando as posições das classes em luta. Essa falsa dicotomia foi deixada por Engels e cristalizada na Internacional Socialista. Lênin teve que recolocar materialismo e idealismo, ambos dentro dos ciclos dinâmicos da dialética, reformulando a questão e abrindo espaço para a construção de um novo materialismo, mais amplo, mais profundo e mais capaz de responder às novas realidades. Construção essa ainda inacabada.

Lênin rompeu, assim, com a velha ortodoxia filosófica da Segunda Internacional, mas não caiu num idealismo revisionista. Ele continuou materialista, mas agora com uma visão muito mais ampla, mais dialética. Ele também não se deixa seduzir por uma suposta “terceira via” filosófica como defende Kevin Anderson²⁶⁵ e Raya Dunayevskaya²⁶⁶, permanece materialista, mais dialético, isto é, é obrigado a começar a desenvolver uma nova dialética-materialista.

Aquelas dez páginas que Marx ia escrever sobre o método dialético um dia

Se alguma vez voltar a ter tempo para esse tipo de trabalho, me proporcionarei o grande prazer de fazer acessível, em dois ou três textos impressos, aos homens que têm um sentido comum, o fundo racional do método que Hegel descobriu e ao mesmo tempo mistificou.²⁶⁷

²⁶⁴ PREVE, Costanzo. *Il convitato di pietra: saggio su marxismo e nihilismo*. Milão. Vangelista. 1991. (Costanzo Preve foi um filósofo, ensaísta, professor e cientista político italiano. De inspiração marxista e neo-hegeliana, escreveu numerosos livros e ensaios sobre temas filosóficos.)

²⁶⁵ ANDERSON, Kevin B. *Lenin, Hegel and Western Marxism a Critical Study*. Chicago. University of Illinois Press. 1995.

²⁶⁶ Raya Dunayevskaya, posteriormente Rae Spiegel, também conhecida pelo pseudônimo de Freddie Forest, foi a fundadora da filosofia do humanismo marxista nos Estados Unidos. De ascendência judaica, Dunayevskaya nasceu Raya Shpigel no Império Russo, atual Ucrânia e emigrou para os Estados Unidos, em 1922 e juntou-se ao movimento revolucionário ainda na sua infância.

²⁶⁷ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Briefwechsel Januar 1858 bis August 1859*. Berlim. Akademie Verlag. 2003 (MEGA 2, 111/9).

Lênin começou em *Cadernos Filosóficos*, avançou muito, mas também não terminou. Mas, mesmo assim, foi o suficiente para iniciar uma reconstrução e uma refundação do marxismo-revolucionário. Uma superação do “materialismo vulgar” para uma dialética-materialista.

Lênin chamava o “materialismo vulgar” de “metafísica antidialética” em clara polêmica com Plekhanov²⁶⁸ que insistia na existência de “saltos” no curso da “evolução” que ele ilustrou com exemplos retirados indiferentemente da “natureza”, preferindo começar com o primeiro inscreve-se assim na “evolução”, que acelera, sendo a “revolução social” apenas uma variedade da categoria universal de “pular”.

Neste debate com as ideias de Plekhanov, Lênin dá particular atenção ao conceito de Marx de evolução “por saltos, catástrofes, revoluções”, com ênfase no conceito de “catástrofe”, e a relação “dialética” da “catástrofe”²⁶⁹ com as mudanças profundas e estruturais, destacando a dialética como o “aspecto revolucionário da filosofia de Hegel”, mas saindo do lugar comum da diferenciação do método dialético de Hegel e seu sistema lógico.

Tanto que Lenin finaliza a parte sobre “materialismo filosófico”²⁷⁰ com referência à noção de “atividade prática revolucionária”²⁷¹ negada pela da ortodoxia evolucionista e determinista de Plekhanov e da Segunda Internacional, por conseguinte.

²⁶⁸ PLEKHANOV, Gheorgi Valentinovitch. *Questões fundamentais do marxismo*. Tradução de João Batista de Lima e Silva. Rio de Janeiro. Editorial Vitória. 1956.

²⁶⁹ LÊNIN, Vladimir. I. *A Catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*. (brochura no fim de outubro de 1917 pela Editora Pribói). In *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa. Edições "Avante!". 1978.

²⁷⁰ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 232 a 234.

²⁷¹ Idem. Pág. 222.

3.8 – Os Cadernos, Lênin, Herzen, Lefebvre, Žižek e as reversões.

Lênin retornou à relação de Feuerbach com Hegel, através de Marx e assim como Marx, para superar “o ponto de vista do velho materialismo”:

[Tese] 10 - O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade “*burguesa*”; o ponto de vista do novo é a sociedade *humana*, ou a humanidade socializada.²⁷²

Num movimento semelhante para superar a “velha ortodoxia” antidialética da Segunda Internacional, fosse a Plekhanov ou a de Kautsky, ou ainda a de Bernstein, que levaram à sua capitulação, direta ou indireta, pela adaptação aos regimes burgueses ou pelo “centrismo”, como veremos um pouco mais à frente.

Nessa luta por uma reconstrução e refundação do marxismo-revolucionário Lênin vai a um dos fundadores deste campo na Rússia²⁷³, Alexandr Ivanovitch Herzen²⁷⁴, cruzado com as revoluções europeias de 1848. Herzen teve formação hegeliana, foi um “jovem hegeliano, meio extemporâneo, pois Hegel desembarcou na Rússia um pouco tarde, mas os “Jovens Hegelianos, um pouco cedo. Herzen foi o primeiro a levantar a questão da “não-contemporaneidade russa”²⁷⁵; desde a derrota da “Revolução Francesa” na Rússia em 1793, 1794 ao esmagamento do levante de 1848²⁷⁶. Assim como Herzen, Lênin, do balanço profundo das derrotas teve que elaborar novos conceitos, mas as novas descobertas, inéditas, tinham seu preço e ambos a sentiram “minhas descobertas me causam vertigem, um abismo se abriu diante dos meus olhos, e senti o chão ceder sob meus pés.”²⁷⁷

Da derrota de 1848, Herzen elaborou a “via russa” de acesso ao “universal” hegeliano. Das derrotas de 1914, Lênin precisava recriar a via russa e a europeia marxista.

²⁷² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. *Teses sobre Feuerbach*. Pág. 539.

²⁷³ VENTURI, Franco. *Roots of Revolution*. Nova Iorque. Frances Haskel. 1961. VENTURI, Franco. *Il populismo russo. Dall'andata nel popolo al terrorismo*. 3 volumes. Turim. Mimesis. 2021. VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Trad. de Modesto Florenzano. Bauru. EDUSC. 2003.

²⁷⁴ Alexandr Ivanovitch Herzen, em (Moscou, 1812 — Paris, 1870), foi um filósofo, escritor, jornalista e político russo. Conhecido como o pai do socialismo russo, é considerado como um inspirador do clima político que conduziu à emancipação dos servos, em 1861. Foi também um dos mais importantes escritores do país no século XIX, por sua prosa original.

²⁷⁵ BLOCH, Ernst. *Heritage of Our Times*. Tradução de Neville e Stephen Plaice. Berkeley e Los Angeles. University of California Press. 1990.

²⁷⁶ HERZEN, Alexander. *My Past and Thoughts: The Memoirs of Alexander Herzen*. 4 Vols. Trad. Constance Garnett, revisão Humphrey Higgens. London. Chatto and Windus. 1968.

²⁷⁷ HERZEN, Alexander. *My Past and Thoughts*. Berkeley e Los Angeles. University of California Press. 1991.

Herzen defendia a Lógica de Hegel contra a elite intelectual russa influenciada majoritariamente pelo pensamento de Schelling²⁷⁸, à época. A busca por uma “filosofia da ação” motivou Herzen antes mesmo de ler Hegel. Desde 1842 Herzen, confiando na capacidade da filosofia interferir na realidade política, defendia a centralidade do proletariado como ator social central. Por fim, foi Herzen quem criou a fórmula “álgebra da revolução”, repetida por Plekhanov²⁷⁹ e defendida por Lênin até abril de 1917, corroborando sua influência no seu pensamento.

Em “*À memória de Herzen*” de 1912, Lênin afirma

Na Rússia da servidão dos anos 40 do século XIX, [Herzen] soube elevar-se a tal altura que se colocou ao nível dos maiores pensadores do seu tempo. Assimilou a dialética de Hegel. Compreendeu que ela é a “álgebra da revolução”. Foi mais longe que Hegel, até ao materialismo, seguindo Feuerbach. A primeira das *Cartas sobre o Estudo da Natureza — O Empirismo e o Idealismo* — escrita em 1844, mostra-nos um pensador que mesmo agora está muito acima de um sem-número de naturalistas-empíricos contemporâneos e de uma infinidade de filósofos atuais, idealistas e semi-idealistas. Herzen chegou muito perto do materialismo dialético e parou diante do — materialismo histórico.²⁸⁰

Nestas *Cartas sobre Estudo da Natureza*²⁸¹ após as derrotas, massacres e perseguições de 1848, Herzen busca num finalismo naturalista, numa filosofia da natureza hegeliana embebida num materialismo feuerbachiano, as respostas para manter acesas as chamas da esperança revolucionária através da ação transformadora por suas finalidades internas e mediações reflexivas, evidenciando a importância de Hegel e Feuerbach na Rússia.

Ainda que aquele materialismo tivesse um caráter contemplativo, isto é, sem sujeitos ativos, na esperança de uma “evolução natural”, sua importância repousa por estarem nas raízes do pensamento crítico russo. O caminho “de volta” de Lênin a Hegel nos leva a três problemas: o da não-contemporaneidade das formações sociais; da reversão do atraso e do desenvolvimento acelerado; e a imprevisibilidade de um processo revolucionário num cenário particular.

²⁷⁸ Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (Alemanha, 1775; Suíça, 1854) foi um filósofo alemão e um dos principais representantes do idealismo alemão. A carreira de Schelling foi marcada pela constante busca de um sistema que permitiria conciliar a natureza e o espírito humano com o Absoluto, explorando as fronteiras entre arte, filosofia e ciência.

²⁷⁹ PLEKHANOV, Gheorgi Valentinovitch. *Questões fundamentais do marxismo*. Tradução de João Batista de Lima e Silva. Rio de Janeiro. Editorial Vitória. 1956. Páginas 141 e 153.

²⁸⁰ LÊNIN, Vladimir, I. *À Memória de Herzen*. Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa. Ed. Avante. 1977. Pág. 255. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1912/05/08.htm>, acessado em 27 jun. 2023.

²⁸¹ HERZEN, Alexander. *Letters on the Study of Nature*. Forest Grove. University Press of the Pacific, 2004.

Ou seja, da aplicação da Lógica Dialética (materialista) ao entendimento e transformação da realidade. A leitura de Hegel por Lênin merece uma importância destacada, como deram Lefebvre e Guterman em *Lénine: Cahiers sur la dialectique de Hegel*²⁸², ainda que escrito na forma de anotações para consumo próprio, não editado para publicação pelo autor, numa colagem fragmentada, de diferentes temas e níveis, intercalados, de textos, subtítulos e intertextos, de autonomia relativas, que podem constituir diferentes mosaicos, a depender dos olhos de quem os lê. Sem falar nas confusões de idiomas entre alemão, russo, francês e inglês no original.

Lênin fez uma tentativa leitura materialista de um cânone do idealismo, assim como nós tentamos fazer uma leitura pachukaniana de Lênin. Ele estudou a Ciência da Lógica sob o prisma da dialética como a lógica da contradição, em ruptura com a ortodoxia da Segunda Internacional e em avanços e novas descobertas com relação à suas próprias posições filosóficas precedentes. Desde os seus primeiros estudos e textos sempre teve a dialética como um método inseparável do conjunto do sistema filosófico de Hegel, da mesma forma que Engels em *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*²⁸³,

O que, na verdade, os impeliu para diante foi, nomeadamente, o progresso poderoso e sempre mais rapidamente impetuoso da ciência da Natureza e da indústria. Nos materialistas, isto mostrava-se logo à superfície, mas também os sistemas idealistas se encheram cada vez mais com um conteúdo materialista e procuraram conciliar a oposição de espírito e matéria panteisticamente; de tal modo que, finalmente, o sistema de Hegel representou apenas um materialismo, segundo método e conteúdo idealistamente posto de cabeça para baixo [*auf den Kopf*²⁸⁴].²⁸⁵

Ou seja, a imanência e auto-movimento das coisas assimilados pelo pensamento, voltando sobre si mesmo, sendo que as coisas são simultaneamente elas e sua contraparte, uma unidade que se rompe, se separa e se reflete em si e se transforma no outro, mudando e anulando a identidade “absoluta” no movimento de sua automeadiação.

²⁸² LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. *Lénine: Cahiers sur la dialectique de Hegel*. Paris. Gallimard. 1967.

²⁸³ ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Tradução Vinicius Matteucci de Andrade Lopes. Edição bilíngue. São Paulo. Hedra. 2020.

²⁸⁴ Em tradução livre de alemão podemos ter “*auf den Kopf*” por “na cabeça”, em português, o que, por sua vez implica que Engels estaria dizendo que segundo método e conteúdo idealistamente posto de cabeça para baixo na cabeça, isto é, nas ideias, no pensamento.

²⁸⁵ ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Tradução José Barata-Moura. Obras Escolhidas em três tomos. Ed. Avante! Lisboa. 1982. In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1886/mes/fim.htm>, acessado em 28 de junho de 2023.

O “auto-movimento” não é um simples “fluxo”, como o curso de um rio à moda da velha ortodoxia da Segunda Internacional.

Está mais para o encontro do mar com o rio como a unidade de opostos, uma contradição interna no processo, imanente ao processo objetivo, a ser apreendida pelo processo subjetivo.

A passagem de um extremo ao outro está no próprio movimento das forças contrárias, que implica a rápida de situações.

Essa compreensão da lógica dialética foi fundamental para Lênin poder ver a possibilidade de a barbárie da guerra, com todas as contradições, com o apoio das massas aos seus governos no início do conflito bélico, a capitulação da ortodoxa Segunda Internacional, a destruição de uma alternativa socialista, poderia se transformar rapidamente no seu contrário, isto é, em processo revolucionário.

A capacidade criadora de algo novo a partir da divisão “do ser”, a relação negativa interna, se contrapõe às visões idealistas e evolucionistas de “transição” como o subir de uma escada, ainda que se pudesse “saltar alguns degraus”, mesmo que fosse uma “escada rolante” em velocidade acelerada.

Os elementos opostos não são extremidades de dois imãs diferentes sobre uma grande mesa representado o todo. Os elementos opostos são pólos de um imã dentro do próprio imã que o faz se dividir e se transforma em algo novo.

E este “imã” é o todo e cada uma de suas partes. O novo que pode vir-a-ser é a singularidade que se procura, da barbárie capitalista ou da revolução socialista, em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Exatamente essa compreensão e capacidade de transformação que Lênin buscou ao voltar a Hegel.

A busca de Lênin pela compreensão deste “auto-movimento” com uma atividade transformadora e seu processo como prática revolucionária é o cerne da sua leitura materialista destes escritos de Hegel, pois Lênin busca descobrir o pólo ativo do sujeito, dentro deste conceito de Hegel, em comparação com o conceito de “lado ativo” da primeira das “Teses sobre Feuerbach”

1 - O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, **o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente.** Daí o **lado ativo**, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente

diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele **não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva** [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n' *A essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”²⁸⁶. (grifos nossos).

Lênin busca o pólo da ação do sujeito, mas não renega a objetividade do auto-movimento das categorias de pensamento e da realidade, para chegar a um pensamento que consiga compreender os desdobramentos internos e externos, forte o bastante para interferir positivamente sobre a realidade objetiva. Para tanto, Lênin volta à teoria do conhecimento do reflexo de *Materialismo e Empiriocriticismo*, como já vimos, sem escorregar em

Armadilhas “ontológicas” que seriam “idealistas”, ou neokantianas, como um “imperativo categórico” ou ainda uma “categoria imperativa” antimaterialista artificialmente introduzidas no “marxismo”.

Essa busca por um pólo da ação subjetiva dentro do conceito de auto-movimento levou a muitas leituras parciais das suas “notas” de leitura, umas as rejeitando de forma simplista como hegelianas, portanto idealistas e outras como mera continuidade de *Materialismo e Empiriocriticismo*.

Lênin, ao voltar à teoria do conhecimento do reflexo, o faz como ponto de partida para uma leitura materialista de um “idealista”, mas de forma alguma um ponto de chegada. Mas este é um limite dele, uma barreira que ele precisa transpor.

Como postula Žižek:

“[...] a própria consciência está implicitamente postulada como externa à realidade que ela “reflete”. A própria metáfora do reflexo infinitamente se aproximando de como as coisas realmente são – a verdade objetiva –, trai este idealismo: o que esta metáfora deixa fora de consideração é o fato de que a parcialidade (distorção) do “reflexo subjetivo” ocorre precisamente porque o sujeito é incluído no processo que ele reflete – apenas uma consciência observando o universo de fora veria a totalidade da realidade “da forma como realmente é”, ou seja, um conhecimento total e adequadamente “neuro” da realidade implicaria nossa existência, nosso status externo em relação a ela, assim

²⁸⁶ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. *Teses sobre Feuerbach*. Pág. 533.

como um espelho pode refletir perfeitamente um objeto apenas se for externo a ele (tanto mais para a teoria da cognição de Lenin “espelhando” a realidade objetiva). A questão não é que haja uma realidade independente lá fora, fora de mim; a questão é que eu próprio estou “lá fora”, sou parte daquela realidade.”²⁸⁷

Mas não concordamos com Zizek quando diz à nota 100²⁸⁸ “é óbvio que “Lenin realmente não entendeu Marx””. Muito pelo contrário, em nossa opinião Lênin não só entendeu Marx, no que teve acesso a seu tempo, como buscou preencher as lacunas por ele deixadas e construir novas elaborações necessárias diante das novas realidades.

Lênin foi buscar em Hegel as repostas às questões não respondidas por Marx, sobretudo quanto à relação entre sujeitos e objetividade na prática revolucionária.

Em respeito à coragem do filósofo esloveno contemporâneo e com a mesma audácia, ousamos dizer que foi Zizek que não entendeu Lênin, porque assim como os materialistas vulgares de outrora, simplesmente não está preocupado com a forma nem com o conteúdo do pensamento de Lênin (e de Marx), seu “objeto”; ou ainda, porque é apenas contemplativo com relação a esse pensamento; e não como base para atividade humana sensível, como guia para a ação do sujeito; isto é, não se ocupa da subjetividade, que é o centro da questão de Lênin em seu retorno a Hegel.

Daí a oposição de Zizek a Lênin, seu objetivismo sem sujeito, portanto antidialético. Para o filósofo esloveno atual a tarefa é “do materialismo”, apenas enquanto corrente da filosofia e não de sujeitos, sejam sociais ou políticos.

Enquanto a “lógica” que Lênin está descobrindo/construindo não é apenas para a filosofia materialista “vencer o idealismo”, nem tampouco para “*dar uma melhor explicação da experiência do Significado em si, em sua singularidade*”²⁸⁹.

Em nossa visão, a “lógica” que Lênin está descobrindo/construindo é justamente para que os sujeitos sociais e políticos possam apreender o *Significado* e ser a “singularidade” em si, que por sua vez mude o próprio *Significado* e a si mesmos, enquanto parte da realidade, para si. É o que Marx depois já havia chamado de “classe em si” e “classe para si” em *A miséria da filosofia*²⁹⁰.

²⁸⁷ ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução*. Posfácio: *A escolha de Lenin*. Org. Slavoj Zizek. Trad. Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2005. Pág. 445 e 446.

²⁸⁸ Idem, página 861.

²⁸⁹ ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução*. Posfácio: *A escolha de Lenin*. Org. Slavoj Zizek. Trad. Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2005. página 861.

²⁹⁰ MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo. Global. 1985.

Zizek faz uma oposição mecânica e reducionista, entre materialismo vulgar e dialético, ao ver apenas o texto sem o contexto e, sobretudo, sem os objetivos, rejeita-os como se fosse meros fetiches de uma “entidade autogeradora”²⁹¹. O preço que Zizek paga por esta não compreensão do todo do pensamento e do todo das circunstâncias que cercam Lênin, incluídos aí seus objetivos, é a perda do *Sentido* e do *efeito* de sua crítica, que se esgota em si mesma, em sua autonomia específica, que não pode, por isso, levar a nenhum evento, nem concreto, nem abstrato; e sua redução a uma versão de um *ser* sem substância, mais uma vez “contemplativo”.

Lênin só é apreendido por Zizek sob a forma do *objeto* da sua própria *contemplação* (por mais crítica que possa parecer e por vezes realmente seja), mas não como um intelectual em *atividade sensível*, não como *prática* (teórica e política), não como um sujeito ativo, intelectual e político. Zizek aparece assim como um sujeito passivo, intelectual, não-político, não-ativo. Por isso ele, não entendeu Lênin.

Lênin, quando volta a Hegel, não busca apenas ler, fichar, anotar ou mesmo criticar a *Lógica*, mas apreender a lógica da dinâmica da realidade complexa. Lênin já sabia o que procurava, não apenas o entendimento, mas, sobretudo, a transformação da realidade. Não apenas a sua “crítica”, por mais importante que seja, e é. Apenas não era “só” isto que ele procurou na *Ciência da Lógica*. E “isto” é o máximo que Zizek consegue ver, mas está longe de ser o *todo* da leitura, anotações e preocupações de Lênin.

Para dizer nos termos da *Lógica* de Hegel, o que Zizek não viu foi a externalidade e internalidade simultâneas do *ser* e do pensamento serem transcendidos pela atividade do sujeito, tanto no conceito quanto na sua aplicação crítica e prática.

Como já vimos antes, a teoria do conhecimento do reflexo, ou da reflexão, não pode então ser entendida não como uma cópia da realidade externa, mas como o momento de mediação, do negativo, isto é, o movimento que, na multiplicidade seus momentos, exibe o pressuposto recíproco de externalidade e interioridade, e a imanência da primeira na segunda, agora genuinamente posto como interior, uma mediação interna essencial, não outra coisa senão o *ser*, mas o próprio *ser* revelado, no fundo do poço, refletindo o movimento de sua própria profundidade. Seja este *ser* a realidade econômica, social, política ou militar, ou o sujeito político, no caso a Segunda Internacional, que na multiplicidade dos momentos se transformou no seu contrário.

O que interessava a Lênin em *A Ciência da Lógica* era a economia da lógica do sujeito, a “doutrina da noção”, como intitulou Hegel, como forma de apreender a racionalidade da prática,

²⁹¹ MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo. Global. 1985.

do trabalho, da atividade de conhecimento como modalidades de transformação do real. Assim, Lênin mudou as categorias filosóficas com as quais trabalhava até então e avançou qualitativamente sobre suas elaborações anteriores, ainda que tenha rompido totalmente.

Os Cadernos Filosóficos de Lênin precisam ser lidos como um “experimento mental”, que culmina na ruptura com o “materialismo vulgar”, como uma sequência de frases justapostas, sem conjunção coordenativa, que chegam a ser primárias, cuja totalidade, sem mediações e contradições se transformaria num argumento de um totalitarismo também vulgar. Ainda que, para sermos justos, Lênin nunca foi partidário do “materialismo vulgar”, essa “ruptura” se dá em um nível de estudo profundo da lógica dialética por um lado, e contra as consequências nefastas da “vulgaridade” na prática política por outro, nos marcos da tragédia da guerra imperialista e suas consequências concretas e abstratas.

A teoria do conhecimento do “reflexo” de Lênin foi “dialetizada” em dois movimentos; fazer o conteúdo da lógica de Hegel emergir para poder reconstruir a relação Hegel-Marx e Marx-Hegel, desprezada e descaracterizada pela ortodoxia da Segunda Internacional; e restaurar a centralidade da lógica-dialética como o impulso revolucionário teórico do marxismo, sem a qual não é possível entender, apreender, muito menos interferir sobre a realidade profundamente contraditória e dinâmica.

Lênin chegou à conclusão original de que “reversão materialista” de Hegel não era falsa, como defendiam erroneamente Engels, Kautsky, Plekhanov e, por consequência, a “ortodoxia” materialista vulgar da Segunda Internacional, que afirmavam uma preponderância do *ser* sobre o *pensamento*; mas que a economia da lógica do sujeito em a “lógica da noção”, como o “reflexo”, ainda que em Hegel de forma idealista, invertida, revela a lógica da intervenção do sujeito como prática revolucionária.

Acerca da “reversão materialista” Žižek afirma que

A chave está no conceito de retroatividade que concerne ao próprio núcleo da relação entre Hegel e Marx: esta é a principal razão por que devemos retornar de Marx a Hegel e decretar uma “reversão materialista” do próprio Marx.²⁹²

Todavia, a “reversão do idealismo” de Hegel feita por Marx tem simetria com a sua propositura de “reversão materialista” do capitalismo, isto porque o auto-movimento do capital em Marx, assim como o auto-movimento do conceito em Hegel, são abstrações objetivas, isto

²⁹² ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo. Boitempo. 2013. Página 49.

é, trata-se da primeira camada da estrutura da sociedade, mas não o seu processo produtivo real mais profundo e abstrato; isto porque a classe social que produz toda riqueza é despossuída dessa riqueza concreta, objetiva. Essa “abstração material” de o sujeito produtor da riqueza e despossuído dela é o que o sistema lógico de Hegel não viu, ou não conseguiu ver, ou ainda, não quis ver.

No entanto, Hegel estava mais perto do materialismo moderno do que o “materialistas vulgares” e ortodoxos; Hegel estava mais próximo de Marx, que, por sua vez não defendeu a primazia da “matéria” *em si*, mas sim da **atividade material do sujeito para a transformação revolucionária da realidade objetiva**. Repetimos

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, **o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente.**²⁹³ (grifos nossos).

Assim, mais uma vez, ao contrário de Žižek, não precisamos “decretar uma “reversão materialista” do próprio Marx”, justamente porque a proposta de uma leitura materialista de Hegel feita por Lênin, encontra na *Lógica* elementos materialistas da relação entre sujeito e objeto tanto no auto-movimento do conceito quanto do capital; o que Žižek não viu, ou não conseguiu ver, ou ainda, não quis ver. A esse respeito Lênin anotou em seus *Cadernos Filosóficos*

É digno de nota que todo o capítulo sobre a “idéia absoluta” quase não diz uma palavrinha sobre deus (eventualmente escapou por causalidade um “conceito” “divino”) e, além disso - isto **NB** - quase não contém especificamente **idealismo**, mas tem como principal objeto o **método dialético**. Balanço e resumo, a última palavra e a essência da lógica de Hegel é o *método dialético* - isso é extremamente digno de nota. E mais uma coisa: é nessa obra **mais idealista** de Hegel que há o **menos idealismo, mais materialismo**. “Contraditório”, mas um fato! [grifos, negritos e itálicos no original].²⁹⁴

²⁹³ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. *Teses sobre Feuerbach*. Pág. 533.

²⁹⁴ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 147.

Lênin encontrou mais do que estava procurando no início de sua releitura da *Lógica*, a dialetização da categoria filosófica de reflexão foi apenas o primeiro passo. Lênin foi muito além de *Materialismo e Empiriocriticismo*.

Cadernos Filosóficos relê, reconstrói, reformula e constrói novos conceitos muito além de apenas utilizar o conceito de “absoluto” contra Kant; muito menos desconsidera o conteúdo de “noção” de Hegel²⁹⁵, que como já vimos, Lênin traduz para o conceito de “sujeito”. Ainda que para Lênin o “sujeito” não seja absoluto, nem o “absoluto” um sujeito, de forma alguma há no *Cadernos*, em nenhum momento, a categoria, quanto mais o conceito de “processo sem sujeito”, muito pelo contrário.

É justamente o papel determinante do sujeito, em determinadas circunstâncias, o que Lênin está buscando, na *Lógica* sobretudo, tanto para superar a crise aberta com a “falência da Segunda Internacional” enquanto sujeito político morto, negativo, nulo e anulado, como para interferir ativamente na crise objetiva do capitalismo.

Para tanto, em nível de teoria, é preciso superar a forma de um “ser-em-si” (*sein-an-sich*) que estava presa na forma do “ser-para-outro” (*sein-für-anderes*) da reflexão externa e formal.

Lênin, ao reler Hegel, naquela situação, se vê de frente com o desafio de combinar a ideia do movimento de *negação da negação* não apenas como recuperação da síntese “perdida”, mas como possibilidade de pensar e interferir sobre aquilo que o capitalismo em crise não pode nem interiorizar, nem tampouco mediar, que é uma negatividade absoluta, sem síntese positiva possível para o capital, apenas a sua própria destruição e tudo à sua volta, a barbárie. Apenas a superação positiva das contradições, com novas determinações pode, através da ação dos sujeitos, construir uma síntese positiva, o socialismo; transformando a contingência em necessidade, o negativo em positivo, em movimento inverso ao que a eclosão da guerra levou a Segunda Internacional.

É esse extremo negativo do sujeito que Lênin começa a completar, a negação do todo do capital, indo às últimas consequências dessas conclusões, nas elaborações futuras quanto à superação da impotência da subjetividade ante a objetividade impessoal do auto-movimento do capital capaz de mediar qualquer alteridade.

Lênin escava assim em Hegel a contradição capaz de fazer sujeito quebrar a ideologia sobre a qual se assenta o funcionamento do capitalismo, a “legitimidade” do sofrimento.

²⁹⁵ LECOURT, Dominique. *Une Crise et son enjeu: Essai sur la position de Lénine en philosophie*. Paris. Maspero. 1973. Pág. 66. (*Uma crise e seu desafio: ensaio sobre a posição de Lênin na filosofia*, em tradução livre).

Se para Hegel, é através da reafirmação do negativo que o sujeito pode sacrificar o sacrifício, isto é, a negação da negação aplicada, o sujeito entender que seu sacrifício não lhe serve, que não é possível conciliação, nem de classes, nem de ideologias; e que não é esse “dilaceramento” da “alma” o “motor” dos movimentos dos sujeitos, mas sim o reconhecimento de uma contingência extrema, da qual não tem outra saída senão se mover; ou seja, o sujeito é empurrado para a ação pela força das circunstâncias; para Lênin será seu positivo.

Aqui está a rosa, aqui vamos dançar. O que há entre a razão como espírito consciente de si e a razão como realidade dada, o **que separa a primeira da segunda e a impede de se realizar é o estar ela enleada na abstração sem que se liberte para atingir o conceito.** Reconhecer **a razão como rosa na cruz do sofrimento presente e contemplá-la com regozijo, eis a visão racional, medianeira e conciliadora com a realidade,** o que procura a filosofia daqueles que sentiram alguma vez a necessidade interior de conceber e de conservar a liberdade subjetiva no que é substancial, de não a abandonar ao contingente e particular, de a situar no que é em si e para si.²⁹⁶ (itálico no original, negrito nosso).

O entendimento da negação que não pode ser absorvida nem mediada pelo capital não elimina o sofrimento, a “rosa na cruz” da razão não pinta o mundo de rosa, não é uma ideologia para o sujeito poder suportar o sofrimento, é a chave para entender o porquê do sofrer, a compreensão da ausência de justificativa para a dor, a abertura de possibilidade para o sujeito se transformar e transformar o mundo.

Tão grande loucura é imaginar que uma filosofia ultrapassará o mundo contemporâneo como acreditar que um indivíduo saltará para fora do seu tempo, transporá Rhodus²⁹⁷. [...] Quando as sombras da noite começaram a cair é que levanta voo o pássaro de Minerva.²⁹⁸

Para Hegel, para Marx e para Lênin, pela negação complexa e derivada, uma filosofia pode ultrapassar estes limites construir um mundo tal como deveria ser. O levantar do vôo de minerva, a coruja, a homérica e ovidiana está em Hegel, em Marx e em Lênin. Mas ao contrário, Žizek defende, em a “suspensão política do ético”²⁹⁹, o privilégio do negativo-subjetivo do sujeito como “solução” para as contradições contemporâneas:

²⁹⁶ HEGEL, G. W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo. Martins Fontes. 1997. Pág. 38.

²⁹⁷ SMOLKA, Neide. *Esopo. Fábulas completas. O Fanfarrão*. Trad. direta do grego Neide Smolka. São Paulo. Moderna. 1995. Página 130.

²⁹⁸ HEGEL, G. W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo. Martins Fontes. 1997. Pág. 38.

²⁹⁹ ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo. Boitempo. 2013. Página 736.

Consequentemente, podemos dizer que, com respeito à lacuna ou antagonismo que define a condição humana, a relação entre psicanálise e política é a de uma cisão paraláctica, de um encontro perdido entre um “ainda não” e um “tarde demais”: a psicanálise abre a lacuna antes do ato, enquanto a política já sutura a lacuna, introduzindo uma nova consistência, impondo um novo Significante-Mestre. Mas será que cada política, cada ato político envolve necessariamente um encobrimento auto-ofuscante dessa lacuna? [...] Cada uma dessas posições também pode ser formulada nos termos de sua própria e específica negação do antagonismo: a harmonia orgânica conservadora, o equilíbrio liberal dos conflitos pela tradução do antagonismo em competição antagônica, o paraíso-por-vir esquerdista pós-revolucionário.³⁰⁰

E, prossegue em sua negação simples o pensador esloveno contemporâneo:

Não há um Sujeito que saiba, nem os intelectuais nem o povo comum. Não seria este o impasse: um homem cego conduzindo um homem cego ou, mais precisamente, cada um pressupondo que o outro não é cego? Não, pois as respectivas ignorâncias não são simétricas: quem tem a resposta são as pessoas, elas só não sabem as perguntas para as quais têm (ou melhor, são) a resposta.³⁰¹

Ou será que é o Žižek que não formula bem as perguntas? As perguntas de Lênin, são mais claras. A “inversão materialista” de Hegel feita por Lênin não pergunta mais qual é a relação entre “natureza e espírito”, “pensamento e ser”, ou “matéria e a ideia”, mas sim qual a relação entre lógica e ação política prática do sujeito. A “reversão materialista” de Hegel por Lênin leva à afirmação que a prática do sujeito, a partir de uma teoria tal, produz novos axiomas para a própria lógica. O sujeito, ainda em um nível lógico, deixa de ser objeto da lógica “pura”, deixa de ser passivo, e passa a ser um elemento ativo da lógica, e agora, da realidade, passa a ser um sujeito pleno. Lênin formula suas perguntas, e suas respostas, de forma clara e objetiva:

“O silogismo do agir” ... Para Hegel, o *agir*, a prática, é um “***silogismo***” ***lógico***, uma figura da lógica. E isso é verdade! Naturalmente, não no sentido de que a figura da lógica tem seu ser outro na prática humana (= idealismo absoluto), mas no sentido inverso: a prática de alguém, repetindo-se milhares de milhões de vezes, fixa-se em sua consciência como figuras da lógica. Essas figuras têm a solidez de um preconceito, um caráter axiomático precisamente (e apenas) em razão dessa repetição de milhares de vezes.³⁰² (negritos e itálicos no original, sublinhado nosso).

³⁰⁰ ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo. Boitempo. 2013. Página 737.

³⁰¹ Idem. Página 790.

³⁰² LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. Coleção Arsenal Lênin. 2018. Pág. 228.

Ou ainda quando se aproxima da definição da relação entre sujeito e objetividade:

De fato, o subjetivo é apenas um grau do desenvolvimento a partir do ser e da essência - e depois, essa subjetividade “dialeticamente ‘rompe sua limitação’” e “abre-se à objetividade, por meio do silogismo”.³⁰³

Através da inversão lógica:

HÁ, AQUI, UM CONTEÚDO MUITO PROFUNDO E PURAMENTE MATERIALISTA. É PRECISO INVERTER: A ATIVIDADE PRÁTICA HUMANA TEVE DE CONDUZIR BILHARES DE VEZES A CONSCIÊNCIA HUMANA À REPETIÇÃO DA DIFERENTES DAS DIFERENTES FIGURAS LÓGICAS PARA QUE ESSAS FIGURAS PUDESSEM ADQUIRIR O SIGNIFICADO DE AXIOMA. NOTA BENE A ISTO.³⁰⁴ (maiúsculas, negrito, sublinhado e itálicos no original).

Lênin não aceita, portanto, uma função ontológica da lógica (como já vimos antes), no sentido “vulgar”, i.e., externo, mas afirma a sua função a partir da identidade lógica com a prática e a volta sobre si mesma, num movimento contínuo, apreendendo-a como um caráter processual da prática, da qual representa um momento de exteriorização da lógica, do pensamento. Assim se dá um retorno ao conceito de “reflexão”, como processo de conhecimento, como uma ação, do sujeito, de transformação material do mundo, nas categorias lógicas da “verdade objetiva da cognição” que apreende e domina a objetividade, ao o sujeito se tornar “ser-para-si” enquanto prática, como critério objetivo para o conhecimento anterior. Ele conclui:

O conhecimento é a eterna e infundável aproximação do pensamento [do sujeito] ao objeto. O *reflexo* da natureza no pensamento de alguém deve ser compreendido não “de modo morto”, não “abstratamente”, ***não sem movimento, não sem contradições***, mas no ***processo*** eterno do movimento, do surgimento das contradições e da solução delas.³⁰⁵ (grifos, negritos, itálicos e sublinhados no original; colchetes nossos).

³⁰³ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. Coleção Arsenal Lênin. 2018. Página 194.

³⁰⁴ Idem. Pág. 202.

³⁰⁵ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 206.

Estas elaborações, suas conclusões, seus avanços, suas novas descobertas, são o ponto máximo do pensamento filosófico e político, indissociável, de Lênin, e ao mesmo tempo onde mais ele se afasta da velha “ortodoxia” da Segunda Internacional.

A ideia, na medida em que conceito *para si* é agora determinado em si e para si, é a ideia *prática, o agir*. [...] na transição para a “ideia absoluta” (capítulo 3) -, ou seja, indubitavelmente, a prática em Hegel se apresenta como um elo na análise do processo de conhecimento e justamente como transição para a verdade objetiva (“absoluta”, segundo Hegel). Marx, portanto, liga-se imediatamente a Hegel ao introduzir o critério da prática na teoria do conhecimento: ver as teses sobre Feuerbach.³⁰⁶ (itálicos no original).

Lênin, dá, assim, um golpe final na concepção “vulgar” mecanicista da velha ortodoxia da Segunda Internacional que via a “reflexão” como uma adaptação lenta e gradual da consciência à imperturbável realidade objetiva, quase imodificável se não pela sua própria “evolução natural”, ao dizer: “*A consciência humana não apenas reflete o mundo objetivo, mas também o cria.*”³⁰⁷

Lênin relembra as *Teses sobre Feuerbach* em oposição ao “materialismo” contemplativo da velha “ortodoxia”, reafirmando a capacidade de transformação material pelos sujeitos, ainda que o lado ativo, da lógica, ter sido “*abstratamente desenvolvido pelo idealismo*” que “*não conhece a atividade real, sensível*”³⁰⁸. Sensibilidade, aqui que rompe com o caráter contemplativo que Feuerbach, e por conseguinte, a velha “ortodoxia”, lhe dava.

A atividade humana, que faz um quadro objetivo do mundo, ***modifica*** a efetividade exterior, elimina sua determinidade (=modifica esses ou aqueles de seus aspectos, suas qualidades) e, desse modo, retira-lhes os traços de aparência, da superficialidade e da nulidade, torna-a existente em si e para si (= objetivamente verdadeira).³⁰⁹

Já não há mais uma imagem ideal do mundo, em si, ela foi dissolvida na atividade material do sujeito no seu processo objetivo de transformação do mundo real, para si.

³⁰⁶ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 222.

³⁰⁷ Idem. Página, 223.

³⁰⁸ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Sup. Ed. Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. *Teses sobre Feuerbach. Tese 1*. Pág. 533.

³⁰⁹ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. Coleção Arsenal Lênin. 2018. Pág. 229.

E mais uma vez, no oposto a Žižek e sua “*suspensão política do ético*”, para Lênin, segundo Henri Lefebvre e Norbert Guterman, “*A ideia de superação é a única a oferecer um princípio ético aceitável para o indivíduo moderno*”³¹⁰, pois é a própria imagem, nem de rosa nem de cruz, mas “*um quadro objetivo do mundo*”, anteriormente construída pelo sujeito, através da reflexão materialista, que se transforma agora em meio de conhecimento e de intervenção, tanto sobre as aparências e símbolos do mundo real, e em processo de transformação do mundo real, em si, pela materialidade das técnicas específicas aplicadas pelo sujeito, de conhecimento e político, para si, ou, para seu projeto de mundo.

³¹⁰ LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. *Lénine: Cahiers sur la dialectique de Hegel*. Paris. Gallimard. 1967. Página 67.

3.9 – Os Cadernos Filosóficos e o método original de Lênin.

O processo de reversão materialista de Hegel feita nesta releitura Lênin de *A Ciência da Lógica* o leva a elaborar um método dialético materialista próprio ao perceber que

A unidade da ideia teórica (do conhecimento) *e da prática* – isto NB – e essa unidade *justamente na teoria do conhecimento*, pois como resultado obtém-se a “ideia absoluta” (mas a ideia = das objektive Wahre).³¹¹ (itálicos e negritos no original).

Essa unidade da teoria e da prática, na própria teoria, é o “método absoluto” que Lênin e elabora a partir da *Grande Lógica*, “Restaria observar agora não pais o *Inhat* (conteúdo), mas “o universal em sua forma – ou seja, o método”³¹². (itálico no original). Ou seja, a universalidade, portanto, deve ser procurada na forma e não no conteúdo.

Aqui é o ponto onde o pensamento de Lênin mais se aproxima do de Pachukanis.

Esse método que Lênin está construindo e que será aplicado em outras obras que veremos mais à frente, parte da característica autorreferencial do “método absoluto”, não como um conteúdo dogmático e um fim em si mesmo, à moda da velha “ortodoxia” da Segunda Internacional, mas como o próprio processo de conhecimento/intervenção no seu ponto de autorreferência, no qual é, em si, um dos próprios momentos do processo.

Este é o grande momento de inversão de perspectiva lógica, de idealista para materialista, na qual de “dentro” da própria teoria já existe a unidade da teoria e da prática, que a questão da unidade da “forma” e do “conteúdo” é, em si, uma questão de forma, de forma “absoluta” fora da qual nenhum conteúdo subsiste.

Construir uma dialética-materialista como um “método absoluto” não é uma simples soma de categorias “flexíveis” para tentar abarcar um processo que os transborda, é, sobretudo “localizar as forças motrizes de suas movimento na imanência de sua própria contradição.”³¹³ Aqui, concordamos inteiramente com Zizek.

Lênin diz que ““O método absoluto” (ou seja, o método do conhecimento da verdade objetiva) [...] não se comporta como reflexão exterior, mas toma o determinado a partir de seu próprio objeto, o método é o princípio imanente e a alma do objeto.”³¹⁴

³¹¹ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. Coleção Arsenal Lênin. 2018. Pág. 231.

³¹² Idem.

³¹³ ŽIŽEK, Slavoj. *Le plus sublime des hysteriques (O mais sublime dos histéricos)*, em tradução livre). Paris. Point hors ligne. 1988. Página 17.

³¹⁴ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. Coleção Arsenal Lênin. 2018. Pág. 231.

Por isso não é necessária uma “verdade absoluta” além deste mundo, pois, assim como este mundo real já está em si mesmo, apreendido no movimento de sua automeadiação, a verdade que se busca também está neste mesmo mundo real e pode ser encontrada através do método dialético-materialista que Lênin descobre ao mesmo tempo que o constrói.

Balanço e resumo, a última palavra e a essência da lógica de Hegel é o *método dialético* – isso é extremamente digno de nota. E mais uma coisa: é nessa obra *mais idealista* de Hegel que há *menos* idealismo, *mais* materialismo. “contraditório”, mas um fato!³¹⁵ (negritos e itálicos no original).

Ou seja, a “contradição” da reversão materialista, ou da “transição do idealismo ao materialismo” não consiste em “afastar” o idealismo, mas, sim de “acrescentar mais”, isto é, de mais abstração, mais lógica “pura”, enfim, de mais método dialético e menos determinismo mecânico entre o objetivo e o subjetivo, de estabelecer uma nova relação entre o sujeito e o objeto, até então inexistente para a Filosofia e para a prática, coerente, deste pensamento original e inovador.

Assim como Marx concorda com Hegel, no método, agora, Lênin concorda com Marx. A reversão materialista de Hegel, operada por Lênin o leva a entender que o método dialético é o portador da verdade objetiva, que esta não está no objeto em si, mas sim, no sujeito, para si, que aplica esse método.

Essa “reversão” não foi um processo lento ou gradual, mas tampouco foi um “salto”, de um modo “não dialético”, ou “pré-dialético” para um “dialético”, como algo externo, mas sim o desfecho de uma batalha dentro e fora da filosofia, ao mesmo tempo, entre categorias e sujeitos opostos, produto das tragédias da Primeira Guerra Mundial e da capitulação da Segunda Internacional, como fatores externos, e a busca da verdade, teórica e prática, de uma superação positiva para as contradições objetivas e subjetivas, como fator interno para os seus *Cadernos Filosóficos*.

Por lado é uma pena que Lênin não tenha escrito e editado um livro mais acabado e ordenado como *Materialismo e Empiriocriticismo*, mas é uma contradição da realidade que se lhe apresentava, estava no meio de uma guerra mundial, e de lutas duríssimas no seio da social-democracia.

³¹⁵ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. Coleção Arsenal Lênin. 2018. Pág. 247.

Por isso, os resultados, teóricos e práticos, da releitura de Hegel feita por Lênin vão ficar mais claros em suas intervenções políticas e em outras obras justamente após os primeiros anos da guerra, em duas teses filosófico-políticas.

A tese da transformação da guerra imperialista em uma guerra civil, tanto no aspecto de luta pela libertação nacional nas colônias e pelos povos oprimidos, como no da revolução anticapitalista nas metrópoles. Esta tese filosófico-política entende a guerra como processo antagônico, com contradições internas, diferente das guerras anteriores entre Estados e nações simples, e, propõe uma “reversão” teórica e prática, de transformar a guerra uma insurreição armada do proletariado, que antes atirava uns contra os outros, agora apontar suas armas em mãos ou ao poder colonial ou à classe dominante de seu próprio país.

E, o seu ponto alto, a tese de transformação da revolução “democrática burguesa” em revolução proletária, tal como formulada em as “*Cartas de Longe*” e as “*Teses de Abril*”, como veremos a seguir, não respeitando as “etapas” deterministas da velha ortodoxia, nem tampouco “queimando etapas” ou dando “saltos” idealistas, mas partido das próprias contradições internas dos processos em si, e os ligando aos projetos dos sujeitos, para si.

Lênin postula, assim, a imanência das contradições dos processos em situações determinadas, contrariamente à visão das “etapas” da ortodoxia social-democrata, combinada com a caracterização da incapacidade objetiva e subjetiva da burguesia russa para realizar as tarefas da “etapa” da revolução democrática. Assim, a tese da “reversão” da revolução democrática em revolução proletária não foi uma “radicalização”, mas o entendimento do que era necessário e possível diante da realidade contraditória à sua frente, a partir do seu “novo” método de entendimento e transformação dessa mesma realidade.

E, mais uma vez, não sem mediações e contradições, da realidade, como as demandas imediatas do povo russo, de saída da guerra, de saciar a fome, de reforma agrária, sintetizadas em “paz, pão e terra”; e mediadas, como a existência de organismos de “duplo poder”, que levou à bandeira de “todo poder aos soviets; cuja síntese positiva é a tomada do poder político do Estado-burguês pelo proletariado organizado.

O que por sua vez leva a mais uma contradição, por que, em termos de Pachukanis e de Alysson Mascaro, o Estado, sob a lógica objetiva e subjetiva do capital, é a forma-política própria deste modo de produção, reprodução e acumulação. Mas, mais uma vez uma nova síntese positiva para a superação dessa “nova contradição” é a substituição do Estado-burguês anterior, por um Estado que traga em si sua nova contradição, qual seja, a tendência ao seu próprio desaparecimento, na medida que suas funções políticas sejam assumidas pela

“sociedade civil”, cada vez menos apartada da “sociedade política”, isto é, o Estado. A forma da síntese teoria e prática para a superação dessa contradição era justamente o “soviete”, enquanto organismo de poder das massas.

Os *Cadernos Filosóficos*, de manuscritos e notas particulares, de mediação e superação das contradições internas do pensamento de seu autor, foram publicados pela primeira vez em 1929, ano da crise da quebra bolsa de valores de Nova Iorque, seis anos após a derrota do processo da revolução europeia em geral e alemã em particular, dois anos após a derrota de revolução chinesa de 1927, e, portanto, num momento de isolamento da jovem União Soviética, com todas as suas contradições e determinações internas e externas, como todos os “atrasos” econômicos, sociais, políticos e culturais; talvez tenham sido levados ao conhecimento de possíveis leitores um pouco tarde demais; dos desastres de 1914, às reversões, filosófica e política, à mudança na teoria e no programa da revolução, à iniciativa de outubro de 1917, a primeira grande vitória proletária no início do século passado; de base teórica e metodológica para as reversões e revoluções, a mais um “volume” burocraticamente publicado e displicentemente colocado em mais uma prateleira empoeirada; num momento de volta da velha “ortodoxia” etapista, determinista, objetivista, mecânica, estática da Segunda Internacional, agora nas entranhas e nas mentes do partido na Terceira Internacional, antes fundados pelo autor; ainda que em oposição a um polo oposto subjetivista, voluntarista e, portanto, idealista.

Hegel, Marx e Lênin haviam conseguido, cada um à sua maneira, superar a falsa dicotomia entre objetivismo e subjetivismo. Depois deles, em particular depois de Lênin, os debates teóricos, filosóficos e políticos voltaram à esta falsa dicotomia, na qual estamos, mesmo nós partidários da crítica-marxista mais radical e profunda, presos nestes labirintos ideológicos e dogmáticos, ilógicos, pré-dialéticos ou semi-dialéticos, em todo caso, anti-dialéticos, até os dias atuais, quase cem anos depois.

Um dos objetivos mais audaciosos desta tese, sem nenhuma falsa modéstia, é tentar ajudar a superar novamente essa falsa dicotomia. Se Marx, em o *18 Brumário*, escreveu:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel³¹⁶ comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.³¹⁷

³¹⁶ HEGEL, G. W. F. *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie I* (Werke, Band 18). Frankfurt am Main. Suhrkamp Verlag. 1986. HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da filosofia*. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2012.

³¹⁷ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 1ª Edição. Tradução e Notas de Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2011. Página 25.

Desta vez precisamos superar a tragédia e a farsa. A tragédia do retorno da “ortodoxia” determinista e semipositivista ao pensamento marxista, e a “farsa” do voluntarismo subjetivista, espelho invertido do erro metodológico ao qual se opõe, logo, inversamente tão errado quanto.

Precisamos voltar a Hegel, à Marx e a Lênin para retomarmos o método dialético-materialista, para operarmos uma nova reversão materialista, desta vez não em Hegel, ou em Marx, mas no marxismo de nossos dias, para encontrarmos novamente a verdade objetiva, que está no objeto em si, e no sujeito para si, e aplicarmos esse método à realidade do nosso século.

Nessa “nova reversão” precisamos ser os novos “sujeitos de conhecimento” desse processo de luta filosófica; que, para sermos justos, se abriu desde a retomada da obra de Pachukanis, passando pelo novo marxismo derivacionista, e a renovação do marxismo com Althusser e seus continuadores, como veremos mais à frente.

CAPÍTULO 4 – POSIÇÕES

4.1 - Conceitos Preliminares

Se no capítulo anterior fizemos uma periodização da vida, dos acontecimentos e dos contextos em torno do nosso personagem central, neste antódio, a partir das periodizações construídas, pretendemos nos ater a uma análise mais pormenorizada de suas principais obras, as polêmicas envolvidas e, novamente, seus contextos mais políticos-filosóficos e menos históricos.

Como dissemos acima, para uma leitura dos textos recortados, por necessidade de circunscrição, e de uma leitura estrutural, ou imanente, não é nosso foco a biografia de Lênin, mas sim a história interna, a lógica interna de suas obras, textos, artigos, um encadeamento lógico interno dos conceitos; para tal abstrairemos momentaneamente o caráter fragmentado e inacabado do conjunto de sua obra na busca de um sistema de suas principais ideias.

Nesta toada, retiramos inicialmente o texto de seu contexto, isto é, elementos da vida do autor. Para através de uma leitura imanente, interna aos textos, reconstruímos uma arquitetura conceitual, um tempo lógico dos argumentos de Lênin, dentro de um encadeamento dos conceitos nos textos, em busca de uma verdade filosófica ou lógica em seu pensamento como um todo, desde suas diferentes fases e níveis, assim como fez György Lukács em *Lênin um estudo sobre a unidade de seu pensamento*³¹⁸, de forma mais geral.

Mas a obra de Lênin não foi feita de *idéias puras*, ou seja, de ideias abstratas; seu pensamento quase sempre se remeteu a situações objetivas e concretas. Assim, para essa determinação, como para outras contidas neste conceito preliminar, o mesmo que vale para outros conceitos apresentados sobre o pensamento de Lênin em geral: a saber, são determinações extraídas de visões mais gerais do todo de seu pensamento e de acordo com essas visões.

Pode-se dizer também que o pensamento de Lênin é uma ciência social-aplicada do marxismo, com suas determinações e leis enquanto tal. Mas o pensamento de Lênin, como tal, constitui uma obra particular, um pensamento no qual está embutido um método enquanto lógica-indutiva, dialética-materialista de a para a ação política. Sua obra e seu pensamento não são um método formal, mas sim parte de uma totalidade abstrata, o marxismo-revolucionário enquanto “campo” das teorias críticas, e em desenvolvimento permanente, com suas

³¹⁸ LUKÁCS, György. *Lênin um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012.

características próprias e particularidades locais e históricas; e, ao mesmo tempo, com possibilidades mais gerais de sua aplicação em tempos presentes e futuros e em outros continentes.

A atualidade do pensamento de Lênin é o objeto central desta Tese, não simplesmente sua meta. Mas há uma oposição em torno do tempo de cuja determinação e validade gira o interesse do ponto de vista filosófico atual e a questão sobre a atualidade ou não de seu pensamento.

Se as determinações do pensamento de Lênin estão afetadas por uma oposição fixa, isto é, se são apenas de natureza finita, então são inadequadas à atualidade, assim não pode prosperar essa Tese.

Ainda assim, se o pensamento de Lênin só tivesse produzido determinações finitas, circunscritas em seu tempo, e nelas se movesse ainda valeria como entendimento de seu tempo e espaço, final do século XIX e início do XX, na Europa, principalmente do Leste.

Se uma eventual finitude das determinações do pensamento de Lênin deve ser compreendida de modo subjetivo, em oposição ao objetivo, e em que seu conteúdo limitado em geral, ou se persistem em oposição às determinações atuais da realidade e dos pensamentos políticos e jurídicos deste início do século XXI.

Devemos, portanto, examinar, nos conceitos preliminares, as posições de Lênin a respeito da objetividade em geral, abstratas e em particular, atuais, para esclarecer e pôr em evidência a significação e o ponto de vista que aqui foram atribuídos à sua lógica.

O desenvolvimento dos conteúdos dos objetos do pensamento de Lênin, incide, pois, ao mesmo tempo nesse desenvolvimento da nossa pesquisa. Esse desenvolvimento deve avançar do geral para o particular, e do particular para o geral, na medida em que os conteúdos se relacionam o todo de sua obra.

A exposição dessa tese é, por isso, mais complicada, e o que pertence à algumas partes concretas já recai parcialmente nesses conceitos preliminares. A consideração aqui é que só podemos proceder de modo histórico e dialético, para podermos contribuir para a compreensão de que as questões encontradas no pensamento de Lênin, e que são atuais porque as determinações, objetivas e subjetivas, de seu pensamento, são ainda atuais.

4.2 – Primeiras posições sobre o pensamento de Lênin

4.2.1 – Unidade ou Coerência?

Ao tabular os conceitos que considera fundamentais, expressos em uma ordem lógica interna no conjunto da obra leniniana, na sequência de “atualidade da revolução”, “proletariado como classe dirigente”, “o partido dirigente do proletariado”, “imperialismo: guerra mundial e guerra civil”, “Estado como arma” e o que o autor chama de “Realpolitik revolucionária”, Lukács, neste pequeno, mas ainda significativo, livro, escrito logo após a morte do homenageado, constrói um “mosaico” com algumas poucas “pedras” de fundamentos-conceituais para mostrar as “forças motrizes, objetivas e subjetivas que possibilitaram essa sistematização, encarnada na pessoa e nas ações de Lenin”³¹⁹.

Lukács produz assim uma imagem quase messiânica do personagem central como a “encarnação”, para usar o mesmo termo do húngaro, das palavras salvação-revolução, inaugurando o culto à personalidade, ainda que em um nível intelectual bastante refinado.

Mas mesmo aí Lukács já apresenta “ideologias-justificativas” para aparentes contradições entre a teoria e a prática classificando-as de “realpolitik”, desconectadas de seus contextos particulares e como se pudessem não estar relacionadas à estratégia socialista/comunista mais geral, o que como veremos, não acontece nem na obra, nem na prática de Lênin.

Se em *História e consciência de classe*³²⁰ Lukács adota categorias hegelianas do movimento inexorável da história e substitui o sujeito-objeto idêntico como uma entidade supraindividual abstrata mais uma vez encarnada no partido, em *Lênin*, Lukács mistifica sua figura, chamando as medidas efetivas do governo liderado por Lênin “*realpolitik*”, ou política real, como se fosse contraposta a uma “política ideal”. Pois, as medidas práticas cotidianas, uma vez recortadas de uma realidade idealizada, em aparente contradição com a “realidade real”, para Lukács, e contrapostas à estratégia mais geral, seria necessário, na sua lógica – idealista -, uma justificativa, teórica e moral, para explicar o que lhe aparece, a priori, como uma contradição.

A “*realpolitik*” em oposição a “*idealpolitik*”, é essa tentativa de “justificativa”, que depois seria adotada como pedra de toque para toda e qualquer contradição, real ou ideal, das medidas práticas do “marxismo-leninismo” oficial do Estado Soviético e Estados satélites para tentar “justificar” as piores atrocidade.

³¹⁹ LUKÁCS, György. *Lênin um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012. Pág. 103.

³²⁰ LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo. Martins Fontes. 2003.

Não se trata nesta tese, de forma alguma, de se fazer julgamentos morais ou psicológicos, mas sim de tentar mostrar as diferenças teóricas e metodológicas entre o pensamento e os métodos de Lênin e de seus sucessores, ainda que em seu nome.

Antes seguirmos com nossa leitura crítica da leitura estrutural ou imanente de “unidade” do pensamento de Lênin feita por Lukács neste opúsculo, vale a pena uma nota rápida sobre as diferentes traduções possíveis do seu título.

O título do artigo no original em alemão é “*Lenin - Studie über den Zusammenhang seiner Gedanken*”³²¹; sendo que “*Zusammenhang*” é mais comumente traduzido para o português por “unidade”³²², mas também foi traduzido para “coerência”³²³ em algumas edições em português³²⁴, principalmente em espanhol³²⁵. Mas “*Zusammenhang*” também pode ser traduzido do alemão para o português por “contexto”³²⁶, “nexo, relação”³²⁷, ou ainda “sobre a conexão”. Ou seja, a depender da tradução ou do entendimento do termo “*Zusammenhang*”, pode-se carregar mais nas tintas de uma crítica a um pré “culto à personalidade” de Lênin pelo seu colega húngaro-austríaco, ou procurar elementos críticos-marxistas. Por respeito a Lukács e pela intenção de *coerência*, ficamos com a segunda opção.

Carlos Nelson Coutinho, um dos principais intelectuais marxistas brasileiros, na sua apresentação desta obra destaca:

Lenin foi sempre o exemplo recorrente que o mestre húngaro usava para definir não só como um ator político revolucionário deve articular teoria e práxis, mas também como deve construir uma personalidade capaz de superar o ascetismo sem perder de vista a fidelidade aos princípios.³²⁸

E, poderíamos acrescentar “fidelidade à estratégia”.

³²¹ In: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/lukacs/1924/lenin/index.htm>, acessado em 22 nov. 2022.

³²² LUKÁCS, György. *Lênin um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012.

³²³ LUKÁCS, György. *Lenin: estudio sobre la coherencia de su pensamiento*. Tradução do espanhol de Lucas Souza e Silva. Revisão técnica de Leonardo Gomes de Deus, de acordo com a edição argentina: *György Lukács Sobre Lenin y Marx*, 1ª ed. Buenos Aires. Gorla. 2012.

³²⁴ Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas. n. 14, Ano VIII, out./2012 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X. In: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1967/mes/lenin.pdf>, acessado em 22 nov. 2022.

³²⁵ LUKÁCS, György. *Lenin (La coherencia de su pensamiento)* [1924] Traducción al español de Jacobo Muñoz. In: https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/lukacs_g/de/lukacsgde00008.pdf, em 22/11/2011.

³²⁶ Dicionário PONS Alemão-Português. In: <https://pt.pons.com/tradu%C3%A7%C3%A3o/alem%C3%A3o-portugu%C3%AAs/Zusammenhang>, em 22/11/2022.

³²⁷ Michaelis Dicionário Escolar Alemão. In: <https://michaelis.uol.com.br/escolar-alemao/busca/alemao-portugues/Zusammenhang/>, em 22/11/2022.

³²⁸ Carlos Nelson Coutinho, Bahia, em 1943, foi professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político* (Civilização Brasileira. 3ª. ed. 2007), *O estruturalismo e a miséria da razão* (Expressão Popular. 2ª ed., 2010). Faleceu em 20 de setembro de 2012, no Rio de Janeiro.

Apesar de e *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento* ser um livro datado, como o próprio Lukács admite em 1967³²⁹, não quer dizer que tenha perdido a sua importância, pois nesta obra estão delineadas alguns dos conceitos centrais da obra de Lênin, como a teoria do partido, a definição de imperialismo e a relação da teoria com a prática.

Escrito publicado em 1924, logo após a morte de Lênin, mais do que um fascínio do filósofo húngaro-austriaco é uma homenagem e uma defesa das concepções leninianas que logo seriam modificadas e divulgadas pelo stalinismo.

Se em “Tática e ética” de 1919³³⁰, Lukács se preocupa em delimitar fronteiras entre a imoralidade burguesa e a pureza da ética comunista e defende que os revolucionários devem indiferentes em relação as condições objetivas, pois, segundo ele:

[...] a decisão precede o fato. Quem reconhece a realidade – entendida no sentido marxiano – é amo e não escravo dos fatos vindouros. O marxista vulgar olha desamparado à esquerda e à direita porque os fatos isolados, que se sucedem um atrás do outro, assinalam às vezes para a direita, às vezes para a esquerda, e ele necessita do conhecimento dialético para encontrar o caminho no labirinto dos fatos. [...] [Os líderes do proletariado] aguardam uma orientação com base nesses “fatos”. Chegou realmente o tempo da revolução? Encontra-se madura a ordem de produção de modo a que o proletariado a tome em suas próprias mãos? Poderíamos dizer agora: aguardam em vão uma decisão que emana dos “fatos”. Nunca se produzirá uma situação na qual os “fatos” apontem indubitável e inequivocamente para a revolução.³³¹

Onde demonstra todo seu desprezo para com a atenção que os economicistas dão aos fatos, num antipragmatismo quase profético, em *Lênin - um estudo sobre a unidade de seu pensamento*, coloca a realidade fática sobre a qual se deve atuar inevitavelmente como a “realpolitik” ainda em oposição a uma moral e uma ética “ideal”, ou melhor, “irreal”.

A raiz dessa contraposição arbitrária entre as tarefas imediatas e o programa mais geral, na visão de Lukács talvez esteja n’*A alma e as formas*, de 1911³³², quando ainda não era marxista, aliás, em perspectiva neokantiana, onde elabora uma separação inconciliável entre vida real e ideal, na qual a realidade é sempre negativa e desordenada, um caos de confusão

³²⁹ Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas. n. 14, Ano VIII, out./2012 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X. In: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1967/mes/lenin.pdf>, acessado em 22 nov. 2022.

³³⁰ LUKÁCS, György. *Tática e ética*. Tradução e notas: Caique de Oliveira Sobreira Cruz & Manassés de Jesus Santos Júnior In: <https://aterraeredonda.com.br/tatica-e-etica-1919/>, em 23 nov. 2022.

³³¹ LUKÁCS, György. *Táctica y ética – escritos tempranos (1919-1929)*. Trad. e notas Miguel Vedda. Buenos Aires. El Cielo por Asalto. 2005. Pág. 47. (tradução livre nossa para o português).

³³² LUKÁCS, Georg. *A alma e as formas*. Trad. Rainer Patriota. Belo Horizonte. Autêntica. 2015.

estéril e, por lado, a vida idealmente, para ele, verdadeira, da filosofia, da ética, da moral, das teorias, dos conceitos e dos programas, em abstrato.

Lukács aplica na sua leitura do pensamento e da prática leninianos a estrutura lógica weberiana, criando um “tipo ideal” para simplificar e generalizar as medidas imediatas no termo “realpolitik”, sendo que na realidade “impura” poderiam ocorrer “desvios do ideal”.

Mas diferente de Lukács, Weber tem claro que esse recurso é uma construção didática, em suas palavras, “*Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas*”³³³.

Max Weber explica melhor esse lado da duplicidade da seguinte forma:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento.³³⁴

Lukács, em *Lênin*, reitera esta falsa dicotomia entre um real imperfeito e um ideal puro, imaginado. Isso não teria maiores problemas além do maniqueísmo idealista se essa “pureza da ética comunista” não tivesse sido usada depois como argumento de autoridade, ou totaliridade, em nome de um “leninismo” oficial de Estado para o oposto tanto da teoria, das ideias, dos conceitos, do programa e até mesmo de uma filosofia contida na obra leniniana, decaindo assim num falso-moralismo, como se os “puros éticos” pudessem fazer, ou tivessem que fazer, ações práticas na “realpolitik” contrárias à pureza ideal, apenas como *desvios desse ideal*, uma vez que já estavam absolvidos “filosoficamente” de antemão.

No artigo *Sobre a questão do parlamentarismo*³³⁵ (1920)³³⁶, um “voluntarismo” – “desvio” político onde a vontade prevalece sobre a realidade – arraigado, marca profundamente

³³³ QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª ed., rev. e ampl. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002. Pág. 113.

³³⁴ WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). *Weber – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº13. São Paulo. Ática. 1999. Pág. 106.

³³⁵ Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 21, n.1, p. 736-745, jul. / dez. 2021 ISSN 1980-8518. In: file:///F:/Arquivos/AA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20BIBLIOGRAFIA/Lukacs/%E2%80%9C Sobre%20a%20quest%C3%A3o%20do%20parlamentarismo%E2%80%9D%20(1920).pdf; acessado em 28 nov. 2022.

³³⁶ Publicado em *Kommunismus* 1/6, em 1920, este artigo, marca a posição de Lukács na discussão a respeito da atuação parlamentar, pelos comunistas, tema recorrente nos debates entre os integrantes da Terceira Internacional. Trata-se do famoso artigo atacado por Lênin, que terminou por acusar o marxismo de Lukács, na ocasião, de “esquerdista”, “artificial” e “puramente verbal”, sobretudo no que dizia respeito às distinções entre táticas

a concepção de Lukács, de “pureza ética do comunismo” que não deveria se contaminar no interior do Estado capitalista. O próprio Lênin criticou duramente esse artigo e sua concepção “voluntarista”:

No número 6 de 1º de março de 1920 da revista “Comunismo”, encontra-se um artigo do comp. György Lukács, intitulado: “Sobre a Questão do Parlamentarismo”... O artigo de Lukács é um artigo muito radical e muito ruim. O marxismo nele contido é o marxismo de palavras vazias. A diferenciação entre tática “defensiva” e tática “ofensiva” é puramente sofisticada. Falta uma análise concreta de situações históricas inteiramente determinadas. O mais essencial, i.e., a necessidade de conquistar e aprender a conquistar todos os domínios de trabalho e instituições, através das quais a burguesia exerce sua influência sobre as massas etc., permanece desconsiderado.³³⁷

E, três meses mais tarde Lênin publica *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*³³⁸, onde mais uma vez critica o subjetivismo – considerar apenas os sujeitos, menosprezando os fatores objetivos da realidade - de Lukács e de outros dirigentes da época.

Lukács ficou com Fichte: “Tanto pior para os fatos”³³⁹.

“ofensivas” e “defensivas”. Como se sabe, o ataque de Lênin impôs ao filósofo magiar a primeira autocrítica de sua fase marxista e marcou sua aproximação definitiva(s) às ideias de Lênin.

³³⁷ LENIN, Vladimir I. *Kommunism. Jurnal Kommunisticheskovo Internatsionala dlia Stran Iugo-Vosstotchnoi Evropy na Nemetskom Iazyke*. (Comunismo. Jornal da Internacional Comunista para os Países da Europa do Sudeste em Língua Alemã). In: V. I. Lenin. *Polnoe Sobranie Sotchinenii* (Obras Completas). Moscou. GIPL. 1961. Vol. 41. Pág. 135.

³³⁸ LÊNIN, Vladimir I. *Esquerdismo doença infantil do comunismo*. Revisão Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida e Juliano Carlos Bilda. Revisão da tradução Ronaldo Coutinho. Ed. Expressão Popular. 1ª edição. São Paulo. 2014. E, Obras Escolhidas de V. I. Lênine. Edição em português, Lisboa, da Editorial Avante. 1977. T. 3. Pág. 275-349.

³³⁹ LUKÁCS, György. *Táctica y ética – escritos tempranos (1919-1929)*. Introd. Antonino Infranca e Miguel Vedda. Trad. e notas Miguel Vedda. Buenos Aires. El Cielo por Asalto. 2005. Pág. 69.

4.2.2 – Consciência e Partido

Mas os problemas de uma leitura lukacsiana tanto da obra de Marx em geral como da Lênin em particular não se encerram aí. Antes de seguirmos na busca de uma lógica interna das obras de Lênin, de um encadeamento lógico interno dos conceitos e de um sistema de suas principais ideias, precisamos delimitar de forma clara, preliminarmente que o caminho que queremos seguir não só não é o de Lukács, como não é da imensa maioria dos intelectuais, filósofos, historiadores, que se reivindicam marxistas, e assim devem ser respeitados, apenas não é o que se propõe nossa tese.

Como dissemos nossa proposta é uma chave de leitura da obra de Lênin a partir da crítica marxista da forma-mercadoria, i.e, a partir das contribuições de Evguiéni B. Pachukanis cujos métodos de construção do concreto nas ciências abstratas, da ligação entre ideologia e direito [e estado], entre relação e norma, mercadoria e sujeito, direito e Estado, demonstram que as categorias econômicas abordadas por Marx também são aplicáveis à ciência jurídica e à ciência política e à crítica do Estado.

Todavia, nesta toada, precisamos, preliminarmente, desfazer uma “confusão” conceitual acerca do tema da “consciência”, para depois prosseguirmos em nossa leitura pachukaniana da obra de Lênin sem o risco de uma compreensão diferente do que nos propomos.

Pois mesmo em *História e consciência de classe*³⁴⁰, ainda há elementos de um messianismo romântico mal amalgamados com um objetivismo-idealistas, pois neta obra Lukács persiste no desprezo pré-marxista pelas demandas imediatas da realidade e insiste em um rigor ético ideal, em especial sobre o conceito de consciência de classe. Aqui, o autor húngaro não faz uma análise concreta da realidade, apenas especulações abstratas sobre o que seria uma “crise ideológica do proletariado” contraposta a uma “consciência de classe” idealizada, pura, perfeita.

Lukács define “Consciência de classe” como

a reação racional adequada, que deve ser *adjudicada* a uma situação típica determinada no processo de produção, é a consciência de classe³⁴¹ (itálico do autor).

Ora, “adequada, que deve ser *adjudicada*”, “adequada” e “deve ser” segundo quem? Este “deve ser”, moral, ideal, revela mesmo na definição de consciência um claro idealismo. E quem

³⁴⁰ LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. Revisão da trad. Karina Jannini. São Paulo. Martins Fontes. 2003.

³⁴¹ Idem, pág. 142.

decide o que é adequado ou não para tal ou qual classe e sua consciência? Mais uma vez Lukács recorre ao “tipo ideal” de Max Weber para elaborar o conceito de “consciência atribuída”. O problema metodológico aqui é que o recurso “didático” dos “tipos ideais” de Weber não só não é marxista, como é neokantiano, ou neopositivista, ou ainda antidialético e, por conseguinte, antimarxista. Outro grave problema metodológico é que “consciência atribuída” como um “tipo ideal” se opõe a vida real, às tarefas imediatas, mais uma vez na velha fórmula idealista.

Assim, essa “consciência atribuída”, ideal, só pode ser concebida desde uma visão ideal de sociedade e das classes sociais, como estas deviam pensar, sentir, agir e não como pensam, sentem e agem de fato, na realidade.

Ou seja, não há conexão, mediação nem transição entre o conceito ideal de consciência de Lukács com os pensamentos, sentimentos, ações e experiências em processos históricos de lutas que de fato aconteciam e ainda acontecem. Mas Lukács não era ingênuo nem superficial, ele sabia do problema do abismo entre realidade e consciência. Para resolver essa enorme lacuna Lukács leva às últimas consequências as elaborações de Kautsky segundo as quais a consciência seria “*Um elemento importado de fora*”

Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses; de fato, foi o cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e através deles é que foi comunicado aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, que o introduzem, em seguida, na luta de classes do proletariado onde as condições o permitem. Logo, dessa forma, a consciência socialista é um elemento importado de fora na luta de classes do proletariado e não algo que surge originalmente dela.³⁴²

Mas mesmo dos “intelectuais burgueses” e os “proletários intelectualmente mais desenvolvidos” para as especulações abstratas mais puras, há uma grande distância e um salto qualitativo entre as formulações de Kautsky e as de Lukács. No primeiro, os “intelectuais burgueses” podiam mudar de lado na luta de classes e as organizações da classe proletária eram uma mediação concreta entre a o “elemento importado de fora” e o seu importador, o proletário.

Em Lukács não há essa mediação organizacional, o único meio seriam os “livros” desses “intelectuais” diretamente nas mãos dos operários. Assim, o hiato entre teoria e prática, entre “consciência” e classe permanece sem ligação de acordo com seu conceito. Ciente desta impossibilidade Lukács recorre mais uma vez a um outro “tipo ideal”, a “coisificação”; uma

³⁴² KAUTSKY, Karl. *Um elemento importado de fora*. Publicado na revista Die Neue Zeit, 1901-1902 °3, pág. 79. In: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1901/mes/elemento.htm>, acessado em 30 nov. 2022.

vez que a consciência ideal da classe proletária estava “coisificada” não se podia partir da realidade subjetiva do sujeito social da revolução para a elaboração de pensamentos e ações revolucionárias pura, perfeitas, imaculadas, i.e, ideais.

O conceito de consciência de Lukács é de mão-única, em linha reta, isto é, não vê contradições entre a realidade capitalista, sim coisificada, e os pensamentos, sentimentos e ações das pessoas; ao não ver as contradições nos diferentes processos de experiências sociais e políticas e a formação de consciência, também não pode ver as medições reais e as possíveis.

O “elemento importado de fora” passa a ser absoluto, não há mais relação entre diferentes sujeitos, deixa de ser “importado de” e passa a ser “exportado para”, as mentes vazias dos “alienados” pelos “portadores da verdade histórica”, onde um é sujeito e outro apenas objeto. Não foi essa a intenção de Lukács, mas a consequência foi a produção de uma estrutura lógica para a futura justificação de um “totalitarismo” ideológico e material dos “exportadores” de consciência contra os “consumidores forçados” deste “produto” ideal realizado.

Esse “rigor ético” contraposto à realidade imediata do “pensamento comum” das pessoas o levaram à definição do partido dirigente como a encarnação dessa “perfeição” da consciência abstrata contra a alienação dos que se propunha a “dirigir”. Essa combinação se efetivou numa opressão interna e externa no partido e na forma política capitalista do trabalho sob a forma-salário. Como diz o próprio Lukács, em *História e consciência de classe*

“A consciência de classe é a “ética” do proletariado, a unidade de sua teoria e de sua práxis, o ponto em que a necessidade econômica de sua luta emancipadora se transforma dialeticamente em liberdade. Uma vez reconhecido o partido como forma histórica e portador ativo da consciência de classe, ele se toma, ao mesmo tempo, o portador da ética do proletariado em luta.”³⁴³

Lukács não tinha como saber como sua “exaltação” seria usada e aplicada, mas a raiz teórica para os frutos práticos foi por ele plantada. O aniquilamento completo de toda e qualquer individualidade, de desejos a pensamentos em prol de um ideal moral e ético superior corporificado numa organização política

“Pois a força do partido é uma força moral: ela é alimentada pela confiança das massas espontaneamente revolucionárias, coagidas pela evolução econômica a sublevar-se, pelo sentimento das massas de que

³⁴³ LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. Revisão da trad. Karina Jannini. São Paulo. Martins Fontes. 2003. Pág. 129.

o partido é a objetivação de sua vontade mais íntima, ainda que não inteiramente clara para si mesmas, a forma visível e organizada de sua consciência de classe.”³⁴⁴

Para Lukács os membros do partido, e somente eles, são a vanguarda, verdadeira, acima e separada da classe social impura. Enquanto em Lênin, o conceito de vanguarda está intimamente ligado a ao conceito de “retaguarda”; termos extraídos da linguagem militar adaptada à luta política. Como veremos mais adiante, mas por hora apenas um apontamento prévio se faz necessário, pois Lênin diz claramente que:

“Porque não basta intitular-se “vanguarda”, destacamento avançado: é preciso proceder de modo a que *todos* os outros destacamentos vejam e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à frente.” (itálico no original).³⁴⁵

Ou seja, se para Lukács, a vanguarda é um “ser em si”, para Lênin, é uma “devir” (para usar os mesmos termos hegelianos do filósofo húngaro) para com “*todos* os outros destacamentos”, que “marcham” atrás, i.e, numa relação direta com a “retaguarda”, que, por sua vez a reconhece com à frente. Enquanto, para Lukács a “vanguarda” não só não está ligada, como está acima e separada da retaguarda. Ou seja, não é “vanguarda” de uma “retaguarda”, é um grupo social e politicamente separado da base, da massa e dos outros “destacamentos” da classe.

As posições idealistas de Lukács são reveladas não só pelo seu desprezo às lutas cotidianas das pessoas reais, mas também pelo seu voluntarismo em oposição ao que considerava oportunismo, fazendo com que suas teorias se afastassem cada vez mais dos processos históricos da classe “inconsciente”.

Uma teoria idealista, e uma consciência ética proletária, combinada com uma rejeição às práticas cotidianas das pequenas lutas pelas necessidades mais imediatas dos membros da classe trabalhadora, levam a lógica implícita e explícita do autor húngaro a eliminar, por exclusão, a necessidade e possibilidade da democracia operária, pois não é uma meta imediata da consciência real dessa classe uma ética pura desconexa da vida real das pessoas.

³⁴⁴ LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe*. Tradução de Rodnei Nascimento, Revisão da trad. Karina Jannini. São Paulo. Martins Fontes. 2003. Pág. 130.

³⁴⁵ LÊNIN, Vladimir I. *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Trad. Edições Avante! Lisboa, Moscou. Revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. Coleção *Arsenal Lênin*. São Paulo. Boitempo. Pág. 76.

Todavia, a realidade dos fatos no rápido início do século XX se chocou com o dogmatismo de Lukács com as derrotas das revoluções húngaras de 1919 e alemãs de 1918, 1919, 1921 e 1923, em particular e com o bloqueio ao avanço da revolução socialista para a Europa em geral e com o posterior ascenso dos fascismos italiano, espanhol, português e japonês e do nazismo alemão.

O proletariado postulado por Lukács como sujeito-objeto idêntico, a consciência de classe atribuída, de fora, o desprezo pelo cotidiano das massas, a derrota da revolução européia, o isolamento e burocratização da recém-nascida União Soviética trituraram o messianismo partidário de Lukács, colocando em xeque tanto sua visão do líder como sua leitura da obra do intelectual, Lênin.

Pois o pensador e dirigente russo, ao contrário do húngaro, sabia e postulava que a revolução social não parte de uma moral nem de uma ética ideais, que a vanguarda não está apartada nem acima da retaguarda, que o partido da vanguarda devia partir das condições, contingências e circunstâncias de cada momento histórico específico organizar a classe e as massas para avançar, passo a passo e salto a salto em direção à revolução.

O *Lênin* de Lukács é um pequeno mosaico de exaltação, mas não é, nem de longe, a transfiguração que se pintaria em fachadas, se estenderia em cartazes pequenos e gigantescos, se forjaria em estátuas de bronze, ferro e aço e se fundaria em monstregos de concreto armado pelo agora “marxismo-leninismo” oficial do Estado Soviético.

Se tanto *História e Consciência de Classe* como *Lênin* de Lukács estão frontal oposição com a teoria e práticas de Lênin, apesar de não serem obras com os mesmos propósitos tem muitos pontos de conexão para além do nome do autor. Em *Lênin*, Lukács busca fazer mais que uma defesa, uma exaltação do líder e teórico bolchevique e de sua leitura de sua obra, quase como uma superação de sua simpatia de um certo espontaneísmo das massas de *História e Consciência de Classe*. Suas apologias se transformariam em suas críticas e acusações.

4.3 – Segundas posições sobre o pensamento de Lênin (e de Marx)

4.3.1 – Ontologia ou Mediação

Outros autores mais recentes dissertam sobre uma suposta “contradição histórica na teoria de Marx”³⁴⁶ e propõe uma superação do marxismo apoiados na ideia de que a época da "modernização" capitalista teria chegado ao fim levando consigo à decadência do marxismo (e o leninismo) como uma das expressões daquela modernização.

Muitos autores já criticaram um “politicismo” de Lênin em detrimento ou ausência às determinações econômicas, da modernidade produtora de mercadorias, mesmo com a "economia planificada" e a "eliminação da propriedade privada" como derivados econômico-estatal da relação capitalista, que teriam feito do “marxismo-leninismo” um esquema dogmático.

Estes autores mais “contemporâneos” imputam à Lênin o voluntarismo de Lukács e o acusam de politicista, pois, deixaria intactas “*as formas básicas do sistema capitalista e produtor de mercadorias percebidas apenas no seu aspecto externo*”³⁴⁷, onde as formas de reprodução econômica continuavam como "bases econômicas do socialismo".

Para estes críticos “contemporâneos” Lênin e sua obra permanece preso à modernização capitalista por estar comprometido com a modernidade capitalista, contra os “atrasos” pré-modernos e não com uma “crítica do sistema produtor de mercadorias da própria modernidade”³⁴⁸.

Mas estes literatos se esquecem das obras de Evguiéni Pachukanis e dos os textos onde o próprio Marx descreve as contradições entre conteúdos e formas sociais e insistem que

“o tabu absoluto da modernidade, a forma da mercadoria/forma do valor como tais, o dinheiro e com isso a própria forma do sujeito, esta correlação presta-se tão pouco a tema de crítica e superação para a consciência constituída de modo fetichista quanto o mistério para os religiosos.”³⁴⁹

³⁴⁶ KURZ, Robert. Sobre a contradição histórica na teoria de Marx. *Revista KRISIS*. Nº 15. Berlin. 1995. Versão portuguesa disponível em: <http://obeco-online.org/>. Acesso em: 20 set. 2018.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Idem idem

³⁴⁹ Ibidem.

Ainda que uma “crítica do fetiche na teoria de Marx em boa parte ainda não foi formulada e muito menos concretizada no sentido de um "movimento de superação”³⁵⁰, o conceito de capital como "relação social" total, com todos os seres sociais na mesma forma de fetiche.

O trabalho, como fetiche, seria o limite ideológico de consciência fetichista, como conceito ontológico (origem) para a superação das formas sociais capitalistas, mercadoria e dinheiro. Para eles haveria um sinal de igual na superação do fetiche do trabalho como se o marxismo (e o leninismo) fetichizasse o trabalho como uma eterna condição existencial supra histórica da humanidade.

Esta corrente iguala a argumentação de György Lukács onde o trabalho interpretado dessa maneira torna-se uma alavanca ontológica de uma pretensa superação do capital, e o sujeito portador desse trabalho torna-se idêntico ao sujeito portador dessa superação, e o conceito sistemático de "trabalho", a cuja estrutura sem sujeito se prendem os tormentos da modernização; atribuem essa fetichização ontológica de Lukács a Marx e outros marxista, como Lênin, onde o apego ao "*ethos* protestante" do moderno fetichismo do trabalho.

Entretanto, essa linha de pensamento ultramoderna concebe o valor e o dinheiro como forma de representação do trabalho e não produtos do trabalho, ao contrário de Marx:

Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. [...]. Para a sociedade burguesa, porém, **a forma-mercadoria do produto do trabalho**, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica.³⁵¹ (grifos nossos).

E ainda, “Sem dúvida, o capitalista lhe paga em dinheiro o valor das mercadorias, mas **o dinheiro não é mais do que a forma transformada do produto do trabalho.**”³⁵² (grifos nossos).

Essa crítica de uma ontologia do trabalho como fetiche do mesmo acaba caindo em outra ontologia, agora negativa, como se o trabalho (abstrato) fosse a causa direta e mecânica, isto é, sem mediação dialética alguma das formas sociais capitalistas.

³⁵⁰ KURZ, Robert. *Sobre a contradição histórica na teoria de Marx*. Revista KRISIS, Berlin, n. 15, 1995. Versão portuguesa. Disponível em <http://obeco-online.org/>. Acesso em: 20 set. 2018.

³⁵¹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 113

³⁵² MARX, Karl. op. cit., pág. 782.

As “sutilezas micrológicas” de Marx fazem muita falta para essa ontologia negativa ou para esse de fetiche negativo do trabalho.

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, publicada somente em 1932, respondem à essa “confusão” conceitual:

3) que em todas as revoluções anteriores a forma da atividade permaneceu intocada, e tratava-se apenas de instaurar uma outra forma de distribuição dessa atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, enquanto a revolução comunista volta-se contra a forma da atividade existente até então, suprime o trabalho(**d**) e supera [aufhebt] a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes, pois essa revolução é realizada pela classe que, na sociedade, não é mais considerada como uma classe, não é reconhecida como tal, sendo já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc.³⁵³

Além das diferenças de tradução e de decorrente compreensão há uma nota importante, na edição da Boitempo de 2007, em “*suprime o trabalho*” “*d*” “*a forma moder[na] da atividade sob a dominação da [...]. (S. M.)*” [S. M. – Suprimido no manuscrito]³⁵⁴, onde o “trabalho” aparece como “forma” de atividade sob dominação, ou seja, não como ontologia (negativa ou positiva) absoluta, mas como forma de atividade, portanto mutável, isto é, sua supressão, mesmo aí, não é absoluta.

A sua superação levaria a uma outra forma de trabalho não como atividade de dominação, mas como atividade, finalmente livre, sem outra classe para o dominar e explorar, não mais como atividade da “menoridade”, inferior, ante a superiores. Mas não à sua extinção pura e simples, porque as “formas sociais” em Marx nunca não são “puras e simples”. Marx e Engels prosseguem em *A Ideologia Alemã*:

“Portanto, enquanto os servos fugitivos queriam apenas desenvolver livremente e fazer valer suas condições de existência já presentes, chegando assim, em última instância, somente ao trabalho livre, os proletários, para se fazer valer como pessoas, têm de superar a sua condição de existência atual, que é ao mesmo tempo a de toda a sociedade: o trabalho. Eles também se encontram, por isso, em oposição ao **Estado, a forma pela qual os indivíduos se deram**, até então, uma

³⁵³ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. Pág. 42. (grifos no original).

³⁵⁴ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. op. cit., pág. 42.

expressão coletiva, e têm de derrubar o Estado para impor a sua personalidade.”³⁵⁵. (grifos nossos).

Ou seja, para Marx e Engels (e para Lênin) para a superação do trabalho, como forma de dominação e exploração, é correlatamente necessário a superação da forma política estatal burguesa/capitalista, ambos substituídos, ou melhor, suprassumidos por conteúdos e formas socialmente superiores. Marx, citando mais uma vez *O Capital*:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.³⁵⁶

Independente das pequenas diferenças de “sutilezas micrológicas” da tradução, nos parece aqui que o mais importa nesta citação é o trabalho, “apenas” como mediação (real e lógica) entre o homem e a natureza e não como “valor ontológico” como tentam forçar pintando Marx (e Engels e Lênin) com as cores e contornos de Lukács.

As mediações lógicas e reais na teoria marxista e na realidade, são também as mediações nas proposições de ações materiais a serem feitas a partir da teoria e do programa.

Marx vê a forma de trabalho como forma histórica presente e, portanto, mutável, ao contrário de Lukács que vê o trabalho como ontologia.

A crítica recente não vê o trabalho como forma relativa, mutável historicamente, mas sim como um conceito absoluto, numa ontologia negativa, ou mesmo ainda, fazendo um “fetiche negativo” do trabalho, como reflexo invertido de sua crítica à ontologia do trabalho em Lukács, ainda que a tentem transportar ao passado impingindo-a a Marx, apesar de neste último, o trabalho ser uma mediação, real e lógica, entre o homem e a natureza e não uma ontologia.

Essa crítica corrente mais recente faz assim um duplo fetiche negativo, um do trabalho, como conceito em si, e outro do conceito de trabalho em Marx, aí já como perversão, no sentido do verbo latino *pervertere*, que resulta de “per” + “vertere”, que quer dizer: pôr às avessas. Esta inversão corresponde ao concernido ao objeto, o trabalho, enquanto a perversão teórica remeteria a uma estratégia (anti) política ao contrário e adversa a Marx e a de Lênin.

³⁵⁵ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. Pág. 66.

³⁵⁶ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 167.

O "atalho" lukacsiano para a crítica, para negar o conceito de trabalho em Marx, como mediação lógica e real entre o homem e a natureza para a produção e valores de usos, e pervertê-lo como ontologia, acaba mais como um criticismo que como uma teoria mais completa, tornando assim impossível a superação do trabalho e demais formas capitalistas em Marx e em Lênin.

A partir da inversão e perversão do conceito de trabalho em Marx - mediação dialética entre homem e natureza - e da classe trabalhadora, na luta de classes, como correlato lógico, na qualidade de "alavanca ontológica" (lukacsiana), portadora subjetiva-objetiva da superação das formas sociais capitalistas também seria colocada de cabeça para baixo.

Nos parece haver um fetiche negativo do trabalho, como reflexo invertido da crítica a um fetiche do trabalho em Marx.

A ideia central desta crítica é que o capitalismo é um modo de produção em que o centro é a sociedade do trabalho e um fim em si mesmo como vetor de valorização do capital-dinheiro e ao aumento infinito do dinheiro pelo dinheiro.

Não conceituam o trabalho como relação social, histórica, específica, não veem a atividade humana como mercadoria, que funda as separações em esferas distintas, tanto que o conceito de lucro está ausente e o conceito de exploração quase ausente, a exploração de uma imensa maioria para o enriquecimento de uma ínfima minoria, como é para Marx e Lênin.

Não veem a relação de necessidade de o proletariado procurar trabalho, por não ter outra escolha, sendo que a venda da sua mercadoria, diferente e específica, força-de-trabalho como meio de vida.

A negação do trabalho como mediação e sua reafirmação como ontologia ainda que negativa exige um sacrifício do seu próprio trabalho, mas falta um objeto à essa suposta transcendentalidade do trabalho, assim como lhes faltam os sujeitos. Não há objeto, não há sujeito, não há projeto, não há nada de concreto, crítica sem positividade não passa de criticismo estéril, jaz o vazio no abismo.

A partir da noção de fetiche onde o objeto tem a função de substituir outro ausente de outro do sujeito ou de si mesmo, temos um "monumento", um objeto fetiche, perverso contra a angústia da impossibilidade de uma revolução positiva e da impotência dessa "crítica". Essa perversão "contra o trabalho" é uma defesa contra a angústia da negação de um objeto, o trabalho, e sua substituição por uma lógica fetichista do trabalho capaz de desmentir o trabalho como paradigma da teoria marxista através de um conjunto dos procedimentos perversos. O

fetichismo negativo do trabalho se transforma “na perversão das perversões”, numa dízima periódica, lógica, sem fim.

A rigidez do objeto do trabalho como ontológico, como um fetiche negativo a fim de caracterizar tal oposição leva à impotência como guia para a ação desse tipo de “crítica”, aparece como negação radical do projeto socialista. Operações lógicas fantasiosas, perversões filosóficas, é um tipo de fetiche negativo do trabalho que leva a um vazio do próprio objeto, apenas na forma pura e abstrata, assim como Lukács, mas não leva à sua superação positiva, e consequente substituição por outra forma, livre, não-dominada, não-explorada por outra classe.

O fetiche negativo do trabalho é a presença do trabalho como ausente, como um véu no qual o que está para além como falta tende a realizar-se como imagem negativa, uma ilusão, ou uma miragem de um deserto sem oásis. A abolição do mundo do trabalho imaginado negativamente para chegar ao universo da coisa inexistente, mediante a economia fantasiosa do seu fetiche negativo do trabalho.

A rejeição radical do objeto (trabalho e classe trabalhadora) leva à destruição do sensível, do palpável, do realizável e à sua anulação fetichista, à conformação da imagem ao semblante da sombra sem corpo. O fetiche negativo do trabalho vem do fato de ele ser suporte da uma construção fantasiosa do trabalho como ontologia em Marx, não como forma histórica, presente, como propõe Marx, mas como absoluto abstrato.

A estrutura do semblante do fetiche negativo do trabalho, da aparência (falsa) colocada como essência, que permite manter a crítica sem colocar suas ideias em prática. Até porque qualquer prática positiva seria contraditória com a “antipolítica” passiva, niilista e contemplativa.

Um recalque filosófico, como uma crítica da própria impossibilidade projetada nos outros sujeitos, num deslocamento de significados dos conceitos. A função do fetiche negativo do trabalho é a exposição desse deslocamento, sem que esse fetiche negativo seja a parte que procura representar o todo. Este fetichismo negativo do trabalho e sua decorrente saída antipolítica transforma essas críticas em ruínas lógicas, a submissão dócil à própria lógica fantasiosa sem contradição, sem sujeitos, sem conflito, sem classes e sem luta de classes, e por fim, sem possibilidade de superação das formas sociais capitalistas. Onde se esperava o estranhamento, só há a repetição: “*No coisificado, estes dois elementos estão reunidos: o não idêntico do objeto e o assujeitamento dos homens às condições dominantes de reprodução.*”³⁵⁷

³⁵⁷ ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Revisão téc. Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro. Zahar. 2009. Pág. 164.

4.3.2 - Forma-social *versus* Ontologia

As constituições do fetiche ampliando³⁵⁸ e do sujeito “despersonalizado” e a “Ontologia negativa e desfetichização”³⁵⁹ levam à reificação do trabalho pela ontologia do trabalho, como expressão teórica da abstração prática do valor, desaguam em uma ontologia não-afirmativa, isto é, numa ontologia negativa, onde o “*desencontro entre os “indivíduos sensíveis sociais” e “sua forma negativa de constituições de fetiche”...*” formaria a crítica ampliada do fetichismo, como “matrizes apriorísticas autonomizadas” para um corolário ontológico negativo.

Esta “ontologia negativa” é a fundamentação para o “fetiche negativo do trabalho”, uma ontologia negativa agora não mais apenas do trabalho, mas sim, de todo desencontro entre indivíduo e sociedade, como “casca obrigatória”, fetichizada ao valor, ao qual estaria subsumido.

O fetiche ampliado não seria é mais o “fetiche da mercadoria” de Marx, mas já um “fetiche do valor”, que constituiu “a forma do sujeito moderno”³⁶⁰. Esta forma fetichizada e fechada deste sujeito moderno seria a causa negativa, ou a impossibilidade de uma ruptura positiva, como este mesmo fetiche que o indivíduo reproduz inconscientemente. Pois nesta forma de sujeito moderno prevalece a lógica do valor. Daí uma crítica a esta forma de sujeito seria também uma crítica à todos os fetiches anteriores.

Ao derivar todas as conclusões exclusivamente a partir das relações puramente econômicas, tomando a parte pelo todo, se esquecendo ou não vendo, outras esferas e arenas da vida, além das econômicas, essa “crítica” dá ao seu conceito de “fetiche do valor” um caráter de “grande fetiche” ou “fetiche dos fetiches”, quase numa “fetichização do fetiche”, ou ainda de “metafetiche”.

Como se a lógica da derivação fosse infinita, e, portanto, metafísica, e pudesse criar “derivados” sem lastros na realidade social, sem classes, nem lutas, numa especulação “filosófica”.

Essa ontologia negativa como “negação do sofrimento” para se alcançar um “estado positivo qualitativamente novo na conversão positiva da própria negação”³⁶¹, uma “negação emancipatória”³⁶², “situada do lado de fora” (c.f. op. cit., p. 126) “do todo” não possibilita conquistar ou construir algo, apenas se livrar de algo.

³⁵⁸ REGATIERI, Ricardo Pagliuso. *Negatividade e ruptura: configurações da crítica de Robert Kurz*. São Paulo. Annablume e Fapesp. 2012.

³⁵⁹ Idem p. 136.

³⁶⁰ Idem idem p. 139.

³⁶¹ Ibidem p. 124.

³⁶² Ibidem idem p. 139.

Há uma negação do positivo, de qualquer positividade, pois é “em si puramente negativa”, como se existisse ou pudesse existir algo “puro”. Assim caminha a metafísica, mas não a humanidade.

Nosso estranhamento quanto a esta possibilidade de “negação emancipatória” como conversão positiva da própria negação se dá porque até aqui não havia aparecido em Kurz a terceira lei da dialética, qual seja, da negação da negação, no sentido de uma afirmação, positiva, resultante de uma negação anterior, onde a razão da contradição, o fetiche do valor, no caso, seria eliminada, superada. Isto porque, tanto em Hegel, quanto em Marx e em Lênin, a negação da negação depende de ação, e, portanto, de sujeitos, positivos, atuantes, para em ação conflituosa, para realizar a superação da contradição.

Chegamos a um novo tipo de “idealismo alemão”, não mais positivo como os avós materialistas metafísicos (sem história), Feuerbach, B. Bauer e Stirner³⁶³, mas “puramente” negativo, onde desta vez o “grande mal” a ser superado não é mais a religião da ideologia alemã de outrora, mas o “deus” fetiche do valor da “crítica” de agora.

Mais uma vez, não como tragédia nem como farsa, a superação idealista do fetiche, ou da alienação, não viria pela ação mundana e humana, sim pelos intelectuais “iluminados”, mas não iluministas, que por “mágica” levariam aos indivíduos a sua crítica ácida para a ruptura negativa que contém “em si” a “desfetichização” “e, com isso a “desformalização” da consciência social”³⁶⁴, libertando, assim, a humanidade das formas sociais capitalistas e anteriores que a aprisionam, sem ação, sem lutas, sem revolução, sem sujeitos, apenas com ideias, críticas e indivíduos abstratos. Um auto teatral profano, de sofrimento, fel, mel e drama.

Essas críticas mais recentes buscam imputar a Marx e a Lênin as elaborações de Lukács. No fundo fazem uma leitura das obras de Marx e de Lênin pelos olhos de Lukács. Com todo respeito e admiração pelo filósofo húngaro-austríaco, nem Marx nem Lênin basearam suas obras em nenhuma “ontologia”, muito menos em seus “fetiches”.

Enquanto Lênin sempre teve em mente a dimensão ampliada da reprodução do capital como geradora das classes sociais e da luta de classes, de forma mais ampla que simplesmente originada dos locais de trabalho.

³⁶³ MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007.

³⁶⁴ REGATIERI, Ricardo Pagliuso. *op. cit.*, pág. 142.

Para Lênin a divisão do tempo de trabalho, do ponto de vista da compra e venda da força de trabalho enquanto mercadoria como um conflito em si, imanente. Ou seja, não a simples oposição de interesses entre capital e trabalho na produção, mas sim a relação de classes como dimensão ampliada do capitalismo, pois tanto a produção como a reprodução global, as classes não são determinadas apenas pela extração da mais-valia, mas pela combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade e não-produtividade do trabalho na circulação geral do capital na sua reprodução, como um todo e não apenas como uma parte isolada deste todo.

Lênin nas *Teses de Abril* defendeu a passagem da revolução democrático-burguesa (capitalista) para a revolução socialista, como início da superação das formas-sociais capitalistas. Lênin via e entendia as mediações necessárias para a transição, como na tese “8” onde esclarece:

Não é tarefa imediata a implementação do Socialismo, mas somente iniciar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos pelos Sovietes de deputados operários”. Bem como tese “9”, letra (b) “Modificação do Programa do Partido, principalmente”, item (2) “Sobre a posição perante o Estado e nossa reivindicação de um “Estado-Comuna”.³⁶⁵

Lênin já antecipava o problema central que iria desenvolver em “O Estado e a Revolução”. Lá³⁶⁶ Lênin é assertivo em explicar que a superação do conteúdo das relações sociais e de suas formas (Estado, salário etc.) é o objetivo maior da revolução, é, em suma, a essência da revolução:

Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática. [...] A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível através da “extinção”.

³⁶⁵ LÊNIN, Vladimir I. *Obras Completas. Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução*. Petrogrado. Panfleto de 07/04/1917. 5ª ed., tomo 31. Lisboa e Moscou. Editorial Avante e Ed. Progresso. Pág. 113-118.

³⁶⁶ LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. Trad. Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo. Boitempo. 2017.

Em “As tarefas fundamentais da ditadura do proletariado na Rússia”³⁶⁷ no item 5º), Lênin reafirma que “a tarefa do poder soviético...é continuar firmemente a substituir o comércio por uma distribuição dos produtos planejada e organizada...”. Isto é, começar a substituir a forma-mercadoria. E, na mesma página da citada obra e edição acima, no item 6º), Lênin avança sobre outra forma-social: “É preciso suprimir a moeda (forma-dinheiro) logo nos primeiros tempos da passagem do capitalismo para o comunismo [socialismo].”, “para a supressão da moeda, que será substituída, em primeiro lugar, por cadernetas [...] que dão direito a diversos produtos, etc.”. Numa clara referência a Marx, em Crítica ao Programa de Gotha.

Em 2017 a editora Boitempo publicou o livro “Reconstruindo Lênin”³⁶⁸, do intelectual húngaro Tamás Krausz, que no seu capítulo 5, sobre O Estado e a Revolução, este autor afirma:

No programa revolucionário de liquidar o Estado como entidade política, a eliminação do “Estado parasita” era condição política da “libertação econômica do trabalho”. Para Lênin, Estado e liberdade poderiam ser interpretados como noções diametralmente opostas.³⁶⁹

Este autor húngaro esclarece ainda que Lênin tinha plena consciência das contradições:

Da mesma maneira que ele [Lênin] havia descrito o Estado do período transicional como “Estado burguês” sem burguesia, ele [Lênin] falava de um capitalismo de Estado sem burguesia passando a coexistir como consequência da NEP³⁷⁰, desde que (e juntamente com outros desenvolvimentos) “os empreendimentos do Estado sejam em grande parte colocados em uma base capitalista, comercial.”³⁷¹

Tamás Krausz prossegue: “Isto era um “recuo” real em relação ao socialismo teórico, na medida em que uma orientação baseada em necessidades foi substituída pela lucratividade como preocupação central.”³⁷². Ou seja, para Lênin, a NEP era para ser provisória e transitória, “um passo atrás” apenas para permitir os “dois passos à frente”, que seria a implementação da

³⁶⁷ LENIN, Vladimir I. Oevres. Paris/Moscú, Éditions Sociales, 1962, marco/agosto 1919, p. 101 -114. *Apud*: FERNANDES, Florestan (org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais. Lênin, Política*. São Paulo. Ática. 1978. Pág. 162.

³⁶⁸ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017.

³⁶⁹ KRAUSZ, Tamás. *Op. cit.*, pág. 270.

³⁷⁰ Em março de 1921, o governo de soviético anunciou a “Nova Política Econômica” NEP, esse novo plano recuava com as ações centralizadoras do comunismo de guerra e permitia que algumas práticas do sistema capitalista. Dessa forma, pretendia-se dar “um passo para trás, para depois dar dois à frente”.

³⁷¹ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 495.

³⁷² KRAUSZ, Tamás. *Idem*.

economia planificada e o prosseguimento da superação das formas (e conteúdo) sociais capitalistas.

Ainda nas palavras de Tamás “A chave para a abordagem de Lênin em relação ao socialismo é, portanto, fornecida por seu “socialismo cooperativo”, como uma “mediação da transição”, que pode ser rastreado a raízes teóricas anteriores a outubro de 1917.

As contradições não resolvidas entre as teorias e as práticas de Lênin, dos conceitos nas Teses de Abril e em O Estado e a Revolução e escritos posteriores, o Comunismo de Guerra (acionamento militar da produção e distribuição) o recuo tático da NEP³⁷³, não tiveram tempo para serem resolvidas nem no plano teórico muito menos no prático pelo líder russo. Mas isto não quer dizer não possamos nós, do alto de nosso tempo, mais de cem anos depois do início deste processo, avançarmos nas elaborações que ajudem no avanço da superação dessas contradições.

Pois, como diz Tamás Krausz na obra citada acima “A obra e a vida de Lênin confirmam que o marxismo, tanto como teoria quanto como prática política, lida diretamente de ir além do capital.”³⁷⁴. Insistimos que Slavoj Žizek³⁷⁵, em “13 experimentos sobre Lênin”³⁷⁶, resume bem o problema, o avanço teórico e prático para a superação das formas e conteúdos sociais capitalistas.

Pachukanis, foi removido e esmagado, por ter defendido as idéias do “marxismo-tradicional” de Marx, Engels e Lênin sobre o fato de que o socialismo implica o gradual perecimento do Estado.

Pois para Lênin a teoria e o programa decorrente, o poder das massas, após uma revolução proletária, após a tomada do Estado, o poder da classe trabalhadora, avance de tal modo, que em algum momento que a máquina estatal é subsumida por organizações sociais novas, libertas, horizontais, que possam dar conta de uma nova forma-política, uma forma-política socialista, não entremeada pelo Estado, acima de classes que já não mais existem, pois o Estado seria extinto.

³⁷³ BERTELLI, Antônio Roberto. *A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. Org. tradução e introdução Antônio Roberto Bertelli. Coleção Bases. Vol. 52. Global Editora. São Paulo. 1987.

³⁷⁴ KRAUSZ, Tamás. *Op. Cit.* Pág. 546.

³⁷⁵ Slavoj Žižek é um filósofo, sociólogo, teórico crítico e cientista social esloveno. É professor da European Graduate Schoole pesquisador sênior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana. É também professor visitante em várias universidades estadunidenses, entre as quais estão a Universidade de Columbia, Princeton, a New School for Social Research, de Nova Iorque, e a Universidade de Michigan.

³⁷⁶ ŽIŽEK, Slavoj. *13 опытов о Ленине/ 13 опытов о Liénine. (em tradução livre nossa: “13 experimentos sobre Lênin”)*. Moscou. Ad Marginem. 2003. Pág. 252-253.

A negação da possibilidade de transição ao socialismo com a manutenção das formas sociais capitalistas, que se não superadas mantém a produção atomizada, o trabalho humano abstrato, o império do valor, tudo que o socialismo, segundo Lênin, precisa ultrapassar para superar o “estreito horizonte” da sociedade burguesa.

Pois não há um sinal igual arbitrário entre as posições de Lênin sobre o Estado, como se o teórico russo o definisse apenas como instrumento da classe dominante, nem à teoria política de Lênin contraposta à visão do Estado como derivação da forma mercadoria.

O próprio Lênin em “Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os socialdemocratas?”, de 1898, escreve que “como na fundação da igualdade civil, liberdade de contrato e princípios similares do Estado de Direito, aí reside a relação entre produtores de mercadorias”³⁷⁷.

Ou seja, para Lênin, a forma política estatal, ou o Estado, através da forma jurídica da igualdade entre os sujeitos de direito, sejam exploradores ou explorados, é um reflexo da forma-mercadoria, que por sua vez é usada pela burguesia como arma na luta de classes como se a igualdade fosse absoluta, para a submissão consentida do proletariado.

Para Lênin as formas sociais nunca foram apenas manipulação, mas sim formas materiais derivadas das relações sociais concretas, tanto que a igualdade jurídica não implica em igualdade política, nem tampouco em igualdade uma igualdade universal humana, abstrata, isto é, sem classes.

Lênin, em *O Estado e Revolução*, como já vimos acima, no capítulo “As condições econômicas do fenecimento do Estado”, se refere claramente à Crítica do Programa de Gotha, ao afirmar que mesmo na fase inferior do comunismo, ou na fase socialista, com o fim da propriedade privada dos meios de produção, e o advento da sua propriedade social, cada indivíduo faz uma parte do trabalho socialmente necessário e recebe da sociedade, organizada no Estado transitório, uma quantidade de produtos equivalente ao seu trabalho, descontado uma parte destinada ao conjunto da sociedade.

Ou seja, segundo Lênin e Marx, ainda há, na transição, uma igualdade jurídica e um Estado capitalista, mesmo que sem burguesia, isto é, o direito igual ainda é um direito burguês, e que como todo direito, pressupõe uma desigualdade, pois todo direito consiste na aplicação de uma regra única à pessoas diferentes, não iguais, logo o direito igual é uma violação da igualdade e da justiça.

³⁷⁷ LENIN, Vladimir I. *Quem são os “amigos” do povo e como lutam contra os socialdemocratas*. Moscou. Progreso. 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/Lenin/works/1894/friends/01.htm#v01zz99h-131-GUESS>. Acesso em: 21 dez. 2018.

Para Lênin e para o programa original da Terceira Internacional, do qual ele foi o principal elaborador, na primeira fase do comunismo, isto é, no socialismo, ainda não há igualdade e, portanto, também ainda não há justiça, pois ainda há diferenças de acumulação individual de riqueza. Há, portanto, no socialismo, “apenas” o fim da propriedade privada dos meios de produção e como isso o fim da exploração do homem pelo homem, mas persiste ainda, como uma herança do passado capitalista, uma distribuição desigual dos bens para o consumo, de acordo com o trabalho desigual e não conforme as necessidades, sejam do corpo ou espírito.

Por isso, entre outros motivos, persistem o Estado e o Direito, ainda burgueses, apesar de já não mais haver burguesia. O fim da propriedade privada, não é, portanto, nem para Marx, nem para Lênin ou para a Terceira Internacional o objetivo final, mas apenas o primeiro passo e, ao mesmo tempo, uma condição *sine qua non* para os passos seguintes.

Insistimos, nem para Marx, nem para Lênin ou para o programa fundacional da Terceira Internacional, tanto o Estado como o Direito, ou a forma-política e a forma-jurídica, ainda permanecem, mas já com outro conteúdo social relacional e na função da regulação da produção, circulação e distribuição dos bens, não mais como mercadorias, isto é, sem valores de troca, ou seja, já abolida forma-mercadoria, mas sim como valores de uso, tanto para os produtos do trabalho, como para o trabalho que os produz.

Por isso ainda existe um Estado e um Direito, que têm medida de padrão equivalentes para trabalhos e distribuições diferentes. O Estado e o Direito, enquanto formas sociais relacionais, apenas começam a morrer.

Apenas quando as desigualdades materiais e sociais, herdadas do capitalismo, forem totalmente superadas é que se poderá superar as formas políticas e jurídicas, pois não haverá mais a necessidade de se adotar padrões iguais, leis do Estado, p.ex., para realidades diferentes que não mais existirão. Apenas aí começará o reino da plena liberdade.

Vimos, portanto, que Lênin sempre teve como teoria e programa a extinção do Estado, por seus fundamentos mais profundos, desde seus “átomos”.

Lênin nunca conceituou o Estado ou o Direito como “proletários”, ao contrário, sempre os definiu como burgueses ainda que sem burguesia, porque servem à finalidade da “fiscalização rigorosa do trabalho fornecido e do consumo” na medida de sua equivalência geral, isto é, do valor de troca da forma-mercadoria.

Mas este Estado, ainda burguês, sem burguesia, deve ser administrado diretamente pela classe trabalhadora e não por “funcionários” ou uma burocracia estatal apartada dos trabalhadores, de uma suposta instância social terceira em relação às relações de classe.

Por isso, o poder político de fato deve ser exercido pelos organismos dirigentes da base social, isto é, os “soviets de operários camponeses e soldados”, e não por uma “superestrutura” distante, nem o “soviet supremo” ou o “Politburo”.

Não se pode simplesmente desconsiderar todo o duro debate travado por Marx e Engels contra o anarquismo na Primeira Internacional sobre as diferenças entre Socialismo e Comunismo, como mediações necessárias para a transição ao invés da destruição imediata do Estado, e, como se não bastasse esse “esquecimento”, atribuem a Marx, Engels e Lênin, ou as três internacionais a pecha de “marxismo tradicional” como se eles também defendessem a manutenção e a ampliação do Estado.

Para Lênin, sua teoria do Estado governado pelo proletariado como transição política para a superação não só das classes sociais, mas também a superação de todas as formas sociais capitalistas, incluindo a própria forma-política estatal.

Não podemos passar uma borracha nas diferenças e mediações entre socialismo e comunismo na teoria e programa de Lênin, como se ele tivesse defendido a manutenção do Estado.

Tanto que em Lênin, ao Estado, na fase socialista, conservar a propriedade social dos meios de produção e a igualdade do trabalho e da distribuição, faz com haja uma, ainda não total, mas importante, mudança no conteúdo social, de classe, deste Estado e também na forma do Estado, por ser e aparecer como diretamente controlado pelos trabalhadores, e não mais não-ser mas aparecer como uma forma de um poder público impessoal, separado da sociedade, como aparece o Estado burguês no capitalismo, sob a burguesia, propriamente dito.

Pois, como bem sabia e escrevia Lênin o que dá a característica de classe Estado é sua forma, mesmo que pudesse haver pequenas, mas, neste caso, desimportantes, mudanças em seu conteúdo social, de classe; se, p.ex., um partido ou movimento da classe trabalhadora tomasse esse Estado e mantivesse sua forma, estaria mantendo a sua forma social relacional, e, portanto, seu conteúdo profundo capitalista e burguês, mesmo sem burguesia.

As diferenças entre as formas de exploração feudal, capitalista e socialista, e as formas derivadas da sociedade mercantil no Estado, são claras em Lênin, mas obscuras nos pós-marxismos.

Para Lênin o Estado, nos momentos de tensão social e política, onde os equilíbrios conferidos pelas formas sociais são desfeitos, a burguesia não busca o reequilíbrio no poder acima das classes, mas, pelo contrário, usa diretamente o Estado com máxima força na luta de classes contra o proletariado.

Ou seja, em Marx e Lênin, a especificidade da forma moderna do Estado é advento da sua autonomia relativa, como distante das classes e da luta de classes, é exatamente isso: relativa. Isto é, à classe de seu conteúdo social e relativa à situação de equilíbrio ou desequilíbrio, à crise ou à estabilidade sociais e políticas.

Lênin, não elaborou uma crítica do Estado como a mesma profundidade que Marx elaborou a crítica da economia política, mas uma crítica do estado que se pretenda marxista e leninista não pode prescindir de toda contribuição em mais de setenta anos a este respeito, ou tomar apenas as categorias abstratas simples do primeiro livro de O Capital, desprezar os elementos concretos da sociedade e sua combinação com as formas sociais abstratas, mas não menos reais.

Qualquer desprezo pelas relações entre os concretos e os abstratos, para além de expressar uma diferença com a teoria com Lênin, com o programa de “O que fazer?”, seria também uma diferença com a estratégia.

Lênin percebia a forma política estatal refletida na igualdade formal jurídica em abstrato como reflexos da igualdade da troca da forma-mercadoria, e que esta forma-política aparentemente neutra do Estado é expressão invertida de seu conteúdo de classe burguês, e, estes são os fundamentos mais profundos da crítica de Lênin ao Estado, e não os da ontologia de Lukács, muito menos a dos críticos de Lukács como se suas posições fossem as de Marx e Lênin.

4.4 – Terceiras posições sobre o pensamento de Lênin

4.4.1 - Classes, Estado, Direito e Transição

Antes do retorno às obras de Lênin, por fim, preliminarmente, precisamos aprofundar o conteúdo de nossa tese sobre a relação entre Estado, Direito e transição no sentido da superação das formas sociais capitalistas.

A roda não foi reinventada, mas o eixo abaixo do centro de gravidade foi reposicionado. Piotr Stutchka, Evguiéni Pachukanis e Louis Althusser deixaram grandes contribuições e inovações para nossa prospecção, que aqui tomamos como marcos referenciais nos quais nos apoiaremos para irmos às raízes dos problemas que nos propusemos a discutir. Se *O Estado e a Revolução* revela o fundamental da filosofia política e jurídica de Lênin, mas não sua totalidade.³⁷⁸

Em Piotr Stutchka e em Evguiéni Pachukanis, é que a filosofia marxista do Estado e do Direito começa a se aproximar de uma totalidade concreta, ainda que de pensamento, i.e., teórica, mas que expressa de modo mais científico e completo as profundas conexões das gêneses, histórica e presente, da sociedade mercantil, da forma-mercadoria, com toda sua superestrutura política e jurídica.

Piotr Stutchka, 1865 a 1932, foi um advogado e político letão, presidente e primeiro-ministro da Letônia, de 15 de janeiro a 22 de maio de 1919, jurista e filósofo soviético, como comissário do povo de Justiça de novembro de 1917 a março de 1918 e presidente da Suprema Corte da República Socialista Federativa Soviética Russa de janeiro de 1923 a janeiro de 1932.

Após seu retorno da Sibéria, onde ficou preso por cinco anos, Stutchka retoma sua atividade política em 1904, participa da criação do Partido Trabalhista Social-Democrata da Letônia (LSDSP), do qual ele será membro do comitê central.

Em 1906 Stutchka encontra-se com Lênin e adere às teses bolcheviques. A partir de 1911, Stutchka torna-se um dos editores do jornal bolchevique *Zvezdá* ("Estrela") e depois de seu sucessor, o *Pravda* ("Verdade"), até serem banidos em 1914. Em fevereiro de 1917, Stutchka participa da Revolução de Fevereiro, como um dos editores do *Pravda*. Após a Revolução de Outubro de 1917, Stutchka foi eleito Comissário para a Justiça (equivalente a ministro), cargo que ocupou até março de 1918.

Stutchka tem em Lênin seu modelo político e teórico. Em 1920 Stutchka passa a ser um do Comitê Executivo da Terceira Internacional, e, a partir de 1921, ele volta ao Comissariado

³⁷⁸ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2014. Pág. 466.

do Povo para a Justiça, mas desta vez como substituto, em 1923, Stutchka é eleito para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal da RSFS da Rússia, que ele manteve até sua morte, em 1932.

Stutchka participou ativamente da elaboração das leis soviéticas e publica numerosas obras jurídicas, tais como *O Papel Revolucionário da Lei e do Estado* em 1921 e *A Revolução da Lei* em 1923. Naquela época, de 1925 a 1927, ele foi editor-chefe da Enciclopédia *O Estado e o Direito Soviético*, do qual Evgueni Pachukanis também participou, com o qual Stutchka compartilhava uma visão do Direito, destinada a identificar as relações jurídicas com as relações econômicas subjacentes e sociais, de classes.³⁷⁹ Para Stutchka o direito é “um sistema (ou ordenamento) de relações sociais correspondente aos interesses da classe dominante e tutelado pela força organizada desta classe”³⁸⁰, i.e., o Estado.

Durante o processo de formação de um pensamento jurídico marxista na Rússia, do final do século XIX ao início do XX, as primeiras filosofias do direito com base no marxismo, ainda eram muito presas a um “psicologismo” metodológico, para o qual a “consciência” jus filológica expressava sua classe social, como origem ou como projeto de sociedade.

Piotr Stutchka foi o primeiro pensador marxista do direito a superar essa visão e método, que abriu os horizontes com novas ideias e questões de fundo, colocando o direito não apenas como expressão individual e coletiva dos membros de uma ou de outra classe, mas como expressão da luta de classes, isto é, não como reflexo mecânico e imediato, mas como resultante de um processo histórico contraditório, como produto das tensões sociais.

Tendo como base elementos mais gerais da obra de Marx como base para sua elaboração jurídica, Stutchka conceitua o sistema jurídico como expressão das relações sociais entre as classes, dominante e dominadas, na qual a primeira se apoia na sua força organizada, o seu Estado. Em ‘O problema do Direito de Classe e da Justiça de Classe’³⁸¹, de 1922, Stutchka escreve:

³⁷⁹ OLMANE, Pūce. *Pēteris Stučka: Biobibliogrāfiskais rādītājs / Петр Стучка: Биобиблиографический указатель* (in Latvian and Russian). Riga: Viļa Lāča Latvijas PSR Valsts bibliotēka. (Ok, p. Owl, O. (1988). Peter Stučka: Índice biobibliográfico / Петр Стучка: Биобиблиографический указатель (em letão e russo). Riga: Biblioteca Estatal de Viļa Lāča da RSS da Letónia.) Disponível em: <http://www.letoniabrasil.org>. Acesso em: 15 dez. 2018. (traduzido eletronicamente).

³⁸⁰ STUTCHKA, Piotr. *Direito e luta de classes*. Trad. Soveral Martins. 2. ed. Coimbra. Centelha. 1976. Pág. 34.

³⁸¹ STUTCHKA, Piotr. *Das Problem des Klassenrechts und der Klassenjustiz* (O Problema do Direito de Classe e da Justiça de Classe), in: *Kleine Bibliothek der Russischen Korrespondenz* (Pequena Biblioteca da Correspondência Russa), Nr. 80-81. Hamburg 8: Verlag Carl Hoym, Nachf. Louis Cahnbley. 1922. Pág. 3 *et seq.* Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/PECAP8.htm>. Acesso em: 21 dez. 2018.

Quando nos vimos forçados, em 1919, a formular, no Comissariado da Justiça, nossa concepção de Direito, lapidamos a seguinte sentença, que adquiriu, além disso, caráter oficial, tendo sido acolhida, em russo, nos preceitos fundamentais do Direito Criminal (vide Compilação das Leis de 1919, Nr. 66, art. 590): "O Direito é um sistema (ou uma ordem) de relações sociais, que corresponde aos interesses da classe dominante e que, por isso, é assegurado pelo seu poder organizado (o Estado)."³⁸²

O principal avanço científico de Stutchka com esta definição categorial é situar a questão do direito a partir de critérios objetivos, superando o formalismo e descortinando-o como um fenômeno social e histórico, i.e., não eterno, que se transforma como tempo.

Stutchka estabelece assim um critério científico, com suas contradições lógicas e materiais, como uma medida de verificação, um padrão de medida para a classificação de diferentes direitos. Stutchka revela as conexões da luta de classes com o Estado e com o direito. Nas palavras de Adriano de Assis Ferreira:

Stutchka procurará aceitar integralmente as teses de Marx, buscando extrair delas sua fundamentação para compreender o direito. Partirá da ideia de modo de produção, buscando derivar todos seus conceitos políticos e jurídicos do papel ocupado por eles dentro do processo de produção capitalista.³⁸³

Stutchka propõe um esclarecimento da origem dialética do direito e supera as definições anteriores, positivistas, escolásticas, compreendendo o direito com base em relações sociais concretas, em relações de produção, como o fundamento do fenômeno jurídico, como um fenômeno social e histórico complexo, conectado com as relações de produção, e específico à estas determinadas relações de produção capitalistas, e destas relações de produção específicas, conectadas à superestrutura política e jurídica, Estado e Direito, numa ida e volta dialética.

“As formas do direito, portanto, seriam a própria relação social, de natureza econômica, da qual brota o interesse da classe dominante, que normalmente se converte em lei, e que precisa se manifestar de modo genérico e universal, pois esse interesse de classe requer a manutenção de seu polo antagônico, o trabalhador que será explorado. Essa soma toda ‘realiza formalmente’ a relação econômica e caracteriza o direito burguês. Sua unidade viria naturalmente do desenvolvimento econômico, que reproduziria o direito, e da pressão exercida, por meio da lei, pela classe dominante.”³⁸⁴

³⁸² STUTCHKA, Piotr. *Direito de classe e revolução socialista*. Org. e trad. Emil Von München. 2ª ed. São Paulo. Ed. Sundermann. 2001. Pág. 76.

³⁸³ FERREIRA, Adriano de Assis. *Questão de classes: direito, Estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis*. São Paulo. Alfa-Ômega. 2009. Pág. 75.

³⁸⁴ STUTCHKA, Piotr. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. São Paulo. Acadêmica. 1988. Pág. 93.

Stutchka associa, assim, as relações de produção às questões de fundo do direito correlacionando as categorias jurídicas às categorias da produção, como o direito à propriedade privada dos meios de produção, o contrato de compra e venda de mercadorias simples e o contrato de compra da mercadoria força de trabalho, que movem as relações de produção capitalistas, que por sua vez movem o direito. Segundo Stutchka,

“Se agora tomarmos a ler a célebre passagem do *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, onde está definida a relação de propriedade como simples expressão jurídica das relações de produção, teremos diante de nós quase todo o direito burguês: o direito de propriedade, o contrato de compra e venda (de troca) e o contrato de trabalho.”³⁸⁵

A conexão da relação jurídica do direito de propriedade privada dos meios de produção com as relações de produção é, para Stutchka a *forma jurídica concreta*, enquanto as variações não-estruturais conformam a sua *forma jurídica abstrata*.

O formalismo jurídico, para Stutchka, corresponde, portanto, ao normativismo, segundo ele não diretamente ligado às relações de produção. responde por tal momento, que, por sua vez leva a um nível subjetivo do direito. Como explica Stutchka:

“A primeira destas duas formas e, portanto, a *forma jurídica concreta* da relação, coincide com a relação econômica, enquanto a *forma abstrata*, proclamada na lei, pode não coincidir e chega frequentemente a diferenciar-se muito da relação econômica. Além disso, existe uma *terceira forma* que, segundo uma conhecida expressão de Petrazickij, podemos chamar de *forma “intuitiva”*: a “emoção” psíquica interna, que o indivíduo sente nas diversas relações sociais, o juízo que emite sobre elas sob o ponto de vista da “justiça”, da “consciência jurídica interna”, do “direito natural” etc., ou, por outras palavras, da *ideologia*.”³⁸⁶

Ou, nas palavras de Manuel Atienza e Juan Ruiz Manero:

“Utilizando uma terminologia mais atual caberia dizer que as três ‘formas’ de Stutchka viriam corresponder, de modo exato, à distinção usual entre fato, norma e valor, ou ainda entre direito efetivo, direito válido e direito justo; mas o especial de Stutchka consistiria em privilegiar o primeiro destes elementos (daí que a sua seja uma

³⁸⁵ STUTCHKA, Piotr. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. São Paulo. Acadêmica. 1988. Pág. 78.

³⁸⁶ STUTCHKA, Piotr. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. São Paulo. Acadêmica. 1988. Pág. 79.

concepção sociológica do direito) e interpretá-lo numa chave econômica.”³⁸⁷

Adriano de Assis Ferreira explica:

“Em cada uma das formas jurídicas apareceria o caráter classista. Na relação concreta o caráter de classe brotaria da distribuição dos meios de produção e dos homens e suas relações. Na lei, o caráter de classe seria dado pelo poder estatal da classe. Na ideologia, pela consciência de classe. Em todas as formas, assim, se desenvolveria uma luta contra sistemas de interesses contrários, uma luta de classes.”³⁸⁸

Das suas definições mais gerais e do estudo do *corpus* do direito Stutchka leva à possibilidade de direito de classe dos trabalhadores ao lado de um Estado com o mesmo caráter de classe, mas Stutchka baralha essa hipótese apenas como medida de transição, portanto provisória, sem nunca deixar de lado a necessidade do desaparecimento dos dois fenômenos sociais e históricos, correlatos, Direito e Estado. Segundo Stutchka:

“Era necessário destruir as velhas relações de produção, porém, falta ainda uma nova organização para substituí-las. Certamente, ter-se-ia incorrido em erro quem anulasse, com um simples parecer, todo o passado, buscando, por assim dizer, a “normalização”, ou seja, declarando normal ou mesmo legal a nossa ruína puramente russa, que se explica, de certo modo, pelas condições exclusivamente russas do nosso atraso. [...] Esta breve descrição é suficiente, a meu ver, para definir a função revolucionária do direito, tal como Marx a destacou a propósito da legislação operária. Como o direito de uma classe ascendente, tem grande importância criadora nos momentos de mudança decisiva, mas, como o direito de uma classe dominante em decadência, tem apenas um sentido contrarrevolucionário. É necessário, no momento atual, ter em mente especialmente as palavras de Engels sobre a *concepção jurídica como concepção burguesa do mundo em geral*. Não se deve supervalorizar a importância do direito e da lei como fator revolucionário, e muito menos supervalorizar a sua função.”³⁸⁹

Stutchka critica, assim o uso do direito como fator revolucionário, bem como ao Estado como um aparato burocrático que já começava a negar seu perecimento futuro. Para Stutchka dever-se-ia:

³⁸⁷ ATIENZA, Manuel; MANERO, Juan Ruiz. *Marxismo y filosofía del derecho*. México. Fontamara. 1998. Pág. 74. (tradução nossa).

³⁸⁸ FERREIRA, Adriano de Assis. *Questão de classes: direito, Estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis*. São Paulo. Ed. Alfa Ômega. 2009. Pág. 93.

³⁸⁹ STUTCHKA, Piotr. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. São Paulo. Acadêmica. 1988. Pág. 116.

[...] repelir qualquer teoria revisionista e economista que pregue a *incapacidade da lei revolucionária*, em face das relações de produção burguesa. Porém, devemos igualmente precaver-nos em face dos legistas [legisladores] revolucionários que *acreditam na onipotência do decreto revolucionário*. Da força da classe vitoriosa, dos êxitos da sua luta de classes (que apenas mudou os seus métodos) depende a vitória definitiva do novo sistema de relações sociais no interesse do proletariado.”³⁹⁰

Enfim, para Stutchka o direito é um fenômeno em conexão com a luta de classes e com as relações de produção, como uma forma do capital, onde não entra o sujeito, o indivíduo, apenas as classes e suas lutas. As mudanças nas formas do direito, concretas e abstratas se dão, então, pela correlação de forças na luta de classes e pela posição das classes com relação ao Estado. O direito é uma forma específica do capitalismo porque o direito é a forma do capital.

Ou seja, na perspectiva, da luta de classes uma classe domina e outra dominada, o direito vigente é o direito da classe dominante nessa relação, o que pode levar a concluir que em uma sociedade e Estado saídos de uma revolução da classe trabalhadora, seria possível um “direito-revolucionário”, ou de um “direito proletário”.

Em “Direito de classe e revolução socialista”, de Piotr Stutchka, com compilação de artigos escritos entre o período de 1918 e 1922, além do primeiro decreto sobre o Tribunal do *Conselho dos Comissários do Povo*, de 1917 (integrado então por Lenin, Trotsky, Stalin, Stutchka entre outros), traduzidos em 2001 pelo advogado e professor Emil von Munchen, diretamente do original russo e de um ensaio em alemão, o artigo de Stutchka que inicia o livro, “Tribunal velho, tribunal novo”, de 1918, trata dos dispositivos normativos com origem no primeiro decreto do Conselho dos Comissários do Povo sobre o Tribunal, que determinou a abolição do senado e dos antigos tribunais, como medida de ruptura e, ao mesmo tempo de transição ao socialismo.

Este decreto redigido por Stutchka abolia toda a estrutura judiciária do antigo regime russo e convocava eleições para todos os cargos da magistratura, a formação de tribunais locais e regionais, atacando também toda a velha estrutura burocrática jurídica e estatal do velho regime e, simultaneamente, criava meios de fiscalização e controle da nova classe dirigente do Estado, os trabalhadores, sobre os tribunais:

³⁹⁰ STUTCHKA, Piotr. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. São Paulo. Acadêmica. 1988. Pág. 134.

“Apenas o decidido despedaçamento de todo o velho edifício [as instituições judiciárias tradicionais] pode conduzir a uma mudança nas concepções daquele ‘estamento’ tão conservador como o dos juristas e induzi-los a pensar que eles mesmos devem existir para o povo e não o povo para eles.”³⁹¹

Todos os cidadãos podiam concorrer à magistratura. Foi abolida também a profissão de advogado. Stutchka encabeçou assim uma ruptura revolucionária com a antiga ordem e ao mesmo tempo, uma reorganização da ordem jurídica de forma transitória, com parte de um processo de reelaboração jurídica com base nas massas trabalhadoras insurretas.

Stutchka entendia por legalidade socialista o conjunto de preceitos jurídicos que se baseavam no poder dos soviets, como expressão da correlação de forças institucional da luta de classes, em que tal legalidade jurídica e o Estado deviam ser transitórios e, portanto, submetidos a constantes transformações, adaptações e mesmo supressões.

No artigo “A constituição da guerra civil”, de 1918, Stutchka discute as condições da transição e as contradições com a necessidade de uma ordem, portanto estatal e jurídica, em conflito com o processo em curso de tomada do poder pelos trabalhadores.

Stutchka perguntava “*como é possível uma constituição escrita em uma época de transição, em que ‘apenas o movimento é permanente’?*”³⁹², cuja resposta era a possibilidade de alterações irrestritas e ilimitadas, não havia “cláusulas pétreas”, todo poder pertencia aos trabalhadores, o traço fundamental da cidadania soviética era a condição de trabalhador.

Mas no artigo “Direito Proletário”, de 1919, Stutchka tentou dar respostas imediatas às polêmicas em debate relativo a uma teoria marxista do direito.

Seu ponto de partida é que o direito se constitui num um sistema de relações sociais, e somente após essa base material relacional, se configura também como normas que, por sua vez, regulam as relações sociais onde se origina. Como ele diz “*O Direito é um sistema (ou uma ordem) de relações sociais, que corresponde aos interesses da classe dominante e que, por isso, é assegurado pelo seu poder organizado (o Estado)*”³⁹³.

Aqui sua visão objetivista que conecta diretamente o direito com a superestrutura é exposta, tendo direito e estado como meios de dominação e exploração de classe, no sentido que o direito de transição, do proletariado como classe dominante, “*as relações entre os homens*

³⁹¹ STUTCHKA, Piotr. *Direito de classe e revolução socialista*. Org. e trad. Emil Von München. 2ª ed. São Paulo. Sundermann. 2001. Pág. 14.

³⁹² STUTCHKA, Piotr. *Direito de classe e revolução socialista*. Org. e trad. Emil Von München. 2ª ed. São Paulo. Sundermann. 2001. Pág. 27.

³⁹³ Idem, pág. 76.

*no ordenamento socialista serão reguladas não pela coerção, mas pela boa vontade consciente dos trabalhadores, isto é, pela nova sociedade inteira*³⁹⁴. Assim, o “direito proletário” é resultado de uma inversão na correlação de forças da sociedade, no seu processo de ruptura rumo a uma nova ordem, hegemônica pela classe trabalhadora, sendo direito somente por ser direito de classe articulado em um estado que também é de classe.

A concepção de direito de Stutchka, classista e socialista, defende um novo ordenamento social, político e jurídico devido seu caráter peculiar como parte do fenômeno da transição que precisa de um direito e de sua legitimação, como mais um elemento transformador da sociedade, que nega a si mesmo, pois pressupõe sua própria extinção. Um direito que nasce e participa do processo revolucionário, de ruptura e reconstrução social, com vistas a superação das formas sociais capitalistas, inclusive de suas próprias formas concreta e abstrata.

A conformação de um direito de transição, nos moldes de Stutchka também depende da necessidade de “libertar as mentes do proletariado do modo burguês de pensar”. Pois a mudança no conteúdo social do estado e do direito de burguês para proletário, poderia subverter sua forma, mas esta subversão dependeria de ações conscientes de sujeitos determinados, nos termos de que “não estamos penetrados pela convicção de que todo Direito é apenas um Direito de classe e que não possa ser nada de diferente”³⁹⁵.

Essa concepção de direito proletário de transição de Stutchka cresce e se aprofunda no mesmo compasso que a transição, de fato se alonga no tempo e que suas contradições afloram. Tanto que no texto “O problema do direito de classe e da justiça de classe”³⁹⁶, de 1922, Stutchka aprofunda sua análise e avança em sua teoria de forma mais sistematizada.

Esse direito proletário, de Stutchka, também não pode nunca perder a pretensão, também subjetiva de ser um direito de transição, provisório e não “um direito em geral”, permanente, sob pena de não se extinguir, combinação de fatores objetivos e subjetivos.

Pois a necessidade de se constituir uma ordem social, política e jurídica socialista fez com que o direito ficasse cada vez mais coercitivo, que libertador. Assim, a Stutchka e à sua teoria, cada vez mais apenas lhe restava um apelo ao fator subjetivo.

O pensamento jurídico de Stutchka nos permite pensar não só uma forma jurídica radicalmente democrática com controle e participação popular, mas também a sua superação enquanto superestrutura de dominação necessária à exploração.

³⁹⁴ STUTCHKA, Piotr. *Direito de classe e revolução socialista*. Org. e trad. Emil Von München. 2ª ed. São Paulo. Sundermann. 2001. Pág. 35.

³⁹⁵ Idem. Pág. 61.

³⁹⁶ Idem idem. Pág. 71.

Os erros da primeira experiência histórica de tentativa de superação das formas e conteúdos sociais capitalistas não podem ser depositados somente na conta de uma insuficiência teórica e programática, mas também nos limites subjetivos, tanto dos sujeitos sociais, proletariado e camponeses, como dos sujeitos políticos, vanguarda, partido e intelectuais. Os limites foram tanto objetivos como subjetivos.

A incompletude de Stutchka está no hiato sem mediações entre sua análise objetivista do Estado e do Direito e de sua relação, em certa medida, mecânica, com as classes sociais em lutas, por um lado, e sua proposição subjetivista, baseada na “boa vontade”, na “consciência”, na “confiança”, dos sujeitos, por outro lado.

Stutchka não teve tempo de ver sua proposição teórico e programática ser negada na teoria e na prática, também pelo resultado do subjetivismo, da “má vontade”, da “inconsciência”, da “desconfiança”, dos sujeitos, que apenas quatro anos após a sua morte, reverteu o caráter transitório da teoria e do programa para o Direito e para o Estado, para uma teoria e uma prática de um Estado que não mais definharia nem desapareceria, pelo contrário, cresceria e se fortaleceria, e de um Direito que não mais negaria a si mesmo, que deixaria de ser uma crítica marxista do direito, e para se afirmar como uma apologia de uma teoria geral, eterna, enfim, em uma falsificação/inversão da teoria e do programa originais de Marx e de Lênin.

4.4.2 –Estado, Direito e Transição, forma-jurídica e forma-política

Para efeito de nossa Tese os conceitos de Estado, Direito e Transição além centrais e intitulares desta pesquisa, ao lado do conceito de forma-jurídica também precisam ser tratados preliminarmente, menos pelo contorno desses conceitos em si e mais pelo conteúdo categorial do debate que se apresenta, i.e, como definimos e utilizamos tais conceitos.

Assim, em 2017 foram publicadas no Brasil duas edições da obra mais importante de Evguiéni B. Pachukanis: *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, uma pela Boitempo³⁹⁷ e outra pela Sundermann³⁹⁸. Ambas excelentes, a primeira com prefácios e posfácios sobre o autor e a obra e a segunda com ensaios escolhidos do autor pela primeira vez traduzidos do russo para outro idioma. Já havia uma edição anterior da editora Acadêmica, de 1988, mas esgotada.

A Teoria Geral do Direito e o Marxismo (1924) “fez parte de um intenso debate na Rússia pós-revolucionária dos anos 20. Entretanto, após os expurgos stalinistas dos anos 30, que vitimaram diversos intelectuais, dentre os quais Evguiéni B. Pachukanis.”³⁹⁹ Conforme explica Joelton Nascimento:

Pachukanis elabora nesta obra uma tentativa de análise baseada em uma “*microscopia social*” tal como aquela realizada por Marx em *O Capital*, isto é, também ele elaborou uma análise da forma mais abstrata e simples a partir da qual as formas-sociais capitalistas desenvolvidas funcionam, assim como Marx desenvolveu a mercadoria como a forma elementar da sociabilidade capitalista. [...] É digno de nota a clareza com a qual Pachukanis levanta este problema: “*O homem torna-se sujeito de direito*” diz-nos ele, “*com a mesma necessidade que transforma o produto natural em uma mercadoria dotada das propriedades enigmáticas do valor*” (1989, p. 35).⁴⁰⁰

Ou nas palavras do próprio Pachukanis:

Aqui, o conceito de direito é visto exclusivamente do ponto de vista do conteúdo; a questão da forma do direito como tal não é sequer colocada. Entretanto, não resta dúvida de que a teoria marxista não deve apenas

³⁹⁷ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. (Moscou, 1924). Tradução de Paula Vaz de Almeida. Revisão técnica de Alysson Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017.

³⁹⁸ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo e Ensaios Escolhidos*. Trad. Lucas Simone Coord. Marcus Orione. São Paulo. Sundermann. 2017.

³⁹⁹ LOISEAU, Léon. *Directions pour une approche marxiste du droit: la théorie générale du droit d’E. B. Pachukanis*. Actuel Marx en Ligne n. 16, 2002. Disponível em: <http://actuelmarx.u-paris10.fr/alp0016.htm>. Apud: NASCIMENTO, Joelton. *Com Pachukanis para além de Pachukanis*. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2017/03/29/com-pachukanis-para-alem-de-pachukanis-direito-dialetica-da-forma-valor-e-critica-do-trabalho/>. Acesso em: 01 dez. 2018.

⁴⁰⁰ Idem.

examinar o conteúdo material da regulamentação jurídica nas diferentes épocas, mas também oferecer uma interpretação materialista da própria regulamentação jurídica como uma forma histórica determinada.⁴⁰¹

Márcio Bilharinho Naves⁴⁰² já nos mostrou que para o Pachukanis desde a primeira edição de *Teoria Geral do Direito e o Marxismo* em 1924, em consonância com sua conceituação das categorias sociais, forma valor-capital, forma jurídica, a definição mais precisa dos esforços revolucionários na Rússia ainda era a de um “capitalismo de Estado proletário”.

O vínculo que Marx estabeleceu em *O Capital* e na *Crítica do Programa de Gotha* entre a crítica do trabalho e crítica da forma jurídica é então redescoberto, depois do longo período em que este vínculo foi quase que completamente esquecido pelo marxismo tradicional e pela esquerda em geral.

No “Prefácio” à segunda edição desta obra, Pachukanis diz que Stutchka está correto ao compreender sua interpretação, em *Teoria geral do direito e marxismo*, como aproximação entre forma do direito e forma-mercadoria. No entanto, isto não significava “descobrir a América”, pois, segundo Pachukanis, havia elementos suficientes para ela em Marx e em Engels, equacionando, respectivamente, sujeito jurídico e propriedade de mercadoria, de um lado, e princípio da igualdade e lei do valor, de outro.

No Capítulo V de *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, denominado “Direito e Estado”, Pachukanis defende que a necessidade capitalista de um “Estado de paz” (estabilidade econômica) coincide com o momento em que a troca passa a ser um fenômeno corrente.

Diante dessa necessidade, os mercados e centros comerciais passaram a ter privilégios particulares com vistas à proteção de suas propriedades contra apreensões arbitrárias e a segurança na execução dos contratos. Somente com o desenvolvimento da economia monetária e do comércio, as formas econômicas criaram a verdadeira oposição entre a vida pública e a vida privada, que ao longo do tempo foram “naturalizadas” e passaram a ser o fundamento da teoria jurídica do poder.

Segundo este autor, diante do fato de o Estado possuir funções distintas (tais como travar guerras, com base na razão de Estado; e atuar como fiador da troca mercantil, tendo sua

⁴⁰¹ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 72.

⁴⁰² Márcio Bilharinho Naves (Uberaba, 1952) é um filósofo marxista brasileiro. Bacharel em direito pela Universidade de São Paulo, doutorou-se em filosofia na Universidade Estadual de Campinas, livre-docente pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH - Unicamp. É professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. É um dos maiores estudiosos da América Latina acerca das relações entre o marxismo e o direito, destacando-se pelo rigoroso estudo da obra do jurista soviético Evgueni Pachukanis.

autoridade emanada do Direito) uma só teoria jurídica do Estado é incapaz de abarcar todas as funções deste e, oferecer, assim, uma ótica alterada da realidade.

Na concepção de Pachukanis, o domínio de classe tem uma extensão maior do que a esfera oficial de domínio do Estado. O domínio da burguesia pode ser expresso diante da dependência do Estado em relação ao setor bancário e aos grupos capitalistas e, ademais, na relação de dependência de cada trabalhador individualmente diante da entidade empregadora e, finalmente, na situação de o staff do aparelho estatal estar profundamente relacionado à classe dominante. O autor diz que não seria suficiente explicar que o cenário ideológico construído pela classe dominante serviria para camuflar o seu domínio de classe por trás do aparelho estatal. Mas, segundo ele, para que se verifique as raízes de uma ideologia, faz-se necessário verificar as relações reais que esta exprime.

Assim, o senhor feudal submeteu os camponeses por dispor de uma força armada e, ao longo do tempo, este domínio de fato se revestiu de um “véu ideológico” oferecido pela autoridade emanada de “Deus”. Já a submissão do operário assalariado ao capitalista se desenvolve pela dominação do trabalho morto acumulado que domina o trabalho vivo. O aparelho de dominação, neste caso, está situado acima de cada capitalista individual e é tido como uma força impessoal. Desse modo, não é, principalmente, a coação política ou jurídica sobre o assalariado para que ele trabalhe para um empresário específico, mas sua força de trabalho é colocada no mercado e vendida formalmente por meio de um contrato livre.

A relação de exploração é verificada formalmente pelas relações entre o proletário e o capitalista, que, em tese, possuem mercadorias “independentes” e “iguais”; o poder político de classe pode se revestir na forma de poder público. No caso, a democracia oferece o acesso coletivo da classe ao poder. Ao passo que a sociedade passa a representar um mercado, a máquina do Estado passa a se estabelecer como a vontade geral, impessoal.

Quando os termos da troca passaram a ser determinadas por meio de uma autoridade situada fora das leis “naturais” do mercado, o Estado, os conceitos de “valor de troca” e de “mercadoria” foram alterados.

A coação por meio da violência situa um indivíduo contra o outro, indo ao encontro das premissas iniciais que tinham como base as relações entre os proprietários de mercadorias no âmbito do mercado. Como a coação não pode ser vista como a subordinação de um proprietário diante do outro, esta deve emergir de uma forma camuflada, advinda de uma pessoa coletiva abstrata.

Desse modo, o poder de um homem sobre o outro é expresso como poder do Direito, assim sendo camuflado como o poder de uma norma objetiva imparcial. Nesse sentido, o poder do Estado passa a ser percebido como um fenômeno abstrato e racionalista.

Para Pachukanis, o Estado jurídico é um modelo de conveniência, visto que este pôde substituir a ideologia religiosa e camuflar o domínio das massas por parte da burguesia. Nesta concepção a atuação estatal Estado está permeada pela luta entre todo tipo de agrupamentos, sendo estes, classes, partidos, dentre outros, que podem ser considerados como as “molas do mecanismo do Estado”.

O jurista russo sustenta que antes de criar suas teorias, a burguesia edificou o seu Estado na prática, tendo seu início baseado na Europa Ocidental, nas comunidades urbanas. Os recursos financeiros estatais proporcionaram o surgimento de empregados e funcionários públicos, assegurando ao caráter público da autoridade sua base material.

O aperfeiçoamento do Estado burguês deveu-se ao princípio de que os agentes de troca no mercado não eram capazes de disciplinar sua relação através de sua própria autoridade. A relação de troca capitalista, portanto, criou a exigência de uma terceira parte que funcionasse como uma garantia recíproca dos possuidores de mercadorias enquanto proprietários e também regras que regessem as relações de troca entre esses indivíduos.

Por fim, para Pachukanis, a sociedade de classes não é apenas um mercado no qual se inserem os proprietários de mercadorias autônomos, mas é também uma arena de conflitos entre as classes, na qual o Estado é concebido como uma arma importante.

Se o Estado pode ser uma “arma” para sua própria extinção será uma das questões sobre a atualidade e os limites da obra e do pensamento de Lênin. Por ora voltemos preliminarmente a Pachukanis que afirma que não há uma coexistência, mas um domínio de uma classe sobre a outra.

Pachukanis vislumbra que o acirramento da luta de classes faz com que burguesia revele seu modelo de Estado de Direito, deixando de camuflá-lo, passando a demonstrar a essência do poder estatal como a violência organizada de uma classe que se sobrepõe às demais.

Efetuada uma releitura de Marx, na qual verifica a relação intrínseca entre o Direito e as relações de troca capitalistas, Pachukanis constrói uma crítica ao normativismo jurídico e defende a impossibilidade de constituição de um “socialismo jurídico” ou de um “Direito proletário”, acrescentamos, de um Estado social. Sua posição “antijurídica” centra-se no argumento de que a transição do capitalismo ao socialismo e deste ao comunismo depende da extinção do conjunto de formas [sociais] por meio das quais o capitalismo é operacionalizado,

dentre essas a forma-jurídica, mas não só; também e principalmente a forma-mercadoria, matricial, das quais as demais são derivadas.

Para Pachukanis, é indiscutível que o Direito sirva aos interesses da burguesia capitalista dominante e, assim, defende que a forma jurídica não é uma mera ideologia, mas um operador real que atua no âmbito da complexa sociedade capitalista. Desta forma, Pachukanis inova ao reconhecer que o Direito não é uma “ficção” que deve ser deixada de segundo plano, ao contrário, a forma-jurídica e as demais formas-sociais capitalistas possuem uma autonomia relativa própria no interior do capitalismo, não estando subordinada a outras esferas de poder.

A visão positivista, segundo Pachukanis, encobre a historicidade do Direito, concebendo a forma-jurídica e demais formas-sociais capitalistas como invariáveis em todos os tempos e lugares. Na verdade, as formas-sociais são históricas porque surgem em uma formação social (capitalismo) específica, eminentemente burguesa, alcançando seu pleno desenvolvimento no capitalismo. Somente com o fim da dialética classista, da extinção da sociedade de classes, e da sociedade produtora de mercadorias, sejam Coca-Cola ou AK-47, é que as formas sociais capitalistas serão superadas.

Nesse sentido, Pachukanis verifica que a revolução não pode resultar apenas na ocupação do aparelho estatal e jurídico com vistas ao oferecimento de novas diretrizes comunistas. Justamente pela falta de neutralidade das instituições capitalistas, o Estado e o Direito não podem ser colocados à serviço da transição.

Apesar disso, Pachukanis ainda considerava que a extinção do Direito não se daria de forma instantânea, mas as instituições jurídicas seriam mantidas e desempenhariam funções disciplinadoras por um tempo na sociedade de transição.

Ou seja, as instituições “inimigas” (Estado e Direito) serviriam provisória e mitigadamente aos anseios da sociedade de transição.

Considerando-se a impossibilidade de constituição de um Direito ou Estado eminentemente “proletários”, muito menos um “mercado-socialista”, uma vez que não se pode dissociar o Direito e o Estado do conjunto do sistema capitalista.

A obra de Pachukanis chegou a ser proibida e a concepção de robustecimento do Estado no campo jurídico de Andrei Vichinsky⁴⁰³ ganhou espaço. Contudo, mesmo diante dessa distorção ao pensamento de Lênin, Pachukanis foi preso, condenado como inimigo do Estado e executado em 1937.

⁴⁰³ VYSHINSKY, Andrei. *The law of the soviet state*. Translated from the russian by Hugh W. Babb. New York. The MacMillian Company. 1948.

Como bem observou Celso Naoto Kashiura Jr.:

Retomar, por fim, a radicalidade política dessa crítica [de Pachukanis] – que, por um lado, não nos permite qualquer otimismo ingênuo (vez que retira do direito qualquer esperança e do jurista qualquer protagonismo), mas, ao mesmo tempo, recoloca-nos em nosso campo de batalha, o necessário campo de batalha do marxismo [revolucionário]: a [luta] política, a luta de classes, a revolução.⁴⁰⁴

Ou seja, a tomada do poder político do Estado pelo proletariado, pelas massas, a revolução socialista, para a superação definitiva das formas sociais capitalistas. Mas porque a classe trabalhadora não consegue romper com a forma que a aprisiona? Se este é seu interesse primeiro e último, do ponto de vista axiológico-dialético, da classe trabalhadora, sua libertação das formas-sociais “que a aprisionam”?

Porquê da manutenção e ampliação das formas-sociais capitalistas, a começar pela forma-política-estatal, e, como consequência, das formas-sociais das quais se origina, a forma-mercadoria, forma-valor e forma-jurídica?

Porque o poder das massas, o poder da classe trabalhadora, não avança de tal modo, que em algum momento esta máquina estatal é subsumida por organizações sociais novas, libertas, horizontais, que possam dar conta de uma forma-política socialista, que não será aquela entremeada por um Estado apartado da sociedade?

Estes são os conceitos preliminares deixados por Pachukanis, sobre a teoria jurídica (e política) e a consequente aplicação do programa original de Marx e Lênin, ainda atuais para a realidade deste início de século XXI.

O “índice” do Direito, ou da forma-jurídica, perpassa por todos os outros aspectos da vida social, economia, política, cultura, etc. ou, em outras palavras, o direito “regula”, contorna como uma “pele” os demais aspectos sociais. É justamente objeto de nossa pesquisa os meandros econômicos, sociológicos e políticos mais a fundo, por isso trilhamos da crítica do “caminho do direito”, da forma-jurídica. Porque as

formas sociais, suas estruturas e seus aparatos são ou naturalizados ou, então, olvidados como objeto das lutas revolucionárias transformadoras. Então, o campo da política – seja das classes em luta, dos grupos em pleito ou do próprio direito – é rebaixado das

⁴⁰⁴ KASHIURA JR, Celso Naoto. Pachukanis e os 90 anos de Teoria geral do direito e marxismo. *Verinotio*, revista on-line de filosofia e ciências humanas, Campinas. n. 19, Ano X, abr. 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/268993900/Pachukanis-e-os-90-Anos-de-Teoria-Geral-do-Direito-e-Marxismo>. Acesso em: 21 dez. 2018.

possibilidades de compreensão de suas determinações materiais últimas, o que faz com que o espectro da ação contestadora também nunca aponte para as contradições estruturais do sistema, mas para antagonismos que possam ser absorvidos em jogos de ganho e perda, com composição dentro das mesmas formas sociais existentes. ... A crise do capitalismo presente não é passível de remendos político-jurídicos voluntaristas. A política da crise, que tem se dado como alteração dentro dos mesmos quadros da sociabilidade presente, deve ser vislumbrada no plural, para ser manejada também a partir da chave da alteração revolucionária de suas estruturas. A urgência da mirada teórica alta, para a ação transformadora de superação da sociabilidade presente, não é por conta apenas de uma crise atual nem tampouco por conta do pedaço de globo específico em que se habita, mas por conta do capitalismo como etapa a ser virada na história humana.⁴⁰⁵

A tradição jusfilosófica marxista de Stutchka e Pachukanis foi interrompida com a virada política dos anos 20 para 30 do século XX, atingindo o debate jurídico, sobretudo com a ascensão de Andrei Vichinsky, cuja visão para aquém das questões políticas, o ponto de vista “científico” é pobre, o, forjada num caldo dogmático, remete muito facilmente ao ponto de vista tradicional, burguês, de um positivismo bastante elementar.

Como bem explica Umberto Cerroni,

O ponto de partida de Vichinsky é a aceitação integral da versão stalinista do “materialismo dialético e histórico”, simplificando toda a problemática filosófica e científica e condensando nas poucas citações de Marx dedicadas ao direito uma “teoria completa”, Vichinsky ataca particularmente Reisner, Stutchka e Pachukanis como negadores do caráter normativo e estatal do direito, deduzindo prontamente desta crítica teórica uma acusação política de traição para com o poder soviético, cujo ordenamento normativo representa a “vontade da classe operária traduzida em lei”, e é por isso um conjunto orgânico de regras de conduta destinadas à construção da nova sociedade. Daí o caráter original, peculiar, do direito socialista soviético, que se apresenta como um “direito de tipo novo”, para o qual não valem as críticas de Marx à mediação jurídica (...). E aqui temos a definição que Vichinsky apresenta para o direito: “O direito é um conjunto de regras da conduta humana estabelecidas pelo poder estatal, como poder da classe que domina a sociedade, e também dos costumes e das regras de convivência sancionadas pelo poder estatal e exercidas coercitivamente com auxílio do aparelho estatal, a fim de tutelar, consolidar e desenvolver as relações e o ordenamento vantajosos e favoráveis à classe dominante”.⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/27066/21754>. Acesso em: 02 dez. 2017.

⁴⁰⁶ CERRONI, Umberto. *O pensamento jurídico soviético*. Trad. Maria de Lurdes Sá Nogueira. Póvoa de Varzim: Publicações Europa-América, 1976. p. 77.

Tanto que a quarta Constituição Soviética, de dezembro de 1936, expressão legalizada desse processo retrógrado, muda de fora diametralmente oposta, a concepção jurídica das Constituições anteriores. Declara em seu artigo 1º “*A União das Repúblicas Soviéticas Socialistas é um Estado socialista de trabalhadores e camponeses.*” Justamente contra esse formalismo, que Pachukanis se insurge e não aceita que o Socialismo seja “declarado por lei”, sem que houvesse a superação das formas-sociais capitalistas.

Para Pachukanis há uma negativa veemente da possibilidade de um “direito socialista”, ou seja, da possibilidade de edificação do socialismo a partir do direito. A forma jurídica é uma forma intrinsecamente capitalista: a sociedade socialista, portanto, ou supera a forma jurídica e a forma-política, Estado, ou não se constitui como autenticamente socialista.

A forma jurídica supõe uma produção atomizada, supõe trabalho humano reduzido a trabalho abstrato, supõe o império do valor – tudo que o socialismo deve deixar para trás ao ultrapassar o “estreito horizonte” da sociedade burguesa. “Socialismo” por decreto é permanecer nesse “estreito horizonte”. Um dos pontos deste debate é a virada ideológica, segundo a qual o Estado não mais definharia nem por fim pereceria, mas ao contrário do prescrito por Marx, Engels e Lênin, deveria crescer e se fortalecer.

A linha de “reforço do direito e do Estado” era a pela qual se propunha utilizar o aparelho estatal e o aparelho jurídico como instrumentos de consolidação do socialismo. Ou seja, a lógica intrínseca voltou a ser a do positivismo, não só no Direito, mas do Estado.

Pachukanis foi preso em 20 de janeiro e condenado em 4 de setembro, de 1937. Declarado “inimigo do povo”, executado ainda em 1937, em data incerta, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas. A obra de Pachukanis é então renegada e “proibida” até 1956.

Qual foi o “crime” de Pachukanis? Defender e avançar nas ideias, conceitos e teorias de Marx, Engels e Lênin sobre a superação das formas-sociais capitalistas, do Direito, do Estado?

O sequestro, a tortura e o assassinato de Evguiéni B. Pachukanis, sua execução ilegal, ilegítima e antijurídica, mas sim política, evidenciam o “estatismo” como antítese do pensamento de Lênin. Pois o “estatismo” não aceita a crítica mais profunda de Marx e de Lênin, que expõe as contradições das formas-sociais capitalistas, forma-mercadoria, da forma-valor, da forma-jurídica, Direito, e da forma-política, Estado; e assim impede, bloqueia, a transição.

4.5 – Imediato, mediação, forma e conteúdo

As primeiras posições são, de certa forma, ingênuas, porque não veem as contradições e determinações internas e externas no pensamento de Lênin, porque contém apenas uma crença de que mediante a reflexão é reconhecida a “unidade” ou a “coerência” de seu pensamento, em uma confusão com a enorme autoridade política e moral adquirida após a vitória da revolução russa de outubro de 1917 pelo teórico e prático estudado. Nessa crença, a análise, quase sem crítica, vai direto ao objeto e reproduz o conteúdo das suas sensações e intuições, satisfazendo-se como se já fosse a verdade completa. As análises ingênuas, i. é, quase sem crítica, podem viver dessa crença, mas uma crítica, digna de se autodenominar marxista, não, ainda mais se buscamos atualidade e vitalidade nas ideias e conceitos deixados pelo pensador e realizador russo em evidência, para o presente e para o futuro, cada vez mais complexos, que se nos apresentam.

Esse tipo de reflexão carente de crítica sobre a obra e o pensamento de Lênin poderia até chegar a ser uma especulação filosófica autêntica, mas por ficar nas determinações finitas do pensamento estudado acaba em oposições não resolvidas, portanto não válidas para a atualidade e para o futuro. Assim, nosso interesse nessas primeiras posições preliminares recai apenas em seus limites, i. é, devido ao fato de este tipo de análise pouco crítica ainda estar presente em nossos dias e próximo a nós, tanto nos ambientes acadêmicos como nos movimentos sociais e políticos; essa visão simples e relativamente superficial do nosso objeto de pesquisa e debate; também precisa ser criticada e negada para podermos avançar para o que realmente queremos.

Essa visão antiga considerava as determinações internas do pensamento de Lênin como as determinações fundamentais em si, por essa pressuposição colocava seu pensamento no mais alto grau de filosofar crítico posterior.

Mas essas apologias acríticas, ou muito pouco críticas, eram e ainda são tomadas em suas abstrações como válidas por si mesmas e tidas como capazes de serem suficientes. Aquelas visões pressupunham, em geral, que um conhecimento superficial do pensamento de Lênin poderia lhe atribuir predicados, mas não examinaram nem as determinações de seu pensamento segundo seu conteúdo e valor próprios, nem tampouco pela atribuição dos predicados, unidade ou coerência, p.ex.

Semelhantes predicados são um conteúdo deveras limitado e se mostram como inadequados a plenitude da crítica e não a esgotam de modo algum. Por serem predicados de um sujeito, estão ligados entre si, mas são diversos por seu conteúdo, de modo que são, uns em relação aos outros.

O pensamento de Lênin das análises anteriores foram, de certa forma, tentativas de apreensão da totalidade de sua obra. Mas aquelas análises o via como um sujeito já pronto, pelos critérios de julgamento dos predicados, mesmo sem saber se eram ou não adequados e satisfatórios para as demandas de seus tempos, muito menos para as atuais e futuras.

A realidade, das derrotas das revoluções europeias seguintes a revolução russa de outubro de 1917, o fim da União Soviética e a da restauração do capitalismo na Rússia mostraram que análises pouco críticas ou apologéticas da obra e do pensamento de Lênin não foram adequadas muito menos satisfatórias com relação aos objetivos traçados pelo próprio sujeito “já pronto” em seus escritos.

As análises superficiais da obra de Lênin podem até parecer fornecer apoio fixo. Mas, além de estarem misturadas com o caráter de subjetividade particular, e terem um significado diverso do autor pesquisado, têm uma determinação fixa apenas em suas páginas. Toda proposição superficial, apenas pelos predicados aparentes da obra de Lênin, indica que o sujeito é apenas uma representação inicial.

Na proposição “seu pensamento é unitário” ou “coerente” começa-se com a representação “unitário” ou “coerente”; mas só o predicado enuncia o que ele é ou o que devia ser. Por isso a lógica interna dessas visões limitadas é que o conteúdo da obra de Lênin seria determinado apenas no pensamento, tornando o sujeito um tanto quanto vago. Pois essa forma de proposição, apriorística, ou de juízo moral, não serve para a construção de uma crítica que busque a atualidade e vitalidade dos conceitos fundamentais deixados por Lênin, por ser, assim, unilateral, e, portanto, filosoficamente, falso.

Essa visão limitada tornou-se um dogmatismo moral e político, e, pior, esse “método” levou a outros dogmatismos e doutrinas ainda mais fechados, porque se baseavam apenas nas determinações finitas, limitadas ao seu tempo e ao espaço específicos, mas das proposições “unidade” ou “coerência”, uma é verdadeira, mas a outra falsa.

A primeira parte dessa visão limitada é justamente a ontologia, ou uma busca desesperada e permanente por uma doutrina de determinações abstratas da essência, seja do pensamento de Lênin ou do que for. A falta de um princípio, da enumeração de modo empírico e contingente do conteúdo mais preciso dos casos analisados, como, aliás, fazia Lênin, só pode levar a uma representação superficial, sobre uma ou duas palavras ou também, eventualmente, sobre a etimologia delas. A questão da exatidão da análise, e da completude empírica, tão caras a Lênin, da verdade lógica e da validade das suas proposições vão além da das origens abstratas.

A pergunta se o pensamento de Lênin tem ainda conceitos verdadeiros e válidos não pode ser tratada simplesmente pela verdade de uma ou outra proposição. Indagar se os conceitos deixados por Lênin podem ou não ser atribuídos com verdade lógica e filosófica às realidades presentes e futuras, ou o contrário, o oposto dessa validade dependeria, por simetria de raciocínio, da não-verdade lógica e filosófica da sua invalidade atual, da contradição entre o sujeito da representação, seja nas visões anteriores, seja nesta tese, e os conceitos a serem atribuídos como predicados presentes à sua obra.

Somente os conceitos concretos deixados por Lênin, i. é, os que têm uma determinidade em geral, i. é, uma unidade de diferentes determinações, sendo, portanto, verdadeiros e ainda válidos, ou seja, com contradições internas e externas, algumas resolvidas em seu tempo e espaço, outras, novas, a serem resolvidas em nosso tempo.

Não buscamos uma natureza metafísica eterna da “alma” de Lênin, ou seu pensamento enquanto uma “coisa”, um objeto simples num mausoléu. Não buscamos uma imortalidade de mudanças quantitativas e qualitativas nos tempos passados, presente e futuros, nem nos espaços de tempo entre uns e outros, nem aumentar ou diminuir o seu lugar.

Buscamos em cada contingência da sua época, em cada necessidade de sua atividade, nos limites do seu tempo e do seu espaço, nas suas soluções e suas variações, a originalidade e a validade lógica abstrata que possa ter uma validade concreta atual. Das necessidades internas e externas às causas eficientes e finais, ou causalidade em geral e finalidade específica, buscamos a essência ou a substância do fenômeno, a forma e o conteúdo de um método para a superação positiva das formas e conteúdos sociais capitalistas.

O que levou Lukács ao “empirismo” da “realpolitik” foi a necessidade de explicar conteúdo concreto da prática de Lênin ante às suas teorias abstratas, que por si mesmas não podiam avançar das suas universalidades ideais às particularizações, determinações e contradições, além de a necessidade também lógica de um ponto de apoio para poder provar no terreno das determinações finitas segundo seu método. Esse “empirismo” ao invés de buscar a conexão, caso houvesse, entre contingências e a estratégia, foi buscá-lo na experiência prática.

Esse “empirismo” desconexo tem como fonte de legitimação de suas definições dos conteúdos determinados, suas representações anteriores; a percepção singular da experiência prática tenta elevar o conteúdo da percepção às formas de representações mais gerais. Mas não há conexão para provar no fenômeno observado. Esse “empirismo” não é um ponto-de-apoio forte, pois há uma contradição entre a percepção da realidade e sua imediata presença e certeza; e, é o oposto daquele *dever-ser* que despreza essa mesma realidade.

Porém a necessidade de conhecer e definir as medidas prática cotidianas se dá segundo os conteúdos determinados de cada uma, que contém nelas conexões múltiplas com muitos outros elementos da realidade e da teoria. Essa visão binária entre teoria e “realpolitik” não tem nada a explicar, a não inventar essa nova categoria e apenas sobrevoa a realidade em geral.

Essa linha de pensamento vê Lênin e sua obra sempre: como um sujeito determinante, singular e abstrato, i.é, simples; e não como o múltiplo, diverso, ligado e em oposição ou contradição com toda a realidade em torno dele.

Na tentativa de conhecer o pensamento de Lênin cai em antinomias, isto é, na afirmação de proposições opostas a respeito da mesma realidade de conjunto, de modo que cada uma dessas proposições, teoria e “realpolitik” teve que ser afirmada com igual peso. Daí implica que o conteúdo das práticas cujas determinações caem em contradição com a teoria, fica relegado apenas a condição de fenômeno. Assim, a solução lógica é que a contradição não incide sobre as medidas práticas, já previamente absolvidas de todo e qualquer julgamento moral ou ético, , mas apenas, em algum grau, na teoria, dos outros, mas nunca do sujeito singular.

A visão voluntarista da ação política que vê a vontade como determinante de si mesma sempre, como círculo fechado, precisa leis, lógicas e jurídicas, imperativas e objetivas, leis que declarem o que deve acontecer e o que se deve pensar, ao modo de Vichínski. O não-direito de pensar ou agir diferente, como uma atividade objetiva, não aceita que a liberdade prática e teórica possa ser comprovada pela experiência histórica, isto é, nem no fenômeno nem na estrutura.

Contra a possibilidade experiência diferente, seja na realidade ou no pensamento, recai num determinismo mecânico das experiências particulares, seja da “realpolitik” ou do “socialismo real”, como uma forma lógica de indução cética do Direito e do dever, isto é, das leis, que deveriam ser objetivas, mas são, de fato, subjetivas, ainda que negativas, i. é, proibitivas, punitivas, excludentes, onde a forma-sujeito-de-direito regride à fase pré-capitalista.

Para tudo o que esse pensamento transforma em sua lei, determinado a partir de si mesmo, mais uma vez leva apenas à igualdade abstrata, em tese, sem contradição nas suas determinações particulares. Assim, não ultrapassa aquele velho formalismo, que era o último nível da sua teoria. Mas sem a determinação da estratégia mais geral, apenas em si mesma, onde a prática das realizações propostas esteja somente numa objetividade exterior, isto é, que o pensamento, seu mesmo ou de outro diferente, não seja dos sujeitos, mas são também objetos.

Essa “preguiça do pensamento” tem no dever-ser uma saída fácil, ao sustentar a separação da realidade e do conceito, ou da “realpolitik” e a realização efetiva do fim último, ou, a teoria.

Essas visões, lukacsiana e anti-lukacsianas, pouco críticas, ou “hipercríticas” veem o pensamento de Lênin apenas do ponto de vista subjetivo, o que leva a que a sua determinação de seja última e insuperável e a uma universalidade abstrata de seu pensamento, enfim a uma identidade meramente formal, i. é, sem conteúdo relacional da obra com a realidade da época e do presente.

Esse tipo de visão é oposto de uma crítica que se pretenda marxista, que busca uma universalidade concreta da obra e do pensamento de Lênin, ou de parte dela. Além de levarmos em conta as categorias de pensamento desenvolvidas ou aprimoradas por Lênin, não podemos apreender seu pensamento como uma atividade somente do particular, isolada de seu e de nosso tempo, sob penas de sermos incapazes de compreendê-la a fundo.

Ver o pensamento de Lênin apenas como sua atividade do particular, individual, isolada, nos levaria a considerar as suas categorias igualmente apenas como produto do conteúdo de suas ideias, e, portanto, inaplicáveis ao nosso tempo e ao futuro.

As categorias do pensamento de Lênin, como Estado, Direito, transição, imperialismo, nação, nacionalidades etc., daquelas formas vistas, seriam fixadas no máximo ao início do século XX, não se podendo operar passagens lógico-filosóficas, ou transposições, ao presente.

As determinações históricas do pensamento de Lênin, ou os conceitos por ele desenvolvidos, foram condicionados e mediados pela realidade de seu tempo, portanto, precisamos confrontá-los com elementos da realidade de nossos dias para verificarmos sua validade ou não-validade.

O saber imediato da obra de Lênin em si, não é, pois, suficiente para nossa crítica. As “críticas” anteriores fixaram as categorias do pensamento leniniano à sua subjetividade individual e segundo suas determinações específicas, prendendo-as no tempo passado.

Para libertarmos o pensamento de Lênin, preso há mais de cem anos, e trazê-lo ao início deste século XXI, mais difícil que libertar seu corpo mumificado e insepulto do mausoléu onde o vilipendiam com os olhos e suspiros como à relíquia de um santo ateu, precisamos considerar sua elaborações como parte, ainda que culminante, de um processo, histórico, de elaboração coletiva, seja por colaborações, seja por enfrentamentos em diversas polêmicas, bem como conectar seus conceitos aos seus objetos e confrontar com os objetos atuais, para antes honrar sua memória e sua obra viva e menos a imagem de um cadáver.

Todavia, as visões não-mediadas de sua obra são também um fato e assim devem ser considerados; assim uma reflexão crítica, confrontada com a experiência histórica, nos levam para o estudo de um fenômeno, a influência de seu pensamento nas ideias e ações políticas, sociais e econômicas pelos últimos cem anos, e a esta viagem no tempo como mediação ao hoje, aos conceitos, Estado, Direito, transição.

Se a visão apenas subjetiva do pensamento de Lênin, i.é, uma visão carente-de-mediação, sem levar em conta as ligações com a realidade a exterior, não poder ser logicamente verdadeira a idéia de um pensamento em si e para si, isolado do mundo. O pensamento de Lênin só pode ser considerado ainda válido justamente pela mediação de suas ideias e os problemas atuais. Tampouco pode ser uma mediação vazia, indeterminada, entre um pensamento abstrato ou pura “unidade” em si e para si, mas sim a unidade da idéia com a realidade concreta.

Essa carência-de-pensamento ao não ver que a unidade das diferentes determinações não é apenas uma “unidade” puramente imediata, isto é, indeterminada e vazia, mas justamente que as determinações só têm algumas verdades mediadas por outras, igualmente abstratas.

Esse entendimento abstrato toma as determinações do pensamento de Lênin imediatas e mediadas, cada uma por si, como absolutas e acredita ter nelas algo fixo para a distinção. Assim produz a dificuldade insuperável de reuni-las num todo de seu pensamento, ainda que um todo ideal, estático, imutável, circunscrito no tempo e no espaço, muito menos um todo de pensamento concreto, dinâmico, aberto à atualidade.

A unilateralidade desses pontos de vista traz consigo consequências cujos traços principais, para além dos fundamentos acima, que não há critérios objetivos para a verificação validade do conteúdo do pensamento de Lênin, pois o critério subjetivo define como “garantia” apenas a sua aceitação individual, ainda que muitos indivíduos a aceitem, ou sejam obrigados a aceitar. Nada mais cômodo que a asseveração da verdade subjetiva, seja por confissão forçada ou “espontânea”, apesar de a certeza da verdade não pertencer a um sujeito particular, mas à realidade concreta, e mesmo que concreta de pensamento.

Outra consequência lógica dessas visões subjetivistas é a superstição sobre o indivíduo, o culto à personalidade de um ídolo como se a imagem fosse verdade, e assim o conteúdo dessa vontade idólatra se torna avesso ao Direito, enquanto forma-jurídica, e à ética, mas é de antemão justificado seja pela glorificação das estátuas, seja pelo corpo mumificado.

Para o “cultuador da personalidade” não é por uma análise mediada, nem por raciocínios e silogismos, que a imagem é idolatrada, mas o “cultuador” a reverencia, por oportunismo, por interesses e fins particulares ou porque é induzido ou obrigado a fazê-lo.

Mas os fins morais ou imorais, justificados ou não, encontram-se na realidade imediata, aí o caráter subjetivo do “cultuador” exprime a sua vontade, reconhecida nos seus interesses e fins também de maneira imediata. Assim, o pensamento de Lênin, como objeto da “crítica”, é limitado ao culto do indivíduo, e o conteúdo de sua obra é reduzido a um mínimo superficial. Essa forma de análise sem mediação por ser unilateral circunscreve e limita a obra de Lênin ao seu tempo.

Essa forma de análise pura e abstrata é indiferente ao conteúdo, e, por isso, suscetível de qualquer conteúdo atribuído, seja um conteúdo idólatra ou iconoclasta. O entendimento do conteúdo das formas, que não são autônomos, mas sim, justamente mediados por meio de outros conteúdos; porque o conteúdo traz em si a mediação, e para conhecer o conteúdo da forma é preciso conhecer a mediação. Assim, através das mediações históricas, econômicas, sociais e políticas podemos correlacionar os conteúdos e as formas das ideias de Lênin aos conteúdos e formas sociais capitalistas estruturais, i. é, tanto de sua época, quanto às atuais.

Para tanto precisamos superar tanto a metafísica do obscurantismo medieval do culto à personalidade, quanto um suposto “iluminismo” quase-crítico, e mesmo um “pós-modernismo” hipercrítico, no sentido de visões sem mediações, i. é, imediatistas, que veem o pensamento de Lênin apenas de forma abstrata em relação a si mesmos, como uma identidade abstrata, como se verdade absoluta fosse; pois essas visões abstratas e imediatistas, sejam os primeiros, os últimos ou os do meio, são, para efeito de nossa crítica, a mesma coisa, o mesmo “método”, ou a falta de um; e não nos servem para a busca da validade atual dos seus conceitos. Pois a própria lógica e o pensamento inteiro de Lênin são exemplos do fato de que sua obra não segue um curso com imediatezes unilaterais, nem tampouco com mediações unilaterais.

Essa “metafísica”, seja a “ingênua”, seja a por interesses, resultam ambas de um certo cartesianismo. Pois nas duas não uma separação do pensamento e de seu autor, nem da realidade e do pensamento, existência e consciência se fundem num amálgama de água e óleo. Descartes defendia que por pensar era possível apreender uma consciência em geral, e que essa não-separação do pensar e do pensante, sem mediação levava a não separação de existência da representação, a existência, estaria, portanto, contida na representação, sem a determinação da existência, que por sua vez seria eterna.⁴⁰⁷ Nada mais diferente do que buscamos em nossa tese.

O que nos interessa saber é se essa imediatez é ilusão ou erro, se há validade e verdade, ou apenas contingências efêmeras, aparências, se a essência dos conceitos ainda tem existência.

⁴⁰⁷ DESCARTES, René. *Princípios da Filosofia*. Título original: *Principes de la Philosophie (Principiorum Philosophiae)*. Col. Textos Filosóficos. Trad. João Gama. Revis. Joaquim Alberto Ferreira Gomes e José Manuel de Magalhães Teixeira. Lisboa. Edições 70. Pág. 29 e 30.

Esse “cartesianismo” das diferentes críticas anteriores não conhece outros métodos e por isso os rejeita, não chegando, pois, ao conteúdo nem das formas sociais, nem do pensamento de Lênin. Cai, assim, num arbítrio de afirmações fáceis, numa “moralidade” e num orgulho decorrente do prestígio da vitória da revolução de outubro de 1917, e, se declara com toda força contra as outras formas de pensamento. Uma crítica, que se proponha marxista, não pode simplesmente a asseverar frases de efeito, nem ficar num vai-e-vem do pensamento sobre o pensamento de quem quer que seja.

Assim como não há autonomia no conteúdo, não pode haver autonomia absoluta na mediação das formas. Também não nos serve asseverações arbitrárias; os preconceitos, positivos ou negativos com relação à figura humana e histórica de Lênin, ou com seu pensamento devem ser todos rejeitados, para que possamos fazer e ter uma ciência de sua obra, examinado cuidadosamente suas determinações, contradições, oposições, ligações etc.

Não se trata de forma alguma de sermos céticos cientificamente, muito pelo contrário, mas sim de sermos dialéticos na leitura dos escritos de Lênin, como um método científico afirmativo, i.é, temos um pressuposto, a atualidade do pensamento político e jurídico de Lênin, mas vamos confrontá-lo com a realidade e com os pensamentos de outros autores sobre os quais se debruçaram.

Dividimos, pois, a crítica ao pensamento de Lênin em três ângulos: um mais abstrato, da sua obra em si; um, de confrontação com elementos da realidade de seu tempo; e, outro com os problemas estruturais da sociedade capitalista que ainda persistem. Queremos ultrapassar a unilateralidade das leituras anteriores, encontrar a natureza das determinações da realidade e do pensamento, de então e de agora, para que, assim, possa haver algum progresso tanto no entendimento e, quiçá, nas ações, com base na elevação desse conhecimento do conteúdo, das formas e nas suas conexões com as demandas da realidade presente.

Buscamos, pois, uma unidade ou semelhança nas determinações estruturais para a superação positiva das contradições, como um resultado positivo, um conteúdo teórico determinado, não uma abstração vazia, e da negação destas, algo concreto, a partir da unidade de diferentes determinações, ainda que, por ora, em concreto de pensamento.

SEGUNDA PARTE – LIMITES OU CONCEITOS INCOMPLETOS

CAPÍTULO 5 – Sobre o que ele não conseguiu alcançar

5.1 – A chave de leitura

Insistimos que não podemos apenas repetir Lênin⁴⁰⁸, no sentido de buscarmos de maneira ao mesmo tempo crítica e construtiva alcançar o que Lênin não alcançou. Isto é, quais conceitos e ideias centrais de seu pensamento restaram incompletos ou mesmo errados. Sem com isso desmerecer seu trabalho teórico ou sua importância atual, como ainda veremos.

Este debate sobre a atualidade da obra teórica e do pensamento de Lênin envolve, portanto, as definições de seus limites e erros. Se nossa proposta é uma análise crítica, e é, não pretendemos fazer uma mera apologia, ou propaganda, ou ainda mais um “culto à personalidade” do autor central de nossa pesquisa.

Trata-se, então, além de verificar as possibilidades de validade e aplicações em nosso tempo presente dos conceitos e ideias centrais de Lênin, de também confrontar esse objeto de nossa pesquisa com outros pensadores.

Assim, apontar os limites da obra teórica e do pensamento de Lênin, sem mistificações é fundamental para nossa tese, criteriosa e cientificamente, não é negar o todo da sua obra e do seu pensamento, mas, muito pelo contrário, consagrar-lhe o respeito que merece. Pois, nada mais ofensivo à sua obra, que sempre foi crítica, que as apologias e os “cultos” que o sucederam.

Como vimos até aqui os processos de desenvolvimento das suas ideias acompanhou as circunstâncias históricas em que estavam envolvidas.

A nossa reconstituição da construção histórica dos seus conceitos, buscou deixar de lado a idealização e mistificação da figura de Lênin, para uma crítica de suas ideias como categorias conceituais. Apontar os seus limites teóricos, sem mistificações, nesta perspectiva, é, pois, para emancipar a crítica, construtiva, do culto cego. Criticar Lênin é libertá-lo.

A chave de leitura da obra de Lênin a partir da crítica marxista da forma-mercadoria, i.e., a partir de Pachukanis, da construção do concreto nas ciências abstratas, da ligação entre ideologia e direito [e estado], entre relação e norma, mercadoria e sujeito, direito e Estado, sob o prisma da teoria da derivação do Estado e da forma-política, nos abre essa porta.

⁴⁰⁸ ŽIŽEK, Slavoj. 13 опытов о Ленине/ 13 опытов о Liénine. (em tradução livre nossa “13 experimentos sobre Lênin”). Moscou. Ad Marginem. 2003. Pág. 252-253.

5.2 - Consciência e Ideologia

5.2.1 - Consciência

O processo de elaboração do conceito de “consciência” no pensamento de Lênin segue por um lado suas referências políticas e teóricas, como Kautsky⁴⁰⁹, que era o principal dirigente e intelectual da Segunda Internacional, e, por outro lado a confrontação com os eventos conforme iam ocorrendo, e a volta aos estudos sistemáticos para uma melhor compreensão da realidade.

Em *Que fazer?* Lênin repete a fórmula de Kautsky:

Dissemos que a consciência social-democrata, os operários nem sequer a podiam ter. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente a partir de suas próprias forças, é capaz de desenvolver apenas uma consciência tradeunionista, ou seja, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários etc.⁴¹⁰

Que já a havia expressado em *Um elemento importado de fora*:

Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses; de fato, foi o cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e através deles é que foi comunicado aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, que o introduzem, em seguida, na luta de classes do proletariado onde as condições o permitem. Logo, dessa forma, a consciência socialista é um elemento importado de fora na luta de classes do proletariado e não algo que surge originalmente dela.⁴¹¹

Ou seja, os “intelectuais burgueses” podiam mudar de lado, as organizações da classe proletária eram uma mediação entre a o “elemento importado de fora” e o seu importador, o proletariado.

Mas as raízes dessa dicotomia conceitual eram um pouco mais profundas; entre os pressupostos teóricos da concepção de Kautsky, estava sua tentativa de combinar a obra de

⁴⁰⁹ Karl Johann Kautsky (Praga, 1854 — Amsterdã, 1938), filósofo tcheco-austriaco, jornalista e teórico marxista e um dos fundadores da Segunda Internacional.

⁴¹⁰ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Trad. Edições Avante! Lisboa, Moscou. Revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. Coleção *Arsenal Lênin*. São Paulo. Boitempo. 2020. Página 50.

⁴¹¹ Publicado na revista *Die Neue Zeit*, 1901-1902 °3, p. 79. In: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1901/mes/elemento.htm>, acessado em 30 nov. 2022.

Darwin⁴¹²⁴¹³ ao marxismo, para uma concepção de ciência que permitisse a “unificação” das ciências da natureza às ciências do espírito; a separação entre a teoria e programas socialistas do movimento social real; que por sua vez levou, contraditoriamente, à subordinação da teoria à prática partidária, isto é, às circunstâncias das correlações de forças internas e externas aos partidos operários, em cada momento específico.

A concepção de marxismo de Kautsky o principal teórico e dirigente do “marxismo da segunda internacional”⁴¹⁴ é marcada desde o início pelo estudo das ciências naturais e da pré-história, por um lado e pela divulgação do socialismo às “amplas massas” por outro. Kautsky e Bernstein foram escolhidos para redigir o novo programa do SPD, que ficou conhecido como Programa de *Erfurt*⁴¹⁵, que o próprio Kautsky chamava de “catecismo da social-democracia”⁴¹⁶.

Das ciências da natureza em geral e do darwinismo em particular Kautsky traz uma finalidade teleológica, quase metafísica, para o seu marxismo, e uma “vontade de viver” abstrata e ideal como raiz e motor da luta de classes econômica, que o levam a descoberta de “leis históricas” do processo evolutivo da humanidade rumo à uma igualdade social, como fundamento para a “consciência política”, por isso tão distante e inalcançável da “consciência econômica” dos pobres mortais.

Esse determinismo da “*lei geral à qual estão submetidos tanto o desenvolvimento do homem quanto o desenvolvimento do animal e da planta*”⁴¹⁷, combinado com um subjetivismo, interpreta a luta de classes como um conflito da vontade humana em geral, pela vida, encarnada pelo proletariado, contra a “vontade” dos burgueses pelo lucro através da exploração dos primeiros, o leva à compreensão que teoria e o programa socialistas seriam uma “das tendências do processo social”⁴¹⁸.

Kautsky recorreu a um naturalismo grosseiro, no qual a moralidade era atribuída aos impulsos “sociais” encontrados entre os “mamíferos superiores”⁴¹⁹ que, assim, o levou a crer que o processo de superação do capitalismo tinha que ser pelo poder crescente do proletariado,

⁴¹² Charles Robert Darwin (Reino Unido, 12.02.1809 a 19.04.1882), foi um naturalista, geólogo e biólogo britânico, célebre por seus avanços sobre evolução nas ciências biológicas, elaborador da Teoria da Evolução das Espécies pelo processo de seleção natural.

⁴¹³ DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza*. Tradução Ana Afonso. Ed. Planeta Vivo. 8 Leça da Palmeira, Portugal. 2009.

⁴¹⁴ BERTELLI, Antonio Roberto (org.). *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte. Oficina de Livros. 1988.

⁴¹⁵ O programa recebeu esse nome porque redigido na cidade Erfurt, capital do Estado da Turíngia, na Alemanha.

⁴¹⁶ PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e socialdemocracia*. São Paulo. Companhia das Letras. 1991. Página 68.

⁴¹⁷ KAUTSKY, Karl. *O marxismo*. São Paulo. Unitas. 1933. p. 10.

⁴¹⁸ MUSSE, Ricardo. *De socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. 1998. Tese (Doutorado) – São Paulo. Universidade de São Paulo. 1998. Acesso em: 03/8/23.

⁴¹⁹ KAUTSKY, Karl. *Ethik und materialistische Geschichtsauffassung*. Stuttgart. Dietz. 1906. KAUTSKY, Karl. *Ética y concepción materialista de la historia*. Valencia. Alejandria Proletaria. 2018.

com a acumulação de forças na luta de classes, numa combinação de luta política com luta econômica, numa variação entre programa mínimo, mais econômico e programa máximo, mais político, de acordo com cada momento e conjuntura específica.

Essas eram as raízes lógico-filosóficas, evolucionistas e deterministas, da “ortodoxia da Segunda Internacional”, encarnada principalmente por Kautsky⁴²⁰.

Assim, a superação da “velha ortodoxia” antidialética, e em última instância, portanto, antimarxista, da Segunda Internacional, prescindia da extração de suas raízes mais profundas, cuja “ortodoxia” materialista vulgar afirmava uma preponderância mecânica do *ser* sobre o *pensamento* e desconheciam completamente a economia da lógica do sujeito em a “lógica da noção”, que em Hegel de forma idealista, invertida, revelava a lógica da intervenção do sujeito como prática revolucionária, transformadora da realidade, portanto, material.

Lênin, ao contrário, nos seus *Cadernos Filosóficos*, conseguiu superar o determinismo mecânico da “velha ortodoxia” e entender a relação, dialética, entre sujeito e objeto e a capacidade do sujeito interferir no e sobre o objeto:

[...] só então podemos obter um quadro do mundo que corresponda verdadeiramente as ciências da natureza e ao materialismo. A saber: 1) o mundo físico existe independentemente da consciência do homem e existia muito antes do homem, antes de qualquer “experiência dos homens”; 2) o psíquico, a consciência etc., é o produto superior da matéria (isto é, do físico), é um produto desse fragmento particularmente complexo de matéria que se chama cérebro humano.⁴²¹

Ou seja, para Lênin, ao contrário de Kautsky, as relações políticas, são antes relações econômicas com a “administração” da economia, mediadas pelas classes sociais.

Assim como, para Lênin, ao contrário de Kautsky, as relações das classes sociais com o Estado, são mediadas pela economia:

A consciência política de classe pode ser levada ao operário *somente a partir de fora*, ou seja, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. O único campo em que se pode obter esse conhecimento é no campo das relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, no campo das inter-relações entre *todas* as classes.⁴²² (grifos no original).

⁴²⁰ PREVE, Costanzo. *Il convitato di pietra: saggio su marxismo e nihilismo*. Milão. Vangelista. 1991. (Costanzo Preve foi um filósofo, ensaísta, professor e cientista político italiano. De inspiração marxista e neo-hegeliana, escreveu numerosos livros e ensaios sobre temas filosóficos.)

⁴²¹ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 173.

⁴²² LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. Coleção Arsenal Lênin. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 88.

Lênin supera, assim, a “dialética” mecânica, determinista e vulgar, com clareza e objetividade:

“O silogismo do agir” ... Para Hegel, o *agir*, a prática, é um “***silogismo***” ***lógico***, uma figura da lógica. E isso é verdade! Naturalmente, não no sentido de que a figura da lógica tem seu ser outro na prática humana (= idealismo absoluto), mas no sentido inverso: a prática de alguém, repetindo-se milhares de milhões de vezes, fixa-se em sua consciência como figuras da lógica. Essas figuras têm a solidez de um preconceito, um caráter axiomático precisamente (e apenas) em razão dessa repetição de milhares de vezes.⁴²³ (negritos e itálicos no original, sublinhado nosso).

Ainda mais quando se aproxima da definição da relação entre sujeito e objetividade:

De fato, o subjetivo é apenas um grau do desenvolvimento a partir do ser e da essência - e depois, essa subjetividade “dialecticamente ‘rompe sua limitação’” e “abre-se à objetividade, por meio do silogismo”.⁴²⁴

Essa superação da “dialética” mecânica, determinista e vulgar se dá justamente através da inversão lógica:

HÁ, AQUI, UM CONTEÚDO MUITO PROFUNDO E PURAMENTE MATERIALISTA. É PRECISO INVERTER: A ATIVIDADE PRÁTICA HUMANA TEVE DE CONDUZIR MILHARES DE VEZES A CONSCIÊNCIA HUMANA À REPETIÇÃO DAS DIFERENTES DAS DIFERENTES FIGURAS LÓGICAS PARA QUE ESSAS FIGURAS PODESSEM ADQUIRIR O SIGNIFICADO DE AXIOMA. NOTA BENE A ISTO.⁴²⁵ (maiúsculas, negrito, sublinhado e itálicos no original).

Mas Lênin não aceita, ao contrário de Kautsky e de Lukács, uma função ontológica da lógica (como já vimos), no sentido “vulgar”, i.e., externo, mas afirma a sua função a partir da identidade lógica com a prática e a volta sobre si mesma, num movimento contínuo, apreendendo-a como um caráter processual da prática, da qual representa um momento de exteriorização da lógica, do pensamento.

⁴²³ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. Coleção Arsenal Lênin. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 228.

⁴²⁴ Idem idem. Pág. 194.

⁴²⁵ Ibidem. Pág. 202.

Assim se dá a superação da velha “ortodoxia” mecânica e determinista de Kautsky, no retorno ao conceito de “reflexão”, como processo de conhecimento e como ação, do sujeito, de transformação material do mundo objetivo, através das categorias lógicas da “verdade objetiva da cognição” que apreende e domina a objetividade, ao o sujeito se tornar “ser-para-si” enquanto prática, como critério objetivo para o conhecimento anterior.

Lênin supera definitivamente a concepção “vulgar” mecanicista e determinista da “velha ortodoxia” e de Kautsky, no seu evolucionismo, que viam a “reflexão” como uma adaptação lenta e gradual da consciência à imperturbável realidade objetiva, quase imodificável se não pela sua própria “evolução natural”. Mas, ao contrário, para Lênin “*A consciência humana não apenas reflete o mundo objetivo, mas também o cria.*”⁴²⁶

Mas apesar de avançado muito em suas definições filosóficas acerca da categoria de “consciência”, Lênin não teve tempo ou oportunidade para desenvolver um novo conceito mais acabado que superasse a velha dicotomia kautskysta entre consciência econômica e consciência política do proletariado. Se tivesse, pela dinâmica da evolução de seus escritos, muito provavelmente, teria superado essa falsa visão simplista e limitada, mecânica e determinista, da “consciência” com várias implicações posteriores na teoria da ação e do partido.

⁴²⁶ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. Coleção Arsenal Lênin. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 223.

5.2.2 – A crítica da Ideologia

Se em Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, o conceito de Ideologia aparece primeiro como *ilusão, falsa consciência*, ou uma concepção idealista de mundo onde a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real:

Esse método histórico, que com razão reinou principalmente na Alemanha, tem de ser desenvolvido a partir da conexão com a ilusão dos ideólogos em geral, por exemplo, com as ilusões dos juristas, dos políticos (e também, entre eles, os homens de Estado práticos), a partir das quimeras dogmáticas e das distorções desses sujeitos, o que se explica de modo bem simples a partir de sua posição prática na vida, de seus negócios e da divisão do trabalho. (A. M.)⁴²⁷ (Anotação de Marx (escrita na margem do manuscrito)).

Mesmo que Marx e Engels tenham ampliado o conceito de Ideologia para *formas-ideológicas* através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real; ou seja, a Ideologia pode ter uma função política, como em:

Certa vez, um nobre homem imaginou que os seres humanos se afogavam na água apenas porque estavam possuídos pela *ideia da gravidade*. Se afastassem essa representação da cabeça, por exemplo esclarecendo-a como uma representação supersticiosa, religiosa, eles estariam livres de todo e qualquer perigo de afogamento. Durante toda a sua vida combateu a ilusão da gravidade, de cujas danosas consequências todas as estatísticas lhe forneciam novas e numerosas provas. Aquele nobre homem era do tipo dos novos filósofos revolucionários alemães.⁴²⁸

Para Lênin, ideologias são sistemas de ideias e crenças ligadas a classes e segmentos sociais ideologia, baseada na experiência de vida de cada indivíduo, grupo ou classes:

En cada cultura nacional existen, aunque no estén desarrollados, elementos de cultura democrática y socialista, pues en cada nación hay una masa trabajadora y explotada cuyas condiciones de vida originan inevitablemente una ideología democrática y socialista. Pero en cada nación existe asimismo una cultura burguesa (y, además, en la mayoría de los casos, ultrarreaccionaria y clerical), y no en simple forma de “elementos”, sino como cultura dominante⁴²⁹

⁴²⁷ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. p. 50.

⁴²⁸ Idem. p. 524.

⁴²⁹ LÊNIN, V.I. *Notas críticas sobre el problema nacional*. Obras completas, Tomo V, (1913-1916). Moscou. Ed. Progreso. 1973. P. 17.

Em tradução livre do espanhol temos:

Em cada cultura nacional existem, ainda que não estejam desenvolvidos, elementos de cultura democrática e socialista, pois em cada nação há uma massa trabalhadora e explorada cujas condições de vida dão origem inevitavelmente a uma ideologia democrática e socialista. Mas em cada nação também existe uma cultura burguesa (e, além disso, na maioria dos casos, ultrarreacionária e clerical), e não na forma simples de "elementos", mas como uma cultura dominante.

Destacamos a expressão “*uma ideologia democrática e socialista*”, na qual podemos ver que o conceito de ideologia adotado por Lênin foge de oposições esquemáticas e rígidas, sem sentido. Em Lênin não há uma disjuntiva entre ideologia e verdade, ou entre ideologia e ciência, toda ideologia contém elementos analíticos, descritivos, normativos, afetivos e performativos, baseados em visões de mundo mais ou menos articuladas, segundo certos interesses de classes, certas experiências de vida. E, pode haver, portanto, uma certa positividade na “ideologia” como elemento estruturante dessas experiências de vida, através dos conjuntos de crenças, como sementes da verdade, na qual os socialistas podem se apoiar, plantar, cultivar e colher.

Ainda que Lênin faça a distinção entre duas "ideologias" básicas, a Ideologia Burguesa, como negativa e regressiva, e a Ideologia Proletária, como positiva e progressiva, a ideologia para ele ainda é pensada como uma concepção da realidade social ou política vinculada aos interesses das diferentes classes sociais.⁴³⁰

A partir dessas definições, com mais conteúdo social, e mais voltada para a luta política, diferente de Marx e Engels, que estavam mais preocupados com um “acerto de contas” com seu passado filosófico, “*acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica.*”⁴³¹, Lênin formula o conceito de “luta ideológica”, como uma luta pela teoria e pelo programa da revolução proletária:

Imediatamente uma luta ideológica começou entre as duas tendências do marxismo: a luta entre os “economicistas” e os marxistas consequentes ou (mais tarde) os iskristas (1895–1902), a luta entre os

⁴³⁰ KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

⁴³¹ MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Prefácio. Trad. Florestan Fernandes. 2ª Ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2008. Pág. 49.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Prefácio. 1ª Ed. Brasileira. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. Revisão Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo. Martins Fontes. 1977.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. Prefácio. Obras Escolhidas em três tomos. Moscou. Lisboa. Editorial "Avante!" Tradução de José Barata-Moura. In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>, acessado em 07 ago. 2023.

mencheviques e os bolcheviques (1903-08) e a luta entre os liquidacionistas e os marxistas (1908-14).⁴³² (itálico no original, negrito nosso).

Ao mesmo tempo, Lênin defendia que o proletariado se aproprie de todos os resultados valiosos da herança cultural humana, incluindo os da era burguesa. Assim, quando disse

O marxismo conquistou a sua significação histórica universal como ideologia do proletariado revolucionário porque não repudiou de modo algum as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, pelo contrário, assimilou e reelaborou tudo o que houve de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos. Só o trabalho efetuado nessa base e nesta mesma direção, inspirado pela experiência prática da ditadura do proletariado como sua última luta contra toda a exploração, pode ser considerado como o desenvolvimento duma cultura verdadeiramente proletária.⁴³³ (grifo nosso).

A nossa leitura de Lênin, a partir da crítica marxista da forma-mercadoria, das contribuições Pachukanis nos permite elucidar um pouco mais as ligações entre ideologia e direito [e Estado], com base nas categorias econômicas abordadas por Marx aplicando-as à ciência jurídica, à ciência política e à crítica do Estado, no sentido de mais que desvendar o conteúdo de classe das formas jurídicas e políticas, para explicar por que este conteúdo assumiu tais formas.

Neste sentido a definição leniniana de ideologia e o processo de luta ideológica são fundamentais para explicar o processo constitutivo das formas-sociais capitalistas, aí incluídas as próprias formas-ideológicas, pois suas críticas ao marxismo vulgar desde 1893, teórica e metodologicamente, são expressão de sua luta ideológica e políticas⁴³⁴.

O método particular de Lênin, dedutivo-indutivo-marxista, partia da teoria geral marxista, passava por uma análise criteriosa e rigorosa da realidade presente e histórica, sem se perder “no caminho”, definia prognósticos, levando em conta as mediações reais e necessárias para alcançar os objetivos, dos mínimos aos máximos, era a base de sua luta ideológica.

⁴³² LÊNIN, V. I. *A luta ideológica no movimento operário*. Moscou. Pravda. 1914. In: <https://lavrpalavra.com/2021/10/03/a-luta-ideologica-no-movimento-operario>, acessado em 07 ago. 2023.

⁴³³ LÊNIN, Vladimir. I. *Sobre a Cultura Proletária*. Obras Escolhidas em seis tomos. T. 3. Moscou. Lisboa. Edições "Avante!". 1977. Pág. 398-399. Tradução: Edições "Avante!" com base nas *Obras Completas* de V. I. Lênine, 5.^a ed. em russo, t. 41, pp. 336-337. <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/10/08.htm>.

⁴³⁴ LÊNIN, Vladimir. I. *Obras Escolhidas*. São Paulo. Ed. Alfa-Omega. 1986. Vol. 1. Pág. 47 a 73.

Pois seu método dialético-prático não só superava postura passiva apenas especulativa da realidade, como estabelecia elementos mediadores entre a teoria e a prática diante dos antagonismos sociais frente à teoria, que se propunha a ser a “ideologia do proletariado”.

Lênin tinha plena noção de que a sociedade capitalista não era (e não é) uma soma de relações ocasionais, mas a própria constituição das subjetividades, a posição dos indivíduos, grupos, classes, os valores, a cultura, e, em especial, o tipo de interação produtiva, tudo isso operando mediante formas sociais estabelecidas, em uma palavra: ideologia. Assim, através da “luta ideológica” é possível podemos superar e ultrapassar os limites do estreito horizonte capitalista.

Apesar de Lênin ter avançado muito neste conceito Lênin em seus estudos de Hegel, na busca das contradições capazes de fazer sujeito quebrar a ideologia sobre a qual se assenta o funcionamento do capitalismo, a “legitimidade” do sofrimento; pois, como vimos, para Hegel, através da reafirmação do negativo que o sujeito pode sacrificar o sacrifício, isto é, a negação da negação aplicada, o sujeito entender que seu sacrifício não lhe serve, que não é possível conciliação, nem de classes, nem de ideologias, e que não é o “dilaceramento” da “alma” o “motor” dos movimentos dos sujeitos, mas sim o reconhecimento de uma contingência extrema, da qual não tem outra saída senão se mover; ou seja, o sujeito é empurrado para a ação pela força das circunstâncias, que poder ser o seu positivo. Nestes momentos que justamente a luta ideológica ganha papel decisivo para o desenlace, direcionando as massas para um lado ou para outro.

Ainda assim ele deixou lacunas na sua conceituação, sobretudo a relação entre as formas-ideológicas e a forma-jurídica com a forma-econômica, enquanto uma *forma abstrata*, como explica Stutchka:

“[...] a “emoção” psíquica interna, que o indivíduo sente nas diversas relações sociais, o juízo que emite sobre elas sob o ponto de vista da “justiça”, da “consciência jurídica interna”, do “direito natural” etc., ou, por outras palavras, da *ideologia*.”⁴³⁵

Ou mesmo a explicação de Pachukanis, segundo o qual o domínio de classe tem uma extensão maior do que a esfera oficial de domínio do Estado. O domínio da burguesia pode ser expresso diante da dependência do Estado em relação ao setor bancário e aos grupos capitalistas e, ademais, na relação de dependência de cada trabalhador individualmente diante da entidade

⁴³⁵ STUTCHKA, Piotr. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. São Paulo: Acadêmica, 1988. p. 79.

empregadora e, finalmente, na situação de o staff do aparelho estatal estar profundamente relacionado à classe dominante. Pachukanis afirma que não seria suficiente explicar que o cenário ideológico construído pela classe dominante serviria para camuflar o seu domínio de classe por trás do aparelho estatal. Segundo ele, para que se verifique as raízes de uma ideologia, faz-se necessário verificar as relações reais que esta exprime. Movimento este, de buscar as raízes das formas-ideológicas que escapou a Lênin.

Mas não a Pachukanis, que identificou o Estado jurídico como um modelo de conveniência, visto que pode substituir a ideologia religiosa e camuflar o domínio das massas por parte da burguesia, mesmo sendo o Direito um instrumento a serviço dos interesses da burguesia capitalista, **a forma jurídica não é uma mera ideologia**, mas um operador real que atua concretamente no âmbito da complexa sociedade capitalista. Pachukanis explica:

O Estado jurídico é uma miragem, mas uma miragem totalmente conveniente para a burguesia, pois substitui a ideologia religiosa em decomposição e esconde das massas o domínio da burguesia. A ideologia do Estado jurídico é mais conveniente que a religiosa, porque ela, além de não refletir a totalidade da realidade objetiva, ainda se apoia nela. A autoridade como “vontade geral”, como “força do direito”, na medida em que se realiza na sociedade burguesa representa um mercado.⁴³⁶

Uma combinação do entendimento de Lênin, a partir de Hegel que da negação que não pode ser absorvida nem mediada pelo capital não elimina o sofrimento, que a “rosa na cruz” da razão não pode mascarar o mundo eternamente, como uma ideologia para o sujeito poder suportar o sofrimento, mas uma “ideologia proletária” como chave para entender o porquê do sofrer, uma luta ideológica para a compreensão da ausência de justificativa para a dor, e a possibilidade para o sujeito se transformar e transformar o mundo; com a compreensão das raízes das formas-ideológicas capitalista feitas por Stutchka e Pachukanis complementarmente, possibilita a conformação de um conceito de ideologia muito mais completo. Tanto quanto

Tão grande loucura é imaginar que uma filosofia ultrapassará o mundo contemporâneo como acreditar que um indivíduo saltará para fora do seu tempo [...]⁴³⁷.

⁴³⁶ PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo*. 1ª ed. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 148.

⁴³⁷ SMOLKA, Neide. *Esopo. Fábulas completas. O Fanfarrão*. Trad. direta do grego Neide Smolka. São Paulo. Moderna. 1995. Página 130.

5.2.3 – Ideologia: a contribuição política de Gramsci

O que Lênin não conseguiu avançar na elaboração do conceito de ideologia e no encaixe deste conceito no conjunto de sua teoria e programa, no processo de superação do marxismo-vulgar da Segunda Internacional, foi continuado por outros autores, em um diálogo com o passado, com o presente em que viviam, com os debates contemporâneos e futuros.

Em particular o proeminente dirigente e teórico italiano Antonio Gramsci⁴³⁸, que a partir de uma leitura ampliada do “Prefácio”, em que o próprio Marx já havia enriquecido sua elaboração anterior:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.⁴³⁹

Gramsci combinará uma leitura deste “Prefácio” com as *Teses sobre Feuerbach*⁴⁴⁰ e a lição do último Engels⁴⁴¹, é que Gramsci chega nos Cadernos à sua concepção positiva de ideologia.

Mas mesmo a obra de Gramsci, apesar da relativamente curta, houve um processo de evolução em suas conceituações; no caso específico da ideologia, a partir da observação das manifestações culturais, como o folclore, a religião e a filosofia, por exemplo, Gramsci estipula diferentes graus de ideologia, numa classificação mais qualitativa que seus antecessores. Sendo a filosofia a forma de superação do senso comum.

⁴³⁸ Antonio Sebastiano Francesco Gramsci (1891 a 1937) foi um filósofo marxista, escritor, teórico político, jornalista, crítico literário, linguista, historiador e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia, história e linguística.

⁴³⁹ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. Trad. port. de Florestan Fernandes. São Paulo. Expressão Popular. 2008.

⁴⁴⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007.

⁴⁴¹ ENGELS, Friederich. *Anti-Dühring. A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2015.

Em todos os níveis, para Gramsci a ideologia tem a função de organizar a vida social e cotidiana das diferentes classes sociais e suas frações. Assim, o conceito de ideologia, em Gramsci, ganha materialidade através dos sujeitos que a encarnam, ainda que não nesses termos. Gramsci elabora um conceito político de ideologia, como o momento e o espaço nos quais os sujeitos desenvolvem consciência dos conflitos sociais em que se encontram e agem nessas lutas conforme a ideologia que os constituem enquanto esses sujeitos.

Se tomamos por base a classificação de Terry Eagleton⁴⁴² do conceito de ideologia na obra de Marx, em três diferentes categorias, epistemológica, ontológica e política, temos até os dias atuais, no campo da crítica marxista, debates sobre este conceito neste três primas.

Althusser, como veremos mais à frente, com um pouco mais de profundidade, discute o conceito de ideologia a partir do prisma epistemológico, com base na *A Ideologia alemã*⁴⁴³. Já Theodor Adorno, que por necessidade de recorte infelizmente não poderemos aprofundar, com base em *O Capital* trabalha o conceito de ideologia desde a ótica ontológica, isto é, como a sociedade prisioneira do fetichismo da mercadoria.

Mas Gramsci, nosso autor em destaque neste item, toma como base para reconstruir o conceito de ideologia do *Prefácio* de 1857 da *Contribuição à crítica da economia política*, para elaborar um conceito mais político de ideologia.

Gramsci não teve acesso à *A ideologia alemã*, que foi publicada somente em 1932, cinco anos antes de sua morte, mas ele já estava preso e sem acesso a novas publicações. Com relação ao *O Capital* ele tinha referências apenas de memória, na prisão, mas lhe foi o suficiente para tomar como base a “*lei da queda tendencial da taxa de lucro*” para criticar o determinismo do marxismo vulgar, num fio de continuidade, ainda que não entrelaçado, com a crítica de Lênin ao simplismo raso e ordinário.

Vale a pena ponderar que categoria central na obra de Gramsci não é o conceito de ideologia, mas sim de hegemonia, que ele usa para definir a forma como o Estado conquista o consentimento dos subjugados para seu domínio, mesmo que por vezes utilize consentimento e coerção de forma combinada. Mas mesmo aí importante destacar que o conceito de ideologia em Gramsci vai se conformando, porque, para, até as ideologias podem ser impostas pela força, como no caso das segregações violentas pelas ideologias racistas, seja na África do Sul do

⁴⁴² EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. Tradução Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. Editora Boitempo. 1997.

⁴⁴³ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007.

“apartheid”, seja nas periferias e favelas do Brasil pelas ações de extermínio sistemático das polícias civis e militares.

Ou seja, em Gramsci a categoria de hegemonia inclui a de ideologia, mas não o contrário. Mas ambos os conceitos são mais políticos que econômicos em Gramsci, e são constitutivos da forma-política “ocidental”, isto é, são pilares para dar sustentação à “legitimidade” ao Estado, para que as pessoas acreditem que governam, ou que escolhem seus governantes; uma ideia que não era sequer cogitada pelos escravos da antiguidade clássica ou das colônias modernas, nem pelos servos medievais ou contemporâneos.

A forma-política capitalista, amparada pela forma-hegemonia e pela forma-ideológica, como suas colunas de sustentação, tendo outras formas sociais (igrejas, escolas, partidos, sindicatos) como complementares se encontram tanto no Estado, *stricto sensu*, mas, principalmente enraizada na “sociedade civil”, nas mentes das pessoas, na forma de ideologia, fazendo assim que a forma-ideológica capitalista seja também uma instância de poder.

Como Gramsci descreve no *Caderno 11*:

O próprio significado que o termo “ideologia” assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de desvalor, o que exclui que para os seus fundadores a origem das idéias devesse ser buscada nas sensações e portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura.⁴⁴⁴

Parte importante do binômio hegemonia-ideologia é o caráter do Estado capitalista, sob a sua forma-política específica de um “terceiro” mediador das relações econômicas, sociais e políticas; onde o Estado aparece como “neutro” e essa “neutralidade” não apenas uma ilusão, mas sim uma realidade devido à autonomia relativa da forma-política ante as formas-econômicas e sociais, diferente das relações econômica, sociais e políticas nas formações sociais pré-capitalistas, por exemplo.

Gramsci entende a ideologia como “uma realidade objetiva e operante”, “um instrumento de ação política”, um conceito positivo de Ideologia. Mesmo sem ter tido acesso à *A Ideologia Alemã* e plenamente ao *O Capital*, Gramsci, assim como Marx usa uma “câmara escura”, em paralelo com a ótica e a fotografia, para escolher um alvo específico, assim ideologia passou a ser pensada num registro positivo, como uma esfera do modo de produção, em Marx, como

⁴⁴⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. Volume 1: *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Pág. 208.

uma esfera das relações de reprodução no sardo. A hegemonia, para Gramsci, não se resume à ideologia, mas pode ser compreendida como a montagem de muitas partes ideológicas, em seus momentos e espaços culturais, políticos e econômicos. Gramsci constrói, então, seu conceito de ideologia, de forma positiva, como instrumento de luta política, ainda que simbolicamente, como parte fundamental da luta pela hegemonia, ainda que não seja o todo desta luta.

Todavia, Gramsci, em uma aparente contradição com seu prisma mais político, coloca a questão da hegemonia centralmente no âmbito da “sociedade civil”, isto é, entre a economia e o Estado; enquanto que para a “sociedade política”, ou para o Estado propriamente dito, ele reserva a coerção, o monopólio da violência ideologicamente e forçosamente legitimado, numa antinomia entre a necessidade de consentimento do povo, por um lado, para a própria coerção, e a diminuição da oposição entre coerção e consentimento para que esse equilíbrio tênue possa operar.

A questão central para Gramsci, com relação à ideologia, é como disputar a hegemonia numa sociedade complexa onde o poder está nas práticas cotidianas das massas, na sua cultura geral, como um “senso comum”, visto como outro e opressivo sobre si.

Gramsci avança sobre as questões levantadas por Lênin, no discurso aos sindicatos de Moscou em julho de 1918:

Toda la dificultad de la revolución rusa estriba en que a la clase obrera revolucionaria de Rusia le ha sido mucho más fácil comenzar que a las otras clases de Europa Occidental, pero nos es mucho más difícil continuar. Es más difícil comenzar la revolución en los países de Europa Occidental, porque allí, frente al proletariado revolucionario, está el pensamiento superior que procede de la cultura, y la clase obrera se encuentra en un estado de esclavitud cultural.⁴⁴⁵

Que em tradução nossa podemos transcrever por:

Toda a dificuldade da revolução russa reside no fato de que foi muito mais fácil para a classe trabalhadora revolucionária na Rússia começar do que para as outras classes na Europa Ocidental, mas é muito mais difícil para nós continuar. É mais difícil começar a revolução nos países da Europa Ocidental, porque ali, diante do proletariado revolucionário, está o pensamento superior que vem da cultura, e a classe trabalhadora se encontra em estado de escravidão cultural.

⁴⁴⁵ LÊNIN, Vladimir I. Obras Completas. Tomo 36. Marzo-julio de 1918. *Informe sobre la situación actual* 27 de junio. IV Conferencia de los sindicatos y de los Comites Fabriles de Moscu, 27 de junio a 2 de junio de 1918. Trad. Ed. Progreso. Moscou. Ed. Progreso. 1986. Pág. 456.

Lênin está dizendo que assim como a classe dominante russa não tinha sua hegemonia sobre as massas através da cultura, por outro lado a burguesia dos países europeus ocidentais dispunha de todo um conjunto de instituições culturais que lhe permitiam uma hegemonia ideológica na “sociedade civil”. No caso russo essa fragilidade facilitava o início da revolução, mas do outro lado dos balcãs, do Danúbio e dos Alpes o desenvolvimento cultural dificultava o início, mas facilitava a continuidade.

Aqui vale destacar que Lênin, e praticamente todo marxismo, mesmo o vulgar, até ele, a construção socialista era impensável sem um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, dentre estas a cultura sempre ocupou um lugar importante. Isto porque o marxismo-revolucionário nunca defendeu que formações sociais atrasadas poderiam dar saltos mortais ao futuro, sem cair em anomalias e quebrar a cervical teórica e prática.

Tanto em Lênin quanto em Gramsci os conceitos de hegemonia amplificam a função da ideologia, tanto em um nível abstrato, teórico, como uma realidade material com ápice político.

Gramsci continua a transição do conceito de ideologia como “sistema de idéias” para a noção da vida social segundo essas ideias. Louis Althusser, depois vai aprofundar mais ainda essa conceituação trazendo a compreensão dos níveis inconscientes e institucionais da ideologia, como veremos à frente.

Gramsci também dá ao conceito de ideologia um caráter mais dinâmico em comparação com as definições estáticas do marxismo vulgar e determinista, pois as ideologias sempre se renovam e se modificam, nas lutas pela hegemonia, sendo as forças em luta obrigadas a adaptarem seus discursos e práticas ideológicas e contra-ideológicas.

Gramsci pinta um quadro conceitual onde ideologia e hegemonia se interrelacionam de forma prática e dinâmica, avançando bastante sobre os limites das definições tanto de Lênin, que lhe abriu o caminho amplo, mas, sobretudo, negando e superando as posições deterministas, mecânicas do velho e do “novo” marxismo vulgar.

Nesta toada, para Gramsci, para um grupo determinado conquistar a hegemonia política de uma sociedade é preciso antes conquistar a hegemonia ideológica, isto é, ter de fato e reconhecida sua autoridade moral, política e intelectual, divulgar sua visão de mundo, sua ideologia, para as amplas massas, igualando seus interesses ao da sociedade em geral, tomar essas autoridades da burguesia e construir uma “nova ordem”, hegemônica e ideológica.

Para tanto, Gramsci nega a negatividade do conceito de ideologia, dando ao conceito sua positividade. Ideologia em Gramsci deixa de ser apenas aparência ou ignorância ou uma especulação subjetiva arbitrária, nem tampouco é reflexo mecânico e economicista da

infraestrutura, pelo contrário, para ele ideologia é uma força viva e ativa, orgânica e dinâmica, psicologicamente válida que conforma o terreno em que as pessoas atuam, lutam e entendem suas posições no conflito.

Não se deve conceber a “ideologia”, a doutrina, como algo artificial e sobreposto mecanicamente (como uma roupa sobre a pele, ao contrário da pele, que é organicamente produzida pelo organismo biológico animal), mas historicamente, como uma luta incessante.⁴⁴⁶

Gramsci completa seu conceito de ideologia, do ponto de vista mais político dizendo que se as forças materiais são o “conteúdo” material, as ideologias são a “forma”, também material, pois a toda concepção de mundo, pode também assumir uma forma especulativa, mas não pode deixar de orientar as ações materiais dos sujeitos. Mesmo que em uma sociedade de classes, a consciência dos subalternos seja fraturada e desigual, ainda há concepções conflitantes de mundo, uma, dos subjugadores e outra, derivada da experiência da realidade, dos oprimidos.

A resposta para a contradição aparente hegemonia dos dominadores e contra-ideologia dos subalternos é a ação política dos intelectuais “orgânicos”, produtos da classe social emergente que a serve como apoio no campo cultural, político e econômico.

Os intelectuais orgânicos da classe subalterna são, para Gramsci, os ideólogos, os filósofos, os ativistas políticos, os economistas, juristas etc. Não são pensadores contemplativos da velha elite intelectual, mas sim organizadores, construtores, que fazem um trabalho permanente de persuasão da classe oprimida para saírem dessa condição e participam ativamente da vida social e das lutas políticas e econômicas, elaborando uma articulação teórica para os movimentos reais de acordo com os elementos positivos já presentes na realidade.

Gramsci define a atividade do intelectual orgânico como a luta cultural para transformar a ‘mentalidade’:

Il linguaggio, le lingue, il senso comune. Posta la filosofia come concezione del mondo e l'operosità filosofica non cencetti sistematicamente coerenti ma inoltre e specialmente come lotta culturale per trasformare la “mentalità” popolare e diffondere innovazioni filosofiche che si dimostreranno 'storicamente vere' nella misura in cui diventeranno concretamente, cioè storicamente e socialmente universali, la quistione del linguaggio e delle lingue “tecnicamente” deve essere posta in primo piano.⁴⁴⁷

⁴⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. *Maquiavel. Notas Sobre Estado e Política*. Trad. de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2017. Pág. 211.

⁴⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Vol 2. Edizione critica dell'Instituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino. Einaudi. 1977. Pág. 1.330.

Que em tradução livre possa ser:

A linguagem, as línguas, o senso comum. Dada a filosofia como uma concepção do mundo e a diligência filosófica não como conceitos sistematicamente coerentes, mas também e sobretudo como uma luta cultural para transformar a "mentalidade" popular e difundir inovações filosóficas que se demonstrarão "historicamente verdadeiras" na medida em que tornar-se concretamente, isto é, histórica e socialmente universal, a questão da linguagem e das línguas "tecnicamente" deve ser colocada em primeiro plano.

Assim, o intelectual orgânico, deve ser um elo de ligação entre a filosofia e o povo, conhecedor da filosofia e seu tradutor para as massas, para construir, a partir do senso comum, uma identidade "cultural" onde os diferentes anseios individuais se unam em uma visão de mundo comum a todos.

Portanto, o intelectual orgânico, não leva uma "consciência perfeita" de cima pra baixo para as pobres massas ignorantes, ao contrário da caricatura vulgar que se faz do pensamento de Lênin pelos esquematismos anti-dialéticos.

Aliás, Gramsci faz, ao nosso ver, uma leitura do pensamento de Lênin a esse respeito muito mais fiel ao espírito de sua obra que qualquer marxismo-leninismo oficial do extinto Estado Soviético jamais sequer se aproximou.

Pois, ao contrário da falsa dicotomia em "vanguarda" e "massa atrasada", para Gramsci todos os homens e mulheres são intelectuais e suas atividades cotidianas carecem de alguma "filosofia" ou visão de mundo pressuposta. Nada mais anti-intelectualista.

Afinal, para formar essa coesão ideológica na atividade prática nada mais necessário que não ser, nem sequer parecer, arrogante perante as massas, para poder unir teoria e ação.

A tarefa fundamental dos intelectuais orgânicos para Gramsci é, então, fundir teoria e ideologia ligando, de lado a lado, a análise crítica teórica com a rica experiência popular, para, a partir da concepção de mundo implícita na arte, na música, no direito, no local de trabalho, de estudo, cimentar um bloco social e político, com base em princípios comuns que inspirem as ações e organizações comuns, e não ideias abstratas desconexas da realidade cotidiana das pessoas comuns. Gramsci, no entanto, para fechar algumas lacunas lógicas em seu pensamento o faz através de um historicismo, à moda de Lukács, na qual a verdade é histórica e relativa.

Nessa toada, Gramsci define objetividade, por exemplo, como aquilo que é "humanamente objetivo", que por sua vez pode ser entendido como "historicamente subjetivo",

ou seja, as ideias são verdadeiras se servem para dar coesão à ideologia de uma determinada época.

Estas posições historicistas e subjetivistas de Gramsci foram muito criticadas, entre outros, por Nicos Poulantzas (marxista grego, exilado na França aluno e seguidor das ideias de Louis Althusser) por reduzir a ideologia a uma expressão de uma classe social e essa, por sua vez, como a “essência” de uma determinada formação social.

Para Poulantzas⁴⁴⁸ não é a classe social que detém a hegemonia que mantém a sociedade unida, mas justamente o seu oposto, a unidade estrutural de uma formação social em vários níveis sobrepostos de um determinado modo de produção que determinam as condições de uma classe social dominante, como mais um nível dessa formação, como uma parte deste todo estruturado.

Poulantzas⁴⁴⁹, no mesmo sentido, define assim ideologia também como uma estrutura material complexa, constitutiva, e não apenas uma questão de subjetividade, individual ou coletiva como em Gramsci. Para o pensador grego-francês, a ideologia não é apenas a concepção de mundo da classe dominante, mas reflete também as relações entre as classes sociais como um todo estrutural, que recria em um nível imaginário essa unidade social, não apenas para conceder uma coerência à classe dominante, mas também aos dominados.

Para Poulantzas a relação entre ideologia dominante e a classe hegemônica é indireta, mediada pela estrutura social como um todo; e não o mesmo que a consciência dos governantes de um dado momento, mas sim o “resultado” da luta de classes.

Poulantzas vê, portanto, o marxismo historicista de Gramsci como um erro idealista ao entender a ideologia como principal pilar da unidade da social; sendo que a ideologia dominante é um produto desta unidade e não a constitui.

Apesar da crítica de Poulantzas ao historicismo idealista de Gramsci, correta ao nosso ver, o pensador e dirigente sardo não defende em sua obra um sujeito social ideal, porque a questão da ideologia para ele não é um fenômeno isolado, mas composto e interrelacionado com as demais classes e grupos sociais. Por isso mesmo Gramsci defende que um processo de ruptura precisa de uma aliança de forças, que expressem uma vontade coletiva, uma ideologia de mudança social e política.

Assim, a conquista de uma hegemonia transformadora necessita de um conjunto de práticas coordenadas sobre as ideologias dando-lhes novos sentidos relacionados ao todo social.

⁴⁴⁸ POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. Revis. téc. Danilo Enrico Martuscelli. Campinas. Unicamp. 2019.

⁴⁴⁹ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo. Martins Fontes. 1977.

Em os *Cadernos do Cárcere* Gramsci demonstra que mesmo uma classe hegemônica tem suas contradições entre seus interesses e suas ideologias, cuja relação é indireta:

“Por outro lado, o fenômeno é historicamente complexo e se complica graças a existência de diversas culturas típicas nos diversos estratos do novo grupo social, alguns dos quais, no terreno ideológico, ainda estão imersos na cultura de situações históricas que precedem, às vezes, até mesmo aquela que foi superada mais recentemente. Uma classe, embora alguns de seus estratos ainda permaneçam na concepção ptolomaica do mundo, pode ser a representante de uma situação histórica muito avançada; atrasados ideologicamente (ou, pelo menos, em alguns setores da concepção do mundo, que neles e ainda desagregada e ingênua), estes estratos são, contudo, avançadíssimos praticamente, isto é, como função econômica e política. Se a tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura a função prática, torna-se evidente que os intelectuais “cristalizados” são conservadores e reacionários. Isto porque, enquanto o novo grupo social sente pelo menos que é distinto e separado do precedente, tais intelectuais não sentem nem mesmo esta distinção, mas acreditam poder se ligar ao passado.”⁴⁵⁰

Apenas a título de curiosidade e para reforçar a figura e o argumento usados por Gramsci, a concepção ptolomaica de universo é aquela onde os movimentos dos planetas se organizavam em uma mecânica celeste tomando como centro o planeta Terra, foi aceita durante 14 séculos até ser desmentida pelas teorias de Copérnico e Galileu⁴⁵¹, numa alegoria ao atraso cultural de uma classe hegemônica. Cláudio Ptolomeu, (90 – 168), foi um cientista grego que viveu em Alexandria, Egito, baseando-se no sistema de mundo de Aristóteles e nas idéias de Hiparco (um astrônomo e matemático grego da escola de Alexandria), fez um sistema geométrico-numérico, de acordo com as tabelas de observações babilônicas, para descrever os movimentos do céu. Segundo esta concepção epistemológica, o universo era circular e finito, tendo a terra no centro e imóvel as estrelas fixas como limite e os planetas se moviam interminavelmente em órbitas perfeitas e circulares.

⁴⁵⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. Volume 1: *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Pág. 125 e 126.

⁴⁵¹ DOS SANTOS, Emmanuel Antonio. (Professor doutor da UNiVAP, ITA) *Da concepção ptolomaica do mundo à percepção da paisagem do mundo. ... e Miranda fez escola...* Apud. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 107 - 112 – 2006. In: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40243/43109>.

Poulantzas e outros althusserianos criticam ainda o marxismo historicista de Gramsci de não diferenciar adequadamente uma classe social dominante de uma classe ou setor social em momento determinante, de não fazer a distinção entre o domínio político, isto é, do Estado, e outra ser determinante sobre a base econômica de uma sociedade, por exemplo.

Mas o próprio Gramsci cita a contradição aparente na Inglaterra do século XIX, entre a velha oligarquia de proprietários de terras que ainda exercia uma hegemonia cultural e, portanto, politicamente dominante, e uma nova classe de proprietários de indústrias que já era economicamente determinante, que delegava seu poder à velha aristocracia, num acordo às vezes tácito, outras explícito; explica que a ideologia dominante é um resultado híbrido de elementos de diferentes classes.

Os grupos sociais regressivos e conservadores se reduzem cada vez mais à sua fase inicial econômico-corporativa, ao passo que os grupos progressistas e inovadores se encontram ainda na fase inicial exatamente econômico-corporativa; os intelectuais tradicionais, separando-se do grupo social ao qual haviam dado até agora a forma mais alta e compreensiva e, portanto, a consciência mais ampla e perfeita do Estado moderno, na realidade efetuam um ato de incalculável alcance histórico: assinalam e confirmam a crise estatal em sua forma decisiva.⁴⁵²

Ou como diz Derek Boothman no *Dicionário Gramsciano*:

Sobretudo através do sistema privado [de educação] reproduzia-se a estrutura peculiar da classe dirigente, uma “velha aristocracia agrária” unida aos industriais em uma forma de aliança típica que, em outros países, é precisamente aquele que “une os intelectuais tradicionais às novas classes dominantes” (*Quaderni* 12, página 1.526). Aliás, a aristocracia permanece “como estrato governamental, com certos privilégios, torna-se também o estrato intelectual da burguesia inglesa” (*Quaderni* 19, página 2.033).⁴⁵³

Assim, com o outrora, se fizermos um paralelo muito aproximado, o Brasil do século XX e mesmo deste início do XXI, veremos que também temos uma categoria muito extensa de intelectuais orgânicos, no terreno dos industriais, mas a antiga classe de proprietários de terras

⁴⁵² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. Volume 1: *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Pág. 435 e 436.

⁴⁵³ LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (organizadores). *Dicionário Gramsciano* (1926 – 1937). 1ª Ed. Trad. Ana Maria Choarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silva De Bernardinis. Revis téc. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 424.

ainda preserva sua posição de dominância política com suas “bancadas ruralistas”; que a antiga classe de proprietários de terras perdeu sua supremacia econômica, mas manteve sua supremacia política através dos seus “intelectuais tradicionais”; que aqui também a antiga aristocracia se ligou aos industriais por um tipo de sutura que uniu o intelectual tradicional às novas classes dominantes.

Mas voltando a Gramsci, tendemos a concordar com Luciano Gruppi, no seu *O conceito de hegemonia em Gramsci*, quando afirmam que o sardo está procurando mais avançar sobre os conceitos de Lênin que sobre os de Marx:

Gramsci, que desses dois textos de Lênin [*Materialismo e Empiriocriticismo* e *Cadernos Filosóficos*] conhece no máximo *Materialismo e Empiriocriticismo*, volta sua polêmica contra as colocações dessa obra de Lênin. Gramsci liga-se sobretudo ao Lênin do *Que fazer?*, isto é, ao Lênin da teoria do partido, da função do sujeito como elemento ativo: ao Uniu das Duas Táticas *da social-democracia na revolução russa* que funda o conceito de hegemonia, de intervenção ativa do partido no processo revolucionário. É o Lênin que valoriza a função do sujeito e que condena os mencheviques por terem degradado o materialismo histórico, já que não compreenderam a função dos partidos que intervêm na situação objetiva e a modificam. É esse Lênin, precisamente o da relação sujeito-objeto, realidade e iniciativa política que Gramsci tem presente. Pode-se então compreender melhor a sua afirmação de que a verdadeira filosofia dos políticos deve ser buscada nas obras políticas. Ele diz isso não apenas por causa das observações críticas que deve dirigir às posições estritamente filosóficas de Lênin, mas também em consequência do modo como concebe a relação entre filosofia e política, entre filosofia e história.⁴⁵⁴

Mas ao contrário de Lênin, Gramsci, em suas elaborações gerais sobre teoria, cai em um idealismo, no seu combate ao materialismo vulgar que despreza a iniciativa política, justamente para tentar defender a função do sujeito dentro do seu conceito de hegemonia que totalmente dependente da ação do sujeito na disputa ideológica.

Se no materialismo vulgar os conceitos de classes sociais e de luta de classes adquirem um caráter subjetivo, isto é, ideal, em Lênin, já em *Materialismo e Empiriocriticismo*, mas principalmente nos *Cadernos Filosóficos*, o ciclo sujeito-objeto se fecha e o sujeito deixa de ser ideal e a sua ação adquire um caráter material de transformação social, isto é, objetivo; sem que a noção de processo histórico se esvaia, sendo as estruturas capitalistas como resultado e

⁴⁵⁴ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1978. Pág. 124 e 125.

resultante de um processo através do tempo, por seu método genético-estrutural, numa combinação relacional entre a prática dos sujeitos e a estrutura.

Mesmo com essas limitações e contradições acreditamos que Gramsci elaborou um conceito político de ideologia, como a forma que sujeitos desenvolvem consciência dos conflitos sociais em que se encontram e agem nessas lutas conforme a ideologia que os constituem enquanto esses sujeitos. Sendo seu conceito de ideologia central para sua teoria da hegemonia.

Gramsci conseguiu assim avançar muito sobre onde Lênin não conseguiu, o sardo ajudou o marxismo-revolucionário a superar a falsa dicotomia entre “consciência-econômica e consciência-política”.

A concepção de Gramsci de ideologia como “uma realidade objetiva e operante”, “um instrumento de ação política”, faz deste conceito um elemento positivo na teoria e na ação, como instrumento de luta política, como parte da luta pela hegemonia, justamente para superar a situação de “escravidão cultural” em classe trabalhadora se encontrava, e, de outras formas, ainda se encontra.

Gramsci elaborou um conceito de ideologia relacionado dinamicamente ao conceito de hegemonia, e assim avançou muito sobre os limites das definições de Lênin, que, por sua vez, já havia negado e superando as posições deterministas, mecânicas do velho e do “novo” marxismo vulgar. Ele conseguiu esse avanço, assim como Lênin, recorrendo a Hegel, mas no caso do sardo, através de Croce⁴⁵⁵, negando a negatividade do conceito de ideologia, dando-lhe sua positividade, deixando de ser apenas aparência ou ignorância, reflexo economicista da infraestrutura; ideologia passa a ser uma força viva e ativa, orgânica e dinâmica, que conforma o terreno em que as pessoas atuam, lutam e entendem suas posições no conflito.

⁴⁵⁵ Benedetto Croce (1866 a 1952), filósofo, historiador e político italiano que escreveu sobre diversos assuntos, incluindo filosofia, história, historiografia e estética.

5.2.4 – Ideologia: a crítica epistemológica de Althusser

Mas foi o filósofo e militante comunista francês Louis Althusser quem mais avançou sobre as lacunas deixadas por Lênin quanto aos conceitos de consciência e ideologia.

Como vimos no item anterior, o conceito de ideologia em Marx pode ser estudado em três diferentes categorias, epistemológica, ontológica e política.

Althusser discute o conceito de ideologia a partir do prisma epistemológico, com base principalmente na *A Ideologia alemã*.

Mas ao diferentemente de Gramsci, Althusser estabelece um corte epistemológico radical entre o método de Marx e o de Hegel, segundo o qual Marx, apesar de se utilizar a lógica dialética, não é um mero continuador de Hegel, que é um idealista. Marx para desenvolver seu método dialético materialista precisa de novos instrumentos, novas categorias filosóficas e lógicas. Se em Hegel a dialética nasce na razão e constitui a realidade, para Marx o caminho é inverso e em outra direção filosófica e política.

Essa continuidade que, até hoje, muitos marxistas ainda enxergam entre Hegel e Marx, é, de certa forma, uma continuidade do marxismo vulgar e superficial que levou a Segunda Internacional à falência política e organizativa, pois não veem a ruptura metodológica tanto no conteúdo político e filosófico, quanto na forma mais abstrata das diferentes lógicas. Essa relação mecânica, bem ao estilo do marxismo-vulgar, faz do método de Marx refém das categorias filosóficas de Hegel, como se fosse apenas uma “inversão” e não uma total “reversão” como já vimos em Lênin, nos seus *Cadernos Filosóficos*.

Dessa perspectiva, Althusser, ao estabelecer a ruptura metodológica entre Marx e Hegel, rompe também com linhas de pensamento que se reivindicam marxistas, como a de Lukács e seus seguidores, por exemplo, que veem um fio (invisível) de continuidade na história e uma relação mecânica (não dialética) entre os conflitos e a conseqüente superação “natural”, para eles, dos modos de produção; o que por sua vez daria um sentido “ontológico” à história, como um tipo de “imperativo categórico” trazido de Kant para o marxismo artificialmente. O que para Althusser seria um erro vergonhoso para o marxismo:

As tentativas de Lukács, limitadas à história da literatura e da filosofia, me parecem contaminadas por um hegelianismo vergonhoso: como se Lukács quisesse fazer-se absolver por Hegel por ter sido discípulo de Simmel e Dilthey. Gramsci é de outra estatura.⁴⁵⁶

⁴⁵⁶ ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro. Zahar. 1979. Pág. 100. Apud MASCARO, Alysso. *Filosofia do Direito*. 7ª Ed. São Paulo. Atlas. 2019. Pág. 554.

Althusser defende ainda, assim como Lênin, que a dialética materialista não é somente uma “inversão” da dialética idealista:

É, pois, decididamente impossível manter, no seu aparente rigor, a ficção da “*inversão*”. Pois, na verdade, *Marx não conservou, mesmo “invertendo-os”, os termos do modelo hegeliano da sociedade.* Substituiu-os por outros, que com eles apenas mantêm longínquas relações. Ou antes, subverteu *a relação* que dominava, antes dele, entre esses termos. Em Marx são *ao mesmo tempo os termos e as suas relações* que mudam de natureza e de sentido.⁴⁵⁷ (itálicos no original).

Para Althusser, ao contrário das visões hegelianas dentro do “marxismo” a história não tem um sentido inerente, mas sim está imbrincada pela lógica da reprodução social, por uma combinação de forças, sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas que levam a um determinado modo de produção. Por isso mesmo não possível de antemão afirmar que a crise do capitalismo levará ao socialismo automaticamente como um resultado inevitável da história. Para Althusser esse determinismo idealista seria uma negação do marxismo, que poderia inclusive prescindir da luta de classes para alcançar o socialismo.

Althusser, ao contrário, assim como Marx e Lênin defende que a história é aberta e que um eventual advento do socialismo depende de uma combinação de forças e situações e não de um “destino manifesto” ideal, ainda que de esquerda.

A partir do “corte epistemológico” proposto por Althusser ao pensamento de Marx, que se dá especificamente na *Ideologia Alemã* é possível começar a entender o conceito de ideologia neste autor francês:

Uma “*cesura epistemológica*” intervém, sem nenhum equívoco, na obra de Marx, no ponto onde o próprio Marx a situa, numa obra não publicada em vida do autor, e que constitui a crítica de sua antiga consciência filosófica (ideológica): a *Ideologia Alemã*. [...]

Essa “*cesura epistemológica*” divide assim o pensamento de Marx em dois grandes períodos essenciais: o período ainda “ideológico”, anterior à cesura de 1845, e o período “científico”, posterior à cesura de 1845. Esse segundo momento pode, ele próprio, ser dividido em dois momentos, o momento da maturação teórica e o momento da maturidade teórica de Marx.⁴⁵⁸

⁴⁵⁷ ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro. Zahar. 1979. Pág. 95. Apud MASCARO, Alysso. *Filosofia do Direito*. 7ª Ed. São Paulo. Atlas. 2019. Pág. 555.

⁴⁵⁸ ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro. Zahar. 1979. Pág. 22 a 24. Apud MASCARO, Alysso. *Filosofia do Direito*. 7ª Ed. São Paulo. Atlas. 2019. Pág. 557 a 558.

Como bem explica Alysson Mascaro:

Ao lado da discussão sobre a totalidade estruturada, um dos conceitos mais conhecidos de Althusser – com implicação imediata sobre o direito – é o de *aparelhos ideológicos de Estado*. Para Althusser, a ideologia não é uma mera fantasia, descartável ou sem utilidade: ela tem um importante peso no todo da vida social. A reprodução social não se faz de modo mecânico. Há, ao lado das concretas relações sociais, também um conjunto de dinâmicas ideológicas que perfazem tal reprodução. E, no arcabouço das ideologias, o direito tem papel relevante.⁴⁵⁹

Para Althusser, ideologia não é uma construção intelectual individual, de acordo com suas vontades, também não é um pensamento ao acaso; mas sim um elemento estrutural de todas as sociedades em que os indivíduos e grupos vivem, um meio de reprodução da ordem social; ou seja, para Althusser, ideologia não pode ser entendida apenas como “confusão mental” dos indivíduos, ou como um “espelho distorcido” da realidade, mas sim, também uma estrutura de pensamento, condição *sine qua non* à reprodução social, que não apenas transfigura da realidade, mas que explica tal realidade para as pessoas.

Assim, ideologia, para Althusser não é uma escolha individual ou uma imposição ao indivíduo, é inconsciente, em termos freudianos, e constituidora do real na mente dos indivíduos, de forma positiva, assim como em Gramsci.

Este sentido é positivo se considerarmos que a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o *Manifesto* define a história como história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe. [...] Se eterno significa, não a transcendência a toda história (temporal), mas omnipresença, transhistória e, portanto, imutabilidade em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra da expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral.⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ MASCARO, Alysson. *Filosofia do Direito*. 7ª Ed. São Paulo. Atlas. 2019. Pág. 562.

⁴⁶⁰ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro. Graal. 1985. Pág. 84. Apud MASCARO, Alysson. *Filosofia do Direito*. 7ª Ed. São Paulo. Atlas. 2019. Pág. 563.

Para Althusser, ideologia é um elemento material da realidade estrutural e estruturante do mundo e da visão deste mundo, não individual, mas coletiva, social, nas práticas e rituais materiais cotidianos da coletividade que cada indivíduo participa, mais como “receptáculo” da ideologia que seu produtor. Esse é o nível mais profundo e abrangente da compreensão do poder social na filosofia contemporânea. Essas práticas ideológicas são estruturadas com base em referências já dadas aos indivíduos e à coletividade por uma rede de aparelhos ideológicos de Estado. Assim, o sujeito não pode escolher uma ideologia como se fosse à feira comprar uma fruta “a” ou “b”. A existência prévia da feira, p.ex., das frutas “a”, “b” ou “c”, da limitação das possibilidades de escolhas que constituem o indivíduo em sujeito que acordo com os padrões de sociabilidade já antes estabelecidos. A forma-ideológica conforma, dá os contornos, do sujeito, cujo processo de subjetivação é ao mesmo tempo constituinte e reproduzidor da ideologia. Pois a ideologia é inconsciente, assim como na psicanálise, portanto, não pode ser um processo consciente dos sujeitos, de escolhas desses sujeitos. É um processo objetivo, concreto e estrutural, da reprodução social, a divisão da sociedade em classes, e o lugar do indivíduo nesse contexto, seu gênero, seus valores, são uma estrutura material e inconsciente.

Assim como em Marx, a ideologia dominante de uma sociedade é a ideologia da sua classe dominante, mas com mais profundidade que em Marx e em Lênin, a ideologia burguesa predomina pelos padrões sociais que conformam uma visão de mundo, numa relação material e estrutural, em todas as estruturas sociais, de forma inconsciente que permite e determina a reprodução social.

Logo, uma “contraideologia” necessita igualmente perpassar por todas as estruturas sociais e seus rituais até atingir o inconsciente dos indivíduos para poder constituir e conformar uma nova visão de mundo que, por sua vez, permitisse uma outra reprodução social, que ao invés de privilegiar a produção e acumulação privada da riqueza socialmente produzida, fosse estruturada e estruturante produção e distribuição social dos valores de uso do “estômago e do espírito”⁴⁶¹

Pois, segundo Althusser, ideologia não é uma forma diáfana de ver o mundo, mas tem uma materialidade concreta na submissão dos oprimidos para lhes prover um lugar nesse mundo, como ele o veem e se veem nele; como um meio de construir um *consentimento* dos explorados à sua exploração, para além da repressão física violenta, que permanece como reserva em prontidão caso a ideologia não seja suficiente.

⁴⁶¹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Cap. 1. Item 1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 157

Como dissemos no início deste item, a perspectiva epistemológica de Althusser para tratar a relação entre ciência e ideologia, como bem explicam Luiz Eduardo Motta e Carlos Henrique Aguiar Serra:

No aspecto epistemológico, a ideologia é definida como o *outro* da ciência, *i.e.*, a ciência surge como uma ruptura, uma descontinuidade do senso comum, da ideologia. Para Althusser, há uma ruptura epistemológica na obra de Marx a partir de 1845, quando se inicia um novo continente científico, a ciência da história (ou materialismo histórico) e, em estado prático, uma nova filosofia produtora de conhecimento (materialismo dialético).⁴⁶²

O ponto de partida epistemológico de Althusser está na existência autônoma do real e do sujeito “fora da cabeça” do indivíduo:

O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.⁴⁶³

Desta “pedra fundamental” marxiana, do real e do abstrato, do concreto-do-pensamento e do concreto-real, Althusser, constrói o conceito de práticas ideológicas, em paralelo com os conceitos de práticas políticas, teóricas, econômicas, articuladas entre si, ora predominando uma, ora outras conforme as contradições principais em cada momento.

No capítulo VI de *A favor de Marx*, intitulado *Sobre a Dialética Materialista (Da Desigualdade das Origens)*, no item *Solução Prática e Problema Teórico. Por Que a Teoria?*, Althusser combina o problema da inversão da dialética hegeliana com a construção de uma nova teoria, onde os problemas teóricos se resolvem justamente na prática dessa teoria, no caso, da teoria marxista, isto é, na relação entre prática e conhecimento teórico dessa prática.

⁴⁶² MOTA, Luiz Eduardo; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes*. Revista de Sociologia e Política. Vol. 22. Nº 50. Pág. 125 a 147. Jun. 2014. In: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KCPFxfXGpLQD3q6MbZ5HbBJ/?format=pdf&lang=pt>, acessado em 05 set. 2023.

⁴⁶³ MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer. Supervisão editorial e apresentação Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 79.

Neste mesmo texto Althusser cita, provavelmente de improviso, uma passagem de Lênin “*Sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária*”⁴⁶⁴ e novamente à página 145, desta vez sob a forma de “*sem teoria, não existe ação revolucionária*”. Quando, na verdade, a citação mais precisa é “*Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário.*” Em russo, no texto original temos “*Без революционной теории не может быть и революционного движения.*”⁴⁶⁵, cuja tradução mais literal, livre e nossa é “*Sem uma teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário.*”.

Aqui identificamos dois problemas textuais, um de tradução e outro de versão. Na tradução, a ausência do artigo indefinido “uma” que pode marcar o marxismo como uma teoria revolucionária, as não a única, o que depois terá implicações na organização do próprio movimento revolucionário em teoria única, partido único, por exemplos. E nas versões de memória de Althusser onde as expressões “prática” ou “ação” tem um sentido que pode ser tanto em perspectiva individual ou coletiva.

Sendo que a palavra “movimento”, do original, ao invés de “prática” ou “ação” permite inferir uma noção mais ampla, no sentido de a teoria ser a guia de ações mais amplas, de um movimento social e político.

De toda forma o conceito de *prática* em Althusser se refere ao processo de transformação de uma determinada matéria-prima em um produto determinado, onde a prática teórica pode ser uma prática teórica-científica, ou uma prática teórica pré-científica, que seriam, portanto, ideológicas, como o empirismo, a fenomenologia e o idealismo. O que por sua vez denota uma luta da ciência contra as ideologias, onde estas são teoricamente fechadas, mas maleáveis na política, aos momentos e circunstâncias, mas sempre mantendo a forma-ideológica; ao contrário da ciência que sempre expressa a essência objetiva de seu tempo histórico.

Assim como Gramsci a definição de ideologia em Althusser não é negativa como uma falsa consciência, ainda que no sardo o enfoque seja mais político e no franco-argelino seja epistemológico, no sentido de uma estrutura social, inconsciente, um imaginário coletivo, um sistema de representações, uma estrutura de um todo-complexo com contradições e antagonismos, e com desigualdades entre as *ideologias particulares*, e o confronto da ideologia da classe dominante com a ideologia da classe dominada, oprimida e explorada. Mesmo a classe dominante *vive* a sua ideologia e crê nos seus mitos, como igualdade e liberdade, numa relação

⁴⁶⁴ ALTHUSSER, Louis. *A Favor de Marx. (Pour Marx)* 2ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1979. Pág. 143.

⁴⁶⁵ LÊNIN, Vladimir. *НАБОЛЕВШИЕ ВОПРОСЫ НАШЕГО ДВИЖЕНИЯ.* In: <https://www.marxists.org/russkij/lenin/1902/6-13-1.htm#1>. Acessado em 06 set. 2023.

imaginária com a vida real para poder agir com relação a si mesma e às demais classes para poder suportar, justificar e dar sentido à sua condição de classe dominante.

Para quebrar a “roda ideológica” é preciso, segundo Althusser, tirar a ideologia da classe operária da esfera de influência da ideologia burguesa.

Nesse sentido, confrontado as elaborações de Althusser com as últimas leituras de Lênin da Lógica de Hegel podemos inferir que uma contraideologia operária estaria em negação com a ideologia dominante, para poder se afirmar como uma nova ideologia e superar a anterior, superando, assim, as bases e materiais capitalista, as formas sociais, e seus rituais, que constituíam a velha ideologia, não apenas abstratamente, nas ideais, nas mentes, mas nas relações entre as ideais e o mundo material, no qual é refletido e sobre o qual se projeta.

CAPÍTULO 6 – CRÍTICA DO DIREITO EM LÊNIN, PACHUKANIS E ALTHUSSER

6.1 – Perspectiva da crítica

Como dissemos no início nossa proposta leitura das obras e interpretação do pensamento de Lênin é sob o prisma de uma ótica pachukaniana, i.e., pela perspectiva da forma-mercadoria combinada com a busca de elementos na obra teórica Lênin no sentido da superação das formas e conteúdos sociais capitalistas; a partir das contribuições Pachukanis, cujos métodos de construção do concreto nas ciências abstratas, da ligação entre ideologia e direito [e estado], entre relação e norma, mercadoria e sujeito, direito e Estado, demonstram as categorias econômicas abordadas por Marx também são aplicáveis à ciência jurídica e à ciência política e à crítica do Direito e do Estado.

Nesta toada e em ligação com o capítulo anterior, partindo da leitura de *Teoria Geral do Direito e Marxismo*⁴⁶⁶, para Pachukanis, o domínio de uma classe sobre outra é maior que o Estado, *stricto sensu*; isto é, apesar de o Estado ser dependente do setor bancário e dos grupos capitalistas, da relação de cada trabalhador com seu empregador também é de dependência econômica e dos dirigentes do aparelho de Estado serem enraizadamente ligados à classe dominante, tudo isto ainda não é o suficiente explicar que o cenário ideológico construído pela classe dominante serve para camuflar o seu domínio de classe por trás do aparelho estatal, por isso, para que se verifique as raízes de uma ideologia, faz-se necessário verificar as relações reais que ela exprime.

Pois, se na Idade Média o senhor feudal submeteu os camponeses por dispor de uma força armada e, ao longo do tempo, este domínio de fato se revestiu de um “véu ideológico” oferecido pela autoridade emanada de “Deus”. Mas a submissão do operário assalariado ao capitalista se desenvolve pela dominação do trabalho morto acumulado que domina o trabalho vivo. O aparelho de dominação, neste caso, está situado acima de cada capitalista individual e é tido como uma força impessoal. Desse modo, não é, principalmente, a coação política ou jurídica sobre o assalariado para que ele trabalhe para um burguês particular, mas sua força de trabalho é colocada no mercado e vendida formalmente por meio de um contrato livre.

A relação de exploração se dá pelas relações entre o proletário e o capitalista, que, em tese, possuem mercadorias “independentes” e “iguais”; o poder político da classe dominante pode então se revestir na forma de poder público, imparcial, a democracia oferece o acesso coletivo ao poder, a sociedade representa um mercado, a máquina do Estado se estabelece como a vontade geral, impessoal.

⁴⁶⁶ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017.

Mas os termos dessa troca passaram a ser determinados por meio de uma autoridade fora do mercado: o Estado, onde as noções de “valor de troca” e de “mercadoria” são alterados.

Assim, o poder de um homem sobre o outro é expresso como poder do Direito, assim sendo, “camuflado” como o poder de uma norma objetiva imparcial, o poder jurisdicional do Estado passa a ser percebido como um fenômeno abstrato e racional. O Estado jurídico é um modo de conveniência para a burguesia, pois substitui a ideologia religiosa como forma de dominação e esconde o domínio burguês; a atuação do Estado está entrelaçada pelas lutas entre grupos, classes, sindicatos, partidos, que são, nesta ótica, apenas “molas do mecanismo do Estado”.

Mas Pachukanis também percebe que a sociedade de classes não é apenas um mercado no qual se inserem os proprietários de mercadorias autônomos, mas também uma arena de conflitos entre as classes, na qual o Estado é uma arma importante, onde não há uma coexistência, mas um domínio de uma classe sobre a outra. O acirramento da luta de classes retira os véus ideológicos e faz com que burguesia revele seu verdadeiro Estado e Direito, deixando de camuflá-lo através do Direito e mostrando a sua essência, a violência organizada de uma classe sobre às demais.

Pachukanis elabora uma crítica ácida ao normativismo jurídico e defende a impossibilidade de constituição de um “socialismo jurídico” ou mesmo de um “Direito proletário”. Sua posição “antijurídica” centra-se no argumento de que a transição do capitalismo ao socialismo e deste ao comunismo depende da extinção do conjunto de formas [sociais] por meio das quais o capitalismo é operacionalizado, dentre essas a forma-jurídica, mas não só. Também, e principalmente, a forma-mercadoria.

Segundo Pachukanis o Direito serve aos interesses da classe dominante, mas a forma jurídica não é apenas uma ideologia, mas sim um operador real que atua na sociedade capitalista, ou seja, o Direito não é uma “ficção” que deve ser deixada de segundo plano, ao contrário, a forma jurídica e as demais formas-sociais capitalistas possuem uma autonomia relativa própria no interior do capitalismo, não estando diretamente subordinada a outras esferas de poder.

As visões positivistas, idealistas, e outras em termos althusserianos pré-científicas, encobrem a historicidade do Direito em uma nuvem densa de ideologias, concebendo a forma-jurídica e demais formas sociais capitalistas como invariáveis em todos os tempos e lugares.

6.2 – A crítica do Direito como crítica da Ideologia Jurídica

Se em Althusser vimos que a ideologia jurídica é também uma *prática* que a implementa, a reproduz e a desvenda mostrando seus fundamentos como necessária ao modo produção capitalista, que só pode se reproduzir por meio de uma ideologia que se encaixe nas suas demais formas. Assim a crítica do funcionamento da ideologia jurídica, em sua prática, permite demonstrar as razões e os meios para satisfazer suas necessidade; categorias de pensamento que refletem o processo do modo de produção e as suas necessidades da encaixes, mas que sua prática faz cair em desencontros, refletindo as contradições insolúveis do modo de produção que torna as categorias jurídicas nas quais ele está ultrapassadas, e precisa se modificar permanentemente na superfície para continuar a existir e prosseguir na reprodução das relações de produção nos seus níveis mais profundos e estruturais, que permanecem inalterados, como a exploração do trabalho pelo capital, por exemplo.

Em Pachukanis temos, complementarmente, que a crítica do Direito não pode ficar apenas na crítica do Direito enquanto ideologia, ainda que essa seja uma das primeiras tarefas da crítica.

Com base em uma série de citações, o professor Reisner busca demonstrar que os próprios Marx e Engels consideravam o direito com uma das “formas ideológicas” e que esse ponto de vista era também compartilhado por muito teóricos marxistas. Contra essas indicações e citações, está claro, não se pode argumentar. É impossível, igualmente, refutar o fato de que o direito é psicologicamente experimentado pelas pessoas, sobretudo na forma de princípios, regras e normas gerais. Contudo, a tarefa não consiste em aceitar nem recusar a existência de uma ideologia jurídica (ou da psicologia), mas em demonstrar que as categorias jurídicas não têm nenhum outro significado além do ideológico. Apenas nesse último caso poderemos considerar “inatacável” a conclusão tirada pelo professor Reisner, a saber: “um marxista só pode estudar o direito como um dos subtipos dos tipos gerais de ideologia”. Nesta palavrinha, “*só*”, está o cerne da questão.⁴⁶⁷

O jogo de palavras em russo aparece como “*mas em demonstrar que as categorias jurídicas não têm nenhum outro significado além do ideológico.*” talvez fique um pouco confuso em português, mas o seu sentido, no contexto do todo da frase é “*demonstrar que as categorias jurídicas têm outros significados além do ideológico*”. Grifos nossos.

⁴⁶⁷ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida; revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 87.

De qualquer forma o conceito de ideologia em Pachukanis que melhor se encaixa em nossa crítica do Direito, ou da forma-jurídica, é o que trata a ideologia como elemento material da realidade social e não apenas ideal, sim como mediação necessária do processo de reprodução.

O Estado não é apenas uma forma ideológica, ele é, ao mesmo tempo, uma forma de ser social. O caráter ideológico de um conceito não elimina aquelas relações reais e materiais que este exprime.⁴⁶⁸

Aqui temos em Pachukanis, ideologia não apenas como fenômeno negativo de “falsa consciência”, “névoa” ou “véu”, mas também e principalmente, assim como em Gramsci e em Althusser, como elemento positivo, constitutivo da sociabilidade capitalista. E mais que isto, agora além dos enfoques político e epistemológico dos primeiros, também há uma aproximação com o caráter semi-ontológico da ideologia jurídica em particular, ou “ontológico-genético”, não uma ontologia idealista, mas sim materialista, como

“Pode-se definir seu método como “ontológico-genético”, na medida em que procura mostrar a estratificação progressiva das atividades do sujeito (por exemplo: atividade utilitária, atividade hedonista e atividade estética), indicando as transições e mediações, até circunscrever a especificidade de cada uma em função do papel que desempenham na sua fenomenologia da vida social.⁴⁶⁹

Isto porque as categorias de pensamento expostas na Teoria Geral do Direito e Marxismo referentes à forma-jurídica têm seus processos de formação, isto é, sua gênese, e funcionamento indissociados dos da economia política, inclusive quanto à sua materialidade.

Porque a especificidade da forma-jurídica capitalista se dá justamente a partir da universalização da troca de mercadorias, até a força de trabalho é uma mercadoria, faz com que haja também a universalização da categoria de sujeito de direito como mediação necessária para as relações de produção. Como bem explica o próprio Pachukanis:

Não há dúvida de que o conceito de pessoa moral ou pessoa igual é uma construção ideológica e, como tal, não se adéqua à realidade. O sujeito econômico egoísta não representa uma deformação ideológica menor da realidade. Entretanto, ambas as definições são adequadas a uma

⁴⁶⁸ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 89.

⁴⁶⁹ TERTULIAN, Nicolas. *Sobre o método ontológico-genético em Filosofia*. Tradução de Gloria Goulart da Silva Campos. Revista PERSPECTIVA. Florianópolis. Vol. 27. N. 2. Páginas 375 a 408. Jul./dez. 2009. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v27n2p375/15286>, acessado em 08 set. 2023. Nicolas Tertulian é professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris).

relação social específica e apenas a expressam de modo abstrato e, conseqüentemente, unilateral. Falando de modo geral, já tivemos a oportunidade de indicar que o conceito ou a palavrinha “ideologia” não deve nos impedir de prosseguir com a análise. Simplificaria muito a tarefa se nos satisfizéssemos com a explicação segundo a qual a noção de ser humano igual a outro ser humano é unicamente criação da ideologia. “Baixo” e “alto” não são nada mais que conceitos que expressam nossa própria ideologia “terrestre”. Contudo, em sua base está, seguramente, o fato real da gravitação terrestre. E foi justamente quando o homem conheceu a razão real que o fez distinguir entre alto e baixo, ou seja, a força da gravidade direcionada para o centro da Terra, que ele percebeu as limitações dessas definições, sua inadequação à aplicação a toda a realidade cósmica. Dessa maneira, a descoberta do caráter ideológico de um conceito seria o outro lado da descoberta de sua verdade.⁴⁷⁰

Nesta passagem, antes de Althusser, Pachukanis já fazia, ainda que intuitivamente, a distinção entre “ciência” e “ideologia”, exemplificando a descoberta científica da Lei da Gravidade por Isaac Newton⁴⁷¹ que depois seria completada por Albert Einstein⁴⁷², sendo que as explicações de porque as coisas caíam⁴⁷³ antes deles eram ideologias, ou semi-teorias, em seu sentido negativo, mas também serviam para as pessoas não se afogarem, ou para jogarem pedras do alto dos castelos, no sentido positivo.

Ou como ainda diz Pachukanis

[...] por mais artificialmente fabricada e irreal que possa parecer uma construção jurídica, enquanto se mantiver dentro dos limites do direito privado e, em primeiro lugar, do direito de propriedade, ela terá abaixo de si um solo firme.⁴⁷⁴

Assim como o chão firme abaixo da maçã de Newton. Este “chão” é justamente o exterior institucionalizado, capaz de subjugar e regular a vida social dos indivíduos, através dos Aparelhos Ideológicos do Estado⁴⁷⁵, como um agente superior externo que organiza a

⁴⁷⁰ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 155.

⁴⁷¹ NEWTON, Isaac. *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*. (*Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*.) Trad. Eloy Rada. Madrid. Alianza Editorial. 2004.

⁴⁷² EINSTEIN, Albert. *A teoria da relatividade especial e geral*. Trad. Carlos Roberto Nogueira de Freitas. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1999.

⁴⁷³ CHERMAN, Alexandre e MENDONÇA, Bruno Rainho. *Por que as coisas caem? Uma história da gravidade*. São Paulo. Zahar. 2018.

⁴⁷⁴ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida; revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 95.

⁴⁷⁵ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1983.

sociedade. Como já dissemos acima os Aparelhos Ideológicos do Estado são expressão da existência material da ideologia através das práticas, dos rituais, regras e instituições ideológicas, de forma “eterna, onipresente, sob a sua forma imutável, em toda a história, a história das formações sociais de classe”⁴⁷⁶

[...] podemos dizer que: toda a ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. [...] as “ideias” ou “representações” etc., que em conjunto compõem a ideologia, não tinham uma existência ideal, espiritual, mas material. [...] Ao falarmos dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia (a unidade destas diferentes ideologias regionais – religiosa, moral, jurídica, política, estética etc. sendo assegurada por sua subordinação à ideologia dominante). Retomaremos esta tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.⁴⁷⁷

Para o filósofo franco-argelino a relação imaginária, a ideologia, está dotada de uma existência material, i.e., possui a capacidade de perceber que as ideias de um determinado sujeito existem nos seus atos reais, nas práticas que são recorrentes destes mesmos atos, que são reguladas pelos rituais materiais.

Numa combinação das teorias Althusser e Pachukanis sobre ideologia e a crítica do Direito, podemos ter que a forma-política, i.e., o Estado, circunscreve a luta de classes dentro dos limites da forma-jurídica, i.e., do Direito. Ou seja, ao mesmo tempo que há, sim, uma “ideologia jurídica” a mesma é materializada pelo aparelho ideológico do “poder judiciário” e, em ato contínuo, pelo aparelho repressivo da polícia. Afinal, quem cumpre as ordens “ideológicas” são os guardiões das “leis” em paralelo simétrico negativo aos “guardiões” da mercadoria nas relações de troca no mercado, quando estas são “imperfeitas” deve haver, segundo a ideologia jurídica dominante, a sua “correção”. E este “ritual”, seja de prisão de um indivíduo ou de bloqueio e transferência de bens.

Em outras palavras aperfeiçoamento da forma-política, *pari passu* com a forma-jurídica, se deu com base no princípio de que os agentes de troca no mercado não eram capazes de disciplinar sua relação através de sua própria autoridade; a relação de troca capitalista, portanto,

⁴⁷⁶ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1983. Pág. 85.

⁴⁷⁷ Idem. Pág. 88 a 89.

criou a exigência de uma terceira parte que funcionasse como uma garantia recíproca dos possuidores de mercadorias enquanto proprietários e regras para as suas relações de troca; num encaixe entre forma-política e forma-jurídica capitalistas; uma crítica demolidora ao normativismo jurídico e defende a impossibilidade de constituição de um “socialismo jurídico” ou mesmo de um “Direito proletário”, que por sua vez também não passaria de “ideologia”, em seu sentido negativo, operada pelo “Estado Socialista”, outra ideologia, através de seus aparelhos repressivos, para a manutenção dessas e das demais formas sociais capitalistas.

Como bem explica Alysson Mascaro em *Estado e Forma Política* “[...] *as formas política e jurídica, ambas singulares, são derivadas de formas sociais comuns e apenas posteriormente conformadas, reciprocamente.*”⁴⁷⁸

Mesmo os “encaixes” não são mecânicos, nem deterministas, a moda da velha ortodoxia, mas fruto da combinação, ora aleatória, ora direcionada, de estruturas desigualmente desenvolvidas.

⁴⁷⁸ MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 41.

6.3 – Desvendando a forma do Direito

Não é fácil mostrar como se entrelaçam diferentes formas-sociais na história e na teoria. O nosso propósito deve ser entendido dentro da resposta original que a *Teoria Geral do Direito e Marxismo* pretende ser à grande aporia transmitida pelos positivismos e dogmatismos precedentes e ainda caminchantes-sem-vida. A dificuldade, ou dúvida racional, decorrente da impossibilidade objetiva de obter respostas ou conclusões para a indagação filosófica original de Pachukanis se dá devido ao método pré-dialético utilizado antes dele. Esta aporia se formula como cisão entre a ciência e ideologia, sendo que esta entende o mundo e seus fenômenos apenas superficialmente, enquanto o conhecimento científico do todo das relações sociais que se dá através das formas-sócio-relacionais, que permanece como ideal desta crítica.

Com a *Teoria Geral do Direito e Marxismo* Pachukanis pretende situar-se para além dos termos das aporias kantianas e dogmáticas, definindo a forma-jurídica como momento abstrato e, ao mesmo tempo, concreto específico desencadeado pela própria situação do sujeito portador da mercadoria, como sujeito para-si, através de um método científico que faz face ao aparecimento do seu objeto no horizonte do saber.

Em outras palavras, Pachukanis intenta mostrar que a fundamentação do conhecimento da forma-jurídica é resultado de uma gênese, cujas vicissitudes são assinaladas, no plano do fenômeno das formas-sociais, que se pode acessar pelo olhar crítico através das oposições, contradições, determinações e sobredeterminações sucessivas e articuladas entre a certeza do sujeito e a verdade do objeto, superando-se as explicações psicológicas ou às discussões mais abstratas sobre a fundamentação desse saber.

Se em Kant e nos positivismos o sujeito e os fenômenos são rigorosamente a-históricos, Pachukanis coloca no coração do sujeito a relação social que nos positivismos e dogmatismos pertencia à esfera do objeto, qual seja, da troca de mercadorias, em si, vista superficialmente; ou ainda que determinados sujeitos eram vistos e tratados como objeto, tanto pelo capital como pela teoria.

Essa é a originalidade da *Teoria Geral do Direito e Marxismo* e é nessa perspectiva que ela pode ser apresentada como processo de "formação" do direito como forma jurídica da troca de mercadorias. E entende-se que a descrição desse processo deve referir-se necessariamente às experiências significativas que, segundo Pachukanis, fez da Ciência ou da Filosofia do Direito a *rectrix* metodológica ou a *enteléquia* para a realização plena e completa da tendência, da potencialidade e da finalidade de superação das forma-sociais e conteúdos capitalistas, como a conclusão de um processo transformador outrora em curso, oxalá o retomemos.

Dois finos fios nos conduzem através do longo e tortuoso caminho da crítica das formas-sociais capitalistas. Um deles é a linha de figuras que traçam o processo de formação do direito, unindo experiências ideológicas e práticas rituais expressas na superfície do tecido social sobre o núcleo comum da forma-mercadoria. Essas figuras delineiam, portanto, no desenvolvimento das formas-sociais, o relevo de uma estrutura que se ordena segundo uma sucessão de eventos, que somente poderia se dar no tempo histórico das relações sociais eminentemente capitalistas.

O segundo fio une entre si essas duas formas sociais específicas, a jurídica e a política, como derivadas da forma-mercadoria e da forma-valor, é o dos momentos. Daí a necessidade de percorrer esses dois fios no caminho de "formação" até atingir a "conformação".

Vale dizer que a ordem dos momentos segue a ordem de um movimento descontínuo, contraditório, cheio de idas e vindas, não linear, mas ainda assim, lógico e possível, portanto, de ser deduzido ou mesmo induzido, pois não se reduzem a rapsódias sem nexos, mas fazem parte do processo de desenvolvimento real das estruturas sociais.

Conceitos ordenados e momentos aleatórios tecem, portanto, a trama do processo real e do original do pensamento pachukaniano, como a expressão mais profunda do processo de formação e conformação social, numa fundamentação lógico-filosófica, não apenas como a delimitação de condições abstratas, como em Kant, nem tampouco a mera lembrança e recuperação de uma cultura ideal, como em Hegel, ou postulados medievais, mas que pode permitir a transformação do mundo real, material e ideal, que começa nas terras da revolução onde a luz do saber, onde a teoria e a prática se encontram com o racional, o real e a ação humana material e transformadora para superação definitiva dos estreitos horizontes do capital.

A crítica das formas (e dos conteúdos) sociais capitalistas tem três fundamentos, um filosófico, com a pergunta "*como as relações sociais se transformam em instituições jurídicas ou como o direito se transformou no que é.*"⁴⁷⁹; um jurídico com a crítica

[...] encontrar definições fundamentais do direito privado, que não são outras senão as definições do direito em geral, tomando como fundamento o conceito de norma, não pode dar nenhum resultado além da construção de fórmulas inertes, tampouco está livre das contradições internas. O direito como função deixa de ser um direito, e a permissão jurídica sem o respaldo de seu interesse privado se torna algo inacessível, abstrato, sendo facilmente transformada em seu contrário, ou seja, no dever (todo direito público é, simultaneamente, um dever).⁴⁸⁰

⁴⁷⁹ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 96.

⁴⁸⁰ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 114.

E, por fim, um significado político, definido pela originalidade de Pachukanis ao percorrer o caminho, até então secreto, da conformação das formas sociais que, por sua vez, pode levar à extinção futura das contradições e determinações que aprisionam os sujeitos nos objetos, quebrando as correntes da dialética do senhor e do escravo, ou do escravo e do escravo, como paradigma que aqui queremos recuperar e repensar.

Ele aponta o caminho da nossa crítica, mas não há um “destino manifesto”, nem positivo, nem negativo, a luta está em aberto, o resultado é incerto, enfrentar o desafio de tentar decifrar do enigma da superação das formas e conteúdos sociais capitalistas na luta pelo sentido no meio da aparente falta de razão dos conflitos sociais, para ver, enfim, florescer a “rosa da razão na cruz” do presente e do futuro é “*Para a teoria marxista, que se esforça para penetrar nos mistérios das formas sociais e reconduzir “todas as relações humanas ao próprio ser humano”, essa tarefa deve ser colocada em primeiro lugar.*” Afinal “*O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.*”⁴⁸¹ E isso, não nos falta. Pois “*Essa definição revela o conteúdo de classe contido nas formas jurídicas, mas não nos explica por que esse conteúdo assume tal forma.*”⁴⁸² Desvendar a forma jurídica, i.e., tirar suas vendas, é justamente isso, desembrulhar os conceitos emaranhados, e para isso a pergunta de Pachukanis é “*por que esse conteúdo assume tal forma*”?

As palavras de Alysson Mascaro em seu livro Estado e Forma Política ajuda-nos a compreender melhor este conceito pois:

Formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais [...] A reprodução do capitalismo se estrutura por meio de formas sociais necessárias e específicas, que constituem o núcleo de sua própria sociabilidade. As sociedades de acumulação do capital, com antagonismo entre capital e trabalho, giram em torno de formas sociais como [forma] valor, [forma] mercadoria e a [forma] jurídica. [...] Para descobrir-se o fulcro das estruturas do capitalismo, o entendimento de suas formas sociais é fundamental.”⁴⁸³

Ou seja, formas-sociais são formas de relações sociais historicamente determinadas. Por exemplo: a forma (social) de exploração do trabalho, em sentido lato, (classe que não trabalha

⁴⁸¹ ROSA, João Guimarães. *Grade Sertão: Veredas*. Vol. II. Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar. 1994. Pág. 448.

⁴⁸² PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 96.

⁴⁸³ MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 18.

explora o trabalho dos que trabalham) na idade média era a servidão feudal, na idade antiga ou no escravismo colonial brasileiro⁴⁸⁴ era a escravidão; no capitalismo a forma (social) de exploração do trabalho é a assalariada ou, através da “forma-salário”.

Este é, em geral, o conceito de “forma-social”. E tal conceito não tem nada de “formalista”. É uma forma material, de relação social, que expressa o conteúdo, igualmente material, desta determinada relação.

O formalismo positivista é uma teoria descritiva ingênua e frágil, facilmente refutável com meia dúzia de contraexemplos. Para o formalismo jurídico, p.ex., a definição do direito é dada baseando-se na autoridade que estabelece as normas e com base puramente formal. Nada a ver com o conteúdo material das relações sociais (de produção, exploração, trocas, jurídicas, etc.) concretas e correlatas às suas formas-sociais. Ou seja, trata-se de erro “grosseiro”, até mesmo “primário”, chamar ou acusar, injustamente, Pachukanis e os pachukanianos de “formalistas”.

Isto porque o próprio Marx no Capítulo 2 do Livro 1 de *O Capital* explica

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias.⁴⁸⁵

⁴⁸⁴ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª Ed. São Paulo. Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo. 2016.

⁴⁸⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 159-160.

Marx volta ao tema em *Crítica ao Programa de Gotha*, onde é categórico ao afirmar

[...] a questão é a seguinte: como o proletariado, durante o período de luta para derrubar a antiga sociedade, ainda age com base na antiga sociedade e, por conseguinte, continua a se mover entre formas políticas que mais ou menos pertenciam àquela sociedade, ele ainda não encontra, durante esse período, sua constituição definitiva e emprega meios para sua libertação que, depois dessa libertação, deixam de existir; por isso, o sr. B[akunin] conclui que seria melhor o proletariado não fazer nada (...) e esperar pelo dia de sua eliminação geral – o dia do juízo final.⁴⁸⁶

Ou seja, Marx ainda salienta que “*formas políticas que mais ou menos pertenciam àquela sociedade*” [burguesa] permanecem, em maior ou menor grau, no curso do processo de sua superação, e que o sujeito histórico deste processo, o proletariado, deve agir como ator principal deste processo de superação. Afinal, não pode haver superação das relações sem que se rompa com as mesmas. Marx, na mesma obra explica a superação das formas-sociais capitalistas:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “*De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!*”⁴⁸⁷ (itálicos nossos).

Marx segue ainda em *O Capital* desvendando o

[...] segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque, e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria [Warenform] é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante.⁴⁸⁸

⁴⁸⁶ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012. Pág. 119.

⁴⁸⁷ Idem. Pág. 33.

⁴⁸⁸ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 189.

Continua o velho alemão

Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor.⁴⁸⁹

E sentencia seu corolário por fim “*A forma-mercadoria simples é, desse modo, o germe da forma-dinheiro.*”⁴⁹⁰ Isto é, as formas sociais como “*modos relacionais constituintes das interações sociais*”, a forma-valor, a forma-mercadoria, a forma-dinheiro, “*a relação entre os homens como possuidores de mercadorias*” ou a forma-jurídica, e cá entre nós, a forma-política, são todas formas integradas e correlacionadas, sendo umas raízes, expressões ou germes das outras.

Em outras palavras, para desvendar a forma-jurídica é preciso ir à gênese das formas sociais capitalistas para entender a fundo, i.e., não apenas superficialmente “*como as relações sociais se transformam em instituições jurídicas ou como o direito se transformou no que é*”⁴⁹¹.

Este entendimento desde a raiz dos processos de formações sociais, por sua vez, é fundamental para a superação das determinações, oposições, contradições e sobredeterminações, das mais profundas às mais aparentes, sob pena de cometermos outras e outras e outras vezes o mesmo erro de Anton Menger⁴⁹², de

[...] conceber as instâncias política e jurídica como resultado dessa luta, do poder social, e não os localizar em suas funções específicas dentro do modo de produção capitalista, pode admiti-los como instrumentos adequados para a transformação social que deseja: a supressão do domínio injusto da burguesia. Mas sua visão não toca no problema central: a sociedade organizada pela produção de valor abstrato, pela produção de mercadorias. As transformações sociais que propõe não pretendem abolir o trabalho enquanto esfera socialmente diferenciada e separada, mas perpetuá-lo. Simplesmente pretende socializar a propriedade privada dos meios de produção, transferindo-a para o Estado, substituindo a ideologia privada por uma ideologia socialista, sem modificar a lógica social subjacente. O discurso da cidadania pode ser extraído de sua obra, apenas convertido em “*cidadania socialista*”⁴⁹³.

⁴⁸⁹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 192.

⁴⁹⁰ Idem idem, pág. 204.

⁴⁹¹ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro, Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 96.

⁴⁹² Anton Menger, 1841-1906, foi um jurista e teórico social austríaco, conhecido por adotar o *socialismo jurídico*.

⁴⁹³ FERREIRA, Adriano de Assis. *Questão de classes. Direito, Estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis*. São Paulo. Alfa-Ômega. 2009. Pag. 52 e 54.

Muito próximo da teoria e do conseqüente programa adotados na ex-URSS após 1927-29, e outros Estados, apenas mantendo propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado e substituindo a ideologia burguesa por uma “*ideologia socialista*”, isto é, stalinista, sem modificar em absolutamente nada as lógicas econômica, social e política subjacentes, i.e., sem superar as formas sociais que aprisionam e limitam a vida ao “*estreito horizonte jurídico burguês*”, que impedem que “*todas as fontes da riqueza coletiva jorrem em abundância*”. É preciso entender para superar.

Anton Menger, foi professor de Direito Processual Civil, reitor da Universidade de Viena, escreveu o livro *O direito ao produto integral do trabalho em seu desenvolvimento histórico*⁴⁹⁴ publicado em 1886.

Nesta segunda década do século XXI, mais de 130 anos após esse livro de Menger e da crítica de Engels e Kautsky⁴⁹⁵, publicada no ano seguinte, na revista da social-democracia alemã, *Neue Zeit*, não devia mais ser razoável ainda não entender os processos mais profundos de formação social, nem cometermos outras e outras e outras vezes os mesmos erros e não termos uma teoria e um programa para a superação das formas e conteúdos do capital.

Lênin, em “*As tarefas fundamentais da ditadura do proletariado na Rússia*” no item 5º), afirma que “*a tarefa do poder soviético...é continuar firmemente a substituir o comércio por uma distribuição dos produtos planejada e organizada...*”⁴⁹⁶. Isto é, substituir a forma-mercadoria.

Lênin avança em um programa para a superação de outra forma-social, na mesma página da citada obra e edição acima, no item 6º) “*É preciso suprimir a moeda [forma-dinheiro] logo nos primeiros tempos da passagem do capitalismo para o comunismo.*” E prossegue “[...] *para a supressão da moeda, que será substituída, em primeiro lugar, por cadernetas [...] que dão direito a diversos produtos, etc., [...]*”⁴⁹⁷, numa referência à *Crítica ao Programa de Gotha*.

Ou seja, Lênin tinha pleno conhecimento da necessidade da superação definitiva, desde as raízes mais profundas às copas mais altas, das formas sociais capitalistas, desde os “*primeiros tempos da passagem do capitalismo para o comunismo*”, ainda que não exatamente nessas

⁴⁹⁴ MENGER, Anton. *Das bürgerliche Recht und die besitzlosen Volksklassen*. Berlim. Legare Street Press. 2022. (III. *Das bürgerliche Recht und die besitzlosen Volksklassen, Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, vol. 55, no. 1, 1890.)

⁴⁹⁵ ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. Trad. Livia Cotrim. São Paulo. Boitempo. 2012.

⁴⁹⁶ LÊNIN. Vladimir. *Oevres*. Paris/Moscou. Éditions Sociales. 1962. Escrito entre marco e agosto 1919. Páginas 101 a 114. *Apud* Coleção Grandes Cientistas Sociais. Vol. 5. *Lênin Política*. Org. Florestan Fernandes. São Paulo Ed. Ática. 1978. pág. 162.

⁴⁹⁷ Idem.

palavras, ao contrário das “leituras” ou falsificações de suas obras e de seu pensamento, como um “estatista” em si mesmo, e não tendo o Estado e o Direito como meios transitórios para suas próprias extinções, ainda que como o final do processo de transformação e seus fenômenos mais aparentes, mas não o seu início nem seus aspectos mais profundos.

Como não deixa escapar outra “leitura”, sua afirmação no *Esboço inicial das teses sobre as questões nacional e colonial* de 1920

Da democracia burguesa, pela sua própria natureza, é próprio um modo abstrato ou formal de colocar a questão da igualdade em geral, incluindo a igualdade nacional. Sob a aparência da igualdade da pessoa humana em geral, a democracia burguesa proclama a igualdade formal ou jurídica entre o proprietário e o proletário, entre o explorador e o explorado, induzindo assim no maior erro as classes oprimidas. A idéia de igualdade, que é em si mesma um reflexo das relações da produção mercantil, é transformada pela burguesia numa arma de luta contra a supressão das classes, sob o pretexto de uma pretensa igualdade absoluta das pessoas humanas. O verdadeiro sentido da reivindicação da igualdade consiste apenas em reivindicar a supressão das classes.⁴⁹⁸

Ou seja, assim como em Pachukanis, Lênin preconiza que a idéia de igualdade jurídica, isto é, a forma-jurídica, é um reflexo das relações da produção mercantil, ou da forma-mercadoria, em outras palavras. Ou como explica melhor Pachukanis:

A incomparável dialética de Lênin talvez não apareça em lugar algum com mais força do que nos problemas do direito. É particularmente admirável, desde que se é compelido a compará-lo com o miserável formalismo e a infrutífera escolástica que usualmente floresce aqui. Temos em mente não apenas a análise teórica da superestrutura jurídica, na qual Lênin se apresenta como um verdadeiro seguidor de Marx, mas também a posição prática de Vladimir Ilich nesta área. Aqui encontramos igualmente admiráveis exemplos da mais pura dialética leninista. É suficiente observar em vários casos específicos o papel que Lênin atribui à forma jurídica. Ele sempre o fez levando plenamente em conta a situação histórica concreta, a relação entre as forças das classes em luta etc. Realizar tanto o fetichismo da forma jurídica e seu completo oposto, a incapacidade de compreender o verdadeiro significado que uma ou outra forma jurídica pode ter em um dado estágio, são igualmente estranhos a Vladimir Ilich.
[...]

⁴⁹⁸ LÊNIN. V. I. *Esboço inicial das teses sobre as questões nacional e colonial*. Obras escolhidas. São Paulo. Alfa-Ômega. Vol. 3. 1980. Pág. 351-352.

Sendo um incomparável dialético e entendendo a posição subordinada da lógica formal, Vladimir Ilich mesmo assim lhe dá seu merecido lugar. A dialética nunca foi transformada por ele em obscuridade e confusão. Pelo contrário, ele não propôs nada difuso, indefinido ou confuso. Cada uma de suas formulações foi sempre bem estudada com relação a uma finalidade; não há nada excessivo nelas, nada que revele uma falta de clareza teórica, o que em algumas situações tenta abrigar-se atrás de verbosidades.⁴⁹⁹

Pachukanis contrapões, como deve ser, a dialética de Lênin ao “*miserável formalismo*” e à escolástica que, infelizmente, voltavam a florescer na recém-nascida União Soviética, somente um pouco mais de um ano após a morte de Lênin.

Em várias passagens, Lênin discute a forma-jurídica, não de maneira abstrata, mas sim, como aliás de costume, em relação a casos específicos de acordo com a correlação de forças entre as classes em luta; a famosa fórmula da “análise concreta da realidade concreta” aplicada à forma-jurídica lhe retira a aparência abstrata e mostra seu conteúdo concreto nas relações com as demais formas sociais capitalistas; desfazendo assim o “fetichismo” da forma-jurídica, num claro paralelo à desconstrução do fetichismo da forma-mercadoria, ambos ainda em nível teórico, mas necessário para a “desfetichização” efetiva na realidade material.

A “análise concreta da realidade concreta” não despreza a lógica formal, mas a subordina à lógica dialética, que por sua vez tampouco é uma mera retórica ou “narrativa” obscura e confusa, muito antes pelo contrário, sempre há o objetivo teórico e político de jogar luz sobre os fatos, atos e seus entendimentos, nos sentidos das lutas específicas e gerais travadas. Isto é, Lênin muito raramente discute algo de forma puramente abstrata, em si, mas em geral discute e formula conceitos quase sempre contra o que ou contra quem está debatendo e lutando, tanto os sujeitos quanto os objetos das análises e críticas em lutas. Como o faz novamente dessa vez em *O Estado e a Revolução*

Todo direito consiste na aplicação de uma regra *única* a *diferentes* pessoas, as quais, de fato, não são nem idênticas nem iguais; por isso, o “igual direito” equivale a uma violação da igualdade e da justiça.⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Lênin e os problemas do direito*. Tradução Ricardo Prestes Pazello. In: file:///F:/Arquivos/AA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20BIBLIOGRAFIA/AA%20DIREITO/Lenin%20e%20os%20problemas%20do%20Direito.pdf. Acessado em 22 set. 2023.

⁵⁰⁰ LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Revisão da tradução das Edições *Avante!* de Portugal de 2011 por Paula Almeida. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 119.

Observamos que Lênin na citação acima não diz “*Todo direito burguês consiste...*”, mas sim “*Todo direito consiste...*”, isto é, ao contrário dos que pouco tempo depois e em seu nome diriam justamente o seu oposto, como Vichinsky em particular, mas não apenas em seu nome, antes como “porta-voz” de uma “nova teoria” do Estado e do Direito, que mais remontavam à velha ortodoxia de linha e lógica retas, com o perdão da redundância, tão combatida por Lênin.

6.4 – Crítica da Subjetividade de Jurídica

Sujeito de Direito é o elemento “mais simples”, que “não pode ser decomposto”, o “átomo da teoria jurídica”, segundo Pachukanis em *Teoria Geral do Direito e Marxismo*⁵⁰¹, e assim como Marx começou pela menor parte d’O Capital, a mercadoria, assim também Pachukanis inicia sua crítica, ao invés de começar por uma totalidade em geral e, portanto, abstrata. Ou como ele mesmo explica:

Partindo dessas definições mais simples, o economista político reconstitui a mesma totalidade concreta, mas já não como um todo caótico e difuso, e sim como uma unidade rica de determinações e relações de dependências internas. Marx acrescenta que o desenvolvimento histórico da ciência vai justamente no caminho oposto: os economistas do século XVII começaram pelo todo vivente – pela nação, pelo Estado, pela população – para depois chegarem à renda, ao lucro, ao salário, ao preço e ao valor. [...] Tais observações são inteiramente aplicáveis à teoria geral do direito. Também nesse caso, a totalidade concreta – sociedade, população, Estado – deve ser o resultado e o estágio final de nossa pesquisa, mas não seu ponto de partida. Partindo do simples para o complexo, do processo em sua forma pura para as formas concretas, seguimos uma via metodológica mais precisa e, por isso, mais correta do que quando apenas tateamos o assunto por termos diante de nós uma imagem vaga e indivisível do concreto como um todo.⁵⁰²

Esta observação metodológica é necessária para demarcamos o objeto “forma-do-sujeito-de-direito” e suas relações diretas e indiretas com os demais objetos e sujeitos aqui discutidos, isto porque a forma do sujeito de direito como derivada da forma mercadoria, permite o entendimento mais profundo e completo das determinações e contradições mais importantes do Direito, e, após, do Estado.

A forma mercadoria tem em si um valor como seu conteúdo que pode ser trocado por outra mercadoria com conteúdo equivalente, num ato de vontade de seus possuidores, que assim se reconhecem mutuamente como detentores de direitos sobre as mercadorias em troca, na forma de um contrato entre esses dois possuidores, ou seja, se reconhecem como sujeitos de direitos, direitos sobre as mercadorias em troca.

⁵⁰¹ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 117.

⁵⁰² Idem, pág. 81 e 82.

Para que esse mútuo reconhecimento se dê é preciso que os sujeitos façam essas trocas de forma livre, em igualdade de condições jurídicas, daí os institutos posteriores de “liberdade” e “igualdade”. A forma do sujeito de direito se dá nas relações de produção capitalistas, assim, prescinde da forma de trabalho de abstrato, onde um sujeito de direito específico pode vender sua força de trabalho a um comprador específico, por sua vontade “livre”, isto é, passa a ser proprietário de “si mesmo”.

Mas essa liberdade e igualdade de um lado só é possível quando o lado que vende a força de trabalho ao comprador em troca da forma-salário se submete à vontade deste comprador enquanto perdurar esse “contrato”, que pode ser rompido, por qualquer das partes, mantendo seu direito sobre si, isto, sua vontade, sua liberdade e sua igualdade. Essa forma de subjetividade jurídica torna o sujeito de direito em mais um objeto de circulação mercantil, ao mesmo tempo que mantém como sujeito nessa mesma circulação. Como Marx nos *Grundrisse* explica

De fato, como a mercadoria e o trabalho estão determinados tão somente como valor de troca, e a relação pela qual as diferentes mercadorias se relacionam entre si como troca desses valores de troca, como sua equiparação, os indivíduos, os sujeitos, entre os quais esse processo transcorre, são determinados simplesmente como trocadores. Entre eles não existe absolutamente nenhuma diferença, considerada a determinação formal, e essa determinação é econômica, a determinação em que se encontram reciprocamente na relação de intercâmbio, o indicador de sua função social ou de sua função social mútua.⁵⁰³

Essa verdadeira revolução não poderia haver no feudalismo ou no escravismo greco-romano justamente não ser possível a equivalência de mercadorias nas trocas, muito menos nos seus possuidores, aliás, os escravos e os servos sequer eram proprietários nem de si mesmos nem de suas forças de trabalho; i. e., não havia nem liberdade muito menos igualdade; ou ainda, não podia circular livremente nem tampouco agir de acordo com sua vontade. Esse processo de construção social da forma da subjetividade jurídica, como todos os processos históricos, políticos e jurídicos, teve suas idas vindas, avanços e retrocessos, não linear nem teleológico, desde o “renascimento comercial”, séculos XI a XV, passando pelas expansões marítimas europeias, séculos XV e XVII, chegando à revolução industrial, séculos XVIII e XIX e à subsunção total do trabalho à produção, com a expropriação dos meios de produção dos seus produtores diretos.

⁵⁰³ MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo/Rio de Janeiro. Boitempo/Editora da UFRJ. 2011. Pág. 184.

A forma do sujeito implicou em uma ou mais rupturas apenas no final dos processos históricos concretos. O que Pachukanis faz, por isso repetimos no início deste item suas premissas metodológicas, não é uma história detalhada dos processos desiguais que culminaram tanto a forma-mercadoria quanto a forma-jurídica ou a forma do sujeito de direito, de maneira mais acabada, mas sim uma abstração para fins expositivos. E como abstração, descolada do processo histórico fático. Apesar de apenas ser possível a circulação geral de mercadorias, ainda que como uma abstração de pensamento, mas uma abstração que reflete uma realidade concreta, com a circulação da mercadoria força de trabalho no seio das relações de produção eminentemente capitalistas, insistimos que este é o final de um longo processo regional e historicamente desigual, contraditório e não linear.

A subsunção formal e real do trabalho ao capital nos marcos da revolução industrial faz com que os possuidores da mercadoria especial força de trabalho se transformem em sujeitos de direito equivalentes aos sujeitos de direitos seus contratantes. Essa contradição aparente é justamente a maneira pela qual a forma de conflito social especificamente capitalista, a luta de classes, entra nas fissuras da forma jurídica e a expõe, que por mais reboco e recalques que a própria forma jurídica tente colocar sobre as rachaduras com ideologias de muitas mãos de tintas, não pode fechar.

Apesar de a ideologia, como vimos em Althusser, longe de ser apenas “reboco e recalques”, tem como cerne a interpelação do indivíduo como sujeito, na reprodução das relações de produção capitalista, não sendo mais necessária violência como primeiro recurso, devido ao fato de sujeito poder vender sua força de trabalho por sua vontade e em igualdade jurídica com o outro lado da relação de troca. Alertamos, igualdade jurídica é material e concreta.

Bernard Edelman⁵⁰⁴, baseado em Pachukanis e Althusser, avança na conceituação do processo de constituição do real pelo direito como ideologia resultante do direito decorrente da generalização da forma mercadoria faz imperativamente que o indivíduo assuma a forma de sujeito de direito, isto é, a ideologia, como constitutiva e material, interpela os indivíduos como sujeitos, definindo as atividades materiais e imateriais desse sujeito ora como atividades de proprietário, ora como produtor e ora como produto de mercadorias. O sujeito se decompõe em sujeito e seus atributos, ou em sujeito e produtos do sujeito, definido, portanto, somente nos seus elementos, podendo vender esses atributos no mercado. A ideologia jurídica, constitutiva

⁵⁰⁴ EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia. Elementos para uma teoria marxista do Direito*. Coimbra. Centelha. 1976.

e material, que é a parte mais aparente da forma-jurídica, determina os elementos da circulação da mercadoria, tentando esconder as relações de produção dos sujeitos de direito.

Todavia, ainda que se leve em conta a abstração como recurso metodológico, observa-se uma ausência em Pachukanis sobre o conceito apontado por Marx em *O Capital* que é a “*natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho*”⁵⁰⁵.

A força de trabalho para Marx é “...*uma mercadoria cujo próprio valor de uso possui[sse] a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse [é], portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor.*”. Ainda segundo Marx a mercadoria “*força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho.*”⁵⁰⁶ E prossegue:

Ele [o trabalhador] e o possuidor de dinheiro [o burguês] se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais.⁵⁰⁷

onde “*o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho.*”⁵⁰⁸

Destacamos: “**a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor...**”, ou seja, um sujeito específico, nesta relação, somente pode vender esta mercadoria específica e outro sujeito específico, somente pode comprar esta mercadoria específica. Esta única diferença é fundamental e fundante, ao nosso ver, para todas as relações sociais dela derivadas e para a sociabilidade capitalista como um todo concreto. Saltando à pág. 309 do Capítulo 8 - *A jornada de trabalho*, Seção III - *A produção de mais-valor absoluto*, item 1. *Os limites da jornada de trabalho*, temos o seguinte:

Por outro lado, a natureza específica da mercadoria [força de trabalho] vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. [Até aqui, vendedor-proletário e comprador-burguês parecem iguais, mas]. [...] Tem-se aqui, portanto, **uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força.**” “E assim [...], na

⁵⁰⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 248.

⁵⁰⁶ MARX, Karl. *op. cit.*, pág. 242.

⁵⁰⁷ MARX, Karl. *op. cit.*, pág. 313.

⁵⁰⁸ MARX, Karl. *op. cit.*, pág. 312.

história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora.⁵⁰⁹ (grifos nossos).

Mais uma vez destacamos e regrifamos: “*uma antinomia, um direito contra outro direito, [...] Entre direitos iguais, quem decide é a força.*” Antinomia aqui como uma contradição real e insolúvel com reflexos nos dois direitos. Ou, “*quem decide é a força*” não é nada mais nem nada menos que a luta de classes, e está em *O Capital*, para não deixar dúvidas quanto à maturidade desta definição teórica.

Aqui, em nosso entendimento, há mais que um conceito. Há o início de uma teoria econômico-social, enquanto origem material profunda, das classes sociais como formas sociais derivadas da forma econômica mercadoria e mais especificamente da forma-mercadoria-específica-força-de-trabalho, e, conseqüentemente, da luta de classes entre burguesia e proletariado, como forma de conflito social especificamente capitalista e, por sua vez, derivada das formas relacionais socioeconômicas, forma-mercadoria e forma-valor.

Essa teoria, como parte da Crítica da Economia Política, provavelmente, seria desenvolvida no último capítulo do Livro III de *O Capital*, que restou inacabado, ou, apenas iniciado.⁵¹⁰

Desta mercadoria diferente, de sua relação peculiar e de “Um direito contra outro direito” poderíamos depreender que pode haver uma forma-jurídica igualmente diferente, pois nesta relação específica há dois sujeitos de direito não só diferentes, mas desiguais e em conflito imanente, que não se reconhecem como iguais em direito, nesta relação, porque de fato não o são, e sua própria relação é objetivamente desigual, onde um é o proprietário dos meios de produção e do capital e outro da mercadoria força de trabalho geradora do valor e produtora do mesmo capital, apropriados pelo primeiro. Como diz Marx “O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor.”⁵¹¹

Em sendo “*A mercadoria, sendo o seu átomo, estabelece os parâmetros pelos quais as relações sociais se apresentam.*”⁵¹², poderemos concluir que estamos diante da fissura desse átomo e da liberação da energia nele contida, ou de uma ligação instável entre seus elementos, os sujeitos de direito, desiguais.

⁵⁰⁹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 394.

⁵¹⁰ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: *O processo global de produção capitalista*. Trad. Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 947-948.

⁵¹¹ Idem. Pág. 322.

⁵¹² MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 115.

Ou ainda uma relação imanente entre os sujeitos de direitos desiguais, mas negativa e, portanto, incompleta, isto é, sem síntese estável, que somente pode ser a superação das formas e conteúdos sociais capitalistas, com a superação da contradição de classes, como superação simultânea da contradição em nível “molecular” da forma-mercadoria em geral, a partir da forma-mercadoria específica mercadoria-força-de-trabalho.

Esta relação conflituosa, de compra unilateral e venda unilateral, da mercadoria força de trabalho é a raiz econômica do fenômeno histórico-social da luta de classes no modo de produção capitalista.

Quando Marx diz que “*Entre direitos iguais, quem decide é a força.*”, está dizendo exatamente que quem decide é a luta de classes; “força” é a correlação de forças na luta de classes. Forças das classes, *i.e.*, “*uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora.*”

Essa fissura no tecido da sociabilidade capitalista que se nega a fechar e não pode nunca cicatrizar e tende a gangrenar está na origem das relações de produção, da produção da mercadoria, da geração de valor, do qual o capital se alimenta como um vampiro, quando o trabalho morto, privadamente apropriado, se alimenta do trabalho vivo.

Pois “*Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral.*”⁵¹³ Pachukanis explica:

Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela.⁵¹⁴ (itálicos no original).

A esfera da exploração não pode ser indiferente às filosofias. Assim, seguindo Marx:

Deixemos, portanto, essa esfera rumorosa, onde tudo se passa à luz do dia, ante os olhos de todos, e acompanhem os possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o terreno oculto da produção, em cuja entrada

⁵¹³ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 246.

⁵¹⁴ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Revisão téc. Alysson Leandro Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 251.

se lê: *No admittance except on business* [Entrada permitida apenas para tratar de negócios]. Aqui se revelará não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado.⁵¹⁵

Voltando um pouco alguns capítulos na obra aqui referenciada, se

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias.⁵¹⁶

O que pretendemos destacar é que os valores produzidos em sociedade, apesar de tudo, para a Filosofia e em particular para a Filosofia do Direito, não são apenas os valores econômicos, ou aqueles agregados às mercadorias, transformados em dinheiros e em capital. Pois a filosofia, por definição, é crítica à economia fria, e a filosofia do direito busca além da verdade, a justiça, sem jamais perder a esperança.

Pachukanis não observou esta especificidade e as contradições e desenvolvimentos dela decorrentes simplesmente porque não eram estes os debates que estava travando à época. Pachukanis polemiza em *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, de um lado com os teóricos positivistas do direito, de outros com a volta à tona do marxismo vulgar e de outro ainda com o próprio Stutchka, que não era vulgar, apenas não foi até o fim na crítica.

Pensamos que Pachukanis não discute a especificidade da mercadoria força de trabalho e as contradições e sínteses dela decorrentes pois não estava em debate o tema se a luta de classes e a tomada do poder do Estado pelo proletariado poderia levar ou não à superação das formas sociais capitalistas. Ainda mais num momento, que através da luta de classes, tinham acabado de tomar o poder de um Estado. Não faria, mesmo, muito sentido.

Mas, hoje, depois de pouco mais de 100 anos da Revolução Russa, de Outubro, mais de 30 anos do fim da União Soviética, diante das questões pertinentes das causas da derrocada desta primeira experiência histórica de tentativa de superação das formas sociais capitalistas, faz algum sentido no intuito de buscar respostas que possam ajudar em novas experiências.

⁵¹⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 322.

⁵¹⁶MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 161.

Todavia, a lacuna, que aqui chamamos de anomia, pois assim se configura, talvez seja a causa da confusão, entre a forma mercadoria geral abstrata descoberta por Marx e talhada por Pachukanis e a forma mercadoria específica e concreta força de trabalho e suas consequências. E é justamente esta visão mais geral que buscamos aqui resgatar. Mas mesmo com esta recuperação conceitual não há como resolver essa antinomia real com critérios jurídicos (cronológico, hierárquico ou específico) nem tampouco de maneira ideal ou teórica abstrata. Precisamos avançar para elementos da filosofia-política, i.e., a relação entre teoria, programa e ação concreta.

6.5 – Da Crítica da Subjetividade de Jurídica à Crítica da Subjetividade Política

Se para Pachukanis, o sujeito de direito é o átomo da forma-jurídica subjetiva, repetimos

*“Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples e indivisível, que não pode mais ser decomposto.”*⁵¹⁷

Além da subjetividade jurídica de ser uma condição *sine qua non* para a circulação da mercadoria, e, portanto, para a realização completa do capital, por outro lado para Lênin, se fazemos um paralelo com a sua conceituação do Estado como forma-política também derivada da forma-mercadoria, é possível inferir para a conceituação de um “sujeito-político”, de uma “subjetividade-política” ou de uma “forma-política-subjetiva”.

Investigando as determinações e contradições fundamentais, as sobredeterminações e as “*sobrecontradições*”, o conteúdo e as formas específicas das relações políticas, i.e., de poder, sob o capitalismo, das relações de poder não só diretamente político, mas também poder social, poder econômico, poder cultural e poder ideológico, podemos buscar uma teoria do sujeito-político em Lênin, que possa se encaixar nas teorias mais atuais da forma-política.

Parafraseamos Pachukanis para, agora, afirmar: *toda relação política é também uma relação entre sujeitos. Mas diferente da forma-jurídica e do sujeito-jurídico, a relação entre sujeitos políticos não é uma relação entre “iguais”, a relação política é, por natureza, uma relação entre desiguais, entre dominante e dominado, entre governante e governado, como expressão não simétrica, mas proporcional da relação econômica entre exploradores e explorados.* Assim, a relação jurídica, entre iguais, se coloca como uma mediação entre a relação econômica e a relação política, ambas entre desiguais em direitos e poderes.

E também diferente da forma-jurídica, onde o sujeito de direito é o elemento indivisível, assim como a mercadoria, na forma-econômica, mas na forma-política os sujeitos, ao serem desiguais, podem ser múltiplos.

Nossa tese é que há uma teoria da subjetividade-política em Lênin, e que o sujeito-político é parte fundamental da forma-política capitalista.

E que o reconhecimento da existência e a compreensão dos sujeitos, econômicos, sociais, jurídicos e políticos, e sua capacidade de interferir na realidade, pode ajudar na superação das formas e conteúdos sociais capitalistas.

⁵¹⁷ PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Boitempo. São Paulo. 2017. Pág. 117.

Partimos dos pressupostos que o sujeito, de direito no primeiro caso, não aliena somente mercadorias produzidas pelo trabalho, mas aliena, sobretudo, a si próprio como mercadoria – sua força de trabalho, sendo simultaneamente sujeito e objeto de direito; para compreender que o sujeito-político começa a alienar seu poder político no mesmo exato momento que vende sua força de trabalho, seu tempo, seu direito, em suma, seu poder sobre si mesmo, sobre a produção material da vida, e que numa relação de produção politicamente desigual, onde o contratante tem o poder de mando na produção; juridicamente desigual, um minuto após a celebração do contrato, onde um lado tem mais direitos e o outro mais obrigações; e, politicamente desigual, onde o proprietário do Capital decide o que, como, quando, quanto, para quem e para que produzir e o outro lado apenas produz, ou seja, não tem nenhum poder; mesmo que tanto o burguês ou Estado, como proprietários do Capital, funcionam como sujeitos passivos da lógica da mercadoria. Logo, a força de trabalho, economicamente, não é sujeito da produção, é tão objeto quanto as máquinas ou as matérias-primas no seu processo de transformação, ainda que socialmente sejam os produtores de toda riqueza.

Pela lógica intrínseca do Capital o trabalhador, em si, é objeto do processo de e para a realização do capital; a burguesia ou o Estado, como proprietários de capital, são seus sujeitos passivos, e o capital é o sujeito ativo “autônomo” de todo o processo.

Já a burocracia do Estado, enquanto agentes políticos diretos, ou indiretos nos casos de “Estado burguês sem burguesia”, nos termos de Lênin, são figuras dos momentos políticos do processo não são sequer sujeito-passivo do processo, mas “objeto-passivo” da forma-política estatal. Pois, diferente do trabalhador direto das diferentes produções sociais de valores, das quais são “objetos-ativos”, a burocracia, que também aliena sua força de trabalho ao “empregador” Estado, é “objeto” e como elo na corrente da lógica da mercadoria, também “passiva”, derivada em forma-política do capital.

Mesmo os proprietários de grandes parcelas do capital, por maior que seja essa parcela, são sujeitos-passivos do capital, aliás, quanto a maior a parcela, mais passivos são, pois mais têm que seguir à risca a lógica intrínseca da mercadoria. Mesmo os agentes de Estado nos cargos mais elevados, por mais “importantes” que sejam estes cargos, presidentes ou secretários-gerais, são objetos-passivos do capital, aliás, na mesma proporção, quanto mais alto o cargo, mais prisioneiros das lógicas intrínsecas e extrínsecas das formas-sociais capitalistas.

Isto explica a necessidade das burocracias de Estados, e como tais, formas-políticas estatais, sem burguesia, de utilizar métodos de coerção, repressão, dominação, tanto por violência física direta, como prisões, campos de concentração, exílios e assassinatos, como o

de Pachukanis e tantos outros, como ideológicas, como a propaganda oficial e a censura a obras teóricas ou artísticas, tanto na extinta União Soviética ou ainda em Cuba ou na China atuais, tão ou mais brutais que os das burguesias, para o exercício de seu aparente poder político sobre os processos de produção, reprodução e acumulação de valor, porque na verdade, como objetos passivos destes processos, sem a propriedade privada dos meios de produção, isto é, sem os poderes políticos e econômicos locais nas unidades de produção, sem a organização de grupos econômicos setoriais, regionais até o nível nacional e internacional, seu poder político do particular ao geral é muito menor que o da burguesia, que o exerce desde baixo da cadeia produtiva, até a última instância do Estado. Por isso seus “métodos” foram e são muito mais brutais, tanto para se manterem no “poder” como *sujeitos egoístas*, nos termos de Pachukanis, como para aplicarem as medidas de exploração e opressão do capital sobre o trabalho.

Essa fraqueza estrutural da burocracia dos Estados-burgueses-sem-burguesia advém do fato de não ser nem sujeito-passivo do capital como as burguesias, nem “objeto-ativo” da produção de mais-valor como os trabalhadores, por ser apenas “objeto-passivo” da forma-política estatal, como da forma-mercadoria-valor, implica em um retrocesso nas relações de produção, cuja primazia advertida por Althusser mais uma vez se comprova, no qual a subjetividade jurídica, crucial para a circulação e realização do capital, fica esmagada entre as duas formas, econômica e política, onde a mercadoria é produzida, pela lógica do valor, mas não circula livremente, portanto seus “consumidores” ao não realizarem a troca de acordo com suas vontades e como iguais não podem se ver nem se reconhecer, não são sujeitos de direito, não há igualdade, nem jurídica, nem econômica, nem política.

Nos estados-burgueses-sem-burguesia o trabalhador, produtor direto de valor, não é e não poder ser um sujeito de direito pleno, i.e., vender “livremente” sua força de trabalho no mercado, nem a mercadoria por ele produzida pode circular de acordo com as “leis da oferta e da demanda”, que Marx reconhece, mas critica a superficialidade *dos sicofantas e Sancho Pança dos lugares-comuns*⁵¹⁸; também não pode haver concorrência entre os capitais concretos, diferenciados pela função específica e pela modalidade de apropriação do mais-valor, assim não se cria capital. “Cria-se” apenas crises e mais crises, além das já intrínsecas ao capital.

A aplicação combinada das formulações de Marx, Lênin e Pachukanis explica pelo prisma da microscopia social, a crise e o colapso dos Estados-burgueses sem burguesia, com a ex-URSS e outros, além de apontar as contradições, determinações e sobredeterminações

⁵¹⁸ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 870.

inerentes que podem levar o Estado chinês ou cubano a crises até maiores que seus similares já extintos.

Assim, para além de uma aplicação do “prisma” de Pachukanis à leitura de Lênin, i.e., do concreto ao abstrato, ao utilizarmos as ferramentas teóricas de Lênin para uma leitura de Pachukanis, i.e., do abstrato ao concreto, para podermos ajudar a avançar onde Lênin não conseguiu, num entendimento mais acabado dos sujeitos de direito e dos sujeitos políticos, da relações entre estes dois tipos de sujeitos, ou entre estes dois “momentos” da subjetividade das pessoas concreta na sociedade capitalista e suas relações com as demais formas sociais especificamente capitalistas, no sentido da sua crítica teórica para a sua superação prática.

A partir da teoria do conhecimento em Lênin, onde o materialismo dialético parte da proposição de que o mundo objetivo existe independentemente do sujeito, em uma unidade dialética; de que a consciência não é uma “parede”, mas uma ponte que os conecta, e o próprio sujeito é também um objeto, na medida em que os humanos estão sujeitos às leis da natureza e da sociedade. Isto é, por meio de atividade subjetiva, dos sujeitos, as pessoas interagem com o mundo objetivo que as cerca, modificando profundamente não apenas a natureza, mas também a sociedade.

Assim, sujeitos e objetos reagem constantemente uns aos outros como resultado da prática social, homens e mulheres transformam constantemente seu ambiente e, portanto, transformaram-se a si mesmos e à sociedade.

Num exercício de abstração podemos caracterizar o sujeito em três momentos, para fins didáticos. Primeiro, em si, como “puro” e indiferenciado, que já é também seu próprio objeto; segundo, como mediação entre si e o objeto; terceiro, como uma dupla reflexão, ou uma duplicação do sujeito, na relação com os demais sujeitos.

A partir daí a relação de um sujeito com outro, mediada por um objeto, ou anula o objeto, ou um dos sujeitos, independente da vontade dos sujeitos. Assim como o objeto pode ser independente do sujeito, como, aliás, é a mercadoria, numa relação de negatividade entre sujeito e sujeito e objeto.

O sujeito que se submete a outro ou a um objeto suprime também neste processo a sua independência e a sua diferença, deixando de ser sujeito; o objeto nesta relação é também independente na negação ao sujeito; portanto, o sujeito, em abstrato, é um ser fluido na sua particularização.

O sujeito singular sabe ao que renunciou na sua relação com outro sujeito singular. Mas um sujeito que é suprimido por um objeto não pode saber o que lhe foi retirado, porque este objeto aparece falsamente em suas mãos como se fosse seu, seja a mercadoria nas mãos de quem a troca, seja o capital nas mãos da burguesia, como seu sujeito passivo, seja o Estado nas mãos da burocracia, ainda que sejam todos apenas guardiões da mercadoria, do capital ou do Estado.

Os fetiches da mercadoria e do direito se encontram no fetiche do Estado, ou da forma-política. O resultado dessa dupla reflexão de dois sujeitos, concreta e abstrata, é a ruptura em um dos sujeitos nos momentos em que se defrontam, a vontade de um ante a renúncia da subjetividade do outro, i.e., da sua singularidade para-si, o transforma em objeto do primeiro sujeito.

A primeira relação entre os sujeitos em conflito é a da subjetividade efetiva de ambos segundo suas vontades. A segunda relação é a efetivação da vontade da primeira. A terceira, que deriva da segunda, é a que surge um sujeito independente da vontade original dos dois primeiros.

A dialética do senhor e do escravo ganha agora uma nova dimensão, o sujeito econômico e político dominante não mais apenas dependente do escravo, ou sujeito dominado, mas agora também depende do objeto, do capital, por isso é seu sujeito passivo, e, como tal, também prisioneiro dessa relação.

A libertação dessa prisão não pode ser feita pelo objeto, o capital, mesmo que se comporte como sujeito autônomo, por motivo óbvios, nem pelo sujeito dominante, por ser passivo quanto ao objeto. Apenas o sujeito dominado pode quebrar os elos das correntes de várias formas que o aprisionam, negando não somente o sujeito dominante, mas também seu objeto, o capital como um todo, de forma completa e absoluta, ainda que mediada. A negação de sua negatividade pode permitir uma nova positividade para um novo sujeito em si e para si, e assim novas formas sociais relacionais que não sejam aprisionadoras, mas sim libertárias.

Somente redescobertos os inimigos e reconhecida a prostração às suas formas é possível a sua superação, se desprendendo da superfície.

O desenrolar daquele fio dialético das figuras e momentos nas experiências teóricas e práticas mostra, então, que a duplicação do sujeito no seu confronto com outro sujeito tem como resultado a preponderância do objeto.

O ponto de inflexão do sujeito, após percorrer as experiências práticas e teóricas, se dá na compreensão de si, ao mesmo tempo dialética e histórica, que contém a explicação da sua existência material e a justificação do seu reconhecimento ético e moral, isto é, político.

O ato filosófico de identificar os sujeitos não é gratuito, mas, sim, é conceituar a existência de um elemento categórico, ainda em um nível abstrato, capaz de ensejar a superação das formas sociais capitalistas. A experiência efetiva do sujeito pode levar ao auterreconhecimento na oposição aos outros sujeitos em si e para si, e de uma unidade concreta do todo social, ainda que em diferentes momentos e figuras, mas podendo, a partir desse conhecimento e reconhecimento gerar uma inflexão em seu curso, passando a ser um sujeito ativo de todo o processo, nesta oposição ao outro sujeito, ou aos outros sujeitos, se afirmando como parte do todo, na dialética do reconhecimento, na superação da contradição na "luta de morte" contra a sujeição absoluta.

Voltando à concretude, Marx descreve as contradições entre conteúdos e formas sociais e insiste que a forma da mercadoria, a forma do valor, a forma dinheiro e com isso a forma do sujeito, estão em correlação umas com as outras. Por isso não é possível superar nem as contradições das formas sociais em si, nem tampouco seus fetiches, sem sujeitos em conflito, porque a superação em si mesma é uma negação da condição anterior, e há os sujeitos que negam, os que são negados e os que podem vir a afirmar, daí o conflito entre sujeitos.

Para a partir deste estranhamento entre os sujeitos evitar a repetição sob pena de cair “*No coisificado, estes dois elementos estão reunidos: o não idêntico do objeto e o assujeitamento dos homens às condições dominantes de reprodução.*”⁵¹⁹, para que o fetiche ampliado que já não é mais o “fetiche da mercadoria” de Marx, mas já um “fetiche do valor”, do Direito e do Estado, que constituiu “a forma do sujeito moderno”⁵²⁰, esta forma fetichizada e fechada é a causa negativa, ou a impossibilidade de uma ruptura positiva, como este mesmo fetiche que o indivíduo reproduz inconscientemente, pois nesta forma de sujeito moderno prevalece a lógica do valor. Daí uma crítica a esta forma de sujeito seria também uma crítica à forma de todos os fetiches anteriores.

Isto porque, tanto em Marx quanto em Lênin, a negação da negação depende de ação positiva, e, portanto, de sujeitos, positivos, atuantes, para em ação conflituosa, para realizar a superação da contradição.

⁵¹⁹ ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Revisão téc. Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro. Zahar. 2009. Pág. 164.

⁵²⁰ Idem. Pág. 139.

Lênin sabia perfeitamente que a forma política estatal, ou o Estado, através da forma jurídica da igualdade entre os sujeitos de direito, entre exploradores e explorados, é um reflexo da forma-mercadoria, que por sua vez é usada pela burguesia como arma na luta de classes como se a igualdade fosse absoluta, para a submissão consentida do proletariado.

Os erros das primeiras experiências históricas e dos Estados contemporâneos, de tentativa de superação das formas e conteúdos sociais capitalistas não podem ser depositados somente na conta de uma insuficiência teórica e programática, mas também nos limites subjetivos, tanto dos sujeitos sociais, proletariado e camponeses, como dos sujeitos políticos, vanguarda, partido e intelectuais. Os limites foram tanto objetivos como subjetivos. Privilegiar um ou outro aspecto em detrimento de outro nos leva a um antidialeticismo objetivista ou subjetivista, ambos parciais, desequilibrados e incompletos, portanto, errados e inúteis para uma teoria que possa permitir a elaboração de um programa à ação que, por sua vez, indique o caminho para a superação das formas e conteúdos capitalistas.

Estes foram exatamente os erros de Stutchka, e se deram no hiato, sem mediações, entre sua análise objetivista do Estado e do Direito e de sua relação mecânica com as classes sociais em lutas, por um lado, e sua proposição subjetivista, baseada na “boa vontade”, na “consciência”, na “confiança”, dos sujeitos, por outro lado.

Stutchka não teve tempo de ver sua proposição teórico e programática ser negada na teoria e na prática, também pelo resultado do subjetivismo, da “má vontade”, da “inconsciência”, da “desconfiança”, dos sujeitos, que apenas quatro anos após a sua morte, reverteu o caráter transitório da teoria e do programa para o Direito e para o Estado.

Pachukanis elabora nesta obra uma tentativa de análise baseada em uma “*microscopia social*” tal como aquela realizada por Marx em *O Capital*, isto é, também ele elaborou uma análise da forma mais abstrata e simples a partir da qual as formas-sociais capitalistas desenvolvidas funcionam, assim como Marx desenvolveu a mercadoria como a forma elementar da sociabilidade capitalista. É digno de nota a clareza com a qual Pachukanis levanta este problema: “*O homem torna-se sujeito de direito*” diz-nos ele, “*com a mesma necessidade que transforma o produto natural em uma mercadoria dotada das propriedades enigmáticas do valor*”.⁵²¹

A relação sujeito-objeto na teoria do conhecimento de Lênin é central para discutir sujeito de direito e sujeito político. A leitura que Lênin faz de Hegel o vê como um idealista dialético,

⁵²¹ NASCIMENTO, Joelton. *Com Pachukanis, para além de Pachukanis: Direito, dialética da forma valor e crítica do trabalho*. In: <https://lavrapalavra.com/2017/03/29/com-pachukanis-para-alem-de-pachukanis-direito-dialetica-da-forma-valor-e-critica-do-trabalho>, acessado em 28 set. 2023.

isto é, também tem um lado realista. Se em Kant o sujeito não acessa o objeto, pois este é apenas aparência na mente do sujeito, a coisa-em-si e o fenômeno são opostos, numa relação dualista, ou binária, já em Hegel, o sujeito determina o objeto, e o objeto não foge da ação do sujeito. O objeto não é um limite intransponível para o sujeito, pois o sujeito busca o conhecimento do objeto. O sujeito examina as formas de consciência para apreender o objeto segundo sua forma predominante. Sujeito e objeto são estruturas complexas e interdependentes. O sujeito elabora o conceito, faz o juízo, infere no objeto, que tem sua contraparte na correlação entre ambos os polos.

Para Hegel, o objeto é dinâmico e não estático como em Kant. Por isso Kant não alcança o objeto, porque está conformado pelo processo de ser permanente. Para o sujeito alcançar o objeto também precisa estar em um movimento dinâmico de vir a ser, em um processo ao mesmo tempo desigual e sincrônico dos polos, sempre em constante transformação. Tais mudanças permanentes implicam na negação do estado anterior, pois, caso contrário não poderiam se efetivar.

Em a *Ciência da Lógica* Hegel demonstra que as derivações do objeto se opõem a um conceito estático, que para se efetivar precisa de uma ruptura e de uma superação positiva de sua condição imediata, para a compreensão e realização da condição mediada pelo sujeito. Se em Kant, sujeito e objeto são excludentes, em Hegel há a superação dessa exclusão para possibilitar o conhecimento pleno o objeto, no conceito, o interior do sujeito e o exterior do objeto são superados. Assim, a relação dinâmica entre sujeito e objeto, ao contrário da visão estática de Kant, o sujeito é objeto e objeto é sujeito, superando a falsa dicotomia, negando a exterioridade e a imediaticidade, o conceito se torna o fim do processo de conhecimento. Logo, o afastamento da natureza não é a sua destruição ou esquecimento, é justamente trazer sua compreensão para a consciência, é a união do sujeito e do objeto, pois o sujeito ao conhecer o objeto o determina e é determinado por ele.

O que faz do sujeito de conhecimento de Hegel, não é apenas um observador contemplativo, passivo, mas é um ator ativo, que quer conhecer e agir segundo seus interesses. Assim, o conhecimento em Hegel é a relação sujeito-objeto. E esta relação se dá no mundo, por isso é preciso conhecê-la no mundo, que não é compreendido apenas racionalmente, mas é compreendido por ser parte da racionalidade, por isso o sujeito não se afasta do objeto e o objeto não é um apêndice do sujeito, ambos estão no mundo e dele não saem.

Hegel defende que o conceito é o saber absoluto, assim, sua teoria do conhecimento é a fusão *a quente* do sujeito e do objeto, para tal é necessário retirar do objeto toda sua

exterioridade justamente para desfazer o falso e superficial afastamento do sujeito do objeto. Este processo de superação dessa dicotomia e a construção desse saber absoluto não se encerra no sujeito, mas prossegue até a construção do conceito, superando positivamente as etapas da definição, da divisão e dos procedimentos analíticos e sintéticos.

O objeto se delinea ao ser contraposto às suas múltiplas determinações relacionais constitutivas, inclusive as subjetivas, escolhidas segundo os interesses dos sujeitos, ou aquilo que os sujeitos pensam ser seus interesses segundo suas ideologias.

Em Hegel, o descobrimento da essência do objeto pelo sujeito obedece à finalidade desta descoberta que é atribuída ao objeto, no processo de realização desse fim e de sua conformação, em sua unidade, em sua essência, descritas no conceito.

Para uma teoria do conhecimento em Hegel, podemos dizer que para superar essa camada externa, para libertarmos do sujeito da forma que o aprisiona e, ao mesmo tempo, o objeto do interior do sujeito, precisamos ir além da exposição do objeto para a realização da ideia. Em Hegel, apenas no próprio pensar, em Marx e em Lênin, na vida real e no agir concreto, material.

Afinal:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.⁵²²

Parafraseando a frase seguinte da citação acima poderíamos dizer que *a prova evidente do radicalismo da teoria crítica e, portanto, de sua energia prática, consiste em saber partir decididamente da superação positiva da ideologia e das formas sociais.*

Mas para que o sujeito possa conhecer plenamente o objeto, a experiência, para Hegel, também é necessária e primordial, pois o conceito só efetivado quando entra na realidade objetiva quando acessada pelo próprio sujeito, não de forma isolada, mas como uma derivação da realidade, segundo as possibilidades e capacidades deste sujeito, que por sua vez pode e deve ser questionada por outros sujeitos, assim, uma verdade, se real, pode ser descoberta através deste processo de experiência real. O conhecimento é a adaptação do sujeito ao objeto e a ação é a conformação do objeto ao sujeito, através da vontade de conhecer e de agir do sujeito.

⁵²² MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*. São Paulo. Boitempo. 2005. Pág. 157.

Assim, o sujeito de conhecimento em Hegel é um sujeito de vontade, vontade esta que também é de ação, proposta e efetivada. Para tanto o sujeito tem o dever, segundo Hegel, de conhecer, não somente o objeto em si, mas para si, isto é, saber o que é Justo para poder agir, como determinação histórica para a ação, para o que fazer; pois só após saber o que é Justiça é que o sujeito pode agir de acordo com o que foi intuído, sentido, pensado, conhecido e conceituado. Isto porque tanto a realidade em geral como a natureza em particular, e os demais sujeitos, não ficam inertes antes as ações feitas pelos primeiros, de todas as ações derivam consequências e reações devido às multiplicidades de situações, interesses em jogo e condições.

A necessidade entendida pelo conhecimento e a vontade de se efetivar a ação julgada necessária são mediadas pela realidade do mundo, que entram em contradição com a autonomia da vontade e com a identidade do sujeito. Tal contradição só pode ser superada pela medida de que e como fazer. Entre o conhecimento e a ação, na relação com o objeto, ou com a realidade objetiva, há a mediação feita pelo sujeito, que constrói o objeto e o incorpora. A transformação do objeto é ao mesmo tempo a mudança do sujeito, por exemplo, quando a forma jurídica capitalista foi alcançada, seu objeto, a troca de mercadorias foi transformada e seus sujeitos de trocas foram alçados ao posto de sujeitos de direitos, algo que não existia antes. Assim, o mundo objetivo das relações sociais e históricas, em Hegel, é resultado da ação dos sujeitos, que se reconhecem nessa relação, assim como em Pachukanis.

Assim, uma teoria do conhecimento/reconhecimento, em Hegel, é justamente a teoria do reflexo, onde o sujeito se conhece e se reconhece através da atividade reflexiva de conhecer o seu objeto. Mas não do reflexo simples, e sim do duplo-reflexo. Enquanto a teoria do conhecimento de Lênin *da imagem*, é justamente a mediação necessária entre essas duas reflexões de Hegel, como ato de vontade do sujeito, como escolha moral, ética e política, que interfere na realidade. Para Hegel e para Marx, através da atividade reflexiva é possível ultrapassar finalmente os estreitos limites da aparência e chegar à essência tanto do objeto quanto do próprio sujeito nesta relação múltipla. Nela, as posições subjetivas e objetivas são ainda decorrentes da vontade do sujeito, de acordo com seus interesses e metas.

O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.⁵²³

⁵²³ MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer. Supervisão editorial e apresentação Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 48.

Uma contradição, econômica e política, que se tornaria cada vez mais aguda não pode permanecer *ad eterno*, podendo levar a uma ruptura do tecido social, a depender da ação dos sujeitos políticos, de um lado e de outro, sobre este processo desigual e contraditório.

Já a “análise concreta da realidade concreta” permitia a Lênin não somente um entendimento mais preciso do objeto, mas, sobretudo alcançar uma sintonia fina para intervenção do sujeito político sobre essa realidade objetiva.

O método de Lênin o permitiu compreender que a burguesia nacional russa da época não podia construir uma hegemonia política sobre as demais classes sociais devido às condições de seu “contrato” econômico-político com a nobreza feudal, que a colocava como sujeito social economicamente ativa, mas politicamente passiva, e pelo seu medo do nascente proletariado russo, com o qual não podia se aliar sob pena de ser rapidamente ultrapassada.

O generalismo superficial e o determinismo mecânico da velha ortodoxia da Segunda Internacional não viam, justamente, as contradições da realidade objetiva, nem tampouco seu desenvolvimento dinâmico ante as ações dos sujeitos envolvidos no conflito.

Avançando um pouco mais, nestas derivações lógicas: se de uma mercadoria peculiar, a força de trabalho, resulta, pois, uma forma jurídica também específica, podemos começar a pensar que de formas políticas também divergentes, com relação aos sujeitos desiguais envolvidos; de um lado teríamos a forma política estatal burguesa, vinculada aos interesses imediatos e históricos da classe capitalista, como sujeitos passivo do capital, e de outro lado a possibilidade de outra forma política oposta decorrente da classe detentora da mercadoria força de trabalho, ambos desde a origem na relação imanente negativa da produção da mercadoria, da geração de valor e do capital, pela mercadoria específica força-de-trabalho.

Pois, retomando agora a assertiva do jus filósofo russo em destaque, se “*O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples e indivisível, que não pode mais ser decomposto.*”⁵²⁴, também a relação conflituosa entre os sujeitos compradores e sujeitos vendedores, da mercadoria específica força de trabalho, seria o centro de todas as relações políticas decorrentes da luta de classes, derivada da compra e venda da mercadoria especial força de trabalho. Ou ainda, se o sujeito é o átomo da teoria jurídica, e concordamos que é, o conflito entre os sujeitos desiguais, ou a luta de classes, é a molécula da teoria política. De uma teoria política fundada na crítica categorial mais radical, na raiz mais profunda.

⁵²⁴ PACHUKANIS, Evguiéni B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Trad. Paula de Vaz Almeida. Revisão técnica Alysson L. Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 117.

O desenvolvimento paralelo e conjunto da forma-sujeito e da forma-mercadoria e de duas formas-sujeito diferentes, a forma-sujeito proletariado, produtor do valor, vendedor-unilateral da mercadoria força de trabalho; e, a forma-sujeito proprietário privado dos meios de produção, burguês, comprador-unilateral da mercadoria força de trabalho; estas duas formas-sujeitos aparentemente iguais em direitos, aparentemente sujeitos de direito iguais e equivalentes, mas em essência, em conteúdo social material, não só são diferentes como opostos, antagônicos e conflituosos; levou ao desenvolvimento da forma de luta de classes específica do capitalismo, como derivada do seu conteúdo econômico-social. Pois

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.⁵²⁵

Esta é a tese aberta por nossa pesquisa, mas ainda necessita de todo um estudo mais aprofundado para se desenvolver. Para nossa sorte a filosofia crítica do Direito e do Estado é a única que se acha a par com o presente moderno. Justamente por se apoiar nas elaborações de Marx, Engels, Lênin, Pachukanis e Althusser, ao contrário de outras áreas das ciências humanas que ainda se encontram presas em elementos ora do objetivismo, ora do voluntarismo, como ranços metodológicos e políticos das velhas ortodoxias da Segunda Internacional e da Terceira stalinizada, da social-democracia que segue capitulando de malas e bagagens as burguesias, aos Estados e regimes, mantendo fechadas a sete chaves os sete véus das formas sociais capitalistas que aprisionam os corpos e o *espírito do tempo* no estreito horizonte do capital.

A relação fetichista das duas velhas ortodoxias com a democracia formal e com o Estado revela um fetiche da forma-política como equivalente do fetiche da forma-jurídica e da forma-mercadoria, agora não apenas pelo produtores e possuidores de mercadorias, ou pelos operadores e defensores do Direito, mas também dos sujeitos-políticos que são interpelados e assujeitados pelas próprias ideologias que “justificam”, deixando assim de serem sujeitos, muito menos ativos, tornando-se objetos das formas sociais e da própria ação política, num ciclo vicioso, sem saída fácil. Essa é a *roda-viva* que precisa de uma ruptura.

⁵²⁵ MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Livro I – *O Processo de Produção do Capital*. Londres. 1867. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 120.

CAPÍTULO 7 – A CRÍTICA LENINIANA DO ESTADO

7.1 – O Desenvolvimento teórico-conceitual de Estado em Lênin

Como já dissemos antes as primeiras conceituações de Lênin sobre Estado eram bastante superficiais e esquemáticas, como em seu primeiro texto publicado em 1895, *Friedrich Engels*⁵²⁶. Lênin partia da superfície do problema teórico para depois se aprofundar. Sua caracterização do Estado ainda era a de uma relação direta, quase mecânica, entre a classe dominante, fosse a burguesia, fosse o proletariado, ainda como projeto, com a classe dominada. Mesmo a relação entre Estado e Direito era ainda muito superficial, como no texto *A Era das Reformas*⁵²⁷ de 1903.

Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*⁵²⁸, de 1898, com o subtítulo *O processo de formação do mercado interior para a grande indústria* é que a análise do regime econômico e social e da estrutura de classes sociais, cruzados com as intervenções políticas destas mesmas classes sociais e seus reflexos no Estado e na economia, dá um salto a um nível teórico de abstração muito mais elevado.

A contradição fundamental entre a economia pré-capitalista russa em uma época já dominada pelo capital no conjunto da Europa, com o centro político e econômico em Petrogrado e Moscou, Lênin elabora que a condição de determinação fundamental para a situação de instabilidade social e política abre, dialeticamente, a possibilidade histórica de uma revolução, neste momento, ainda democrática, em seu pensamento político.

Em *Que fazer?*⁵²⁹ de 1902, Lênin continua em processo de aprofundamento da conceituação do Estado de forma mais ampliada desde o ponto de vista de um projeto para a sua tomada pela classe social oprimida até então por este Estado, elaborando o conceito de partido centralizado como mediação necessária entre a classe proletária e o Estado para a tomada do poder.

Em *As duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, escrito em junho de 1905 e publicado em julho do mesmo ano, após o fim do III Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) e da conferência dos mencheviques, realizada em Genebra

⁵²⁶ LÊNIN, Vladimir Ilich. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa e Moscou. Edições Avante! Edições Progresso. 1977.

⁵²⁷ LÊNIN, Vladimir Ilich. *Obras Escolhidas*. Vol. 6. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda. Rio de Janeiro. 1961. Pág. 140-146.

⁵²⁸ LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - O processo de formação do mercado interior para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto. Revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. In: Os economistas. São Paulo. Nova Cultural. 1988.

⁵²⁹ LÊNIN, Vladimir Ilich. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Tradução das Edições Avante! São Paulo. Boitempo. 2020.

simultaneamente ao congresso, a conceituação de Estado ainda estava fixa apenas nas relações entre as classes, mas aí entra pela primeira vez a noção de diferentes regimes políticos como mediação entre as classes, o Estado e economia.

Durante o ano de 1905 na Rússia, o movimento massas protagonizou três grandes ondas de greves, em janeiro e fevereiro, em maio e em setembro e outubro, em julho, Lênin publicou *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, e voltou à Rússia ilegalmente para acompanhar de perto a revolução. As greves exigiam paz e melhores condições de trabalho e de vida e liberdade e democracia, através de um regime democrático constitucional. Dentro deste processo surgem os sovietes [совет, soviète], um conselho de operários, camponeses e soldados, com base na autogestão que se disseminou por toda a Rússia.

Como explica Carlos Zacarias em *Ousaremos vencer? Transição e ruptura no debate marxista sobre a revolução*

Lenin tinha claro que enquanto seus liderados buscavam a todo custo intervir ativa e decisivamente no processo revolucionário que se iniciava, procurando levar a cabo, até o limite, as tarefas burguesas da revolução, constituindo-se como a ala política hegemônica do movimento, a corrente menchevique vacilava numa postura passiva e economicista sobre a posição que deveria assumir diante da revolução, se buscaria a liderança do processo, ou se deveria evitar participar mais ativamente dos acontecimentos, constituindo-se como setor opositor do novo governo burguês e republicano, que imaginavam, seria implantado já em 1905.⁵³⁰

Mas Lênin tampouco defendia a participação dos bolcheviques em um eventual governo burguês, muito antes pelo contrário, ele defendia que as tarefas da revolução democráticas só poderiam ser concretizadas pelo proletariado e seu partido em aliança com o campesinato, e seus partidos, através de um levante violento. A tática concreta para a realidade concreta devia ser, portanto, definida segundo a situação em que se encontrava, assim, as tarefas da revolução na Rússia, em 1905, eram as tarefas democráticas, isto é, as tarefas históricas realizadas pela burguesia, como reforma agrária, legalização dos partidos e sindicatos operários, direito de voto etc., porque lá não haviam sido superadas as relações feudais de produção que predominavam no campo.

⁵³⁰ ZACARIAS, Carlos. *Ousaremos vencer? Transição e ruptura no debate marxista sobre a revolução*. In: Revista Outubro, nº. 12. 2005. In: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-12-Artigo-05.pdf>, acessado em 11 out. 2023.

A partir da análise concreta da realidade concreta, Lênin elabora a linha política de *ditadura revolucionária e democrática do proletariado e do campesinato*, enquanto um governo dos de baixo, para acabar com o regime czarista. Lênin resume sua posição no parágrafo:

Tempo virá - quando tiver terminado a luta contra a autocracia russa, quando tiver passado na Rússia a época da revolução democrática - em que será mesmo ridículo falar de «unidade de vontade» do proletariado e do campesinato, de ditadura democrática etc. Pensaremos, então, diretamente, na ditadura socialista do proletariado e falaremos dela de maneira mais pomenorizada. Mas, na atualidade, o partido da classe de vanguarda não pode deixar de esforçar-se com a máxima energia por alcançar a vitória decisiva da revolução democrática sobre o tsarismo. E a vitória decisiva não é senão a ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato.⁵³¹

Pela primeira vez em sua obra Lênin se defronta com duas contradições da realidade: a contradição entre o povo russo e o tsarismo e a contradição dentro do povo entre a propriedade camponesa e a luta operária pelo socialismo. Como síntese positiva para essas duas contradições simultâneas Lênin propõe o conceito da hegemonia proletária no processo da revolução burguesa. Esta síntese teórica e prática, por sua vez, também é contraditória, mas não uma contradição em termos e sim uma contradição da realidade, que se resolverá na própria realidade.

Os mencheviques, ala direita da social-democracia russa à época, ainda presos na velha ortodoxia metodológica e política da Segunda Internacional, defendiam que a revolução tinha um caráter burguês objetivo, assim, a burguesia deveria dirigi-la, e que a revolução dos operários seria somente a socialista, e por eles dirigidas; numa absurda lógica formal linear primária.

Mas para Lênin, ao contrário, o resultado da revolução democrática estava em aberto, não havia fórmula pronta para o futuro; se a burguesia liberal prescindia de uma abertura política e de remover os obstáculos feudais seu crescimento econômico; para os trabalhadores, uma em aliança com os camponeses poderia mudar o curso da história e dirigir a dinâmica dos acontecimentos até as últimas consequências, quais sejam, a derrubada do regime czarista autocrata, militar e feudal e a fundação de um novo regime de ditadura democrática dos operários e camponeses.

⁵³¹ LÊNIN, V. I. *As duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática*. Tradução Editorial Avante. Lisboa. 1977. Pág. 42.

Já em 1904, no texto *A autocracia e o Proletariado*⁵³² Lenin escrevia que quanto mais o caráter burguês da próxima revolução ficasse claro, mais o proletariado devia manter sua independência de classe, ainda eu tivesse um papel ativo na política e nas alianças sociais. Ou seja, mesmo antes da eclosão do processo em si, Lênin defendia que reconhecer a natureza social da revolução em curso como burguesa não diminuía sua importância. Lênin tinha claro que as tarefas do proletariado tinham que ser definidas a partir da análise da concreta da realidade e não como se gostaria que fosse ou que pudesse ser. Assim, as lutas pelas liberdades democráticas mesmo numa sociedade capitalista, num regime democrático-burguês era crucial, apesar de, e justamente por, não esgotar o processo; saber entender e fazer essas diferenciações não adia a revolução socialista para um futuro indeterminado, mas, pelo contrário, a aproximava no tempo.

Antes e durante os processos de 1905 Lênin desenvolve a teoria e o conceito de “*dialética da revolução*”, na qual aparece também pela primeira vez a noção, ainda vaga, de hegemonia. A primeira revolução russa “*foi o melhor teste para a análise de Lênin sobre a especificidade da formação econômico-social russa*”⁵³³. Pensar a mudança de regime político e a constituição de um governo provisório ocupou as atenções de Lênin, sem jamais deixar de lado os conteúdos de classe das diferentes formas de regime possíveis, destacando, a contradição entre o caráter social burguês e o caráter político democrático da revolução em curso, com a necessária independência política do proletariado e de sua estratégia socialista que devia permanecer, se afastando solidamente de posições evolucionistas e deterministas, cristalizadas pelos mencheviques, e de falsos radicalismos de anarquistas.

Lênin prenuncia em *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática* que as duas classes fundamentais do capitalismo, burguesia e proletariado, conviveriam conflituosamente no regime “democrático burguês”, equacionando as tarefas imediatas democráticas sem perder de vista “as novas contradições que a burguesia encerra em si, nem a nova luta”⁵³⁴. Quase cento e vinte anos depois temos vários exemplos de como em países de capitalismo atrasado, onde as tarefas burguesas, como reforma agrária, p.ex., não foram realizadas, o convívio das duas classes em um regime político é sempre instável e permeados por golpes e rupturas institucionais periódicas.

⁵³² LÊNIN, V. I. *A autocracia e o proletariado*. Vperyod, nº. 1, 4 de janeiro de 1905 (22 dezembro de 1904, no calendário gregoriano). Traduzido por Rodri Villa. In: <https://lavrapalavra.com/2019/11/21/a-autocracia-e-o-proletariado/>, acessado em 11 out. 2023.

⁵³³ FRESU, Gianni. *Lênin Leitor de Marx: Dialética e determinismo na história do movimento operário*. 1ª. Edição. São Paulo. Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois. 2016. Pág. 136.

⁵³⁴ Idem, pág. 138.

A síntese positiva que Lênin propõe é a realização máxima das tarefas históricas democráticas, políticas e econômicas imediatas, mas que abrissem portas para as demandas socialistas. Pois a luta pela hegemonia do processo revolucionário já estava colocada desde as tarefas democráticas (burguesas), não havia para ele sinal de igual entre as tarefas históricas de uma classe e a direção política do Estado e do regime para a realização dessas tarefas, que poderia e deveria ser feita por outra classe, porque sua lógica não era linear, ao contrário, era dialética, isto é, ele não só via as contradições como as assimilava tanto na análise como nos prognósticos.

Aqui é que está o busílis. É aqui que as ideias anarquistas se entrelaçam (como acontece também constantemente com os bernsteinianos da Europa ocidental) com o mais puro oportunismo. Imaginem só: não entrar no governo provisório porque isso obrigaria a burguesia a afastar-se da revolução, diminuindo desse modo a amplitude da revolução! Temos aqui diante de nós, por inteiro, na sua forma pura e conseqüente, essa filosofia neo-iskrista segundo a qual, uma vez que a revolução é burguesa, devemos inclinar-nos ante a vulgaridade burguesa e ceder-lhe o passo. Se nos deixássemos guiar, ainda que parcialmente, ainda que por um minuto, pela consideração de que a nossa participação pode obrigar a burguesia a afastar-se, **cederíamos totalmente, em consequência disso, a hegemonia na revolução às classes burguesas.** Entregaríamos assim inteiramente o proletariado à tutela da burguesia (reservando-nos a completa «liberdade de crítica»!), obrigando o proletariado a ser moderado e dócil para que a burguesia não se afaste. Castramos as necessidades mais vitais do proletariado, precisamente as suas necessidades políticas, que nunca foram bem compreendidas pelos «economistas» e seus epígonos, castramo-las para que a burguesia não se afaste. Passamos totalmente do terreno da luta revolucionária pela realização da democracia nos limites necessários ao proletariado para o terreno da traficância com a burguesia, comprando, pela nossa traição aos princípios, pela nossa traição à revolução, o consentimento voluntário da burguesia («para que não se afaste»)⁵³⁵ (grifos nossos).

Lênin percebe a relação próxima entre sua noção inicial de hegemonia e como a socialdemocracia russa se colocaria na revolução burguesa. Há três lutas em curso, uma da burguesia liberal, em unidade com o campesinato e o proletariado contra a nobreza feudal e o seu regime czarista; e duas hegemonias em disputa simultâneas, do proletariado contra a

⁵³⁵ LÊNIN, V. I. *Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. Tradução Editorial Avante. Lisboa. Editorial Avante. 1977. Pág. 46.

burguesia na condução da primeira luta; e pela hegemonia dentro das organizações do proletariado pelo papel da socialdemocracia no processo. Como diz Luciano Gruppi⁵³⁶:

[...] o que distingue a sua posição daquela da direita socialdemocrata [é] a sua forma de compreender e aplicar o marxismo, a dialética materialista. O que Lenin rejeita são as simetrias automáticas entre a base de classe e sua manifestação política: burguesia = democracia, proletariado = socialismo.⁵³⁷

E explica Gianni Fresu⁵³⁸

Em suma, a Revolução de 1905 colocou de forma concreta o tema da autonomia política do proletariado e de sua organização pela primeira vez na Rússia. O ensaio *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática*, apresentado exatamente no clamor da luta, constitui a melhor síntese dessa análise.⁵³⁹

Mas é o próprio Lênin que melhor sintetiza

Aos «economistas» parecia-lhes que a hegemonia na luta política não diz respeito aos sociais-democratas, mas propriamente aos liberais. [...] São também uma ala intelectual-oportunista do partido. [...] A revolução democrática na Rússia é uma revolução burguesa pela sua essência social e económica. Contudo, não basta repetir simplesmente esta justa tese marxista. É preciso saber compreendê-la e saber aplicá-la às palavras de ordem políticas. **Toda a liberdade política em geral é, na base das relações de produção atuais, isto é, capitalistas, liberdade burguesa.** A reivindicação de liberdade exprime, em primeiro lugar, os interesses da burguesia. Os seus representantes foram os primeiros a apresentar esta reivindicação. Os seus partidários dispuseram por toda a parte como senhores da liberdade obtida,

⁵³⁶ Luciano Gruppi, (1920-2003) estudioso, militante e dirigente político comunista italiano. Estudioso do marxismo (Marx, Lenin, Gramsci, Togliatti), autor de inúmeros livros, alguns dos quais traduzidos no Brasil (*O conceito de hegemonia em Gramsci, Tudo começou com Maquiavel*). Trabalhou no âmbito dos "aparelhos de hegemonia" do antigo PCI, desempenhando funções de relevo na política cultural deste partido, na revista *Critica marxista* e na escola central de partido em Frattocchie. Nesta última função, também escreveu uma *Introdução ao estudo de Gramsci* (1987). Além disso, organizou os últimos volumes das *Obras* de Palmiro Togliatti.

⁵³⁷ GRUPPI, Luciano. *Il pensiero di Lenin*. Roma. Editori Riuniti. 1971. Pág. 45.

⁵³⁸ Gianni Fresu (Sassari, 1972) é professor de filosofia política na Universidade Federal de Uberlândia (MG), doutor em pesquisa filosófica pela Università degli studi "Carlo Bo" de Urbino e presidente da International Gramsci Society Brasil. É autor, entre outros, de *Lenin leitor de Marx: determinismo e dialética na história do movimento operário* (São Paulo, Anita Garibaldi, 2016) e *Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo* (Ponta Grossa, UEPG Editora, 2017).

⁵³⁹ FRESU, Gianni. *Lenin e a revolução*. Tradução do italiano de Geraldo Magella Neres. Revista *Novos Rumos*, Marília, v. 57, n. 2, p. 33-46, Jul.-Dez., 2020. In: [file:///F:/Arquivos/AA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20BIBLIOGRAFIA/L%C3%AAAnin/sobre%20Lenin/Novos+Rumos+v57,+n2,+2020+-+05++A2+\(1\)%20\(1\).pdf](file:///F:/Arquivos/AA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20BIBLIOGRAFIA/L%C3%AAAnin/sobre%20Lenin/Novos+Rumos+v57,+n2,+2020+-+05++A2+(1)%20(1).pdf), acessado em 12 out. 2023.

reduzindo-a a uma medida burguesa, moderada e bem arranjadinha, combinando-a com a repressão, mais refinada em tempo de paz e ferozmente cruel em tempo de tormenta, do proletariado revolucionário. (negrito nosso).⁵⁴⁰

Interessante destacar aqui, que mesmo nos primeiros escritos e no calor do momento, dos fatos acontecendo, à quente, Lênin nunca deixa de lado as questões mais profundas como “*a liberdade política em geral é, na base das relações de produção atuais, isto é, capitalistas, liberdade burguesa*”, destacamos “*base das relações de produção*” (que depois seria destacada por Althusser), o que lhe permite sempre fazer a conexão com as questões estratégicas, sem cair num oportunismo tático como muitos que usam seu nome. E ele prossegue:

O proletariado deu-se conta por instinto de que a liberdade política lhe é necessária, lhe é necessária mais do que a ninguém, apesar de ela reforçar e organizar diretamente a burguesia. O proletariado não espera a sua salvação do afastamento da luta de classes, mas do seu desenvolvimento, do aumento da sua amplitude, da sua consciência, da sua organização, da sua decisão. Quem menospreze as tarefas da luta política converte o social-democrata de tribuno popular em secretário de *trade-union*. Quem menospreze as tarefas proletárias na revolução democrática burguesa converte o social-democrata de chefe da revolução popular em dirigente de um sindicato operário livre. Sim, da revolução **popular**. A social-democracia lutou e luta, com pleno direito, contra o abuso democrático-burguês da palavra povo. Exige que com esta palavra não se encubra a incompreensão dos antagonismos de classe no seio do povo. Insiste categoricamente na necessidade de uma completa independência de classe do partido do proletariado. Mas divide o «povo» em «classes» não para que a classe avançada se encerre em si mesma, se confine em limites estreitos, castre a sua atividade com considerações como a de que não se afastem os donos económicos do mundo, mas para que a classe avançada, não sofrendo das vacilações, da inconsistência, da indecisão das classes intermédias, lute com tanto maior energia, com tanto maior entusiasmo pela causa de todo o povo, à frente de todo o povo.⁵⁴¹

A impressionante combinação da análise das determinações e contradições cruzada com uma teoria que reconhece e incorpora as contradições tanto nas análises e caracterizações de suas dinâmicas, como nos prognósticos elaborados, foram e são um traço distintivo da obra e do pensamento deste intelectual e dirigente russo, único, e por isso mesmo ainda atual.

⁵⁴⁰ LÊNIN, V. I. *Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. Tradução Editorial Avante. Lisboa. Editorial Avante. 1977. Pág. 54.

⁵⁴¹ LÊNIN, V. I. *Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. Tradução Editorial Avante. Lisboa. Editorial Avante. 1977. Pág. 54.

Mais que isso, imprescindível para a compreensão da realidade ainda mais complexa neste quase um quarto do século XXI e para a elaboração das imensas tarefas, teóricas e práticas, que o marxismo-revolucionário tem hoje e pela frente.

Apesar de todo esse brilhantismo, Lênin foi muito criticado por suas posições na revolução russa de 1905. Talvez por incompreensão. Uma dessas críticas rasas era classificar sua defesa de uma aliança operária e camponesa de uma “fórmula algébrica”⁵⁴², (operário + campesinato). Talvez por uma visão superficial e enviesada do problema. Afinal, se fosse para fazer uma metáfora matemática deviam chamar a linha de Lênin de “fórmula aritmética”, que é o seu ramo mais elementar, enquanto a álgebra se ocupa de problemas mais complexos.

Se tivessem estudado mais um pouco teriam visto que a “fórmula” é na verdade de “geometria espacial-temporal tridimensional”.⁵⁴³

De toda forma as primeiras conceituações de Lênin sobre Estado ainda eram em sua dimensão clássica, i.e., do monopólio da força, ainda que já distinguisse da legitimidade ou ilegitimidade da classe que dominasse esse estado. Apesar de em *As duas táticas* já haver uma análise mais ampla de diferentes formas das relações das classes com o Estado, especificamente entre as formações sociais e políticas ocidentais e orientais.

⁵⁴² TROTSKY, L. *A Revolução Permanente*. 2ª ed. São Paulo. Kairós. 1985. Pág. 24.

⁵⁴³ OLIVEIRA, S. C. LAUDARES, J. B. *Pensamento Algébrico: uma relação entre álgebra, aritmética e geometria*. In: Encontro mineiro de educação matemática, 7. 2015. São João Del Rei. Anais. 2015. pág. 1-10.

7.2 – Desvendado a forma do Estado em Lênin

O conjunto da obra e do pensamento de Lênin sobre uma teoria sua do Estado é marcado pelo seu esforço permanente em relacionar os princípios gerais do marxismo, isto é, do método científico dialético materialista, à realidade concreta que está analisando e sobre a qual está atuando.

Lênin não aceita proposições genéricas acerca do modo de produção e divagações sobre revolução, pelo contrário, ele propõe elaborar uma teoria e um programa para a transformação social radical em base à realidade concreta de cada formação-social específica.

Para Lênin, as generalizações abstratas levavam a esquemas apriorísticos ao estilo de Kant, portanto, antimarxistas, que conduziam as elaborações às lógicas lineares de desenvolvimento histórico em direção ao um socialismo ideal. Estes erros metodológicos, que desprezavam a realidade concreta tal como se colocava, não podiam estabelecer bases teóricas para uma transição efetiva a um socialismo cientificamente concebido.

Desde *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*⁵⁴⁴, cujo subtítulo é *O processo de formação do mercado interior para a grande indústria*, há um esforço em relacionar os princípios teóricos mais gerais do marxismo à realidade específica da Rússia através da análise minuciosa de dados estatísticos e econômicos, mas combinados, simultaneamente com a caracterização da dinâmica das classes sociais, como a abstenção da burguesia nacional russa em assumir um papel de dirigente política do conjunto da sociedade e daí a possibilidade real de o proletariado russo adquirir uma hegemonia política nacional efetiva.

Na obra de economia-política aplicada, Lênin percebe que as relações de produção eminentemente capitalistas estão se consolidando cada vez mais na Rússia da época com a contradição insolúvel de as instituições de Estado ainda serem de tipo feudais e da imensa maioria da população ainda estar presa a relações sociais e econômicas pré-capitalistas, como os resquícios da servidão feudal, ainda não totalmente superados; e de ao mesmo tempo ter a Rússia as maiores fábricas da Europa, com dez a quinze mil operários, enquanto as maiores plantas fabris da Inglaterra e da França terem no máximo mil a mil e quinhentos operários.

Lênin percebeu, no final século XIX, que o “centro de gravidade” econômico e político da Rússia estava se deslocando do campo feudal para as grandes cidades capitalistas, Petrogrado e Moscou, e que as determinações e contradições fundamentais eram já capitalistas.

⁵⁴⁴ LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia - O processo de formação do mercado interior para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto. Revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. In: Os economistas. São Paulo. Nova Cultural. 1988

Esse entendimento só lhe foi possível pela da aplicação à realidade russa dos princípios gerais da dialética materialista de Marx e Engels, que lhe permitiu ver os movimentos do *processo de formação do mercado interior para a grande indústria*, precisar as dinâmicas econômicas e políticas deste processo histórico específico, extrair as determinações e contradições fundamentais, e que por sua vez lhe permitiram construir, a partir dessas reflexões, uma imagem teórica de um todo concreto da realidade material que lhe cercava, traduzida na obra de 1898.

A contradição fundamental que Lênin observou nesta e em outras obras do período foi que diferentemente dos países ocidentais onde as suas burguesias nacionais haviam assumido papéis de dirigentes políticas de toda a sociedade, na Rússia havia um acordo entre a jovem burguesia nacional e a velha nobreza feudal, onde a primeira se satisfazia em dirigir a economia com seus lucros e aos parasitas aristocráticos da autocracia czarista cabia a direção política do Estado.

Uma contradição, econômica e política, que se tornaria cada vez mais aguda, que não poderia permanecer *ad eterno* e, provavelmente levaria a uma explosão social, que poderia por sua vez se tornar uma revolução social, a depender da ação dos sujeitos políticos sobre este processo desigual e contraditório.

Em termos pachukanianos a forma-política do Estado russo, a autocracia czarista, não se encaixava com as formas econômicas capitalistas nascentes que ganhavam cada vez mais proeminência econômica e política. Nesse desencaixe de estruturas, agora em termos althusserianos, essa “descombinação” de estrutura não podia impor uma unidade sobre o conjunto dos elementos da estrutura. O “novo modo de produção”, capitalista, não podia ser um modo de dominação da velha estrutura, feudal. Porque

Assim, no modo de produção feudal, é a estrutura de dependência que impõe seu sentido aos elementos: a posse, por parte do senhor, do domínio, inclusive dos servos que trabalham nele, a posse dos instrumentos coletivos (moinho, granja etc.), o papel subordinado do dinheiro, salvo quando as relações monetárias se impõem a todos. Assim, no modo de produção capitalista, é a estrutura de exploração que se imporá a todos os elementos, a subordinação dos meios de produção e das forças produtivas ao processo de exploração, a exploração dos trabalhadores privados dos meios de produção, o monopólio dos meios de produção nas mãos da classe capitalista etc.⁵⁴⁵

⁵⁴⁵ ALTHUSSER, Louis. *A corrente subterrânea do materialismo do encontro*. In: *Revista Crítica Marxista*. Nº 20. Rio de Janeiro. Revan. 2005. Pág. 36.

Pois, a partir das determinações e contradições fundamentais Lênin consegue elaborar sínteses teórico-políticas como a atribuição ao proletariado urbano da função dirigente de “classe geral”, propondo, desde lá, a formação de um bloco social revolucionário mais amplo do que apenas pela classe operária; confrontado a contradição de o proletariado urbano ser apenas 5% da população e o campesinato cerca de 90%, uma nova síntese devia ser desenvolvida no sentido de um programa agrário ser um dos eixos centrais do programa geral, para permitir que proletariado urbano se tonasse a “classe geral”, isto é, a classe social dirigente da imensa massa de camponeses sem-terra, e então, da sociedade em geral, num *encontro* de classes e estruturas que gerasse um novo *encaixe* entre estruturas econômicas, sociais e, por fim, políticas.

A relação entre Estado e revolução, no pensamento de Lênin, já estava bastante avançada, com sua tese de o proletariado urbano manter sua independência política de classe para se construir como classe dirigente em oposição, mesmo aos setores anti-czaristas da burguesia nacional, que poderiam ter uma aparência de “progressiva”, mas cujo conteúdo social e político era reacionário devido ao seu acordo estrutural econômico-político com a nobreza feudal que a amarrava e limitava historicamente.

Essa “*análise concreta da realidade concreta*” permitia a Lênin não somente um entendimento mais preciso do objeto, mas, sobretudo alcançar uma sintonia fina para intervenção do sujeito sobre essa realidade objetiva. Por isso mesmo as reivindicações e ações por liberdades democráticas, por uma república parlamentar, em oposição à autocracia czarista eram táticas fundamentais e tarefas presentes, mas também eram tarefas transitórias, isto é, mediações políticas, com relação à estratégia mais geral da revolução socialista nunca perdida de vista.

A estratégia da revolução socialista não era colocada para um futuro inalcançável, ou para dias de festas; antes o contrário, era pensada para seu encurtamento, para trazer a tarefa concreta da revolução para o mais próximo. Mas sem cair em fugas fantasiosas ou negações infantis da realidade objetiva, antessalas de derrotas, decepções, frustrações, desencanto, desesperança e, por fim, numa aceitação conformista de uma realidade que não era a idealizada.

A burguesia nacional russa da época não podia construir uma hegemonia política sobre as demais classes sociais devido às condições de seu “contrato” econômico-político com a nobreza feudal que a colocava como sujeito social economicamente ativa, mas politicamente passiva, e pelo seu medo do nascente proletariado russo, com o qual não podia se aliar sob pena de ser rapidamente ultrapassada. A síntese teórico-política para essa contradição se dá na defesa

da unidade do proletariado com a burguesia aparentemente progressista nas tarefas democráticas, contra o absolutismo do Estado czarista.

Mas ao mesmo tempo, o proletariado deveria preservar sua independência política e lutar pela hegemonia do conjunto das classes sociais, para mais à frente romper com essa mesma burguesia ora progressista, que tão logo atingisse seus objetivos mais imediatos se tornaria prontamente reacionária.

Essa capacidade de caracterização das dinâmicas das classes nos processos de lutas, combinada sua visão tática-presente e estratégica-futura-próxima é um traço distintivo de seu pensamento que permanece não só atual como extremamente necessário nos dias que nos cercam.

Após a derrota da revolução russa de 1905, *Materialismo e Empirio criticismo*⁵⁴⁶, de 1908-9, coloca, como debate sobre o balanço histórico daquela experiência, a questão do método e da aplicação do método, tanto para a análise realidade objetiva, quanto para a intervenção dos sujeitos sobre esta realidade e sua transformação.

Até então o Estado era conceituado por Lênin em sua dimensão mais clássica, isto é, sob o prisma das classes sociais em luta, a serviço de qual classe estaria o Estado e o seu monopólio sobre a força organizada. O Estado czarista estava evidentemente em função dos privilégios da nobreza feudal parasitária, mas também já estava em função dos interesses de uma burguesia industrial nascente, por sua vez diretamente associada às burguesias da França e da Inglaterra.

Após 1905, nos debates decorrentes em *Materialismo e Empirio criticismo* Lênin começa a conceituar o Estado em dimensões mais profundas, não só pelas relações mais aparentes de classes-Estado-Direito, mas também das relações de classes entre si, isto é, alianças de classes, proletariado e campesinato e as contradições desses acordos explícitos ou implícitos.

Como o fenômeno russo da época, aquele Estado da autocracia czarista não tinha atrás de si uma outra classe social que cumprisse a função política de dirigente “cultural” do conjunto das massas. A análise do acordo entre a burguesia russa e a nobreza feudal, em que a primeira exerceria o papel de dirigente econômica, satisfeita com seus lucros e dividendos, e a segunda exercia o papel de direção política, com seus privilégios, fragilizada desde o banho de sangue de janeiro de 1905 na manifestação por pão dirigida pelo padre Gabão⁵⁴⁷, permitiu a Lênin ver as contradições em processo dinâmico, à quente, suas consequências e possíveis perspectivas,

⁵⁴⁶ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Materialismo e Empirio criticismo - Notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa. Editorial Estampa. 1971.

⁵⁴⁷ Domingo Sangrento foi um massacre que aconteceu em 22 de janeiro de 1905 na cidade de São Petersburgo, no Império Russo, manifestantes iam pacificamente até o Palácio de Inverno pedir pão, mas foram metralhados.

como também combinar a intervenção direta do sujeito político neste processo em andamento, isto é, o conteúdo sócio-político do Estado.

Em *Greve Económica e Greve Política*⁵⁴⁸ de 1912, Lênin apenas menciona a relação entre um setor ou outro em greve que avança de seu caráter econômico, isto, de reivindicações como salário ou jornada de trabalho, em relação ao seu empregador diretamente, p.ex., para um caráter mais político de greve, quando um grande setor do proletariado, como mineiros, ou alguns setores em conjunto, reivindicam direitos ou benefícios para todos os trabalhadores, como uma lei limitação da jornada de trabalho em todo o país, ou direito a sindicalização, perante o Estado.

Em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*⁵⁴⁹, publicado em março de 1913 no terceiro número da revista *Prosveschenie*⁵⁵⁰, Lênin faz um exercício didático para uma apresentação e divulgação mais simples e reduzida do pensamento de Marx (e de Engels) às novas gerações de militantes e de ativistas, onde dá mais ênfase ao que tem de mais original no marxismo. Lênin defende que a filosofia alemã, a economia-política inglesa e o socialismo francês são as três fontes e partes constituintes do marxismo. O texto é um panfleto feito para os operários e demais trabalhadores.

As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo é dividido três partes, uma dedicada a cada fonte. A primeira parte ressalta a evolução científica de Marx em relação à filosofia materialista do século XIX; a segunda parte trata do trabalho de Marx dedicado à economia-política, principalmente em *O Capital*; e a terceira parte trata da experiência e das conclusões de Marx com base nos processos revolucionários da Europa, em particular da França.

Lênin sintetiza as posições filosóficas de Marx no materialismo, como um método filosófico científico, avesso às superstições e contrário às credices; na dialética, como o mais importante enriquecimento filosófico alemão para explicar o movimento e a transformação e em relação ao próprio conhecimento.

⁵⁴⁸ LÊNIN, V. I. *Greve Económica e Greve Política*. Obras Escolhidas em seis tomos. Trad. Ed Avante. Lisboa. Edições "Avante!". 1984. Tomo 2. Pág. 54-61. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1912/05/31.htm>, acessado em 16 out. 2023.

⁵⁴⁹ LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. (Revista *Prosvetchnéie* nº 3, março de 1913). In: Obras Escolhidas em seis tomos. Lisboa, Moscou. Ed. "Avante!". 1977.

⁵⁵⁰ *Prosveschenie* (A Instrução), (também pode ser traduzido do russo para o português como Educação, Iluminação ou ainda Esclarecimento), uma revista teórica bolchevique legal, teve sua aparição entre dezembro de 1911 e junho de 1914. Esta revista foi dirigida diretamente por Lenin, de Paris e posteriormente de Cracóvia e Poronin, na qual publicou um cem número de artigos. *Prosveschenie* foi fechada pela polícia czarista na antevéspera da primeira grande guerra imperialista.

Lênin ilustra como Marx, como base da teoria do valor-trabalho, explica as relações entre o valor de uma mercadoria e a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e chega à teoria da mais-valia, ou mais-valor, como uma melhor tradução, como ‘pedra angular’ de sua teoria econômica.

Lênin chama a atenção para o fato de os economistas ingleses terem percebido apenas as relações entre objetos, a troca de mercadorias umas pelas outras, ao que Marx enxergou mais fundo viu a relação entre pessoas, entre seres-humanos, de carne e ossos. Num movimento semelhante entre os pré-socráticos que se preocupavam com a cosmologia, do que as coisas, ou “*physis*” eram feitas, se de água, fogo, terra, ar ou átomos enquanto Sócrates e os seus discípulos deram atenção à antropologia, aos fenômenos sociais, ao homem, à moral, à razão, à verdade.

Na terceira parte Lênin destaca a crítica de Marx à queda dos regimes feudais, ao advento da “liberdade”, de ser explorado e oprimido; à crítica aos socialismos utópicos; a crítica política e a análise das lutas de classes.

Lênin sabia que as ideias de Marx (e Engels) tinham uma grande capacidade de atingir os corações e as mentes dos trabalhadores e da juventude, por isso se esforçava na sua divulgação e na formação política e teórica de uma vanguarda

Interessante notar que Lênin, em que pese a polêmica com Bogdanov em *Materialismo e Empiriocriticismo* pudesse levar o leitor desatento a ter uma interpretação equivocada de um objetivismo antididático, em “*As três fontes*” tem uma clara preocupação educacional, de formação teórica do proletariado, de sua vanguarda, de libertação dos preconceitos, de aprendizado teórico e prático e de tempera de suas forças. Não é por acaso no nome da Revista bolchevique.

No artigo *A Classe Operária e a Questão Nacional* de 1913, Lênin apenas relaciona a questão nacional ao conceito de Estado.

É necessária a plena democracia, defendida pela classe operária, para que as diferentes nações convivam ou se separem (quando isso mais lhes convenha) livre e pacificamente, formando diferentes Estados. Nada de privilégios para nenhuma nação, para nenhum idioma!⁵⁵¹

⁵⁵¹ LÊNIN, Vladimir I. *A Classe Operária e a Questão Nacional*. Obras Completas, tomo XIX. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda. Rio de Janeiro. 1961. pág. 71. (*Pravda*, n.º 106, 10 de maio de 1913) (*Jornal Pravda*, traduzido por *A Verdade*, era publicado desde 1905 por um grupo de mencheviques ucranianos. foi dirigido por Trotsky a partir de outubro de 1908, era chamado de *Pravda vienense*; partir de abril de 1912 os bolcheviques começaram a publicar em Petersburgo um jornal legal com o mesmo nome.

Em 1914, com dois fenômenos correndo em paralelo, por um lado a iminência de uma grande guerra entre os impérios em crises e em disputas coloniais e imperialistas e por outro lado uma crise cada vez maior na II Internacional, ou Internacional Socialista que travava um duro debate contra um revisionismo de cunho reformista, ou contrarrevolucionário, encabeçado principalmente por Eduard Bernstein⁵⁵² desde o início do século XX, mas que se acirrava quanto mais se agudizava a crise interimperialista.

Em abril de 1914 Lênin publicou na *Prosveschenie* n° 4 um artigo intitulado *O Que Não se Deve Imitar do Movimento Operário Alemão*⁵⁵³, criticando um relatório de uma viagem aos EUA de um dirigente sindical e político alemão, Karl Legien⁵⁵⁴ que, segundo Lênin, revelava duas tendências do movimento operário mundial e alemão, além do revisionismo teórico, o oportunismo político, no sentido de capitular à burguesia.

Ainda em 1914, Lênin publicou uma longa série de artigos sobre o tema da “autodeterminação nacional” na mesma revista *Prosveschenie*. A questão nacional corta transversalmente o tema do Estado e do Direito em Lênin, porque o direito de nações a terem o seu Estado, ou ainda a independência política de Estados nacionais coloniais ou semicoloniais são temas diretamente relacionados. Os artigos de 1914, os mais longos até então, discutiam a questão da autodeterminação nacional em si e em relação ao imperialismo. Lênin estava respondendo às posições de Rosa Luxemburgo.

Mas o que mais nos interessa no contexto do debate de Rosa Luxemburgo com Lênin é a análise e caracterização que a intelectual e dirigente judia, polonesa e alemã faz do seu colega russo. Rosa Luxemburgo tem atribuída a si por muitos de seus leitores⁵⁵⁵ a caracterização Lênin como um “blanquista”⁵⁵⁶⁵⁵⁷ e burocratizador das massas.

⁵⁵² Eduard Bernstein, (Berlim, 1850 a 1932) foi um político e teórico alemão. Foi o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da socialdemocracia.

⁵⁵³ LÊNIN, Vladimir I. *O Que Não se Deve Imitar do Movimento Operário Alemão*. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Obras Completas, tomo XX, págs. 231/235.

⁵⁵⁴ Dirigente da ala oportunista do movimento sindical alemão. Nos anos da primeira guerra mundial (1914-1918) manteve uma posição social-chauvinista, isto é, nacionalista, a favor da burguesia do seu país.

⁵⁵⁵ BARREIRA, César Mortari e GONÇALVES, Guilherme Leite. *Revisitando Lênin: Por uma teoria complexa do Estado*. In: *Estado, Direito e Marxismo*. GOMES, Gustavo e SCHITTINO, Renata (Organizadores). São Paulo. Usina Editorial. 2023. Pág. 104 a 106.

⁵⁵⁶ “Blanquismo”, expressão que designa a doutrina política básica do revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui (1805-1881). Seguindo a tradição de Babeuf e Buonarroti, procurou organizar uma elite pequena, centralizada e hierárquica, para uma insurreição para substituir o Estado capitalista pela sua ditadura.

⁵⁵⁷ BERNSTEIN, Samuel. *Blanqui: y el Blanquismo*. 1ª Ed. Madri. Siglo XXI de España Editores. 2016.

No entanto, em seu artigo “*Blanquismo e social-democracia*”⁵⁵⁸, de 1906, Rosa, polemizando com o artigo “*Onde está da direita?*”⁵⁵⁹ de Georgi Plekhanov⁵⁶⁰, apesar de dizer que seu objetivo não defender os bolcheviques afirma que

Hoje, a questão se apresenta de forma completamente diferente. Nenhuma “organização de conspiradores” pode “incitar um levante” ou pensar em sua ditadura. Disso, na própria Rússia há muito tempo já não sonham mais os populistas e seus herdeiros autoproclamados, os socialistas revolucionários. Quando hoje os camaradas bolcheviques falam da ditadura do proletariado, não estão conferindo ao termo um significado blanquista, não caíram no erro de Narodnaia Volia que sonhou com a tomada do poder (*sachwat vlasti*). Muito pelo contrário, acham que a atual revolução poderia acabar na dominação do proletariado, portanto de toda a classe revolucionária, sobre a máquina do Estado. [...] Difícil entender onde aqui estaria o “blanquismo”. [...] Seria tempo de acabar com esse método escolástico, com essa busca por quem é blanquista e quem é marxista ortodoxo. A questão hoje consiste em saber se, neste momento, a tática recomendada pelo camarada Plekhanov e seus camaradas mencheviques está correta, portanto, a tática que conta com uma possível participação na Duma e que conta com as camadas fora da Duma nela representadas; ou então a tática em que tanto nós quanto os camaradas bolcheviques nos apoiamos, a qual se baseia no fundamento de que o epicentro está fora da Duma, no comportamento ativo das massas populares revolucionárias. Até agora, os camaradas mencheviques não conseguiram convencer ninguém da correção de suas opiniões. E colar nos adversários a etiqueta com a inscrição “blanquista” também não convence ninguém.⁵⁶¹

Além disso Lênin sempre defendeu que sua tática de organização de partido se devia às condições específicas da Rússia czarista que impediam um trabalho de base sistemático da socialdemocracia, impedindo assim por sua vez uma educação socialdemocrata das massas e por conseguinte o desenvolvimento da consciência política das mesmas, combinado com a extrema repressão política que demandava uma organização altamente disciplinada a fim evitar cair nas garras polícia política czarista, nas prisões, exílios internos e externos e até a morte.

⁵⁵⁸ LUXEMBURGO, Rosa. *Blanquismo e social-democracia*. Tradução de Kristina Michahelles. *Arbeiterrevolution 1905/06 – Polnische Texte*, org. por Holger Politt, Berlim, Dietz, 2015, p.214-19.

⁵⁵⁹ PLEKHANOV, G. *Gde she pravaja storona i gde ‘ortodoksija’?* [Onde está o partido de direita e onde a ‘ortodoxia’], publicado em 8 de junho de 1906 no jornal Kurjier, editado de 30 de maio a 1º de julho de 1906 em Petersburgo e que pertencia à ala menchevique.

⁵⁶⁰ Guiorgui Valentinovitch Plekhanov, 1856 a 1918. Pertenceu à primeira geração de marxistas russos. Foi o principal propagandista do materialismo histórico e dialético em sua geração e seus textos tiveram grande influência junto aos lutadores sociais do século XX. Aliado dos mencheviques.

⁵⁶¹ LUXEMBURGO, Rosa. *Blanquismo e social-democracia*. In: <https://frl.rosalux.org.br/blanquismo-e-social-democracia1/>, acessado em 17 out. 2023.

Daí a necessidade de um grupo de revolucionários profissionais, como ele explica “[...] *a mais rigorosa centralização e uma disciplina férrea, deve-se simplesmente a uma série de particularidades históricas da Rússia.*”⁵⁶²

Que não necessariamente guardava relação com o diagnóstico e prognóstico de que a “consciência” deveria ser um *elemento importado de fora*⁵⁶³ conforme a elaboração de Kautsky⁵⁶⁴, que a pensou a partir das condições alemãs e não russas.

Enquanto Rosa Luxemburgo travava uma dura polêmica contra o autor dessa teoria, classificando-a de uma determinação externa ao movimento de massas, que não levava em conta a ação direta e autônoma das massas organizada na socialdemocracia, na qual a organização, o esclarecimento ou a consciência e a luta eram momentos diferentes, mas partes de um mesmo processo⁵⁶⁵.

Nos parece que a crítica de Rosa Luxemburgo e outros à teoria e programa leninianos de organização partidária parte de uma leitura equivocada, sobretudo na interpretação de alguns conceitos básicos. Rosa e outros entendem o conceito de “vanguarda” como algo separado das massas e não como uma mediação entre o partido, sim, com fronteiras claras e definidas e as massas e seus organismos próprios, que por sua vez são outras mediações.

Pois em Lênin a relação entre partido, vanguarda e massas é imbricada e interrelacionada.

Rosa critica a teoria de partido de Lênin como uma racionalidade externalizante que trata o movimento de massas como um objeto externo que deve ser capturado e dirigido; como uma compreensão coisificante e objetificada da classe trabalhadora. Rosa via além do risco interno ao partido também uma substituição mecânica das ações espontâneas das massas por uma hierarquia burocrática.

Enquanto o conceito elementar de Lênin de “vanguarda”, extraído da terminologia militar, refere-se a “guarda da frente”, em oposição à retaguarda, ou guarda de trás; isto é, para ser vanguarda tem que necessariamente estar ligada à retaguarda. Um grupo desconexo de uma base social não é, segundo Lênin, vanguarda de nada, é apenas isto, um grupo.

⁵⁶² LÊNIN, V. I. *Esquerdismo doença infantil do comunismo*. Trad. Edições Avante! (Lisboa, 1977). 1ª Ed. Revisão da tradução de Ronaldo Coutinho. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2014. Pág. 51.

⁵⁶³ LÊNIN, V. I. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Trad. Edições Avante! Lisboa e Moscou. Revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. Coleção *Arsenal Lênin*. São Paulo. Boitempo.

⁵⁶⁴ KAUTSKY, Karl. *Um elemento importado de fora*. Publicado na revista *Die Neue Zeit*, 1901-1902 °3, p. 79. In: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1901/mes/elemento.htm>, acessado em 30 nov. 2022.

⁵⁶⁵ Rosa Luxemburgo. *Problemas organizacionais da socialdemocracia russa*. Tradução José André Lôpez González, Obras Escogidas. Vol. I. (*Die Neue Zeit* (Stuttgart), 22º ano 1903/04, segundo volume, I: pp. 484-492; II: pp. 529-535.). Madri. Editorial Ayuso. 1978. Pág. 108-130.

Já o partido leniniano, organizado e disciplinado como defesa à brutal repressão czarista, não se confunde com a massa, mas deve organizar em seu interior o melhor da vanguarda do proletariado. Algo que podemos ilustrar como três conjuntos distintos, em que o primeiro conjunto, o partido, se intersecciona com o segundo, a vanguarda, que por sua vez se intersecciona com o terceiro, a massa⁵⁶⁶.

Nossa leitura da teoria do partido de Lênin, como parte de sua teoria da revolução e, portanto, da tomada do Estado, difere das primeiras interpretações de Rosa Luxemburgo, afinal não existe liderança (vanguarda) sem liderados (retaguarda).

Mas na véspera do seu assassinato, em 14 de janeiro de 1919, ela publicou um artigo no qual aparecia a necessidade da direção e, ao mesmo tempo, sua crença inegotável nas massas:

Como será vista, em tal caso, a derrota da nossa Semana de Spartakus à luz da mencionada perceptiva histórica? Como o resultado de uma audaz energia revolucionária perante a insuficiente maturidade da situação, ou como o desenlace de uma ação empreendida sem a necessária convicção revolucionária?

De ambas as formas! Porque a nossa crise tem com efeito, um duplo rosto, o da contradição entre uma enorme decisão ofensiva por parte das massas e a falta de convicção por parte dos chefes berlinenses. Falhou a direção.⁵⁶⁷

Em suma, o conjunto das relações entre as formas-econômicas (mercadoria, valor, dinheiro, salário etc.), as classes sociais ou massas e a luta de classes, ou formas-sociais *stricto sensu*, e as formas-políticas em sentido mais amplo, como conselhos, sovietes, sindicatos, partidos e Estado, mediadas pelas formas-ideológicas, desvendam a sua forma e não o contrário.

⁵⁶⁶ LÊNIN, V. I. *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*. Resposta de N. Lênine a Rosa Luxemburgo. Setembro de 1904. Tradução Edições "Avante!" Lisboa e Moscou. Edições "Avante!" Ed. Progresso. 1986. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1904/09/resposta.htm>, acessado em 17 out. 2023.

⁵⁶⁷ LUXEMBURGO, Rosa. *A Ordem Reina em Berlim*. Tradução de Nildo Viana. In: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1919/01/ordem.htm#:~:text=A%20ordem%20reina%20em%20Berlim!%2C%20proclama%20triunfalmente%20a%20imprensa%20burguesa,salvo%20perante%20a%20hist%C3%B3ria%20mundial>. Acessado em 17 out. 2023.

7.3 – A lógica subjacente da forma-política e do sujeito-político

Novamente parafraseando Lênin⁵⁶⁸ dizemos que *não é possível compreender completamente a obra e o pensamento de Lênin, sobretudo seus escritos após 1914, sem ter estudado a fundo e sem ter compreendido a Lógica de Hegel, e, por consequência, um século depois, nenhum marxista (ou “leninista”) o compreendeu plenamente.*⁵⁶⁹

A sua leitura de Hegel nos permite mensurar uma construção de um método particular de compreensão da totalidade sociopolítica combinado com a intervenção para a modificação desta realidade desde as partes até o todo. Compreender como Lênin releu e reinterpretou Hegel é necessário para entender como ele inovou no campo do marxismo-revolucionário.

A Primeira Guerra Mundial foi sobretudo para Lênin, o colapso do movimento operário europeu organizado na II Internacional, além dos massacres em escala industrial. Ele concentrou suas energias em um estudo exaustivo de Marx e Engels e Hegel sobre o Estado.

No meio de uma guerra sem precedentes a Segunda Internacional, fundada por Engels em 1889, um instrumento para a construção do futuro socialista da humanidade, que apenas dois anos antes do início da guerra havia publicado um Manifesto contra a catástrofe que todos sabiam iminente, conclamando “*Ao mundo capitalista da exploração e do assassinato em massa, opunha-se assim ao mundo proletário da paz e da fraternidade dos povos!*”⁵⁷⁰, havia sucumbido. Como algo tão importante poderia ter se transformado no seu contrário, no seu oposto? O que explicaria essa transformação tão rápida, se não a lógica dialética.

Em dezembro de 1914 Lenin publica um ensaio⁵⁷¹, com a guerra em curso, para demonstrar a capitulação teórica e política da IIª Internacional. Lênin tinha claro que significava e o que podia vir a significar a que depois ficou conhecida como Primeira Guerra Mundial⁵⁷².

Seu pensamento tinha como horizonte o que podia e devia vir-a-ser, “*compreender suas causas para poder criar um novo agrupamento socialista, mais sólido, dos operários de todos os países*”⁵⁷³, em ruptura com o oportunismo, não perdeu de vista a revolução socialista mundial

⁵⁶⁸ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 191.

⁵⁶⁹ LÊNIN, Vladimir, I. *Conspecto do livro de Hegel “Ciência da Lógica”*. In: LÊNINE, V. I. *Obras Escolhidas*. Vol. 6 (Cadernos Filosóficos). Lisboa e Moscou. Editorial Avante e Ed Progresso. 1989.

⁵⁷⁰ *Manifesto do Congresso Socialista Internacional da Basileia*. In: https://www-marxists-org./history/international/social-democracy/1912/basel-manifesto.htm?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acessado em 02 jun. 2023.

⁵⁷¹ LÊNIN, Vladimir, I. *Chovinismo muerto y socialismo vivo: como reconstituir la Internacional*. In *Obras [completas]*, tomo V (1913 – 1916). Moscou. Edición Progresso. 1973. Pág. 91 a 94.

⁵⁷² LÊNIN, Vladimir, I. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. *Obras escogidas en doce tomos*. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976.

⁵⁷³ Idem. Pág. 165.

do horizonte político e teórico “*As massas operárias criarão a nova Internacional por cima de todos os obstáculos.*”⁵⁷⁴

Em cada mudança na realidade objetiva e histórica que se lhe apresentava Lênin acompanhava como uma mudança ou atualização da teoria, o que por sua vez implicava em mudança na teoria da revolução e do Estado, assim, cada vez mais a “revolução democrática” estaria ligada à revolução socialista.

Lênin jamais ficou apenas na “traição” dos dirigentes dos partidos nacionais da Segunda Internacional, que haviam optado pelas burguesias de cada país, contra o *Manifesto do Congresso da Basileia* de 1912⁵⁷⁵, que denunciara o caráter imperialista da guerra por vir, e chamava a mobilização de massas para transformar a guerra entre países capitalistas em guerra civil interna em cada país, para transformar a barbárie da guerra em revolução socialista.

Lênin havia percebido que se algo positivo, como a Segunda Internacional, pôde se transformar em algo negativo, como a guerra, pela inação, então talvez, algo negativo, como a própria guerra, também poderia ser transformado no seu contrário, as revoluções democrática e socialista, pela ação dirigida por uma teoria organizada⁵⁷⁶.

Lênin chega às conclusões que uma aristocracia da classe operária, uma burocracia sindical e partidária passou a ter interesses próprios mais próximos da pequena burguesia que da classe trabalhadora, levando esta nova camada social e política à capitulação ao nacionalismo de cada país e ao imperialismo abandonando o socialismo e a revolução.

A ruptura de Lênin com a velha ortodoxia da Segunda Internacional foi objetiva e subjetiva, isto é, um afastamento político das organizações e dirigentes que romperam com o marxismo; e teórica, no sentido de ser necessário mais que uma atualização, mas uma verdadeira renovação da teoria para um novo começo.

Pela escala das novas reflexões leninianas seus estudos da lógica de Hegel o levaram a novas conclusões e a novas elaborações, traçando um caminho teórico gradativo, e ao mesmo tempo, aos saltos, de acordo com a gradação ou saltos da realidade objetiva.

Não concordamos com Michael Löwy que teria havido uma ruptura epistemológica mais sim uma evolução, ora gradual, ora mais abrupta, com base na observação da realidade objetiva, que mudava por vezes mais lentamente, por vezes mais rapidamente.

⁵⁷⁴ LÊNIN, Vladimir, I. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. Obras escogidas en doce tomos. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976. Pág. 168.

⁵⁷⁵ *Manifesto do Congresso Socialista Internacional da Basileia*. In: https://www-marxists-org./history/international/social-democracy/1912/basel-manifesto.htm?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc, acessado em 02 jun. 2023.

⁵⁷⁶ LÊNIN, Vladimir, I. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. Obras escogidas en doce tomos. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976.

Foi-lhe necessário atualizar e reconstituir a teoria marxista-revolucionária, não como dogma, mas como “guia para a ação”, uma refundação original do marxismo, como instrumento de diagnóstico, prognóstico e intervenção social e política.

A volta de Lênin aos textos de Hegel, o levou a uma renovação teórica, cruzada pela análise minuciosa da realidade, com a guerra e a destruição da Segunda Internacional como instrumento de transformação social, a uma elaboração teórica de caráter refundador do marxismo.

A antiga “ortodoxia” marxista da Segunda Internacional estava em dezenas de cacos pelo chão da história. Uma “autocrítica” dessa ortodoxia era condição necessária para novas elaborações que respondessem e “corrigissem” a realidade, não como um mosaico com os pedaços do velho “espelho”, mas como uma nova reflexão, não apenas para a construção de uma imagem do presente, mas, sobretudo, para a imagem de um projeto de futuro.

A antiga “ortodoxia” marxista da Segunda Internacional entendia, em breve e apertado resumo, que a teoria e o programa preconizavam para os países de capitalismo atrasado a “tarefa histórica” colocada era “revolução democrática” e para os países de capitalismo avançado estaria colocada a tarefa da revolução socialista.

Lênin estava a meio caminho de chegar às conclusões que levariam a uma mudança na teoria da revolução nos países de capitalismo atrasado, onde as tarefas da “revolução democrática”, como liberdades políticas e sindicais, reforma agrária, limitação da jornada de trabalho, democracia representativa entre outras, poderiam estar diretamente ligadas às tarefas da revolução socialista, como socialização dos meios de produção, revolução agrária, democracia participativa através dos “soviets” ou conselhos, economia planificada, monopólio do comércio exterior, até a superação das formas sociais capitalistas, como a forma-dinheiro, por exemplo, ainda que não exatamente nesses termos.

Esta mudança na teoria da revolução era uma grande “heresia” para a “ortodoxia” da Segunda Internacional, segundo a qual devia-se sempre se pautar pelo desenvolvimento das forças-produtivas e não pelas relações de produção, que mais tarde seria discutido por Althusser.

Heresia ou não, as crises, econômica, política e militar, tornavam desfecho das guerras e revoluções imprevisíveis, mas as bases objetivas para um novo começo, para uma nova teoria, para uma refundação do marxismo-revolucionário. Lênin foi o único, dentre tantos outros dirigentes e quadros, que retornou a Hegel para compreender e elaborar.

Pensamos que a releitura de Hegel feita por Lênin no início da primeira guerra mundial antecipou a temática de Pachukanis sobre as relações entre formas e conteúdos, a dinâmica das transformações sociais e políticas, como uma situação reacionária de barbárie capitalista super destrutiva, poderia se transformar numa revolução socialista.

Lênin, e Marx, inverteram o esquema hegeliano, “*a dialética está de cabeça para baixo*”, é preciso “*pô-la de cabeça para cima, a fim de se descobrir a substância racional dentro do invólucro místico.*”⁵⁷⁷.

Assim, da crise, Lênin buscou em Hegel um entendimento mais profundo das causas e das possíveis consequências, das possibilidades da subjetividade como co-determinante do processo histórico, pois tanto em Hegel como em Marx, a negação da negação depende de ação, e, portanto, de sujeitos positivos e atuantes para a superação das contradições.

Lênin avança para o entendimento das contradições e determinações mais complexas tanto filosóficas, quanto diretamente ligadas à realidade. Se a filosofia de Hegel era revolucionária pela sua fé na razão e ação humanas no mundo real, que, para o qual é, um teatro em processo permanente de mudança, no qual não se pode acomodar-se à realidade, a ideia da luta contra a realidade objetiva, pelos sujeitos reais com seus projetos sociais e políticos, pressupõe compromissos filosóficos, éticos, morais e políticos desses sujeitos conflagrados.

Apenas Lênin, dentre tantos outros intelectuais e dirigentes retornou a Hegel, porque somente com o método dialético, invertido era possível compreender as transformações passadas, presentes e futuras e propor sínteses práticas através da ação dos sujeitos sociais e políticos.

Algumas negações do método dialético invertido, materialista, ainda que pretendessem negar o idealismo e a metafísica das leituras lukacsianas e afins, acabaram por negar o realismo-científico e a sua capacidade de mudar a realidade através dos sujeitos reais. Tanto em Hegel quanto em Marx e em Lênin, a negação da negação, a superação positiva (*Aufheben* ou *Aufhebung*), depende de ação de sujeitos positivos e objetivamente atuantes para realizar a superação das contradições.

No método dialético hegeliano, invertido por Marx e aprofundado por Lênin, o conflito, ainda lógico, entre o “nada” e o “ser” só pode ser resolvido pelo momento-conceito do “vir-a-

⁵⁷⁷ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro I. 26ª ed. Trad. port. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008. Pág. 29.

ser”, categoria superior e mais complexa, que engloba o “nada” e o “ser”, ou seja, incorpora aspectos suprassumidos do movimento de transição do "nada" para o "ser"⁵⁷⁸.

No retorno de Lênin a Hegel temos o “nada de revolução”, que era a guerra, e o “ser” da revolução, o “vir-a-ser” da transição de uma situação à outra precisaria de uma teoria [subjéctiva] que explicasse a realidade e que guiasse a ação dos sujeitos políticos nas linhas gerais e nas medidas práticas concretas.

Isto é, não bastava negar a guerra num pacifismo vazio, era necessário declarar guerra à guerra, negar a negação, transformar a guerra interimperialista em guerra civil em cada país, a vitória do proletariado e a união dos países socialistas contra os capitalistas para não haver mais guerras, era a superação da contradição.

A guerra era a primeira negação, a negação da paz, do desenvolvimento da humanidade, declarar guerra à guerra, era a negação da negação; i.e., a vitória do proletariado na guerra civil interna em cada país, a tomada do poder político, a mudança do carácter de classe de cada Estado nacional e o início imediato da desconstrução do Estado como “sociedade política” apartada da “sociedade civil”, com as tarefas administrativas e políticas sendo cada vez mais assumidas pelas comunidades locais em seus conselhos, as tarefas comuns das regiões por conselhos regionais e assim sucessivamente, num processo contínuo de superação do Estado enquanto forma-política capitalista, concomitante com a superação das demais formas relacionais eminentemente capitalistas, seria o “vir-a-ser”, a transição do capitalismo ao socialismo.

A construção de uma forma-política socialista, isto é, de uma forma-política transitória, entre o Estado capitalista e o fim do Estado enquanto forma apartada da “sociedade civil” era e é o desafio que se apresenta.

Os resultados teóricos da releitura de Hegel por Lênin, baseados nos dados materiais da realidade e verificados criteriosamente contra ela, decorrentes do método dialético-materialista, permanecem resistentes, para não nos perdermos em especulações sem conexões entre teoria, realidade e prática.

Lênin retomou os estudos da lógica de Hegel para tirar conclusões profundas sobre a dupla falência da Segunda Internacional, sua impotência em evitar a eclosão da guerra anunciada, e a capitulação. Uma leitura que buscou a relação entre a lógica abstrata e a lógica dos fatos e atos políticos com o propósito de superação positiva das contradições, da guerra e

⁵⁷⁸ GAUTHIER, Yvon. *Structures et mouvement dialectique dans la Phénoménologie de l'Esprit de Hegel*. Par Pierre-Jean Labarrière. Aubier-Montaigne. Collection Analyse et Raisons. Paris. 1968. N° 316. p. 738-740.

dos “horrores da traição dos chefes do socialismo atual, os horrores da falência da atual Internacional.”⁵⁷⁹

A dor dos horrores se transformou em motivação para a crítica à traição da social-democracia e para a autocrítica de não ter percebido o processo de adaptação aos regimes pré-democráticos burgueses dos “chefes” socialistas da Segunda Internacional.

A releitura de Hegel por Lênin de *A Ciência da Lógica* mais especificamente, com 158 notas de agosto a dezembro de 1914⁵⁸⁰, precisa ser compreendida pelo prisma do encontro de diferentes estruturas desigualmente desenvolvidas e na unidade destas diversidades.

O que levou Lênin do trauma de agosto de 1914 à *Lógica* de Hegel, nos termos de Michael Löwy⁵⁸¹? A raiz da impotência e da capitulação da Segunda Internacional estaria na incapacidade de seus dirigentes de compreender a dialética hegeliana? Ou na insuficiência do próprio Lênin de não ter visto o processo de mudança e de adaptação da Segunda Internacional, por não ter sido “dialético” o suficiente?

O retorno de Lênin a Hegel foi parte de uma crítica ao “marxismo ortodoxo” da Segunda Internacional, principalmente à sua ala “direita” encabeçada por Bernstein, também por Plekhanov, fundador do marxismo na Rússia, que negava a dialética e acabavam caindo num híbrido de positivismo e marxismo.

Mesmo Engels, no auge da divulgação do marxismo e no debate com os positivistas já tinha resvalado num certo evolucionismo determinista principalmente em *Dialética da Natureza*⁵⁸² e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*⁵⁸³, no qual foi seguido por Mehring, Plekhanov e Kautsky, e, sobretudo, por Bernstein, com posições neokantianas.

O debate da Segunda Internacional, no final do século XIX e início do XX, contra posições ainda medievais e outras ufanistas do capitalismo, tanto dos liberais quanto dos conservadores; numa conjuntura intelectual marcada pela crença no progresso, na ciência e da civilização europeia colonizadora, por um lado e num obscurantismo feudal que defendia a volta aos antigos regimes monárquicos absolutistas, por outro; a social democracia que procurava afirmar seu espaço e difundir suas posições.

⁵⁷⁹ LÊNIN, Vladimir, I. *A Guerra Europeia e o Socialismo Internacional*. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 2. Lisboa e Moscou. Edições “Avante!”. Edições Progresso. 1984. pág. 167 a 170.

⁵⁸⁰ ANDERSON, Kevin B. *Lenin, Hegel and Western Marxism a Critical Study*. Chicago. University of Illinois Press. 1995. Pág. 109.

⁵⁸¹ LÖWY, Michael. *Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado*. In: LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria e política*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. Cap. IX.

⁵⁸² ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2020.

⁵⁸³ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2019. ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9ª Edição. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1984.

Era inevitável cair em armadilhas retóricas, pois não podia argumentar contra o progresso, ainda que capitalista, sob pena de fazer coro, ainda que aparente, ao “regresso” à idade das trevas.

Ainda que o marxismo defendesse um “progresso” geral da humanidade, não o “progresso capitalista”, e a superação socialista do modo de produção, reprodução e acumulação capitalistas. Mas no debate contra os retrocessos aparecia ao lado dos “progressistas”.

Alguma confusão de argumentos era compreensível e inevitável, mas não a confusão metodológica, entre marxismo e positivismo. Contra essa “confusão metodológica” que se levanta Lênin no seu retorno a Hegel, após as derrotas do início da guerra interimperialista e da capitulação da socialdemocracia, para preservar posições marxistas-revolucionárias e as perspectivas da revolução socialista.

Lênin teve que recorrer a um Hegel invertido, primeiro, contra as posições evolucionistas e deterministas que levaram a Segunda Internacional a apoiar suas burguesias nacionais pelo “progresso capitalista”. Plekhanov é o primeiro alvo em 1914:

Plekhanov escreveu sobre filosofia (dialética), provavelmente, umas mil páginas [...] Entre elas, *sobre* a grande Lógica, a **propósito** dela, de *sua* ideia (ou seja, da dialética como ciência filosófica **propriamente dita**) nil!! [nada] (grifos no original).⁵⁸⁴

Para Lênin, Plekhanov tratou Hegel e a dialética como um artigo de enciclopédia em menos de uma página, com duas ou três citações de Marx, ao contrário dele:

A dialética é ainda a teoria do conhecimento (de Hegel) e do marxismo; foi a esse “aspecto” da coisa (isso não é um “aspecto” da coisa, mas a *essência* da coisa) que não deu atenção Plekhanov, sem falar de outros marxistas.⁵⁸⁵

A outra luta de Lênin nessa nova leitura de Hegel é a de uma intervenção filosófica, o início de uma luta filosófica mais pessoal. Para os combates públicos Lênin reservou seus artigos mais políticos, com temas mais imediatos contra a guerra e de crítica à capitulação da Segunda Internacional, como o manifesto *A Guerra e a Social-Democracia Russa*⁵⁸⁶, de

⁵⁸⁴ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 283.

⁵⁸⁵ Idem. Pág. 335.

⁵⁸⁶ LÊNIN, Vladimir, I. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa. Edições Avante!. 1977.

setembro de 1914, ou *Sobre o Derrotismo Durante a Guerra Imperialista*⁵⁸⁷, de julho de 1915, ou ainda *Sobre as duas linhas da revolução*, de novembro de 1915⁵⁸⁸.

O centro da crise teórica e filosófica estava no projeto de sujeito revolucionário, antes encarnado na Segunda Internacional; a luta de classes na filosofia, em termos althusserianos, estava no centro da atenção de Lênin, pois estava em xeque a relação entre filosofia política e prática política, prática esta realizada pelos sujeitos políticos, com a teoria que os orienta na forma de um programa.

A ortodoxia da Segunda Internacional, encarnada principalmente por Kautsky e Plekhanov, de tão “reta” e inflexível quebrou em mil pedaços na votação favorável aos créditos de guerra. Para superar a crise filosófica era necessário atacar a sua raiz lógica, evolucionista e determinista, neokantiana e semipositivistas, da Segunda Internacional⁵⁸⁹.

A escolha de Lênin pelo reestudo de Hegel se deu pelo entendimento de que o centro do problema não estava nas questões políticas ou históricas. Estas eram sintomas do problema. A raiz estava na lógica, no método dialético, no sistema de Hegel, contra o método, a sua falta, do evolucionismo determinista que levou a Segunda Internacional ao abismo da guerra.

A primeira superação que Lênin teve que enfrentar foi contra a falsa dicotomia entre idealismo e materialismo, como se fossem dois campos opostos do pensamento, cada um representando as posições das classes em luta. Essa falsa dicotomia foi deixada por Engels e cristalizada na Internacional Socialista. Lênin teve que recolocar materialismo e idealismo, ambos dentro dos ciclos dinâmicos da dialética, reformulando a questão e abrindo espaço para a construção de um novo materialismo, mais amplo, mais profundo e mais capaz de responder às novas realidades. Construção ainda inacabada.

Lênin rompeu com a velha ortodoxia filosófica da Segunda Internacional, mas não caiu num idealismo revisionista. Ele continuou materialista, mas agora com uma visão muito mais ampla, mais dialética. Ele também não se deixa seduzir por uma suposta “terceira via” filosófica como as que viram a ser defendidas depois Kevin Anderson⁵⁹⁰ e Raya Dunayevskaya⁵⁹¹, ele

⁵⁸⁷ LÊNIN, Vladimir. I. *Trotsky e o Trotskismo*. In: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/trotsky/04.htm#12>, acessado em 21 jun. 2023.

⁵⁸⁸ LÊNIN, Vladimir. I. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro. Editorial Vitória. 1966.

⁵⁸⁹ PREVE, Costanzo. *Il convitato di pietra: saggio su marxismo e nihilismo*. Milão. Vangelista. 1991. (Costanzo Preve foi um filósofo, ensaísta, professor e cientista político italiano. De inspiração marxista e neo-hegeliana, escreveu numerosos livros e ensaios sobre temas filosóficos.)

⁵⁹⁰ ANDERSON, Kevin B. *Lenin, Hegel and Western Marxism a Critical Study*. Chicago. University of Illinois Press. 1995.

⁵⁹¹ Raya Dunayevskaya, posteriormente Rae Spiegel, também Freddie Forest, fundadora da filosofia do humanismo marxista nos EUA. De ascendência judaica, Dunayevskaya no Império Russo, atual Ucrânia e emigrou para os EUA, em 1922 e juntou-se ao movimento revolucionário ainda na sua infância.

permaneceu materialista, mas agora mais dialético, isto é, é obrigado a desenvolver uma nova dialética-materialista, ou aquelas dez páginas que Marx ia escrever sobre o método dialético um dia⁵⁹².

Lênin começou essa tarefa em *Cadernos Filosóficos*, avançou muito, mas também não terminou. Mas foi o suficiente para iniciar uma reconstrução e uma refundação do marxismo-revolucionário. Uma superação do “materialismo vulgar” para uma dialética-materialista.

Lênin chamava “materialismo vulgar” de “metafísica antidialética” em clara polêmica com Plekhanov⁵⁹³ que insistia na existência de “saltos” no curso da “evolução” que ele ilustrou com exemplos retirados indiferentemente da “natureza”, preferindo começar com o primeiro inscreve-se assim na “evolução”, que acelera, sendo a “revolução social” apenas uma variedade da categoria universal de “pular”.

Neste debate com as ideias de Plekhanov, Lênin dá particular atenção ao conceito de Marx de evolução “por saltos, catástrofes, revoluções”, com ênfase no conceito de “catástrofe”, e a relação “dialética” da “catástrofe”⁵⁹⁴ com as mudanças profundas e estruturais, destacando a dialética como o “aspecto revolucionário da filosofia de Hegel”, mas saindo do lugar comum da diferenciação do método dialético de Hegel e seu sistema lógico.

Tanto que Lenin finaliza a parte sobre “materialismo filosófico”⁵⁹⁵ com referência à noção de “atividade prática revolucionária”⁵⁹⁶ negada pela da ortodoxia evolucionista e determinista de Plekhanov e da Segunda Internacional.

Assim, **a lógica subjacente da forma-política e do sujeito-político de Lênin é a lógica dialética da Hegel invertida e revertida**, i.e., no sentido e na direção, a partir da ruptura de Marx com o idealismo alemão, no sentido da *Aufhebung* dialética, como ruptura, conservação e superação, ou seja, como apreensão e desenvolvimento de seus elementos mais importantes e superação dos elementos idealistas e ainda em certos sentidos místicos presentes em seus antecessores, é radical, profunda, multifacetada, uma ruptura não apenas filosófica, mas tem um sentido bastante mais amplo, sobretudo político.

Isto porque se Hegel já havia superado a falsa dicotomia entre sujeito e objeto através do movimento de ascensão da consciência em si à consciência de si e à Razão, que agora passam

⁵⁹² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Briefwechsel* Januar 1858 bis August 1859. Berlin. Akademie Verlag. 2003 (MEGA 2, 111/9).

⁵⁹³ PLEKHANOV, Gheorghi Valentinovitch. *Questões fundamentais do marxismo*. Tradução de João Batista de Lima e Silva. Rio de Janeiro. Editorial Vitória. 1956.

⁵⁹⁴ LÊNIN, Vladimir. I. *A Catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*. (brochura no fim de outubro de 1917 pela Editora Pribói). In *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa. Edições "Avante!". 1978.

⁵⁹⁵ LÊNIN, Vladimir, I. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018. Pág. 232 a 234.

⁵⁹⁶ Idem. Pág. 222.

a ser momentos da lógica e não mais categorias fixas, rompendo com todas as tradições anteriores da filosofia.

Marx continua essa ruptura, invertendo sua ordem e revertendo sua dinâmica, onde a superação se dá sim, mas não se dá apenas pela “consciência” e razão, pois “*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.*”⁵⁹⁷

Lênin avança e aprofunda essa ruptura filosófico-política ao romper com a lógica e com o método da velha ortodoxia semipositivista, determinista, mecanicista e economicista, como marxismo vulgar da Segunda Internacional, ainda preso à falsa dicotomia entre sujeito e objeto, que considerava a classe proletária apenas como objeto de seu conhecimento e que, portanto, deveriam ser submissos à sua “direção política”.

Em suma, Lênin percebe e identifica que um dos problemas centrais da lógica e do método da velha ortodoxia da Segunda Internacional é que o sujeito social do processo histórico-político é tratado como objeto por quem dizia representá-lo. E que essa “lógica/método”, por sua vez, reproduzia às cegas a mesma lógica do Estado, como forma-política do capital (não com essas palavras, mas com esse conteúdo) para com a classe produtora de toda riqueza social.

Ainda que não tenha tido acesso integral à *A Ideologia Alemã* Lênin antecipou, a partir de suas releituras de Hegel, críticas à pré-dialética de Kautsky, Plekhanov e Bernstein, entre outros, na relação sujeito(s) e objeto(s), ao criticar a “autoconsciência” dos partidos em oposição à classe proletária como sujeito real, na superação (*Alfhebung*) teórica interna como se já fosse a superação da objetividade (*Gegenständlichkeit*), como se a “superação do capitalismo” bastasse nas festas e nos bailes de gala da socialdemocracia, em oposição à superação “*real, objetiva, com a ação [Aktion] sensível, a prática [Praxis], com a atividade real que é diferente do pensar.*” (itálicos no original)⁵⁹⁸, e criticou a cegueira da velha ortodoxia em não ver a superação da relação Estado e “sociedade civil” como efetivação real da superação da falsa dicotomia entre sujeito e objeto.

A lógica subjacente da forma-política e do sujeito-político em Lênin é a lógica dialética-materialista da superação da falsa dicotomia entre sujeito e objeto expressa na superação da igualmente falsa separação entre partido e classe ou massa, através da mediação da vanguarda

⁵⁹⁷ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. Pág. 535.

⁵⁹⁸ Idem, pág. 541.

da classe ou massa, diretamente ligada à classe ou massa, que por sua vez seria mediada por outra mediação (mediação da mediação) entre classe ou massa e Estado, os sovietes ou conselhos. Superações estas que não chegaram a se efetivar devido a uma série de contingências, como a guerra civil e o isolamento, p. ex., que não podemos aprofundar.

7.4 – A aplicação da nova teoria à nova realidade: as *Cartas de Longe*

Como dissemos no início deste texto, nosso foco não é um balanço das atividades práticas do autor-tema nem tampouco dos eventos históricos dos quais ele participou, mas sim o desenvolvimento das suas ideias dentro de tais circunstâncias históricas, pois é será necessário compreender a relação da sua teoria com a sua vida, uma relação dialética, portanto, muitas vezes contraditória, entre a teoria e a prática, mas, optamos por priorizar a primeira, que é seu maior legado e secundarizar a segunda, que em muito ficou no tempo passado. Mas a relação entre ambas e o seu resultado na teoria é o nosso objetivo central. Assim, estamos escavando a teoria da prática e, muitas vezes, arrancando-a por abstração, sem esquecer a origem e os contextos em que cada conceito foi elaborado.

Assim, nosso objetivo específico neste item é extrair as conclusões através da leitura de três textos de centrais, *Cartas de Longe*, *Teses de Abril* e *O Estado e a Revolução*, que apesar de estarem intimamente ligados à realidade daqueles dias, e teremos que tocá-las rapidamente, nosso foco está em trazer para estes dias o que há de atual e seus limites, questões relativas à teoria e ao método, de análise e de aplicação desse método à realidade.

As *Cartas de Longe* são um total de cinco cartas escritas no seu último exílio em Zurique no final de março de 1917, após a eclosão da “revolução de fevereiro”.

A “Revolução de Fevereiro” foi um processo relativamente rápido, depois de três anos de guerra, uma economia arrasada e povo passando fome e frio; a escassez de alimentos e os filhos nos front casou agitações de massas; em 18 de fevereiro, no calendário juliano, começou uma greve na então principal fábrica de Petrogrado, a Usina Putilov⁵⁹⁹, que por sua vez levou a uma série de manifestações e passeatas no Dia Internacional da Mulheres, 23 de fevereiro (8 de março no calendário gregoriano), na qual trabalhadoras têxteis em passeata apedrejaram janelas de outras fábricas para chamar os operários a se juntarem a elas, gritando "*Abaixo a fome! Pão para os trabalhadores!*", depois começaram a virar bondes e saquearam uma grande padaria, a massa de mulheres, nem todas operárias, se dirigiu o prédio da Duma municipal (parlamento ou câmara) exigindo pão, em vão. Os soldados cossacos que faziam a guarda da capital não reprimiram as mulheres, quando um policial regular ou outro agredia uma trabalhadora os cossacos os impediam e os expulsavam das ruas. Como bem narra Trotsky:

⁵⁹⁹ Usina Putilov foi fundada em 1801 como uma fábrica de ferragens em geral, e atualmente é uma empresa privada, dedicada à fabricação de tratores e máquinas agrícolas em geral. Em fevereiro de 1917, cerca de 36.000 trabalhadores trabalhavam nela, sendo a maior planta industrial e estaleiro do país. In: <https://www.dp.ru/>, acessado em 24 out. 2023.

No dia seguinte, o movimento não apenas não diminuiu, mas dobrou. Cerca de metade dos trabalhadores industriais de Petrogrado estavam em greve em 24 de fevereiro. Eles compareceram às fábricas de manhã; ao invés de trabalhar, eles organizaram reuniões; então iniciaram cortejos rumo ao centro. Novos bairros e novos grupos da população foram atraídos pelo movimento. A palavra de ordem “Pão!” desaparece ou se obscurece por outras fórmulas: “Abaixo a autocracia!”, “Abaixo a guerra!”. Contínuas manifestações na Nevsky⁶⁰⁰ - primeiro compacta massas de trabalhadoras cantando hinos revolucionários, depois a multidão heterogênea do povo da cidade pontilhada pelos bonés azuis dos estudantes.⁶⁰¹

Nos dias que se seguiram as manifestações adquiriram caráter de uma greve geral insurrecional, os soldados que não reprimiam, agora participavam das manifestações e ainda armados dando às manifestações um caráter de insurreição armada.

O início da tarde do dia 27 de fevereiro viu um mar de soldados e trabalhadores invadir o Palácio Tauride, sede da Duma do Estado, foram recebidos por Alexander Kerensky⁶⁰², um jovem advogado socialista, conhecido e respeitado pelo povo. Durante a tarde, dois comitês provisórios se formaram em salões diferentes do palácio. Um, formado por deputados moderados da Duma, se tornaria o Governo Provisório Russo. O outro era o primeiro Soviete de Petrogrado, o mesmo que havia se formado na Revolução de 1905. O soviete elegeu um comitê executivo permanente formado por representantes de todos os agrupamentos socialistas. Os bolcheviques tinham dois membros de um total de quatorze. O soviete decidiu publicar seu próprio jornal diário, chamado *Izvestia*.

Naquela manhã Nicolau tinha recebido um telégrafo anunciando que apenas um punhado de suas tropas permanecia leal, e mesmo assim decretou *estado de sítio*, inutilmente, pois não havia mais tropas leais. Naquela noite, agitadores e políticos, dormiram no Palácio Tauride, temendo uma reação do czar.

O grão-duque Miguel Alexandrovich Romanov ordenou que as tropas leais baseadas no Palácio de Inverno fossem retiradas, temendo que um choque delas com a população fizesse repetir os acontecimentos que dispararam a Revolução de 1905, que foi o primeiro ensaio para os dois lados.

⁶⁰⁰ Principal avenida de Petrogrado, hoje São Petesburgo.

⁶⁰¹ TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Tomo 1. Tradução de Diego de Siqueira. São Paulo. Sundermann. 2007. Pág. 114.

⁶⁰² Alexander Fyódorovich Kérensky, nasceu em Simbirsk em 1881, mesma cidade de Lênin, morreu em Nova Iorque, em 1970, foi um político social-democrata, menchevique e advogado, foi o segundo e último primeiro-ministro do Governo Provisório Russo, exercendo o cargo entre 21 de julho e 8 de novembro de 1917, juliano.

Na terça-feira 28 de fevereiro, a cidade foi tomada pelos trabalhadores e pela massa. O grande Czar que estava num trem em direção a Petrogrado foi obrigado a retroceder 90 milhas, já que a estação seguinte estava em poder dos rebeldes. O trem parou na Estação de Pskov, onde em 2 de março, Nicolau assinou sua abdicação. A contagem oficial de mortos foi de 1224, o equivalente a poucas horas de combate na guerra, relativamente pacífica.

Petrogrado tinha agora dois governos paralelos, o Governo Provisório Russo, dominado pela classe média e favorável à continuação da guerra, e o Soviete de Deputados dos Trabalhadores e Soldados, que queria instituir a jornada de 8 horas de trabalho, terra para os camponeses, um exército com disciplina voluntária e oficiais eleitos democraticamente, o fim da guerra, e separação da Igreja do Estado.

A Revolução de Fevereiro de 1917 trouxe de volta a Petrogrado, vindos da Sibéria e do exílio no exterior, grande número de revolucionários antes banidos. Pertenciam, em sua maioria, a uma das duas alas — bolchevique e menchevique — do Partido dos Trabalhadores Social-democratas, ou ao Partido Social Revolucionário (SRs), e encontraram uma plataforma já pronta no Soviete de Petrogrado. Este era, de certa maneira, rival do Governo Provisório instaurado pelos partidos constitucionais da velha Duma; a expressão "dualidade de poder" foi então criada para descrever uma situação ambígua. Mas a atitude inicial do Soviete foi menos clara. O esquema histórico de Marx postulava duas revoluções distintas e sucessivas — uma burguesa, a outra socialista. Os membros do Soviete, com poucas exceções, satisfaziam-se em identificar os acontecimentos de fevereiro como a revolução burguesa russa que estabeleceria um regime democrático-burguês nos moldes ocidentais, relegando a revolução socialista a uma data ainda indeterminada, no futuro. A cooperação com o Governo Provisório foi o corolário dessa opinião, partilhada pelos dois primeiros líderes bolcheviques a retornarem a Petrogrado, Kamenev e Stalin.⁶⁰³

As *Cartas de Longe*⁶⁰⁴ são assim uma clara polêmica com a linha de apoio condicional ao Governo Provisório defendida e aplicada pelos dirigentes bolcheviques que já estavam em Petrogrado.

Sin embargo, semejante lectura sería engañosa. El papel de Lenin en 1917 refleja más bien dos temas clave de su pensamiento político. El primero, la complejidad y lo imprevisible de la historia y el segundo, la necesidad de la intervención política. El primer tema donde resulta más

⁶⁰³ CARR, E. H. *A revolução russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1981. Pág. 12.

⁶⁰⁴ LÊNIN. V.I. *Cartas de Longe*. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 3. Lisboa. Edições "Avante!". 1986. Pág. 78 a 119. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm>, acessado em 24 out. 2023.

evidente quizá sea en las «Cartas desde lejos», em las que Lenin saludaba a la Revolución de Febrero. En la primera carta comenta la manera aparentemente milagrosa que había llevado al derrocamiento del zar: “*No hay milagros en la naturaleza ni en la historia, pero cada vuelco repentino en la historia, y esto se aplica a todas las revoluciones, presenta tal riqueza de contenido, despliega combinaciones tan insospechadas y específicas de formas de lucha, y produce tales alineamientos de las fuerzas de los contendientes, que para la mente profana hay muchas cosas que deben parecer milagrosas*”.⁶⁰⁵

Como rediscute o próprio Zizek na introdução de *Às portas da Revolução. Escritos de Lênin de 1917*:

Em nenhum lugar essa grandeza é mais evidente do que nos escritos de Lenin que cobrem o período de fevereiro de 1917 – quando a primeira revolução aboliu o tsarismo e instalou um regime democrático – até a segunda revolução, em outubro. O texto de abertura deste volume (“Cartas de longe”) revela a compreensão inicial que Lenin teve daquela possibilidade revolucionária única, e o último texto (as minutas da “Reunião do Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado”) declara a tomada de poder pelos bolcheviques. Tudo está aqui, do Lenin “engenhoso estrategista militar” ao Lenin “da utopia decretada” (da imediata abolição do aparelho de Estado). Para nos referirmos novamente a Kierkegaard: o que podemos perceber nesses escritos é o *Lenin em construção*: não é ainda o Lenin “instituição soviética”, mas o Lenin jogado numa situação indefinida. Seremos ainda capazes, hoje em dia, de vivenciar o impacto devastador de um momento de “abertura” histórica de tal proporção, quando se “fecha” um ciclo no qual o capitalismo tardio decretou o “fim da história”?⁶⁰⁶

Mas é o próprio Lênin quem melhor sintetiza o debate:

Esta **transformação iniciou-se** com a revolução de Fevereiro-Março de 1917, cuja primeira etapa nos mostrou, em primeiro lugar, um golpe conjunto contra o tsarismo desferido por duas forças: por um lado, por toda a Rússia burguesa e latifundiária, com todos os seus lacaios inconscientes e com todos os seus dirigentes conscientes na pessoa dos embaixadores e

⁶⁰⁵ BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ZIZEK, Slavoj. (org.) *Lenin reativado. Hacia una política de la verdad*. Madrid. Ediciones Akal. 2010. Pág. 29.

⁶⁰⁶ ZIZEK, Slavoj. *Às portas da Revolução. Escritos de Lênin de 1917*. (Slavoj Zizek, organização, introdução e posfácio). 1ª edição eletrônica. Tradução dos textos de Slavoj Zizek por Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout. Tradução dos textos de Lênin por Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 12.

capitalistas anglo-franceses, e, por outro lado, pelo **Soviete de deputados operários**, que começou a atrair deputados soldados e camponeses. Estes três campos políticos, estas três forças políticas fundamentais: 1) a monarquia tsarista, cabeça dos latifundiários feudais, cabeça da velha burocracia e do generalato; 2) a Rússia burguesa e latifundiária – outubrista-democrata-constitucionalista, atrás da qual se arrastava a pequena-burguesia (os seus representantes principais são Kérenski e Tchkhéidze); 3) o Soviete de deputados operários, procurando tornar seus aliados todo o proletariado e toda a massa mais pobre da população – estas três forças políticas **fundamentais** revelaram-se com toda a clareza mesmo nos oito dias da “primeira etapa”, mesmo para um observador tão afastado dos acontecimentos e obrigado a limitar-se aos escassos telegramas dos jornais estrangeiros como o autor destas linhas.⁶⁰⁷(negrito no original).

A polémica com a linha de apoio condicional ao Governo Provisório defendida e aplicada pelos dirigentes bolcheviques que já estavam em Petrogrado fica clara no trecho a seguir:

Não nos iludamos a nós próprios. Não caímos no erro dos que estão prontos agora a cantar, à semelhança de alguns "okistas" ou "mencheviques" que oscilam entre o gvozdevismo-potressovismo e o internacionalismo, desviando-se com demasiada frequência para o pacifismo pequeno-burguês, a cantar o "acordo" do partido operário com os democratas-constitucionalistas, o "apoio" daqueles a estes, etc. Essas pessoas, em conformidade com a sua velha e decorada doutrina (que não é, de modo algum, marxista), lançam um véu sobre a conspiração dos imperialistas anglo-franceses com os Gutchkov e Miliukov, que tem como fim depor o "principal guerreiro", Nicolau Románov, e substituí-lo por **guerreiros** mais enérgicos, mais frescos, mais capazes. Se a revolução venceu tão rapidamente e - aparentemente, ao primeiro olhar superficial - de um modo tão radical, é apenas porque, por força de uma situação histórica extremamente original, **se fundiram**, e fundiram-se com uma notável "harmonia", **correntes absolutamente diferentes**, interesses de classe **absolutamente heterogêneos**, tendências políticas e sociais **absolutamente opostas**. A saber: a conspiração dos imperialistas anglo-franceses que impeliram Miliukov, Gutchkov e cia. a tomarem o poder, **no interesse do prosseguimento da guerra imperialista**, no interesse da sua condução com ainda maior obstinação e violência, no interesse do **extermínio de novos milhões** de operários e camponeses da Rússia, para a obtenção de Constantinopla... pelos Gutchkov, da Síria... pelos capitalistas franceses, da Mesopotâmia ... pelos capitalistas ingleses, etc. Isto por um lado. E, por outro lado, um profundo movimento proletário e popular de massas (de toda a população pobre da cidade e do campo), com carácter revolucionário, pelo **pão**, pela **paz**, pela **verdadeira liberdade**⁶⁰⁸. (negrito no original).

⁶⁰⁷ LÊNIN. V.I. *Cartas de Longe*. 1ª Carta. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 3. Lisboa. Edições "Avante!". 1986. Pág. 78 a 119. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm>, acessado em 24 out. 2023.

⁶⁰⁸ LÊNIN. V.I. *Cartas de Longe*. 1ª Carta. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 3. Lisboa. Edições "Avante!". 1986. Pág. 78 a 119. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm>, acessado em 24 out. 2023.

Interessante notar que em 9 de janeiro de 1917, em uma palestra para jovens trabalhadores na *Casa do Povo* de Zurique Lênin dizia que

Nós da geração mais velha talvez não vivamos para ver as batalhas decisivas desta próxima revolução. Acredito, porém, que posso expressar a esperança confiante de que os jovens que trabalham tão esplendidamente no movimento socialista da Suíça e de todo o mundo tenham a sorte de não apenas lutar, mas também vencer, na revolução proletária vindoura.⁶⁰⁹

Interessante, pois para aqueles que diziam que Lênin já nasceu marxista e que nunca mudou uma vírgula em seu pensamento, fica claro que suas teorias e ideias vão se modificando de acordo e como a realidade objetiva vai se transformando.

É claro que para entender as mudanças na realidade não basta o título de “*velho bolchevique*”, até porque os primeiros a chegar em Petrogrado ainda estavam presos na velha ortodoxia etapista da teoria da revolução, o que os levava, naquele momento, a apoiar o governo provisório, ainda que condicionalmente, mesmo que essas condições jamais se realizassem, mas isso não era assim tão fácil de ver, não para a velha ortodoxia, nem para os “*velhos bolcheviques*”.

Mas para Lênin, desde a instalação, o governo provisório era composto por forças políticas ligadas diretamente aos interesses do imperialismo da Inglaterra e da França, com os quais a Rússia czarista, e agora “provisória”, fazia a *Tríplice Entente*, aliança militar, na guerra que destruía a Europa em escala industrial e até mesmo a própria Rússia majoritariamente rural, ocupada em várias extensões de terras pelo exército alemão.

Lênin caracterizava o governo provisório pela sua composição de classe, na qual prevalecia os interesses de burgueses e latifundiários, que mantinha a Rússia na guerra contra os alemães, como bucha de canhão dos franceses e ingleses, contra a obviedade da derrota e o clamor nacional pela paz, pela saída da guerra.

Como bem explica Altair Freitas⁶¹⁰ em “*As Teses de Abril, de Lênin, e a revolução socialista russa em 1917. Não haveria Outubro sem Abril*”:

⁶⁰⁹ LÊNIN. V.I. *Palestra sobre a Revolução de 1905*. Traduzido por João Victor Oliveira. In: <https://lavrapalavra.com/2020/05/19/palestra-sobre-a-revolucao-de-1905/>, acessado em 23 out. 2023.

⁶¹⁰ Altair Freitas é historiador, membro do Comitê Central do PCdoB, diretor da Escola Nacional *João Amazonas*, secretário de organização do PCdoB da cidade de São Paulo.

O verdadeiro “raio x” sobre o caráter do Governo Provisório feito por Lênin, analisando de modo detido a correlação de forças no seio do novo poder de Estado, apontava com clareza a predominância dos interesses dos setores reacionários da sociedade russa que se uniram às lideranças mais vinculadas às camadas populares para derrubar um governo profundamente enfraquecido pelo desenrolar da guerra e que buscava – como buscou – estabelecer alguns preceitos de democracia burguesa no campo jurídico (anistia, convocação de eleições para uma assembleia constituinte, liberdade de organização partidária, por exemplo) para buscar manter sob seu controle os fundamentos econômicos do capitalismo russo que buscava se desenvolver bem como para preservar o latifúndio de eventuais reformas mais profundas e manter a aliança belicista com França e Inglaterra. Ao identificar que as forças populares eram minoritárias na composição do novo governo, Lênin traça os rumos para a intensificação da revolução, que passaria necessariamente para uma nova fase de caráter proletário e socialista. As *Cartas de Longe* terminam com uma proclamação revolucionária “(...) o proletariado pode avançar e avançará, utilizando as particularidades do atual momento de transição, a conquista, primeiro da república democrática e da vitória completa dos camponeses sobre os latifundiários, em lugar da semimonarquia de Gutchkov e Miliukov, e depois para o socialismo, o único que dará aos povos exaustos pela guerra a paz, o pão e a liberdade”.⁶¹¹ (itálico nosso).

Lênin, nas *Cartas de Longe*, identifica aplica as lições apreendidas pela sua releitura da *Lógica* de Hegel, contra a lógica e do método da velha ortodoxia da Segunda Internacional, agora encarnada por Kerensky e pelos bolcheviques que apoiavam “condicionalmente” o governo provisório, para os quais o sujeito social da revolução de fevereiro, o proletariado e as massas, ainda era tratado como objeto por quem pretendia representá-lo.

E que essa “lógica/método”, por sua vez, mantinha o velho Estado russo, como forma-política concreta do capital inglês e francês, do qual a burguesia russa era sócia minoritária, ao manter a Rússia numa guerra derrotada como carne para os canhões do kaiser.

A superação (*Alfhebung*) prática e agora externa era a superação da objetividade (*Gegenständlichkeit*), a saída imediata da guerra “real, objetiva, com a ação [Aktion] sensível, a prática [Praxis], com a atividade real [...]” (itálicos no original)⁶¹², contra a cegueira do

⁶¹¹ FREITAS, Altair. *As Teses de Abril, de Lênin, e a revolução socialista russa em 1917. Não haveria Outubro sem Abril*. In: <https://vermelho.org.br/coluna/as-teses-de-abril-de-lenin-e-a-revolucao-socialista-russa-em-1917/>, acessado em 24 out. 2023.

⁶¹² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007. Pág. 541.

“apoio condicional” aos que mantinham os trabalhadores matando uns aos outros, como efetivação real da superação da dicotomia real entre burguesia e proletariado.

A lógica das *Cartas de Longe* é a de colocar o proletariado como sujeito social, de deixar de ser objeto do Estado e da burguesia para viver e morrer por nada, e o partido da sua vanguarda como sujeito-político, é a lógica dialética-materialista da superação através da inversão de papéis entre sujeitos e objetos, sociais e políticos, expressa na superação da função do Estado russo de quinta coluna dos Estados francês e inglês, para função inversa, de atender aos anseios das massas populares russas; através da mediação da vanguarda da classe ou massa, diretamente ligada à classe ou massa, que por sua vez seria mediada por outra mediação (mediação da mediação) entre classe ou massa e Estado, os sovietes ou conselhos. Superações objetivas estas que se efetivariam a seguir em uma série de contingências até Outubro.

7.5 – O contexto imediato das *Teses de abril*

Um dia, em meados de março, quando haviam acabado de jantar e Nadia já havia lavado os pratos, Ilitch preparava-se para ir à biblioteca quando um camarada polonês entrou afobado, gritando: “Vocês não souberam da notícia? Houve uma revolução na Rússia!”⁶¹³

Assim descreve Edmund Wilson, em *Rumo à estação Finlândia*, como Nadja e Lênin receberam a notícia da revolução de fevereiro. Desde as derrotas objetivas e subjetivas do início da guerra era a primeira boa notícia que eles recebiam. E cada detalhe era melhor ainda, até os soldados e cossacos haviam passados para o lado dos manifestantes. A guerra, que no começo teve um apoio “nacionalista” da população, agora, depois de exaurir a economia e perder territórios, fez com que o mesmo povo que antes a apoiou, estava farto das matanças inúteis. O Czar, seu governo incapaz, seu regime caduco e sua família “imperial” dominada por um “místico”, não servia mais nem aos latifundiários nem às burguesias comercial, industrial e financeira. As análises e caracterizações de Lênin de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* de 1899 de que a burguesia nacional russa era fraca e havia renunciado ao poder político em aliança com a velha nobreza feudal que o exercia, no entanto, sem base social e econômica.

Diante das crises da guerra, econômica, social e política, as poucas, velhas e enferrujadas engrenagens da monarquia czarista para de girar os ponteiros de seu tempo, o czar foi obrigado a renunciar por um singelo telegrama, para depois algumas horas ainda ser preso.

Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. **Tudo o que é sólido desmancha-se no ar**, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são, por fim, compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes.⁶¹⁴ (grifo nosso).

Tudo que é sólido se desmancha no ar...⁶¹⁵

⁶¹³ WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo. Cia. das Letras. 1986. Pág. 279.

⁶¹⁴ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2021. Pág. 30.

⁶¹⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo. Cia. das Letras. 1986.

O Czar tinha tentado dissolver a Duma, como nas crises anteriores, mas desta vez os seus membros se recusaram a obedecer que já não mandava em mais nada, formaram o Governo Provisório, mas ao seu lado, no poder do Estado estava de volta o Soviet, com mencheviques e bolcheviques como representantes de operário e de camponeses, e desta vez, com deputados eleitos por soldados.

Lênin tentava acompanhar os fatos através dos jornais da época, mas sabia que o Estado estava dividido entre dois organismos de poder, o Governo Provisório e o Soviete de Petrogrado, cada um por sua classe, ou aliança de classe.

O Soviete de Petrogrado representava o desejo pela paz, pela saída guerra, por pão para o povo, por terra e liberdade. O Governo provisório mantinha o país em guerra, o seu o ministro da guerra e da marinha era Gutchkov⁶¹⁶, grande industrial e proprietário de terras de Moscou, o ministro das relações exteriores era Miliukov⁶¹⁷, ex-professor de história e fundador do Partido dos Cadetes⁶¹⁸, o principal líder da burguesia russa, e o ministro da justiça era um jovem advogado menchevique, filho do diretor do ginásio de Simbirsk onde Lênin havia estudado na infância e adolescência.

Lênin caracterizou imediatamente o Governo Provisório como incapaz de atender as demandas populares legítimas, não podia sair da guerra sob pena de romper com seus sócios maiores da Inglaterra e da França, não podia ser contra o chauvinismo e nacionalismo de pretensões imperiais russas, não podia distribuir terra para os camponeses, não podia ser contra a propriedade privada por princípio de classe, e, não podia admitir a liberdade de organização por medo do povo e de suas reivindicações, contrárias aos seus interesses e de seus aliados.

⁶¹⁶ Alexandr Ivánovitch Gutchkov, (1862-1936). Representante da grande burguesia comercial e industrial da Rússia, chefe do partido dos outubristas, monárquico. Durante a primeira guerra mundial (1914-1918), presidente do Comité Industrial de Guerra Central. Em agosto de 1917 participou na organização da rebelião de Kornílov. Depois da Grande Revolução Socialista de Outubro lutou contra o Poder Soviético. *In*: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/gutchkov.htm>, acessado em 26 out. 2023.

⁶¹⁷ Pavel Nikolayevich Miliukov (1859-1943), de origem nobre, conhecido historiador, foi um dos líderes da ala democrática do liberalismo russo. Fundador do Partido Constitucional-Democrata (Kadet, segundo a abreviatura russa), liderou-o durante toda a sua existência. Entre março e maio de 1917 foi ministro dos Negócios Estrangeiros do governo provisório. Após a vitória da revolução de outubro partiu para o sul da Rússia para organizar o movimento contrarrevolucionário. Abandona o país no final de 1918 e torna-se uma das figuras de proa da emigração russa em Paris. *In*: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/miliukov.htm>, acessado em 26 out. 2023.

⁶¹⁸ Cadetes (Partido Democrata-Constitucionalista), “Partido da Liberdade do Povo”, também chamado “Partido Constitucional-Democrata” ou simplesmente, “Cadete” (K. Dt.): principal partido da burguesia monárquica liberal e em seguida, da burguesia imperialista russa. Seu objetivo era a transformação do czarismo em monarquia constitucional, foi formado em Outubro de 1905. Faziam parte dele representantes da burguesia, dos latifundiários e dos intelectuais burgueses. *In*: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/cadetes.htm>, acessado em 26 out. 2023.

Assim, Lênin sabia que a revolução estava na sua primeira fase, transitória, e que o proletariado teria ainda de tomar o poder do Estado das mãos da burguesia e de seus representantes.

A volta do Soviete era o fato novo que faltava para Lênin completar sua renovação do marxismo. A substituição da desmantelada polícia do czar por uma Guarda Vermelha era expansão necessária do novo poder. O Soviete deveria romper com todos os tratados e acordos pela velha monarquia e pela nova burguesia, sair da guerra imediatamente, libertar todas as colônias e povos, chamar os trabalhadores de todos os países a remover as suas burguesias do Estado e passar o poder aos seus próprios Conselhos.

Neste momento Lênin estava escrevendo já sua quinta *Carta*, mas não a terminou, queria voltar o quanto antes e dizer por sua própria voz seu conteúdo, ao partido, à vanguarda, às massas. Mas voltar não era tarefa fácil, Miliukov havia telegrafado aos cônsules russos para não repatriarem os socialistas internacionalistas.

Martov pensou um plano para convencer o governo alemão a deixá-los voltar através da Alemanha, em troca de prisioneiros alemães e austríacos, em uma reunião em 19 de março de 1917, Lenin aprovou a ideia e a pôs em prática. Fez um acordo com o embaixador germânico na Suíça, o grupo seria enviado através da Alemanha. Os alemães tinham esperanças de que a sua volta desorganizasse ainda mais o governo russo. Mas enquanto estivessem no trem em território tedesco ninguém poderia sair nem se comunicaria com qualquer um de fora. O trem partiu na manhã de 8 de abril com trinta exilados russos, nenhum menchevique. Radek estava entre eles.

Durante a vigem Lênin teve acesso a alguns exemplares do Pravda, jornal dos bolcheviques, então editado por Kamenev e Stalin, com linha de pressionar o Governo Provisório e com patriotadas de que enquanto o exército alemão obedecesse ao Kaiser o soldado russo deveria “*permanecer com firmeza em seu posto, retribuindo cada bala com uma bala*”⁶¹⁹.

O historiador francês Pierre Broué narra as indecisões entre o primeiro manifesto público de 26 de fevereiro, denunciando o governo provisório como constituído por capitalistas e latifundiários e a posição do comitê do partido de Petrogrado, que qualificava o governo provisório como “contrarrevolucionário”, mas defende um apoio condicional ao novo governo. Com o retorno dos primeiros deportados a partir de 13 de março, Muranov, Kamenev e Stalin retomam a direção da organização bolchevique em Petrogrado, com mudanças:

⁶¹⁹ WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo. Cia. das Letras. 1986. Pág. 435.

Na linha do Pravda se produz um giro radical a partir do momento em que Stalin assume sua direção. Os bolcheviques adotam, na sequência, a tese dos mencheviques segundo a qual é preciso que os revolucionários russos prossigam a guerra para defender suas recentes conquistas democráticas da agressão do imperialismo alemão. Kamenev redige vários artigos abertamente defensistas, nos quais pode ler-se que “um povo livre responde com balas as balas”. Até o final do mês, uma conferência bolchevique adota esta linha, apesar de algumas resistências, aceitando a proposta de Stalin que afirma que a função dos soviets é “sustentar o governo provisório em sua política durante todo o tempo em que siga seu caminho de satisfação das reivindicações operárias”. De fato, tais posturas só diferem das sustentadas pelos mencheviques em questões de matiz, pois estes são igualmente partidários de um “apoio condicional”. Em tais condições, não pode estranhar-nos que a própria conferência de 1º de abril, por proposta de Kamenev e Stalin, aceite considerar a reunificação de todos os social-democratas que lhes propõe, em nome do comitê de organização, o menchevique Tsereteli. A velha tese conciliadora parece impor-se.⁶²⁰

Mas numa estação a trinta e cinco quilômetros de São Petersburgo, um grupo de bolcheviques vai se encontrar com Lênin, entre eles Kamenev e Stalin. Quando Lênin viu Kamenev, perguntou em quase fúria: “*O que é isso que você anda escrevendo no Pravda? Acabamos de ler alguns números, e dissemos o diabo de você!*”⁶²¹

Em suas *Cartas de Longe*, Lênin já tinha escrito

Do que agora se trata não é de as classificar teoricamente. Seria o maior dos erros tentar meter as tarefas práticas complexas, urgentes e em rápido desenvolvimento da revolução no leito de Procusto de uma “teoria” estreitamente entendida em vez de ver na teoria antes de mais e acima de tudo **um guia para ação**⁶²². (negrito no original).

⁶²⁰ BROUÉ, Pierre. *O partido bolchevique*. Tradução Ramóm Garcia Fernadés. Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann. Pág. 435.

⁶²¹ WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo. Cia. das Letras. 1986. Pág. 280.

⁶²² LÊNIN. V. I. *Cartas de Longe*. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 3. Lisboa. Edições "Avante!". 1986. Pág. 78 a 119. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm>, acessado em 24 out. 2023.

Interessante perceber que o conteúdo e o método das posições defendidas e publicadas no Pravda antes da chegada de Lênin eram as mesmas tão duramente combatidas pelos próprios bolcheviques contra a capitulação dos partidos socialdemocratas às suas burguesias nacionais quando da conflagração da guerra, que levou à ruptura e à morte da Segunda Internacional. O velho dogmatismo de “revolução burguesa dirigida pela burguesia” ainda estava presente dentro dos bolcheviques, mesmo depois de três longos anos de guerra, massacres, fome e escassez.

Posições “patrióticas” pelo agrupamento de quem desde 1912 defendia transformar a guerra interimperialista em guerra civil era, no mínimo, inadmissível para Lênin.

A chave teórica e política projetada e desenhada por Lênin estava perto do seu encaixe na fechadura da história, o trem estava chegando na Estação Finlândia em Petrogrado, à margem norte do Rio Neva, que neste momento bem poderia ser o Rubicão.

Descendo do trem uma pequena multidão o aguardava, numa sala da estação o menchevique Tchkeidze, presidente do Soviete de Petrogrado o saudou, após, Lênin dirigiu-se às pessoas ali presentes:

“Caros camaradas, soldados, marinheiros e trabalhadores, tenho o prazer de congratulá-los pela vitória da revolução russa, saudá-los como a vanguarda do exército proletário internacional. (...) A guerra do banditismo imperialista é o começo da guerra civil na Europa. (...) Não tarda a hora em que, atendendo ao chamado de nosso camarada Karl Liebknecht, o povo apontará suas armas para os exploradores capitalistas. (...) Na Alemanha, tudo já está fermentando! Não hoje, mas amanhã, qualquer dia, pode ocorrer o colapso geral do capitalismo europeu. A revolução russa que vocês realizaram deu o golpe inicial e inaugurou uma nova era (...) Viva a Revolução Socialista Internacional!”⁶²³

E prosseguiu, agora do lado de fora da sala de recepção, trabalhadores e marinheiros revolucionários:

“Camaradas marinheiros, eu os saúdo sem saber ainda se vocês têm acreditado ou não em todas as promessas do Governo Provisório. Porém estou certo de que, quando eles lhes falam com palavras açucaradas, quando prometem mundos e fundos, estão enganando a vocês e a todo o povo russo. O povo precisa de paz; o povo precisa de pão; o povo precisa de terra. E eles lhes dão guerra, fome, nada de pão — deixam

⁶²³ WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo. Cia. das Letras. 1986. Pág. 284.

os proprietários continuarem controlando a terra. (...) Precisamos lutar pela revolução social, lutar até o fim, até a vitória completa do proletariado. Viva a revolução socialista mundial!”⁶²⁴

Já no Palácio Kschessinska⁶²⁵, que os bolcheviques haviam tomado e feito de sede do partido, Lênin polemizou mais uma vez com os seus partidários:

Não precisamos de nenhuma república parlamentar. Não precisamos de nenhuma democracia burguesa. Não precisamos de nenhum governo além do Soviete de Delegados de trabalhadores, Soldados e Camponeses!”

O contexto das imediato *Teses de Abril* era de um processo revolucionário em curso e de polêmica com a linha dotada pela direção do partido bolchevique em Petrogrado.

⁶²⁴ WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo. Cia. das Letras. 1986. Pág. 285.

⁶²⁵ Construído entre 1904 e 1906 por Alexander von Hohen, foi comprado por Nikolai II para sua amante a bailarina Mathilde Kschessinska. Em apenas alguns meses de 1917, porém, a mansão deixou de ser um centro do cultural da fidalguia de São Petersburgo para se tornar um foco de atividade revolucionária. *In*: https://br.rbth.com/arte/historia/2017/09/04/6-mansoes-que-os-romanov-deram-de-presente_833388, acessado em 30 out. 2023.

7.6 – O texto mediado das *Teses de Abril*: “*Alea jacta est*”

Um jovem oficial de marinha bolchevique que participou da assembleia escreveu: “As palavras de Ilitch abriram um Rubicão entre as táticas de ontem e as de hoje”.⁶²⁶

Quando Júlio César⁶²⁷ atravessou o rio Rubicão⁶²⁸ em 10 de janeiro de 49 AEC, a fronteira entre a província da Gália Cisalpina⁶²⁹ e os domínios de Roma⁶³⁰, armado e com suas tropas, ele cometeu uma clara declaração de guerra e proferiu as palavras “*Alea jacta est*”, isto é, “a sorte está lançada”, foi exatamente isso que o oficial bolchevique da marinha quis dizer, Lênin declarou guerra às táticas “de ontem”.

As *Teses de Abril*, ao todo dez, representam uma plataforma de ação para orientar os bolcheviques naqueles dias e nos que se seguissem, foram apresentadas por Lênin aos seus camaradas, como bem resume Zizek em *Às portas da Revolução*:

Documento sem paralelo na história do marxismo, as famosas “Teses de abril” – em que Lenin formulou os principais eixos que determinaram as atividades do partido nos meses seguintes – vieram à luz pela primeira vez no *Pravda* no 26, de 7 de abril de 1917; [...] Quando, em suas “Teses de abril” (1917), Lenin identificou a *Augenblick* – a oportunidade única para uma revolução –, suas propostas foram inicialmente recebidas com estupor ou desdém pela grande maioria de seus colegas de partido. Nenhum líder proeminente dentro do Partido Bolchevique apoiou seu chamado à revolução, e o *Pravda* deu o extraordinário passo de dissociar o partido, assim como seu conselho editorial como um todo, das “Teses de abril”.⁶³¹

As dez *Teses de Abril* são em apertado resumo:

⁶²⁶ WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo. Cia. das Letras. 1986. Pág. 286.

⁶²⁷ SUETÔNIO. *Vida dos Doze Césares*. São Paulo. Martin Claret. 2012.

⁶²⁸ PLUTARCO. *Alexandre e César. Vidas Paralelas*. São Paulo. Escala. 2000.

⁶²⁹ GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad. de Isabel St. Aubyn. Rev. Luís Milheiro. Lisboa. Ed. 70. 2009.

⁶³⁰ WOOLF, Greg. *Roma a história de um império*. Tradução José Vala Roberto. São Paulo. Casa das Letras. 2015.

⁶³¹ ZIZEK, Slavoj. *Às portas da Revolução. Escritos de Lênin de 1917*. (Slavoj Zizek, organização, introdução e posfácio). 1ª edição eletrônica. Tradução dos textos de Slavoj Zizek por Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout. Tradução dos textos de Lênin por Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 8 e 11/12.

1, sob o governo provisório a guerra seguia sendo imperialista, de rapina, e não merecia o apoio operário e dos camponeses pobres, sendo admissível somente se necessária à passagem do poder para as mãos do proletariado.

2, o momento era de transição entre a primeira etapa da revolução, que consolidou o poder da burguesia, para a segunda, de transferência deste ao proletariado, e apresentava condições particulares de relativa liberdade de ação revolucionária e apoio de grandes parcelas da população ao novo governo, após a deposição do czarismo.

3, nenhum apoio ao governo provisório e desmascaramento de seu caráter imperialista.

4, a posição minoritária do partido nos soviets, dominados por elementos pequeno-burgueses e oportunistas, demandava trabalho de esclarecimentos dos erros e apontar para a solução das necessidades práticas das massas, sem romper com o poder soviético revolucionário.

5, estabelecer a república dos soviets, não uma república parlamentar, com a substituição da polícia, do exército e do funcionalismo pelo próprio povo em armas.

6, nacionalizar todas as terras do país, dispondo da terra os Soviets locais de deputados assalariados agrícolas e camponeses. Criação de Soviets de deputados dos camponeses pobres.

7, fusão imediata de todos os bancos do país num banco nacional único, sob o controle do Soviete dos Deputados Operários.

8, não a implementação imediata do Socialismo, mas iniciar o controle da produção e da distribuição dos produtos pelos Soviets de deputados operários.

9, atualizar o programa e a denominação do Partido social-democrata da Rússia.

10, constituir uma nova Internacional revolucionária, contra os social-chauvinistas e de centro.

As *Teses de Abril* foram escritas e assinadas apenas por Lênin, com o objetivo de não deixar o movimento revolucionário em curso retroceder no que havia sido conquistado pela luta dos operários assalariados e do campesinato, o soviete como organismo de poder de Estado dos antes eram assujeitados, como uma nova forma-política do novo sujeito-político, mais uma vez, ainda que não com essas palavras; essa é uma leitura pachukaniana a que nos propomos.

O elemento metodológico a se destacar aqui é vermos que o pensamento e a teoria de Lênin se modificam de acordo com as mudanças objetivas da realidade, isto é, se havia uma teoria e um programa, ou uma tática, “de ontem”, as mudanças objetivas, materiais, concretas “de hoje” demandam uma nova teoria, uma nova tática e um novo programa, resumidos nas

Teses de Abril. Insistimos, portanto, na tese de que não há uma “ruptura” no pensamento de Lênin, mas sim uma evolução qualitativa de acordo com a evolução dos acontecimentos.

Como bem explica Chico de Oliveria em *O momento Lênin*:

As Teses de Abril revolucionam a tática e a estratégia bolchevique. Percebendo que a queda do czarismo prolongava-se numa longa agonia que ia muito além de uma simples exaustão do sistema apenas saído do absolutismo, e que não havia como simplesmente apoiar uma revolução burguesa, as Teses de Abril sustentam agora que o objetivo é ir além da democracia burguesa e instalar uma república de soviets sob uma ditadura do proletariado para criação das condições de uma economia socialista. É o Momento Lênin, em que este percebe que o “desigual e combinado” é incapaz de sustentar as formas institucionalizadas da democracia, que a tradição marxista, nas pistas de Marx, considerava uma ditadura da burguesia e o governo como seu comitê executivo. A violência do capital numa economia periférica — o termo evidentemente será do futuro — não se deixa enquadrar institucionalmente.

O Momento Lênin é o da indeterminação. Embora as versões empobrecidas do marxismo tenham postulado, daí por diante, a inevitabilidade das grandes transformações históricas, e o esquematismo stalinista a versão do progresso linear, na verdade a crise daquela sociedade em transição abria-se numa dupla virtualidade: a de desenvolver-se nos ritmos e desenquadramentos do “subdesenvolvimento” capitalista, com suas crispações violentas e sua institucionalidade de fachada, e a de experimentar saltos formidáveis que poderiam produzir formas de sociedades socialistas. Que não estariam desligadas do desenvolvimento capitalista nos núcleos centrais, donde a fórmula “socialismo é igual a poder soviético mais eletrificação”.⁶³²

“Indeterminação”, justamente porque “a sorte estava lançada”, i.e, o projeto leniniano se realizou na Rússia, mas não na Alemanha, por exemplo; havia o risco, o risco inerente à ação dos sujeitos envolvidos; havia e há o imponderável, cuja condução é subjetiva.

As *Teses de Abril*, cujo título original era *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*, foram escritas nos dias 17 e 18 de abril, logo após o seu retorno a Petrogrado em 16 de abril, do calendário juliano, em polêmica com a linha implementada no partido pelos membros do Comitê Central que primeiro haviam retornado do exílio, de apoio “condicional” ao governo provisório.

⁶³² OLIVEIRA, Francisco. *O momento Lênin*. Revista Novos Estudos, nº 75. Cebrap. São Paulo. Julho de 2006. Pág. 23 a 47. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/oliveira-chico/2006/05/05.pdf>, acessado em 01 nov. 2023.

O texto, em si, das *Teses de Abril* envolve quatro mediações. A primeira mediação é teórica, ao ser um elo entre as *Cartas de Longe* e *O Estado e a Revolução*, que juntos forma uma tríade teórico-política, como veremos a seguir; a segunda mediação, histórica, entre as revoluções de fevereiro, democrática e de outubro, socialista, isto é, um mediação transitória, isto desde o ponto de vista posterior à Revolução e da consolidação da antiga União Soviética, é claro, pois em abril de 1917 os fatos posteriores ainda não estavam dados; a terceira mediação tática e programática, pois já estabelecia elos entre as tarefas imediatas e mediadas, principalmente na Tese 8, mas também em outras; e uma quarta mediação, um dado novo da realidade que mudaria tudo, o Soviete.

A oitava tese, aparentemente simples, “*Não é tarefa imediata a implementação do Socialismo, mas somente iniciar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos pelos Sovietes de deputados operários.*”⁶³³, mas no contexto e na perspectiva do momento, envolve conceitos mais complexos que merecem uma atenção especial.

A tese 8 é o *pulo do gato* das dez teses e da tríade teórica, é centro de gravidade, precisamos portanto, nos deter um pouco mais nela para compreender o todo de suas relações com as demais teses e teorias, especificamente a diferença profunda entre “*socialismo*” e “*controle da produção e da distribuição*”, e controle dos Sovietes, que a marca. Primeiro porque Lênin opõe “*socialismo*” a “*controle da produção e da distribuição*”, ou seja, já podemos deduzir que “*socialismo*” não é, para ele, o mesmo que “*controle da produção e da distribuição*”, mesmo que sob controle dos Sovietes. Segundo, porque no terceiro texto desta tríade que propomos, *O Estado e a Revolução*, que veremos a seguir, mas adiantamos que Lênin faz a diferenciação conceitual entre *ditadura do proletariado*, *socialismo* e *comunismo*. O “*controle da produção e da distribuição*” pelos Sovietes seria a justamente o início da Ditadura do Proletariado, isto é, o terceiro elemento da Tese 8, um novo organismo de poder, uma nova forma-política, a forma de “Estado-Comuna”, já na Tese 9.

A tarefa mais imediata naquele momento, em que o poder estava nas mãos da burguesia russa, “*pelo fato do proletariado não ter o suficiente nível de consciência e de organização*”, Tese 2, era a tomar esse poder da burguesia pelo proletariado, por meio dos Sovietes.

Ainda que do ponto de vista teórico e político era primeiro necessário negar a tática “de ontem” de apoio ao governo provisório ainda que “condicional” ou da tática também pretérita de “defensismo revolucionário”, isto é, “se um soldado alemão atirar uma bala, vamos devolver

⁶³³ LÊNIN, Vladimir. *Teses de abril*. Tradução Jean-Jaques Marie. In Lenin, V; Trotsky, L. *A questão do programa*. Tradução Francisco Solano. São Paulo. Kairós. 1979.

outra” etc.; para depois, em sentido teórico-prático, i.e, programático, poder afirmar as tarefas “de hoje e de amanhã”. Ou seja, era necessário negar qualquer política, teórica e tática de conciliação de classe, para em seguida reafirmar, o que sempre foi sua característica marcante, a independência de classe, para se poder chegar ao início da ditadura do proletariado, como a definiu Etienne Balibar⁶³⁴:

É o conjunto dos *meios políticos transitórios* que o proletariado deve pôr em prática para triunfar na crise revolucionária e, assim, resolvê-la. Ligados a uma situação *de exceção*, eles possuem uma função puramente prática: resolver um dilema estratégico cujos termos já foram estabelecidos pela história “com a necessidade de um processo natural”, “parindo” sua própria tendência necessária. É neste sentido que se deve compreender a célebre passagem da carta à Weydemeyer, de 5 de março de 1852: “Minha inovação foi demonstrar [...] 2. que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3. que esta ditadura mesma constitui apenas a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes.” Na conjuntura revolucionária, a lógica da escalada aos extremos se impõe às *duas classes* antagonistas. Ou “ditadura burguesa”, ou “ditadura do proletariado”. Não há meio-termo.⁶³⁵

Era exatamente o que estava em risco na Rússia de abril de 1917, risco acentuado pela política errática de apoio “condicional” ao governo provisório e de “defensismo revolucionário” de manter a Rússia na guerra interimperialista, em última instância de capitulação à burguesia.

As *Teses de Abril* faziam uma clara referência à *Crítica ao Programa de Gotha*⁶³⁶ “que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado”, enquanto na *Crítica* este corolário se apresenta como uma caracterização de perspectiva histórica, como uma probabilidade, nas *Teses* é colocado como um dever, como uma proposta, ou ainda como uma disjuntiva, i.e., ou a Ditadura do Proletariado, ou a ditadura da burguesia.

As definições mais precisas veremos um pouco à frente em *O Estado e a Revolução*, todavia o que ainda nos interessa nas *Teses* os soviets deviam controlar a produção e a distribuição como forma inicial de tomar os meios de produção, que naquele momento ainda estavam nas mãos da burguesia.

⁶³⁴ BALIBAR, Etienne. *Ditadura do Proletariado. Dictionnaire critique du marxisme*. Traduzido por Carlos Costa e revisado por Danilo Enrico Martuscelli.

⁶³⁵ BENSUSSAN, Gérard; LABICA, Georges. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris. Quadrigue/PUF. 1981.

⁶³⁶ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012.

Aqui merece destaque essa clareza de Lênin de ver a relação quase direta entre a propriedade dos meios de produção e a dominação política de uma classe social, i.e, o controle da produção e da distribuição e a posterior tomada dos meios de produção estava estreita relacionada à tomada do poder político, i.e., do Estado. O controle e a propriedade dos meios de produção e de distribuição determinavam, em última instância, o controle e a “propriedade” do Estado.

As *Teses de Abril* contêm assim as premissas teóricas basilares de *O Estado e a Revolução* ainda que o extraordinário poder de síntese combinado com a necessidade de simplificar a descrição das tarefas pela urgência do momento não permitisse uma explicação mais detalhada.

A divisão entre “ditadura do proletariado”, “socialismo” e “comunismo”, um detalhamento que não chamou a atenção de Marx; aqui temos um exemplo de como Lênin foi um teórico da implementação específica de um projeto social mais geral elaborado por Marx e Engels.

A *Augenblick* ou a oportunidade única que se referiu Zizek, acima, explicava a urgência das tarefas imediatas, mas diretamente ligadas às tarefas mediadas, explicitadas na Tese 2:

2. A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste *na transição* da primeira etapa da revolução, que deu poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, *para sua segunda* etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato. Esta transição caracteriza-se, por um lado, pelo máximo de legalidade (a Rússia é *agora* o país mais livre do mundo entre todos os países beligerantes); por outro lado, pela ausência de violência contra as massas e, finalmente, pelas relações de confiança sem fundamento destas com o governo dos capitalistas, os piores inimigos da paz e do socialismo. Esta peculiaridade exige de nós habilidade para nos adaptarmos às condições *especiais* do trabalho do partido entre as amplas massas do proletariado, *duma amplitude sem precedentes, que acabam de despertar para a vida política.*⁶³⁷

A combinação da contradição entre o “*máximo de legalidade*” e “*ausência de violência contra as massas*” por um lado, em oposição à “*confiança sem fundamento destas [massas] com o governo dos capitalistas*” geravam uma tensão instável que permitiam a intervenção do sujeito político, isto é, do partido com a teoria e programa corretos, para a mudança do curso dos acontecimentos, como de fato se verificou posteriormente, mas naquele momento foi um orientação e uma aposta.

⁶³⁷ ZIZEK, Slavoj. *Às portas da Revolução. Escritos de Lênin de 1917*. Slavoj Zizek, organização, introdução e posfácio. 1ª edição eletrônica. Tradução dos textos de Slavoj Zizek por Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout. Tradução dos textos de Lênin por Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 49 e 50.

A primeira das *Cartas de longe* Lênin conceitua o soviete como um “*embrião do governo operário*”, isto é, como uma primeira mediação entre as “*massas pobres*” e a formação de um “*governo operário*”, que combinada com a intervenção do partido da vanguarda dessas massas, agora como uma segunda mediação, ainda que a ordem aqui seja apenas didática de nossa parte, começavam a dar contornos à uma nova forma política de um Estado menos afastado da “*sociedade civil*”, menos terceiro e mais diretamente ligado às massas, apesar de ainda em transição para uma forma política socialista mais definida.

O Soviete de Deputados Operários é a organização dos operários, o embrião do governo operário, o representante dos interesses de todas as massas **pobres** da população, isto é, de 9/10 da população, que luta **pela paz, pelo pão, pela liberdade**⁶³⁸. (negrito no original)

Com essa leitura pachukaniana-althusseriana podemos ter uma visão mais ampla sobre a importância do soviete como organismo de poder direto dos operários, camponeses e soldados, em oposição, em oposição ao Estado terceiro e ao regime de “democracia” parlamentar representativa indireta, como formas políticas perfeitamente encaixadas ao capital.

Esse papel do soviete como organismo de poder direto, como controlador da produção e da distribuição, na Tese 8, no momento como um poder paralelo à Duma e ao governo provisório, isto é, ao Estado capitalista, e ao mesmo tempo como mediação e transição para outro Estado, que por sua vez também seria, ou deveria ser, transitório à sua própria extinção como um ente terceiro, rumo a um “Estado Comuna”, Tese 9, sem a separação entre “sociedade civil” e Estado, e a ditadura do proletariado, como primeira mediação/transição desse processo futuro, exemplificam a lógica do método de elaboração dialético-materialista, que Lênin desenvolveu a partir das suas releituras de Hegel e Marx, cruzadas com suas análises da realidade objetiva e subjetiva, i.e., dos sujeitos econômicos, sociais e políticos no período anterior.

Enquanto seus camaradas viam e entendiam o soviete apenas como mais um organismo de representação popular, quase como um “sindicato geral”, Lênin que não tinha tempo de lhes explicar suas novas leituras compreendia o soviete como “*a única forma possível de governo revolucionário*”, Tese 4, ainda que os bolcheviques fosse minoria em seu interior.

⁶³⁸ LÊNIN. V. I. *Cartas de Longe*. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 3. Lisboa. Edições "Avante!". 1986. Pág. 78 a 119. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm>, acessado em 24 out. 2023.

Os mencheviques e a fração moderada dos Socialistas-Revolucionários ainda eram maioria no soviete de Petrogrado, os bolcheviques, os Socialistas Revolucionários de esquerda e outros grupos revolucionários menores eram, somados, menos de 10% dos representantes⁶³⁹.

No interior da Rússia a proporção no congresso dos sovietes realizado em junho foi de 285 delegados eram socialistas-revolucionários, 248 mencheviques e apenas 105 bolcheviques e 73 independentes⁶⁴⁰.

Dessa correlação de forças políticas desfavorável nos sovietes Lênin reforça em seus comentários posteriores às *Teses* onde reitera:

Escrevo, publico e explico: “Os sovietes de DO [deputados operários] são a *única* forma *possível* de governo revolucionário e, por isso, nossa tarefa só pode consistir em *explicar* os erros de sua tática de modo paciente, sistemático, tenaz e adaptado especialmente às necessidades práticas das massas...”.⁶⁴¹ (itálico no original).

Destaco “*explicar* os erros de sua tática de modo paciente, sistemático, tenaz e adaptado especialmente às necessidades práticas das massas”, em particular “*necessidades práticas das massas*”, pois demonstra o cuidado e atenção para com os elementos mais imediatos, não somente do partido, mas do era mais imediato para as massas, como a distribuição de pão e outros alimentos, que se chocavam com a necessidade do governo provisório de manter a Rússia na guerra, por exemplo.

Com vistas a conquista uma eventual maioria no conjunto dos sovietes ou de pelo menos aumentar a representação dos bolcheviques e aliados, e também de colocar os camponeses, 90% da população, no curso da revolução, Lênin propõe na Tese 6:

6. No programa agrário, transferir o centro de gravidade para os sovietes de deputados assalariados agrícolas.

Confisco de *todas* as terras do país, com os sovietes locais de deputados assalariados agrícolas e camponeses dispoendo delas. Criação de sovietes de deputados dos camponeses pobres. Fazer de cada grande herdade (com dimensão de cerca de 100 a 300 deciatinas, segundo as condições locais ou outras condições e segundo a determinação das instituições locais) uma exploração-modelo sob o controle dos deputados assalariados agrícolas e por conta da coletividade.

⁶³⁹ MIÉVILLE, China. *Outubro: história da revolução russa*. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 44.

⁶⁴⁰ ANWEILER, Oskar. *Los sovietes en Rusia (1905-1921)*. Madrid. Zero. 1975. Pág. 131.

⁶⁴¹ LÊNIN, Vladimir. *Teses de abril*. In ZIZEK, Slavoj. *Às portas da Revolução. Escritos de Lênin de 1917*. (Slavoj Zizek, organização, introdução e posfácio). 1ª edição eletrônica. Tradução dos textos de Slavoj Zizek por Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout. Tradução dos textos de Lênin por Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 51.

Essa nacionalização das terras era o equivalente ao controle da produção e da distribuição nas cidades, agora no campo, mas vejamos como Lênin mais uma vez discrimina uma particularidade ao denominar “soviets de deputados assalariados agrícolas”, que por sua vez terá grande importância na formação do todo da nova forma política estatal, que não será homogênea nem “pura”, mas sim complexa, com suas novas próprias contradições. Isto é, nem em breves “teses” Lênin não universaliza nem generaliza análises, caracterizações e conceitos, diferente do se faria depois em seu nome.

Assim, as quatro mediações-transições expressas nas *Teses de Abril*, um elo entre as *Cartas de Longe* e *O Estado e a Revolução*, estar no hiato entre as revoluções de fevereiro, democrática e de outubro, socialista, a mediação entre tática e de programa, entre as tarefas imediatas e mediadas; e a conceituação de uma medição da realidade, o Soviète; ao lado das *Cartas de Longe* e de *O Estado e a Revolução* são a ponte sobre o Rubicão de Petrogrado e do marxismo vulgar da velha ortodoxia, agora não mais apenas da Segunda Internacional.

7.7 – Os contextos internos e externos de *O Estado a Revolução*

Lenin começou a composição de um rascunho inicial de *O Estado e a Revolução* enquanto estava exilado na Suíça em 1916, sob o título *Marxismo no Estado*⁶⁴², no mesmo momento em que relia Hegel e Marx e que escrevia *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*⁶⁴³, como descreve Pachukanis:

1 – Para uma história do surgimento do livro. “Camarada Kamenev – *entre nous*, se eu for morto, peço que publique meu caderno: “O marxismo e o Estado” (ficou em Estocolmo). Capa azul, encadernada. Estão reunidas todas as citações de Marx e Engels, bem como de Kautsky contra Pannekoek. Há uma série de observações e notas. Formular. Creio que com uma semana de trabalho pode ser publicado. Considero importante, pois não somente Plekhanov e Kautsky confundiram-se...”. Assim começa a famosa nota de Vladimir Ilitch, escrita na época em que bandos de Cadetes do Governo Provisório andavam no seu encaço.⁶⁴⁴

Quando o I Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia de junho de 1917 decidiu continuar a respaldar ao governo provisório e rejeitou a consigna dos bolcheviques de “*Todo o poder aos soviets*”, a opção foi por transferir a luta para o espaço público: foram as jornadas de julho. O governo provisório respondeu com a repressão aos bolcheviques, que tiveram de recuar para a clandestinidade.

Lênin foi obrigado a fugir para a Finlândia ante a repressão do governo provisório, sua ordem de prisão foi assinada pelo secretário de Kerenski, do Ministro da Justiça, Sr. Vichinsky, que alguns anos depois viria ser o Procurador Geral de Justiça da União Soviética.

Como descreve Edward Hallett Carr:

Quando um Congresso dos Sovietes de Todas as Rússias — a primeira tentativa de criar uma organização soviética central com uma comissão executiva permanente — reuniu-se em junho, entre mais de 800 delegados, os SRs contavam com 285, os mencheviques com 248 e os bolcheviques apenas com 105. Foi nessa ocasião que Lenin, respondendo a um desafio, fez a afirmação — então muito ridicularizada — de que havia no Soviete um partido pronto a tomar o poder governamental: os bolcheviques. À medida que desaparecia o

⁶⁴² LÊNIN, V. I. *El marxismo y el Estado - materiales preparatorios para el libro “El Estado y la Revolución”*. En LENIN, I. Obras completas – Tomo XXXIII. Moscú. Ed. Progreso. 1986.

⁶⁴³ LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avante! e Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2021.

⁶⁴⁴ PACHUKANIS, Evgeny. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921 – 1929)*. Tradução Lucas Simone. São Paulo. Sundermann. 2017. Pág. 281.

prestígio e a autoridade do Governo Provisório, a influência dos bolcheviques nas fábricas e no exército crescia rapidamente, e em julho as autoridades governamentais resolveram agir contra eles, sob a acusação de que realizavam propaganda subversiva e atuavam como agentes alemães. Vários líderes foram detidos. Lenin fugiu para a Finlândia, de onde manteve uma correspondência regular com o comitê central do partido, agora operando na clandestinidade, em Petrogrado.⁶⁴⁵

Entre agosto e setembro, a partir do “caderno azul”, Lênin escreveu a maior parte de *O estado e a Revolução*, que só viria a ser publicado em 1918. Na segunda edição, publicada em 1919, incluiu no segundo capítulo o novo subcapítulo “Como Marx colocava a questão em 1852”.

Como é conhecido, no meio da redação do último capítulo de *Estado e revolução*, dedicado às revoluções na Rússia, a obra de Lenin foi interrompida pela ocorrência dos acontecimentos de outubro de 1917. Lenin passou de escrever sobre a revolução para fazê-lo concretamente: “além do título, não tive tempo de escrever uma única linha; fui “impedido” pela crise política [...] Nada posso fazer senão alegrar-me com tal impedimento”⁶⁴⁶, comenta.⁶⁴⁷

Lênin começou a escrever o que depois seria *O Estado e a Revolução*, em 1916, um ano antes das revoluções russas de 1917. Lembrando que em janeiro de 17 ele disse que sua geração provavelmente não veria uma revolução. Então, quais eram os seus objetivos com esta obra? Com quem e contra quem estava polemizando.

Em 1916, após as duas grandes derrotas de dois anos antes, o início da guerra e a capitulação da socialdemocracia, a primeira polêmica, pensamos, era justamente contra as vacilações teóricas da Segunda Internacional, sobretudo com relação ao caráter de classe do Estado e de seus diferentes regimes.

Mas em 1917, após a revolução de fevereiro, com a linha oficial dos bolcheviques de “apoio condicional” ao governo provisório Livov-Kerenski que mantinha a Rússia na guerra em acordo com as potências imperialistas Inglaterra e França, e após as jornadas de julho e

⁶⁴⁵ CARR, E. H. *A Revolução russa de Lênin a Stalin (1917 – 1929)*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1981. Pág. 14.

⁶⁴⁶ LÊNIN. V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Rev. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 149

⁶⁴⁷ FRESU, Gianni. *Lenin e a revolução*. Tradução do italiano de Geraldo Magella Neres. Revista *Novos Rumos*, Marília, v. 57, n. 2, p. 33-46, Jul.-Dez., 2020. In:

file:///F:/Arquivos/AA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20BIBLIOGRAFIA/L%C3%AAAnin/sobre%20Lenin/Novos+Rumos+v57,+n2,+2020+-+05++A2+(1)%20(1).pdf, acessado em 12 out. 2023.

repressão que as seguiu, se vendo forçado a ir mais uma vez para o exílio, desta vez na vizinha Finlândia, a continuação do seu libelo adquiriu outros elementos. Ainda em polêmica com a “velha ortodoxia” do marxismo vulgar da Segunda Internacional, encarnados em Kautsky, Plekhanov e Bernstein, mas agora também contra os “vacilos” dentro das fileiras do bolchevismo, representados por Kamenev e Stalin.

Como explica Marly Vianna, o conteúdo da crítica contida em *O Estado e a Revolução* era:

Convencido da necessidade de uma teoria sobre o Estado proletário, e em meio a toda a efervescência política do momento que prenunciava a tomada do poder, escreveu, em agosto-setembro de 1917, a maior parte de *O Estado e a revolução*, em que expõe a teoria do Estado proletário. Seria o primeiro Estado socialista na história e era preciso compreender e explicar o que deveria ser tal Estado. A tarefa da classe operária recém-chegada ao poder seria a de destruir o Estado capitalista e criar um Estado operário de transição ao socialismo: a ditadura do proletariado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante. Lênin chegara a tal conclusão estudando as teorizações de Marx e Engels sobre o Estado e as ideias de Marx sobre a experiência da Comuna de Paris. A ditadura do proletariado seria também um Estado que, pela primeira vez, garantiria a democracia para o povo.⁶⁴⁸

Mas antes de entrarmos no conteúdo, na estrutura e nos argumentos de *O Estado e a Revolução* é preciso distinguir nesta obra, em outras também, o estilo de seu discurso de um dirigente responsável por manter sua organização e seus membros nos trilhos de marxismo um não-vulgar e, ao mesmo tempo, mover sua militância e a vanguarda na direção da revolução.

Isto é, além de elaborar uma nova teoria política aplicada à realidade a partir das críticas anteriores mais gerais, Lênin ainda tinha que ter um apelo “compulsivo ao positivo”⁶⁴⁹, ou seja, com argumentos fortes, efusivos, com certezas firmes, sem sombras de dúvidas, persuasivo, eloquente, cientificamente embasado, cruel e impiedoso com os adversários, muitas vezes muito didático, outras nem tanto, isto é, além de científico seu discurso era e precisava ser propagandístico com base nos elementos positivos da realidade justamente para promover as ações de massas e de vanguardas no sentido e direção daquilo que ele pensava ser o mais correto.

⁶⁴⁸ VIANNA, Marly. *Sobre O Estado e a revolução*. In: LÊNIN. V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Rev. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 4.

⁶⁴⁹ ADORNO, T. *A filosofia muda ao mundo ao manter-se como teoria*. In: Lua Nova: Revista de cultura e política. N° 60. Pág. 136.

O que queremos enfatizar com essa observação acima é que Lênin não era um “filósofo” estrito senso, muito menos um acadêmico, por isso não justo cobra dele ou de sua obra um “sistema filosófico”, nem fechado nem aberto. Mas isto não quer dizer que ele não conhecia a Filosofia e a Teoria Política, tanto as clássicas quanto as mais avançadas de sua época, principalmente as dialéticas hegelianas e marxistas, muito antes pelo contrário, ele era um erudito.

Mas, mais que isto, ele teve que elaborar teorias novas, sobretudo uma ciência social aplicada que não existia: a teoria e a ciência da revolução. E até hoje, mais de cem anos depois, não se pode discutir seriamente este tema, grave e delicado, sem se recorrer à sua obra e ao seu pensamento, concordando ou discordando, em apologia positiva ou negativa, ou de forma crítica como nos propomos, mas sempre como uma das principais referências epistemológicas neste campo do saber econômico, social, jurídico, político e filosófico. Até nossos dias, por exemplo, não há um tratado de filosofia sobre revolução, pelo menos não no campo das teorias críticas.

Não quer dizer que a obra e o pensamento de Lênin não tenham limites, contradições e particularidades históricas e geográficas, repetimos, mas agora com outro enfoque, como ele mesmo explica e, *Esquerdismo* “[...] a mais rigorosa centralização e uma disciplina férrea, deve-se simplesmente a uma série de particularidades históricas da Rússia.”⁶⁵⁰

Uma primeira limitação é justamente esse estilo de discurso “propagandístico” não expor mais explicitamente o “negativo” do programa, que por sua vez é a sua negação; pressuposta. O que não nos impede de deduzir e trabalhar com esses “pressupostos” mais científicos, no sentido lógico-filosófico e teórico-político.

As *Teses de Abril* haviam sido aprovadas na Conferência de Toda a Cidade de Petrogrado, ocorrida entre 14 e 22 de abril⁶⁵¹ e na 7ª Conferência do POSDR – Bolchevique, de Toda a Rússia, realizada entre 24 e 29 de abril de 1917⁶⁵². Sendo que, nesta última, na votação sobre a guerra imperialista em guerra revolucionária foram 142 votos favoráveis e 7 contrários; no tema da transferência de todo o poder aos Sovietes foram 122 votos favoráveis, 3 contrários e 8 abstenções; e sobre de ingressar imediatamente na via da revolução proletária

⁶⁵⁰ LÊNIN, V. I. *Esquerdismo doença infantil do comunismo*. Trad. Edições Avante! (Lisboa, 1977). 1ª Ed. Revisão da tradução de Ronaldo Coutinho. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2014. Pág. 51.

⁶⁵¹ LÊNIN, V. I. *As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução (Projeto de Plataforma do Partido Proletário)*. Obras Escolhidas em Três Tomos. Tomo 2. Moscou e Lisboa. Edições Avante! e Edições Progresso. 1978. Pág. 21 a 48. Conferência de Toda a Cidade de Petrogrado do POSDR-B. 14-22.04.1917. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/23.htm>, acessado em 13 nov. 2023.

⁶⁵² Idem.

foram 71 votos a favor e 47 contrários, revelando uma maior divisão no interior do partido bolchevique. A proposta apresentada por Lênin de mudança do nome para Partido Comunista – Bolchevique, no entanto, foi derrotada, mas revela, por sua vez que ele submetia suas ideias a votação da maioria e as acatava⁶⁵³, ao contrário do que viria a acontecer pela direção seguinte do partido uma década depois.

Dentre os 9 membros eleitos Lenin, Zinoviev, Kamenev, Miliutin, Noguin, Sverdlov, Smilga, Fiedorov e Stalin para o Comitê Central Bolchevique, 4 se opuseram às Teses de Abril, Kamenev, Noguin, Miliutin e Fiedorov; Stalin que havia se oposto, ao final votou a favor e também foi eleito. O que demonstra que o debate no interior do partido bolchevique não era de forma alguma monolítico ou autoritário. As divergências de opinião dentro dos partidos políticos ou entre eles, escreveu Lênin em julho de 1905 são geralmente resolvidas, não só com controvérsias, mas também com o desenvolvimento da própria vida política:

Em particular, as divergências relativas às táticas de um partido são normalmente resolvidas de fato pela adesão dos defensores de teses errôneas à linha correta, uma vez que o próprio curso dos acontecimentos priva estas teses do seu conteúdo e interesse.⁶⁵⁴

De 26 de julho a 3 de agosto de 1917 ocorreu o 6º Congresso da Unificação do Partido Bolchevique (POSDR-B), que foi presidido por Sverdlov porque Lênin estava foragido na Finlândia. Em abril a conferência bolchevique havia representado 80 mil militantes de 78 organismos. Três meses depois haviam elegido delegados ao congresso de fusão, 200 mil membros de 162 organismos regionais. A organização política havia mais que dobrado de tamanho, quantitativamente e multiplicado sua influência política, qualitativamente. O grupo de Trotsky e Lunatchárski, que estavam presos, os “unionistas interdistritais” foi incorporado ao partido.⁶⁵⁵

Nestes contextos, internos e externos, numa “dacha” na Finlândia, Lênin retomou a redação do “caderno azul”, que foi interrompido por sua volta à Rússia no começo de outubro, não antes de os bolcheviques terem liderado a tentativa de contrarrevolução do General Kornilov⁶⁵⁶, comandante-em-chefe do exército russo que enviou tropas a Petrogrado, numa

⁶⁵³ BROUÉ, Pierre. *El Partido Bolchevique*. Madrid. Editorial Ayuso. 1973. Pág. 86. In: https://www.marxists.org/espanol/broue/1962/partido_bolchevique.htm, acessado em 13 nov. 2023.

⁶⁵⁴ LÊNIN, V. I. *Obras Completas*. 3ª ed. Volume 8. Buenos Aires. Cartago Editores. 1957 a 1973. Pág. 130.

⁶⁵⁵ SVERDLOV, J. M. *Obras Escolhidas*. Vol. 2. Moscou. Gosudarstvennoe Izdatel'stvo. Politicheskoi Literatury. 1959. Pág. 32.

⁶⁵⁶ Lavr Gueórguievich Kornilov, 1870 a 1918.

tentativa de golpe militar contra o governo provisório. O já chefe do governo provisório, Alexander Kerensky foi obrigado a pedir ajuda ao Soviete de Petrogrado, inclusive os bolcheviques, para organizar trabalhadores em uma “Guarda” para defender a cidade.

O golpe Kornilov foi impedido antes de chegar a Petrogrado, a atitude dos bolcheviques e combate ao golpe lhes deu autoridade política e moral e lhes permitiu retomar o trabalho político aberto. Os mencheviques e os socialistas-revolucionários ainda eram maioria no Soviete de Petrogrado, mas haviam perdido apoio da população, pela manutenção da Rússia na guerra, pressionaram o governo provisório para retirar as sanções contra os bolcheviques. Os bolcheviques cresceram em número e em influência política, tanto que se tornaram maioria nos sovietes de Petrogrado e Moscou e Trotsky foi eleito Presidente do Soviete de Petrogrado, como ao já havia sido na revolução de 1905⁶⁵⁷.

Internamente, uma ebulição de debates políticos, táticos, teóricos e estratégicos. Fora das sedes e reuniões, uma revolução em andamento e uma guerra perdida contra a Alemanha. O livro só seria publicado no ano seguinte.

⁶⁵⁷ TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. 3º Volume. *O triunfo dos sovietes*. Tradução de E. Huggins. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial. 2017.

7.8 – Os textos locutórios, ilocutórios e perlocutórios de *O Estado a Revolução*

O que Lênin disse, o que ele não disse e o que ele quis dizer, ao nosso ver em *O Estado a Revolução*? Em termos de análise do discurso⁶⁵⁸⁶⁵⁹ para uma compreensão desta obra no marco do todo de seu pensamento e diante da necessidade de retomar a teoria marxista sobre o Estado e às vésperas da tomada do poder, segundo sua “certeza inabalável”, o que viria a ser o primeiro Estado socialista na história e era preciso compreender e explicar o que e como deveria ser tal Estado.

Lênin reafirma que classe operária recém-chegada ao poder deveria destruir o Estado capitalista e criar um Estado operário de transição ao socialismo, i. e., a ditadura-democrática do proletariado, ou seja, o proletariado organizado como classe dominante.

Lênin retoma *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*⁶⁶⁰, de Engels, que é talvez seu livro de características mais “positivistas”, no sentido de que

“O Estado”, diz Engels, fazendo o balanço de sua análise histórica, “não é, pois, de modo nenhum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro”; tampouco é “a realidade da ideia moral” ou “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel⁶⁶¹. (aspas no original).

A velha ortodoxia da Segunda Internacional, com seus adeptos no seio do bolchevismo, confundia a aparência do Estado, como um terceiro mediador da luta de classes, com sua essência de instrumento da classe dominante. Esta “confusão” levava os kautiskistas e bernsteinianos, em última instância, a terem o Estado como instrumento de conciliação de classes

Kautsky expõe assim a questão: o proletariado vitorioso “tornará verdadeiro o programa democrático”; então, expõe seus tópicos. Quanto ao que o ano de 1871 ofereceu de novo sobre a questão da substituição da democracia burguesa pela democracia proletária, nem uma palavra. Kautsky escapa com estas banalidades de aparência “sólida”: “Contudo, é evidente que, nas circunstâncias atuais, não chegamos ao domínio. A própria revolução pressupõe lutas longas e profundas, as quais já transformarão nossa atual estrutura política e social”. (aspas no original).

⁶⁵⁸ SKINNER, B. F. *Verbal Behavior*. Nova Iorque. Appleton Century Crofts. 1957.

⁶⁵⁹ Chomsky, N. *Review of Skinner's Verbal Behavior*. Nova Iorque. Language. 1959.

⁶⁶⁰ ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2019.

⁶⁶¹ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 29.

Lênin, ao contrário, propõe a análise concreta, por meio do sujeito investigador, que parte da aparência para chegar à essência, e, com a mediação da dinâmica dos fatos e ações, chegar às sínteses, teórica e prática. Como explica Maria Angélica Borges:

Se fosse possível, num estalar de dedos, determinar o fim do capitalismo e ordenar a passagem mágica para o comunismo, deixando para trás o reino da necessidade e mergulhando no reino da liberdade, a aparência coincidiria com a essência e toda ciência seria supérflua.⁶⁶²

Lênin reafirma o conceito e a concepção de o Estado como instrumento de dominação das massas, como produto da divisão social em classes.

E aqui está um ponto central em O Estado e a Revolução e, de certa forma, em toda obra e pensamento de Lênin, dessa análise mais simples e objetiva, do Estado como produto simples da divisão social, a conclusão igualmente simples de que como, cita Engels

As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze.⁶⁶³

Observamos que a edição da Boitempo de *A Origem da Família* está um pouco diferente, mas o “espírito” é o mesmo.⁶⁶⁴

Lênin está polemizando com a velha ortodoxa da Segunda Internacional, com os mencheviques e com os vacilantes bolcheviques, para os militantes e a vanguarda, não estava escrevendo um tratado sobre o Estado.

Quando mais uma vez resgata Engels, agora, em o *Anti-During*, mais uma vez é contra esse oportunismo teórico-político:

O proletariado assume o poder de Estado e transforma os meios de produção primeiro em propriedade do Estado. Desse modo, ele próprio

⁶⁶² BORGES, Maria Angélica. *Lênin: unidade e coerência do pensar e agir*. Posfácio à edição brasileira. In: LÊNIN. V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 180.

⁶⁶³ LÊNIN. V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 36.

⁶⁶⁴ ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2019. Pág. 215.

se extingue como proletariado, desse modo, ele extingue todas as diferenças e os antagonismos de classes e, desse modo, ele também extingue o Estado enquanto Estado.⁶⁶⁵

Lenin segue fielmente o esquema Engels para a extinção do Estado pela revolução proletária, e esse definhamento aconteceria inclusive e especialmente com o Estado proletário. Mas acrescenta que

O Estado é um “poder repressor específico”. Essa definição de Engels, admirável e profunda no mais alto grau, é dada por ele aqui com a mais completa clareza. E daí resulta que o “poder repressor específico” da burguesia contra o proletariado, de um punhado de ricos contra milhões de trabalhadores, deve ser substituído por um “poder repressor específico” do proletariado contra a burguesia (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a extinção do “Estado enquanto Estado”. É nisso que consiste o “ato” de tomar posse dos meios de produção em nome da sociedade. É evidente por si que *tal* substituição de um “poder específico” (burguês) por outro “poder específico” (proletário) não pode de maneira nenhuma ter lugar sob a forma de “definhamento”.⁶⁶⁶

Podemos inferir que a forma desse poder específico, proletário seria o soviete, como o próprio Lênin expõe mais à frente nesta mesma obra:

A defesa interesseira do capitalismo pelos ideólogos burgueses (e sua camarilha, gênero Tseretéli, Tchernov e cia.) consiste precisamente em *escamotear*, com discussões e frases sobre um futuro longínquo, a questão essencial da política *de hoje*: a expropriação dos capitalistas, a transformação *de todos* os cidadãos em trabalhadores, empregados de *um mesmo* grande “sindicato de produção” – mais precisamente, o Estado –, e a inteira subordinação de todo o trabalho desse sindicato a um Estado verdadeiramente democrático, *o Estado dos soviets dos deputados operários e soldados*.⁶⁶⁷ (itálicos no original).

O “ponto central” é justamente essa caracterização de perspectiva futura, a partir de uma análise simples demais, de que o definhamento ocorreria após a simples tomada dos meios de produção. O que não, simplesmente, ocorreu.

⁶⁶⁵ ENGELS, Friedrich. *Anti-Düring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Düring*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2015. Pág. 316.

⁶⁶⁶ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 39.

⁶⁶⁷ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 123.

Contraditoriamente, o próprio Lênin percebe que o Estado na época do imperialismo e do capitalismo monopolista há uma tendência ao crescimento e fortalecimento do Estado:

Então, a virada para o imperialismo – tanto no sentido da dominação completa dos trustes quanto no sentido da onipotência dos maiores bancos e no sentido de uma grandiosa política colonial etc. – estava apenas começando na França e era ainda mais fraca na América do Norte e na Alemanha.⁶⁶⁸

Um fenômeno novo da realidade, algo que não havia na época de Marx e Engels, que, portanto, não elaboraram a respeito, no que Lênin desenvolve a seguinte ideia:

Em particular, o imperialismo, época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, mostra o reforço extraordinário da “máquina de Estado”, o crescimento inaudito de seu aparelho burocrático e militar em ligação com o reforço da repressão contra o proletariado, tanto nos países monárquicos quanto nos países republicanos mais livres.⁶⁶⁹

Mas Lênin prossegue sobre o “definhamento” com a mediação das substituições de instituições burguesas por proletárias:

Segue-se que, a certa altura de seu desenvolvimento, a democracia levanta, logo de início, contra o capitalismo, a classe revolucionária do proletariado e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado, mesmo a da burguesia republicana, o exército permanente, a polícia, o funcionalismo, e de substituir tudo isso por uma máquina *mais* democrática, mas que nem por isso é menos máquina de Estado, constituída pelas massas operárias armadas, preparando a organização de todo o povo em milícias.⁶⁷⁰

No sentido de uma democracia mais completa, com a elegibilidade e revogabilidade a qualquer momento de todos os funcionários do pública, com salários iguais aos dos operários, um Estado tipo “comuna”. Num salto de qualidade:

Aqui, “a quantidade se transforma em qualidade”: chegada a *esse* grau, a democracia sai dos quadros da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo. Se *todos os* homens tomam realmente parte na gestão do Estado, o capitalismo não pode mais se manter. E o desenvolvimento

⁶⁶⁸ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 33.

⁶⁶⁹ Idem. pág. 55.

⁶⁷⁰ Idem idem. Pág. 126.

do capitalismo, por sua vez, cria as *premissas necessárias* para que “todos” *possam*, de fato, tomar parte na gestão do Estado. (itálicos e aspas no original).

[...]

Com tais premissas *econômicas*, é totalmente impossível derrubar, de um dia para o outro, os capitalistas e os funcionários e substituí-los, no *controle* da produção e da repartição, no *recenseamento* do trabalho e dos produtos, pelos operários armados, pelo povo inteiro em armas.⁶⁷¹

Mas a transição para o fim do Estado, exige um grande desenvolvimento das forças produtivas, para superar a desigualdade social e a oposição entre trabalho manual e intelectual. Mesmo a democracia seria extinta por ser também ela uma forma de Estado. Como ele explica:

Somos pela república democrática como melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos o direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo mesmo na república burguesa mais democrática.⁶⁷²

Ou seja, tanto Lênin quanto Engels defendem que a administração das propriedades e dos meios de produção ainda necessitam de uma forma de Estado. Mas uma forma que atenda a classe proletária, sem o aparato burocrático e militar clássico do Estado burguês. Quanto à forma política, Lênin retoma alguns escritos de Marx, em Especial *A guerra civil na França*:

“No singelo esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, consta claramente que a Comuna deveria ser a forma política até mesmo das menores aldeias do país.” Pelas Comunas devia também ser eleita a “Delegação Nacional” em Paris. (aspas no original).⁶⁷³

E um pouco mais à frente, após citar mais uma vez *A guerra civil na França*:

Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a **forma política** enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho.⁶⁷⁴ (negrito nosso).

⁶⁷¹ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e trad. apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 126.

⁶⁷² Idem. Pág. 40.

⁶⁷³ Idem idem. Pág. 76.

⁶⁷⁴ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. Coleção *Marx-Engels*. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 59.

Ao que Lênin comenta em seguida à citação:

Os utopistas dedicaram-se a “descobrir” as formas políticas sob as quais devia ter lugar a reorganização socialista da sociedade. Os anarquistas esquivavam-se completamente à questão das formas políticas. Os oportunistas da socialdemocracia contemporânea aceitaram as formas políticas burguesas do Estado democrático parlamentar como limite intransponível e quebraram a cabeça a prostrar-se diante desse “modelo”, classificando de anarquismo qualquer empenho em *demolir* essas formas.⁶⁷⁵

E, por fim, sentencia:

A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária de *quebrar* a máquina de Estado burguesa e a **forma política** “enfim descoberta” pela qual se pode e se deve *substituir* o que foi quebrado. Veremos adiante em nossa exposição que as revoluções russas de 1905 e de 1917, em outra situação, em outras condições, dão continuidade à obra da Comuna e confirmam a genial análise histórica de Marx.⁶⁷⁶ (negrito nosso).

Ou seja, fica claro nessas passagens de *O Estado e a Revolução* que Lênin tinha claro o conceito de “forma política” do Estado. Ainda que as “formas políticas” tratadas por ele eram as formas concretas e históricas, e não a forma política estatal, abstrata, derivada da forma mercadoria, i. e., intrínseca e extrinsecamente relacionada às formas econômicas, como em Pachukanis.

Este é justamente um dos limites desta obra, da obra teórica em geral e do pensamento político, jurídico e filosófico de Lênin. Limite este que é superado e completado pela obra de Evgueni Pachukanis, a partir da leitura atenta de *O Capital* de Marx.

Ainda que este “limite” em Lênin esteja quilômetros e quilômetros à frente de seus contemporâneos e mesmo de muitos “analistas” posteriores e até de nosso tempo, que ainda sequer chegaram a este nível de conceituação, nem concreto, muito menos abstrato.

Este nível de abstração e conceituação somente seria alcançado com o resgate da obra de Pachukanis após sua “reabilitação” na então União Soviética, nos anos 70 e 80 do século XX, sessenta a setenta anos após o início dessas elaborações, brutalmente interrompidas pelos massacres físicos e intelectuais pelo advento do fenômeno histórico e político do stalinismo.

⁶⁷⁵ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e trad. apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 79 e 80.

⁶⁷⁶ Idem, pág. 81.

Este resgate de Pachukanis no “ocidente” é feito pelo pensador e militante italiano Antonio Negri⁶⁷⁷ com *Relendo Pachukanis: notas de discussão*⁶⁷⁸, de 1973.

O resgate de Lênin, por sua vez já havia começado a ser feito por Althusser desde os anos 60 do século XX, com *Lênin e a Filosofia*⁶⁷⁹ de 1968 e *Lênin antes de Hegel*⁶⁸⁰ do ano seguinte.

Este processo de “resgate”, complementação e “deslimitação” ou ainda atualização do pensamento de Lênin combinado com as contribuições singulares de Pachukanis dá um grande nos 70 do século passado com a “teoria da derivação do estado e do direito” na antiga Alemanha Ocidental com Rudolf Wolfgang Müller, Christel Neusüß, Elmar Altvater, Bernhard Blanke, Ulrich Jürgens, Joachim Hirsch, Freerk Huysken, Margaret Wirth, Claudia von Braunmühl, Heide Gerstenberger, Sybille von Flatow e Hans Kastendiek, e no Reino Unido com John Holloway, Sol Picciotto, Bob Jessop, Werner Bonefeld e Simon Clarke. Como explica Camilo Caldas:

Os participantes do debate da derivação procuravam criticar o pensamento conservador, socialdemocrata e keynesiano, bem como se opunham às ideias de Stálin, Nicos Poulantzas, Ralph Miliband, Jürgen Habermas, Claus Offe e à Teoria do Capitalismo Monopolista de Estado.⁶⁸¹

Da qual se destaca o autor Joachim Hirsch e sua obra *Teoria Materialista do Estado*⁶⁸², onde expõe as principais teses da *teoria derivacionista do Estado* e suas implicações à derivação do Direito.

⁶⁷⁷ Toni Negri, é um sociólogo marxista italiano. Graduado na Universidade de Pádua, onde iniciou sua carreira de professor universitário, fundou o Potere Operaio em 1969 e foi um dos mais ativos membros do Autonomia Operaia. Por sua atividade militante, foi acusado, no fim dos anos 1970, de ser uma das lideranças do grupo de guerrilha urbana Brigate Rosse. Por conta disso, exilou-se em Paris, onde lecionou nas universidades de Paris VIII e VII, na École Normale Supérieure e no Collège International de Philosophie, ao lado de parceiros intelectuais como Jacques Derrida, Michel Foucault e Gilles Deleuze. Em 1997, após uma longa negociação e ter sua pena reduzida de trinta para treze anos, concordou em retornar à Itália, onde foi preso. É coautor, ao lado do filósofo estadunidense Michael Hardt, da obra *Império* (2000).

⁶⁷⁸ NEGRI, Antonio. *Relendo Pachukanis: notas de discussão*. Traduzido por Patricia Peterle e Andrea Santurbando do original em italiano “*Rileggendo Pašukanis: note di discussione*”. Critica del Diritto, n. 1. 1974. In: PACHUKANIS, Evguéni. Prefácio. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Tradução de Paula Vaz Almeida. Revisão técnica de Alysson L. Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017.

⁶⁷⁹ ALTHUSSER, L. *Lênin e a Filosofia*. Trad. Herberto Helder. São Paulo. Edições Mandacarú. 1989.

⁶⁸⁰ ALTHUSSER, L. *Lênin antes de Hegel*. In: Posfácio de *Lênin e a Filosofia*. Trad. Herberto Helder. São Paulo. Edições Mandacarú. 1989.

⁶⁸¹ CALDAS, Camilo O. *A teoria da derivação do estado e do direito*. Tese de doutorado. Orientadora: Profª Drª Jeannette Antonios Maman. Faculdade de Direito da USP. 2013.

⁶⁸² HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. São Paulo. Revan. 2010.

Este processo de “resgate” e atualização do pensamento de Lênin e de uma crítica marxista-revolucionária mais profunda, como continuidade do combate ao marxismo vulgar e às deturpações e falsificações, prossegue com os trabalhos do orientador desta tese, que, sem nenhuma falsa modéstia, pretende se incluir, e os membros do grupo de pesquisa e orientandos, aliás, o Camilo Caldas é o primeiro orientado por Alysson Mascaro. Mas trataremos deste debate no próximo item.

Mas voltado ao *O Estado e a Revolução*, Florestan Fernandes defende a tese que Lênin já tinha trazido a *política* para o centro do debate no campo do marxismo, em oposição ao economicismo:

Esse *modelo* desloca o âmago do marxismo para a reflexão política, ou seja, para as condições concretas da ação política e da transformação política, *quando se focaliza dialeticamente as relações de classes como relações de poder* (a luta de classes como um processo que conduz à formação e ao controle do que destrói e instaura a transição para o socialismo). Antes de Lênin, semelhante elemento político estava incluído no marxismo como uma previsão e, também, como um momento da vontade política. Com Lênin, esse elemento converte-se no ponto central da indagação marxista e, do próprio marxismo como movimento político.⁶⁸³

O que Lênin disse em *O Estado a Revolução*? Além do caráter didático e polêmico, há o resgate da teoria de Marx e Engels sobre o Estado e o sobre a ditadura do proletariado na revolução socialista, de forma concreta, com as pessoas de carne e ossos, tais como eram (e são) e não como se gostaria que fossem; com suas consciências, como eram (e são) para transformar o marxismo em uma força política efetiva; e, o desfazimento das confusões tanto do revisionismo bernsteiniano quanto do “centrismo” kautskista, demarcando os limites teóricos e práticos, para a tomada do poder por meio de uma revolução social e política, tendo claro quem é o inimigo social e político, i. e., a burguesia como classe, e o seu Estado contendo em si seu regime e seu governo, e quem são os revolucionários e seus aliados, o proletariado e o campesinato empobrecido.

⁶⁸³ FERNANDES, Florestan. *O que é marxismo-leninismo?* In: FERNANDES, Florestan (org.). *Lenin: Política*. 2ª Ed. Trad. de Carlos Rizzi. Coleção *Grande Cientistas Sociais*. São Paulo. Ed. Ática. 1978. Pág. 17.

O que Lênin quis dizer, ao nosso ver, em *O Estado a Revolução*?

Todavia é possível inferir que Lênin via a burguesia e seu Estado como “um inimigo em seu castelo”, que bastaria tomar o Estado como quem toma uma cidadela e a desconstruir, pedra por pedra, para, após, se reconstruir uma casa, horizontal, onde todos caibam como iguais.

Mas o Estado não era (e não é) um “castelo”, antes uma “venda”, uma forma política derivada da forma mercadoria, mas Lênin a seu tempo, apesar de Pachukanis qual Sancho, e a seu contento “devia ser um castelo”, ainda que quixotesco.⁶⁸⁴

O que Lênin não disse em *O Estado a Revolução*? O limite parcial, o a incompletude é a não transposição do conceito de “forma política” do Estado para além das formas concretas e históricas, isto é, não chegar à abstração da forma política estatal como forma derivada da forma mercadoria, intrínseca e extrinsecamente relacionada às formas econômicas.

Limite este que começa a ser superado com Pachukanis, Gramsci, Althusser, com a teoria derivacionista do Estado, com Camilo Caldas e Alysson Mascaro.

*Sonhar o sonho impossível, sofrer a angústia implacável, pisar onde os bravos não ousam, reparar o mal irreparável, amar um amor casto à distância, enfrentar o inimigo invencível, tentar quando as forças se esvaem, alcançar a estrela inatingível: essa é a minha busca.*⁶⁸⁵

⁶⁸⁴ CERVANTES, Miguel de. *D. Quixote de La Mancha*. Tradução Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho António Feliciano de Castilho. São Paulo. eBooksBrasil. 2005.

⁶⁸⁵ Idem.

7.9 – O debate lógico, filosófico, teórico-político e estratégico por trás da tática

A noite do dia 24 de outubro, do calendário juliano, 06 de novembro do gregoriano, assistiu a saída dos grupos, tropas e guarnições para a tomada dos postos-chave, como os correios, o telégrafo, até as estalagens com os cavalos e carruagens, bombeiros e delegacias de polícia, garagens com os carros oficiais, os jornais, as rádios, as centrais elétricas e é claro, o Palácio de Inverno, sede do Governo Provisório, com ordem de prisão dos seus membros.

Como bem descreve uma testemunha ocular:

Os vencedores invadem a sala dos ministros. “À frente da multidão, tentando conter as filas que se comprimiam contra ele, um homem de aparência miserável; vestes em desordem, chapéu de abas largas caídas de lado. No nariz, um pincenês que não se sustentava. Mas os olhos pequeninos brilhavam do triunfo da vitória e de ódio pelos vencidos.” Foi nesses termos poucos gentis que os vencidos descreveram Antonov. Não é difícil acreditar que suas roupas e seu chapéu estivessem em desordem: basta lembrar como andou durante a noite nos charcos da fortaleza de Pedro e Paulo, indubitavelmente lia-se o triunfo nos seus olhos, mas é duvidoso que tivesse demonstrado ódio em relação aos vencidos. “Declaro-vos, membros do Governo Provisório, que estais presos”, proclamou Antonov, “em nome do Comitê Militar Revolucionário.” O relógio marcava 2h 10min da madrugada de 25 de outubro. “Os membros do Governo Provisório submetem-se ao ato de violência e se rendem para evitar derramamento de sangue”, responde Konovalov. O rito inevitável foi escrupulosamente observado.⁶⁸⁶

Mas não sem antes Kamenev e Zinoviev que na reunião do Comitê Central bolchevique do dia 10 de outubro, juliano, terem dado os dois votos contrários contra oito favoráveis à resolução de preparação da insurreição⁶⁸⁷, para logo após publicarem no Pravda, jornal oficial dos bolcheviques, dirigido por Stalin e com sua expressa permissão, o artigo “*O que não se deve fazer*”, contra a insurreição, onde diziam:

“Com uma tática adequada podemos ganhar um terço, e talvez até mais de um terço, dos lugares da Assembleia Constituinte. A Assembleia Constituinte mais o soviete, que é o tipo combinado de instituição estatal em direção do qual estamos trabalhando.”⁶⁸⁸

⁶⁸⁶ TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. 3º Volume. *O triunfo dos soviets*. Tradução de E. Huggins. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial. 2017. Pág. 284 e 283.

⁶⁸⁷ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 375 e 376.

⁶⁸⁸ TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. 3º Volume. *O triunfo dos soviets*. Tradução de E. Huggins. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial. 2017. Pág. 376.

E, dois dias depois de terem aceitado a resolução de do mesmo órgão de 16 de outubro (j.)⁶⁸⁹, em 18 de outubro (j.) publicaram um novo artigo no desta vez no *Nóvoia Jizn*⁶⁹⁰. O que Lênin primeiro se recusou a acreditar e depois chamou de “fura-greve” e de “uma dura traição”⁶⁹¹, que foi caracterizada como uma ruptura de fato com o partido bolchevique e depois sacramentada na *Carta ao Comitê Central do POSDR (b)*⁶⁹² de 19 de outubro (j.) e na *Carta a L. M. Sverdlov*⁶⁹³ de 22 de outubro (j.) para a aceitação de “demissão” de Zinoviev e Kamenev.

Destacamos essas passagens de diferenças políticas e até um certo grau de crise interna no agrupamento partidário devido às suas raízes teóricas mais profundas, com suas implicações práticas diretas, que se manifestavam desde as *Teses de Abril*, em particular sobre o caráter social e as tarefas históricas futuras da revolução em curso.

Zinoviev e Kamenev defendiam a linha teórica da velha ortodoxia da Segunda Internacional de que a revolução era burguesa, que devia ser dirigida pela burguesia, com o apoio dos operários, contra a nobreza feudal czarista, daí a medida prático-tática de apoio “condicional” ao governo provisório e de serem contra a tática da insurreição e a estratégia da tomada do poder pelo proletariado, coerentemente com a teoria e programa que defendiam, diga-se de passagem.

Enquanto Lênin, que desde o início da guerra, com a capitulação da Segunda Internacional, havia iniciado uma revisão profunda dos preceitos teóricos e filosóficos que haviam levado a socialdemocracia a defender que os trabalhadores de uns e outros países se matassem mutuamente, e, diante de uma situação única, do conjunto de fatores, de guerra interimperialista, com o exército russo sendo massacrado, a queda da monarquia, um governo provisório fraco e que mantinha a Rússia na guerra, com um novo Soviete sendo construído à memória de 1905 e outros se espalhando pelo país, que como Lênin já havia observado:

Os Sovietes de deputados operário, soldados, camponeses, etc., são incompreendidos não só no sentido de que a maioria não vê com clareza o seu significado de classe, o seu papel *na revolução russa*. São incompreendidos também no sentido de representam em si **uma nova forma** ou, mais exatamente, um novo *tipo de Estado*. (itálico no original, negrito nosso).⁶⁹⁴

⁶⁸⁹ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 377 a 379.

⁶⁹⁰ Novaya Zhizn (Menchevique): editado pelos mencheviques em Petrogrado (período abril de 1917 a julho de 1918) e depois em Moscou (junho e julho de 1918). In: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/n/novaya_zhizn.htm, acessado em 16 nov. 2023.

⁶⁹¹ LÊNIN, V. I. Op. Cit. Pág. 380 a 382.

⁶⁹² Idem, pág. 383 a 386.

⁶⁹³ Idem-idem, pág. 387.

⁶⁹⁴ LÊNIN, V. I. *Projeto de Plataforma do Partido Proletário*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 30.

O que o levou a repensar o caráter social da revolução russa como centralmente proletária e o seu caráter político como sendo diretamente socialista e não mais “democrática”, que por sua vez estava na tática imediata da insurreição, após os bolcheviques terem se tornado maioria nos sovietes das “duas capitais”, Petrogrado e Moscou.

É este debate teórico mais profundo que aqui nos mais interessa, pois destas raízes entrelaçadas da lógica formal, semipositivista, marxista vulgar, determinista e mecânica contra a lógica dialética-materialista e marxista-revolucionária estão imbrincados vários debates posteriores a Outubro de 1917, por todo o longo Século XX e mesmo contemporâneos. Pois, ao os “zinovievistas e kamenenvistas” de ontem e de hoje não conseguirem ver como estruturas desigualmente desenvolvidas se encontram e formam novas estruturas que, por sua vez, modificam a formação social ou, pelo menos, partes determinantes do todo das formas sociais.

Como no caso russo do início do século passado, com a crise militar e econômica, fome, desabastecimento, com o “rompimento do tecido social”, o desfazimento do Estado e regime czaristas, fraqueza do governo provisório, por um lado; um proletariado urbano e um campesinato organizados em sindicatos e partidos, experiências de processos anteriores ainda vivos em suas memórias, uma ampla intelectualidade crítica e de esquerda, partidos de esquerda organizados e implantados no grandes centros e mesmo no campo, em especial um partido marxista-revolucionário, o bolchevique; fatores objetivos e subjetivos que combinados com a reorganização dos novos sovietes formaram uma nova estrutura de poder no país, uma nova forma política, com potencial anticapitalista, isto é, com a abertura da possibilidade de superação das demais formas sociais relacionais da sociedade burguesa.

Mas mesmo a “cegueira” ou miopia teórico-política grave dos “zinovievistas e kamenenvistas”, com os atos de boicote e sabotagem não impediram a insurreição de 24-25 de outubro de 1917, ainda no calendário juliano.

CAPÍTULO 8 – TRANSIÇÕES CONCRETAS E ABSTRATAS, OBJETIVAS E SUBJETIVAS

8.1 – Limites teóricos objetivos e incompletude programática em Lênin

Com a prevalência da visão marxista-revolucionária o poder político do Estado foi tomado pelos bolcheviques, pelo Comitê Militar Revolucionário, pelo Soviete dos deputados operários, soldados e camponeses de Petrogrado e de Moscou, com a tomada do Palácio de Inverno e a prisão dos membros do Governo Provisório. Kerensky conseguiu fugir horas antes.

Dia 25 de outubro (j.), às 10 horas da manhã foi publicado “*Aos Cidadãos da Rússia!*” que anunciava:

O Governo Provisório foi deposto. O poder de Estado passou para as mãos do órgão do Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado — o Comitê Militar Revolucionário —, que se encontra à frente do proletariado e da guarnição de Petrogrado.

A causa pela qual o povo lutou — a proposta imediata de uma paz democrática, a supressão da propriedade latifundiária da terra, o controle operário sobre a produção, a criação de um Governo Soviético — esta causa está assegurada.

Viva a revolução dos operários, soldados e camponeses!

*O Comitê Militar Revolucionário, anexo ao Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado. 25 de outubro de 1917, 10 da manhã.*⁶⁹⁵ (itálicos no original).

No mesmo dia se instalava o Segundo Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de Toda a Rússia, o poder político decisório do Estado russo foi transferido a este Congresso. No dia seguinte foi editado e publicado o Decreto sobre a Paz, o Decreto Sobre a Terra, sobre o controle operário sobre a produção, conservação, compra-venda de todos os produtos e matérias-primas, em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas como mais de 5 empregados e com movimentação superior a dez mil rublos por ano, e a formação do Governo Operário e Camponês como Lênin na presidência do Conselho de Comissários do Povo, Trotsky como Chanceler, Stalin par assuntos das nacionalidades e outros quinze comissários, todos bolcheviques⁶⁹⁶.

De 10 a 25 de novembro, no calendário juliano, realizou-se o Congresso Extraordinário dos Sovietes de toda a Rússia, onde se avançou em questões sobre a paz, isto é, a saída da

⁶⁹⁵ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 390.

⁶⁹⁶ Idem, pág. 391 a 408.

guerra, o Conselho Superior de Economia, a nacionalização dos bancos e sobre a constituinte que se aproximava.

Zinoviev e Kamenev que haviam sido expulsos do partido bolchevique, aparentemente foram “perdoados” e readmitidos (não há registros publicados claros a respeito) e junto com Riazanov, Lozovsky, Lunatchárski, Rykov, Noguín, Miliutin, Teodorovitch formaram uma fração pública desde o interior do agrupamento. Kamenev inclusive era o Presidente do Comitê Executivo Central dos Sovietes de Toda a Rússia.

Essa oposição interna-externa, ainda que indiretamente tendia pela dissolução do Conselho do Commissariado do Povo, encabeçado por Lênin, ao apoio à formação de um Governo de Coalizão de todos os partidos reputadamente socialistas, mas sem Lênin e Trotsky, formado não pelos soviets, mas pelas “largas massas da democracia revolucionária”, e, é claro, o desarmamento da Guarda Vermelha.

Contra essa fração pública foi redigido o *Ultimato da maioria do CC do POSDR (b) à minoria*⁶⁹⁷.

Ambas as iniciativas resultaram na renúncia dos cargos de *Comissários do Povo* exercidos pelos opositores bolcheviques que o integravam, e na renúncia de Kamenev à Presidência do *Comitê Executivo Central dos Sovietes de Toda a Rússia*, que passou a ser exercida por Sverdlov, eleito, em 8 de novembro de 1917 (j.).

Interessante ilustrar que mesmo após a tomada do poder político do Estado, de terem sido “perdoados” e readmitidos no partido e incorporados no governo operário e camponês, Zinoviev e Kamenev, agora com outros, continuaram a ter e a manifestar diferenças teóricas e estratégicas profundas com Lênin e com os que com ele concordavam.

Vários outros fatos e atos de grande importância histórica se seguiram nos dias e noites daquele inverno russo, como a *Assembleia Constituinte* e o *Tratado de Paz de Brest-Litovsk*, que também, de certa maneira, envolveram questões teóricas e estratégicas, mas por uma necessidade de concisão, de objeto e enfoque desta tese não podemos nos aprofundar, mas apresentaram, em geral, as mesmas diferenças de fundo quando da tomada de decisões e suas aplicações.

O que mais nos interessa aqui é que com o curso dos acontecimentos, mais uma vez, Lênin foi modificando sua compreensão sobre o Estado. Pois se pouco antes, em O Estado e a Revolução ele havia tomado como base as elaborações, em certo grau, bastante simplistas de

⁶⁹⁷ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 413.

Engels, p. ex: “*O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será ‘abolido’, extingue-se.*”⁶⁹⁸

Sem falar que em *O Estado e a Revolução* ele retoma *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*⁶⁹⁹, de Engels, como todos seus “problemas” “positivistas”.

Mesmo o “ponto central” de perspectiva futura de extinção do Estado, a partir de uma análise simples demais, de que o definhamento ocorreria após a tomada dos meios de produção, nos parece, no mínimo, problemático.

Pois, se Engels, o “Estado como tal”, o “governo sobre as pessoas”, com a função de exploração de classe, de manter pela força a classe explorada nas condições de exploração e assegurar a ordem social; em um “Estado proletário” com os meios de produção, abole as condições de reprodução da exploração, e encerra a contradição entre produção social e apropriação privada; deveria perder sua função básica, passando a ser cada vez mais desnecessário, enquanto a sociedade autorregula e auto-organiza a produção e a distribuição, até que o Estado não seja abolido, mas “extingue-se”, por si mesmo, como num passe de mágica.

Há alguns problemas teóricos importantes: Engels faz um sinal de igual muito rápido entre a desigualdade de classes sociais e a propriedade privada dos meios de produção, o que por sua vez leva à definição, igualmente rápida, de que propriedade estatal dos meios de produção seria o bastante para o fim de todo antagonismo social e por conseguinte do fim do Estado; as forças produtivas seriam neutras; as relações de produção nem entram na “equação”; enquanto em Marx as forças produtivas são “o conteúdo concreto, a forma de existência empírica das relações de produção”⁷⁰⁰.

Engels, e Lênin o repete, reduz as relações de produção às relações de propriedade jurídico-formal, segundo a qual a mudança socialista seria apenas a troca da propriedade legal dos meios de produção da burguesia para o Estado. Nada mais simples, nada mais errado.

Em Engels ainda, não há nenhuma relação entre extinção do Estado e a transformação da forma política.

Enquanto em *O Estado e a Revolução* há o conceito de “forma política” do Estado, mas ainda, repetimos, de “formas políticas” concretas e históricas, e não a forma política estatal,

⁶⁹⁸ ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: MARX, K, ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo. Alfa-Ômega. 2001. Pág. 331.

⁶⁹⁹ ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2019.

⁷⁰⁰ TURCHETTO, M. *As características específicas da transição ao comunismo*. In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas. UNICAMP. 2005. Pág. 10.

abstrata, derivada da forma mercadoria, relacionada às formas econômicas, como a forma jurídica em Pachukanis.

Este é justamente um dos limites desta obra, da obra teórica em geral e do pensamento político, jurídico e filosófico de Lênin. Limite este que é superado e completado pela obra de Evgueni Pachukanis, a partir da leitura atenta de *O Capital* de Marx.

Mas o Estado-proprietário não administra a escassez “em nome de toda a sociedade”, nem a propriedade e posse dos meios de produção pelo Estado o faz de uma hora para outra um “órgão que está por cima da sociedade” por um “órgão completamente subordinado a ela”. Pelo contrário, o Estado-proprietário se consolidou como um “órgão que está por cima da sociedade”.

Quando Lênin toma por base *A guerra civil na França*, que trata da Comuna de Paris, Marx contrapõe o Estado, como força “usurpada”, estranha, e a Comuna, como “reassunção” ou “reabsorção” das forças na forma Estado, assim, a extinção do Estado deve se realizar pela “reabsorção” social, despida da forma política, mas ainda assim essa “reabsorção” só é efetivada com a eliminação das diferenças de classes para uma autorregulação social de tudo.

Mas em Marx, a Comuna é uma forma política e não é um fim em si, um meio para a emancipação, “uma alavanca”, justamente por saber que a dominação capitalista não pode ser superada apenas no aspecto político, muito menos jurídico, por decreto de mudança de nome do dono da propriedade. Marx define as formas sociais do trabalho organizado e dos meios de produção centralizados pela produção, como capitalistas, antevendo a necessidade de mudanças mais amplas do que simples troca da titularidade dos meios de produção:

As classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classe. [...] Elas sabem que a atual “ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária” só pode dar lugar à “ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre e associado” mediante um longo processo de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a “ação espontânea das leis econômicas da escravidão” e com a “ação espontânea das leis econômicas da servidão”. Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal [...].⁷⁰¹

⁷⁰¹ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. Coleção *Marx-Engels*. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 132.

O limite parcial, a incompletude é justamente a não transposição do conceito de “forma política” do Estado para além das formas concretas e históricas, isto é, não chegar à abstração da forma política estatal como forma derivada da forma mercadoria, intrínseca e extrinsecamente relacionada às formas econômicas. Não chegar ao que Marx defende:

O que o proletariado tem a fazer é transformar o atual caráter capitalista desse trabalho organizado e desses meios centralizados de trabalho, transformá-los de meios de dominação e exploração de classe em formas do trabalho livre associado e em meios sociais de produção.⁷⁰²

Mas, voltando ao “ponto central” de perspectiva futura de extinção do Estado, esta deve se dar: através da mudança do todo social, da autorregulação de todos os processos sociais, da reabsorção das as funções separadas pelo Estado, ativamente, sem uma forma política apartada; através da mudança de todos fundamentos econômicos e sociais e não apenas ao fim da propriedade privada dos meios de produção e o advento da propriedade estatal exclusiva; da mudança das formas sociais de trabalho e das formas dos meios de produção que também tem caráter de classe e econômico; da mudança da estrutura política capitalista como condição prévia para o início das transformações mais profundas; do exercício das funções públicas subordinadas à autoridade dos produtores em associação e pelos próprios produtores, como negação da usurpação estatal e como “reabsorção” do poder, agora não mais de um Estado apartado, mas pelos produtores diretos, de carne e ossos, auto-organizados.

Para Lênin a Comuna destrói o parlamento burguês, acaba com a separação das funções legislativa, executiva e judiciária, subordina os deputados dos soviets aos eleitores com os mandatos revogáveis; é a forma política do Estado proletário, pois acaba com a separação entre o poder político e as massas populares, portanto, já não é um Estado em si, mas a destruição da sua forma mais desenvolvida, o Estado burguês.

Lênin, todavia, percebe, em parte, a contradição entre a extinção do Estado quando trata do Direito:

Assim, na primeira fase da sociedade comunista (que se costuma chamar de socialismo), o “direito burguês” *não é* abolido completamente, mas apenas em parte, na medida em que a revolução econômica foi realizada, isto é, apenas no que diz respeito aos meios de produção. O “direito burguês” atribui aos indivíduos a propriedade

⁷⁰² MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. Coleção *Marx-Engels*. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 134.

privada daqueles. O socialismo faz deles propriedade *comum*. É nisso – e somente nisso – que o “direito burguês” é abolido.

[...]

É uma “limitação”, diz Marx, mas é uma limitação inevitável na primeira fase do comunismo, pois, a não ser que se caia na utopia, não se pode pensar que, logo que o capitalismo for derrubado, as pessoas saberão, *sem um tipo de Estado de direito*, trabalhar para a sociedade; além do mais, a abolição do capitalismo não dá, *de uma só vez*, as premissas econômicas de uma mudança *semelhante*.

Ora, não há outras normas senão as do “direito burguês”. É por isso que subsiste a necessidade de um Estado que, embora conservando a propriedade comum dos meios de produção, mantém a igualdade do trabalho e a igualdade da repartição.

[...]

O Estado morre na medida em que não há mais capitalistas, em que não há mais classes e, por isso, não há mais necessidade de *esmagar* nenhuma classe.

Mas o Estado ainda não define de todo, pois resta a proteção do “direito burguês” que consagra a desigualdade de fato. Para que o Estado defina completamente, é necessário o advento do comunismo completo.⁷⁰³

Esta última parte parece uma contradição de termos, e realmente é porque, ao contrário de Marx em *Crítica ao Programa de Gotha*, Lênin defende que na “fase inferior” do comunismo já não haveria mais capitalismo, enquanto o alemão afirma que:

Aqui impera, é evidente, o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes. Conteúdo e forma são alterados, porque, sob as novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo. [...] vale o mesmo princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes, segundo o qual uma quantidade igual de trabalho em uma forma é trocada por uma quantidade igual de trabalho em outra forma. Por isso, aqui, o *igual direito* é ainda, de acordo com seu princípio, o *direito burguês*, [...].

Apesar desse progresso, esse *igual direito* continua marcado por uma limitação burguesa. O direito dos produtores é *proporcional* a seus fornecimentos de trabalho; a igualdade consiste, aqui, em medir de acordo com um *padrão igual de medida: o trabalho*. [...]. Esse igual direito é direito desigual para trabalho desigual. [...]. *Segundo seu conteúdo, portanto, ele é, como todo direito, um direito da desigualdade*. O direito, por sua natureza, só pode consistir na aplicação de um padrão igual de medida; mas os indivíduos desiguais [...] quando tomados apenas por um aspecto *determinado*, por exemplo, quando, no

⁷⁰³ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 120.

caso em questão, são considerados *apenas como trabalhadores* e neles não se vê nada além disso, todos os outros aspectos são desconsiderados. [...] o direito teria de ser não igual, mas antes desigual. Mas essas distorções são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade⁷⁰⁴. (itálicos no original).

Enquanto para Marx, neste trecho, fica evidente que os fundamentos das relações sociais ainda são capitalistas, “*a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes*”, isto é, ainda há capitalismo, por isso ainda há “Direito”.

Para Lênin o centro do problema não eram os fundamentos econômicos da estrutura capitalista pois a burguesia já havia sido privada do poder político e da propriedade privada dos meios de produção, isto é, do poder jurídico sobre elas, mas o determinante seria desenvolvimento das forças produtivas que, agora sem as travas da propriedade e acumulação privadas, levariam à transição à “fase superior” do comunismo:

Essa expropriação tornará *possível* uma expansão das forças produtoras. Vendo, desde já, o quanto o capitalismo *retarda* essa expansão e quanto progresso seria possível realizar graças à técnica contemporânea já alcançada, estamos no direito de afirmar, com certeza absoluta, que a expropriação dos capitalistas dará infalivelmente um prodigioso impulso às forças produtoras da sociedade humana. Mas qual será o ritmo desse movimento, em que momento ele romperá com a divisão do trabalho, abolirá a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico e fará do primeiro “*a primeira necessidade da existência*” não sabemos *nem podemos saber*.⁷⁰⁵ (itálicos no original).

O limite objetivo da teoria e do programa básico de Lênin é que a “simples” tomada do poder político do Estado e a estatização dos meios de produção baseados na estrutura de produção de mercadorias para a valorização do valor no mercado, o que por sua vez estrutura as formas de exploração do trabalho produtivo entre “*trabalho intelectual e o trabalho físico*”, entre outras estruturas das relações de produção capitalistas, reprodutoras das demais estruturas e formas sociais, tão fundamentais quanto o desenvolvimento das forças produtivas.

Este limite objetivo não era possível ser observado antes da experiência efetiva e histórica.

⁷⁰⁴ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012. Pág. 32.

⁷⁰⁵ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 122.

E aqui encontramos um limite metodológico em Lênin, que se por um lado, seu “empirismo” foi um grande mérito ao revisar, atualizar e modificar a teoria e o programa ante os acontecimentos, ao contrário das velhas ortodoxias, por outro lado não lhe permitiu antever as contradições concretas que poderiam advir, como Marx as via, por exemplo. Um limite e uma incompletude.

Esse limite fez com que Lênin tivesse uma caracterização de perspectiva futura, e é nisto que se assenta o programa, como complemento necessário à teoria marxista-revolucionária, como proposta para o futuro, de que “apenas” a tomada do poder político do Estado, como um ente outro, terceiro, acima das classes, como órgão repressor de uma classe sobre a outra, agora do proletariado sobre a burguesia, e a troca de titularidade da propriedade dos meios de produção das mãos privadas-burguesas para o Estado, seria o suficiente para um desenvolvimento “natural” das forças produtivas que por sua vez levariam ao fim das desigualdades de classes e intraclasse, e, por fim, à extinção do Estado; sem levar em conta a manutenção das relações de produção e de reprodução das estruturas mais profundas do capital como um todo, como o Direito, por exemplo, que “[...] *nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade*”⁷⁰⁶, como Marx anteviu.

Este limite teórico objetivo e esta incompletude programática por sua vez levavam à uma demanda subjetiva, ou até mesmo subjetivista, para fechar a lacuna lógica, da necessidade da construção de uma subjetividade “socialista” para, aí, tornar desnecessária as ações coercitivas do Estado sobre sua classe dominante, o proletariado, o que mais uma vez não aconteceu, como as próprias greves operárias ainda sob Lênin no governo e posteriormente a ele não é nem preciso comentar.

Essa “subjetividade” socialista se formaria “espontaneamente” com o desenvolvimento das forças produtivas, sendo, aliás, os sujeitos sociais a principal força-produtiva, com o fim do capitalismo pro decreto de transferência da titularidade da propriedade dos meios de produção.

Ao contrário do postulado por Marx de que “*o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes*” continuava a ser operado ao nível das relações de produção como reprodutor da estrutura geral da sociedade capitalista.

O “Estado burguês sem burguesia” era uma anomalia histórica, mas ainda sob o modo de produção capitalista, como o próprio Lênin veria depois. Ou seja, *conteúdo e forma não foram*

⁷⁰⁶ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012. Pág. 32.

alterados, porque, as condições estruturais de produção de mercadorias, fosse, Migs ou AK's 47, para a valorização do valor no mercado permaneceram, mesmo depois em um “mercado burocraticamente planejado”, e assim permaneceu o conteúdo econômico e as formas jurídica e política, mesmo com outra classe no “controle” dessas duas formas. Nem conteúdo nem tampouco formas foram alterados. A redução das relações de produção às relações de propriedade em Engels e em Lênin bloquearam uma teoria e uma prática à transição socialista.

8.2 – Novas mudanças e ampliações do conceito de Estado em Lênin

Mas aquele “limite metodológico” que permitia a Lênin revisar, atualizar e modificar a teoria e o programa ante os acontecimentos, ao contrário das velhas ortodoxias, insistimos, o permitiu ver as dificuldades de transição ao socialismo na Rússia já no primeiro ano da revolução russa. Como já no *Sétimo Congresso Extraordinário do PCR (b)*⁷⁰⁷ de março de 1918, onde diz:

A revolução não chegará tão depressa como esperávamos. A história demonstrou-o e temos de o saber aceitar como um fato, temos de saber ter em conta que a revolução socialista mundial nos países avançados não pode começar tão facilmente como começou a revolução na Rússia, país de Nicolau e Rasputin, e quando a grande parte da população era completamente indiferente saber que povos vivem na periferia e o que por lá acontece. Num tal país, começar a revolução foi fácil, foi como levantar uma pena.

Mas começa sem preparação a revolução num país onde o capitalismo se desenvolveu e deu uma cultura democrática, uma organização que atinge até o último homem, é um erro, um absurdo. Aqui apenas abordamos o penoso período do começo das revoluções socialistas. Isto é um fato.⁷⁰⁸

A ciência dos ritmos, o reconhecimento da frustração, combinado com reconhecimento dos fatos tal como se apresentavam, além da análise dos diferentes níveis de desenvolvimento econômicos, sociais, políticos e culturais dos diferentes países, implicou na caracterização de diferentes formas políticas concretas e históricas, de diferentes Estados, o que por sua vez levava a diferentes teorias da revolução; ao mesmo tempo que já via contradições internas na própria Rússia:

É preciso saber trabalhar no novo caminho. É incomensuravelmente mais duro, mas não de modo algum sem esperanças. De modo algum fará fracassar o Poder Soviético, se nós próprios não o fizermos fracassar com uma aventura estúpida. Chegará um momento em que o povo dirá: não permito que me martirizem mais. Mas isso só acontecerá se não cairmos nessa aventura e aprendermos a trabalhar em condições duras e com um tratado inauditamente humilhante que assinámos há dias, pois uma tal crise histórica não se resolve com uma só guerra, com um só tratado de paz.⁷⁰⁹

⁷⁰⁷ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 495 a 533.

⁷⁰⁸ Idem, pág. 505.

⁷⁰⁹ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 512.

Enquanto na Rússia foi “mais fácil” tomar o poder, era mais difícil avançar para o socialismo, já nos países de capitalismo desenvolvido era mais difícil tomar o poder, mas deveria ser mais fácil a transição para o socialismo.

Essa análise e caracterização estavam baseadas ainda na premissa de que a transição para o socialismo estaria baseada centralmente na mudança da titularidade da propriedade dos meios de produção para o Estado, como redução das relações de produção, e no desenvolvimento das forças produtivas.

Isto é, pouco tempo de experiência lhe permitiu ampliar sua conceituação do Estado e da revolução, numa análise ao mesmo tempo mais profunda e alargada ao reconhecer que “*uma cultura democrática, uma organização que atingem até o último homem*”.

Aqui nasce os conceitos filosófico-políticos marxistas de “oriente” e “ocidente” e de “direção cultural” das massas, exercida pela burguesia e que deveria ser disputada pelo proletariado.

No *Sétimo Congresso Extraordinário do PCR (b)* participaram 47 delegados com voto deliberativo e 59 com voto consultivo; representavam mais de 170 000 membros do Partido, em cujo número se contam as maiores organizações do partido, de Moscovo, de Petrogrado, dos Urais, do Volga. No momento do Congresso o Partido tinha cerca de 300 000 membros.

Lênin desenvolve mais este conceito no discurso aos sindicatos de Moscou em julho de 1918:

Toda a dificuldade da revolução russa reside no fato de que foi muito mais fácil para a classe trabalhadora revolucionária na Rússia começar do que para as outras classes na Europa Ocidental, mas é muito mais difícil para nós continuar. É mais difícil começar a revolução nos países da Europa Ocidental, porque ali, diante do proletariado revolucionário, está o pensamento superior que vem da cultura, e a classe trabalhadora se encontra em estado de escravidão cultural.⁷¹⁰ (tradução nossa).

Lênin está dizendo que a classe dominante russa não tinha sua hegemonia sobre as massas através da cultura, por outro lado a burguesia dos países europeus ocidentais dispunha de todo um conjunto de instituições culturais que lhe permitiam uma hegemonia ideológica na “sociedade civil”.

⁷¹⁰ LÊNIN, Vladimir I. Obras Completas. Tomo 36. Marzo-julio de 1918. *Informe sobre la situación actual* 27 de junio. IV Conferencia de los sindicatos y de los Comites Fabriles de Moscu, 27 de junio a 2 de junio de 1918. Trad. Ed. Progreso. Moscou. Ed. Progreso. 1986. Pág. 456.

No caso russo essa fragilidade facilitava o início da revolução, mas do outro lado dos balcãs, do Danúbio e dos Alpes o desenvolvimento cultural dificultava o início, mas deveria facilitar a continuidade e a transição ao socialismo.

Para Lênin a construção socialista era impensável sem um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, e a cultura sempre ocupou um lugar importante como uma força produtiva.

De toda sorte este congresso além da mudança definitiva do nome para *Partido Comunista da Rússia (bolchevique)* e das questões táticas imediatas como a Paz de Bret-Litovsk e a oposição interna dos “comunistas de esquerda” liderados por Bukharin e Radek, atualizou o seu programa incorporando as contribuições das *Teses de Abril*, de *O Estado e a Revolução* e de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, além das lições de Outubro de 17. Este Congresso também definiu novas tarefas como a fundação da IIIª Internacional, Comunista.

Em seguida realizou-se o *IV Congresso Extraordinário dos Sovietes de Toda a Rússia* centralmente sobre *Tratado de Paz de Brest-Litovsk*, em Moscou, de 14 a 16 de Março de 1918, participaram 1232 delegados com voto deliberativo, sendo 795 bolcheviques, 283 socialistas-revolucionários de esquerda, 25 socialistas-revolucionários do centro, 21 mencheviques, 11 mencheviques-internacionalistas e outros. Além da ratificação do tratado de paz foi deliberada a transferência da capital Para Moscou e a eleição do CECR. O Congresso aprovou em votação nominal e por maioria a resolução proposta por Lênin sobre a ratificação do tratado de paz por 784 votos a favor, 261 contra e 115 abstenções. Os socialistas-revolucionários de esquerda abandonaram o Conselho de Comissários do Povo. Os "comunistas de esquerda", liderados por Bukharin e Radek, não participaram na votação, afirmando numa declaração especial que a conclusão do tratado de paz minava a defesa do país e as conquistas da revolução, violaram as disposições do *VII Congresso do Partido*, sobre a inadmissibilidade da intervenção contra as decisões do Partido. O Congresso Comité Executivo Central de 200 membros. A decisão do Congresso sobre a ratificação do tratado de paz foi aprovada depois pelos soviets locais, pelas organizações do partido e pelos trabalhadores em comícios e assembleias.⁷¹¹

Neste 4º Congresso dos Sovietes Lênin aprofunda sua avaliação e reconceituação da relação entre Estado e revolução a partir dos fatos:

As revoluções não se desenvolvem tão facilmente que possa assegurar-nos um ascenso rápido e fácil. Não houve uma única grande revolução,

⁷¹¹ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 539 a 556.

mesmo num quadro nacional, que não tenha atravessado um período de derrotas.⁷¹²

[...]

[...] que o Poder Soviético é um tipo superior de Estado, é a continuação da Comuna de Paris.⁷¹³

Daquele facilismo quase ingênuo de *O Estado e a Revolução* à dura crítica dos fatos, combinados com aquele “limite metodológico”, agora novamente uma “vantagem metodológica” diante da mudança da realidade, da mudança nas correlações de forças internas à Rússia e externas, na Europa e na Ásia, permitiu a Lênin mais uma vez revisar, atualizar e modificar a teoria e o programa ante os acontecimentos, ao contrário das “velhas ortodoxias”, agora “super entusiasmados”, imbuídos de um otimismo revolucionário que não tinham em abril do ano anterior. A grande diferença metodológica, mais uma vez é a capacidade de Lênin de observar as contradições da realidade e de pensa-las também dialeticamente e propor soluções práticas, táticas e estratégicas, que levem em conta essas contradições; ao contrário dos “opositores” que só conseguiam ver a realidade em “linha reta”, “para frente” ou para traz” isto é, só conseguiam analisar a realidade através da lógica formal, aristotélica ou positivista-determinista, fosse para dar “apoio condicional” ao governo provisório pouco mais de um ano antes ou para se oporem ao tratado de paz de Brest-Litovsk.

De todo, mais uma vez vemos que não há uma ruptura no processo de desenvolvimento do pensamento de Lênin, mas sim mudanças conforme a evolução real dos acontecimentos.

Assim como diante da derrota das revoluções no “ocidente” europeu, Eslováquia de 16 de junho a 7 de julho de 1919, da Hungria de março a agosto de 1919⁷¹⁴, à qual Lênin advertiu:

Seria um erro aplicar as mesmas táticas russas, imitar cada pequeno detalhe, e impô-los às condições particulares da revolução húngara. Meu dever é adverti-lhes destes erros, mas eu gostaria de saber que garantias têm.⁷¹⁵

Mas principalmente das derrotas das revoluções alemãs, da República Soviética da Baviera⁷¹⁶ de menos de um mês, aos levantes dos marinheiros de Kiel⁷¹⁷, a queda da monarquia,

⁷¹² LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 547.

⁷¹³ Idem, pág. 553.

⁷¹⁴ MÉSZÁROS, István. A revolta dos intelectuais na Hungria. Dos debates sobre Lukács e Tibor Déry ao Círculo Petöfi. Trad. João Pedro Alves Bueno. Revisão técnica Claudinei Cássio de Rezende. São Paulo. Boitempo. 2018.

⁷¹⁵ LÊNIN, V. I. *Obras Completas*. 3ª ed. Volume 29. Buenos Aires. Cartago Editores. 1957 a 1973. Pág. 203.

⁷¹⁶ Baviera: Flocke, Regne de Baviera, República Soviética de Baviera, Llista de ducs de Baviera, Església de Wies, Volta a Baviera. Barcelona. Books LLC. 2011.

⁷¹⁷ Cidade portuária ao norte da Alemanha.

a República de Weimar em dezembro de 1918, e as manifestações de Berlim⁷¹⁸, até os assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em 15 de janeiro de 1919.

Mas o movimento é irreversível. No dia 9 de novembro de 1918, a onda revolucionária atinge Berlim, capital do império. Por volta do meio-dia, manifestações gigantescas coroadas de milhares de bandeiras vermelhas enchem as ruas da capital.

[...]

E então algo inesperado acontece. [4 de janeiro de 1919] Desde as nove horas grupos de trabalhadores marcham para o centro da cidade; por volta das duas horas da tarde já havia cerca de duzentos mil trabalhadores ocupando o coração da capital — da Alameda da Vitória até a Alexanderplatz, um mar de gente a perder de vista, carregando armas, bandeiras vermelhas, num tom de exasperação e de vontade de agir. Da manifestação à ocupação dos jornais é um pequeno passo.

[...]

No dia 6 de janeiro de 1919, embora ninguém soubesse, a revolução alemã tinha morrido, escreve Sebastian Haffner, um dos historiadores desses dias tumultuados.⁷¹⁹

Em 2 de março de 1919, no discurso de abertura do 1º Congresso da III Internacional, Lênin saúda Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que apesar da morte de ambos ainda é marcado por bastante otimismo revolucionário⁷²⁰, mas que também incorporou as contribuições de das *Teses de Abril*, de *O Estado e a Revolução* e de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

Em julho de 1919, numa palestra na Universidade Sverdlov Lênin discorreu mais uma vez *Sobre o Estado*⁷²¹ onde primeiro contesta as visões pré-marxistas a respeito e em seguida reafirma as posições de Engels em *A origem da família* e a suposta “evolução” do Estado na história da humanidade, e sua origem como fruto direto da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e repete a fórmula mágica “*O Estado é uma máquina para manter a dominação de uma classe sobre outra.*”⁷²², ou ainda “*O Estado é uma máquina para que uma*

⁷¹⁸ LUXEMBURGO, Rosa. *A Ordem Reina em Berlim*. Tradução de Nildo Viana. In: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1919/01/ordem.htm#:~:text=A%20ordem%20reina%20em%20Berlim!%2C%20proclama%20triunfalmente%20a%20imprensa%20burguesa,salvo%20perante%20a%20hist%C3%B3ria%20mundial>. Acessado em 17 nov. 2023.

⁷¹⁹ LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã. 1918-1923*. Coleção Revoluções do Século XX. Direção Emília Viotti da Costa. São Paulo. Editora da Unesp. 2005. Pág. 35,78 e 79.

⁷²⁰ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 3. 1986. Pág. 76 a 88.

⁷²¹ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 3. 1986. Pág. 176 e seguintes.

⁷²² Idem. Pág. 182.

classe reprima outra, uma máquina para a sustentação a uma classe de outras classes, subordinadas.”⁷²³, segundo a qual a forma concreta do Estado corresponde à forma de exploração de uma classe sobre outra, à forma escravista, a forma de Estado Grego e Romano antigos, à exploração feudal ao seu Estado e à forma de exploração capitalista o Estado burguês.

Alguns meses depois, em março de 1920, ao 9º Congresso do PCR (b), em Moscou, do qual participaram 715 delegados, dos quais 553 com direito de voto e 162 com voto consultivo, representando 611.978 membros do Partido, atravessado pela guerra civil em curso, mas sob controle, ainda marcado pelas elaborações anteriores e com foco teórico no desenvolvimento das forças produtivas, em particular da eletrificação, mas já com o recuo de tentar atrair os “antigos especialistas” técnicos civis e militares, mas ainda com estímulos à emulação, em particular ao trabalho aos sábados, cruzado com um debate sobre a regulação e relação com os sindicatos, como sintoma dos conflitos entre os trabalhadores e o “novo” Estado.

Em novembro de 1919 Lênin publica no *Pravda* o artigo *A economia política na época da ditadura do proletariado* onde pela primeira vez teoriza sobre a transição do capitalismo ao socialismo:

Teoricamente, não há dúvidas de que entre o capitalismo e o comunismo existe um certo período de transição. Ele não pode deixar de reunir em si os traços ou as propriedades de ambos estes regimes de economia social. Este período de transição não pode deixar de ser um período de luta entre o capitalismo agonizante e o comunismo nascente; ou, por outras palavras, entre o capitalismo vencido, mas não aniquilado, e o comunismo já nascido, mas ainda muito débil.

[...]

A economia camponesa continua a ser a pequena produção mercantil. Temos aqui uma base extraordinariamente ampla para o capitalismo, dotada de raízes muito profundas e muito sólidas. Sobre esta base o capitalismo mantém-se e renasce de novo, numa luta agudíssima contra o comunismo.

[...]

O socialismo é a supressão das classes. Para suprimir as classes é preciso, em primeiro lugar, derrubar os latifundiários e os capitalistas. Esta parte da tarefa já a realizámos, mas é apenas uma parte e, além disso, *não* é a mais difícil. Para suprimir as classes é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença entre os operários e os camponeses, transformá-los *todos em trabalhadores*. Isto não se pode fazer de repente. É uma tarefa incomparavelmente mais difícil e, por força da necessidade, prolongada. É uma tarefa que não se pode realizar pelo derrubamento de uma classe. Só é possível realizá-la pela reconstrução

⁷²³ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 3. 1986. Pág. 183

organizativa de toda a economia social, pela passagem da pequena economia mercantil, individual, isolada, à grande economia social. Esta transição é por força extraordinariamente longa. As medidas administrativas e legislativas precipitadas e imprudentes só podem tornar esta transição mais lenta e difícil. Só se pode apressar esta transição prestando ao camponês uma ajuda que lhe dê a possibilidade de melhorar em grandes proporções toda a técnica agrícola, de a transformar radicalmente.

[...]

O socialismo é a supressão das classes. A ditadura do proletariado fez tudo o que podia para essa supressão. Mas é impossível suprimir as classes de repente. As classes mantiveram-se, mas *cada uma* delas modificou-se na época da ditadura do proletariado; modificaram-se também as suas inter-relações. A luta de classes não desaparece sob a ditadura do proletariado, toma apenas outras formas.⁷²⁴

Interessante aqui notar que Lênin começa, a partir da experiência prática, as contradições e dificuldades da transição do capitalismo ao socialismo. Apesar de ainda manter uma definição simples de socialismo “*O socialismo é a supressão das classes.*”, ele já não mais participa daquele “facilismo” expresso em *O Estado e a Revolução* ao reconhecer que

Só é possível realizá-la pela reconstrução organizativa de toda a economia social, pela passagem da pequena economia mercantil, individual, isolada, à grande economia social. Esta transição é por força extraordinariamente longa.⁷²⁵

Essa inflexão na análise da experiência com implicações nas perspectivas futuras levará, como de hábito, a mudanças na sua conceituação do Estado.

Em junho de 1920 Lênin publica *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*⁷²⁶ retomando os argumentos do panfleto *Acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*⁷²⁷ Lênin defende a atuação dos partidos comunistas nos sindicatos reacionários e nos parlamentos burgueses contra movimento basista do partido inglês e de parte da esquerda alemã e holandesa, ressaltando a necessidade “acordos” e “alianças”, combinada com a direção

⁷²⁴ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 3. 1986. Pág. 202 e seguintes.

⁷²⁵ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 3. 1986. Pág. 206.

⁷²⁶ LÊNIN, V. I. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. Expressão Popular. 1986. São Paulo.

⁷²⁷ LÊNIN, V. I. *Acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*. Tradução: Edições “Avante!” com base nas Obras Completas de V. I. Lênine, 5.ª ed. em russo. In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Tomo 2. Moscou e Lisboa. Edições Avante! e Edições Progresso. 1978. Pág. 592 a 613.

política do partido para levar à vitória uma revolução proletária. Os *esquerdistas* se negavam a fazer quaisquer acordos nos limites políticos e jurídicos burgueses.

Em *Esquerdismo* Lênin argumenta que o bolchevismo se afirmou por sua luta contra o oportunismo e contra a direita, mas também em sua história lutou contra o “revolucionarismo pequeno-burguês parecido com o anarquismo”. Lênin chama o esquerdismo de “castigo pelos pecados do oportunismo”, como uma tendência na avaliação da correlação de forças entre as classes e as tarefas do proletariado sempre muito otimista e em linha reta, numa lógica formal quase idealista.

Lênin reafirma em *Esquerdismo* que nenhuma “vanguarda” pode vencer sem as massas, que não se pode substituir as massas nem muito menos se prescindir de suas ações irreprimíveis.

O debate com os “esquerdistas” de certa forma ajudou Lênin a ampliar sua visão sobre o Estado e as relações entre as classes, ao ter que contrapor concepções tão estreitas. Mas os marxistas “heterodoxos” Karl Korsch⁷²⁸, Otto Rühle⁷²⁹, Paul Mattick⁷³⁰, Anton Pannekoek⁷³¹,

⁷²⁸ Karl Korsch, 1886, Tostedt, distrito de Hamburgo, Alemanha, morreu em 1961, em Cambridge, Massachusetts, EUA. Oriundo das classes privilegiadas alemãs, estudou direito, sociologia e filosofia, doutorando-se em direito em 1911, pela Universidade de Jena. Em 1919 entrou para o U.S.P.D., Partido Socialista Alemão Independente, onde estavam Kautsky e Hilferding. Entra para o K.P.D., Partido Comunista, em 1920. Em outubro de 1923 é ministro da Justiça durante as poucas semanas da república "operária" de Turingia. De 1924 a 1928 é deputado no Reichstag. Dirige o órgão teórico do K.P.D., *Die International* em 1924-1925. A partir de 1921 opõe-se à política do Komintern, mas do seu interior. É expulso do partido em 1926. Participa na revista *Kommunistische Politik*. Depois de 1928 exerce as suas atividades políticas fora de qualquer organização definida. A chegada de Hitler ao poder em 1933, obriga Korsch a deixar a Alemanha. *In*: <https://www.marxists.org/portugues/korsch/index.htm>, acessado em 22 nov. 2023.

⁷²⁹ Otto Rühle nasceu em 1874 em Freiberg, Saxe e morreu em 1943 no México. Durante a revolução de novembro de 1918 da Alemanha desempenha um papel de relevo como membro do Conselho operário e militar de Dresden. Em 1919 é expulso do partido (K.P.D.). *In*: <https://www.marxists.org/portugues/ruhle/index.htm>, acessado em 22 nov. 2023.

⁷³⁰ Paul Mattick nasceu na Alemanha, em 1904, numa família proletária de tradição socialista. Militante das Juventudes Espartaquistas desde os 14 anos, foi eleito, durante o período revolucionário, delegado ao Conselho operário das fábricas Siemens, em Berlim, onde era ferramenteiro aprendiz. Participou em numerosas ações, revoltas de fábricas, motins de rua, foi preso por diversas. Em 1920 abandona o partido comunista, que se tornara parlamentarista, e junta-se às tendências comunistas de conselhos que formam o KAPD (Partido Comunista Operário da Alemanha). *In*: <https://www.marxists.org/portugues/mattick/index.htm>, acessado em 22 nov. 2023.

⁷³¹ Anton Pannekoek foi um cientista e teórico marxista holandês. Obteve reconhecimento internacional por seus trabalhos na área da astronomia. Concebia o marxismo como a ciência aplicada aos problemas sociais e a humanização da ciência como um aspecto da humanização da sociedade. Sustentou que o marxismo não era um dogma, mas um método de pensamento aplicável aos problemas sociais no processo real de transformação social. De sua obra sobressaem com solidez pelo menos duas idéias: 1) a autonomia do proletariado frente aos capitalistas e à degeneração burocrática de partidos e sindicatos de trabalhadores; 2) a impossibilidade de reconstruir o movimento operário nos moldes em que existiu, tanto antes de 1914, quanto no período de 1917-21. *In*: <https://www.marxists.org/portugues/pannekoek/index.htm>, acessado em 22 nov. 2023.

Herman Gorter⁷³² e Amadeu Bordiga⁷³³, se colocaram contra o modelo russo, bolchevique, de revolução para os países da Europa Ocidental.

As divergências teóricas eram sobre o apoio dos camponeses como condição para a vitória da revolução, os esquerdistas diziam que os operários ocidentais estavam “sós”, portanto não tinham tal apoio; e sobre a “questão sindical”, na qual os “à esquerda” viam os sindicatos como órgãos em si contrarrevolucionários, pelo fato de alguns terem sido contra organização dos operários por conselhos ou comissões de fábricas mais políticos. Esta concepção esquerdista, combatida por Lênin, dizia, entre outras coisas, que “os operários não são donos dos seus sindicatos”, que “*Ao contrário, são dominados por eles como uma força estranha contra a qual eles podem revoltar-se, embora essa força tenha sido criada por eles mesmos.*”⁷³⁴.

Outra posição dos “esquerdistas” era contra a participação nos parlamentos burgueses, que seriam apenas meios de propaganda proletária contra “as ilusões liberais-burguesas” e legalistas, também era contra qualquer aliança com a social-democracia que representava, segundo eles, os interesses da pequena-burguesia. Acusavam as posições bolcheviques de “oportunistas” para a Europa ocidental.

O objeto de fundo dos debates era a maior dificuldade da revolução no ocidente.

Mas para as posições esquerdistas o parlamentarismo, os sindicatos, a ditadura do partido e a ditadura dos chefes, não passava de uma organização burguesa criada para conservar o capitalismo e reconstruí-lo.

Pannekoek, cunha as expressões “comunismo ocidental” como as sindicalistas e parlamentaristas e “comunismo de Conselhos”, em oposição “comunismo de Partido” ou “de sindicatos”.

Esses “comunistas de esquerda” emigram em sua maioria para os EUA com a ascensão do fascismo e do nazismo e influenciam sobremaneira os agrupamentos socialistas e comunistas de lá. Isso explica muito as características da “esquerda radical” estadunidense até os dias atuais.

⁷³² Herman Gorter, 1864 a 1927, escritor e poeta holandês, militante da ala esquerda do movimento operário, adversário da Primeira Guerra Mundial. Fundou o Partido Comunista Laborista, antiparlamentar. In: <https://www.marxists.org/portugues/gorter/index.htm>, acessado em 22 nov. 2023.

⁷³³ Amadeu Bordiga, 1889-1970, dirigente e teórico comunista italiano. Participou na fundação do Soviete de Nápoles em 1918. Membro da ala esquerda do Partido Socialista Italiano e em seguida membro fundador e principal teórico do Partido Comunista. Após a revolução de Outubro, Bordiga junto de outros comunistas formaram a fração *Abstencionista* dentro do Partido Socialista Italiano, opondo-se à participação em eleições burguesas e a tática de alianças, democratismo e pacifismo a qual identificavam ser predominante no Partido Socialista Italiano. In: <https://www.marxists.org/portugues/bordiga/index.htm>, acessado em 22 nov. 2023.

⁷³⁴ GORTER, Herman. *Carta aberta ao companheiro Lenin* [1920]. In: TRAGTENBERG, Maurício (Org.). *Marxismo heterodoxo* (Gorter/Makhaïski/Bordiga). São Paulo. Brasiliense. 1981. Pág. 14 a 84.

De certa forma, vistas de hoje, aquelas posições “esquerdistas” foram um reflexo histórico das derrotas da revolução na Europa ocidental e o estreitamento dos horizontes e visões, objetivos e subjetivos, cujos temas de análises, debates e críticas se centraram na crise do capital, em particular a de 1929, e no desemprego em massa, na ascensão do nazifascismo e nas derrotas dos movimentos operários, além da “contrarrevolução stalinista” na Rússia, posteriormente.

A questão das frentes políticas, única, popular e nacional, sempre foi um tema delicado, para Lenin a política da frente única deveria ser usada com máxima flexibilidade tática desde 1921, para os “comunistas conselhistas” e esquerdistas a frente única era uma capitulação à social-democracia e aos seus governos.

Lenin escreveu *Esquerdismo* centralmente para combater esse “desvio”, ou mesmo “outro caminho”. Essa divisão emerge com ascensão dos regimes fascistas, na Itália e na Alemanha, onde Trotsky defende a frente única dos comunistas com os social-democratas, contra a linha da Terceira Internacional, já “stalinizada” que caracterizavam a social-democracia como “irmã gêmea do fascismo” e, portanto, se negaram a formar uma frente contra o nazifascismo.

Mas o mais fundo nesse debate é a diferença de que na Rússia as classes dominantes não conseguiram exercer uma “direção cultural” sobre as classes subalternas, assim a tomada do poder foi relativamente mais fácil que no ocidente europeu.

Mas a tomada do poder não resolvia o problema do atraso estrutural das forças produtivas e das relações de produção, e aí está o primeiro núcleo do problema da hegemonia, cuja teoria geral de Lênin é o fundamento deste conceito, justamente porque nos países de capitalismo mais avançado, é mais ao proletariado difícil tomar o poder, porque a burguesia tem meios de dominação mais sofisticados, proporcionais ao nível de desenvolvimento, onde as massas estão submetidas à direção política, econômica e cultural da burguesia através das suas múltiplas instituições.

Lênin foi o primeiro, mais uma vez, a perceber o problema da hegemonia para a vitória definitiva das revoluções nos países da europeus ocidentais, cuja preparação tinha que ser muito mais complexa e detalhada que a russa, ou “oriental”; no ocidente “apenas” a insurreição era insuficiente sem ante uma conquista da hegemonia, ou da direção cultural do proletariado até “o último homem”, como ele diz:

Mas começar sem preparação a revolução num país onde o capitalismo se desenvolveu e deu uma cultura democrática, uma organização que atingem até ao último homem, é um erro, é um absurdo.⁷³⁵

Mas Lênin não teve tempo nem oportunidade para poder aprofundar esse conceito e essa nova “estratégia”, nem de elaborar uma nova teoria à luz dos novos acontecimentos.

Em julho de 1920 começa o 2º Congresso da Terceira Internacional, em Moscou. Participaram no congresso 169 delegados com direito de voto e 49 com voto consultivo, representando 67 organizações de 37 países. Além de representantes dos partidos e organizações comunistas de 31 países, tomaram parte nos trabalhos do congresso representantes do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha, dos partidos socialistas da França e da Itália, dos “Operários Industriais do Mundo” (Austrália, Inglaterra, Irlanda), da Confederação Nacional do Trabalho da Espanha e doutras organizações⁷³⁶.

Lênin abre este congresso, diferente de outros encontros, destacando as relações econômicas imperialistas como base da situação internacional. Em outros momentos os fatores políticos eram os iniciais e os mais determinantes.

Mas é em julho de 1921, no terceiro congresso da Terceira Internacional, diante da consolidação das derrotas e do cercamento da Rússia soviética por forças contrarrevolucionárias e com uma crise de abastecimento no campo que há não só uma mudança de tática, mas também e principalmente de concepção de Estado.

Para além de uma mera palavra-de-ordem a “Frente Única” era uma nova estratégia para a conquista da hegemonia sobre as classes subalternas, diante das mudanças no cenário internacional e das contradições internas relativas à transição, diante dos perigos de retrocessos:

Mas para ter a vitória é preciso ter a simpatia das massas. Nem sempre é necessário, a maioria absoluta; mas para a vitória, para conservar o poder, é necessário não só a maioria da classe operária — emprego aqui o termo «classe operária» no sentido usado na Europa Ocidental, isto é, no sentido de proletariado industrial —, mas também a maioria da população rural explorada e trabalhadora. Pensastes vós nisto?⁷³⁷

Essas mudanças de análises e caracterizações e reposicionamentos no pensamento político-jurídico de Lênin já vinham se manifestando desde o 10º Congresso do Partido

⁷³⁵ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 505.

⁷³⁶ Fonte: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/07/24.htm#tr1>, acessado em 22 nov. 2023.

⁷³⁷ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 542.

Comunista da Rússia (b)⁷³⁸ de março de 1921, cujo centro foi o estabelecimento de um acordo com os camponeses.

O que queremos destacar com essas inflexões e mudanças é que elas não se deram somente por conta da mudança da correlação de forças internas e externas à Rússia, sim se deram, mas essas mudanças também levaram, *pari passo*, a uma ampliação na visão e conceituação do Estado.

Se antes Lênin concebia o Estado apenas como o instrumento de dominação uma classe sobre outra, agora, diante das contradições da transição ao socialismo o levou a uma visão ampliada do Estado, isto é, quase ao conceito de “Estado ampliado”, que depois seria elaborado por Gramsci, mas cujo núcleo do conteúdo estava dado ao pensar o Estado não apenas como instrumento de uma classe mas como uma aliança de classes, e também e principalmente como produto e mediação das relações de classe, i. é, das relações de produção, com a inovação da elaboração hegemonia política nestas novas relações sociais, não apenas através do Estado, mas sobretudo da “direção cultural” sobre as amplas massas “até o último homem”, que também seria aprofundada pelo dirigente e pensador italiano.

⁷³⁸ LÊNIN, V. I. *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 471 e seguintes.

8.3 – A Guerra Civil, a NEP e a ampliação do Estado em Lênin

Em março de 1921, o governo de soviético já havia anunciado a “Nova Política Econômica”, conhecida pela sigla NEP. Na economia esse novo plano recuava com as ações centralizadoras do comunismo de guerra e permitia que algumas práticas do sistema capitalista ainda fossem empregadas. Dessa forma, pretendia-se dar “um passo para trás, para depois dar dois à frente”. Ou seja, reaquecer a economia através do capitalismo e, logo em seguida, ampliar o conjunto de ações socialistas. Tamás Krausz esclarece ainda que Lênin tinha plena consciência das contradições:

Da mesma maneira que ele [Lênin] havia descrito o Estado do período transicional como “Estado burguês” sem burguesia, ele [Lênin] falava de um capitalismo de Estado sem burguesia passando a coexistir como consequência da NEP, desde que (e juntamente com outros desenvolvimentos) “os empreendimentos do Estado sejam em grande parte colocados em uma base capitalista, comercial.”⁷³⁹

Krausz prossegue:

Isto era um “recuo” real em relação ao socialismo teórico, na medida em que uma orientação baseada em necessidades foi substituída pela lucratividade como preocupação central.”⁷⁴⁰

Ou seja, para Lênin, a NEP era para ser provisória e transitória, “um passo atrás” para permitir os “dois passos à frente”, que seria a implementação da economia planificada e o prosseguimento da superação das formas e conteúdos sociais capitalistas.

Mas para entendermos a NEP não apenas como uma política econômica, mas como uma nova concepção e novo conceito de Estado, precisamos antes entender seu contexto.

A guerra civil foi iniciada após a assinatura do tratado de Brest-Litovsk.

Em 5 de janeiro de 1918, com o ultimato alemão com condições péssimas, os bolcheviques se dividiram entre Lênin, favorável, e Bukharin, contrário. Venceu uma posição mediada de Trotsky de parar a guerra, mas sem assinar o tratado. O resultado foi nova ofensiva alemã e nova debandada russa.

Os bolcheviques foram obrigados a aceitar condições ainda mais draconianas, a Rússia Soviética perdeu 26% da sua população, 27% das terras férteis, 26% das estradas de ferro, 75% do carvão, do ferro e do aço, 40% do proletariado industrial.

⁷³⁹ KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 495.

⁷⁴⁰ Idem.

A Rússia perdeu a Finlândia, os países bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, Polônia, Bielorrússia e Ucrânia, e os distritos turcos de Ardahan e Kars, e o distrito georgiano de Batum.

O Tratado de Brest-Litovsk foi assinado entre o governo soviético e as Potências Centrais, Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Império Otomano, em 3 de março de 1918, permitiu a saída da Rússia do conflito. O governo bolchevique também anulou todos os acordos do Império Russo com seus aliados antes e durante a Primeira Guerra Mundial.

Os territórios concedidos aos alemães continham um terço da população da Rússia e 50% de sua indústria. A maior parte desses territórios se tornou, na prática, em partes informais do Império Alemão. Mas após a revolução alemã iniciada em 9 de novembro de 1918, que derrubou o regime monárquico, o Comitê Executivo Central dos Soviéticos declarou anulado o Tratado. Paralelamente, a derrota da Alemanha na guerra, marcada pelo armistício firmado com os países aliados, em 11 de novembro de 1918, permitiu que Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia se tornassem Estados independentes. A Bielorrússia e a Ucrânia envolveram-se na guerra civil russa e terminaram por ser novamente anexadas ao território soviético.

Ainda em 1918, a Rússia soviética encontrava-se rodeada de protetorados alemães, a Ucrânia, a Finlândia, o Don, os japoneses, ocuparam a fronteira da Manchúria chinesa. Em maio de 1918 a Legião Tcheca, que se estava na Rússia desde a guerra mundial, atacou territórios dominados pelo governo soviético, numa campanha militar financiada pelo governo francês. Em Omsk e Samara foram criados governos antissoviéticos, as tropas inglesas desembarcaram ao Norte. Com esse bloqueio externo, a situação nas cidades soviéticas era de penúria alimentar.

A retirada alemã deu um alento ao governo soviético, mas as tropas estrangeiras e contrarrevolucionárias estavam em toda parte, no Ural, no Leste, no Sudeste, os japoneses em Vladivostok, os franceses em Baku e nos países bálticos, junto ao general Iudenich, e, também, em Odessa, na Ucrânia. A penúria alimentar se aprofundou, levando à fome em que pereceram milhões de pessoas.

Em 6 de julho de 1918 o embaixador alemão em Moscou foi assassinado por um jovem militante socialista revolucionário (SR), Jacob Blumkin, numa ação de “boicote ativo” ao Tratado de Brest-Litovsk.

Três frentes também lutavam entre si, generais czaristas e monarquistas, liberais, “esserritas” (SR) e socialistas moderados e os anarquistas e todos contra o governo bolchevique.

Nessas condições deflagrou-se uma guerra civil. De um lado, 500 mil soldados em tropas chamadas de “brancas”, restos do antigo exército czarista.

Os três anos seguintes foram de guerra civil, que começou de fato em abril de 1918. Os conflitos regionais terminaram em 1922. Tropas estrangeiras foram nadadas pela França, Reino Unido, Japão, Estados Unidos e mais dez países, que antes lutavam entre na Primeira Guerra Mundial agora se uniram com o “Exército Branco”.

Na economia foi instituído o “comunismo de guerra”, onde o dinheiro e o mercado foram praticamente abolidos, substituídos por uma economia dirigida baseada na tributação em gênero sobre os cereais e outros gêneros. As consequências econômicas foram desastrosas, não se plantava mais para excedente, apenas para sustento de suas famílias, cidades ficaram desbastecidas, houve êxodo das urbano. Petrogrado e Moscou reduziram suas populações à metade.

A guerra civil e o bloqueio econômico e político internacional à Rússia soviética levaram a milhões de vítimas. Jean-Jacques Marie⁷⁴¹ calculou em 4,5 milhões as mortes durante a guerra civil, cerca de 3% da população russa morreu. A Rússia havia retrocedeu a um nível econômico inferior a antes da Primeira Guerra Mundial. A situação econômica do país era dramática. A indústria têxtil operava apenas 6% dos fusos, em comparação com 1913, a indústria metalúrgica produzia menos de 5% e as minas de carvão, 10%. O minério de ferro, que chegara, em 1918, a 12,3% de 1913, em 1920, a 1,7%. 50% das locomotivas não operavam em 1920. A força de trabalho do país iria diminuir pela metade. A produção da indústria pesada foi sete vezes menor do que logo antes do início do conflito na Europa e a de ferro fundido atingiu, em 1921, 3% de 1913. A baixa produtividade, os salários pagavam 20% do custo de vida. Os estoques não existiam, faltava combustível. Na agricultura, em 1921 as cabeças de gado eram menos de dois terços de seu total, as ovelhas 55%, os porcos 40% e os cavalos, 71%, comparados a 1913, a área agricultável ficou pela metade, a colheita de tudo diminuiu quase a zero.

Para piorar houve uma seca histórica na região do baixo Volga, nas planícies dos Urais, Cáucaso, Crimeia e partes da Ucrânia, entre 1920 e 1921, que matou cinco milhões de pessoas.

Petrogrado, o maior centro industrial, perdeu 60% de sua população⁷⁴²

A situação econômica e as condições de vida da população pioraram muito. A indústria tinha 20% da produção de 1914. A produção de ferro, 1,6% e a de aço, 2,4%. Os setores do carvão e do petróleo, menos afetados pela guerra, alcançavam 27% e 41% respectivamente. Os trabalhadores mais favorecidos recebiam entre 1.200 e 1.900 calorias diárias das 3.000

⁷⁴¹ Jean-Jacques Marie. *Soixantième anniversaire de la Révolution d'Octobre. La Vérité* n° 579. Paris. 1977.

⁷⁴² PERICÁS, Luiz Bernardo. *Planificação e Socialismo na Rússia Soviética: os Primeiros Dez Anos*. Texto apresentado no Simpósio Internacional “Cem Anos que Abalaram o Mundo”. Departamento de História (FFLCH). Universidade de São Paulo. 2017.

necessárias. O proletariado industrial era sombra. Em 1919 havia três milhões de operários, um ano depois esse número havia caído pela metade, e em 1921 não passava de 1.250.000.

A guerra civil foi um fator de qualidade para os problemas da transição, as cidades perderam 30% da população, a fome e o frio mataram 7,5 milhões de pessoas.

Terminada a guerra civil, a Rússia estava arrasada, com problemas enormes para recuperar a produção agrícola e industrial.

Visando promover a reconstrução do país, o *Conselho dos Comissários do Povo*, órgão maior do Estado soviético, criou, em fevereiro de 1921, a Comissão Estatal de Planificação Econômica ou *Gosplan*, encarregada da coordenação geral da economia do país.

A guerra civil de 1918-1920 provocou uma dramática inflexão no desenvolvimento do país. No início da Nova Política Econômica (NEP), em 1921, não somente a economia soviética estava tomada pelo caos, mas as cidades se haviam despovoado, a burguesia fora destruída e, com ela, se perdera boa parte do talento profissional, administrativo, cultural e intelectual da nação. Ainda mais grave, do ponto de vista do regime, foi o intenso enfraquecimento da classe operária, se se considera o fato de que a morte, as mobilizações, as promoções e a marginalização haviam devorado quase a metade da força de trabalho industrial especializada. Ainda hoje os estudiosos não captaram plenamente os resultados desses ruinosos abalos. Foi como se grande parte do desenvolvimento social e econômico experimentado pela Rússia depois de 1861 tivesse sido varrida, e a sua cultura - espiritual e política - houvesse regredido a uma fase anterior, primitiva, difícil de definir e datar.⁷⁴³

Em março de 1921, começaram a ser adotadas as medidas da “Nova Política Econômica” ou NEP, como a liberdade de comércio interno, a negociação do salário pelos trabalhadores, a autorização para o funcionamento de empresas particulares e a permissão de entrada de capital estrangeiro para a reconstrução do país. O Estado continuou exercendo controle sobre setores estratégicos da economia como o monopólio do comércio exterior, os bancos e as indústrias de base. A NEP “coincide com a assinatura do acordo comercial anglo-russo em 16 de março de 1921, uma semana após a apresentação da NEP.

Esse acordo foi recebido, justamente, como um precedente e um momento decisivo na política soviética. As duas partes concordavam em não criar obstáculos ao comércio mútuo e, à falta de um reconhecimento diplomático formal, trocar representantes comerciais oficiais. A cláusula

⁷⁴³ LEWIN, Moshe. *Para uma conceituação do stalinismo*. In: HOBBSAWM, Eric J. *História do Marxismo*. vol. 7. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986. Pág. 217

se comprometia a "abster-se de ação ou empreendimentos" e de "propaganda oficial, direta ou indireta", contra a outra. A "ação ou propaganda para estimular qualquer um dos povos asiáticos a qualquer forma de hostilidade contra os interesses britânicos ou o Império Britânico" era mencionada especificamente.

[...]

O tratado havia sido concluído em condições que não deveriam durar, e realmente não duraram. O acordo anglo-soviético destinava-se, como a NEP, a ser levado "a sério e por longo tempo".

Ele anunciava uma modificação de ênfase na política soviética.

[...]

As razões que levaram à reaproximação com a Grã-Bretanha eram econômicas: o desejo de facilitar um comércio mutuamente lucrativo.

[...]

A nova posição em política externa, que acompanhou a adoção da NEP, estendeu-se às relações soviéticas com os países estrangeiros. Tratados com o Afeganistão, e com a Pérsia, foram firmados em fevereiro de 1921, e um tratado com a Turquia, no mesmo dia da assinatura do acordo anglo-soviético, 16 de março de 1921.⁷⁴⁴

Interessante perceber na citação acima que a NEP não implicou em um rearranjo econômico apenas interno russo, mas toda uma mudança política nas relações internacionais entre Estados.

Assim, a NEP, além de recuo defensivo econômico diante da catástrofe, da necessidade de ampliação das alianças de classes interna e externa, foi também uma ampliação do Estado.

Isto porque mais que as concessões das fábricas estatizadas ao gestor da grande empresa, foi uma forma de reforçar o "capitalismo de Estado" contra a pequena produção mercantil. O cooperativismo seria outra forma de capitalismo de Estado, que agruparia pequenos produtores.

Lênin e a Rússia foram obrigados a voltar para formas atrasadas de capitalismo de Estado para reconstruir as bases novo redensolvimento.

Lênin penou a NEP como um projeto de desenvolvimento capitalista de Estado agroindustrial, ciente da participação do campo na economia e da necessidade da elevação da qualidade técnica do trabalho industrial e do nível cultural das massas, como premissas para a transição socialista.

A transição socialista deveria se dar simultaneamente com construção das suas condições materiais e culturais, que, com a NEP, seriam frutos do capitalismo de Estado.

⁷⁴⁴ CARR, E. H. *A revolução russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1981. Pág. 47, 48 e 51.

A contradição entre transição socialista e a NEP teria como síntese teórica e prática pela conformação de uma nova hegemonia na produção e no Estado, agora organizador e educador das massas.

A NEP em termos práticos era o fim do confisco da produção agrícola pelo imposto em espécie e pela troca por produtos industriais, aparentemente primitiva, mas efetiva. As condições materiais e econômicas para uma transição socialista estavam piores que em 1918. O capitalismo de Estado com a NEP era uma reconstrução das condições prévias à transição. Esse capitalismo de Estado se daria sob a forma de concessões da grande empresa, das mais avançadas, contra as pequenas e atrasadas, para fortalecer as relações econômicas reguladas pelo Estado contra as relações pequeno-burguesas desreguladas.

O cooperativismo era outra forma de capitalismo de Estado, com base na pequena indústria. A questão econômica-política de fundo na NEP era encaixar as condições para a transição socialista, para o que *“é necessário compreender quais são os caminhos, os métodos, os recursos, os elementos intermediários necessários para a passagem das relações pré-capitalistas para o socialismo”*⁷⁴⁵.

Ou seja, a NEP não foi só “um passo atrás”, era o reconhecimento do retrocesso histórico no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção às formas “pré-capitalistas”.

⁷⁴⁵ LÊNIN, V. I. *Sobre o Imposto em Espécie (O Significado da Nova Política e as Suas Condições)*. In: Obras Escolhidas. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 3. Pág. 508.

8.4 – NEP, capitalismo de Estado, Cooperativas e Transição em Lênin

Com o advento da NEP, Lênin teve que pensar a transição ao socialismo e do Estado de forma mais ampla, formulando novas hipóteses de acordo com os novos acontecimentos. Para ele a NEP era, sim, um passo atrás, mas não era e não podia ser desconexa da transição ao socialismo, ainda que uma fase de transição não pensada anteriormente, mas sem transformar essa política em uma “ideologia legitimadora”, isto é, sempre a tratou como um recuo diante do retrocesso. Assim o conceito de transição ganhou mais destaque e importância na última fase da sua obra e pensamento, mais até que o conceito de socialismo, uma vez que este ficou “para depois”.

Lênin tinha perfeitamente claro que a transição era ainda uma sociedade baseada na produção de mercadorias para a valorização no mercado, com todas as consequências desse fundamento.

Os conceitos de “capitalismo de Estado” e de “transição” passaram a ser centrais na teoria política leniniana. Capitalismo de Estado significava, entre outros aspectos, dar prioridade à grande empresa estatal, mas voltada ao mercado, em contraposição às 25 milhões de pequenas propriedades rurais e urbanas. Ou seja, ainda superficialmente, “capitalismo de Estado” seria um capitalismo altamente regulado e controlado pelo Estado, como ele definiu “um recuo ordenado” no sentido do plano inicial de transição ao socialismo, mas, em certo sentido, um avanço em relação à situação caótica em que o país se encontrava, por isso uma transição.

Quando Lênin fala em “Estado burguês sem burguesia” como fase da transição, está dizendo quase o mesmo que Pachukanis e Marx, pois era o Estado de uma sociedade baseada na produção de mercadorias para a valorização no mercado, ou ainda, como forma política do Capital. Assim, o seu conceito de “capitalismo de Estado” se completa com o de “capitalismo de Estado, sem burguesia”, isto é, com o proletariado no controle político do Estado, ainda que um Estado forma-política do Capital.

Esse “recuo” implicava também em uma outra aliança de classe tanto para o funcionamento da economia como para o gerenciamento deste Estado, a aliança dos operários com os camponeses. Conceito superado nas *Teses de Abril* e em *O Estado e a Revolução*, agora retomado por força das circunstâncias. Se em abril de 17 era possível prescindir do campesinato e seus partidos, pelas possibilidades de implementação das tarefas socialistas estarem colocadas no horizonte, em março de 21 o “passo atrás” também era de aliança de classe e portanto com modificações no caráter de classe do Estado, que agora também era de frente dos operários com os camponeses, e das tarefas deste Estado, de recuperar a economia, capitalista, destruída do

país. Momentaneamente significava, entre outras coisas, ao menos uma estabilidade política ainda que relativa e em equilíbrio dinâmico, mas ainda assim, era o mínimo necessário.

Em maio de 1922, aos 52 anos, Lenin sofreu seu primeiro acidente vascular cerebral, perdendo temporariamente sua capacidade de falar e ficando com seu lado direito paralisado. Seu pai havia morrido de hemorragia cerebral aos 55 anos de idade.

Em novembro de 1922, em seu último discurso público, Lênin afirmou categoricamente que o socialismo não estava num horizonte próximo, mas que também não podia ser perdido de vista com medidas desconexas da estratégia maior.

Chegámos à própria medula de todas as questões quotidianas, e isso constitui uma enorme conquista. Agora o socialismo não é já uma questão dum futuro longínquo, nem um quadro abstrato ou um ícone. Dos ícones continuamos a ter a opinião de antes, uma opinião muito má. Fizemos passar o socialismo para a vida diária, e é aqui que nos devemos orientar. Eis o que constitui a tarefa dos nossos dias, eis o que constitui a tarefa da nossa época. Permitam-me que termine exprimindo a certeza de que, por mais difícil que seja essa tarefa, por mais nova que ela seja em comparação com a nossa tarefa anterior, e por mais dificuldades que nos cause, todos nós juntos, não amanhã, mas no decurso de alguns anos, todos nós juntos realizaremos esta tarefa a todo custo, de modo que a Rússia da NEP se torne a Rússia socialista.⁷⁴⁶

Destacamos o imbricamento das “tarefas de nossos dias”, a NEP, no caso, com “a tarefa de nossa época”, o socialismo, como indissociados em seu último discurso. As “tarefas aqueles dias” era justamente construir as condições para uma eventual transição ao socialismo.

Em dezembro de 1922 Lênin sofreu seu segundo AVC, perdeu os movimentos da perna e braço direitos, mas ainda assim ditou uma série de texto e cartas às secretárias⁷⁴⁷, como *Sobre a Cooperação* onde disse:

Ao passar à NEP fomos demasiado longe, não no sentido de termos dedicado demasiado lugar ao princípio da indústria e do comércio livres, mas ao passar à NEP fomos demasiado longe no sentido de que nos esquecemos da cooperação, de que subestimamos agora a cooperação e começámos já a esquecer a gigantesca importância da cooperação nos dois aspectos acima indicados desta importância.⁷⁴⁸

⁷⁴⁶ LÊNIN, V. I. *Discurso no Plenário do Soviete de Moscou*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 3. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986. Pág. 634 e 635.

⁷⁴⁷ Idem, pág. 639 e seguintes.

⁷⁴⁸ LÊNIN, V. I. *Sobre a Cooperação*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 3. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986. Pág. 657.

Fazendo a conexão com os recuos da NEP e ao mesmo tempo, uma ligação com a transição ainda que futura ao socialismo, Lênin afirma um pouco mais à frente:

Neste sentido a NEP representa já um progresso, pois se adapta ao nível do camponês mais comum e não lhe exige nada superior. Mas para conseguir, por meio da NEP, que toda a população sem exceção participe nas cooperativas, é necessária toda uma época histórica.⁷⁴⁹

É mais impressionante ainda essa capacidade de ligar a teoria geral às tarefas particulares, mesmo debilitado por dois AVC's, e a conexão com os conceitos passados, presentes e o que ele esperava e propunha ser o futuro:

Parecia-lhes que não se devia chamar capitalismo de Estado a um regime no qual os meios de produção pertencem à classe operária e o poder de Estado pertence a esta classe operária. Mas não notavam que eu utilizava a designação “capitalismo de Estado”, em **primeiro lugar** para estabelecer a ligação histórica da nossa posição atual com a posição na minha polémica contra os chamados comunistas de esquerda, e também demonstrei já então que o capitalismo de Estado seria superior à nossa economia atual; o importante para mim era estabelecer o laço hereditário entre o vulgar capitalismo de Estado e aquele capitalismo de Estado não vulgar, e mesmo absolutamente não vulgar, do qual falei ao apresentar ao leitor a nova política económica. Em **segundo lugar**, para mim sempre foi importante o objetivo prático. E o objetivo prático da nossa nova política económica consistia na obtenção de concessões; as concessões nas nossas condições seriam já sem qualquer dúvida um tipo puro de capitalismo de Estado. Eis em que sentido eu tratava a questão do capitalismo de Estado.⁷⁵⁰

E aqui há um conceito novo de “capitalismo de Estado” como teoria de uma formação social nova específica para as condições materiais existentes e para a transição ao socialismo a partir dessas condições, mediadas pela intervenção teórica e prática do sujeito político, agora não mais apenas o partido da vanguarda, mas o Estado como esse sujeito atuante, transformador e direcionador da dinâmica da realidade. Um conceito novo e inovador, elaborado no leito que se esperava ser de convalescença.

E esta é outra diferença marcante com elaborações futuras ditas em seu nome, pois mesmo neste breve texto ele foi capaz de separar e diferenciar o seria o socialismo em nível político, isto é, o Estado operário, ainda que um Estado burguês sem burguesia, mas controlado pelos

⁷⁴⁹ LÊNIN, V. I. *Sobre a Cooperação. In: Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 3. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986. Pág. 629.

⁷⁵⁰ Idem. Pág. 660.

operários; e o que seria o socialismo em nível econômico. Distinção esta que “leninismo” oficial do Estado não fazia nem ideia. E Lênin avança mais ainda na sua nova e última teoria:

[...] Estado, pertencente à classe operária - com as empresas de tipo consequentemente socialista (quando tanto os meios de produção como o terreno em que se encontra a empresa e toda a empresa no seu conjunto pertencem ao Estado), surge ainda a questão duma **terceira forma de empresas**, que anteriormente não constituíam uma categoria à parte do ponto de vista da importância de princípio, a saber: as empresas cooperativas. No capitalismo privado, as empresas cooperativas diferem das empresas capitalistas como as empresas coletivas das empresas privadas. No capitalismo de Estado, as empresas cooperativas diferem das empresas capitalistas de Estado, em primeiro lugar porque são empresas privadas, e em segundo lugar porque são empresas coletivas. Sob o nosso regime atual, **as empresas cooperativas** diferem das empresas capitalistas privadas por serem empresas coletivas, mas **não diferem das empresas socialistas**, desde que o terreno onde estão instaladas e os meios de produção que empregam pertençam ao Estado, isto é, à classe operária.⁷⁵¹ (negritos nossos).

Lênin, por nossa leitura particular, está teorizando sobre uma nova forma econômica de transição do capitalismo, de Estado, ao socialismo. Uma forma que aparentemente e formalmente carrega consigo características ainda capitalistas, mas cujo conteúdo contém elementos coletivos, isto é, socialistas. Aplicando a uma circunstância particular o que Marx havia teorizado em Crítica ao Programa de Gotha:

[...] a questão é a seguinte: como o proletariado, durante o período de luta para derrubar a antiga sociedade, ainda age com base na antiga sociedade e, por conseguinte, continua a se mover entre formas políticas que mais ou menos pertenciam àquela sociedade, ele ainda não encontra, durante esse período, sua constituição definitiva e emprega meios para sua libertação que, depois dessa libertação, deixam de existir; [...].⁷⁵²

Sem em Marx ainda salienta que “*formas políticas que mais ou menos pertenciam àquela sociedade*” [burguesa] permanecem, em maior ou menor grau, no curso do processo de sua superação, e que o sujeito histórico deste processo, o proletariado, deve agir como ator principal deste processo de superação, no trecho anterior, em Lênin, parafraseamos Marx: *formas econômicas que mais ou menos pertenciam àquela sociedade ele ainda não encontra, durante*

⁷⁵¹ LÊNIN, V. I. *Sobre a Cooperação. In: Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 3. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986. Pág. 660.

⁷⁵² MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012. Pág. 119.

esse período, sua constituição definitiva e emprega meios para sua libertação que, depois dessa libertação, deixam de existir.

Ou seja, sob o conteúdo e forma de um Estado de transição, que aponte e avance neste sentido, as cooperativas, também têm seu conteúdo social e sua forma relacional alterados pelas particularidades e pelo todo das relações e funções em que se encontram, isto é, aqui, tanto na teoria de Lênin, quanto numa eventual prática assim dirigida, a forma pode finalmente encontrar a função, da arquitetura de Marx à engenharia de Lênin.

Conteúdo e forma são alterados, porque, sob as novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo.⁷⁵³ (negrito nosso).

Lênin, infelizmente não viu essa realidade pensada, planejada e teorizada se materializar. Em março de 1923 sofreu o terceiro AVC e perdeu a capacidade de fala, não mais escreveu nem ditou, morreu dez meses depois em 21 janeiro de 1924.

⁷⁵³ MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012. Pág. 32.

8.5 - Pachukanis, Gramsci e Althusser como complementares a Lênin

Como dissemos acima, a nossa chave de leitura da obra de Lênin é a partir da crítica marxista da forma-mercadoria, i.e., a partir do método singular de Pachukanis, da construção do concreto nas ciências abstratas, da ligação entre ideologia e direito e Estado, entre relação e norma, mercadoria e sujeito, direito e Estado, sob o prisma da teoria da derivação do Estado e da forma-política, nos abre essa porta.

Assim, a nossa proposta de reconstituição da construção histórica dos seus conceitos, busca deixar de lado a idealização e mistificação de Lênin, para alcançarmos uma crítica de suas ideias como categorias conceituais, apontar os seus limites teóricos, nesta perspectiva, é, pois, para emancipar a crítica, construtiva, do culto cego. Nossa crítica à obra e ao pensamento de Lênin é justamente para libertá-los, os três, do “culto à personalidade”, nada mais antimarxista e contrário à sua vida e à sua obra.

Pois apontar os limites da obra teórica e do pensamento de Lênin, fundamental para nossa tese, de forma criteriosa e científica, sem negar o mérito de sua obra e seu pensamento, reconhecer o respeito que merecem.

Assim, para verificar as possibilidades de validade e aplicações, em nosso tempo, dos conceitos, teorias e ideias centrais de Lênin, assim como para andar neste caminho de busca pela superação dos seus limites e incompletudes, se faz necessário confrontar suas teorias com as de alguns autores que escolhemos, não aleatoriamente, mas precisamente alguns que consideramos que avançaram sobre problemas teórico que ele não conseguiu, pois, mais uma vez insistimos que não queremos repetir o que Lênin já havia alcançado.⁷⁵⁴

Não que outros autores não tenham contribuído grandemente para a complementação de eventuais lacunas teóricas em Lênin, mas que pela nossa chave de leitura, nela não se enquadravam diretamente ou apenas muito vagamente a tocavam.

Nesta toada, Evguiéni B. Pachukanis cujos métodos de construção do concreto nas ciências abstratas demonstram as categorias econômicas abordadas por Marx também são aplicáveis à ciência jurídica e à ciência política e à crítica do Estado, é o primeiro autor que consideramos que ajuda a continuar a obra leniniana, isto é, a construção de conceitos fundamentais para uma superação dos limites e complementação teórico-conceitual.

Pachukanis parte por sua vez da conceituação de forma-jurídica de Marx em *O Capital*, capítulo 2, não ao acaso intitulado *O processo de troca*, onde o renano explica:

⁷⁵⁴ ŽIŽEK, Slavoj. *13 опытов о Ленине/ 13 опытов о Liénine*. (em tradução livre nossa “13 experimentos sobre Lênin”). Moscou. Ad Marginem. 2003. Pág. 252-253.

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias.⁷⁵⁵

Em Pachukanis, o sujeito de direito, ou forma-jurídica subjetiva, é o átomo do direito, em suas palavras “*Toda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples e indivisível, que não pode mais ser decomposto.*”⁷⁵⁶

Ou seja, a forma-jurídica é uma condição *sine qua non* para a circulação da mercadoria, e, portanto, para a realização completa do capital.

Com uma visada sobre o Estado, sob os prismas de Lênin e de Pachukanis combinados, como forma-política também derivada da forma-mercadoria, é possível inferir na existência de um “sujeito-político”, de uma “subjetividade-política” ou ainda de uma “forma-política-subjetiva”, como complemento conceitual à teoria da mudança do Estado.

O conteúdo da forma-política, as especificidades das relações políticas sob o capitalismo, das relações de poder, sejam diretamente econômicos, sociais, políticos e culturais-ideológicos, nos permite encontrar uma teoria do sujeito-político em Lênin, ao encaixá-las nas teorias atuais da forma-política.

Parafraseando Pachukanis, cruzado com Lênin, afirmamos que *toda relação política também é uma relação entre sujeitos*. Mas os sujeitos políticos, ao diferente dos sujeitos de direito, não são elementos indivisíveis, justamente porque não são indivíduos, portanto, podem ser decompostos, em classes, camadas, setores de classes, regiões, nações, grupos, partidos e

⁷⁵⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Capítulo 2, *O processo de troca*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 219.

⁷⁵⁶ PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Boitempo. São Paulo. 2017. Pág. 117.

até mesmo em Estados. Nossa tese é que há uma teoria do sujeito-político em Lênin e que o sujeito-político é parte fundamental da forma-política. Mas se o sujeito-político não é a forma indivisível, o “átomo”, da forma-política, qual é o seu centro?

Pensamos que o núcleo da forma-política é justamente a tensão da exploração/opressão, a tensão entre Estado apartado, terceiro na relação política e “sociedade civil”, onde outras tensões determinantes ocorrem, como as econômicas, sejam concorrenciais entre diferentes capitais, horizontais e verticais, conflitos entre capital e trabalho etc., no âmbito das relações de produção, que excepcionalmente se transformam em crises diretamente políticas, e em vezes mais raras ainda pode se transformar em crises revolucionárias⁷⁵⁷.

Uma tensão entre sujeitos coletivos, classes, camadas, setores, grupos, representados por suas instituições, associações, sindicatos, partidos, Estados; e desde dentro do Estado, indiretamente nos parlamentos, bancadas, novamente partidos, mas agora com outras funções, executivas, judiciárias, legislativas; forças armadas, igrejas, escolas, universidades etc. E em cada uma dessas instituições, com suas tensões internas, onde os sujeitos políticos aparecem nas relações sob tensão.

As anotações de Lênin sobre sua leitura de Hegel demonstram sua atenção especial para a questão das “transições” do “geral para o individual” e do “individual para o geral”, além de reflexões sobre as correlações entre “forma e conteúdo”, que antecipava Pachukanis, “método e ciência”, “percepção e realidade”, “teoria e prática”.

Mas mesmo Pachukanis não foi capaz de ultrapassar alguns dos limites enfrentados por Lênin como a questão consciência/ideologia:

Um trabalho prolongado de educação e reeducação das massas trabalhadoras e da própria vanguarda da classe operária, com a firmeza das premissas políticas, ou seja, da ditadura do proletariado e com a consciência de que “fizemos passar o socialismo para a vida diária”: eis aí o testamento que Lênin nos deixou.⁷⁵⁸

O conceito de consciência em Pachukanis segue Lênin, que por sua vez tem como referência Kautsky em *Um elemento importado de fora*:

Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses; de fato, foi o cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e através deles é que foi comunicado

⁷⁵⁷ ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História, situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo. Xamã. 2004.

⁷⁵⁸ PACHUKANIS, Evgeny. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921 – 1929)*. Coordenação Marcus Orione. Tradução Lucas Simone. São Paulo. Sundermann. 2017. Pág. 301 e 302.

aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, que o introduzem, em seguida, na luta de classes do proletariado onde as condições o permitem. Logo, dessa forma, a consciência socialista é um elemento importado de fora na luta de classes do proletariado e não algo que surge originalmente dela.⁷⁵⁹

Fórmula que Lênin repete em *Que fazer?*:

Dissemos que a consciência social-democrata, os operários nem sequer a podiam ter. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente a partir de suas próprias forças, é capaz de desenvolver apenas uma consciência tradeunionista, ou seja, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários etc.⁷⁶⁰

Lênin, apesar de avançado muito em suas definições filosóficas acerca da categoria de “consciência”, não pôde desenvolver uma nova teoria que superasse a velha dicotomia kautskysta entre consciência econômica e consciência política do proletariado, essa falsa visão simplista e limitada, mecânica e determinista, da “consciência” com várias implicações posteriores na teoria da ação, do partido e do Estado sob direção do Partido.

Mesmo Pachukanis fazendo a crítica da ideologia do Estado como um modelo de conveniência, visto que pode substituir a ideologia religiosa e camuflar o domínio das massas por parte da burguesia, mesmo sendo o Direito um instrumento a serviço dos interesses da burguesia capitalista, a forma jurídica não sendo uma mera ideologia, mas um operador real que atua concretamente no âmbito da complexa sociedade capitalista.

A ideologia do Estado jurídico é mais conveniente que a religiosa, porque ela, além de não refletir a totalidade da realidade objetiva, ainda se apoia nela. A autoridade como “vontade geral”, como “força do direito”, na medida em que se realiza na sociedade burguesa representa um mercado.⁷⁶¹

Pachukanis não pode superar o limite da falsa dicotomia kautskysta entre consciência econômica e consciência política, mantendo-se o impasse teórico. A consequência teórica dessa não superação é que em alguns setores da intelectualidade crítica, ao não se questionarem sobre

⁷⁵⁹ Publicado na revista *Die Neue Zeit*, 1901-1902 °3, p. 79. In: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1901/mes/elemento.htm>, acessado em 30 nov. 2022.

⁷⁶⁰ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Trad. Edições Avante! Lisboa, Moscou. Revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. Coleção *Arsenal Lênin*. São Paulo. Boitempo. 2020. Página 50.

⁷⁶¹ PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo*. 1ª ed. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo. Boitempo. 2017. Pág. 148.

este limite objetivo/subjetivo, é a responsabilização “das massas” pelas contradições e insucessos das experiências da Ex-URSS, do leste europeu, ou mesmo da China e de Cuba nos dias que se seguem. A superação dessa falsa dicotomia é necessária para que as críticas não se ceguem.

Mas o assassinato de Evguiéni B. Pachukanis, ilegal, ilegítimo e antijurídico, além de evidenciar o “estatismo” como antítese do pensamento de Lênin por não aceitar a crítica, e expor as contradições das formas-sociais capitalistas, forma-mercadoria, da forma-valor, da forma-jurídica, Direito, e da forma-política, Estado; impediram e bloquearam a transição objetiva, da intervenção do Estado no sentido contrário ao elaborado por Lênin; e subjetiva, ao interromper a elaboração de teorias que apontassem no caminho leniniano original.

A retomada da obra de Pachukanis, passando pelo novo marxismo derivacionista, e a renovação do marxismo com Althusser e seus continuadores, nos permite voltar ao caminho da superação.

O intelectual e dirigente político italiano Antonio Gramsci foi outra figura que conseguiu avançar bastante na elaboração do conceito de ideologia e no encaixe deste conceito no conjunto da teoria e programa, no processo de resgate de Lênin e de superação do marxismo-vulgar.

Gramsci combinará uma leitura deste “Prefácio” com as *Teses sobre Feuerbach*⁷⁶² e a lição do último Engels⁷⁶³, é que Gramsci chega nos Cadernos à sua concepção positiva de ideologia.

Para Gramsci a ideologia tem a função de organizar a vida social e cotidiana das diferentes classes sociais e suas frações; o conceito de ideologia, ganha materialidade através dos sujeitos que a encarnam. O conceito político de ideologia, em Gramsci é o momento e o espaço nos quais os sujeitos desenvolvem consciência dos conflitos sociais em que se encontram e agem nessas lutas conforme a ideologia que os constituem enquanto esses sujeitos.

Mas Gramsci não teve acesso à *A ideologia alemã*, que foi publicada somente em 1932, cinco anos antes de sua morte, porque estava preso e sem acesso a novas publicações. Mas mesmo que categoria central na obra de Gramsci não é o conceito de ideologia, mas sim de hegemonia, que ele usa para definir a forma como o Estado conquista o consentimento dos subjugados para seu domínio, com consentimento e coerção de forma combinada.

⁷⁶² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007.

⁷⁶³ ENGELS, Friederich. *Anti-Dühring. A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2015.

Em Gramsci a categoria de hegemonia inclui a de ideologia, mas não o contrário. Ambos os conceitos são mais políticos que econômicos em Gramsci, e são constitutivos da forma-política “ocidental”, isto é, são pilares para dar sustentação à “legitimidade” ao Estado, para que as pessoas acreditem que governam, ou que escolhem seus governantes.

Assim, a forma-política capitalista, amparada pela forma-hegemonia e pela forma-ideológica, como suas colunas de sustentação, se encontram tanto no Estado, *stricto sensu*, mas, principalmente enraizada na “sociedade civil”, nas mentes das pessoas, na forma de ideologia, fazendo assim que a forma-ideológica capitalista seja também uma instância de poder.

O binômio hegemonia-ideologia dá ao Estado capitalista sua forma-política específica de um “terceiro” mediador das relações econômicas, sociais e políticas; onde o Estado aparece como “neutro” e essa “neutralidade” não apenas uma ilusão, mas sim uma realidade objetiva devido à autonomia relativa da forma-política ante as formas-econômicas e sociais. Gramsci entende a ideologia como “uma realidade objetiva e operante”, “um instrumento de ação política”, isto é, um conceito positivo de Ideologia.

A hegemonia, para Gramsci, no entanto, não se resume à ideologia, mas pode ser compreendida como a montagem de muitas partes ideológicas, em seus momentos e espaços. Gramsci constrói seu conceito de ideologia de forma positiva, como instrumento de luta política, ainda que simbolicamente, como parte fundamental da luta pela hegemonia, mas não seja o todo da luta.

A contradição no prisma mais político de Gramsci é que ele coloca a questão da hegemonia centralmente no âmbito da “sociedade civil”, isto é, entre a economia e o Estado; enquanto que para a “sociedade política”, ou para o Estado propriamente dito, ele reserva a coerção, o monopólio da violência ideologicamente e forçosamente legitimado, numa antinomia entre a necessidade de consentimento do povo, por um lado, para a própria coerção, e a diminuição da oposição entre coerção e consentimento para que esse equilíbrio tênue possa operar, por outro.

O ponto de partida teórico em Gramsci é o mesmo onde Lênin parou, da dificuldade da revolução russa residir no fato de que foi muito mais fácil para a classe trabalhadora revolucionária na Rússia começar do que para as outras classes na Europa Ocidental, mas foi mais difícil para os russos continuarem, e ser mais difícil continuar a revolução nos países da Europa Ocidental, porque ali o proletariado revolucionário teria uma cultura, uma consciência superior. Lênin estava dizendo que a classe dominante russa não tinha sua hegemonia sobre as massas através da cultura, e que a burguesia dos países europeus ocidentais dispunha de todo

um conjunto de instituições culturais que lhe permitiam uma hegemonia ideológica na “sociedade civil”. Essa fragilidade da burguesia russa facilitava o início da revolução, enquanto do outro lado dos balcãs, do Danúbio e dos Alpes o desenvolvimento cultural o dificultava.

Lênin e Gramsci conceituam hegemonia cuja função da ideologia é central e determinante, em níveis abstratos e da realidade material. Gramsci continua a transição do conceito de ideologia como “sistema de idéias” para a noção da vida social segundo essas ideias. Louis Althusser, depois vai aprofundar mais ainda essa conceituação trazendo a compreensão dos níveis inconscientes e institucionais da ideologia.

Gramsci elaborou um conceito de ideologia relacionado ao de hegemonia, avançou muito sobre os limites das definições de Lênin, que já havia negado e superando as posições deterministas, mecânicas do velho e do marxismo vulgar. Gramsci negou a negatividade do conceito de ideologia, dando-lhe sua positividade, não aparência ou ignorância, ou reflexo economicista da infraestrutura; ideologia, em Gramsci, é uma força viva e ativa, orgânica e dinâmica, que conforma o terreno em que as pessoas atuam, lutam e entendem suas posições no conflito.

Gramsci quase construiu uma ponte completa entre a “consciência econômica” e a “consciência política”, superando assim a falsa dicotomia de Kautsky. Faltou pouco.

O que faltou a Gramsci foi a crítica ao conceito de “consciência” de Kautsky, como a crítica epistemológica construída pelo filósofo e militante comunista francês Louis Althusser que avançou sobre as lacunas deixadas por Lênin e Gramsci sobre aos conceitos de consciência e ideologia. Althusser discute o conceito de ideologia a partir do prisma epistemológico, com base principalmente na *A Ideologia alemã*.

Althusser estabelece um corte epistemológico profundo entre Marx e Hegel, no qual Marx, apesar de se utilizar a lógica dialética, não é um mero continuador de Hegel, que é um idealista. Marx, segundo Althusser, desenvolve seu método dialético materialista através de novos instrumentos, novas categorias filosóficas e lógicas.

A suposta continuidade entre Hegel e Marx é, de fato, uma continuidade do marxismo vulgar e superficial que levou a Segunda Internacional à falência política e teórica, ao estabelecer uma relação mecânica, um marxismo-vulgar, faz de “Marx” refém das categorias filosóficas de Hegel, como apenas uma “inversão” e não uma total “reversão” de sentido e direção, como já vimos em Lênin, nos seus *Cadernos Filosóficos*.

Althusser estabelece uma ruptura metodológica entre Marx e Hegel, e com linhas de pensamento que se reivindicam marxistas, como a de Lukács e dos lukacsianos, que veem um

fio de continuidade e uma relação mecânica, portanto não dialética, entre os conflitos e a superação dos modos de produção; e um sentido “ontológico” à história, como um tipo de “imperativo categórico” trazido de Kant para o marxismo artificialmente⁷⁶⁴.

Althusser entende a dialética materialista, como Lênin, não somente como uma “inversão” da dialética idealista-hegeliana⁷⁶⁵.

Althusser, ao contrário das visões hegelianas dentro do “marxismo”, entende que a história não tem um sentido inerente, mas sim está imbrincada pela lógica da reprodução social, por uma combinação de forças, sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas que levam a um determinado modo de produção. Althusser, assim como Marx e Lênin, defende que a história é aberta e que uma construção do socialismo depende de uma combinação de forças e situações.

A partir do “corte epistemológico” é possível entender o conceito de ideologia neste autor, segundo o qual ideologia não é uma construção intelectual individual, de acordo com a vontade, mas tampouco é um pensamento ao acaso; é sim um elemento estrutural de todas as sociedades em que os indivíduos e grupos vivem, um meio de reprodução da ordem social; não é uma “confusão mental” nem um “espelho distorcido” da realidade; mas sim uma estrutura de pensamento, uma condição *sine qua non* à reprodução social, que não apenas transfigura da realidade, mas que explica tal realidade para as pessoas; não é uma escolha individual ou uma imposição ao indivíduo, é inconsciente, em termos freudianos, e constituidora do real na mente dos indivíduos, de forma positiva, assim como em Gramsci.

Althusser entende ideologia como um elemento material da realidade estrutural e estruturante do mundo e da visão deste mundo, não individual, sim coletiva, nas práticas e rituais materiais cotidianos da coletividade que cada indivíduo participa, mais como “receptáculo” da ideologia que seu produtor. Esse é o nível mais profundo e abrangente da compreensão do poder social na filosofia contemporânea. Essas práticas ideológicas são estruturadas em referências já dadas aos indivíduos e à coletividade por uma rede de aparelhos ideológicos de Estado. Assim, o sujeito não pode escolher uma ideologia, a limitação das possibilidades de escolhas que constituem o indivíduo em sujeito que acordo com os padrões de sociabilidade estabelecidos.

A forma-ideológica conforma, dá os contornos, do sujeito, cujo processo de subjetivação é ao mesmo tempo constituinte e reproduzidor da ideologia. Pois a ideologia é inconsciente, assim

⁷⁶⁴ ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro. Zahar. 1979. Pág. 100. Apud MASCARO, Alysso. *Filosofia do Direito*. 7ª Ed. São Paulo. Atlas. 2019. Pág. 554.

⁷⁶⁵ Idem. Pág. 555.

como na psicanálise, portanto, não pode ser um processo consciente dos sujeitos, de escolhas desses sujeitos. É um processo objetivo, concreto e estrutural, da reprodução social, a divisão da sociedade em classes, e o lugar do indivíduo nesse contexto, seu gênero, seus valores, são uma estrutura material e inconsciente.

Uma “contraideologia” necessita, portanto, perpassar por todas as estruturas sociais e seus rituais até atingir o inconsciente dos indivíduos para poder constituir e conformar uma nova visão de mundo que, por sua vez, permitisse uma outra reprodução social, que ao invés de privilegiar a produção e acumulação privada da riqueza socialmente produzida, fosse estruturada e estruturante produção e distribuição social dos valores de uso do “estômago e do espírito”⁷⁶⁶.

A “pedra fundamental” marxiana, do real e do abstrato, do concreto-do-pensamento e do concreto-real, Althusser, constrói o conceito de práticas ideológicas, em paralelo com os conceitos de práticas políticas, teóricas, econômicas, articuladas entre si, ora predominando uma, ora outras conforme as contradições principais em cada momento. O conceito de *prática* em Althusser se refere ao processo de transformação de uma matéria-prima em um produto, a prática teórica pode ser uma prática teórica-científica, ou uma prática teórica pré-científica, que seriam, portanto, ideológicas, como o empirismo, a fenomenologia e o idealismo.

Como Gramsci, ideologia em Althusser não é negativa, uma falsa consciência, no sardo o enfoque é mais político e no franco-argelino, epistemológico, uma estrutura de um todo-complexo com contradições e antagonismos, e com desigualdades entre as *ideologias particulares*, e o confronto da ideologia da classe dominante com a ideologia da classe dominada, oprimida e explorada; onde mesmo a classe dominante *vive* a sua ideologia e crê nos seus mitos, numa relação imaginária com a vida real para poder agir com relação a si mesma e às demais classes para poder suportar, justificar e dar sentido à sua vida. Para quebrar a “roda ideológica” é preciso, então, tirar a ideologia da classe operária da influência burguesa.

Confrontado as elaborações de Althusser com as leituras de Lênin da *Lógica* de Hegel podemos inferir que uma contraideologia operária estaria em negação com a ideologia dominante, para poder se afirmar como uma nova ideologia e superar a anterior, superando as bases e materiais capitalista, as formas sociais, e seus rituais da velha ideologia, não apenas nas ideais, mas nas relações entre as ideais e o mundo material, no qual é refletido e sobre o qual se projeta.

⁷⁶⁶ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Cap. 1. Item 1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 157

Todavia, se por um lado é correta, ao nosso ver, a tese de Althusser que a história é um processo sem sujeito⁷⁶⁷, enquanto uma operação vocativa, com um fim teleológico pré estabelecido, onde as classes são antes a tensão da luta de classes e não uma realidade em si e por si, antes do todo dinâmico, mas uma formação social, onde as massas “fazem” a história como um efeito dessa luta de classes, do qual decorre que “*todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se ele reveste a forma sujeito*”⁷⁶⁸; por outro lado a forma-sujeito é a categoria filosófica ou conceitual pela qual se entende a ação dos sujeitos concretos.

Para Marx, segundo Althusser⁷⁶⁹, não há uma teleologia da história, mas sim um *processo* de formações sociais no conjunto de condições reais, como processo de produção de formas a partir do desenvolvimento do conjunto de condições objetivas; pois somente nas condições concretas específicas em cada formação social, é possível saber cientificamente como o resultado histórico foi produzido e como elas chegaram a tal formação, e não antes.

O que estamos tentando dizer é que assim como o sujeito de direito, a forma-jurídica não foi uma vocação teleológica, mas sim produto do conjunto das condições objetivas como processo de produção de formas, em particular da forma-mercadoria, i. é., da circulação da mercadoria, assim também um sujeito-político não é uma vocação teleológica, mas igualmente produto da forma-política estatal capitalista, da sua tensão e da necessidade objetiva e subjetiva da sua superação.

⁷⁶⁷ ALTHUSSER, L. *Réponse à John Lewis*. Paris. Maspero. 1973.

⁷⁶⁸ Idem, Pág. 71.

⁷⁶⁹ ALTHUSSER, L. *Lênin e a Filosofia*. Trad. Herberto Helder. São Paulo. Edições Mandacaru. 1989.

8.6 – Lênin e a *Forma-Política*

Desde a interrupção abrupta do processo de elaboração teórica sobre o Estado e a transição ao socialismo, primeiro com a doença e morte de Lênin, depois com a regressão histórica, política e teórica, do stalinismo, com a perseguição, censura, prisão, tortura, assassinato, de Pachukanis e tantos outros “velhos bolcheviques”, praticamente de toda a geração “dos que liam em mais de dois idiomas”, em particular em russo e georgiano, até a retomada do pensamento crítico de Pachukanis, e de Lênin, e de Marx, no ocidente na década de 70 do século XX, inicialmente na Itália, muito tempo se passou antes de se reintroduzir na obscuridade, na obtusidade e na perdição em que jazia o sentido da crítica deste mundo, a claridade que havia apenas começado. Pela insignificância daquilo que produzido entre as décadas de 30 e 60 do século passado, pode-se medir a grandeza do que perdeu.

Esse resgate, ou essa reintrodução da luz, da crítica mais elevada e mais profunda, do marxismo-revolucionário e, em certo sentido, de um “leninismo-revolucionário”, ambos em oposição às leituras e interpretações interruptivas, passivas e conformistas, no mínimo não-revolucionárias, iniciado por Althusser nos anos 60 do século XX, com *Lênin e a Filosofia*⁷⁷⁰ de 1968 e *Lênin antes de Hegel*⁷⁷¹ e de Pachukanis nos 70 por Negri⁷⁷², continuado pela “teoria da derivação do estado e do direito”, na Alemanha ainda “Ocidental”⁷⁷³ com Hirsch e sua *Teoria Materialista do Estado*⁷⁷⁴, alcança a complementação e a superação das obras de Marx e de Lênin quanto à uma teoria política integral com *Estado e Forma Política*⁷⁷⁵.

Pois se em Lênin o conceito de “forma política” do Estado ainda se refere a “formas políticas” concretas e históricas, e não à forma política estatal, abstrata, derivada da forma mercadoria, relacionada às formas econômicas, forma valor e forma mercadoria, como a forma jurídica em Pachukanis, e este é um dos limites da sua obra teórica e do seu pensamento político, jurídico e filosófico, essa incompletude, essa não superação do conceito de “forma política” do Estado para além das formas concretas é finalmente alcançada por *Estado e Forma Política* de maneira mais abrangente, ao chegar à abstração da forma política estatal como forma derivada das formas mercadoria e valor. Chegamos, enfim, ao que Lênin não conseguiu alcançar.

⁷⁷⁰ ALTHUSSER, L. *Lênin e a Filosofia*. Trad. Herberto Helder. São Paulo. Edições Mandacaru. 1989.

⁷⁷¹ ALTHUSSER, L. *Lênin antes de Hegel*. In: Posfácio de *Lênin e a Filosofia*. Trad. Herberto Helder. São Paulo. Edições Mandacaru. 1989.

⁷⁷² NEGRI, Antonio. *Relendo Pachukanis: notas de discussão*. Traduzido por Patrícia Peterle e Andrea Santurbano. In: PACHUKANIS, Evguéni. Prefácio. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Tradução de Paula Vaz Almeida. Revisão técnica de Alysson L. Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017.

⁷⁷³ CALDAS, Camilo O. *A teoria da derivação do estado e do direito*. Tese de doutorado. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jeannette Antonios Maman. Faculdade de Direito da USP. 2013.

⁷⁷⁴ HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. São Paulo. Revan. 2010.

⁷⁷⁵ MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo. Boitempo. 2013.

Tanto que até o badalado filósofo esloveno Slavoj Žižek disse se tratar da “*obra mais importante do pensamento político marxista nas últimas décadas*”⁷⁷⁶. Isto porque *Estado e Forma Política* além de romper com as visões vulgares sobre o Estado e a política, estabelece um campo original de análise científica, sustentada nas categorias fundamentais da reprodução capitalista, como a forma-mercadoria e a forma-valor.

Estado e Forma Política retira os véus e as máscaras do Estado e o expõe como forma-política necessária e equivalente do capital, como garantidor da produção, da circulação, da reprodução e da acumulação, como um terceiro das relações de exploração, opressão e dominação, através do método da teoria da derivação do Estado e do Direito. Partindo das obras de Pachukanis, Gramsci, Poulantzas, Althusser e Hirsch entre outros para desvendar o Estado como uma forma derivada da forma-mercadoria e da forma-valor.

Estado e Forma Política rejeita tanto as explicações mais comuns do Estado como as metafísicas e positivistas, como as marxistas-vulgares do Estado apenas como meio de domínio da burguesia para a exploração e opressão do proletariado, da qual decorre que bastaria a tomada do poder político do Estado para a superação deste modo de produção e de reprodução.

Partindo do “átomo” da reprodução social sob a égide do capital, que é a forma-mercadoria, para explicar o modo de como as relações sociais se dão neste modo de vida, isto é, das formas-sociais, *Estado e Forma Política* explica como a produção de mercadorias pelos valores de troca, para serem trocadas no mercado, isto é, sua circulação, necessita invariavelmente de outras duas formas como condições *sine qua non* para completarem o ciclo, e, portanto, a realização do valor, e a reprodução do capital, quais sejam, a forma-jurídica e a forma-política.

Como as mercadorias, já explicou Marx, “*não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras*”, e os seus possuidores precisam “*se reconhecer mutuamente*” nessa “*relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não*”⁷⁷⁷, que deriva da relação econômica, conformando os “sujeitos de direito”, superando assim a dominação medieval e escravista pela força bruta direta; enquanto a forma-política separa os agentes econômicos diretos das funções de Estado, conferindo a este, na qualidade de um “terceiro” na relação, a condição para a mediação dos conflitos no sentido de manter a exploração, a opressão e dominação do capital sobre o trabalho.

⁷⁷⁶ MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. Contracapa. São Paulo. Boitempo. 2013.

⁷⁷⁷ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Capítulo 2, *O processo de troca*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 219.

Essa forma do Estado como um “terceiro”, aparente, mas objetiva, “acima” das classes e das lutas de classes é, por sua vez, outra condição sem a qual não seria possível a dominação para a produção, circulação e reprodução do capital e de toda sociabilidade capitalista, porque aparece e de fato é uma dominação indireta supostamente neutra, tanto em nível ideológico como material. O Estado, como forma-política capitalista, não pode aparecer como um órgão de poder privado da classe dominante, sob pena de quebrar sua forma e o conjunto de relações de reprodução da qual dependem, mesmo que eventualmente representantes de uma ou de outra classe estejam à testa deste Estado.

Isto porque, este Estado, sob esta forma, necessita de uma autonomia relativa para com as classes sociais, podendo inclusive se colocar contra determinados interesses imediatos mesmo da classe dominante, para manter as condições estruturais da dominação capitalista, que, por sua vez estabelecem os limites dessa autonomia. Condições estruturais estas que produziram e sustentam o próprio Estado.

A forma-política estatal corresponde à separação do produtor direto perante os meios de produção e da conexão daquele ao processo de trabalho coletivo e de exploração por meio da forma-jurídica. Mas a forma-política estatal, por sua vez também conforma o tecido social tanto pela repressão policial ou militar direta como pela ação dos seus aparelhos ideológicos, mas o uso destes “tentáculos” do Estado não afeta seu núcleo relacional. Isto é, as camadas mais superficiais da forma política podem ser maleáveis e flexíveis, como regimes mais abertos ou mais fechados, mais ou menos democráticos, mas as camadas mais internas fundamentais para a reprodução do capital e de toda sociabilidade capitalista continuam inalteradas.

O desenvolvimento do conceito de forma-política em *Estado e Forma Política* combinada com uma leitura da escola da regulação marxista permite, então, entender as mudanças aparentes e superficiais no capitalismo e no próprio Estado devido às suas crises intrínsecas, que levam a diferentes regimes de acumulação e modos de regulação, como o fordismo para o pós-fordismo, ou o “estado de bem estar social” e o “neoliberalismo”, enquanto o núcleo da forma-política estatal permanece inalterado, como garantidor das dinâmicas de reprodução e de acumulação do capital.

Desta leitura crítica e radical do Estado como forma-política necessária e vinculada ao capital deduz-se que a sucessão de crises e expansões cíclicas e elípticas deste modo de produção, que também são estruturais do capitalismo, persistirem, continuará a opressão e a exploração. E que apenas uma ruptura estrutural com o capital e pode levar a um novo arranjo das relações sociais.

Ou seja, que não é possível “quebrar” a forma-política sem concomitantemente “desconstituir” as formas mercadoria, valor, dinheiro, salário, jurídica e as demais formas sócio-relacionais constitutivas do capitalismo. O que, por sua vez, nos leva à necessidade de rever a teoria e a estratégia leniniana de ruptura com o capitalismo e de transição para o socialismo, não apenas com a tomada do poder político do Estado, mas também com a tomada do “poder econômico”, do “poder social” e do “poder cultural-ideológico”. Não nos basta alcançar o que Lênin não conseguiu, precisamos superar e muito o que ele alcançou, tanto subjetiva quanto objetivamente. Isto porque:

Entre a forma valor e a forma política estatal não há uma decorrência de desdobramento lógico necessário nem de total acoplamento funcional. A separação entre o político e o econômico permite a valorização do valor, forjando suas formas, mas isso se dá num processo que contém, intrinsecamente, a contradição, justamente por conta da própria separação e do apoderamento dividido.⁷⁷⁸

Por outro lado, se “*O capitalismo não tem um núcleo de inteligibilidade funcional ou lógico que possa presumir um sujeito coletivo dirigente talhando a ereção das formas sociais.*”⁷⁷⁹, pois o capital é o sujeito ativo “autônomo” de todo o processo e a burguesia, ou o Estado, é o seu sujeito passivo, apenas o trabalho pode cumprir o papel sujeito ativo, econômico e político, desde que de fora da lógica da mercadoria, de fora do processo do capital, desfazendo a separação entre a forma valor e a forma política. Porque se:

A forma-valor somente se estabelece plenamente quando ao mesmo tempo se apresenta, enreda-se, enlaça-se e se reflete em várias outras formas sociais correlatas. Nesse conjunto, a forma jurídica – que constitui os sujeitos de direito, afastando as velhas relações sociais que jungiam uns aos outros pelo arbítrio, pela força ou pelo acaso – é uma de suas engrenagens necessárias. Além dela, a forma política estatal é também sua correlata inexorável, constituindo um tipo específico de aparato social terceiro e necessário em face da própria relação de circulação e de reprodução econômica capitalista.⁷⁸⁰

No mesmo conjunto, a forma política precisa constituir os sujeitos de poder, refazendo e reforçando as relações sociais, também não pelo arbítrio, mas como elemento ativo do processo. Pois se a forma política estatal é correlata forma jurídica, o sujeito político é o correlato do sujeito de direito. O tipo específico de aparato social terceiro e necessário para relação de

⁷⁷⁸ MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. Contracapa. São Paulo. Boitempo. 2013. Pag. 24

⁷⁷⁹ Idem.

⁷⁸⁰ Idem, idem, pág. 25.

circulação e de reprodução econômica capitalista, necessita, pois de um sujeito “terceiro” positivo para a relação de circulação e de reprodução econômica capitalista e negativo para a sua interrupção e superação desse modo de produção, circulação e acumulação.

Ou ainda se “*Os vínculos capitalistas, no entanto, são assegurados por meio do surgimento e da constância de um aparato político determinante e a princípio estranho aos contratantes.*”⁷⁸¹, esse aparato político estranho aos contratantes possui um sujeito específico, que assim como na forma jurídica se comporta como “guardião” deste aparato, cujo conteúdo da relação de poder também é dada pelo conteúdo da mercadoria.

E assim como esse “[...] *corpo específico da forma política capitalista se revela na sua inexorável referência à forma-valor e à constituição da rede da mercadoria e de seus agentes [...]*”, o seu sujeito específico, o sujeito político é o *agente* no controle do poder deste aparato necessário à constituição e manutenção da rede da mercadoria.

Apesar de a forma política estatal não se confundir com o aparato, assim como o sujeito político não se confunde com os “*políticos*”, antes aparece como um “costureiro” do tecido social, instituído e instituidor, produto e produtor, a partir da forma-mercadoria e da forma jurídica, responsável pela objetivação e subjetivação da forma política.

Essa forma de sujeito político pode se apresentar como uma instituição “A” ou “B”, como um partido, ainda que não com esse nome, ou mesmo como o Estado em si. O conteúdo da relação política entre sujeitos políticos é dado pelo conteúdo da forma política estatal, que é a constituição recíproca do tecido das relações sociais de reprodução do capital.

Mas diferente do núcleo da forma jurídica que está na relação entre sujeitos de direito, com a autonomia de suas vontades, e o núcleo da forma política está na separação do poder político do poder econômico direto, cuja reprodução é garantida pelo Estado como mediador da relação capital/trabalho; a relação entre os diferentes sujeitos políticos oriundos dessa relação capital/trabalho, não é uma relação entre “iguais”, antes entre desiguais, não há uma troca de equivalentes, mas há a tomada do poder político por um dos sujeitos contra o outro, a autonomia da vontade é do que tomou o poder, do tomado não há autonomia, há o assujeitamento à vontade alheia. Daí a dominação política. Um sujeito é o dominante e o outro é o dominado.

Outra diferença é que se:

O núcleo da forma jurídica, o sujeito de direito, não advém do Estado.
Seu surgimento, historicamente, não está na sua chancela pelo Estado.
A dinâmica do surgimento do sujeito de direito guarda vínculo,

⁷⁸¹ MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. Contracapa. São Paulo. Boitempo. 2013. Pag. 25.

necessário e direto, com as relações de produção capitalistas. A circulação mercantil e a produção baseada na exploração da força de trabalho jungida de modo livre e assalariado é que constituem, socialmente, o sujeito portador de direito subjetivos.⁷⁸²

O sujeito político, por sua vez, advém do Estado, seu surgimento está foi chancelado pelo Estado. A dinâmica do sujeito político guarda vínculo indireto com as relações de produção capitalistas. A circulação mercantil e produção baseada na exploração da força de trabalho que constitui o sujeito portador de direito subjetivos, ao constituir a forma política estatal, conforma o sujeito político como portador de “direitos políticos”, o “direito de governar” em nome de todos, ainda que não sejam direitos, mas sim privilégios.

Mas o Estado não pode realizar uma chancela formal da condição de um sujeito político por um lado e de outro de assujeitado político, porque ambos, a priori são sujeitos de direitos iguais. A forma jurídica aqui exerce a função de escudo e de máscara da forma política. Por isso não há um acoplamento entre o sujeito jurídico e o sujeito político, entre o sujeito de direito e o sujeito de poder, cada se mantém afastado do outro, numa antinomia formal, pois se todos são iguais em direitos, porque raios todos não podem governar ou dominar. Essa antinomia, por seu lado, gera a tensão política que afasta ainda mais os sujeitos políticos dos assujeitados. Essa separação dos sujeitos políticos dos assujeitados é equivalente à separação da forma política dos agentes econômicos diretos.

A conjugação do jurídico e do político, cada qual com seus sujeitos, nos processos do capital, se dá no campo das lutas, pois se em “[...] *uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força.*”⁷⁸³, na “nova antinomia” entre sujeito de direito e sujeito político e entre sujeito e assujeitado, cujas formas derivam das relações capitalistas, centralmente da capital/trabalho, onde a força do Estado reivindicará do “direito do Estado”, em outra mediação jurídica, para reprimir os arranjos, ou costumes ou atos contrários às formas de reprodução social impostas pelo próprio Estado, no fechamento de um circuito completo econômico e político.

⁷⁸² MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. Contracapa. São Paulo. Boitempo. 2013. Pag. 40.

⁷⁸³ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013. Pág. 394.

8.7 – O encontro do acaso com a forma e com os sujeitos na transição

Em 2020 a Editora Contracorrente publicou “*Althusser e o materialismo aleatório*”, da Coleção *Diálogos*, de Alysson Mascaro e Vittorio Morfino⁷⁸⁴, onde debatem o texto inacabado de Louis Althusser “*Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre*”, escrito em 1982, mas que ficou inédito durante a vida do autor, tendo sido publicado apenas em 1994, graças ao trabalho de recuperação e de composição de François Matheron⁷⁸⁵, que na edição francesa explica:

A partir do mês de julho de 1982, na clínica de Soisy-sur-Seine, depois no seu apartamento parisiense, Louis Althusser volta a escrever. Ele redige em algumas semanas uma dezena de textos que tratam tanto da conjuntura política quanto do que ele denomina, a partir de então, ‘materialismo do encontro’. Durante o outono, ele decidiu construir um livro sobre essa base: fotocopiando um certo número de textos iniciais, ele redige passagens e capítulos intermediários para completar um conjunto de 142 páginas datilografadas compostas por 16 capítulos. [...] Percebemos, muito cedo, que seria impossível publicar integralmente esta obra, na qual muitas passagens são idênticas. [...] Dado que de todas formas seria necessário escolher, reduzimos o texto ao que é seu núcleo: a ‘corrente subterrânea do materialismo do encontro’, modificado pela própria economia geral da obra. [...] A obra se inicia com um capítulo parcialmente autobiográfico: [...] ‘Eu escrevo este livro em outubro de 1982, ao sair de uma prova atroz de três anos, da qual, quem sabe, contarei, talvez um dia, a história’. [...] Resulta este livro, estranho para quem o queira percorrer, sério para quem o queira ler ou estudar, no qual condensei o que eu acredito [...] poder dizer. E o disse, como sempre, de uma vez só, confiando de alguma maneira no movimento de uma escritura como que ‘falada’ mais do que ‘escritura escrita’, e confiando que esta será correspondida no leitor de boa vontade por um movimento da mesma ordem, pulando as dificuldades apontadas, repetindo quando for necessário, as verdades adquiridas e avançando para seu fim, na espera da sua continuação: um segundo volume sobre Marx e, talvez, um terceiro sobre os países do “socialismo real”’.⁷⁸⁶

O texto original Althusser começa com o quase-poema: “*Chove. Que este livro seja, então, de início, um livro sobre a simples chuva.*”

⁷⁸⁴ MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório* – Coleção Diálogos. São Paulo. Editora Contracorrente. 2020.

⁷⁸⁵ François Matheron (1955–2021), filósofo marxista francês.

⁷⁸⁶ ALTHUSSER, Louis. *Écrits philosophiques et politique* – Tome I. (Coletânea de textos de Althusser reunidos e apresentados por François Matheron.) Paris. Ed. Stock/Imec. 1994. Tradução de Mônica G. Zoppi Fontana. Colaboração de Luziano P. Mendes de Lima. Revista Crítica Marxista. Nº 20. Campinas. Ed. Revan. 2005.

Mas em seguida explica:

Este livro se ocupa, ao contrário, de outra chuva, de um tema profundo que percorre toda a história da filosofia e que foi combatido e recusado tão logo foi enunciado: a “chuva” (Lucrecio) de átomos de Epicuro que caem paralelamente no vazio, a “chuva” do paralelismo de atributos infinitos de Espinosa e de outros autores ainda como Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Marx, Heidegger e Derrida.

[...]

Este é o primeiro ponto que, revelando de saída minha tese essencial, eu gostaria de pôr em evidência: a existência de uma tradição materialista quase completamente ignorada na história da filosofia: o “materialismo” (precisa-se mesmo de uma palavra para demarcar a tendência desta tradição) **da chuva, do desvio, do encontro, da pega**. Desenvolverei todos estes conceitos. Para simplificar as coisas, digamos por ora: um materialismo do encontro, portanto, do aleatório e da contingência, que se opõe, como pensamento totalmente outro, aos diferentes materialismos recenseados, inclusive o materialismo correntemente atribuído a Marx, Engels e Lenin, o qual, como todo materialismo da tradição racionalista, é um materialismo da necessidade e da teleologia, isto é, uma forma transformada e disfarçada de idealismo.⁷⁸⁷ (negritos nossos).

Como nos apresenta Mascaró:

A relação entre encontro e forma pode ser mais bem pensada nos campos econômico e político a partir da perspectiva da forma de subjetividade jurídica. Como esta é derivada da forma mercadoria que, por sua vez, determina também uma forma política estatal, a investigação mais profunda sobre encontro e forma poderá ser feita trazendo seus termos para o campo de tais formas centrais da sociabilidade capitalista. Assim, as especificidades da forma política e da forma jurídica revelarão entrecruzamentos e concretudes históricas incontornáveis para a análise sobre determinação, forma, encontro e aleatório.⁷⁸⁸

⁷⁸⁷ ALTHUSSER, Louis. *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* (1982). Tradução de Mónica G. Zoppi Fontana. Colaboração de Luziano P. Mendes de Lima. Revista Crítica Marxista. Nº 20. Campinas. Ed. Revan. 2005. Pág. 9.

⁷⁸⁸ MASCARÓ, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório* (Diálogos) São Paulo. Editora Contracorrente. Edição do Kindle. 2020. Pág. 8.

Mascaro prossegue:

O tópico “*Modo de produção e transição*” de *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* é fulcral para estabelecer a análise sobre encontro e forma social naquele que é seu momento mais decisivo: a transição entre os modos de produção. Se se toma a última fase do pensamento althusseriano como marxista – e será nesta chave que insistirei, sem desconhecer que os próprios textos permitiriam leituras divergentes –, momentos de “pega” do encontro geram formas sociais, de tal sorte que a reprodução social ordinária ocorre sob coerções relacionais estruturadas, a partir de práticas reiteradas. Na reprodução do modo de produção, pode-se então buscar encontrar, cientificamente, aquelas que são suas determinações próprias e específicas historicamente. Em contraposição, será o encontro que presidirá, exatamente, na erosão das formas. Se assim o é, ele se revela na crise e na ruptura dos modos de produção. Nas transições historicamente dadas, desnuda-se o aleatório por sobre a forma. E, também, o mesmo se permitirá compreender para o problema de transições futuras, como aquelas ao socialismo.⁷⁸⁹

E aprofunda:

A relação entre encontro e forma só pode ser pensada a partir de uma dinâmica não-linear, não inexorável e nem teleológica. A transição de modos de produção revela o aleatório e, sob as formas sociais em cada modo de produção, opera crises.⁷⁹⁰

Mas se Mascaro concorda integralmente com Althusser que “*as bases do encontro no desvio e na desordem, num processo sem sujeito nem finalidades*”⁷⁹¹, e avança sobre o que o pensador deixou:

Se é na transição entre os modos de produção que se vê a ascendência do encontro sobre a forma, um processo peculiar se passa na reprodução ordinária da sociabilidade capitalista. Há determinação; o modo de produção capitalista se desenrola mediante a coerção de suas formas estruturantes – mercadoria, valor, dinheiro, direito e Estado – em um processo de exploração que se organiza materialmente para a acumulação. Ocorre que a miríade de relações constituídas mediante as formas sociais se estabelece em um processo de entrecruzamento com contínuos encontros e aleatoriedades, via de regra absorvidos pelas coerções relacionais já estruturadas mas que, eventualmente, podem abalar, parcial ou totalmente, tal conjunto de formas. A reprodução social ordinária tem a presidência das formas sobre o aleatório, mas este continua existindo. Embora a tendência a serem absorvidos pela coerção das formas, o encontro e o acaso sempre se dão.

⁷⁸⁹ MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório* (Diálogos) São Paulo. Editora Contracorrente. Edição do Kindle. 2020. Pág. 9 e 10.

⁷⁹⁰ Idem. Pág. 15.

⁷⁹¹ Idem idem. Pág. 16.

E se a tese acima, aparentemente abstrata de “*encontros e aleatoriedades, via de regra absorvidos pelas coerções relacionais já estruturadas mas que, eventualmente, podem abalar, parcial ou totalmente, tal conjunto de formas.*” se comprova “*na transição aberta entre os modos de produção feudal e capitalista.*”⁷⁹², onde o absolutismo cumpriu um papel de “pega” política provisória de transição entre aqueles modos de produção, com “*uma coesão de formas sociais que gestam um modo de produção, não uma coerência nem tampouco uma plena suficiência.*”⁷⁹³, através do “*o encontro entre relações de produção, forças produtivas e estruturas e formas daí correspondentes não é necessariamente o mais completo ou eficiente.*”⁷⁹⁴, por outro lado nos faz refletir sobre as possibilidades de encontros de “acasos” e formas para a transição do capitalismo para o socialismo, justamente a partir de nossa leitura anterior pachukaniana e althusseriana de Lênin.

Pois se para a transição do feudalismo para o capitalismo a forma política concreta contraditória, incoerente e insuficiente do absolutismo se encaixou às necessidades daquela transição, teve ou foi “pega”, como parte de uma classe, a nobreza, para servir à transição para outra classe, a burguesia, para a gestão de dois modos de produção e de organização social em conflito; mas, para uma transição do capitalismo ao socialismo, onde o horizonte é o fim das classes, da luta de classes e do Estado (direto ou indireto de uma classe sobre outra), ou a extinção da forma política, seja como ente primeiro ou terceiro entre as classes conflagradas, a conformação de uma forma política “absolutista”, ou autoritária, ou ainda totalitária, não seria (e não foi e não é) apenas contraditória, incoerente e insuficiente, mas sim e sobretudo disfuncional.

Isto por não só não levar à “extinção” ou desaparecimento do Estado, como forma-política estatal, em termos leninistas, como mantém e amplia o Estado, como forma-política derivada da forma-mercadoria, e, portanto, mantém as formas econômicas capitalistas e preserva todo o ciclo de geração e derivação das formas e conteúdos sociais capitalistas, não só impedindo e bloqueando a transição ao socialismo, como reverte as tendências transitórias positivas, fazendo retroceder todo o processo transitório às formas econômicas, sociais, jurídicas e políticas, abstratas e concretas eminentemente capitalistas, como, de fato, ocorreu na Rússia, na antiga União Soviética, como acontece na China, Vietnã e em Cuba, com as restaurações econômicas,

⁷⁹² MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório* (Diálogos) São Paulo. Editora Contracorrente. Edição do Kindle. 2020. Pág. 12.

⁷⁹³ MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório* (Diálogos) São Paulo. Editora Contracorrente. Edição do Kindle. 2020. Pág. 13.

⁷⁹⁴ Idem.

jurídicas e políticas, plenas ou parciais, do capitalismo, como modo de produção, reprodução, acumulação e de organização sócio-jurídico-política.

Pois como vimos acima, Lênin é claro em explicar o “definhamento” do Estado por meio das substituições de instituições burguesas por formas políticas concretas proletárias:

Segue-se que, a certa altura de seu desenvolvimento, a democracia levanta, logo de início, contra o capitalismo, a classe revolucionária do proletariado e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado, mesmo a da burguesia republicana, o exército permanente, a polícia, o funcionalismo, e de substituir tudo isso por uma máquina *mais* democrática, mas que nem por isso é menos máquina de Estado, constituída pelas massas operárias armadas, preparando a organização de todo o povo em milícias.⁷⁹⁵

Num salto de qualidade:

Aqui, “a quantidade se transforma em qualidade”: chegada a *esse* grau, a democracia sai dos quadros da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo. Se *todos os* homens tomam realmente parte na gestão do Estado, o capitalismo não pode mais se manter. E o desenvolvimento do capitalismo, por sua vez, cria as *premissas necessárias* para que “*todos*” *possam*, de fato, tomar parte na gestão do Estado.⁷⁹⁶ (itálicos e aspas no original).

Ou seja, Lênin defende que a administração das propriedades e dos meios de produção ainda necessitam de uma forma de Estado, mas uma forma de Estado, uma forma-política concreta que atenda a classe proletária, e não o aparato burocrático e militar clássico do Estado burguês. Quanto à forma política, Lênin retoma alguns escritos de Marx, em Especial *A guerra civil na França*:

No singelo esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, consta claramente que **a Comuna deveria ser a forma política** até mesmo das menores aldeias do país.” Pelas Comunas devia também ser eleita a “Delegação Nacional” em Paris.⁷⁹⁷ (aspas no original) (negrito nosso).

E um pouco mais à frente, após citar mais uma vez *A guerra civil na França*:

⁷⁹⁵ LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014. Pág. 126.

⁷⁹⁶ Idem.

⁷⁹⁷ Idem idem. Pág. 76.

Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a **forma política** enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho.⁷⁹⁸ (negrito nosso).

Isto é, uma forma-política concreta, a “forma-comuna” e não uma forma “absolutista”, seria uma condição *sine qua non* para a “emancipação econômica do trabalho”, ou seja, para a superação das formas econômicas capitalistas, e, por conseguinte, para a superação das formas jurídica e política capitalistas. Pois:

A Comuna é a primeira tentativa da revolução proletária de *quebrar* a máquina de Estado burguesa e a **forma política** “enfim descoberta” pela qual se pode e se deve *substituir* o que foi quebrado.⁷⁹⁹ (negrito nosso).

Lênin, que havia feito uma profunda revisão teórica e filosófica com o novo Soviete construído à memória de 1905 e outros se espalhando pelo país, havia observado:

Os Sovietes de deputados operário, soldados, camponeses, etc., são incompreendidos não só no sentido de que a maioria não vê com clareza o seu significado de classe, o seu papel *na* revolução *rusa*. São incompreendidos também no sentido de representam em si **uma nova forma** ou, mais exatamente, um novo *tipo de Estado*. (itálico no original, negrito nosso).⁸⁰⁰

Este é outro debate teórico mais profundo que aqui nos interessa, pois se neste novo nível de abstração, muito superior àquele das raízes entrelaçadas da lógica formal, semipositivista, marxista vulgar, determinista e mecânica; aqui o tema é dentro da lógica dialética-materialista e marxista-revolucionária.

Pois, ao contrário dos “zinovievistas e kamenenvistas” de ontem que não conseguiam ver como estruturas desigualmente desenvolvidas se encontraram e formaram novas estruturas que, por sua vez, modificaram a formação social ou, pelo menos, partes determinantes do todo das formas sociais, hoje e aqui não se trata dessa falta de visão mais ampla.

⁷⁹⁸ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. Coleção *Marx-Engels*. São Paulo. Boitempo. 2011. Pág. 59.

⁷⁹⁹ Idem, pág. 81.

⁸⁰⁰ LÊNIN, V. I. *Projeto de Plataforma do Partido Proletário*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. Tomo 2. 1986. Pág. 30.

Muito pelo contrário, o encontro do acaso com a forma explica exatamente e com a profundidade necessária como estruturas desigualmente desenvolvidas se encontram e formam novas estruturas. O debate aqui é muito mais difícil, pois não é de análises ou formulação de “leis” com base no passado acontecido, mas de escolhas para o futuro, com base tão somente em abstrações lógicas, que possibilitem que fatores objetivos e subjetivos combinados com reorganizações de novas estruturas de poder, de novas formas políticas, anticapitalistas, isto é, com a possibilidade de superação das formas sociais relacionais da sociedade burguesa. Pois se:

Neste sentido, o primado do encontro sobre a forma, em momentos de transição, pode ser a mais alta expressão, no plano filosófico, do leninismo em teoria política revolucionária. O socialismo não necessariamente será alcançado com apenas a superação do capitalismo mais avançado, porque este portasse já e exclusivamente germes de sociabilidade futura. As falhas em formações sociais específicas mais atrasadas dentro do contexto capitalista mundial podem fazer com que elos mais fracos da corrente permitam ações revolucionárias de transição, como Lenin antevia para o caso russo de 1917.⁸⁰¹

A questão que se coloca é, após o encontro do acaso com a forma, ou de estruturas desigualmente desenvolvidas, quem faz a “pega”? Quem pega a forma “pelos chifres”? Sem os sujeitos, ou “*num processo sem sujeito nem finalidades*”⁸⁰², quem dirige, quem decide, quem toma as decisões, as iniciativas, as ações concretas? Como a teoria entra nos corações e nas mentes das massas e se transforma em força material?

Se é verdade, e concordamos, que sem o encontro do acaso com a forma, onde estruturas desigualmente desenvolvidas formam novas estruturas, não existe a possibilidade da “pega”, por outro lado, sem um sujeito que pegue a oportunidade, também não pode haver a “pega”.

O que queremos dizer é que a objetividade do encontro do acaso com a forma também precisa se encontrar com a subjetividade, quem pega a oportunidade histórica e rara, num novo encontro, agora de “segundo grau”, e este novo encontro só é possível com um sujeito e se esse sujeito tiver claro suas finalidades futuras, através de uma teoria e de um programa, como Lênin à sua época.

⁸⁰¹ MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório* (Diálogos). São Paulo. Editora Contracorrente. Edição do Kindle. 2020. Pág. 14.

⁸⁰² Idem. Pág. 16.

Tanto que o renomado historiador inglês Eric J. Hobsbawn pergunta:

*Os debates mais acalorados sobre a história russa do século XX não giram em torno do que aconteceu, mas do que poderia ter acontecido. Eis aqui algumas questões. Era inevitável uma revolução na Rússia? O czarismo podia ter se salvado? [...] E se Lênin não tivesse voltado para a Rússia? A Revolução de Outubro teria sido evitada? [...] E se a revolução européia? Ou seja, a revolução alemã, na qual apostavam suas fichas tivesse acontecido?*⁸⁰³

Tema que Trotsky havia discutido no seu *A História da Revolução Russa*:

Resta saber, e a questão não é de pouca monta, se bem que seja mais fácil formulá-la do que responder a ela: Como se teria desenrolado a evolução revolucionária se Lenine não tivesse podido chegar à Rússia em abril de 1917? Se nossa exposição mostra e demonstra, em geral, alguma coisa, esperamos que seja não ter sido Lenine o demiurgo do *Processus* revolucionário; mas que ele apenas se inseriu na cadeia das forças históricas objetivas. Nesta cadeia, porém, ele foi um elo importante. A ditadura do proletariado decorria da situação em seu conjunto. Mas ainda faltava erigi-la. Não era possível instaurá-la sem um partido. Ora, o Partido não podia desempenhar sua missão senão depois de tê-la compreendido. Para tanto, justamente, Lenine era indispensável. Até o momento de sua chegada, nenhum dos líderes bolcheviques fora capaz de firmar o diagnóstico da Revolução. A direção Kamenev-Stalin era repelida, pela marcha dos acontecimentos, para a direita, em direção aos social-patriotas: entre Lenine e o menchevismo, a Revolução não dava lugar a posições intermediárias. Uma luta interna no Partido Bolchevique era absolutamente inevitável. A chegada de Lenine apenas acelerou o *processus*. Sua influência pessoal abreviou a crise. Poder-se-á, entretanto, afirmar, com segurança, que o Partido, mesmo sem ele teria achado o caminho? Não ousaríamos afirmar isso em hipótese alguma. O tempo é, aqui, o fator decisivo, e além do mais, é difícil consultar o relógio da História. Como quer que seja, o materialismo dialético nada tem em comum com o fatalismo. A crise, que a direção oportunista deveria inevitavelmente provocar, teria tomado, sem Lenine, um caráter excepcionalmente agudo e prolongado. Ora, as condições da guerra e da Revolução não davam longo prazo ao Partido, para o desempenho de sua missão. Por conseguinte, não é absolutamente inadmissível pensar que o Partido, desorientado e cindido, teria podido deixar escapar a situação revolucionária durante muitos anos. O papel da individualidade manifesta-se-nos aqui em proporções verdadeiramente gigantescas. É preciso somente dar a esse papel um valor exato, em considerando a individualidade como um elo da cadeia histórica.⁸⁰⁴ (itálico nosso).

⁸⁰³ HOBBSAWM, Eric. *Podemos escrever a história da revolução russa? In: Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo. Companhia das Letras. 1998. Pág. 338.

⁸⁰⁴ TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Tradução de E. Huggins. Volume 1. Ed. do Centenário. Brasília. Senado Federal. Conselho Editorial. 2017. Pág. 349 e 350.

Não queremos defender nem discutir a *hipótese da inversão das causalidades na crise revolucionária*⁸⁰⁵, tema da área de Teoria da História, que não é o nosso campo de debate nem objeto desta tese, mas pensamos que a objetividade do encontro do acaso com a forma pode e deve se encontrar com a subjetividade, ou, dito de outro ângulo, o sujeito pode e deve “pegar” a oportunidade rara que se lhe apresenta, num novo encontro, no encontro do sujeito, com a forma, no acaso, que só é possível de se efetivar com um sujeito que tenha uma teoria e um programa com as finalidades futuras.

Como Lênin, enquanto sujeito-intelectual e dirigente o teve; como o partido Bolchevique, enquanto sujeito-político organizado e disciplinado, o proletariado e o campesinato russos como sujeitos-sociais, ante acaso, ou o caso, do capital russo e europeu, como sujeito-econômico autônomo em colapso na Primeira Guerra Mundial; e todos esses “sujeitos” se encontram com a forma-política concreta dos soviets, como mediação necessária para a insurreição e posterior superação das demais formas sociais capitalistas.

Se o novo-marxismo da teoria da derivação alemã de Joachin Hirsch e cia. analisam corretamente que o marxismo tem conceitos macros e lhe falta conceitos médios na crítica em economia-política, e propõe de forma certa, ao nosso ver, mediações conceituais, como “modo de regulação”, p.ex., essa regra vale mais ainda para Pachukanis, tal o grau de abstração e generalidade de seus conceitos.

Assim, para podermos entender o encontro do acaso com a forma e o sujeito-político como elemento ativo, como agente efetivo do processo, que “pega” a forma e lhe direciona, em certo sentido, lhe conforma, lhe dá o caráter de mediação necessária para a superação da forma-política capitalista, também precisamos, a partir de Pachukanis, construir conceitos médios entre os sujeitos-jurídicos e políticos, nível a nível da abstração, camada a camada da concretude, ainda que em concreto de pensamento, para que possa se transformar em ação concreta efetiva na realidade material e a transformar em outra realidade, muito além dos estreitos horizontes das formas e conteúdos capitalistas; construir uma crítica, e da crítica, assim como Lênin, não perder as esperanças; e destas ir às lutas, teóricas e práticas, e, nelas construir e alcançar o justo e o belo.

⁸⁰⁵ ARCARY, Valério. *Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História*. In: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo8915Arcary.pdf, acessado em 11 de abril de 2024.

CONCLUSÃO OU MANIFESTO POR UMA TEORIA DA SUBJETIVIDADE POLÍTICA

Parafrazeando outro conhecido “Manifesto”: um espectro ronda a Academia, o espectro da crítica marxista. Essa crítica é conhecida por todas as grandes Universidades. É tempo de os críticos exporem abertamente ao mundo inteiro, muito além do acadêmico, seu molde de ver, seus objetivos e tendências, opondo um “manifesto” próprio às lendas de fantasmas do passado.

Pois, assim como a história das sociedades, em certo sentido, tem sido a história da luta de classes, também “*A filosofia representa a luta de classes na teoria.*”⁸⁰⁶. Essas lutas necessitam cada qual dos seus sujeitos para alcançarem a vitória, a superação positiva dos estreitos horizontes deste modo de produção, reprodução e acumulação, injusto, desumano e destruidor do planeta.

Se toda pesquisa e trabalho anterior nos levou ao resgate da vida e do pensamento de Vladimir Ilitch Ulianov, vulgo Lênin, à superação teórica de seus limites objetivos e subjetivos, à complementação de suas lacunas teóricas através das contribuições teóricas de Evgueni Pachukanis, Antonio Gramsci, Louis Althusser, Antonio Negri, Joachim Hirsch, Slavoj Zizek, Tamás Krausz, Alysson Mascaro, Camilo Caldas, entre outros, e, ao mesmo tempo, trazer o melhor e o mais atual do pensamento de Lênin de volta para recompletar a crítica do Estado com uma teoria da subjetividade política no caminho para uma teoria completa da forma política estatal.

Esse “ser”, o sujeito político, é a parte que falta, ou que não está completa, ou não muito firme, abstrato demais em Pachukanis, o “príncipe moderno” é um conceito um tanto vago e ideal em Gramsci, “as massas” em Althusser é ainda um conceito um pouco genérico e indefinido.

Não queremos nem podermos cair num “subjetivismo” ou “politicismo” onde o sujeito é tudo e a objetividade é nada ou quase nada, diante de uma autonomia relativa da política, do Estado, que se torna quase absoluta ao se esquecer a realidade material anterior. Mas também temos que superar o erro inverso de um certo “objetivismo”, onde a objetividade é tudo e os sujeitos não nada ou quase nada, num processo absolutamente sem sujeito⁸⁰⁷, não como uma operação vocativa, com um fim teleológico, mas como “*agente de uma prática se ele reveste a forma sujeito*”⁸⁰⁸.

⁸⁰⁶ ALTHUSSER, Louis. *A Filosofia Como Uma Arma Revolucionária*. Entrevista concedida a Maria Antonietta Macciocchi e publicada em L'Unità. Fevereiro de 1968. In: <https://www.marxists.org/portugues/althusser/1968/02/filosofia.htm>, acessado em 01 dez. 2023.

⁸⁰⁷ ALTHUSSER, L. *Réponse à John Lewis*. Paris. Maspero. 1973.

⁸⁰⁸ Idem, Pág. 71.

O que queremos propor, a partir do resgate do pensamento político e filosófico de Lênin, é uma teoria de um sujeito-político não como uma vocação teleológica, mas como produto da forma-política estatal capitalista, da sua tensão combinado com a necessidade objetiva e subjetiva de sua superação, em paralelo, mas não simétrico com as teorias, de Marx e de Pachukanis, da subjetividade jurídica, não como modelo pronto, mas antes como parâmetro e mesmo como paradoxo.

Para não cairmos nem no “subjetivismo” nem no “objetivismo” também não há receita pronta nem remédio fácil para estes males da crítica. Há apenas o caminho árduo, de pedras e espinhos, do método dialético de Hegel, dialético-materialista de Marx, aplicado, complementado e inovado por Lênin, e ampliado por Pachukanis, Gramsci, Althusser, Hirsch, Žižek e Mascaró. O melhor do método é nunca perder de vista todo das relações sociais, para não cair em parcialidades ou unilateralidades. Mas mesmo lendo os mapas conceituais deixados pelos que já percorreram o caminho da crítica jus, filosófica e política, ainda há trilhas e picadas que ainda não foram abertas. Heidegger, explicando o método original de Hegel diz:

“O método” é o mais íntimo movimento da subjetividade, “a alma do ser”, o processo de produção através do qual a tessitura da totalidade da realidade do absoluto é efetivada. O método, quer dizer, a dialética especulativa, é para Hegel o rasgo essencial de toda realidade.⁸⁰⁹

Para a dialética-materialista, queremos o “rasgo” material de toda a realidade, objetiva e subjetiva. Assim, nossa tese é que é possível construir a conceituação de um “sujeito-político”, de uma “subjetividade-política” ou de uma “forma-política-subjetiva”, buscando uma teoria do sujeito-político em Lênin, que possa se encaixar nas teorias mais atuais da forma-política.

Afirmamos, então, que toda relação política é também uma relação entre sujeitos, mas diferentemente da forma-jurídica, do sujeito de direito, a relação entre sujeitos políticos não é uma relação entre “iguais”, nem formalmente, nem materialmente, a relação política é, por sua natureza, uma relação entre desiguais, entre dominante e dominado, entre governante e governado, como expressão não simétrica, mas proporcional da relação econômica entre exploradores e explorados.

Também diferente da forma-jurídica, onde o sujeito de direito é o elemento indivisível, na forma-política os sujeitos, ao serem desiguais, podem ser múltiplos, ainda que haja alguma unidade na diversidade. O reconhecimento da existência e a compreensão dos sujeitos,

⁸⁰⁹ HEIDEGGER, M. *Hegel e os gregos*. Tradução de Ernildo Stein. In: Sartre - Heidegger. Coleção os Pensadores. Vol. XLV. São Paulo. Abril Cultural. 1973. Pág. 405.

econômicos, sociais, jurídicos e políticos, e sua capacidade de interferir na realidade como sujeitos ativos para superação das formas e conteúdos sociais capitalistas é parte fundamental que falta a uma teoria completa da forma política estatal.

Se pela lógica da valorização infinita do valor, num planeta finito, o Capital é o sujeito ativo e autônomo do processo, enquanto a burguesia é seu sujeito passivo, temos, por oposição lógica, que o trabalho, em abstrato, poderia ser esse sujeito ativo, mas não autônomo, da interrupção desse processo. Não apenas o trabalho-abstrato, pois o Capital não é oposto apenas ao trabalho, mas à sociedade como todo, a lógica insana do Capital é, em última instância, oposta à civilização, é o sujeito da barbárie, que já começou e se instalou sob nossos pés e acima das nossas cabeças. O que nos leva a que um sujeito político em abstrato, contra o Capital, mais que o trabalho em si e para si, seria um amálgama de “social” também abstrato, por oposição lógica. Pois se de Capital temos capitalismo, somente de Social podemos conceituar, conceber, arquitetar e engendrar e engendra, isto é, gerar, dar existência real e efetiva à outras formas de sociabilidade onde as riquezas produzidas possam jorrar em abundância para todos e não apenas para alguns poucos.

A libertação da prisão da dialética do senhor e do escravo não pode ser feita pelo objeto, o capital, mesmo que se comporte como sujeito autônomo, por motivo óbvios, nem pelo sujeito dominante, por ser passivo quanto ao objeto. Apenas o sujeito dominado pode quebrar os elos das correntes das várias formas que o aprisionam, negando não somente o sujeito dominante, mas também seu objeto, o capital como um todo, de forma completa e absoluta, ainda que não imediata. Só é possível a superação das formas sociais capitalistas que aprisionam em sobre limitam a humanidade se for reconhecida a prostração a essas formas.

O desenrolar do fio dialético nas figuras e momentos nas experiências práticas e teorizadas mostra que a duplicação do sujeito no seu confronto com outro sujeito tem como resultado a preponderância do objeto. A superação das formas sociais capitalistas só pode se dar pela inflexão de um dos sujeitos, após percorrer as experiências práticas de forma teórica, pela compreensão de si, da sua existência material e a justificação do seu reconhecimento ético e moral, isto é, político; e novamente, pela prática, agora conhecida e direcionada à superação definitiva das formas e conteúdos sociais capitalistas, para a construção de novas formas e novos conteúdos, socialistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHCAR, Gilbert. *A revolução russa*. In: LÖWY, Michael (org.). *Revoluções*. São Paulo. Boitempo. 2009.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Revisão téc. Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro. Zahar. 2009.
- _____. *A filosofia muda ao mundo ao manter-se como teoria*. Tradução de Gabriel Cohn. In: Lua Nova: Revista de cultura e política. Nº 60. 2003.
- ALTHUSSER, Louis. *Lenine et la philosophie: suivi de Marx et Lenine devant Hegel*. Paris. Maspero. 1972.
- _____. *Lênin e a Filosofia*. São Paulo. Edições Mandacaru. 1989.
- _____. *Lênin antes de Hegel*. In: Posfácio de *Lênin e a Filosofia*. Trad. Herberto Helder. São Paulo. Edições Mandacaru. 1989.
- _____. *A transformação da Filosofia* (seguido de Marx e Lênin perante Hegel). São Paulo. Edições Mandacaru. 1989.
- _____. *Elementos de autocrítica*. Lisboa. Iniciativas. 1976.
- _____. *La Filosofia Como Arma de La Revolucion*. Santiago. Editora Pyp. 1972.
- _____. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro. Zahar. 1967.
- _____. *Conferência sobre a ditadura do proletariado*. Tradução Danilo Enrico Martuscelli. Revisão técnica Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. *Lutas Sociais*. São Paulo. v. 18, n. 33.
- _____. *Dictadura del proletariado y estalinismo no son en absoluto sinónimos*. Entrevista ao jornal *El Pais*, Madri, 11 jul. 1976. Disponível em: https://elpais.com/diario/1976/07/11/cultura/205884001_850215.html.
- _____. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro. Zahar. 1979.
- _____. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro. Graal. 1985.
- _____. *A corrente subterrânea do materialismo do encontro*. In: *Revista Crítica Marxista*. Nº 20. Rio de Janeiro. Revan. 2005.
- _____. *Réponse à John Lewis*. Paris. Maspero. 1973.
- _____. *A Filosofia Como Uma Arma Revolucionária*. Entrevista concedida a Maria Antonietta Macciocchi e publicada em L'Unità. Fevereiro de 1968. In: <https://www.marxists.org/portugues/althusser/1968/02/filosofia.htm>, acessado em 01 dez. 2023.

_____. *Écrits philosophiques et politique* – Tome I. (Coletânea de textos de Althusser reunidos e apresentados por François Matheron.) Paris. Ed. Stock/Imec. 1994. Tradução de Mónica G. Zoppi Fontana. Colaboração de Luziano P. Mendes de Lima. Revista Crítica Marxista. Nº 20. Campinas. Ed. Revan. 2005.

ALTHUSSER, Louis et al. *Ler o Capital* (volumes 1 e 2). Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 1979.

ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo. Global. 1979.

ANDERSON, Kevin B. *Lenin, Hegel and Western Marxism a Critical Study*. Chicago. University of Illinois Press. 1995.

ANDERSON, Matthew Smith. *Peter the Great*, Routledge. New York. 1978.

ALY, Omar F. *As cosmogonias de Platão, Aristóteles e judaica comentadas por Maimônides no guia dos perplexos*. In: file:///C:/Users/55129/Desktop/2106-6766-1-PB.pdf, acessado em 13 jun. 2022.

ANWEILER, Oskar. *Los soviets en Rusia (1905-1921)*. Madrid. Zero. 1975.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. São Paulo. Boitempo. 2007.

_____. *O novo tempo do mundo, e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo. Boitempo. 2014.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História, situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo. Xamã. 2004.

_____. *O encontro da revolução com a história: socialismo como projeto na tradição marxista*. São Paulo. Instituto José Luís e Rosa Sundermann; Xamã. 2006.

_____. *O martelo da história*. São Paulo. Ed. Sundermann. 2016.

_____. *Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História*. In: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo8915Arcary.pdf, acessado em 11 de abril de 2024.

ATIENZA, Manuel; MANERO, Juan Ruiz. *Marxismo y filosofía del derecho*. México. Fontamara. 1998.

BALIBAR, Etienne. “*Mais-valia e classes sociais*”. In: *Cinco estudos do materialismo histórico*, v. 2. Lisboa. Presença. 1979.

_____. *Sobre a ditadura do proletariado*. Tradução de José Saramago. Lisboa. Moraes Editores. 1977.

_____. *Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico*. In: *Ler O Capital*, vol. II. Rio de Janeiro. Zahar. 1980.

_____. *Ditadura do Proletariado*. *Dictionnaire critique du marxisme*. Traduzido por Carlos Costa e revisado por Danilo Enrico Martuscelli.

BARREIRA, César Mortari e GONÇALVES, Guilherme Leite. *Revisitando Lênin: Por uma teoria complexa do Estado*. In: *Estado, Direito e Marxismo*. GOMES, Gustavo e SCHITTINO, Renata (Organizadores). São Paulo. Usina Editorial. 2023.

Baviera: Flocke, Regne de Baviera, República Soviética de Baviera, Llista de ducs de Baviera, Església de Wies, Volta a Baviera. Barcelona. Books LLC. 2011.

BENSAID, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo. Editora Xamã. 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo. Cia. das Letras. 1986.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionista. (Las premisas del socialismo y la tareas de la socialdemocracia)*. México-Madrid. Siglo XXI Ediciones. 1982.

BERNSTEIN, Samuel. *Blanqui: y el Blanquismo*. 1ª Ed. Madri. Siglo XXI de España Editores. 2016

_____. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte. Oficina de Livros. 1988.

BENSUSSAN. Gérard; LABICA, Georges. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris. Quadrigue/PUF. 1981.

BERTELLI, Antônio Roberto. *A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e socialismo*. Coleção Bases. Vol. 52. Org., trad. e introd. Antônio Roberto Bertelli. São Paulo. Global Editora. 1987.

BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Paz e Terra. São Paulo. 1990.

_____. *A transição para a economia socialista*. Trad. Sérgio Goes de Paula. 1. ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1969.

_____. *A Luta de Classes na União Soviética*. São Paulo. Paz e Terra. 1990.

_____. *Uma carta sobre o marxismo de Mao*. In: ROSSANDA, Rossana et al.

BETTELHEIM, Charles; CHAVANCE, Bernard. *O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado*. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). *Análise Marxista e Sociedade de Transição*. Coleção Ideias 5. Campinas. UNICAMP – IFCH. 2005.

BETTELHEIM, Charles; SWEEZY, Paul. *A transição para o socialismo*. Trad. Teresa Coutinho. 1. ed. Lisboa. Edições 70. 1978.

BLOCH, Ernst. *Heritage of Our Times*. Tradução de Neville e Stephen Plaice. Berkeley e Los Angeles. University of California Press. 1990.

BOGDANOV, Alexander. *Empiriomonism: Essays in Philosoph.*. Books 1–3. Edited and translated by David G. Rowley. Leiden and Boston. Brill. 2020.

BORGES, Maria Angélica. *Lênin: unidade e coerência do pensar e agir*. Posfácio à edição brasileira. In: LÊNIN. V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Revis. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*. TOMO 1 E 2: 1919-1943 - 1ª ed. Sundermann. São Paulo. 2007.

_____. *O partido bolchevique*. Tradução Ramóm Garcia Fernadés. São Paulo. Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann. 2005.

BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ZIZEK, Slavoj. (org.) *Lenin reativado. Hacia una política de la verdade*. Madrid. Ediciones Akal. 2010.

BULGAKOV, S. *The Orthodox Church*. Crestwood, Nova York. St. Vladimir's Seminary Press. 1988.

CALDAS, Camilo O. *A teoria da derivação do estado e do direito*. Tese de doutorado. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jeannette Antonios Maman. Faculdade de Direito da USP. 2013.

CATE, Curtis. *Russia 1812: The Duel Between Napoleon and Alexander*. Londres. Random House. 2004.

CARR, E. H. *A revolução russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1981.

CAULAINCOURT, General de. *Mémoires*. Paris. Librairie Plon. 1933.

CERRONI, Umberto. *O pensamento jurídico soviético*. Trad. Maria de Lurdes Sá Nogueira. Póvoa de Varzim. Publicações Europa-América. 1976.

CERVANTES, Miguel de. *D. Quixote de La Mancha*. Tradução Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho António Feliciano de Castilho. São Paulo. eBooksBrasil. 2005.

CHERMAN, Alexandre e MENDONÇA, Bruno Rainho. *Por que as coisas caem? Uma história da gravidade*. São Paulo. Zahar. 2018.

CHOMSKY, Noam. *Review of Skinner's Verbal Behavior*. Nova Iorque. Language. 1959.

CLAUSEWITZ, Carl von. *A campanha da Rússia de 1812*. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Martins Fontes. 1994.

- _____. *Da Guerra*. 3ª Ed. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Martins Fontes. 2010.
- DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza*. Tradução Ana Afonso. Leça da Palmeira, Portugal. Ed. Planeta Vivo. 2009.
- DESCARTES, René. *Princípios da Filosofia*. Título original: *Principes de la Philosophie (Principiorum Philosophiae)*. Col. Textos Filosóficos. Trad. João Gama. Revis. Joaquim Alberto Ferreira Gomes e José Manuel de Magalhães Teixeira. Lisboa. Edições 70. 2006.
- _____. *Discurso do Método*. 2ª Edição. Tradução Maria Ermantina Galvão. Revisão Mônica Stahel. São Paulo. Martins Fontes. 2001.
- DEO, Anderson; MAZZEO, Antonio Carlos; ROIO, Marcos Del. (org.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília. Oficina Universitária. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2015.
- DAUVERGNE, P. *O caso do xadrez como ferramenta para desenvolver a mente de nossas crianças*. In: FILGUTH, Rubens (Org.). *A importância do xadrez*. Porto Alegre. Artmed. 2007.
- DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: uma biografia política*. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.
- DILLENBURG, Fernando Frota. Gramsci e o novo programa. 2011. Tese de Doutorado em Filosofia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2011.
- EDELMAN, Bernard. *O direito captado pela fotografia. Elementos para uma teoria marxista do Direito*. Coimbra. Centelha. 1976.
- EINSTEIN, Albert. *A teoria da relatividade especial e geral*. Trad. Carlos Roberto Nogueira de Freitas. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1999.
- ENGELS, Friederich. *Anti-Dühring. A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2015.
- _____. *Dialética da natureza*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2020.
- _____. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2019.
- _____. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9ª Edição. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1984.
- _____. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Tradução José Barata-Moura. Obras Escolhidas em três tomos. Ed. Avante! Lisboa. 1982.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: MARX, K, ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo. Alfa-Ômega. 2001.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. Trad. port. de Livia Cotrim e Márcio Naves. São Paulo. Ensaio. 1991.

FERNANDES, Florestan (org.). *Coleção Grandes Cientistas Sociais. Lênin. Política*. São Paulo. Ática. 1978.

_____. *O que é marxismo-leninismo?* In: FERNANDES, Florestan (org.). *Lenin: Política*. 2ª Ed. Trad. de Carlos Rizzi. Coleção Grande Cientistas Sociais. São Paulo. Ed. Ática. 1978.

FERREIRA, Adriano de Assis. *Questão de classes: direito, Estado e capitalismo em Menger, Stutchka e Pachukanis*. São Paulo. Alfa-Ômega. 2009.

FISCHER, Louis. *The Life of Lenin*. Londres. Weidenfeld and Nicolson. 1964.

FREEZE, Gregory L. *História da Rússia*. Edições 70. Rio de Janeiro. 2017.

FREITAS, Altair. *As Teses de Abril, de Lênin, e a revolução socialista russa em 1917. Não haveria Outubro sem Abril*. In: <https://vermelho.org.br/coluna/as-teses-de-abril-de-lenin-e-a-revolucao-socialista-russa-em-1917/>, acessado em 24 out. 2023.

FRESU, Gianni. *Lênin Leitor de Marx: Dialética e determinismo na história do movimento operário*. 1ª. Edição. São Paulo. Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois. 2016.

_____. *Lenin e a revolução*. Tradução do italiano de Geraldo Magella Neres. Revista Novos Rumos, Marília, v. 57, n. 2, p. 33-46, Jul.-Dez., 2020. In: [file:///F:/Arquivos/AA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20BIBLIOGRAFIA/L%C3%AAAnin/sobre%20Lenin/Novos+Rumos+v57,+n2,+2020+-+05+-+A2+\(1\)%20\(1\).pdf](file:///F:/Arquivos/AA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20BIBLIOGRAFIA/L%C3%AAAnin/sobre%20Lenin/Novos+Rumos+v57,+n2,+2020+-+05+-+A2+(1)%20(1).pdf), acessado em 12 out. 2023.

GAUTHIER, Yvon. *Structures et mouvement dialectique dans la Phénoménologie de l'Esprit de Hegel*. Par Pierre-Jean Labarrière. Aubier-Montaigne. Collection Analyse et Raisons. Paris. 1968. Nº 316.

GERAS, Norman. *Actualidad del pensamiento de Rosa Luxemburgo*. México. Ed. Era. 1976. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 21 dez. 2018.

GÓLIKOV, G. N. (org.), *Ленин: биографическая хроника/Liênin: biografitcheskaia khrónika* [Lênin: crônica biográfica]. Moscou. Izdatelstvo Politítcheskoi Literature. 1970-1982.

GONZÁLES, Justo L. *A era dos altos ideais*. São Paulo. Vida Nova. 1981.

_____. *A era dos dogmas e das dúvidas*. 2ª ed. São Paulo. Vida Nova. 1990.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª Ed. São Paulo. Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo. 2016.

- GORTER, Herman. *Carta aberta ao companheiro Lenin* [1920]. In: TRAGTENBERG, Maurício (Org.). *Marxismo heterodoxo* (Gorter/Makhaïski/Bordiga). São Paulo. Brasiliense. 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 v. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1999-2002.
- _____. *Democracia operária: partido, sindicatos e conselhos*. Tradução A. Gil. Coimbra. Editora Centelha. 1976.
- GRANAT, Alexandre e Ingnáti. Org. *Dicionário enciclopédico Granat*. Moscou. 1910 a 1948.
- GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad. de Isabel St. Aubyn. Rev. Luís Milheiro. Lisboa. Ed. 70. 2009.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1978.
- _____. *Il concetto di egemonia in Gramsci*. Nove lezioni di Luciano Gruppi. Editori Riuniti/Istituto Gramsci. Roma. 1972.
- _____. *Il pensiero di Lenin*. Roma. Editori Riuniti. 1971.
- HARDING Neil, *Leninism*. Duke University Press, Durham-NC. 1996.
- _____. *Lenin's Political Thought: Theory and Practice in the Democratic and Socialist Revolutions*. New York. Humanities Press. 1983.
- HEGEL, Georg W. F. *Ciência da lógica 1. A Doutrina do Ser*. Trad. Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis. Vozes. 2016.
- _____. *Ciência da lógica 3. A Doutrina do Conceito*. Trad. Christian G. Iber e Federico Orsini. Coordenador: Agemir Bavaresco. Colaboradores. Michela Bordignon, Tomás Farcic Menk, Danilo Costa e Karl-Heinz Efken. Petrópolis. Vozes. 2018.
- _____. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compendio*. Volume I: A Ciência da Lógica (1830). Traduzido por Paulo Meneses com a colaboração do Pe. José Machado. São Paulo. Loyola. 1995.
- _____. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis. Vozes. 1992.
- _____. *Princípios da Filosofia do Direito*. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo. Martins Fontes. 1997.

_____. *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie I* (Werke, Band 18). Frankfurt am Main. Suhrkamp Verlag. 1986. HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da filosofia*. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2012.

HEIDEGGER, M. *Hegel e os gregos*. Tradução de Ernildo Stein. In: Sartre - Heidegger. Coleção os Pensadores. Vol. XLV. São Paulo. Abril Cultural. 1973.

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. São Paulo. Revan. 2010.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

_____. *et al. História do Marxismo. V. II: O marxismo na época da segunda Internacional*. Trad. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

_____. *et al. História do marxismo. V. III: o marxismo na época da Segunda Internacional: segunda parte*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.

_____. *Podemos escrever a história da revolução russa? In: Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

HERZEN, Alexander. *My Past and Thoughts: The Memoirs of Alexander Herzen*. 4 Vols. Trad. Constance Garnett, revisão Humphrey Higgens. London. Chatto and Windus. 1968.

_____. *Letters on the Study of Nature*. Forest Grove. University Press of the Pacific, 2004.

HUSSERL, E. *A Idéia da Fenomenologia*. Trad. Artur Morão. Lisboa. Edições 70. 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Primeira Grande Guerra – O confronto de imperialismo*. Editora Atual. São Paulo. 2002.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa. Editora do Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, baseada na edição crítica de Raymund Schmidt, confrontada com a edição da Academia de Berlim e com a edição de Ernst Cassirer. 2001.

KASHIURA JR, Celso Naoto. *Pachukanis e os 90 anos de Teoria geral do direito e marxismo*. Verinotio, revista on-line de filosofia e ciências humanas, Campinas. n. 19, Ano X, abr. 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/268993900/Pachukanis-e-os-90-Anos-de-Teoria-Geral-do-Direito-e-Marxismo>. Acesso em: 21 dez. 2018.

KAUTSKY, Karl. *La doctrina socialista. Bernstein y la socialdemocracia alemana*. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1899/la-doctrina-socialista.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

- _____. *O marxismo*. São Paulo. Unitas. 1933.
- _____. *Ethik und materialistische Geschichtsauffassung*. Stuttgart. Dietz. 1906.
- _____. *Ética y concepción materialista de la historia*. Valencia. Alejandria Proletaria. 2018.
- _____. *Um elemento importado de fora*. Publicado na revista Die Neue Zeit, 1901-1902 °3, p. 79. In: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1901/mes/elemento.htm>, acessado em 30 nov. 2022.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.
- KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin – uma biografia intelectual*. Tradução Baltazar Pereira, Pedro Davoglio, Artur Renzo. São Paulo. Boitempo. 2017.
- KRÚPSKAIA, Nadejda K. *Memórias de Lênin*. Tradução de Marcelo Belmonte, Otávio Losada e Gabriel Felipe Silva. Recife. Ruptura. 2021.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992.
- _____. *Sobre a contradição histórica na teoria de Marx*. Revista KRISIS, Berlin, n. 15, 1995. Versão portuguesa. Disponível: em <http://obeco-online.org/>. Acesso em: 20 set. 2018.
- LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. *Lénine: Cahiers sur la dialectique de Hegel*. Paris. Gallimard. 1967.
- LECOURT, Dominique. *Une Crise et son enjeu: Essai sur la position de Lénine en philosophie*. Paris. Maspero. 1973.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução - doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. (1917 -1918). Trad. Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo. Boitempo. 2017.
- _____. *Obras Completas*. Buenos Aires. Cartago Editores. 1957 a 1973.
- _____. *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa. Edições "Avante!". 1977.
- _____. *Obras Escolhidas em três tomos*. São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986.
- _____. *Obras Escolhidas, Vol. 6*. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda. Rio de Janeiro. 1961.
- _____. *Oevres*. Paris/Moscou. Éditions Sociales. 1962. (março/agosto 1919.) Apud: FERNANDES, Florestan (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais. *Lênin, Política*. São Paulo. Ed. Ática. 1978.
- _____. *Friedrich Engels*. O. Escolhidas. Volume 1. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1986.

_____. *Projeto de Programa do Partido Social-Democrata e Explicação desse Projeto*. Escrito na prisão em 1895/1896. Publicado pela primeira vez em 1924. In: *Obras Completas*, vol. 2. Buenos Aires. Cartago Editores. 1957 a 1973.

_____. *Anarquismo e Socialismo*. In: *Escolhidas em seis tomos*. Ed. Avante! Trad. Ed. Avante. Lisboa e Moscou. 1986.

_____. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. (1902). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V.I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1977.

_____. *Que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. Trad. Edições Avante! Lisboa, Moscou. Revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. Coleção *Arsenal Lênin*. São Paulo. Boitempo. 2020.

_____. *Um passo em frente, dois passos atrás (A crise no nosso partido)*. (1904). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1977.

_____. *Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. (1905). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1977.

_____. *Marxismo e Revisionismo*. (1908) Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1977.

_____. *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo*. (1913). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1977.

_____. *O Oportunismo e a Falência da II Internacional*. (1916). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1984.

_____. *O imperialismo - Fase Superior do Capitalismo*. (1916). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1984.

_____. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tradução de Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. Coleção *Arsenal Lênin*. São Paulo. Boitempo. 2021.

_____. *O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo. Alfa-Ômega. 1986.

_____. *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução. "Teses de Abril"*. (abril de 1917). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1984.

_____. *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. (1918). Tradução na versão das *Obras Escolhidas* de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1977.

_____. *O Estado*. Conferência pronunciada na Universidade Sverdlov em 11 de julho de 1919. Publicado pela primeira vez em 18 de janeiro de 1929, em Pravda, nº 15. Traducido

por João Castinheira. In: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/11_ga.htm. Acessado em 08 out. 2019.

_____. Proletari nº 17, 20 de outubro de 1907. Fonte da Presente Tradução: Lenine, Oeuvres, tomo 13, pp. 116-125. Éditions du Progrès, Moscovo, 1973. Tradução para o português: José André Lôpez González. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1907/10/20.htm>, acessado em 07 jan. 2023.

_____. *Esquerdismo doença infantil do comunismo*. Revisão Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida e Juliano Carlos Bilda. Revisão da tradução Ronaldo Coutinho. Ed. Expressão Popular. 1ª edição. São Paulo. 2014.

_____. *A economia e a política na época da ditadura do proletariado*. (1919). tradução na versão das Obras Escolhidas de V. I. Lênine. Lisboa. Editorial Avante. 1977.

_____. *Últimos escritos (Testamento político) & Diário das secretárias*. Traduzido do original espanhol de *Contra la burocracia, Diario de las Secretarias de Lenin*. Ediciones Pasado e y Presente. Cuadernos. Córdoba. Argentina. Trad. Para o português, Fernando Cabral. Belo Horizonte. Aldeia Global livraria e editora S/A. 1979.

_____. *Últimos escritos e Diário das secretárias*. (editado por Henrique Canary). São Paulo. Editora Sundermann. 2012.

_____. *Materialismo e empiriocriticismo. Notas Críticas sobre uma filosofia reacionária*. Moscou e Lisboa. Ed. Progresso e Ed. Avante. 1982.

_____. *Materialismo e Empiriocriticismo - Notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa. Editorial Estampa. 1971.

_____. *Cadernos Filosóficos*. Trad. Paula Almeida. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2018.

_____. *Democracia e luta de classes*. Trad. Paula Vaz de Almeida. Org. Antonio Carlos Mazzeo. São Paulo. Boitempo. 2019.

_____. *Às portas da revolução*. Org. Slavoj Žižek. Trad. Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2005.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2ª ed. Tradução de José Paulo Netto. Revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. In: Os economistas. Nova Cultural. São Paulo. 1988.

_____. *Quem são os “amigos” do povo e como lutam contra os socialdemocratas*. Moscou. Progreso. 1981. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/Lenin/works/1894/friends/01.htm#v01zz99h-131-GUESS>.

Acesso em: 21 dez. 2018. (107)

_____. *Conspecto do livro de Hegel "Ciência da Lógica"*. In: LÉNINE, V. I. Obras Escolhidas. Vol. 6 (Cadernos Filosóficos). Lisboa e Moscou. Editorial Avante e Progresso. 1989.

_____. *Escritos de Juventude*. Vol. 1 e 2. São Paulo. Lavrapalavra. 2020.

_____. *Kommunism. Jurnal Kommunistitsheskovo Internatsionala dlia Stran Iugo-Vosstotchnoi Evropy na Nemetskom Iazyke*. (Comunismo. Jornal da Internacional Comunista para os Países da Europa do Sudeste em Língua Alemã), in: V. I. Lenin. Polnoe Sobranie Sotchinenii (Obras Completas). Vol. 41. Moscou. GIPL. 1961.

_____. *МАТЕРИАЛИЗМ И ЭМПИРИОКРИТИЦИЗМ - критические заметки об одной реакционной философии*. Издательство политической литературы. Editora de literatura política, 1984. In: <http://www.psylib.ukrweb.net/books/lenin01/txt01.htm>, acessado em 21 fev. 2023.

_____. *Anotaciones a la correspondência entre Marx e Engels, 1844-1883*, Montevidéu/Barcelona. Ediciones Pueblos Unidos. Grijalbo. 1976.

_____. *The National Question in Our Programme*. In: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. 45 vols. Vol. 06. Moscou. Progress Publishers. 1960-1970.

_____. *Once More on the Segregation of the Schools According to Nationality*. In: LENIN, V.I. *Lenin Collected Works*. 45 vols. Vol. 19. Pág. 550. Publicado em dez. de 1913. Moscou. Progress Publishers. 1960-1970.

_____. *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação*. Obras Escolhidas em Três Tomos. 3ª Edição. Tomo I. Editora Alfa-Ômega. São Paulo. 1986.

_____. *A Guerra Europeia e o Socialismo Internacional*. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 2. Lisboa e Moscou. Edições "Avante!", Edições Progresso. 1984.

_____. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro. Editorial Vitória. 1966.

_____. *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*. Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa. Edições "Avante!". 1978.

_____. *À Memória de Herzen*. Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa. Ed. Avante. 1977.

_____. *Notas críticas sobre el problema nacional*. Obras completas, Tomo V, (1913-1916). Moscou. Ed. Progreso. 1973.

_____. *A luta ideológica no movimento operário*. Moscou. Pravda. 1914. In: <https://lavrapalavra.com/2021/10/03/a-luta-ideologica-no-movimento-operario>.

_____. *Sobre a Cultura Proletária*. Obras Escolhidas em seis tomos. T. 3. Moscou. Lisboa. Edições "Avante!". 1977.

_____. *Esboço inicial das teses sobre as questões nacional e colonial*. Obras escolhidas. São Paulo. Alfa-Ômega. Vol. 3. 1980.

_____. НАБОЛЕВШИЕ ВОПРОСЫ НАШЕГО ДВИЖЕНИЯ. In: <https://www.marxists.org/russkij/lenin/1902/6-13-1.htm#I>. Acessado em 06 set. 2023.

_____. *Cartas de Longe*. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 3. Lisboa. Edições "Avante!". 1986. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm>, acessado em 24 out. 2023.

_____. *Palestra sobre a Revolução de 1905*. Traduzido por João Victor Oliveira. In: <https://lavrapalavra.com/2020/05/19/palestra-sobre-a-revolucao-de-1905/>, acessado em 23 out. 2023.

_____. *A guerra y la socialdemocracia de Rusia*. In: Lenin V. Obras escogidas en doce tomos. Tomo V. Moscou. Ed Progreso. 1976.

_____. *Chovinismo muerto y socialismo vivo: como reconstituir la Internacional*. In Obras [completas], tomo V (1913 – 1916). Moscou. Edicion Progreso. 1973.

_____. *Teses de abril*. In ZIZEK, Slavoj. *Às portas da Revolução. Escritos de Lênin de 1917*. (Slavoj Zizek, organização, introdução e posfácio). 1ª edição eletrônica. Tradução dos textos de Slavoj Zizek por Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout. Tradução dos textos de Lênin por Daniela Jinkings. São Paulo. Boitempo. 2011.

_____. *Teses de abril*. Tradução Jean-Jaques Marie. In Lenin, V.; Trotski, L. *A questão do programa*. Tradução Francisco Solano. São Paulo. Kairos. 1979.

_____. *O Que Não se Deve Imitar do Movimento Operário Alemão*. Obras Completas, tomo XX. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Rio de Janeiro. Editorial Vitória Ltda. 1961.

_____. *A Classe Operária e a Questão Nacional*. Obras Completas, tomo XIX. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Editorial Vitória Ltda. Rio de Janeiro. 1961.

_____. *Greve Económica e Greve Política*. Obras Escolhidas em seis tomos. Tomo 2. Trad. Ed Avante. Lisboa. Edições "Avante!". 1984.

_____. *A autocracia e o proletariado*. Vperyod, nº. 1, 4 de janeiro de 1905 (22 dezembro de 1904, no calendário gregoriano). Traduzido por Rodri Villa. In: <https://lavrapalavra.com/2019/11/21/a-autocracia-e-o-proletariado/>, acessado em 11 out. 2023.

_____. *Discurso Sobre a Atitude em Relação ao Governo Provisório*. Primeiro Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia. Edições Avante: 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/06/17.htm>. Acessado em 03 nov. 2023.

_____. *El marxismo y el Estado - materiales preparatorios para el libro “El Estado y la Revolución”*. En LENIN, I. Obras completas – Tomo XXXIII. Moscú. Ed. Progreso. 1986

_____. *As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução (Projeto de Plataforma do Partido Proletário)*. Obras Escolhidas em Três Tomos. Tomo 2. Moscou e Lisboa. Edições Avante! e Edições Progresso. 1978. Pág. 21 a 48. Conferência de Toda a Cidade de Petrogrado do POSDR-B. 14-22.04.1917. In: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/23.htm>, acessado em 13 nov. 2023.

_____. *Projeto de Plataforma do Partido Proletário*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 2. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986.

_____. *Acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*. Tradução: Edições "Avante!" com base nas Obras Completas de V. I. Lênine, 5.ª ed. em russo. In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Tomo 2. Moscou e Lisboa. Edições Avante! e Edições Progresso. 1978.

_____. *Sobre o Imposto em Espécie (O Significado da Nova Política e as Suas Condições)*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 3. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986.

_____. *Discurso no Plenário do Soviete de Moscou*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 3. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986.

_____. *Sobre a Cooperação*. In: *Obras Escolhidas*. 2ª Ed. Tomo 3. Trad. com base nas Ed. Progresso e Ed. Avante! São Paulo. Ed. Alfa-Ômega. 1986.

LIEBNECHT, Karl. *Acerca da Justiça de Classes*. São Paulo, Paris e Munique. Ed. Sundermann. 2002.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do Entendimento Humano*. Trad. Anoar Aiex. São Paulo. Nova Cultural. 1999.

LOISEAU, Léon. *Directions pour une approche marxiste du droit: la theorie generale du droit d'e.b.pachukanis*. Actuel Marx en Ligne n. 16, 2002. Disponível em: <http://actuelmarx.u->

paris10.fr/alp0016.htm. Apud: NASCIMENTO, Joelton. Com Pachukanis para além de Pachukanis. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2017/03/29/com-pachukanis-para-alem-de-pachukanis-direito-dialetica-da-forma-valor-e-critica-do-trabalho/>. Acesso em: 01 dez. 2018.

LOUREIRO, Isabel. (Org.) *Rosa Luxemburgo. Textos Escolhidos*. Trad. e apresentação Isabel Loureiro. 1ª Edição. São Paulo. Expressão Popular. 2009.

_____. *A revolução alemã. 1918-1923*. Coleção Revoluções do Século XX. Direção Emília Viotti da Costa. São Paulo. Editora da Unesp. 2005.

LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1975.

_____. *Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado*. In: LÖWY, M. *Método dialético e teoria política*. São Paulo e Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.

LUKÁCS, György. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. Revisão da trad. Karina Jannini. São Paulo. Martins Fontes. 2003. (119)

_____. *Lenin: estudio sobre la coherencia de su pensamiento*. De acordo com a edição argentina: György Lukács Sobre Lenin y Marx – 1ª ed. - Buenos Aires. Gorla. 2012. Tradução do espanhol de Lucas Souza e Silva. Revisão técnica de Leonardo Gomes de Deus.

_____. *Lenin (La coherencia de su pensamiento) [1924]* Traducción al español de Jacobo Muñoz. In: https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/lukacs_g/de/lukacsjde00008.pdf, em 22/11/2011.

_____. *Tática e ética*. Tradução e notas de Caique de Oliveira Sobreira Cruz & Manassés de Jesus Santos Júnior. In: <https://aterraeredonda.com.br/tatica-e-etica-1919/>, em 23/11/2022.

_____. *Táctica y ética – escritos tempranos (1919-1929)*. Trad. e notas Miguel Vedda. Buenos Aires. El Cielo por Asalto. 2005.

_____. *A alma e as formas*. Trad. Rainer Patriota. Belo Horizonte. Autêntica. 2015.

_____. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Scheilling hasta Hitler*. Cidade do México e Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica México. 1959.

_____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo. Editora Ciências Humanas LTDA. 1972.

LEWIN, Moshe. *Para uma conceituação do stalinismo*. In: HOBBSAWM, Eric J. *História do Marxismo*. vol. 7. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. *Liberdade de Crítica*. Edição publicada em 1899 no Jornal Leipziger Volkszeitung. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1899/mes/critica.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018. (tradução nossa).

_____. *A Questão Nacional e a Autonomia*. Trad. Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte. Oficina de Livros. 1988.

_____. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1975.

_____. *Reforma social ou revolução*. São Paulo. Global Editores. 1986.

_____. *A crise da social-democracia*. Lisboa. Presença. 1974.

_____. *Blanquismo e social-democracia*. Tradução de Kristina Michahelles. *Arbeiterrevolution 1905/06 – Polnische Texte*, org. por Holger Politt, Berlim. Dietz. 2015.

_____. *Blanquismo e social-democracia*. In: <https://frl.rosalux.org.br/blanquismo-e-social-democracia1/>, acessado em 17 out. 2023.

_____. *Problemas organizacionais da socialdemocracia russa*. Tradução José André Lôpez González, Obras Escogidas. Vol. I. Madrid. Editorial Ayuso. 1978.

_____. *A Ordem Reina em Berlim*. Tradução de Nildo Viana. In: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1919/01/ordem.htm#:~:text=A%20ordem%20reina%20em%20Berlim!%2C%20proclama%20triunfalmente%20a%20imprensa%20burguesa,salvo%20perante%20a%20hist%C3%B3ria%20mundial>. Acessado em 17 out. 2023.

MAISURIAN. Aleksandr A. *Drugói Liénin*. Moscou. Vagrius. 2006.

Manifesto do Congresso Socialista Internacional da Basileia. In: https://www-marxists-org/history/international/social-democracy/1912/basel-manifesto.htm?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc, acessado em 02 jun. 2023.

MARCUSE, Herbert. *Marxismo soviético*. Trad. Carlos Weber. Rio de Janeiro. Editora Saga. 1969.

MARIE, Jean-Jacques. *Soixantième anniversaire de la Révolution d'Octobre. La Vérité* n° 579. Paris. 1977.

MARTORANO, Luciano Cavini (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

MARX, Karl. *A questão judaica*. Trad. port. de Silvio Donizete Chagas. São Paulo. Centauro. 2005.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. Trad. port. de Florestan Fernandes. São Paulo. Expressão Popular. 2008.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Prefácio. 1ª Ed. Brasileira. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. Revisão Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo. Martins Fontes. 1977.

_____. *Para a crítica da economia política*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo. Abril Cultural. 1982.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. Prefácio. Obras Escolhidas em três tomos. Moscou. Lisboa. Editorial "Avante!" Tradução de José Barata-Moura. In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>, acessado em 07 ago. 2023.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. port. de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo. Boitempo. 2005.

_____. *Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*. 2ª ed. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo. Martin Claret. 2007.

_____. *A miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo. Global. 1985.

_____. *Miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo. Boitempo. 2017.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2013.

_____. *Salário, preço e lucro*. 5ª ed. Trad. port. de Silvio Donizete Chagas. São Paulo. Centauro. 2005.

_____. *Grundrisse*. Trad. Mario Duayer. Supervisão editorial e apresentação Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo. Boitempo. 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 26ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2008.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 1ª Edição. Tradução e Notas de Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2011.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo. 2012.

_____. *Luta de classes na Alemanha*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo. 2010.

_____. *A guerra civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. Coleção *Marx-Engels*. São Paulo. Boitempo. 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista/Crítica ao programa de Gotha*. Trad. port. de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre. L&PM. 2006.

_____. *O Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. Boitempo. 1ª ed. 1998. 5ª reimpressão. São Paulo. 2007.

_____. *O Manifesto Comunista*. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2021.

_____. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. Tradução Apolônio de Carvalho. Rio de Janeiro. Vitória. 1963.

_____. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo. 2007.

_____. “Briefe”. In: MEW, v. 29.

_____. Briefwechsel Januar 1858 bis August 1859. Berlim. Akademie Verlag. 2003 (MEGA 2, 111/9).

MASCARO, Alysson. *Crítica da legalidade e do Direito brasileiro*. São Paulo. Quartier Latin. 2003.

_____. *Introdução ao estudo do Direito*. São Paulo. Quartier Latin. 2007.

_____. *Estado e Forma Política*. São Paulo. Boitempo. 2013.

_____. *Filosofia do Direito*. 7ª ed. São Paulo. Atlas. 2019.

_____. *Crise e Golpe*. São Paulo. Boitempo, 2018.

_____. *Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos*. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/27066/21754>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório (Diálogos)* São Paulo. Editora Contracorrente. Edição do Kindle. 2020.

MELANCHTHON, Philip. *Orations on Philosophy and Education*. Cambridge. Cambridge University Press. 1999.

MENGER, Anton. *Das bürgerliche Recht und die besitzlosen Volksklassen*. Berlim. Legare Street Press. 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da Dialética*. São Paulo. Martins Fontes. 2006.

MÉSZÁROS, István. A revolta dos intelectuais na Hungria. Dos debates sobre Lukács e Tibor Déry ao Círculo Petöfi. Trad. João Pedro Alves Bueno. Revisão técnica Claudinei Cássio de Rezende. São Paulo. Boitempo. 2018.

MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao Direito*. Trad. port. de Ana Prata. Lisboa. Estampa. 2007.

MIÉVILLE, China. *Outubro: história da revolução russa*. São Paulo. Boitempo. 2017.

MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. In: Stuart Mill. Os Pensadores. São Paulo. Ed. Abril. 1978.

MORAES, Dax. *O logos em Fílon de Alexandria: a fronteira entre o pensamento grego e o pensamento cristão nas origens da teologia bíblica*. Natal. EDUFRN. 2017.

MOSIER, John. *The Myth of the Great War*. New York. Perennial. 2002.

MOTA, Luiz Eduardo; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes*. Revista de Sociologia e Política. Vol. 22. Nº 50.

MUSSE, Ricardo. *De socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. 1998. Tese (Doutorado) – São Paulo. Universidade de São Paulo. 1998. Acesso em: 03/8/23.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx – Ciência e Revolução*. São Paulo. Quartier Latin. 2008.

_____. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo. Boitempo, 2008.

_____. (Org.) *Análise Marxista e Sociedade de Transição*. IFCH. UNICAMP. 2005.

_____. (Org.), *O discreto charme do direito burguês*. IFCH. UNICAMP. 2009.

_____. *Marxismo e capitalismo de Estado*. Crítica Marxista, v. 1, n. 1. São Paulo. Brasiliense. 1994.

NASCIMENTO, Joelton. *Com Pachukanis para além de Pachukanis*. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2017/03/29/com-pachukanis-para-alem-de-pachukanis-direito-dialetica-da-forma-valor-e-critica-do-trabalho/>. Acesso em: 01 dez. 2018.

NEGRI, Antonio. *Relendo Pachukanis: notas de discussão*. Traduzido por Patrícia Peterle e Andrea Santurbano. In: PACHUKANIS, Evguéni. Prefácio de *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Tradução de Paula Vaz Almeida. Revisão técnica de Alysson L. Mascaro e Pedro Davoglio. São Paulo. Boitempo. 2017.

NETTO, José Paulo. *Prefácio*. In: *Lenin e a revolução de outubro: Textos no calor da hora (1917-1923)* São Paulo. Expressão Popular. 2017.

NEWTON, Isaac. *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*. (*Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*.) Trad. Eloy Rada. Madrid. Alianza Editorial. 2004.

OLIVEIRA, Francisco. *O momento Lênin*. Revista Novos Estudos, nº 75. Cebrap. São Paulo. Julho de 2006. Pág. 23 a 47. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/oliveira-chico/2006/05/05.pdf>, acessado em 01 nov. 2023.

OLIVEIRA, S. C. LAUDARES, J. B. *Pensamento Algébrico: uma relação entre álgebra, aritmética e geometria*. In: Encontro mineiro de educação matemática, 7., 2015, São João Del Rei. Anais. São João Del Rei, 2015.

OLMANE, Pūce. *Pēteris Stučka: Biobibliogrāfiskais rādītājs / Петр Стучка: Биобиблиографический указатель* (in Latvian and Russian). Riga: Viļa Lāča Latvijas PSR Valsts bibliotēka. (Ok, p. Owl, O. (1988). Peter Stučka: Índice biobibliográfico / Петр Стучка: Биобиблиографический указатель (em letão e russo). Riga: Biblioteca Estatal de Viļa Lāča da RSS da Letónia.) Disponível em: <http://www.letoniabrasil.org>. Acesso em: 15 dez. 2018. (tradução nossa).

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. *Imperialismo, estado e relações internacionais*. São Paulo. Ed. Ideias & Letras. 2018.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislanovich. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Trad. Paulo Bessa. Rio de Janeiro. Renovar. 1989.

_____. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Tradução Paula Vaz de Almeida. Revisão técnica Alysson Mascaro e Pedro Davoglio. Boitempo. São Paulo. 2017.

_____. *Teoria geral do direito e marxismo e Ensaios Escolhidos*. Trad. Lucas Simone. Coord. Marcus Orione. São Paulo. Sundermann. 2017.

_____. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo. Ed. Acadêmica. 1988.

_____. *Lenin e os problemas do direito*. Traduzido por Gabriel Landi Fazzio e Thais Hoshika. In: <https://lavrpalavra.com/2018/06/26/lenin-e-os-problemas-do-direito/>, acessado em 03 jun. 2022.

PAVLENKO, N. I. *Pedro I, Biografia*. Coleção *A vida de pessoas notáveis*. Moscou. Molodaya Gvardiya [Jovem Guarda]. 1975.

- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Planificação e Socialismo na Rússia Soviética: os Primeiros Dez Anos*. Texto apresentado no Simpósio Internacional “Cem Anos que Abalaram o Mundo”. Departamento de História (FFLCH). Universidade de São Paulo. 2017.
- PLATÃO. *República*. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbbenkian. 2001.
- PLEKHANOV, Gheorghi Valentinovitch. *Questões fundamentais do marxismo*. Tradução de João Batista de Lima e Silva. Rio de Janeiro. Editorial Vitória. 1956.
- _____. *Gde she pravaja storona i gde ‘ortodoksija’?* [Onde está o partido de direita e onde a ‘ortodoxia’], publicado em 8 de junho de 1906 no jornal Kurjier, editado de 30 de maio a 1º de julho de 1906 em Petersburgo.
- PLUTARCO. *Alexandre e César. Vidas Paralelas*. São Paulo. Escala. 2000.
- PREVE, Costanzo. *Il convitato di pietra: saggio su marxismo e nihilismo*. Milão. Vangelista. 1991.
- _____. *Il convitato di pietra: saggio su marxismo e nihilismo*. Milão. Vangelista. 1991.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e socialdemocracia*. São Paulo. Companhia das Letras. 1991.
- QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e weber*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002.
- REED, John. *Os soviets em ação*. São Paulo. Editora Nova Cultura. 2018.
- REGATIERI, Ricardo Pagliuso. *Negatividade e ruptura: configurações da crítica de Robert Kurz*. São Paulo. Annablume. Fapesp. 2012.
- ROSA, João Guimarães. *Grade Sertão: Veredas*. Vol. II. Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar. 1994.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo. Nova Cultural. 2000.
- SEGRILLO, Ângelo (Org.); DOMINGUES, Camilo; FERRARO JR, Vicente Giaccagliani. *Rússia, Ontem e Hoje Ensaio de Pesquisadores do LEA Sobre a História da Rússia*. 1ª Ed. São Paulo. FFLCH, USP. 2016.
- SEGRILLO, Ângelo. *Historiografia da revolução russa: antigas e novas abordagens*. In: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6535/4734>, acessado em 11 jun. 2022.
- SERVICE, Robert. *Lenin: A Biography*. Londres. Macmillan. 2000.
- SHENK, D. *O jogo imortal: o que o xadrez nos revela sobre a guerra, a arte, a ciência e o cérebro humano*. Trad. Roberto Franco. Zahar. Rio de Janeiro. 2007.

- SKINNER, B. F. *Verbal Behavior*. Nova Iorque. Appleton Century Crofts. 1957.
- SMOLKA, Neide. *Esopo. Fábulas completas. O Fanfarrão*. Trad. direta do grego Neide Smolka. São Paulo. Moderna. 1995.
- STÁLIN, Joseph. *Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*. 2014. In: <http://www.histsocialismo.com/docs/MatDialecticoHist%C3%B3rico.pdf>, acessado em 20 mar. 2023.
- STUTCHKA, Piotr. *Direito de Classe e Revolução Socialista*. Org. e trad. Emil Von München. 2ª ed. São Paulo. Ed. Sundermann. 2001.
- _____. *Direito e luta de classes*. Trad. Soveral Martins. 2. ed. Coimbra. Centelha. 1976.
- _____. *Direito e luta de classes: teoria geral do direito*. Trad. Silvio Donizete Chagas. Revisão Oswaldo Faria, Maria Clara de Faria e Helena Stella de Faria. São Paulo. Ed. Acadêmica. 1988.
- _____. *Das Problem des Klassenrechts und der Klassenjustiz (O Problema do Direito de Classe e da Justiça de Classe)*, in: Kleine Bibliothek der Russischen Korrespondenz (Pequena Biblioteca da Correspondência Russa), Nr. 80-81, Hamburg 8: Verlag Carl Hoym, Nachf. Louis Cahnbley, 1922. p. 3 et seq. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/PECAP8.htm>. Acesso em: 21 dez. 2018.
- SUETÔNIO. *A Vida dos Doze Césares*. São Paulo. Martin Claret. 2012.
- SVERDLOV, J. M. *Obras Escolhidas*. Vol. 2. Moscou. Gosudarstvennoe Izdatel'stvo. Politicheskoi Literatury. 1959.
- TERTULIAN, Nicolas. *Sobre o método ontológico-genético em Filosofia*. Tradução de Gloria Goulart da Silva Campos. Revista PERSPECTIVA. Florianópolis. Vol. 27. N. 2. Páginas 375 a 408. Jul./dez. 2009. In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v27n2p375/15286>, acessado em 08 set. 2023.
- TESIS, manifiestos y resoluciones adoptados por los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista (1919-1923). Textos completos. 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/comintern/eis/4-Primeros3-Inter-2-edic.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.
- TIUKHTIN, V. *On the process of reflecting reality in cognition*. Soviet Studies in Philosophy, 1962.
- TOLSTÓI, Leon. *Guerra e Paz*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo. Cosac Naify. 2011.

TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista*. Trad. port. de Elisabeth Marie e Luiz Gustavo Soares. São Paulo. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. 2008.

_____. *A história da Revolução Russa*. Tradução de E. Huggins. V. 1. A queda do czarismo – V. 2. A tentativa de contrarrevolução – V. 3. O triunfo dos soviets. Ed. do Centenário. Brasília. Senado Federal. Conselho Editorial. 2017.

_____. *A história da revolução russa*. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

_____. *A Revolução Traída - O que é e para onde vai a URSS*. Trad. M. Carvalho e J. Fernandes. Lisboa. Antídoto. 1977.

_____. *A Revolução Permanente*. 2ª ed. São Paulo. Kairós. 1985.

TSE TUNG, Mao (Zedong, Mao). *O livro Vermelho*. Pequim. República Popular da China. brochura. 1964.

_____. *Obras escolhidas de Mao Tse Tung*, V. 1. São Paulo. Alfa-Ômega, 2011.

TURCHETTO, M. *As características específicas da transição ao comunismo*. In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas. UNICAMP. 2005.

VENTURI, Franco. *Roots of Revolution*. Nova Iorque. Frances Haskel. 1961.

_____. *Il populismo russo. Dall'andata nel popolo al terrorismo*. 3 volumes. Turim. Mimesis. 2021. VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Trad. de Modesto Florenzano. Bauru. EDUSC. 2003.

VIANNA, Marly. *Sobre O Estado e a revolução*. In: LÊNIN. V. I. *O Estado e a Revolução. A doutrina do marxismo sobre no Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Rev. da trad. e tradução dos apêndices Paula Vaz Almeida. São Paulo. Boitempo. 2014.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo. Ícone. 1998.

VÓLSKI, Nikolai Valentínov. *Encounters with Lenin*. Trad. Paul Rosta e Brian Pearce. Londres. Oxford University Press. 1968.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). *Weber – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo. Ática. 1999.

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia. Escritores e atores da história*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo. Cia. das Letras. 1986.

WOOLF, Greg. *Roma a história de um império*. Tradução José Vala Roberto. São Paulo. Casa das Letras. 2015.

ZACARIAS, Carlos. *Ousaremos vencer? Transição e ruptura no debate marxista sobre a revolução*. In: Revista Outubro, nº. 12. 2005. In: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-12-Artigo-05.pdf>, acessado em 11 out. 2023.

ZANDER, Leo. *Deus e o mundo (Filo e Teologia do Padre Bulgakov)*. Paris. 1948.

ZETKIN, Clara. *Reminiscences of Lenin*. Trad. Bernard Isaacs. Londres. Modern Books. 1929. Nova York. International Publishers. 1970.

ZINOVIEV, Grigori. *Quando e sob quais condições podem ser criados os soviets operários?* In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano Cavini (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

ZIZEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo. Boitempo. 2013.

_____. *Vivendo no fim dos tempos*. Trad. Beatriz Medina. Boitempo. 2012.

_____. *Às portas da Revolução escritos de Lenin de 1917*. Organização, introdução e posfácio. Trad. dos textos de Slavoj Zizek Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout, Trad. dos textos de Lênin de Daniela Jinkings. Boitempo Editorial. São Paulo. 2005.

_____. *Le plus sublime des hysteriques*. Paris. Point hors ligne. 1988.

_____. *13 опытов о Ленине/ 13 opytov o Liénine*. (em tradução livre nossa “13 experimentos sobre Lênin”). Moscou. Ad Marginem. 2003.